

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

SANGUE NOS OLHOS:
sociologia da letalidade policial no estado do Pará.

Autor: Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto

Brasília, 2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

SANGUE NOS OLHOS:
sociologia da letalidade policial no estado do Pará.

Autor: Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia
da Universidade de Brasília/UnB, como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Doutor.

Brasília, março de 2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

SANGUE NOS OLHOS:
sociologia da letalidade policial no estado do Pará.

Autor: Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto

Orientador: Prof. Doutor Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB)

Banca: Prof^a. Doutora Haydée Glória Cruz Caruso (UnB)
Prof^a. Doutora Tânia Maria Pinc (USP)
Prof. Doutor Wilquerson Felizardo Sandes (SSP/MT)
Prof^a. Doutora Analía Laura Soria Batista (UnB)

Ao meu pai (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ao longo da elaboração desta tese, numerosas foram as pessoas que contribuíram para a sua realização. Tenho dívidas intelectuais com muitos professores e amigos, mas, principalmente, com Arthur Trindade Costa e Ignacio Cano. Suas produções científicas e explicações precisas me ajudaram a forjar a estrutura deste estudo e a base dos argumentos que ora apresento. Meu orientador, Arthur, em especial, proporcionou-me ainda a relação acadêmica propícia para pensar e escrever, além de conselhos práticos inestimáveis.

Minha gratidão a Michel Misse e Wilson Barp por terem vislumbrado essa jornada antes mesmo que eu próprio me desse conta. Sou imensamente agradecido também àqueles sem os quais minha empreitada intelectual jamais poderia ter sequer começado, Daniel Mendes e Roberto Campos, ex-comandantes gerais da Polícia Militar do Pará – PMPA, que generosamente me concederam a autorização, a confiança e o incentivo, abrindo mão dos meus serviços policiais.

De igual maneira, sou grato à Isabel Seixas de Figueiredo, José Francisco da Silva, Rogério Carneiro e Wilquerson Sandes, que me aceitaram na equipe do Departamento de Pesquisa e Análise da Informação, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, em Brasília, e me possibilitaram as condições materiais e as concessões necessárias à realização do curso. A Wilquerson devo também a valiosa contribuição das suas pesquisas etnometodológicas e das descontraídas reflexões que me foram apresentadas em agradáveis conversas, nas habituais pausas para o café que interrompiam a tediosa rotina do escritório. Aos meus colegas de trabalho Moab, Patrício, Ivanildo e Moreira que, por várias vezes, socorreram-me para que eu pudesse estudar, meu muito obrigado.

Esta tese é produto do ambiente estimulante do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, no convívio com competentes professoras e professores que deixaram suas marcas pessoais nesta obra. Minha gratidão à Analía Soria Batista, Carlos Benedito Martins, Christiane Girard, Eurico Cursino, Lourdes Bandeira, Luís de Gusmão, Maria Francisca Coelho, Maria Stela Grossi, Mariza Veloso, Sérgio Tavolaro e, em destaque, à Haydée Caruso, pelo permanente estímulo à conclusão da custosa tarefa. Sem dúvida, os colegas da turma de doutorado foram imprescindíveis para tornar as aulas mais instigantes e alegres. Sou-lhes de tal modo grato, mas peço licença para deixar de nominá-los por serem muitos e pela considerável possibilidade de me ocorrer algum indelicado lapso de memória.

Faz-se indispensável agradecer às pessoas que muito me ajudaram na obtenção dos dados necessários: Luiz Fernandes Rocha, ex-secretário estadual de segurança pública e defesa social – SEGUP; Cláudio Lima, ex-secretário adjunto de gestão administrativa, e a Heyder Calderaro Martins, ex-diretor do Centro Integrado de Operações, ambos da SEGUP; Cláudio Galeno, ex-delegado geral da Polícia Civil do Pará; Hilton Benigno e Emmanuel Leão Braga, respectivamente ex-comandante e ex-subcomandante da PMPA; Marcelo Ronald Botelho, subcomandante geral da PMPA; Carlos André Costa, secretário adjunto de inteligência e análise criminal – SIAC/SEGUP; Leone Rocha, diretor do Hospital Geral Penitenciário; Edimar Costa, chefe do Centro Integrado de Assistência Psicossocial da PMPA; e Sérgio Roberto de Abreu, presidente do conselho de administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP.

Meus agradecimentos às autoridades públicas e aos policiais do Estado do Pará que colaborativamente participaram das entrevistas. Do mesmo modo, sou grato aos que me ajudaram no cansativo trabalho de campo e, principalmente, no tratamento das informações coletadas no *survey*: Suellem Salazar, Paulo Victor Ramos, Kathellen Ferreira, Breno do Amaral, Cezar Pantoja, Thiago Gomes e Luiza Fernandes. Meu agradecimento maior reservado à Gelilza Salazar, pela preciosa ajuda na aplicação das técnicas estatísticas.

Devo gratidão ao amigo Geraldo Machado, pela gentil leitura e comentários dos capítulos iniciais e dos providenciais auxílios na entrega de documentos ao programa.

Enfim, agradeço aos meus familiares, que sempre estiveram presentes me apoiando com suas carinhosas e incentivadoras palavras. De maneira póstuma e com profundo pesar, ao meu pai e amigo, João Sandoval, que sempre me deu o bom exemplo da seriedade intelectual e da dedicação aos estudos. Sua presença afetuosa nessa fase das nossas vidas em que estivemos mais próximos que nunca, sua preocupação com os prazos regimentais e o imenso orgulho de pai professor doutor, que cintilava nos seus olhos ao se envolver na meticulosa revisão dos primeiros capítulos, finíssima, ficarão para sempre no meu coração. Ele, mais do que todos, torceu por mim nessa jornada. De todo coração, igualmente, à minha amada mãe, Maria Anunciada, pelo companheirismo e atenção que me foram dedicados, desde sempre. Toda empolgação do meu pai com o doutoramento não me bastaria sem a disciplina e a determinação modeladas amorosamente por minha mãe. Esse mesmo amor, o maior do mundo, dedicarei aos meus filhos, Cecília e Pedro, para recuperar as minhas muitas ausências quando imerso na tese que, segundo protestavam, parecia infundável. Serão todos recompensados com muito afeto e atenção.

Peço sinceras desculpas aos que, por esquecimento, deixo de mencionar.

*“Senhor cidadão
Me diga por que
você anda tão triste?*

*Não pode ter nenhum amigo
na briga eterna do teu mundo
tem que ferir ou ser ferido,
que vida amarga.*

*Oh! Senhor cidadão,
eu quero saber
com quantos quilos de medo
se faz uma tradição?*

*Oh! Senhor cidadão,
eu quero saber
com quantas mortes no peito
se faz a seriedade?*

*Senhor cidadão,
eu e você temos coisas até parecidas:
por exemplo, nossos dentes
da mesma cor, do mesmo barro
enquanto os meus guardam sorrisos
os teus não sabem senão morder,
que vida amarga.*

*Oh! Senhor cidadão,
eu quero saber
se a tesoura do cabelo
também corta a crueldade*

*Senhor cidadão,
me diga por quê?”*

(Tom Zé)

RESUMO

A tese intitulada “Sangue nos olhos: sociologia da letalidade policial no estado do Pará” trata da letalidade policial no Pará, onde a violência letal intencional recrudescceu e prolifera no espaço urbano. Chacinas assolam a região metropolitana da capital, Belém. Os homicídios e as mortes por intervenções policiais – respectivamente, as duas maiores causas de mortes violentas intencionais registradas – emolduram o problema da pesquisa. De um lado, o volume de mortes atribuídas à Polícia Militar do Pará indica o excessivo uso da força letal, em grau alarmante. Do outro, há fortes indícios ou comprovação da participação criminosa de policiais militares em grupos de extermínio e milícias que aterrorizam as periferias pobres da metrópole. A violência policial delinea a indagação central: *por que policiais paraenses matam?* Para melhor compreender e explicar a questão sociológica, aspectos gerais da PMPA e do uso da força letal por policiais militares paraenses são investigados de maneira histórica (por meio de uma meticulosa pesquisa documental), abrangente (com a assistência de ferramentas estatísticas e estimativas) e densa, esmiuçando a vivência policial aos olhos dos próprios atores. Elementos históricos, políticos, culturais e sociais são examinados em amplitude e profundidade. Tem por objeto da análise a *ação letal policial*, isto é, a conduta humana de matar outro ser humano realizada pelo policial, orientada por conhecimentos práticos e pelas experiências subjetivas do agente, que, na maioria das vezes, consiste no disparo intencional da arma de fogo contra alguém. Por meio da abordagem interdisciplinar que leva em conta os processos sociais e a subjetividade do indivíduo, a tese aborda quatro dimensões relacionadas ao fenômeno de difícil acesso – a instituição (*os valores*), a organização (*o trabalho*), a profissão (*os interesses*) e o policial (*o indivíduo*) – para produzir conhecimentos novos apresentados na tipologia da ação letal e dos seus possíveis determinantes, e aclarar que: a PMPA não tem a capacidade de construir uma identidade policial sólida nem controlar a conduta dos seus integrantes; a gestão organizacional da polícia coloca permanentemente os policiais em situações conflitantes, capazes de mobilizar em certos indivíduos uma crise existencial que pode resultar em ações abusivas de violência aguda; os policiais paraenses experimentam sociabilidades assinaladas por violência que não se restringem à socialização profissional – que tanto antecedem quanto extrapolam os muros das organizações policiais – e que fomentam, em alguns, um forte desejo de matar às vezes colocado em prática.

Palavras-chave: *letalidade policial; uso da força; tipologia da ação letal; determinantes da ação.*

ABSTRACT

The thesis entitled “Bloodshot eyes: sociology of police lethality in the state of Pará” deals with police lethality in Pará State where intentional lethal violence has increased and proliferates in the urban space. Slaughter plagues the metropolitan region of the capital, Belém. Homicides and deaths from police interventions – respectively, the two biggest causes of recorded intentional violent deaths – frame the research problem. On the one hand, the volume of deaths attributed to the Military Police of Pará indicates the excessive use of lethal force, to an alarming degree. On the other, there is strong evidence or evidence of the criminal participation of military police in death squads and militias that terrorize the poor peripheries of the metropolis. Police violence delineates the central question: *why do Pará police officers kill?* In order to better understand and explain the sociological issue, general aspects of the PMPA and the use of lethal force by Pará military police are investigated in a historical manner (through meticulous documentary research), comprehensive (with the assistance of statistical tools and estimates) and dense, scrutinizing the police experience in the eyes of the actors themselves. Historical, political, cultural and social elements are examined in breadth and depth. Lethal police action is taken as the object of analysis, that is, the human conduct of killing another human being carried out by the police, guided by practical knowledge and the subjective experiences of the agent, which, in most cases, consists of shoot someone. Through the interdisciplinary approach that takes into account the social processes and the subjectivity of the individual, the research addresses four dimensions related to the phenomenon of difficult access – the institution (*the values*), the organization (*the work*), the profession (*the interests*) and the police officer (*the individual*) – to produce new knowledge presented in the typology of lethal action and its possible determinants, and clarify that: the PMPA does not have the capacity to build a solid police identity or control the conduct of its members; the police's organizational management permanently sets police officers in conflicting situations, capable of mobilizing an existential crisis in certain individuals that can result in abusive actions of acute violence; Pará police officers experience socialities marked by violence that are not restricted to professional socialization – which both precede and extend beyond the walls of police organizations – and that foster, in some, a strong desire to kill sometimes put into practice.

Keywords: *police lethality; use of force; typology of lethal action; determinants of action.*

RÉSUMÉ

La thèse intitulée «Du sang dans les yeux: sociologie de la létalité policière dans l'État du Pará» porte sur la létalité policière au Pará, où la violence meurtrière intentionnelle a augmenté et prolifère dans l'espace urbain. L'abattage sévit dans la région métropolitaine de la capitale, Belém. Les homicides et les décès dus aux interventions policières – respectivement, les deux principales causes de morts violents intentionnelles enregistrées – encadrent le problème sur lequel est basée cette recherche. D'une part, le nombre de décès attribués à la Police Militaire du Pará indique un recours alarmant à la force meurtrière. D'autre part, il existe des preuves solides de la participation criminelle de la police militaire aux escadrons de la mort et aux milices qui terrorisent les périphéries pauvres de la métropole. La violence policière délimite la question centrale: *pourquoi les policiers du Pará tuent?* Afin de mieux comprendre et expliquer la question sociologique, les aspects généraux de la PMPA et le recours à la force meurtrière par les officiers de la police militaire du Pará sont étudiés de manière historique (à travers une recherche documentaire méticuleuse), exhaustive (avec l'aide d'outils statistiques et d'estimations) et dense, scrutant l'expérience policière à travers les yeux des acteurs eux-mêmes. Les éléments historiques, politiques, culturels et sociaux sont examinés en profondeur. L'action meurtrière du policier est prise comme objet d'analyse, c'est-à-dire la conduite humaine l'acte de tuer un autre être humain perpétrée par le policier, guidé par ses connaissances pratiques et ses expériences subjectives, qui, dans la plupart des cas, consiste en un tir intentionnel de l'aveux une arme à feu. À travers une approche interdisciplinaire qui prend en compte les processus sociaux et la subjectivité de l'individu, la recherche aborde quatre dimensions liées au phénomène d'accès difficile – l'institution (*les valeurs*), l'organisation (*le travail*), la profession (*les intérêts*) et le policier (*l'individu*) – pour produire de nouvelles connaissances présentées dans la typologie de l'action létale et ses déterminants possibles, et clarifier que: le PMPA n'a pas la capacité de construire une identité policière solide ou de contrôler la conduite de ses membres; la gestion organisationnelle de la police place en permanence les policiers dans des situations conflictuelles, capables de provoquer une crise existentielle chez certains individus pouvant entraîner des actions abusives de violence aiguë; les policiers du Pará connaissent une sociabilité marquée par des violences qui ne se limitent pas à la socialisation professionnelle – qui est précédent et aussi s'étendent au-delà des murs des organisations policières – et qui suscitent, chez certains, une forte volonté de tuer parfois mise en pratique.

Mots-clés: *létalité policière; recours à la force; typologie de l'action létale; déterminants de l'action.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pág.
Ilustração 1 – Brasil: número e taxa de homicídios (1996 a 2016).	16
Ilustração 2 – Brasil: vitimização policial (2013 a 2017).	19
Ilustração 3 – Brasil: mortes por intervenções policiais (2013 a 2017).	20
Ilustração 4 – Brasil: taxas de homicídios por regiões (1996 a 2016).	22
Ilustração 5 – Evolução da taxa de homicídios no Brasil, por UF (2006 a 2016).	23
Ilustração 6 – Pará: número e taxa de homicídios (1996 a 2016).	24
Ilustração 7 – Pará: número de homicídios por arma de fogo (1996 a 2016).	25
Ilustração 8 – Brasil, municípios que concentram 75,00% da taxa de homicídios, 2016.	27
Ilustração 9 – Banho de sangue na Grande Belém.	31
Ilustração 10 – A violência na primeira página dos jornais paraenses de 2017.	42
Ilustração 11 – Chega! Ninguém aguenta mais!	44
Ilustração 12 – Esboço da letalidade policial no Pará.	47
Ilustração 13 – Nostalgia da PATAM.	53
Ilustração 14 – O desfecho sinistro da “Chacina do PAAR”.	62
Ilustração 15 – Mortes por intervenção policial no Pará: estado e RMB (2011 a 2018).	70
Ilustração 16 – Homicídios com características de execução: Belém (2017 e 2018).	95
Ilustração 17 – Processos normalizadores da violência policial ilegítima.	137
Ilustração 18 – Histograma: idade dos policiais militares da PMPA.	144
Ilustração 19 – Histograma: ano de admissão na PMPA.	147
Ilustração 20 – Número de unidades em que o policial militar foi lotado, na PMPA.	150
Ilustração 21 – Índice do ambiente criminal específico, por OPM/PMPA.	153
Ilustração 22 – Índice da satisfação com o trabalho, por OPM/PMPA.	158
Ilustração 23 – OPM que os policiais militares escolheriam para trabalhar na PMPA.	159
Ilustração 24 – Histograma: escala de doutrina policial, da PMPA.	166
Ilustração 25 – Histograma: escala do uso da força na PMPA, nos últimos doze meses.	175
Ilustração 26 – Cenário 1: bolsa e iPad.	184
Ilustração 27 – Cenário 2: arma de fogo e drogas.	184
Ilustração 28 – Cenário 3: intervenção policial na periferia da Grande Belém.	187
Ilustração 29 – Cenário 4: intervenção policial no bairro nobre de Belém.	188
Ilustração 30 – Fatores determinantes analisados: survey e histórias de vida.	275
Ilustração 31 – Determinantes da ação letal policial.	286
Ilustração 32 – Tríade das dimensões favoráveis à eclosão da ação letal policial.	298
Ilustração 33 – As três grandes lógicas da ação, segundo François Dubet.	303

LISTA DE TABELAS

	Pág.
Tabela 1 – Denúncias recebidas na CORREG/PMPA, em 2018.	89
Tabela 2 – Escolaridade dos policiais militares, da PMPA.	145
Tabela 3 – Escolaridade da população paraense, em geral e dos policiais militares.	145
Tabela 4 – Exposição dos policiais militares à violência na infância e adolescência.	146
Tabela 5 – Distribuição dos policiais militares, por OPM/PMPA.	148
Tabela 6 – Posto e graduação dos policiais militares, na PMPA.	150
Tabela 7 – Função exercida pelos policiais militares, na PMPA.	151
Tabela 8 – Promoção hierárquica dos policiais militares, na PMPA.	151
Tabela 9 – Incidentes rotineiramente encontrados por policiais militares da PMPA.	152
Tabela 10 – Exposição ao crime por tipo de ambiente criminal (BPM e BPOT).	153
Tabela 11 – Policiais militares com sintomas de estresse ocupacional, na PMPA.	155
Tabela 12 – Treinamento com armas letais e menos letais na PMPA.	157
Tabela 13 – Satisfação dos policiais militares com o trabalho na PMPA.	158
Tabela 14 – Orgulho de ser policial militar na PMPA.	160
Tabela 15 – Prioridade da apreensão de drogas e armas, por OPM/PMPA.	163
Tabela 16 – Premiação por apreensão de drogas, por OPM/PMPA.	163
Tabela 17 – Concordância com a escala de doutrina policial, na PMPA.	164
Tabela 18 – Média da escala de doutrina policial, por OPM/PMPA.	165
Tabela 19 – Preditores dos modelos de regressão da doutrina policial na PMPA.	168
Tabela 20 – Modelos de regressão linear múltipla MQO: doutrina policial na PMPA.	170
Tabela 21 – Frequência de incidentes em serviço, na PMPA, nos últimos 12 meses.	173
Tabela 22 – Média do índice de uso da força, por OPM/PMPA.	175
Tabela 23 – Preditores dos modelos de regressão do uso da força na PMPA.	177
Tabela 24 – Modelos de regressão linear múltipla MQO: uso da força letal na PMPA.	178
Tabela 25 – Primeiro experimento: respostas por OPM/PMPA.	186
Tabela 26 – Distribuição dos eventos MIP do BPOT (2015 a 2018).	196
Tabela 27 – Composição das GU ROTAM/BPOT envolvidas em MIP (2015 a 2018).	201
Tabela 28 – Tipologia da ação letal policial.	274
Tabela 29 – Consistência interna do questionário segundo o valor do alfa de Cronbach.	348
Tabela 30 – Médias das variáveis independentes do primeiro experimento.	354
Tabela 31 – Modelo <i>logit</i> : razões de chance estimadas para o primeiro experimento.	356
Tabela 32 – Cômputo de respostas válidas por variável: Doutrina policial na PMPA.	357
Tabela 33 – Cômputo de respostas válidas por variável: Uso da força letal na PMPA.	359
Tabela 34 – Modelo de regressão linear múltipla MQO: Doutrina policial (sem dados omissos).	361
Tabela 35 – Modelo de regressão linear múltipla MQO: Uso da força letal (sem dados omissos).	362
Tabela 36 – Amostra dos policiais paraenses entrevistados.	388

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência.
ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará.
BINFA	Batalhão de Infantaria da Aeronáutica.
BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais/PMERJ.
BOPM	Boletim de Ocorrência Policial Militar/PMPA.
BPA	Batalhão de Polícia Ambiental/PMPA.
BPCHOQ	CHOQUE, Batalhão de Polícia de Choque/PMPA.
BPE	Batalhão de Polícia Especializada/PMPA.
BPM	Batalhão de Polícia Militar.
BPOP	Batalhão de Polícia Penitenciária/PMPA.
BPOT	Batalhão de Policiamento Tático/PMPA.
CCA	Comando Classe A.
CEDPM	Código de Ética e Disciplina/PMPA.
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças/PMPA.
CIAPTUR	Companhia Independente de Polícia Turística/PMPA.
CIEPAS	Companhia Independente de Policiamento Assistencial/PMPA.
CIOE	Companhia Independente de Operações Especiais/PMPA.
CIOp	Companhia Independente de Operações/PMPA.
CIPAS	Centro Integrado de Psicologia e Assistência Social/PMPA.
CIPC	Companhia Independente de Policiamento com Cães/PMPA.
CIPFlu	Companhia Independente de Polícia Fluvial/PMPA.
CIPOE	Companhia Independente de Policiamento Escolar/PMPA.
CIRP	Companhia Independente de Rádio Patrulha/PMPA.
CME	Comando de Missões Especiais/PMPA.
Cmt GU	Comandante de guarnição policial militar.
Cmt OPM	Comandante de organização policial militar.
COE	Companhia de Operações Especiais/PMPA.
COEsp	Curso de Operações Especiais.
COMEN	Conselho Regional de Segurança Pública do Meio Norte.
CONSEP	Conselho Estadual de Segurança Pública/SEGUP.
CORREG	Corregedoria Geral da Polícia Militar do Pará.
CPA	Comando de Policiamento Ambiental/PMPA.
CPB	Código Penal Brasileiro.
CPC I	Comando de Policiamento da Capital 1/PMPA.
CPC II	Comando de Policiamento da Capital 2/PMPA.
CPE	Comando de Policiamento Especializado/PMPA.
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito.
CPRM	Comando de Policiamento da Região Metropolitana/PMPA.

CPP	Código de Processo Penal.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
CTO	Companhia Tático Operacional/PMPA.
CV	Comando Vermelho.
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais.
DOPS	Divisão de Ordem Política e Social.
EB	Exército Brasileiro.
FDN	Família do Norte.
FFAA	Forças Armadas Brasileiras.
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
GALM	Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade/CONSEP.
GLO	Garantia da Lei e da Ordem.
GU	Guarnição de serviço.
HGP	Hospital Geral Penitenciário/SEAP.
HQ	História em Quadrinhos.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBM	International Business Machines.
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
IESP	Instituto de Ensino de Segurança do Pará.
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IPM	Inquérito Policial Militar.
ISER	Instituto de Estudos de Religião.
JME	Justiça Militar Estadual.
MIAE	Morte por Intervenção de Agente do Estado/PA.
MIP	Morte por Intervenção Policial.
MPPA	Ministério Público do Estado do Pará.
MQO	Método dos Mínimos Quadrados Ordinários.
MS	Ministério da Saúde.
MVI	Mortes Violentas Intencionais.
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil.
OMS	Organização Mundial de Saúde.
OPM	Organização Policial Militar.
PAF	Projétil de Arma de Fogo.
PATAM	1ª Companhia do 6º Batalhão de Polícia Militar/PMPA.
PCC	Primeiro Comando da Capital.
PCPA	Polícia Civil do Pará.
PGN	Primeira Guerrilha do Norte.
PIB	Produto Interno Bruto.
PJM	Promotoria de Justiça Militar.

PM	Polícia/Policial Militar.
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.
PMESP	Polícia Militar do Estado de São Paulo.
PMMT	Polícia Militar do Mato Grosso.
PMPA	Polícia Militar do Pará.
PSC	Partido Social Cristão.
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira.
PSL	Partido Social Liberal.
PT	Partido dos Trabalhadores.
RISP	Regiões Integradas de Segurança Pública.
RMB	Região Metropolitana de Belém.
ROCAM	Rondas Táticas com apoio de Motocicletas/BPOT/PMPA.
ROTA	Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar/PMESP.
ROTAM	Companhia de Patrulhamento Tático Motorizado/BPOT/PMPA.
ROTAR	Rondas Táticas Rodoviárias/BPOT/PMPA.
RPMont	Regimento de Polícia Montada/PMPA.
SDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.
SEGUP	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública.
SIAC	Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal/SEGUP.
SIEDS	Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde/MS.
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences.
SUSIPE	Superintendencia do Sistema Penitenciário do Estado do Pará.
TJE/PA	Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
UFPA	Universidade Federal do Pará.
UPP	Unidades de Polícia Pacificadora.
Zpol	Zonas de Policiamento.

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
Considerações sobre a neutralidade científica e a vigilância epistemológica	2
PERCURSO METODOLÓGICO	6
Pesquisa exploratória documental e entrevistas abertas	6
Revisão da literatura especializada	8
Pesquisa quantitativa: survey, regressões e experimentos	8
Nova pesquisa documental: relatórios de mortes por intervenções policiais do BPOT	9
Entrevistas em profundidade sobre histórias de vida	9
Tipologia e determinantes da ação letal policial	11
ORGANIZAÇÃO DA TESE	11
Primeira parte:	
A DIMENSÃO PÚBLICA DA LETALIDADE POLICIAL	14
CAPÍTULO 1	
A VIOLÊNCIA NOSSA DE CADA DIA	15
1.1 CIVILIZAÇÃO VIOLENTA	16
1.2 DISPARIDADES REGIONAIS	22
1.3 A VIOLÊNCIA TOMOU CONTA DO PARÁ	26
1.4 A METRÓPOLE ENCARNIÇADA	31
1.5 NINGUÉM ESTÁ SEGURO: SOM DE MOTOS, TIROS E UM ASSASSINATO NA MADRUGADA	37
CAPÍTULO 2	
A LETALIDADE POLICIAL NA AGENDA PÚBLICA	48
2.1 HERÓIS, JUSTICEIROS E ASSASSINOS	49
2.2 A PANACEIA PARA MENOS MORTES E MAIS EFICIÊNCIA POLICIAL	60
2.3 NAS TREVAS DO MORTICÍNIO	72
2.4 ENTRE O JUSTIFICÁVEL E O ABOMINÁVEL	83
CAPÍTULO 3	
INTERPRETAÇÕES DA LETALIDADE POLICIAL DOMINANTES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS	101
3.1 PERSPECTIVAS SOBRE O USO E ABUSO DA FORÇA	102
3.2 O PODER DAS FORÇAS SITUACIONAIS	110
3.3 A SUJEIÇÃO DO ATO DE MATAR NA PMPA	133

Segunda parte:	138
DESCORTINANDO A LETALIDADE POLICIAL	
CAPÍTULO 4	139
PANORAMA DO USO DA FORÇA NA PMPA	
4.1 O SURVEY: ANÁLISE DESCRITIVA	141
4.1.1 Informações sociodemográficas	143
4.1.2 Trajetória individual	146
4.1.3 Perfil organizacional	147
4.1.4 Contexto criminal	152
4.1.5 Estresse	154
4.1.6 Treinamento	156
4.1.7 Satisfação com o trabalho e clima institucional	158
4.1.8 Doutrina policial e valores relacionados ao uso da força	164
4.2 ESCALAS E REGRESSÕES SOBRE A DOCTRINA POLICIAL E O USO DA FORÇA	166
4.2.1 Mensurando o uso real da força	172
4.2.2 Fatores associados ao uso da força letal	176
4.2.3 Preditores estimados da frequência do uso real da força letal dos policiais	178
4.3 EXPERIMENTOS: JUSTIFICATIVAS PARA O USO DA FORÇA	182
4.3.1 Primeira pesquisa experimental	183
4.3.2 Segunda pesquisa experimental	187
4.4 PESQUISA DOCUMENTAL: MIP BPOT	193
CAPÍTULO 5	207
FACES DA LETALIDADE POLICIAL	
5.1 RELATOS SELVAGENS	212
5.1.1 Tragédias ocultas de mortes despropositadas	212
5.1.2 O duelo com a morte	219
5.1.3 O primeiro passo para o inferno	228
5.1.4 A melhor caçada	235
5.1.5 Pendor sicário	245
5.1.6 Mirando o abismo	253
CAPÍTULO 6	267
EXPLICANDO A AÇÃO LETAL POLICIAL	
6.1 TIPOLOGIA DA AÇÃO LETAL POLICIAL	269
6.2 DETERMINANTES DA AÇÃO LETAL POLICIAL	274
6.2.1 Idiossincrasias	275
6.2.2 Coesão do grupo íntimo (GU e OPM)	279

6.2.3 Autoridade do comando imediato	281
6.2.4 Economia letífera	283
6.3 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS	290
6.4 LIMITES E CAMINHOS	300
CONCLUSÃO	306
REFERÊNCIAS	314
ANEXOS	330
Anexo A - Relatório Individual da PMPA	331
Anexo B - Relatório Circunstanciado de Letalidade da PMPA	333
Anexo C - Questionário A – Survey PMPA	335
Anexo D - Questionário B – Survey PMPA	341
Anexo E - Máscara Survey PMPA	347
Anexo F - Alfa de Cronbach	348
Anexo G - Correlação entre variáveis: coeficiente de Pearson e nível de significância <i>p-valor</i>	349
Anexo H - Análise de variância: valor de F e grau de liberdade	350
Anexo I - Análise de independência: chi-quadrado	351
Anexo J - Regressão linear múltipla por meio do método dos mínimos quadrados ordinários	352
Anexo K - Razão de chances	353
Anexo L - Modelo empírico para o primeiro experimento: teste T, médias dos grupos e modelo <i>Logit</i>	354
Anexo M - Contabilidade das respostas válidas por variável independente – Survey PMPA	357
Anexo N - Modelo de regressão linear múltipla: doutrina policial (sem dados omissos)	361
Anexo O - Modelo de regressão linear múltipla: uso da força (sem dados omissos)	362
Anexo P - Entrevistado I: deputado estadual Carlos Bordalo (transcrição)	363
Anexo Q - Entrevistado II: ouvidora geral Anna Lins (transcrição)	367
Anexo R - Entrevistado III: promotor de justiça Armando Brasil (transcrição)	372
Anexo S - Entrevistado IV: assessor da SIAC/SEGUP Antônio Farias (transcrição)	381
Anexo T - Entrevistado V: corregedor geral da PMPA coronel Albernando Silva (transcrição)	383
Anexo U - Amostra das entrevistas: relatos de vida sobre experiências concretas da ação letal	388
Anexo V - Roteiro da entrevista com policiais paraenses sobre ação letal	389
Anexo W - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (modelo)	391
Anexo X - Entrevistado policial militar: 1º sargento PMPA Vilmar Ribeiro (anotações)	392
Anexo Y - Entrevistado policial militar: subtenente PMPA Juan de Jesus (anotações)	394
Anexo Z - Instrução Normativa nº 001/2013 – CorGeral/PMPA	396

INTRODUÇÃO

“Há, nas lembranças de qualquer um, coisas que não são reveladas a todos, mas apenas aos amigos. Há ainda aquelas que sequer aos amigos são reveladas, mas apenas a si mesmo, e ainda assim em segredo. Mas há finalmente aquelas que até a si mesmo se teme revelar e tais coisas qualquer homem decente tem acumuladas aos montes [...] Eu, pelo menos, somente há pouco tempo decidi recordar algumas das minhas aventuras passadas, já que desde então havia evitado todas elas, até com certa inquietação.

Agora que eu não apenas recordo, como até decidi escrevê-las, quero justamente fazer o seguinte experimento: é possível ao menos consigo mesmo ser completamente sincero e não temer toda a verdade?”

(Dostoiévski)

O Brasil é mundialmente conhecido como uma das sociedades mais violentas do planeta. Números absurdos de mortes violentas intencionais que drasticamente superam guerras recentes. No epicentro de todo esse morticínio estão as polícias brasileiras, consideradas por muitos estudiosos como as forças de segurança pública que mais morrem e que mais matam no trabalho cotidiano de policiamento. Este último fato, a *letalidade da polícia*, é o assunto em estudo e, por conseguinte, receberá maior atenção; entretanto, almeja-se que o pretendido avanço na sua compreensão em alguma medida concorra ao entendimento do outro evento imbricado e igualmente trágico, a vitimização de policiais.

As diferenças entre as manifestações da letalidade policial nas unidades federativas brasileiras colocam em evidência estados das regiões Sudeste, Norte e Nordeste, que apresentam crescimentos mais críticos de mortes provocadas por suas forças públicas, notadamente as militares. É o caso do estado do Pará, cujas polícias matam quase o dobro da taxa de mortes por intervenções policiais no país.

No Pará, desde as duas últimas décadas, a violência letal intencional não se restringe mais ao campo e a luta pela terra, recrudescceu e prolifera agora no espaço urbano. Na atual conjuntura, têm destaque as recorrentes chacinas que assolam a região metropolitana da capital, Belém, naturalizadas como parte do cotidiano fúnebre da cidade.

Os homicídios e as mortes por intervenções policiais são, respectivamente, as duas maiores causas de mortes violentas intencionais registradas.

No ápice da violência letal na Grande Belém, no ano de 2018, ocorreu um assassinato a cada hora e meia. Na imensa maioria das vezes, as vítimas são homens jovens, negros ou pardos, da periferia. A população pobre grita por socorro. As autoridades públicas se engajam no enfrentamento do problema. A mídia espetaculariza o cotidiano derramamento de sangue por todos os seus canais e várias vezes ao dia, espalhando o medo geral pela metrópole ao vender o exagero da uma realidade crua por si só espantosa.

As chacinas e o elevado número de mortes atribuídas às forças policiais são problemas de interesse público que há décadas mobilizam a sociedade civil organizada paraense. De um lado, o volume de mortes decorrentes de intervenções da Polícia Militar do Pará – PMPA alvitra o excessivo uso da força letal, em grau alarmante. Do outro, há fortes indicativos ou comprovação da participação criminosa de policiais militares em grupos de extermínio e milícias que aterrorizam as periferias pobres. Um problema social, público e, por ora, uma questão sociológica.

Considerações sobre a neutralidade científica e a vigilância epistemológica

A ciência é livre de valores e o conhecimento produzido deve ser puro, neutro, isento dos preconceitos e condicionamentos históricos do pesquisador. Um mito que se lança como o grande desafio pessoal neste estudo: desassociar-me dos quadros valorativos de referência que marcam a minha biografia e individualidade.

Há mais de três décadas, encontro-me pessoalmente envolvido com o fenômeno da letalidade policial militar no estado do Pará. Ao longo dos anos em que integrei ativamente a organização na condição de oficial do quadro de combatentes, fui treinado para o uso da força letal e especializado em operações policiais de alto risco; também contribuí na capacitação operacional de várias gerações de policiais que me sucederam.

Trabalhando como policial militar, participei de intervenções que resultaram em mortes à frente das principais unidades policiais da PMPA responsáveis por ações repressivas de enfrentamento à criminalidade violenta. Estagiei na 1ª Companhia do 6º Batalhão de Polícia Militar, a PATAM, servi e comandeí a Companhia Independente de Operações Especiais – CIOE e o Batalhão de Policiamento Tático – BPOT, ou como é popularmente conhecido: ROTAM. Todas elas, unidades policiais militares de elite associadas aos elevados números da letalidade no estado.

Nas intervenções policiais em que aconteceram trocas de tiros, constatei bem cedo que a vocação para lidar melhor com as situações de perigo era restrita a poucos indivíduos. Naquela época, focado no enfrentamento, eu me indagava: *por qual razão alguns policiais não conseguiam atirar contra agressores que os ameaçavam mortalmente?* Apesar dos treinamentos e condicionamentos, isso se repetia com regularidade.

Com o passar dos anos, experiências, percalços e novas responsabilidades me levaram a modificar gradualmente o enfoque até o momento em que passei a me interrogar: *por que certos policiais empregavam suas armas de fogo com tanta frequência?* Alguns nomes se repetiam nos boletins de ocorrência e autos de resistência, de modo curiosamente recorrente. Indivíduos ordinários e semelhantes aos demais companheiros policiais, eram pais, mães, religiosos, céticos, liberais, conservadores, que na folga se ocupavam como estudantes, professores, esportistas, seguranças particulares, pequenos comerciantes, taxistas ou motoristas de aplicativos. Todos sujeitos ao mesmo processo de socialização profissional na polícia militar e igualmente expostos à violência criminal no exercício do policiamento urbano. Carreguei essa interrogação comigo, menos interessado em aclarar a questão do que em cuidar dos desdobramentos de ordem prática e administrativa concernentes aos relatórios e ao cumprimento das metas de desempenho operacional.

Este estudo me possibilitou retornar à velha questão central (por qual razão alguns policiais matam, inclusive de modo repetitivo, e outros não?), agora delineada com maior precisão – *quais fatores são determinantes da ação letal dos policiais paraenses?* – para, finalmente, examiná-la de maneira integral e adequada, desta feita sob o prisma da sociologia e munido das teorias e dos instrumentos de pesquisa das ciências sociais. Da ponderação inicial, espontaneamente, outras indagações foram sendo derivadas: *o que essencialmente diferencia o policial capaz de vestir seu uniforme da PMPA e sair para trabalhar disposto a usar força letal, por meio da sua arma de fogo, de modo desnecessário e injustificado, contra seu semelhante? Qual a fragilidade dos mecanismos institucionais de controle da atividade policial perante a letalidade? Como esse indivíduo se relaciona dentro e fora da organização policial com os outros concidadãos menos envolvidos, que o apoiam direta ou indiretamente, e com aqueles que reprovam o comportamento homicida? Quais os efeitos da conduta letal sobre aquele que a pratica?*

Temos aqui três ordens de questões sobre a ação letal do policial. A primeira diz respeito à relação entre o modelo estatal de controle social e seus mecanismos de regulação da atividade policial. A segunda se concentra no indivíduo policial que pratica a ação letal. Por fim, a terceira ordem de questões concerne à relação *polícia-sociedade*, ou melhor, a

interação entre os policiais e os *cidadãos de bem*, a boa sociedade que apesar de não cometer diretamente a ação letal, a ela está associada numa moralidade condescendente. Tais questões colocam em pauta o monopólio do uso legítimo da força pelo Estado e a crise civilizatória da sociedade brasileira.

As memórias do cotidiano da PMPA e dos usos da força letal por policiais militares paraenses acumuladas ao longo das décadas de serviço, revisitadas sob as lentes especializadas da sociologia, permitiram-me cogitar um trio de proposições sobre às questões suscitadas:

- as instituições policiais não têm a capacidade de construir identidades nem controlar a conduta dos seus integrantes;
- a gestão organizacional das polícias coloca permanentemente os policiais em situações conflitantes capazes de mobilizar no indivíduo uma crise existencial que pode resultar em ações abusivas de profunda violência;
- os policiais experimentam sociabilidades assinaladas por violência que não se restringem à socialização profissional – que tanto antecedem quanto extrapolam as organizações policiais – e que fomentam, em alguns, um forte desejo de matar às vezes colocado em prática.

Por efeito da reflexão que me permitiu visitar a memória e explorar minha vivência na tropa, decerto que a alteridade está comprometida no sentido de que não há exterioridade e, portanto, fez-se necessária a vigilância epistemológica rigorosa. De tal modo, as lembranças foram usadas de maneira produtiva mais para fomentar dúvidas coerentes sobre teses levantadas nos caminhos da pesquisa que para tecer afirmações, sabidamente parciais e fundadas nos limites da minha vivência particular.

Para dar conta dessa empreitada intelectual, mostrou-se necessário conhecer a letalidade dos policiais paraenses para além da minha biografia. Fez-se indispensável investigar aspectos gerais sobre a PMPA e o uso da força letal por policiais em amplitude e profundidade. Examinar seus elementos históricos, políticos, culturais e sociais. A letalidade da polícia militar paraense foi assim estudada em relação a quatro dimensões: a instituição (*os valores*), a organização (*o trabalho*), a profissão (*os interesses*) e o policial (*o indivíduo*).

Por outro lado, é inegável que a condição peculiar de pesquisador nativo – que possibilita não ser encarado como um intruso indesejado pelo grupo pesquisado – facilitou o trabalho de obtenção de dados confiáveis. Certamente, os pesquisadores do campo concordam quanto aos problemas práticos que afetam a condução dos estudos que envolvem as instituições policiais, isto é, o problemático acesso às polícias e a precária documentação catalogada e disponível nas bibliotecas e arquivos, o que exige uma

paciência desmedida para coletar informações. Assim, a vantagem oferecida foi oportunamente explorada para, de modo ético, acessar informações que nessa relação de pesquisa em particular não encontraram motivos para serem resguardados.

Há que se considerar, além do mais, que o assunto por si só abarca uma gama de afetos. Ao longo da minha carreira, galgada plenamente até o posto de coronel e abalizada por sentimentos aprazíveis, trabalhei com inúmeros policiais civis e militares. Em maioria, profissionais dignos, honestos e dedicados. Testemunhei arriscarem suas vidas em confrontos armados e praticarem verdadeiros atos de heroísmo. Mas, brutalidades também ocorreram. Paradoxalmente, notei alguns alternarem manifestações das duas condutas, amiúde.

Essa dualidade moral, empiricamente imprecisa, parece orientar o juízo que no senso comum se faz a respeito das organizações policiais: para uns, os policiais são heróis; para outros, algozes; são ainda as duas coisas, na opinião de muitos. Enfim, indiferente ao julgamento que se faça, não se pode negar que *a polícia mata*.

Logo, caro leitor, para o melhor exame da ação letal policial, considero necessário seu esforço pessoal de suspensão da sensibilidade moral ante às informações que serão apresentadas, para que fique devidamente entendido que, neste estudo, o destaque de certos aspectos da violência policial no Pará não explicita meu julgamento particular nem pretende induzir avaliações pejorativas sobre os indivíduos ou as polícias paraenses. De igual modo, a reprodução dos relatos redigidos a partir do ponto de vista dos policiais entrevistados não tenta absolvê-los de qualquer comportamento violento considerado como inaceitável por alguns.

Quanto ao estilo literário da escrita e ao gosto por adjetivos – sujeito às críticas dos que zelam pela fidelidade a velhos princípios metodológicos e pelos sinais exteriores mais reconhecidos do rigor das disciplinas científicas –, notórios sobretudo nos capítulos iniciais que compõem a primeira parte da tese, esclareço que eles têm por intuito propiciar uma viagem emocional pelo *drama paraense* durante a leitura. A medida em que a pesquisa avança no campo, camadas de explanações lógicas do fenômeno da letalidade policial, objetivas, vão sendo aglutinadas até culminarem no sexto e último capítulo, de todo explicativo. O conhecimento e a explicação ocorrem num processo racional menos linear que em espiral, no qual se volta recursivamente a análise de certos elementos, porém, em patamares distintos.

Já devidamente esclarecida as peculiaridades da minha condição e da abordagem proposta, peço então licença para redigir o texto do próximo item em diante preservando na oração o sujeito (narrador) indeterminado, com o duplo intuito de me forçar a manter um permanente estado de alerta quanto ao rigor e a validade do conhecimento em produção e de enfatizar a busca pela neutralidade no conteúdo do argumento apresentado.

PERCURSO METODOLÓGICO

Optou-se por tomar a *ação letal policial* como o objeto para efeito da análise. A ação é entendida como *a conduta humana de matar outro ser humano realizada pelo policial, orientada por conhecimentos práticos e pelas experiências subjetivas do agente*. Enquanto prática social concreta, é facilmente constatada empiricamente.

Não há um referencial teórico pressuposto. Ou melhor, não há filiação exclusiva. As teorias, métodos e técnicas foram sendo buscadas no andamento da pesquisa, com o uso determinado na medida da sua conveniência e no limite da sua capacidade elucidativa para cada questão pontual. O factual, o concreto, impôs-se. De modo algum, isso significa dizer que pouco uso se fez do arcabouço das explicações das ciências sociais. Muito ao contrário, a contribuição valiosa de diversos estudiosos será facilmente constatada ao longo da tese.

A investigação sociológica foi dividida em duas fases. A primeira fase, denominada de exploratória, oferece ao leitor uma visão geral da letalidade policial no estado do Pará e, em especial, na região metropolitana de Belém, construída essencialmente com fontes indiretas. A segunda, por sua vez, caracterizou-se pelo trabalho em campo diretamente junto aos policiais paraenses investigados.

Pesquisa exploratória documental e entrevistas abertas

Os primeiros passos da pesquisa consistiram no levantamento minucioso de dados estatísticos e parâmetros sobre a violência letal intencional no Pará e na região metropolitana de Belém, em especial, aquela atribuída às polícias paraenses nos documentos oficiais divulgados pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará – SEGUP. Os números do Pará foram confrontados com informações globais, internacionais e de outros estados brasileiros encontrados em relatórios publicados por institutos e organizações de pesquisa renomados e dedicados à produção de conhecimento no campo da segurança pública, com destaque para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP.

Em seguida, realizou-se a verificação das matérias jornalísticas publicadas nos periódicos impressos no estado, para o resgate de manifestações do senso comum e da memória social da sociedade paraense sobre a violência letal intencional. A pesquisa na hemeroteca pública foi dividida em duas etapas. A primeira explorou notícias expostas na primeira página e no caderno policial, nos três primeiros anos da década de 1990, nos

jornais *Folha do Norte* (fora de circulação), *A Província do Pará* (fora de circulação), *O Liberal* e o *Diário do Pará* (em circulação). As palavras-chave utilizadas foram: “PATAM”, “chacina”, “massacre”, “execução”, “executado”, “assassinato”, “assassinado”, “morto”, “homicídio”, “policial”, “tiro”. Os acontecimentos mais emblemáticos noticiados foram selecionados para análise.

A segunda etapa da pesquisa na hemeroteca pública investigou as manchetes da primeira página e o caderno policial das edições diárias publicadas no ano de 2017, nos dois jornais impressos de maior circulação no estado: *O Liberal* e *Diário do Pará*. As palavras-chave utilizadas na busca foram: “ROTAM”, “BPOT”, “tiro”, “morto”, “assassinato”, “assassinado”, “chacina”, “massacre”, “execução”, “executado”, “homicídio”, “policial”, “carro prata”, “carro preto”, “moto” e “motoqueiro”. As mais frequentes foram agrupadas numa nuvem de palavras.

Completando a paisagem da letalidade paraense, informações gerais sobre a atuação do poder público estadual foram obtidas junto à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Grupos de Extermínio e Milícias, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA; às 1ª e 2ª Promotorias de Justiça Militar – PJM, do Ministério Público do Estado do Pará – MPPA; à SEGUP; ao Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade – GALM, do Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP/SEGUP; à Polícia Civil do Pará – PCPA; à PMPA; e à Corregedoria Geral da Polícia Militar – CORREG/PMPA.

A pesquisa dos documentos oficiais foi tonificada por entrevistas abertas realizadas com autoridades estaduais que exerceram funções públicas no período em análise. São elas: o deputado estadual relator da Comissão Parlamentar de Inquérito dos grupos de extermínio e milícias; o promotor de justiça militar responsável pela investigação de homicídios com suposta participação de militares estaduais; o secretário estadual de segurança pública e defesa social; o secretário adjunto da SIAC/SEGUP; a ouvidora do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS; o delegado geral da PCPA; o comandante da PMPA; e o corregedor da PMPA.

Para a organização e análise dos dados coletados na pesquisa documental, utilizou-se o software *NVIVO 12* (versão 12.6.0), da QSR International. Como resultado das investigações exploratórias, algumas tendências e condições gerais do fenômeno que interessam à pesquisa foram elencados – dentre números, taxas, dados oficiais, pesquisas, comentários de outros autores e acontecimentos noticiados na internet, na televisão e nos jornais – e reunidos num esboço de aspectos da letalidade policial no Pará. Além disso, logo se notou a provável maior disposição ao uso da força dos policiais do BPOT.

Revisão da literatura especializada

Em concomitância com as pesquisas da fase exploratória, organizou-se a revisão da produção intelectual de pesquisadores dedicados ao conhecimento da polícia e, em particular, foram levantadas as contribuições teóricas das ciências sociais e de campos interdisciplinares sobre o uso da força letal relacionado ao exercício da atividade policial abordando a realidade do Pará e da PMPA. Empregou-se novamente o software NVIVO 12.

Alguns dos fatores organizacionais, atitudinais e individuais de maior relevância teórica observados na revisão da literatura foram elencados como subsídios para a realização de uma investigação quantitativa ampla direcionada à coleta de dados sobre as características dos policiais paraenses e dos usos da força letal na Polícia Militar do Pará, em maior escala para que servissem de fundamento para interpretações sociológicas mais robustas e elucidativas, em complemento aos resultados colhidos na pesquisas preliminares.

As dimensões de relevância teórica elencadas como variáveis independentes para a sondagem estatística foram: perfil sociodemográfico; experiência individual e trajetória pessoal; atitudes em relação ao uso da força e ao policiamento; unidade policial e tipo de trabalho realizado; ambiente institucional; e contexto criminal enfrentado.

Pesquisa quantitativa: survey, regressões e experimentos

A pesquisa quantitativa marca o fim da fase exploratória e o início do trabalho de campo junto aos policiais militares paraenses. A melhor opção para a investigação quantitativa consistiu em replicar o método *survey* realizado por Beatriz Mangaloni e Ignacio Cano, que teve por propósito analisar os fatores determinantes do uso da força policial no Rio de Janeiro, em níveis individual e da unidade policial militar, por meio da autoaplicação de questionário a uma amostra de policiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ, lotados na região metropolitana.

Com o devido consentimento e inestimável ajuda do sociólogo Ignacio Cano, os questionários utilizados no Rio de Janeiro foram ajustados à realidade do estado do Pará e o *survey da PMPA* foi realizado nos meses de março e abril de 2018. Entrevistou-se um de cada cinco policiais militares paraenses, de todas 20 unidades dos 6 grandes comandos responsáveis pelo policiamento ostensivo cotidiano da região metropolitana de Belém. Um total de 1.210 questionários foi respondido, de modo parcial ou por completo.

Utilizou-se o software *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS Statistics* (versão 26), da International Business Machine – IBM, na aplicação dos testes estatísticos específicos para organização das informações descritivas da amostra, das regressões lineares

e dos experimentos de pesquisa analisados. Os fatores considerados capazes de influenciar crenças e atitudes individuais dos policiais militares paraenses relacionadas à doutrina policial e ao real uso da força foram testados, submetendo as escalas especialmente criadas aos vários modelos de regressão linear múltipla por meio do *método dos mínimos quadrados ordinários* (MQO), com o auxílio do software SPSS Statistics.

Encerrando o trabalho com dados levantados no survey, dois experimentos foram aplicados com o propósito de examinar as circunstâncias sob as quais os policiais militares paraenses ponderam ser mais justificável atirar contra um suspeito, ou seja, buscou-se aclarar com as pesquisas experimentais o subjetivismo que orienta o uso da força letal.

Todos os procedimentos da pesquisa qualitativa se encontram detalhados no capítulo 4 e suas explicações suplementares (sobre as técnicas estatísticas, testes, contagem de variáveis, regressões sem dados omissos) estão reunidas nos Anexos.

Nova pesquisa documental: relatórios de mortes por intervenções policiais do BPOT

Diante dos resultados estatísticos, decidiu-se investigar os relatórios individuais e circunstanciados de letalidade e das escalas de policiamento tático das companhias ROTAM, do BPOT, com o escopo de identificar manifestações da ação letal recorrente e de compreender, em números, a dinâmica da composição das guarnições de serviço e dos protagonismos e as recorrências nas ações letais, no conjunto das mortes atribuídas às intervenções da unidade policial militar.

A intensa ação recidiva de alguns rotanzeiros em episódios concretos de uso da força letal salta em protuberante discrepância ao ser confrontada com a conduta dos demais companheiros da unidade que enfrentam igual risco no serviço habitual de patrulhamento de áreas perigosas e que estão sujeitos às mesmas forças situacionais. Os dados das pesquisas quantitativa e documental indicaram a necessidade de se aclarar a prática policial que se representa e se legitima socialmente como confronto armado.

Entrevistas em profundidade sobre histórias de vida

À vista disso, o grupo dos rotanzeiros foi escolhido como amostra principal para realização de entrevistas em profundidade de histórias de vida que carregam a insólita experiências de participar de um confronto armado e matar alguém, com a finalidade de novamente investigar, desta vez pelo sendeiro da memória, a hipotética interveniência em crenças, valores, atitudes e comportamentos concernentes à violência policial dos fatores de

clássica relevância teórica (sociodemográficos, idiossincrásicos, organizacionais e institucionais) já testados previamente nas regressões lineares e nas pesquisas experimentais.

As histórias de vida foram anotadas ao longo de quase 5 anos, desde 2015 até 2019, estreadas tão logo se aventou a proeminência dos rotanzeiros. Os relatos foram recolhidos em diferentes situações. Algumas notas resultam de bate-papos descontraídos, oportunos, em conversas informais com duração variada que se passaram no próprio batalhão.

Outros relatos foram colhidos junto a indivíduos determinados, por meio de entrevistas em profundidade planejadas e realizadas em condições favoráveis à privacidade das confidências. A seleção considerou o perfil dos rotanzeiros mais propensos ao uso da força letal e a participação recorrente em mortes por intervenções policiais – MIP, apontados nas pesquisas precedentes.

Para complementar a amostra, histórias de vida foram recolhidas entre 3 policiais de outras unidades da PMPA, 2 policiais militares da reserva e 2 ex-policiais militares que se encontram atualmente sob custódia da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado – SEAP. Todos trabalharam no BPOT ou na CIOE, alguns nas duas unidades. Também foram entrevistados 2 policiais civis da PCPA com o propósito de comparar elementos das suas narrativas aos dos militares estaduais.

No total, a amostra abrangeu 55 policiais e ex-policiais paraenses (a lista com organização dos entrevistados se encontra nos Anexos). O *corpus* de histórias de vida contou ainda com o suplemento de informações coletadas por outros pesquisadores, em estudos análogos com policiais de outros estados, e por jornalistas que cobrem o tema.

Entre os muitos relatos recolhidos, foram destacadas as histórias de vida de 8 policiais militares (*Charlie*, *Vilmar*, *Juan*, *Juliet*, *Romeo*, *Oscar*, *Bravo* e *Lima*) e de 1 policial civil (*Victor*), todos eles possuidores de experiências concretas de uso da força extrema praticada contra um concidadão. São histórias singulares, espantosas, das quais se extraiu elementos gerais que contribuíram para a compreensão mais produtiva da ação letal praticada por policiais paraenses.

Todos os entrevistados em profundidade foram esclarecidos do teor da pesquisa e concordaram em participar, por meio do termo de consentimento livre e esclarecido (cujo modelo se encontra nos Anexos). Combinou-se previamente o sigilo da identidade com alguns. Pseudônimos foram escolhidos de maneira aleatória, baseada no código fonético internacional. Fatos foram modificados para preservar o anonimato e garantir a confidencialidade de informações dadas em confiança. As entrevistas duraram em média 90 minutos e seguiram o roteiro estruturado que se encontra disponível nos Anexos.

Para dar conta do esforço intelectual de buscar compreender e explicar as ações policiais que resultam na mortes de pessoas, as versões da realidade apresentadas nas lembranças dos entrevistados foram consideradas reconstruções legítimas e dignas de crédito, porém, de modo algum, isso expressa concordância com os usos abusivos da força letal.

Tipologia e determinantes da ação letal policial

O conhecimento acumulado nesse percurso resultou numa tipologia criada para explicar os diferentes tipos de ação social dos policiais que lhes carregam a peculiar experiência de matar outro ser humano. As dimensões testadas na pesquisa quantitativa e os fatores notados no exame das histórias de vida foram aglutinados para formar a matriz dos possíveis determinantes da ação homicida dos policiais, elucubrada com o propósito de contribuir para a melhor compreensão e explicação da ação letal dos policiais paraenses.

ORGANIZAÇÃO DA TESE

A tese se divide em duas partes. A primeira, intitulada *A dimensão pública da letalidade policial*, é composta pelos capítulos 1, 2 e 3 que tratam dos aspectos da letalidade policial no Pará expostos cotidianamente à população, de forma aberta ou midiaticizada, diretos ou concentrados em estatísticas, expressos em documentos, nas ações e na retórica das autoridades estatais. Reúne, além disso, os conhecimentos das ciências sociais sobre o fenômeno disponíveis aos interessados no assunto. Em suma, trata da letalidade que está ao alcance dos olhos de todos, nua e crua, midiaticizada ou teorizada.

O capítulo 1 – *A violência nossa de cada dia* – expõe os dados que colocam o Brasil como uma das nações mais violentas do mundo. Apresenta o cenário de recrudescimento da violência letal intencional nas duas últimas décadas no país e, de maneira especial, no estado do Pará e na região metropolitana de Belém. Explora as duas circunstâncias em que a letalidade dos policiais paraenses alcança visibilidade e ganha o domínio público. A primeira circunstância concerne às mortes decorrentes de intervenções policiais, sobretudo dos militares estaduais, em confrontos armados que ocorrem comumente no policiamento ostensivo da cidade. A segunda, que será explorada com mais ênfase no capítulo, trata das recorrentes chacinas nas quais o estado foi palco e há fortes indícios ou comprovação da participação criminosa de policiais militares.

O capítulo 2 – *A letalidade policial na agenda pública* – aprofunda a investigação sociológica da ação letal policial, isto é, do comportamento homicida observado em policiais militares estaduais do Pará, desta vez sob o aspecto da política pública, com o propósito de assinalar nas perspectivas, diretrizes e atos das autoridades estatais, elementos que possibilitem aclarar como se comportam a sociedade paraense em geral, a mídia local, os gestores públicos e os funcionários de alto nível da PMPA em relação ao fenômeno. Os mecanismos institucionais de controle da atividade policial foram especialmente examinados. O capítulo completa o quadro geral da letalidade policial organizado para ambientar o leitor à realidade paraense.

O capítulo 3 – *Interpretações da letalidade policial dominantes nas ciências sociais* – trata da letalidade policial enquanto questão sociológica, explorando os conhecimentos e explicações acadêmicas dominantes que contribuem para aclarar o fenômeno. Agrupa a produção intelectual de pesquisadores dedicados ao conhecimento da polícia e, em particular, as contribuições teóricas das ciências sociais e de campos interdisciplinares sobre o uso da força por policiais, arregimentando noções, conceitos e conclusões aplicáveis à realidade do Pará e da PMPA.

A segunda parte da tese – *Descortinando a letalidade policial* – é composta pelos capítulos 4, 5 e 6. Expõe ao leitor nuances da letalidade policial sobrepostas e escondidas por aspectos habitualmente mais perceptíveis e óbvios do fenômeno, mas nem por isso mais significativos e esclarecedores. Retira o véu do corporativismo e desvela a ação letal por meio dos próprios policiais paraenses.

O capítulo 4 – *Panorama do uso da força na PMPA* – versa sobre os primeiros passos em campo direcionados à melhor compreensão da ação letal dos policiais. O trabalho junto aos policiais militares paraenses tem início com a pesquisa quantitativa, por meio da aplicação de questionários estruturados elaborados para coletar dados sobre as características dos policiais paraenses e dos usos da força letal na PMPA. Alguns fatores organizacionais, atitudinais e individuais de relevância teórica, tradicionalmente identificados como relacionados à violência policial nas interpretações dominantes nas ciências sociais, foram mapeados e analisados estatisticamente para aclarar a medida em que podem influenciar a decisão pelo uso da força letal.

O capítulo 5 – *Faces da letalidade policial* – convida o leitor a fazer um passeio biográfico e prestar atenção aos aspectos da vida ordinária de certos indivíduos policiais que vivenciaram o uso da força em grau máximo contra outro ser humano. Apresenta um *corpus* de histórias de vida singulares, surpreendentes, por vezes entrelaçadas de dados

subsidiários, das quais se pode extrair elementos gerais que contribuem para a compreensão mais produtiva da ação letal dos policiais paraenses e que, afinal, desvelam ao leitor faces humanas da letalidade policial no Pará até então mostrada em números, notícias, teorias e estimativas.

O capítulo 6 – *Explicando a ação letal policial* – responde à questão central que norteou o estudo (*quais fatores são determinantes da ação letal dos policiais paraenses?*). Finalmente, apresenta ao leitor a tipologia da ação letal policial, criada para explicar os diferentes tipos de conduta homicida dos policiais, e os possíveis determinantes da ação letal, elucubrados a partir dos fatores notados nas histórias de vida dos policiais paraenses.

Boa leitura!

Primeira parte:

A DIMENSÃO PÚBLICA DA LETALIDADE POLICIAL

CAPÍTULO 1

A VIOLÊNCIA NOSSA DE CADA DIA

“[...] o Brasil, lamentavelmente, entra sempre na lista das nações mais violentas do planeta.”

(Atlas da Violência 2018)

Neste capítulo, apresentar-se-á o cenário de recrudescimento da violência letal intencional nas duas últimas décadas no Brasil e, de maneira especial, no estado do Pará, onde o crime de sangue¹ não se restringe mais ao campo e a luta pela terra. Prolifera agora no espaço urbano, naturalizado como parte do cotidiano das cidades.

Terão evidência os homicídios que assolam a região metropolitana de Belém, capital do Pará, que consternam e modificam o cotidiano das pessoas e abrangem intimamente dois trágicos fenômenos imbricados: vitimização e letalidade dos policiais. Este último, *letalidade policial*, é o assunto em estudo e, conseqüentemente, receberá maior atenção; todavia, em face à conexão, almeja-se que o avanço na compreensão de um em alguma medida concorra ao entendimento do outro.

Serão exploradas duas circunstâncias em que a letalidade dos policiais paraenses alcança visibilidade, ganha o domínio público em narrativas midiáticas, ilustra o imaginário social e plasma o senso comum. A primeira circunstância concerne às mortes decorrentes de intervenções policiais, sobretudo dos militares, em confrontos armados que ocorrem comumente no policiamento ostensivo do espaço público. A segunda, que será explorada com mais ênfase, trata das recorrentes chacinas nas quais o estado foi palco e há fortes indícios ou comprovação da participação criminosa de policiais militares.

A análise se dará a partir de três principais fontes: (1) as informações produzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; (2) os dados oficiais divulgados pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará – SEGUP; e (3) as matérias jornalísticas publicadas nos dois periódicos impressos de maior circulação no estado: *O Liberal* e *Diário do Pará*.

¹ Delito cuja execução provoca o derramamento de sangue como, por exemplo, o *homicídio*; neste estudo, também serão empregadas livremente as categorias análogas *letalidade violenta* e *criminalidade violenta letal intencional* – CVLI.

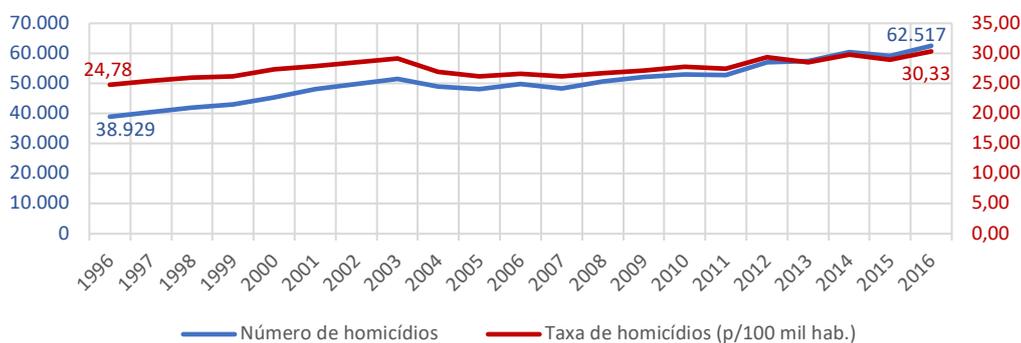
O destaque de certos aspectos da violência policial no Pará não explicita um juízo de valor particular nem pretende induzir avaliações pejorativas sobre os indivíduos ou as polícias paraenses. Tem por intuito propiciar uma viagem emocional pelo *drama paraense* durante a leitura, vivificado por meio do emprego de adjetivos e expressões habituais do cotidiano que plasmam no imaginário social o que se representa coletivamente por *polícia* e pelo uso que ela faz da força letal.

Enfim, a abordagem preliminar do tema letalidade policial, sob a perspectiva de problema social e no contexto da realidade paraense, pretende abalizar elementos que possibilitem delinear o escopo do interesse sobre o assunto, avocado como o ponto de partida do esforço de compreensão da ação letal dos policiais, ensejo da investigação sociológica. Vejamos esses subsídios.

1.1 CIVILIZAÇÃO VIOLENTA

No Brasil, mais de um milhão de pessoas perderam suas vidas em decorrência da violência letal intencional², em duas décadas (Ilustração 1). A dimensão dos homicídios³ é endêmica⁴, mata-se uma pessoa a cada oito minutos, no país. O montante diário dessas mortes equivale ao saldo lúgubre da queda de um avião lotado de passageiros, por dia.

Ilustração 1 – Brasil: número e taxa de homicídios (1996 a 2016).



Fonte: Ipea, 2018. Elaboração do autor.

² De acordo com o Ipea, foram registrados 1.059.201 homicídios de 1996 e 2016. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/31>>. Acesso: 20 jan. 2019.

³ *Homicídio* é o ato humano de matar outro ser humano, quer seja de forma voluntária ou involuntária; é sinônimo de assassinio ou assassinato. Está tipificado no artigo 121, do Código Penal Brasileiro – CPB.

⁴ A Organização Mundial de Saúde – OMS estabelece a taxa de 10 homicídios por 100 mil habitantes para classificar como epidêmico o nível de homicídios de uma localidade. Segundo a organização não governamental *Seguridad, Justicia y Paz* (Segurança Pública, Justiça e Paz; tradução nossa), que fez o levantamento das taxas de homicídios das cidades com mais de 300 mil habitantes em 2016, o Brasil possui 17 cidades entre as mais violentas do globo e uma taxa três vezes superior ao limite da OMS (cf. CARIELLO; GRILLO, 2017). Disponível: <<https://exame.abril.com.br/mundo/as-cidades-mais-violentas-do-mundo-em-2017/>>. Acesso: 20jan.2019.

O morticínio brasileiro supera guerras recentes em regiões castigadas por conflitos internos e nem o terrorismo global excede tal matança⁵. Na última década, foram 553 mil homicídios no país. O *Syrian Observatory for Human Rights*⁶ registra 511 mil mortos na Síria, de 2011 a 2018. No Iraque, segundo o projeto *Iraq Body Count*⁷, morreram 268 pessoas em decorrência da guerra, de 2003 a 2017. O *Global Terrorism Database*⁸ computou 238.808 mortes decorrentes de atentados terroristas no mundo, de 2001 a 2016.

Conforme a *Organização Mundial de Saúde*, o número anual de homicídios no Brasil representa mais de 10,00% do total mundial de crimes do mesmo gênero e excede a somatória anual dos homicídios em 8 países sul-americanos e também dos 28 países da União Europeia. O número de vítimas é maior que a população de cidades inteiras.

Pesquisadores do Ipea e do FBSP analisaram os dados do *Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde* (SIM/MS), do Brasil, e constataram que apenas em 2017 houve 63.895 mortes violentas intencionais no país⁹ e, pela primeira vez, superou-se a taxa de 30 mortes para cada 100 mil habitantes (30,80), mais de 30 vezes a taxa da Europa. Naquele ano, ocorreram 55.900 homicídios dolosos¹⁰, 955 lesões corporais seguidas de morte e 2.460 latrocínios¹¹; um montante anual que equivale a 175 mortes por dia¹².

A violência letal intencional contra jovens é ainda mais grave. Os dados apresentados pelo Ipea e FBSP destacam que o assassinato de jovens aumentou 23,30% no país, nos últimos dez anos. Somente em 2016, foram mortos violentamente 33.590 jovens que correspondem a 53,70% das vítimas totais do ano¹³. Os homicídios são causa de 49,10% das mortes violentas intencionais de jovens de 15 a 19 anos e 46,00% das mortes de 20 a 24 anos. Os homens são 94,60% das vítimas. Também foram vitimadas 4.645 mulheres. Uma taxa de 4,50 homicídios para cada 100 mil brasileiras, com o incremento de

⁵ Disponível: <<https://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/a-guerra-do-brasil.html#materia-principal>>. Acesso: 20 jan. 2019.

⁶ *Observatório Sírio para os Direitos Humanos* (tradução nossa).

⁷ *Contagem de Corpos no Iraque* (tradução nossa).

⁸ *Banco de dados do Terrorismo Global* (tradução nossa).

⁹ Os EUA perderam cerca de 60 mil soldados na Guerra do Vietnã, que durou quase uma década (1969-1975).

¹⁰ O *homicídio doloso* é quando uma pessoa mata outra intencionalmente. Este tipo de homicídio pode ser classificado como de *dolo direto*, ou seja, quando o indivíduo realmente deseja matar outra pessoa; ou *dolo indireto*, quando o indivíduo não tem o propósito de matar, mas é o responsável por organizar algum evento que causa a morte de alguém por consequência. Previsto no artigo 121, do CPB.

¹¹ *Latrocínio*: matar alguém para roubar alguma coisa. Descrito no artigo 157, §3 do CPB.

¹² Atlas da Violência 2018, infográfico.

¹³ *Ibid.*, p. 32.

6,40% nos últimos dez anos. A taxa de homicídios de mulheres negras foi 71,00% superior à taxa de não negras e essa é uma questão crucial apontada pelo Ipea e FBSP¹⁴.

O aumento da desigualdade das mortes violentas por raça/cor, na última década, tem forte concentração de homicídios na população negra (pretos e pardos). Em 2016, enquanto a taxa de homicídios de indivíduos não negros (brancos, amarelos e indígenas) diminuiu 6,80% no país, inversamente, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,10%; naquele ano, taxa de homicídios da população negra alcançou 40,20 e da não negra 16. No Brasil, os homicídios têm uma nítida matiz, vitimando majoritariamente (71,50%) homens jovens pretos ou pardos¹⁵. Na sinistra metáfora da queda do avião, eles são a maior parte dos passageiros que lotam a aeronave que desaba todos os dias no país.

As mortes por armas de fogo são outra questão central apontada. De 1980 até 2016, quase um milhão de brasileiros (910 mil) perderam a vida em decorrência de perfuração causada por projétil de arma de fogo (PAF). Somente em 2016, aconteceram 44.475 homicídios por arma de fogo, numa taxa de 21,60 mortes por 100 mil habitantes. Naquele ano, 71,10% do total de homicídios foram cometidos com arma de fogo¹⁶. Uma matança que afasta o Brasil de realidades como as do Chile (37,30%) e do Uruguai (46,50%) e o aproxima à El Salvador (76,90%) e Honduras (83,40%); na Europa, a média é 19,30%¹⁷.

Segundo a pesquisa *Global mortality from firearms, 1990-2016*¹⁸, do *Institute for Health Metrics and Evaluation*¹⁹, o Brasil foi o país que apresentou o maior número de mortes anuais por PAF em 2016, globalmente. A conexão entre o número de armas de fogo e as mortes violentas é intensa, cerca de 71,00% dos homicídios no país foram cometidos com arma de fogo²⁰, naquele ano. Parcela significativa dos homicídios abrange integrantes das polícias estaduais, em especial das organizações policiais militares.

Atrozmente, “o Brasil se destaca como a nação do planeta onde a polícia mais mata e mais morre em seu cotidiano de trabalho” (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2016, p. 31). Decerto que muitos são os riscos da atividade policial, em todo o mundo, e que a cada ano muitos policiais são feridos ou mortos,

¹⁴ Atlas da Violência 2018, p. 40.

¹⁵ *Ibid.*, p. 4.

¹⁶ *Ibid.*, p. 4-5.

¹⁷ *Ibid.*, p. 70.

¹⁸ *Mortalidade global por armas de fogo, 1990 – 2016* (tradução nossa). Disponível em: <<http://www.healthdata.org/research-article/global-mortality-firearms-1990%E2%88%922016>>. Acesso: 20 jan. 2019.

¹⁹ *Instituto de métricas e avaliação em saúde* (tradução nossa).

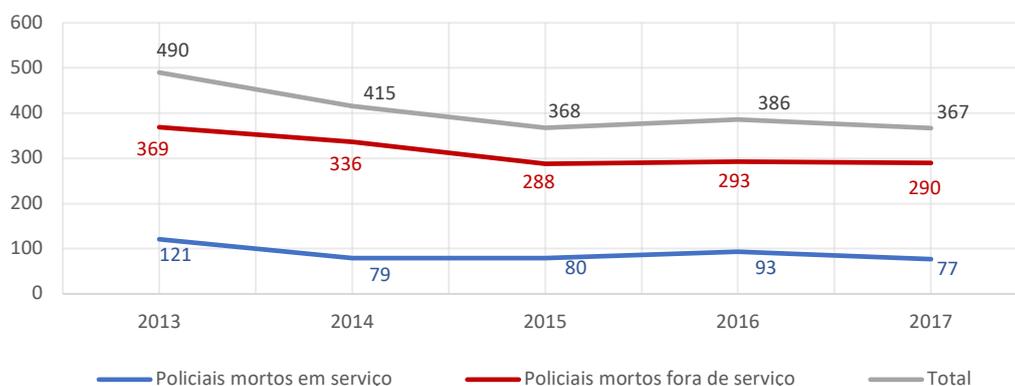
²⁰ Atlas da Violência 2018, p. 5.

[...] seja por inabilidade, por negligência, por excesso de autoconfiança ou em função dos confrontos armados, [policiais] se ferem ou morrem vítimas de armas de fogo. [...] Há aqueles que, estando de folga e em trajes civis, são reconhecidos por bandidos [e cruelmente executados]. Finalmente, temos aqueles policiais que se arriscam mais do que a prudência e as técnicas policiais recomendam. (MELLO, 2015, p. 10).

Nem por isso, é menos intimidante constatar que o morticínio de policiais brasileiros não encontra correspondência no planeta. Se “matar um policial é sinal de bravura e chega a funcionar como rito de passagem em algumas organizações criminosas” (Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014, p. 38), no Brasil, as facções espreitam seus territórios mais sedentas do sangue de policiais.

Nos últimos vinte anos morreram cerca de 10 mil policiais, no país. De 2013 e 2017, em média, foram 405 policiais mortos por ano. A Ilustração 2 mostra os números de policiais mortos no quinquênio recente e, nele, constata-se a alvissareira redução de 4,90% no último ano, em relação a 2016.

Ilustração 2 – Brasil: vitimização policial (2013 a 2017).



Fonte: FBSP, 2018. Elaboração do autor.

O “número de policiais mortos no Brasil em um ano é o mesmo que as mortes de policiais na Inglaterra em 98 anos” (Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016, p. 28). Nos Estados Unidos, por ano, morrem em média 70 policiais, a despeito de lá haver gangues perigosíssimas, enorme facilidade em comprar armas de fogo, graves problemas étnicos e terrorismo, além da população maior que a do Brasil. De 2009 a 2015, em serviço, morreram 113,00% mais policiais brasileiros que policiais americanos²¹.

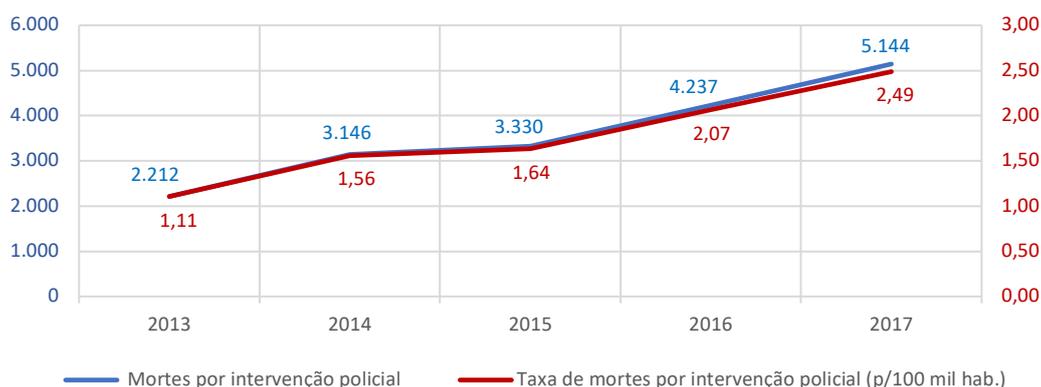
²¹ 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016, p. 6.

Da certo que a violência crescente vivenciada no Brasil tem concorrido para o aumento dos confrontos entre policiais e criminosos e, em geral, faz vítimas os agentes da lei mais vulneráveis que, de supetão, reagem a um roubo temendo serem identificados e executados ou quando se encontram expostos no *bico*²², sem o apoio dos colegas de farda. Dentre as vítimas, há ainda aqueles que sofrem vinganças em decorrência do trabalho policial ou os venais que se promiscuem com delinquentes e, desgraçadamente, pagam com a vida por suas desavenças no mundo do crime²³.

Apenas no ano de 2017 foram assassinados 367 policiais no país, uma carnificina que equivale a um policial morto por dia²⁴. As vítimas mais frequentes são policiais militares homens, negros e pardos, dos níveis mais baixos da hierarquia funcional (*os praças*²⁵) e que residem nos bairros periféricos. Cerca de 80,00% dos policiais que foram vítimas de homicídio não estavam em serviço, isto é, morreram na folga do trabalho²⁶.

Do mesmo modo trágico, a letalidade policial apresenta números crescentes no Brasil, que resultam, basicamente, de intervenções de policiais militares em serviço²⁷. Os dados das secretarias estaduais de segurança pública, pesquisados pelo Ipea e FBSP, registram 5.144 pessoas mortas pelas polícias brasileiras no ano de 2017 (Ilustração 3).

Ilustração 3 – Brasil: mortes por intervenção policial (2013 a 2017).



Fonte: FBSP, 2018. Elaboração do autor.

²² Trabalho remunerado de segurança privada armada, desuniformizado, na folga, sem a autorização formal da organização policial e, em geral, com limitado apoio das guarnições de serviço ordinário.

²³ 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015, p. 24.

²⁴ Atlas da Violência 2018, infográfico.

²⁵ Soldados, cabos, sargentos e subtenentes das polícias militares estaduais.

²⁶ Diferentemente do Brasil, poucos países separam o número de policiais mortos em serviço e fora de serviço em suas estatísticas, “provavelmente porque, em outros países, raramente policiais sejam vitimados quando não estão trabalhando e também pelo fato de policiais não terem que fazer ‘bicos’ para aumentar a renda em países desenvolvidos” (Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014, p. 38).

²⁷ Mortes por intervenções policiais são contabilizadas à parte e não entram na estatística dos homicídios.

As mortes por intervenções policiais em 2017 aumentaram 21,00% em relação ao ano anterior. São a segunda maior causa de mortes violentas intencionais (MVI) do ano, correspondendo a 8,00% das MVI²⁸ e superando em 110,00% à quantidade de latrocínios. Em média, foram mortas 14 pessoas por policiais em serviço, por dia. Ou seja, em 2017, a cada hora e meia alguém foi morto por policiais brasileiros que faziam o policiamento.

Os números do Brasil são ainda mais espantosos quando comparados aos dos outros países. Em 30 anos (1983-2012), as polícias norte-americanas foram responsáveis por 11.090 mortes. No período de 2009 a 2013, as polícias brasileiras causaram a morte de 11.197 pessoas. Ou seja, as polícias brasileiras mataram em cinco anos o mesmo número de pessoas que as polícias americanas em três décadas²⁹.

Entre 2009 e 2016, 21.897 pessoas foram mortas em ações policiais no Brasil. No mesmo período, o número total de pessoas assassinadas na Argentina foi de 14.120; ao somar o número de homicídios no Peru (4.222), Chile (5.367) e Uruguai (1.406), temos 11.751 óbitos (OMS). A taxa de letalidade da polícia brasileira é maior que a de Honduras (país estatisticamente mais violento do mundo). (DUARTE; CALDAS, 2017, p. 5).

Não faltam evidências de que as polícias brasileiras mantêm um padrão abusivo de uso da força letal³⁰. O acentuado e crescente aumento das mortes decorrentes da ação de policiais em contraste à redução leve e contínua da vitimização policial é alarmante.

De fato, se considerarmos apenas as mortes, de ambos os lados, durante o serviço dos policiais militares, o desequilíbrio é muito grande. [...] tudo indica que a razão entre mortes de civis e mortes de policiais militares durante o serviço destes últimos ultrapassa 20 a 1, o que configura um claro cenário de uso excessivo da força letal. (8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014, p. 29).

Na refrega entre policiais e não-policiais no Brasil, milhares são feridos e exterminados todos os anos. As vítimas mais frequentes da barbárie, regra geral, são homens jovens, negros e pardos, com baixa escolaridade³¹; pertencem ao mesmo estrato social dos policiais. O conflito é fratricida³² e traduz “uma verdadeira crise civilizatória que, nas últimas décadas, tem naturalizado os homicídios e matado nossos jovens” (Atlas da Violência 2017, p. 6).

²⁸ Quando as mortes por intervenções policiais atingem o patamar de 5% das mortes violentas intencionais, considera-se, internacionalmente, um alerta da possibilidade de abuso da força letal por parte dos integrantes das organizações policiais (cf. CANO, 1997).

²⁹ 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014, p. 43.

³⁰ O uso da força letal corresponde, em regra, a ação objetivada de disparar a arma de fogo contra alguém, atingindo-o de modo potencialmente mortal.

³¹ Atlas da Violência 2018, p. 41

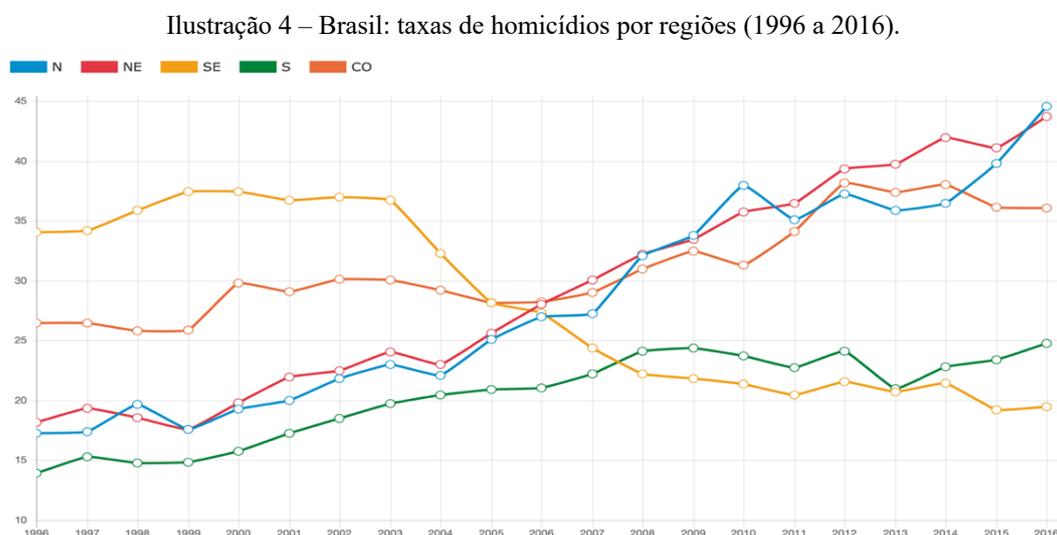
³² Cf. ZAFFARONI, 1991; BARREIRA, 1998.

1.2 DISPARIDADES REGIONAIS

O incremento dos homicídios em todo o Brasil apresenta uma enorme heterogeneidade entre as unidades federativas³³, sendo mais intenso em algumas regiões.

Nos últimos quatro anos, enquanto houve uma aparente estabilidade nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, ocorreu o avanço mais crítico dos homicídios no Nordeste e Norte do Brasil, principalmente nos sete estados com maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes: Sergipe (64,70), Alagoas (54,20), Rio Grande do Norte (53,40), Pará (50,80), Amapá (48,70), Pernambuco (47,30) e Bahia (46,90)³⁴.

Em 2016, a média da taxa de homicídios por 100 mil habitantes chegou a 45 nos estados do Nordeste e Norte. O valor se manteve em 20 no Sudeste e abaixo de 25 no Sul do país³⁵ (Ilustração 4).



Fonte: Ipea, 2018.

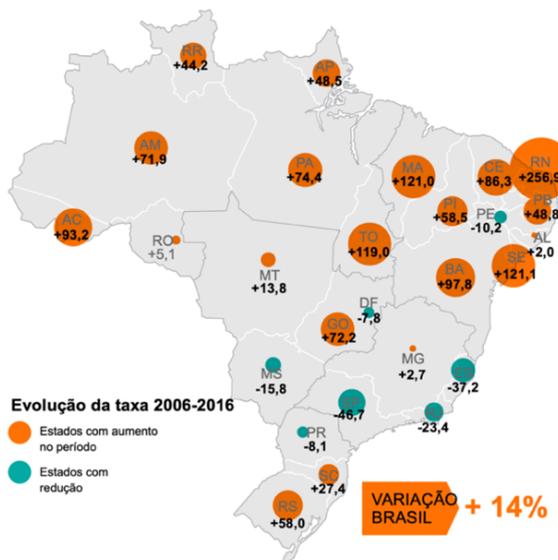
Todos estados das regiões Norte e Nordeste apresentam evolução nas taxas de homicídios no período de 2006-2016, exceto Pernambuco (-10,20%), e todas as unidades da federação com crescimento superior a 74,00% pertencem as duas regiões. A Ilustração 5 mostra que dos dez estados com maior crescimento gradativo da violência letal na última década, no Brasil, nove pertencem as regiões Nordeste e Norte. São eles: Rio Grande do Norte (+256,90%), Sergipe (+121,10%), Maranhão (+121,00%), Tocantins (+119,00%), Bahia (+97,80%), Acre (+93,20%), Ceará (+86,30%), Pará (+74,40%) e Amazonas (+71,90%).

³³ Atlas da Violência 2018, pp. 20-27.

³⁴ *Ibid.*, p. 23.

³⁵ *Ibid.*, p. 3.

Ilustração 5 – Evolução da taxa de homicídios no Brasil, por UF (2006 a 2016).



Fonte: Página de *O Globo DATA*.³⁶

As regiões Norte e Nordeste também registram o incremento dos homicídios causadas por disparo de arma de fogo na década de 2006-2016, sendo mais intenso no Norte (167,10%) e, em menor escala, no Nordeste (153,20%). Os estados do Acre e Rio Grande do Norte atuam como principais impulsionadores do crescimento nas suas regiões, mais que triplicando e quadruplicando, respectivamente, o número de homicídios por arma de fogo no período³⁷.

A vitimização e a letalidade policiais, “produtos do modelo de enfrentamento à violência e criminalidade que permanece insulado em sua concepção belicista” (Atlas da Violência 2017, p. 22), são fenômenos que afetam quase todos os estados, sendo mais críticos no Norte, Nordeste e Sudeste do país. De acordo com os dados do FBSP, há anos o Rio de Janeiro se mantém como o estado brasileiro onde, em números absolutos, mais policiais são assassinados e, do mesmo modo trágico, tem a polícia que mais mata. Foram 104 policiais assassinados e 925 mortes por intervenções policiais em 2017, no Rio.

Os estados com maior vitimização policial em 2017 são: Rio de Janeiro (104), São Paulo (60), Pará (37) e Ceará (25); que somados convergem 61,50% das mortes de policiais registradas no ano. Do outro lado, as polícias estaduais mais letais pertencem ao Rio de Janeiro (1.127), São Paulo (940), Bahia (668) e Pará (388), que juntos concentram mais de 60,00% das mortes por intervenção policial no país, naquele ano.

³⁶ Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/atlas-da-violencia-2018-brasil-tem-taxa-de-homicidio-30-vezes-maior-do-que-europa-22747176>>. Acesso: 8 fev. 2019.

³⁷ Atlas da Violência 2018, p. 73.

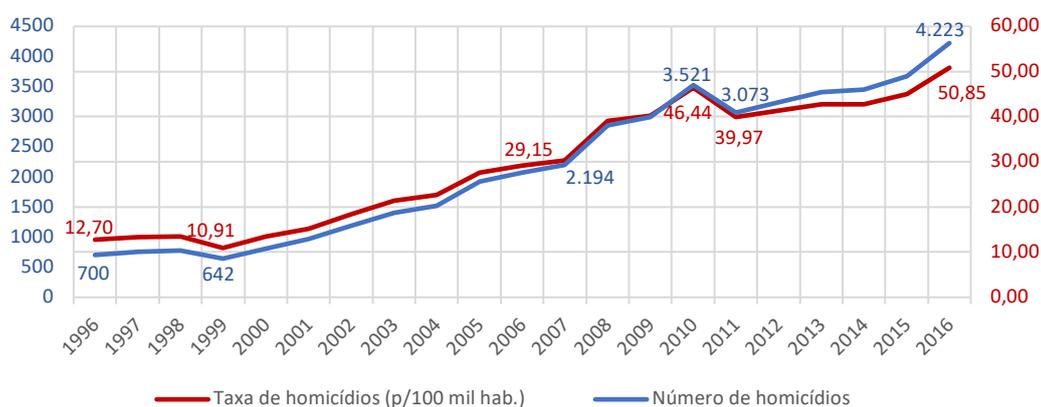
Em números relativos, por sua vez, o Pará salta à frente das demais unidades da federação com taxa de 2,60 vitimados para cada mil policiais em 2017, acompanhado de perto pelo Rio de Janeiro (2,30). Quanto à letalidade policial, em números relativos, o Amapá desponta com a taxa de 6,60 mortes por intervenções policiais para cada 100 mil habitantes, seguido do Rio de Janeiro (5,40) e dos nivelados Acre e Pará (4,60).

As diferenças entre as manifestações da violência letal intencional nas unidades federativas brasileiras coloca em evidência os estados das regiões Sudeste, Norte e Nordeste, que apresentam os crescimentos mais acentuados.

É o caso do Pará. O estado sobressai no cenário nacional com suas riquezas naturais, potencial hídrico e mineral, rica biodiversidade, forte pecuária e municípios que conformam a última fronteira agrícola do país. Do mesmo modo – desta feita, tragicamente – tem destaque a violência letal intencional assinalada no contínuo agravamento dos números de homicídios e da letalidade policial.

O Ipea informa que o número de homicídios no Pará sextuplicou em duas décadas, partindo de 700 casos, em 1996, e alcançando 4.223 homicídios, em 2016 (Ilustração 6). Com igual intensidade, desponta entre os estados com os mais agudos crescimentos da taxa de homicídios de 2006 a 2016, apresentando o oitavo maior aumento.

Ilustração 6 – Pará: número e taxa de homicídios (1996 a 2016).



Fonte: Ipea, 2018. Elaboração do autor.

Com intensidade ainda maior, o número de homicídios por arma de fogo no Pará cresceu mais de 870,00% em vinte anos, saltando de 349 em 1996 para 3.048 em 2016, quando alcançou a taxa de 36,70 homicídios por arma mortes de fogo por 100 mil habitantes (Ilustração 7), a quarta maior do país naquele ano, de acordo com o Ipea.

Ilustração 7 – Pará: número e taxa de homicídios por arma de fogo (1996 a 2016).



Fonte: Ipea, 2018. Elaboração do autor.

As armas de fogo são um grave problema no Pará, sobretudo, para a população jovem. De 1997 a 2016, quase 6 mil jovens (5.853) de até 19 anos morreram em consequência de perfurações por PAF, segundo levantamento da Sociedade Brasileira de Pediatria, com base nos dados do SIM/MS. O número de homicídios por arma de fogo de jovens saltou de 78 casos, registrados em 1996, para 594 óbitos, em 2016.

Somente no período de quatro anos, de 2014 a 2017, conforme o estudo apresentado pelo Núcleo de Gestão por Resultados da SEGUP, foram assassinadas 13.938 pessoas no Pará; um montante de homicídios que equivale ou supera a população inteira de 22 municípios do próprio estado como, por exemplo, São João do Araguaia (13.940 habitantes) ou Quatipuru (13.512 hab.), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Censo 2010.

Especificamente sobre 2017, o FBSP assinala que o estado contabiliza 4.465 mortes violentas intencionais no ano e ocupa a 6ª posição entre os mais críticos do país, com 3.664 homicídios dolosos e a 5ª maior taxa (43,80); a mais alta já registrada na história do Pará. Ou seja, em média, foram 10 homicídios/dia no ano. Ocupa ainda a segunda posição nacional com a maior taxa de assassinatos de mulheres negras (8,30) e, do mesmo modo, exibe alta taxa de feminicídio de mulheres não negras (6,60), mantendo-se no topo entre estados onde mais mulheres são assassinadas³⁸; foram 277 feminicídios, que representam o acréscimo de 20,40% em relação ao ano anterior. É também o estado mais violento do Brasil no tocante ao latrocínio, em números relativos, com taxa de 2,70 ocorrências por 100 mil habitantes; em cifras absolutas, foram 222 latrocínios em 2017.

³⁸ Atlas da Violência, 2018, p. 52.

O Pará aparece, igualmente, no alto da lista dos estados brasileiros onde mais policiais são assassinados em proporção ao efetivo das organizações de segurança pública³⁹. Segundo os relatórios oficiais divulgados pela SIAC/SEGUP, foram mortos 40 policiais paraenses em 2017; o montante corresponde ao incremento de 53,00% no total de mortes em relação ao ano de 2016. Os policiais militares representam as maiores vítimas. Nove de cada dez policiais assassinados no estado pertencem à Polícia Militar do Pará – PMPA; mormente, são mortos de forma violenta na folga (80,00%). Entre 2011 e 2018, foram assassinados 310 policiais militares; uma média anual de 39 mortes⁴⁰.

Ademais, destaca-se com suas polícias entre as mais letais do país⁴¹, registrando quase o dobro da taxa de mortes por intervenções policiais no Brasil. Conforme os relatórios, foram 388 mortes decorrentes de intervenções das polícias paraenses em 2017, que representam o incremento de 36,50% em relação ao ano anterior e correspondem a 8,70% do total de mortes violentas intencionais do ano, no estado.

1.3 A VIOLÊNCIA TOMOU CONTA DO PARÁ!⁴²

A violência letal intencional está disseminada no Pará. Dentre os 304 municípios⁴³ com as mais altas taxas de homicídio⁴⁴ do Brasil, elencados pelo Ipea e FBSP com base em dados do ano de 2016, estão listados 14 municípios paraenses. Dos 30 primeiros mais violentos, são 6 municípios do estado⁴⁵.

Na Ilustração 8 é possível visualizar a disseminação das manchas de homicídios no Brasil e, em realce, no território paraense. Salta aos olhos a dimensão do município de Altamira⁴⁶, localizado às margens do rio Xingu, na mesorregião do sudoeste paraense e distante 800 km de Belém. Com população de 109.938 habitantes, conforme o censo do

³⁹ A soma dos efetivos das polícias estaduais do Rio de Janeiro, por exemplo, é mais de quatro vezes superior à somatória dos efetivos das polícias civil e militar do Pará.

⁴⁰ Até 2012, os policiais militares do Pará deixavam seu equipamento pessoal no quartel, antes de irem para casa. A média histórica local [Belém] era de 15 policiais militares assassinados por ano. Avaliando o número como alto, o governo determinou que o policial deveria ter o direito de andar com a arma da corporação também durante a folga. A média de policiais mortos, então, passou de 30 (ADORNO, 2019).

⁴¹ O Pará também apresenta as maiores distorções entre as mortes registradas na categoria *intervenções legais e operações de guerra* do SIM/MS e os dados dos registros policiais, que indicam 282 vítimas e apenas 3 no SIM/MS, no ano de 2016 (cf. Atlas da Violência, 2018). Uma subnotificação assombrosa.

⁴² Manchete de capa do jornal *Diário do Pará*, publicada em 31.10.2017. Disponível em: <<http://digital.diariodopara.com.br/web/?state=zoom&data=31/10/2017&pagina=1>>. Acesso: 8 fev. 2019.

⁴³ Municípios com mais de 100 mil habitantes.

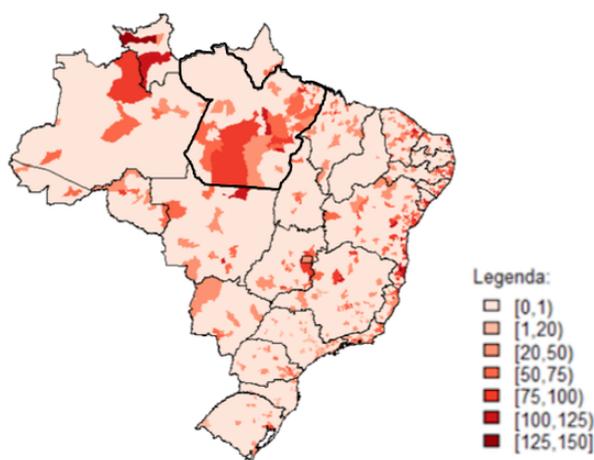
⁴⁴ À categoria *homicídios*, foram agregadas as *mortes violentas com causas indeterminadas* para evitar distorções (cf. Atlas da Violência 2018 – Políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros).

⁴⁵ Atlas da Violência - Políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros 2018, pp. 18-25.

⁴⁶ O município de Altamira (área de 159.533 km²) é considerado o mais extenso do Brasil pelo IBGE.

IBGE de 2010, desponta na oitava posição da lista dos 304 municípios brasileiros mais violentos de 2016. Altamira⁴⁷ registra a taxa de 91,90 homicídios/100 mil habitantes e supera em mais de três vezes a média nacional do ano (28,90), bem à frente dos municípios do Rio de Janeiro (34,90) e de São Paulo (14,90).

Ilustração 8 – Brasil: municípios que concentram 75,00% da taxa de homicídios, 2016.



Fonte: Atlas da Violência - Políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros 2018.

Destacadas as taxas de homicídios dos municípios paraenses listados entre os 30 mais violentos do Brasil⁴⁸, logo atrás de Altamira (91,90) aparecem Marabá (87,70), Ananindeua⁴⁹ (84,60), Marituba (84,50), Castanhal (78,40) e Belém (77,00).

Há tempos o Pará é mundialmente famoso por sua ensanguentada história de violência contra trabalhadores rurais e populações tradicionais. É o estado brasileiro com a maior incidência de trabalho escravo. De 1995 a 2017, dos 52.766 trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão libertados, 13.211 (25,00%) estavam em fazendas paraenses, enfatiza a *Ordem dos Advogados do Brasil/Pará*⁵⁰. Igualmente cruel, é o campeão em mortes no campo. Ao longo de muitas décadas, numerosos foram os homicídios perpetrados em consequência de conflitos agrários. A *Comissão Pastoral da Terra – CPT*⁵¹ registra que, desde 1985 a 2017, no Brasil, foram 1.438 casos de conflitos

⁴⁷ Altamira não aparecia na lista dos municípios mais violentos do Brasil há dez anos. Essa evolução da taxa de homicídios está relacionada a desorganização social que o município enfrenta na última década, decorrente dos impactos diretos da construção da hidrelétrica de Belo Monte, na região.

⁴⁸ Atlas da Violência - Políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros 2018, pp. 18-25.

⁴⁹ Ananindeua já foi considerada a cidade mais violenta do Brasil, em 2015, ano em que registrou a taxa de 125,6 homicídios para cada 100 mil habitantes (FBSP).

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.oabpa.org.br/index.php/25-noticias/4141-para-e-campeao-no-ranking-nacional-de-trabalho-escravo>>. Acesso: 20 mar. 2019.

⁵¹ Cf. CPT, 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br>>. Acesso: 20 mar. 2019.

agrários⁵² com 1.904 vítimas fatais. Dos 32 anos acompanhados pela CPT, a região Norte desponta em primeiro no país, com 658 incidentes e 970 vítimas, e o estado do Pará se destaca no topo da lista, com 466 casos e 702 mortes; apenas em 2017, dos 71 assassinatos no campo ocorridos no Brasil, 21 mortes (30,00%) foram no Pará.

Ademais, segundo a CPT, dos 71 homicídios relacionados aos conflitos agrários ocorridos no Brasil em 2017, há 28 casos classificados como *o assassinio de pessoas indefesas*. De 1985 a 2017, foram registrados 46 massacres com 220 vítimas no país. O Pará responde sozinho por mais da metade dessas cifras. Foram 26 chacinas que exterminaram 125 pessoas, com destaque para três trágicos episódios de repercussão mundial: o *massacre de Eldorado dos Carajás* (1996); o *assassinato de Dorothy Sting* (2005); e, mais recentemente, a *chacina de Pau D'Arco* (2017).

O episódio de Eldorado dos Carajás é considerado o maior massacre da luta pela reforma agrária no país. Em 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, sudeste do estado do Pará, uma operação policial militar organizada para desobstrução da rodovia BR-155, no trecho conhecido como a curva do “S”, onde mais de 4.000 manifestantes que pretendiam marchar 900 quilômetros até Belém protestavam contra a lentidão na desapropriação de terras, sobretudo dos 40 mil hectares da Fazenda Macaxeira⁵³, resultou em 19 trabalhadores rurais mortos por policiais militares.

Outro caso que chocou o mundo foi o assassinato da missionária americana Dorothy Sting no dia 12 de fevereiro de 2005, morta com seis tiros aos 73 anos de idade, numa estrada de terra de difícil acesso a 53 quilômetros da sede do município de Anapu, no sudeste do estado do Pará. A *irmã Dorothy*, como era conhecida, chegou ao Brasil nos anos 1970 para realizar trabalhos pastorais na região amazônica, concentrando sua atuação em projetos de reflorestamento e de geração de emprego e renda para a população pobre local. Sua liderança atraiu o ódio de fazendeiros da região que se diziam proprietários das terras pretendidas por ela para o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, no qual atuava. Eles encomendaram sua morte⁵⁴.

⁵² Segundo a Comissão Pastoral da Terra, apenas 113 (8,00%) dos casos foram julgados.

⁵³ Em maio de 1996, o fazendeiro Ricardo Marcondes de Oliveira depôs responsabilizando o dono da fazenda Macaxeira pela matança. Ele o acusou de ter pago propina para que policiais militares matassem os líderes dos sem-terra. Passados dezesseis anos de processamento judicial, em 2012, o coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira foram presos depois de condenados pelo massacre, o primeiro a 228 anos e o segundo a 158 anos de reclusão (cf. Processo Judicial TJEPA nº 0007289-81.2001.8.14.0045).

⁵⁴ Os fazendeiros Vitalmiro Bastos de Moura e Regivaldo Pereira Galvão foram condenados a 30 anos de reclusão como mandantes do crime. Amair Feijoli Cunha, indicado como intermediário, foi condenado a 17 anos. Clodoaldo Batista, um dos autores do assassinato, foi condenado a 18 anos de prisão e Rayfran das Neves Sales, que efetuou os disparos, a 7 anos de prisão. Todos cumprem pena e tiveram direito à

Por sua vez, a chacina de Pau D'Arco – mais recente matança no campo e segunda maior na história do Pará e do Brasil – pode ser traduzida como o aniquilamento de uma quadrilha de *grileiros*⁵⁵ armados perpetrado por policiais matadores, de acordo com as investigações conduzidas pela Polícia Federal. O crime aconteceu no dia 24 de maio de 2017, quando policiais militares e civis do Estado do Pará realizaram o cumprimento de mandados judiciais na fazenda Santa Lúcia⁵⁶, localizada a 35 quilômetros do município de Pau D'Arco, sudeste do estado. As ordens judiciais tinham por objetivo prender invasores acusados de atos de violência contra os trabalhadores da fazenda. A operação policial resultou em 10 vítimas fatais dentre os invasores. Nenhum policial foi ferido. As delações premiadas de um delegado e de um agente da Polícia Civil acusam os policiais militares⁵⁷ de terem cometido os homicídios em represália às ofensivas violentas dos grileiros, suspeitos da morte de um vigilante, numa das emboscadas sofridas pelos seguranças particulares e o dono da fazenda, o suposto mandante da chacina.

[...] a atuação da polícia como milícia armada, como explicitado no caso do Massacre de Pau D'Arco, é uma demonstração da articulação que empresários e proprietários rurais tem tido com certas instituições do Estado para manutenção de seu status quo no campo. É possível constatar que houve o envolvimento da polícia nos assassinatos de trabalhadores rurais, em 2017, para além do massacre de Pau D'Arco. (CANUTO; SILVA LUZ; ANDRADE, 2017, p.187-188).

Os episódios de Eldorado do Carajás e de Pau D'Arco revelam um fato há muito denunciado pela CPT a respeito da violência agrária no Pará: o envolvimento de policiais e ex-policiais estaduais como matadores de aluguel. Mas, a morte por encomenda, a vendeta e a chacina atribuídas à ação de policiais não se restringem às fazendas, ao meio rural, e tampouco estão exclusivamente relacionadas à feral luta pela terra. Espalham-se no estado e se multiplicam nos municípios paraenses, enredados nas dinâmicas urbanas.

progressão do regime fechado para o semiaberto (cf. Processo Judicial TJEP A nº. 0013824-90.2010.8.14.0401). Para saber detalhes do caso, ler: SOUSA, 2019.

⁵⁵ Grupos organizados que se passam por trabalhadores rurais *sem-terra*, invadem área privada a mando de alguém interessado na propriedade e exigem dinheiro dos donos para sair. A fazenda invadida perde valor e o interessado aguarda oculto para, tempos depois, oferecer um preço baixo pela terra ao combalido proprietário.

⁵⁶ A fazenda Santa Lúcia, com cerca de 5 mil hectares, sofre invasões desde 2013, mas o conflito se intensificou com a chegada de grileiros armados no começo de 2017; testemunhas disseram à Polícia Federal que os grileiros recém-chegados, que portavam um fuzil, duas pistolas e espingardas de vários calibres, promoveram diversas ameaças e agressões ao dono da fazenda e seus empregados (cf. Relatório de Acompanhamento da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor/ALEPA).

⁵⁷ Em fevereiro de 2019, a Justiça do Pará pronunciou os 13 policiais militares e 4 civis acusados de participar da chacina na Fazenda Santa Lúcia; eles serão submetidos ao tribunal do júri, pela suposta prática dos crimes de homicídio qualificado, milícia privada, tortura e fraude processual (cf. Processo Judicial nº 0011380-25.2017.8.14.0045).

Na última década, cidades do interior do Pará como Paragominas, Igarapé-Açu, Rondon do Pará, Abaetetuba, Tomé-Açu e Marabá testemunharam chacinas com a comprovada participação de policiais militares, que provocaram comoção social e espalharam o terror na população, sobretudo entre os moradores das periferias das sede municipais. Entretanto, nenhum outro lugar do estado concentra mais mortes violentas intencionais atribuídas à ação letal de policiais que a Região Metropolitana de Belém – RMB.

Criada pela Lei Complementar – LC nº 14/1973, atualizada pela LC nº 76/2011 e também conhecida por *Grande Belém*, a RMB reúne sete municípios integrados socioeconomicamente numa mancha urbana contínua de 3.565 km², com quase 2 milhões e quinhentos mil habitantes, conforme o IBGE. São eles: Belém (1.485.732 hab.), Ananindeua (525.566 hab.), Marituba (129.321 hab.), Benevides (60 mil hab.), Santa Bárbara do Pará (20 mil hab.), Santa Izabel do Pará (65 mil hab.) e Castanhal (198.294 hab.).

A RMB possui um grau de urbanização de 96,10% e nela vivem cerca de um terço da população estadual. Os residentes de Belém, município-núcleo, correspondem a 60,00% da população metropolitana. De acordo com o Ipea, a Grande Belém aparece na 20^a posição entre as 21 regiões metropolitanas brasileiras no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM/2010, com predomínio dos IDHM baixo e médio.

Dentre os seis municípios paraense mais violentos da lista do Ipea e FBSP⁵⁸, quatro integram a RMB e, juntos, concentram os maiores números da violência letal intencional do estado do Pará. São eles: Ananindeua, Marituba, Castanhal e Belém.

Na Grande Belém, o cotidiano da segurança pública é macabro. Contabilizando os homicídios, latrocínios e mortes em intervenções policiais dos períodos mais críticos como, por exemplo, o ano de 2017, chega-se a brutal média de 42 mortes violentas intencionais por semana, isto é, seis mortes por dia ou uma a cada 4 horas, segundo as autoridades estaduais. Em 2018, noutra ápice da violência, somente em dois dias (29 e 30) de maio, ocorreram 30 homicídios na RMB (Ilustração 9). Muito sangue é derramado.

⁵⁸ Atlas da Violência - Políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros 2018, pp. 18-25.

Ilustração 9 – Banho de sangue na Grande Belém.

ATÉ QUANDO? BANHO DE SANGUE SEM FIM!



MORTOS EM DOIS DIAS

Enquanto o Governo do Estado não ataca a criminalidade, novas chacinas mancham de sangue a Grande Belém. Domingo e segunda-feira foram marcados por uma série de assassinatos. **A4 E DIÁRIO POLÍCIA**

Fonte: *Diário do Pará* - 1ª página, edição de 11 mai. 2018.

1.4 A METRÓPOLE ENCARNIÇADA

Belém do Pará reúne encantos de uma metrópole às portas da floresta amazônica. Para ressaltar sua importância e singularidade enquanto uma das *mais notáveis cidades brasileiras*, Renato Lessa rememora o escritor amazonense Milton Hatoum, que certa feita comentou: “quando Belém era metrópole, São Paulo era ainda sertão”⁵⁹.

A metrópole da Amazônia, contudo, não escapou do flagelo que se abateu sobre as cidades brasileiras. O desenvolvimento urbano do centro de Belém não acarretou melhor qualidade de vida à população belenense, ao contrário, grande parte “foi deslocada para áreas de baixada, passando a morar em espaços de ocupação espontânea, sem uma organização espacial digna para a população pobre” (COUTO, 2008, p. 4). Conforme o censo do IBGE de 2010, a cidade tem aproximadamente 1,4 milhão de habitantes e mais da metade reside em aglomerados urbanos subnormais⁶⁰; é a maior proporção (53,90%) dentre as capitais do país. Cerca de 39,00% da população belenense vive em domicílios com rendimento mensal de até meio salário mínimo por pessoa.

A poucos minutos do movimentado centro comercial e dos bairros residenciais mais elegantes da capital, chega-se a populosa periferia onde se amontoam favelas de

⁵⁹ Entrevista concedida à Revista de História da Biblioteca Nacional, em 2009. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/a-metropole-da-amazonia-400-anos-da-cidade-de-belem/>>. Acesso: 25 mar. 2019.

⁶⁰ Denominação adotada oficialmente pelo IBGE, a partir do Censo de 2010.

palafitas e habitações irregulares, por ruas não pavimentadas e mal iluminadas, muitas às margens de igarapés e canais de esgoto a céu aberto. Nas baixadas da metrópole, a presença do Estado é problemática. Escolas e postos de saúde são precários e insuficientes. Inexistem saneamento básico e água tratada para boa parte da população. Há delegacias e quartéis de polícia, porém com efetivo reduzido e pouco desempenho.

Os assassinatos fazem parte do cotidiano do belenense. De 2011 a 2014, ocorreram 2.232 homicídios por arma de fogo em Belém (COUTO, 2008, p. 22). A SEGUP informa que, de 2014 a 2017, foram assassinadas 3.148 pessoas somente na capital, além de 1.958 homicídios nos seis outros municípios da RMB. Somente em dois bairros dos mais violentos da cidade se registrou a soma de 124 assassinatos, no período.

Em 2016, Belém assumiu o título de capital mais violenta do Brasil, ano em que alcançou 77 homicídios por 100 mil habitantes, superando o Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte⁶¹. Tornou-se mais perigoso lá viver que numa metrópole nacional.

No ano seguinte, 2017, a capital paraense foi considerada a décima cidade mais violenta do mundo pela organização não governamental *Conselho Cidadão para a Segurança Pública, Justiça e Paz*⁶². Nesse mesmo ano, observam os pesquisadores do Ipea e FBSP, Belém desponta dentre as capitais com a terceira maior taxa de mortes violentas intencionais (67,50 MVI/100 mil habitantes), contabilizando o total de 981 MVI (865 homicídios dolosos, 43 latrocínios, 14 lesões corporais seguidas de morte, 59 mortes de civis decorreram de intervenções policiais).

As informações divulgadas pelo SIAC/SEGUP complementam os dados do FBSP, acrescentando que no Pará, em 2017, foram assassinados 8 policiais militares durante o serviço, 16 policiais militares na folga e mais 12 militares estaduais da reserva ou inativos, além de 4 policiais civis. No total, 44 policiais estaduais paraenses foram mortos naquele ano, sendo 40 militares e 4 civis; quase um por semana.

A violência letal intencional que aflige a capital se reproduz por toda região metropolitana de Belém. *Como compreender esse morticínio? Por que taxas de vitimização e de letalidade policial tão elevadas? Como explicar a participação de policiais estaduais nas chacinas?* Uma opinião aparentemente consensual é a relevância de um fenômeno central, interveniente nessa tríade de questões: a expansão das atividades

⁶¹ Atlas da Violência - Políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros 2018, pp. 18-25.

⁶² Em 2017, Belém foi considerada a décima cidade mais violenta do mundo pelo Conselho Cidadão para a Segurança Pública, Justiça e Paz. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/as-cidades-mais-violentas-do-mundo-em-2017/>>. Acesso: 5 abr. 2019.

relacionadas ao mercado ilícito internacional de drogas e armas, que se instalou na Amazônia brasileira com velocidade e sem muita resistência.

De acordo com pesquisadores que tratam do tema e as autoridades da segurança pública do governo federal e do Estado do Pará, há pouco mais de uma década, as quadrilhas de traficantes de drogas ilícitas se restringiam quase que exclusivamente a região Sudeste do país, na época em que o Rio de Janeiro e São Paulo eram importantes vias dos cartéis de Medellín e Cali. Porém, com a forte repressão que ali começaram a enfrentar, as quadrilhas migraram para outras regiões. Os estados do Norte e Nordeste, desestruturados para lidar com o tráfico internacional de armas e drogas, entraram em colapso frente à violência do crime organizado e as mortes se multiplicaram.

Atualmente, as organizações criminosas lutam entre si por novos territórios para expansão do mercado ilícito de drogas na RMB⁶³. Em sua pesquisa de doutorado sobre *a configuração territorial das redes de poder do narcotráfico em Belém*, Aiala Couto aponta que a violência está diretamente vinculada ao fato da metrópole, na última década, ter se tornado fundamental para o tráfico nacional e internacional de drogas ilícitas oriundas da Bolívia, Colômbia⁶⁴ e Peru – maiores produtores de cocaína do mundo –, que entram no Brasil pelos rios da Amazônia até chegarem à capital paraense e serem distribuídas, por via terrestre, aquática ou aérea, para Sul e Sudeste do país, além da África e Europa⁶⁵.

Dentre as várias rotas possíveis que conectam a Amazônia brasileira aos países andinos, o tráfico transnacional pelos rios e igarapés amazônicos, em especial, possibilita o barateamento dos custos operacionais para as facções criminosas que podem dispor de um grande número de embarcações regionais que diariamente navegam lotadas de passageiros e cargas, por trechos despolicados; o risco mínimo de apreensão das drogas impulsiona o negócio ilícito. Há outra vantagem no tráfico fluvial amazônico: a oferta abundante de mão-de-obra barata descartável nas baixadas das cidades, pronta para o recrutamento do mercado da droga. As periferias inchadas e dispersas favorecem a expansão do comércio intraurbano das drogas e o enriquecimento dos traficantes⁶⁶.

⁶³ Cf. COUTO, 2017, pp. 122 a 125.

⁶⁴ Há cerca de três anos, em 15.12.2015, a Polícia Civil do Pará apreendeu em Vigia de Nazaré, cidade banhada pelo rio Guajará Mirim na confluência do rio Amazonas com o oceano Atlântico e distante 77 quilômetros da capital, um submarino que seria usado para o transporte de drogas. A embarcação, totalmente construída no local, seria idêntica a um modelo apreendido pela Polícia da Colômbia, naquele país, indicando se tratar de um esquema colombiano de tráfico de drogas. Disponível em: <<https://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-355123-submarino-do-traffic-foi-construido-no-para.html>>. Acesso: 5 abr. 2019.

⁶⁵ O Pará tem os portos mais próximos da Europa.

⁶⁶ Cf. COUTO, 2017, pp. 57-59

Segundo as investigações policiais, há cinco organizações criminosas em disputa violenta pelo tráfico de drogas na Grande Belém. São elas: Primeiro Comando da Capital – PCC (originária de São Paulo, é a maior facção do país e atua nas 27 unidades da federação); Comando Vermelho – CV (segunda maior facção; desorganizada e extremamente violenta, aliou-se a pequenas facções existentes há anos no Pará contra o PCC⁶⁷), Família do Norte – FDN (nascida nos presídios, tornou-se a maior organização criminosa do Amazonas e terceira maior do Brasil; é aliada do CV e juntos dominam a rota Manaus-Pará), a Primeira Guerrilha do Norte PGN (facção local especializada em roubos à bancos e caixas eletrônicos, é rival do PCC) e o CCA (Comando Classe A, especializada em roubos à bancos e tráfico de drogas, também rival do PCC).

Na periferia pobre de Belém, é possível ver pichações com as siglas PCC, CV, FDN e de outras facções locais⁶⁸, marcos simbólicos de poder. À exemplo do que acontece em todo o Brasil, as facções lutam entre si em busca de consolidarem o domínio territorial e o controle dos acessos aos fornecedores internacionais, das rotas do tráfico e da venda de drogas no varejo nos bairros periféricos. Contudo, na capital do Pará, o mercado de drogas ilícitas apresenta características peculiares que o diferenciam do que acontece em outras regiões, pois,

no caso de Belém, há uma relação entre as milícias e o tráfico de drogas [...] que quase sempre contribui para a manifestação violenta do poder e que resulta no crescimento dos homicídios na cidade. De acordo com os dados da Secretaria de segurança Pública, de 2011 a 2016, em Belém houve um total de 517 execuções relacionadas ao tráfico de drogas. (COUTO, 2017, p. 22).

Há tempos que, na Grande Belém, policiais oferecem proteção particular à estabelecimentos comerciais. Da oferta irregular de segurança privada pessoal e patrimonial, ampliaram os serviços atendendo às *mortes por encomenda* e passaram a perseguir pequenos delinquentes que cometiam furtos e roubos aos estabelecimentos protegidos, exterminando os ladrões que perturbam a paz dos comerciantes donos de

⁶⁷As facções PCC e CV/FDN disputam o controle do fornecimento de cocaína oriunda do Peru e Colômbia num menor valor para aumentar os lucros. “A aliança estabelecida entre CV e FDN é de amplo interesse das duas facções; para o CV, é uma forma de receber as drogas por um valor mais baixo, enquanto para FDN é a maneira de ter acesso aos mercados de outras regiões” (COUTO, 2017, p. 127). Os grupos de tráfico de Belém acharam mais lucrativo se aproximarem do CV/FDN.

⁶⁸ Há ainda, segundo as investigações da Polícia Civil do Pará, outras facções menores como, por exemplo: *Equipe Rex, Bonde do Pará, Irmãos de Farda, Milícia da Pedreira e Conde dos 30*.

padarias, açougues, mercadinhos, pizzarias e restaurantes. As *milícias* surgem assim, com a promessa de livrar os bairros da criminalidade⁶⁹.

Posteriormente, diante da expansão do tráfico de drogas na periferia da metrópole e percebendo o expressivo volume de dinheiro movimentado no comércio ilícito, ao invés de se oporem, esses grupos de extermínio não tardaram a tirar vantagens financeiras da venda da droga nos territórios assolados pelo tráfico, onde atuam sobrepostos. Para tal, organizaram-se e passaram a atuar, segundo Couto, como *narcomilícias*⁷⁰ que

surgem quando grupos armados de policiais e ex-policiais utilizam de táticas de treinamento e do corporativismo militar para obter vantagens, como: extorsão de traficantes e “aviõezinhos”, serviços prestados aos grandes traficantes ao executar sujeitos em débito ou em conflitos com o patrão do tráfico, ou então, transportando e até mesmo distribuindo drogas a pequenos traficantes obrigados a vendê-las sob a ameaça de morte, repassando o dinheiro da venda aos milicianos. (COUTO, 2017, p. 219).

De acordo com o Ministério Público do Estado do Pará – MPPA, há milícias em todos os bairros pobres da capital, que buscam se integrar por completo à economia do tráfico, mapeando os pontos de vendas de cocaína, maconha, crack e outras drogas para extorquir e tirar proveito financeiro exigindo sua parte nas inúmeras atividades relacionadas ao comércio de entorpecentes ou, indiretamente, ao dinheiro que faz circular.

A respeito da metrópole de Belém, não existe estimativa de um percentual do PIB da cidade relacionada ao narcotráfico e, por isso, torna-se difícil apontar um número exato de pessoas que sobrevivem dele. Isso ocorre porque o narcotráfico é uma atividade dinâmica, a qual envolve um conjunto de ações que se misturam aos mercados formais como forma de lavagem de dinheiro, ou até mesmo de reprodução do capital. Sendo assim, tem-se as mais variadas alternativas de investimentos a partir de dinheiro oriundo do narcotráfico, como academias de musculação, pet shops, depósitos de bebidas, mercadinhos, açougues, padarias, salões de beleza, rede de vans clandestinas, dentre outros. (COUTO, 2017, p. 22).

⁶⁹ Na pesquisa realizada pelo sociólogo Ignácio Cano, apresentada à Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI das Milícias da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o termo *milícia* é definido em relação a cinco eixos que devem acontecer simultaneamente: 1. controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular; 2. o caráter coativo desse controle; 3. o ânimo de lucro individual como motivação central; 4. um discurso de legitimação referido à proteção dos moradores e à instauração de uma ordem; 5. a participação ativa e reconhecida dos agentes do Estado (cf. RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 22).

⁷⁰ Segundo COUTO (2017, p. 219), as “narcomilícias” de Belém diferem de milícias como as do Rio de Janeiro, por exemplo, que lá se fortaleceram economicamente ao se sofisticarem em diferentes frentes de negócios ilícitos, para além da venda de segurança privada e armas: serviços de mototáxis e vans transporte clandestino, venda de gás de cozinha, oferta de sinal de televisão a cabo furtado, grilagem e especulação imobiliária etc.

Os milicianos se apresentam como *justiceiros*⁷¹ nas redes sociais, mas impõem a lógica do medo nas baixadas da Grande Belém. Constrangem não apenas os integrantes das facções, mas toda a população marginalizada da metrópole e, principalmente, aqueles que se encaixam no estereótipo do “ser matável”⁷² (CORRÊA, 2017, p. 35-36).

Ao seu dispor, há uma enorme massa humana carente e desassistida nas periferias, muito susceptível – sobretudo, o comércio local – a pagar por proteção. Assim, os milicianos lucram de todos os lados (traficantes e usuários de drogas, delinquentes, contrabandistas, agiotas, comerciantes, prestadores de serviço e moradores, em geral), oferecendo proteção paga contra eles próprios. Segundo o MPPA, há, inclusive, casos em que policiais e ex-policiais passam a trabalhar para traficantes, atuando como seus seguranças e assassinos de aluguel, e a cometer roubos. A morte, mais que uma mercadoria negociável, torna-se essencial à manutenção do poder dos milicianos.

[...] quando ocorrem casos em que a propina não é paga para a polícia, ou mais ainda, quando existe a possibilidade de algum traficante denunciar os policiais, os mesmos são assassinados por homens encapuzados que utilizam carros ou motocicletas. Esta é uma ação que nos últimos anos vem, também, se manifestando de maneira bem intensa sobre a periferia. (COUTO, 2017, p. 170).

A matança que aflige a Grande Belém apresenta, dessa forma, forte conexão com o mercado da droga que instiga a criminalidade violenta⁷³, sobretudo, em razão das ferozes disputas travadas entre as facções criminosas, pela conquista e consolidação de novos “narcoterritórios”⁷⁴ (COUTO, 2017, p. 223). A luta se torna ainda mais brutal com a exploração parasitária de grupos de policiais e ex-policiais dos grupos de extermínio e milícias, que atuam sobrepostos aos territórios assolados pelo tráfico, aproveitando-se e até se apropriando do negócio das drogas. Os policiais íntegros que se prontificam ao cumprimento da lei e ao enfrentamento das facções criminosas, durante o serviço de policiamento, ficam vulneráveis na folga e, em represália, são vitimados. No meio do sanguinário conflito urbano, jaz a população belenense, indefesa e apavorada.

⁷¹ Matadores que limpam a área da ação de criminosos; matam como forma de justiça popular.

⁷² Condição de alguém que na interpretação da polícia, dos grupos de extermínio ou da milícia, está envolvido com a criminalidade – isto é, contempla o perfil de homem jovem negro ou pardo, pobre e de pouca escolaridade – e pode ser eliminado em desconformidade com as leis vigentes. O rito jurídico não se aplica ao *ser matável*.

⁷³ Conjunto de atos violentos que resultam ou tenham grande probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação e que, por lei, são passíveis de punição.

⁷⁴ Segundo Couto, são “espaços delimitados por relações de poder de grupos ligados ao tráfico de drogas, onde se estabelece o comércio varejo e o controle, além da cooptação ou recrutamento de atores sociais para a movimentação do negócio” (2017, p. 223).

1.5 NINGUÉM ESTÁ SEGURO: SOM DE MOTO, TIROS E UM ASSASSINATO NA MADRUGADA⁷⁵

A maior parte dos embates entre policiais, traficantes e milicianos ocorre e é mais intensa na periferia pobre da Grande Belém, longe das vistas da população de classe média e média-alta. Nas baixadas da metrópole, guarnições policiais violentas, facções criminosas, grupos de extermínio e milícias atuam, sistematicamente, aniquilando principalmente jovens estereotipados, alguns com antecedentes criminais outros não, alvitrando que a condição parece ter pouca relevância no curso premeditado das mortes.

Em geral, o corriqueiro *mata-mata* provoca pouca comoção social, tamanha a exposição à violência. Certa feita, o promotor de justiça que investiga os assassinatos em Belém, Armando Brasil, pasmado com a recorrência de homicídios, asseverou: “hoje, é normal andar pela cidade e ver corpos pelo chão”⁷⁶. Mas, de tempos em tempos, abre-se a temporada de caça na capital e a população desperta estupefata diante à crueldade da nova chacina. Bastam poucos episódios⁷⁷ para ilustrar o horror na RMB. Cinco casos considerados mais relevantes foram selecionados no farto material investigativo cedido pelo gabinete do deputado estadual Carlos Bordalo (do Partido dos Trabalhadores – PT), atual presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA, e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou a atuação dos grupos de extermínio e milícias no Pará, em 2015.

A chacina de Icoaraci. Em 19 de novembro de 2012, às 23 horas, seis homens jovens (todos com idades de 14 a 17 anos) foram abordados por uma dupla de motociclistas que se identificou como policiais, mandou que se ajoelhassem e os executou. Mais tarde, Rosevan Moraes Almeida, ex-soldado da PMPA, foi reconhecido como o autor dos disparos. Segundo as investigações policiais, o motivo do crime teria sido um assalto à sua mulher. Aparentemente fútil, essa motivação dissimula a real importância simbólica da chacina. Rosevan⁷⁸ é apontado como um dos líderes da *Milícia de Icoaraci*, também conhecida como *Liga da Justiça*, supostamente responsável por mais de 130 assassinatos, sobretudo, ocorridos no município de Marituba. Para os investigadores, a chacina buscou restaurar a ordem quebrada com o assalto à esposa do

⁷⁵ Manchete de capa do jornal *Diário do Pará*, publicada em 13 nov. 2017. Disponível em: <<http://digital.diariodopara.com.br/web/?state=zoom&data=13/11/2017&pagina=1>>. Acesso: 17abr.2019.

⁷⁶ Disponível em: <<https://www.uol/noticias/especiais/no-fogo-cruzado-do-para.htm#terra-de-ameacados-de-morte>>. Acesso: 25 abr. 2019.

⁷⁷ Foram elencadas algumas das maiores chacinas ocorridas na RMB. Há outras tantas.

⁷⁸ O ex-policial militar Rosevan cumpre pena de cento e vinte anos de prisão por integrar milícia e agir em grupos de extermínio, cf. informação da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP.

líder miliciano e obrigou a demonstração de força da Liga da Justiça, pois a falta de uma resposta vigorosa sinalizaria a debilidade do poder da milícia.

A chacina do Guamá e Cremação. Em 17 de janeiro de 2014, dois policiais militares foram mortalmente vitimados no bairro do Jurunas, o segundo mais populoso da capital. Nos dois dias seguintes, 18 e 19, ocorreram seis homicídios no Guamá e um na Cremação, igualmente bairros superpovoados da cidade. De acordo com as investigações, a milícia *Irmãos de Farda* seria a responsável pelos sete homicídios, cometidos em represália às mortes dos policiais.

A chacina de Belém. Por volta das 19:30 horas da noite de 4 de novembro de 2014, o Cabo Antônio Marcos da Silva Figueiredo, conhecido como *Cabo Pet*, foi morto em emboscada no bairro do Guamá, com 20 tiros, por um grupo de traficantes. Centenas de policiais militares, à paisana e de serviço, dirigiram-se ao local do crime, convocados nas redes sociais pelo presidente da *Associação dos Praças da PMPA* a dar uma resposta em razão da morte do policial⁷⁹. Em poucas horas, na madrugada do dia 5, outras dez pessoas foram assassinadas e sete feridas por disparos de arma de fogo, em diferentes bairros da periferia de Belém, a maioria das vítimas não possuía antecedentes criminais. Os promotores de justiça acusam policiais militares integrantes do Batalhão de Polícia Tática – BPOT⁸⁰, unidade de elite da PMPA a qual pertencia o Cabo Pet, de terem atuado como grupo de extermínio para vingar morte do companheiro militar. De acordo com o MPPA, o Cabo Pet era dono de empresa de segurança privada e principal líder da milícia *Irmãos de Farda*, que vendia segurança particular para comerciantes e traficantes de drogas do bairro do Guamá, o mais populoso de Belém. No Guamá, as facções *Equipe Rex* e *Liga da Justiça*, ambas ramificações do CV no Pará, lutavam violentamente pelo controle local da venda de drogas. A milícia chefiada pelo Cabo Pet lucrava com a disputa, prestando proteção à facção que pagasse mais; também lhes fornecia armas e munições. No segundo semestre de 2014, a milícia *Irmãos de Farda*⁸¹ assassinou duas lideranças da *Equipe Rex*, a mando da facção *Liga da Justiça*. Em represália, integrantes da *Rex*⁸² executaram o Cabo Pet.

⁷⁹ A morte do Cabo Pet desencadeou uma reação apenas vista em 1994, na *Chacina do Tapanã*. No dia 13 de dezembro 1994, três jovens foram mortos no bairro do Tapanã em retaliação ao assassinato de um Cabo da PMPA, morto enquanto prestava serviço de segurança privada clandestina no terreno de uma empresa. A caçada policial mobilizou 80 homens de diversas unidades.

⁸⁰ O batalhão também é conhecido como ROTAM – Ronda Tática Metropolitana, devido a natureza do atividade de policiamento especializado que suas companhias operacionais realizam.

⁸¹ O cabo reformado da PM Otacílio José Queiroz Gonçalves, conhecido como *Cilinho*, um dos líderes da *Irmãos de Farda*, foi condenado pelo homicídio qualificado de um jovem na *Chacina de Belém*; atualmente, cumpre sua pena de 29 anos de prisão, cf. informação da SEAP.

⁸² Cinco membros da *Equipe Rex* foram condenados pela morte do Cabo Pet (e assassinados tempos depois).

A execução de Jaime Pocotó. O episódio ocorrido em 26 de outubro de 2015, por volta das 21 horas, evidencia a ousadia dos grupos de extermínio na RMB. Naquela noite, homens encapuzados invadiram um hospital particular de Belém – utilizado pela classe média e média-alta da capital –, para liquidar um paciente suspeito de envolvimento no assassinato do soldado Vítor César de Almeida Pedroso, do BPOT, morto ao reagir a uma tentativa de assalto, na noite anterior. O paciente Jaime Tomas Nogueira Junior, também conhecido no mundo do crime por *Pocotó*, estava internado sob custódia de policiais militares e de um agente prisional. Foi morto com treze disparos de calibre .40, de uso exclusivo das polícias, numa enfermaria do segundo andar do prédio. Testemunhas afirmam que ao menos vinte homens com os rostos cobertos por capuzes e capacetes chegaram ao hospital em motocicletas e oito deles entraram, renderam a recepcionista, os seguranças privados e os agentes da segurança pública, e executaram Pocotó. No hospital, pânico geral. Do lado de fora, os assassinos comemoraram a morte. Os investigadores apontam o envolvimento de policiais militares do BPOT no crime⁸³.

Nova chacina de Belém. Na manhã de 20 de janeiro de 2017, um policial do BPOT foi morto em serviço com um tiro na cabeça, durante uma perseguição aos suspeitos de um roubo à mão armada que se encontravam em fuga pelo bairro de Cabanagem, na periferia da capital. Nas quarenta e oito horas que transcorreram após a morte do policial, sucederam trinta e dois homicídios em Belém, Ananindeua e Marituba; dessas mortes, vinte e cinco apresentam características de execução. Segundo a SEGUP, outras vinte e cinco pessoas deram entrada no Hospital Metropolitano e em prontos-socorros, alvejadas por arma de fogo. Pressionado, o governo do Pará solicitou e recebeu o apoio Ministério da Justiça por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, que enviou à Belém integrantes da Força Nacional para auxiliar no policiamento da RMB e nos trabalhos investigativos para a elucidação dos homicídios⁸⁴.

Todas essas execuções sumárias apresentam o mesmo padrão de modo de operação: o “carro prata”⁸⁵ ou a moto se aproxima repentinamente; do veículo, com rapidez, desembarcam homens encapuzados que chegam disparando suas armas de fogo

⁸³ Cinco policiais militares e um guarda municipal foram denunciados. Segundo os autos da investigação policial, três dos denunciados teriam sido responsáveis pela invasão do hospital; os demais, montaram guarda e ajudaram na fuga. O processo judicial nº 0071559-89.2015.8.14.0401 segue em andamento.

⁸⁴ As investigações prosseguem em segredo de justiça.

⁸⁵ Carros nas cores *prata* ou *preta* de diferentes modelos, via de regra, são apontados por testemunhas como os veículos envolvidos nas execuções sumárias. A polícia atribui a utilização preferencial desses carros por serem comuns no mercado, do mesmo modo que os matadores usam motos com capacete e luvas, para dificultar a identificação, quando vão assassinar alguém. No imaginário popular, são símbolos das chacinas.

contra as vítimas indefesas; os derradeiros tiros são à queima-roupa, certos, na cabeça; os assassinos fogem, deixando para trás corpos ensanguentados espalhados pelo chão; poucos minutos após, aparecem viaturas de policiamento que se encontravam patrulhando próximas ao local, mas que nada constataram de anormal no serviço até aquele momento; testemunhas, em geral, inexistem, ou melhor, não querem se envolver.

Os cinco episódios, de uma só vez, espelham e sintetizam a realidade fúnebre da Grande Belém. Neles, é possível identificar certos elementos recorrentes nas chacinas:

- a participação de policiais militares e milicianos;
- o envolvimento de vários atores; mesmo nos casos em que o homicídio parece resultar dos disparos da arma de fogo de um carrasco solitário, há outros atores ocultos envolvidos (no transporte, proteção e facilitação da fuga do matador), logo, os assassinatos são tipicamente cometidos em grupo, quer seja ele de extermínio, da milícia, do tráfico ou da guarnição policial de serviço;
- o homicídio acontece dissimulado de *confronto armado*, durante o serviço policial ordinário, ou escancarado na forma de execução;
- a linha que separa a intervenção policial legal – crucial para o resguardo à integridade própria ou de outra pessoa indefesa – do extermínio hediondo é muito tênue e algumas intervenções policiais a princípio legítimas, findam no assassinio premeditado de vítimas indefesas;
- a visibilidade dos assassinatos tem por lógica espalhar o medo, numa nítida demonstração simbólica de poder.

Mesmo em números alarmantes, na maior parte dos casos, as chacinas têm alvos bem definidos e acontecem em locais restritos. Apesar disso, cotidianamente e várias vezes ao dia, a população é bombardeada com narrativas midiáticas sobre a violência mortal, universal e infindável que aflige a todos na Grande Belém.

Assassinatos, roubos e medo.

ONDA DE VIOLÊNCIA NÃO TEM FIM NO PARÁ.

Homicídios em plena luz do dia, e em ruas movimentadas como o centro comercial, e a explosão de um carro-forte marcaram a 4ª feira na Grande Belém e no interior. (*Diário do Pará*, 30 ago. 2018).

O Pará agoniza.

ASSASSINATOS SEM FIM.

Um duplo homicídio e o assassinato de uma pessoa na Cidade Velha (foto) marcaram a quarta violenta em Belém. No interior, um casal de irmãos também foi morto. Em todos os casos, ninguém foi preso. (*Diário do Pará*, 6 set. 2018).

As equipes de reportagem fazem rondas diárias nas delegacias de polícia à procura de fatos violentos do cotidiano urbano (acidentes, roubos, homicídios) que serão reconstruídos por editores e apresentadores, para serem exibidos por vários veículos da mídia. “Nesta reconfiguração e reconstrução, é claro o silenciamento do debate da segurança pública” (COSTA; FERREIRA JÚNIOR; SAMUEL, 2017, p. 158) e dos direitos humanos, que perdem espaço nas pautas, majoritariamente ocupadas por matérias sensacionalistas da violência urbana e que raramente oferecem análise e abordagem contextuais. Os altos números de homicídios “levaram muitos jornais a classificar a situação de violência urbana no Brasil de ‘guerra’ [e] os autores ou os suspeitos de crimes também ganharam o status de tropa inimiga” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 21), de tal modo que podem ser agressivamente combatidos. As ações repressivas da polícia são apresentadas pela mídia como essenciais à luta contra a criminalidade.

GUERRA EM BELÉM É TODO DIA!

Ontem foi mais um “dia normal” na Região Metropolitana, com os assassinatos de um PM (foto à direita), um duplo homicídio no Jurunas (abaixo), outra execução no Jaderlândia e a morte de um trabalhador na Marambaia. (*Diário do Pará*, 11 jan. 2018).

Bandidos lançam ofensiva.

GUERRA DECLARADA!

Grupos criminosos promovem o pânico na noite da Grande Belém e colocam a Polícia e o Estado contra a parede. Bandidos atacaram um trailer da PM no Jurunas, balearam policial e promoveram mortes em outras áreas. (*Diário do Pará*, 12 abr. 2018).

O levantamento e análise da produção diária da imprensa sobre os homicídios na Grande Belém, publicadas em 2017 nos dois periódicos impressos de maior circulação no estado, *O Liberal* e *Diário do Pará*, revelou que o assunto foi pauta de matérias em todas as edições do ano. Algumas palavras marcantes foram estampadas com maior frequência nas manchetes de primeira página, em letras garrafais (ver Ilustração 10), a exemplo de: “tiros” (7,85%), “morto” (5,80%), “assassinado” (3,41%) e “executado” (2,73%).

Os jornais vendem a narrativa de que o “carro prata” extermina a bandidagem matando criminosos, foragidos da justiça, ex-detentos e viciados em dívida. As matérias jornalísticas mesclam pitadas de humor ácido, informações superficiais e “não se furtam de utilizar a morte para vender e para evidenciar a violência, tendo como recurso principal narrativas de crime ou narrativas policiais, acompanhadas de fotografias de cadáveres” (FERREIRA JUNIOR; MENEZES, 2014, p. 56-57 *apud* COSTA; FERREIRA JÚNIOR; SAMUEL, 2017, p. 157-158).

canalhas, que atrapalham a vida de quem quer fazer alguma coisa. Esses merdas não prestam para nada” (COSTA; FERREIRA JÚNIOR; SAMUEL, 2017, p. 165).

Tanto os jornais impressos como os programas televisivos, por vezes, tratam os matadores e as chacinas de forma positiva, sendo defendidas como um mal necessário ao enfrentamento da aguda violência na metrópole. Os homicídios não solucionados são apresentados como meras cobranças de dívida do tráfico ou acertos de contas entre traficantes⁸⁷ e os órgãos de segurança são apontados, no máximo, como coniventes ou omissos.

Desprovidas de objetividade, notícias são carregadas de adjetivações e posicionamentos morais. Ainda assim, a mídia (internet, televisão, rádio, jornais) presta a importante função de denunciar publicamente aquilo que as autoridades buscam ocultar.

SECRETÁRIO ADMITE ATUAÇÃO DE GRUPOS DE EXTERMÍNIO EM BELÉM [...] “Há evidências de que eles existem, mas estamos agindo de forma permanente e vigorosa na identificação e punição exemplar”, afirmou o secretário. (*O Liberal*, 24 jan. 2016 *apud* COUTO, 2017, p. 237).

As notícias da imprensa possibilitam conhecer vários elementos dos usos da força letal pelos policiais paraenses, apesar da “distorção do fenômeno ocasionada tanto pelo exagero na incidência, como pela falta de precisão conceitual” (BARREIRA, 1998, p. 21). Colocam em evidência dados relevantes: a rede de atores e instituições submersas nas chacinas; a afinidade entre a letalidade policial e a política de segurança pública; as relações de cumplicidade e de aceitação moral em relação aos homicídios; a atuação do sistema de administração da justiça na elucidação e punição do crime⁸⁸. Ao transparecer a existência de violência intensa na Grande Belém, as narrativas da mídia suscitam o debate público sobre a atuação das organizações policiais, da defensoria, do ministério público, da justiça e do sistema prisional, no enfrentamento aos crimes de morte.

Tal qual lendas urbanas, as execuções noticiadas habitam a imaginação popular, plasmam visões de mundo e modificam condutas. Um fato real registrado por acaso na manhã do dia 20 de junho de 2017, no bairro do Guamá, retrata essa questão: um pai, ao ver seu filho pequeno – que mal sabia andar – largar sua mão e tentar sair sozinho pela rua, adverte-o jocosamente: “cuidado com os motoqueiros!” e, mais que depressa, a criança retorna ao pai chorando apavorada. A brincadeira desvela o assombro geral.

⁸⁷ Cf. COSTA; FERREIRA JÚNIOR; SAMUEL, 2017, p. 161.

⁸⁸ Cf. BARREIRA, 1998, p. 37.

Na construção do imaginário social, a mídia tem um importante papel enquanto “instituição responsável pela criação de símbolos e de sentidos” (BACZKO, 1984 *apud* COSTA; FERREIRA JÚNIOR; SAMUEL, 2017, p. 157) que serão internalizados possibilitando aos indivíduos “os meios inteligíveis para seus intercâmbios com as instituições” (CASTORIADIS, 1982 *apud* COSTA; FERREIRA JÚNIOR; SAMUEL, 2017, p. 158) e à construção de cosmovisões e posturas sobre a violência urbana, a polícia, a justiça, o espaço público e a vida social da cidade.

Mais que folclore moderno, motoqueiros encapuzados e carros prata representam um risco palpável que aflige os bairros mais pobres da RMB. Na internet, por exemplo, uma sequência de quatro gravações de vídeo amadoras, intituladas “Quando o carro prata passa em Belém”⁸⁹, expõem e explora o pavor que pessoas comuns da periferia sentem diante da aproximação abrupta de um carro peliculado ou de uma moto transportando dois homens de capacete. Nos vídeos, os cinegrafistas pseudobrincalhões conduzem o carro de modo suspeito, fazendo com que os abordados fujam aflitos por ruelas e becos, assombrados. Ninguém se sente seguro (Ilustração 11).

Ilustração 11 – Chega! Ninguém aguenta mais!



Fonte: *Diário do Pará*, 13 set. 2017.

⁸⁹ Matéria “No fogo cruzado no Pará: na rota do tráfico, disputa entre facções, milícias e PM gera 6 mortes violentas por dia na Grande Belém”, publicada no portal UOL Notícias. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KJDbGk1nO04>>. Acesso: 22 abr. 2019.

“As pessoas já estão com o nível de medo instalado, que as pessoas estão se auto-impondo toque de recolher. No bairro do Jurunas tem áreas onde o pessoal já determinou o horário que pode andar na rua, que pode sair de casa, que pode ir pro colégio”, disse o relator da CPI das Milícias, deputado Carlos Bordalo. Ele foi duas vezes ameaçado de morte e anda com escolta. (AMORIM; ADORNO, 2018)⁹⁰.

Concluindo o enfoque preliminar, faz-se necessário tecer breves considerações. A primeira, bem simples, sintetiza os números e taxas explorados neste capítulo na dura constatação de que o Brasil é uma civilização cada vez mais intolerante e violenta. A ideia de um povo acolhedor e pacífico não condiz com a realidade. O brasileiro se despiu da máscara da cordialidade⁹¹ e expõe abertamente os resquícios de um passado que continua⁹², contemporaneamente manifestado em casos de crime de ódio e intolerância, violência doméstica, feminicídio, vitimização e letalidade policial, homicídio e tantos outros exemplos trágicos da crise civilizatória nacional.

A próxima observação diz respeito a letalidade policial e explana a dinâmica comum da onda de homicídios que aflige a RMB do seguinte modo: (1) na Grande Belém, as mortes por intervenções policiais acontecem com relativa frequência, já as execuções atribuídas às milícias e aos grupos de extermínio são praticamente diárias; as duas modalidades, de tão constantes, não mais abalam a população; (2) a rotina letífera da metrópole agudiza quando um policial é assassinado e, dependendo da vítima, nos dias subsequentes ocorrem muitos homicídios com características de execuções sumárias; a resposta mortífera supostamente promovida por policiais atinge integrantes das facções criminosas e inocentes, em geral, provocando comoção social; (3) passados alguns dias, é retomada a rotina de mortes com pouca importância que segue seu ritmo até que outro policial prestigiado seja assassinado e o ciclo das chacinas reinicie, um circuito que se retroalimenta das mortes de policiais e não-policiais, aniquilando venais e cidadãos íntegros que, segundo o jargão policiesco, “estavam no lugar e momento errados”.

Por sua vez, a anotação derradeira traz luz aos conflitos urbanos entre traficantes, policiais e milicianos – que fazem uso da violência letal intencional como recurso habitual – para iluminar o que neles concerne à letalidade policial. Observa-

⁹⁰ Disponível em: <<https://www.uol/noticias/especiais/no-fogo-cruzado-do-para.htm#terra-de-ameacados-de-morte>>. Acesso: 25 abr. 2019.

⁹¹ Em alusão ao “homem cordial” cunhado por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936).

⁹² “[...] não é difícil notar a presença de problemas e contradições estruturais que continuam basicamente inalterados, e assim se repetem, vergonhosamente: a concentração de renda e a desigualdade, o racismo estrutural, a violência das relações, o patrimonialismo. ‘O passado nunca foi, o passado continua’ [...]” (SCHWARCZ, 2019, edição do Kindle).

se que os embates ocorrem em duas circunstâncias típicas diametralmente opostas, em princípio. A primeira circunstância é indubitavelmente criminosa e corresponde ao assassinio de pessoas indefesas perpetrado por policiais de modo clandestino, durante o serviço ordinário de patrulhamento em guarnições policiais ou na folga, agindo em grupos de extermínio ou milícias. Os episódios rurais de Eldorado dos Carajás e Pau D'Arco e os recorrentes assassinatos na RMB são exemplos da situação alvitrada.

A segunda, ao contrário da circunstância anterior, é presumivelmente legítima e consiste no uso da força letal pelo policial em situação de confronto armado ou em risco iminente de confronto armado, no patrulhamento do espaço público afetado pelo crime violento. A situação contempla o policial em serviço que, do mesmo modo, emprega força letal contra milicianos (sejam eles policiais, ex-policiais e não-policiais) quando a sua integridade ou a de outrem for gravemente ameaçada. Já se sabe, de acordo com os dados exibidos no capítulo, que as polícias estaduais do Pará, mormente a militar, destacam-se entre as mais letais do Brasil. Matam duas vezes mais que a taxa do país.

Conclui-se que, em ambas, as mortes resultam diretamente da ação do policial. São consideradas *homicídios*, na primeira circunstância, e *mortes por intervenções policiais*, na segunda. Os homicídios e as mortes por intervenções policiais são, respectivamente, as duas maiores causas de mortes violentas intencionais no Brasil. A letalidade policial de regra assinala a segunda circunstância, porém, sua contribuição expressiva na primeira, estando oculta, é desconsiderada. Todavia, de fato, concorre duplamente.

A letalidade da polícia está no âmago da violência letal intencional que, neste tópico, foi abordada sociologicamente sob o prisma de problema social, contextualizada à realidade paraense por meio da análise de parâmetros locais, confrontados com dados globais, internacionais e de outros estados brasileiros, e da desvelada observância de manifestações do senso comum da sociedade paraense. Assim, algumas tendências e condições gerais do fenômeno que interessam à pesquisa foram elencados dentre números, taxas, dados oficiais, pesquisas, comentários de outros autores e acontecimentos noticiados na internet, na televisão e nos jornais. Esses subsídios estão reunidos num esboço de aspectos da letalidade policial no Pará (Ilustração 12).

Ilustração 12 – Esboço da letalidade policial no Pará.



Afinal, quando os números das mortes por intervenções policiais e dos homicídios elevam as cifras da violência letal intencional a níveis alarmantes, manifestando-se como um problema que atinge universalmente a sociedade e que vem ganhando espaço cada vez maior no debate político, na mídia e no cotidiano das relações domésticas, afetando a saúde pública e o desempenho das atividades econômicas, a população clama ao poder público por solução⁹³.

Os pontos de vista, as normativas e as ações de autoridades estatais, direcionadas ao enfrentamento da violência extrema atribuída aos policiais serão matéria do próximo capítulo, numa pesquisa exploratória que mostrará como se comportam a sociedade em geral, a mídia, os membros do governo e funcionários de alto nível da polícia militar do Estado do Pará em relação ao fenômeno. Terão destaque os mecanismos institucionais de controle da atividade policial.

O maior conhecimento sobre esses temas preambulares acrescerá elementos que contribuirão à compreensão da ação letal dos policiais militares paraenses.

⁹³ Cf. OLIVEIRA NETO, 2004, p. 2-3.

CAPÍTULO 2

A LETALIDADE POLICIAL NA AGENDA PÚBLICA

“A emergência do crime como problema público está relacionada ao consenso geral da incapacidade dos cidadãos em tratar do assunto e da consequente atribuição de sua propriedade ao Estado.”

(Oliveira Neto)

A violência letal intencional imputada à ação de policiais estaduais assola a Grande Belém. As repetidas chacinas e o elevado número de mortes por intervenções policiais são problemas de interesse público que há décadas mobilizam a sociedade civil organizada paraense. No que lhe concerne, o poder público é pressionado a buscar soluções para a matança policial na metrópole por intermédio dos seus órgãos legiferantes e, principalmente, do sistema de administração da justiça¹.

Neste capítulo, serão examinados materiais coletados junto à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Grupos de Extermínio e Milícias, da ALEPA; às 1ª e 2ª Promotorias de Justiça Militar – PJM, do MPPA; à SEGUP; ao Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade – GALM, do Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP/SEGUP; à Polícia Civil do Pará – PCPA; à PMPA; e à Corregedoria Geral da Polícia Militar – CORREG/PMPA.

A pesquisa documental é complementada por entrevistas² com autoridades estaduais que exerceram as funções públicas no período em análise. São elas: o deputado estadual relator da CPI dos grupos de extermínio e milícias; o promotor de justiça militar responsável pela investigação de homicídios com suposta participação de militares estaduais; o secretário estadual de segurança pública e defesa social; o secretário adjunto da Secretaria de Inteligência e Análise Criminal – SIAC/SEGUP; a ouvidora do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS³; o delegado geral da PCPA; o comandante geral e o corregedor geral da PMPA.

¹ O *Sistema de Administração da Justiça* garante a aplicação da lei; é composto pelas polícias estaduais, defensoria pública e advogados autônomos, ministério público, tribunal de justiça e sistema prisional.

² Algumas entrevistas foram anotadas e outras, devidamente consentidas, puderam ser gravadas em áudio.

³ O *Sistema de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS* é responsável pela execução das políticas estaduais de segurança pública e defesa social do governo do Pará, por meio da SEGUP, das polícias civil

A investigação sociológica da ação letal policial, isto é, do *comportamento homicida*⁴ observado em policiais – mais precisamente, militares estaduais do Pará –, desta vez sob o aspecto da política pública, tem o propósito de assinalar nas perspectivas, diretrizes e atos das autoridades estatais orientados ao enfrentamento da funesta questão pública, elementos que possibilitem aclarar como se comportam a sociedade paraense em geral, a mídia local, os gestores públicos e os funcionários de alto nível da polícia militar estadual em relação ao fenômeno. Os mecanismos institucionais de controle da atividade policial serão especialmente examinados.

2.1 HERÓIS, JUSTICEIROS E ASSASSINOS

Para quem vive em Belém há mais de trinta anos, casos de violência letal praticada por policiais não são novidades no cotidiano da cidade. Decerto que essa geração lembrará da PATAM, considerada por alguns como “a polícia mais sanguinária que já existiu no Pará”⁵.

O *Patrulhamento Tático Metropolitano – PATAM* foi instituído no 6º Batalhão⁶ da PMPA, em 18 de abril de 1988, no governo de Hélio da Mota Gueiros⁷ (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), com o propósito de complementar o policiamento motorizado da capital, então desempenhado pela Companhia de Radiopatrulha⁸, e de executar ações de controle de distúrbios civis e de contraguerrilha urbana em todo o território do estado, quando necessário⁹.

e militar, do corpo de bombeiros militar, do departamento de trânsito, do sistema penal e do centro de perícias científicas.

⁴ O *comportamento homicida* não se confunde com o *crime de homicídio*. O primeiro diz respeito à ação letal, a conduta assassina, a prática de matar outro ser humano perpetrado por um indivíduo. Já o segundo corresponde ao *tipo penal*, ou seja, a descrição objetiva do fato ilícito, da conduta proibida em prescrições jurídicas que enseja uma correspondente sanção penal. Logo, nem todo comportamento homicida implicará no crime de homicídio, a exemplo da *legítima defesa*.

⁵ Cf. comentário postado no portal *Diário do Pará*. Disponível em: <<http://www.diariodopara.com.br/notcm.php?idnot=71548>>. Acesso: 10 abr. 2019.

⁶ Batalhão policial militar organizado, aparelhado e especializado para atuar como *polícia de choque*, sendo empregado em intervenções voltadas à manutenção da ordem pública e a segurança interna do estado; possuía a atribuição específica de agir em apoio as demais unidades da PMPA, na capital paraense, tais como: ações de reintegração de posse; repressão aos movimentos de greve e distúrbios dentro de Belém; repressão aos motins em casas penais (cf. CHARLET, 2006, p. 11-12).

⁷ Hélio Gueiros foi eleito governador do Pará em 1986, rompeu com Jader Barbalho e foi expulso do PMDB após a eleição presidencial de 1989. Governou o Estado de 1987 a 1990.

⁸ À época, o radiopatrulhamento era realizado em veículos Volkswagen Fusca, apelidados de *baratinhas*, que não mais supriam às necessidades da segurança pública da Grande Belém.

⁹ Nos termos da *Diretriz Operacional de Policiamento nº 001/88-EM*, do Estado Maior da PMPA (cf. Boletim Geral nº 071/QCG, 18 abr. 1988, pp. 633-637).

A formação da PATAM envolveu a viagem de dois oficiais e dois sargentos da PMPA para realizarem treinamento intensivo na famosa unidade de *Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar – ROTA*¹⁰, da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Ao retornarem, esforçaram-se para reproduzir o padrão da organização coirmã. O efetivo foi escolhido dentre candidatos voluntários, por meio de um rigoroso processo seletivo e estágio de admissão. Foram adquiridas viaturas *Chevrolet Veraneio*¹¹, uniformes, equipamentos e armamentos novos, com destaque para a submetralhadora *MT-12 calibre 9x19 mm Parabellum* utilizada pelas forças armadas brasileiras, a partir de 1974. A unidade foi estruturada em duas companhias: a 1ª Companhia (Cia.)/6º BPM – *A Pioneira*, encarregada do patrulhamento tático da metrópole, e a 2ª Cia./6º BPM – *Garra*, responsável pelo controle de distúrbios civis e policiamento de choque; juntas, as duas companhias formavam o *CHOQUE/PATAM*.

Em pouco tempo, a nova unidade da PMPA se tornou admirada por moradores das áreas nobres e temida na periferia, devido à dureza característica das suas intervenções. Criada para limpar as ruas da Grande Belém e dar satisfação à sociedade belenense, tornou-se símbolo do combate duro à criminalidade e às gangues de rua que na ocasião atormentavam a capital¹². À noite, nas vielas das baixadas, agrupamentos de jovens prontamente se desfaziam quando avistavam ao longe a *veraneio* se aproximando. Corriam todos, quem estava em conflito com a lei e aqueles que não, por precaução. No centro da cidade, abordagens às pessoas e aos veículos também eram realizadas, porém mais brandas... não muito! Em pouco tempo, crimes e vandalismos diminuíram.

No patrulhamento da metrópole, a unidade associava a violência policial à manutenção da ordem e não tardou a adotar o homicídio como um instrumento de controle

¹⁰ Unidade de elite da Polícia Militar do Estado de São Paulo – PMESP, seu efetivo esteve presente em momentos marcantes da história do Brasil, na defesa das instituições republicanas, “com a missão de reprimir e coibir os roubos a bancos e outras ações violentas praticadas por criminosos e grupos terroristas [...] um policiamento especializado, criado para atender todo tipo de ocorrência, em especial as que o policiamento comum não tinha condições de fazê-lo [...]”, cf. o sítio da PMESP, disponível em: <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/1bpchq/hist.htm>>. Acesso: 31 mai. 2019.

¹¹ Veículo utilitário esportivo de quatro portas produzido pela Chevrolet do Brasil de 1964 a 1994, tornou-se um emblema da PATAM.

¹² Nos anos oitenta, a população da capital padecida com roubos à bancos, sequestros, latrocínios e o vandalismo de gangues de rua como a *Gang Mexicana* e as *turmas da Bailique, dos Capuchinhos, do Raio* etc. que pichavam, consumiam drogas e promoviam brigas generalizadas. Para saber mais sobre a atuação das polícias estaduais do Pará (e da PATAM) no enfrentamento das gangues de rua no contexto dos espetáculos de *heavy metal* que aconteciam em Belém, na virada dos anos 1980-1990, ler: SILVA, 2014, pp. 266-320.

social. Tornou-se popularmente conhecida como “Mata-pivete”¹³. Famígeros bandidos foram mortos pela PATAM e os patanzeiros, valentes, tornaram-se *heróis*¹⁴. Contudo, a unidade sofreu progressivas acusações de formar grupos de extermínio¹⁵ e acabou sendo extinta¹⁶, em 26 de maio de 1992, pelo recém eleito governador do Estado do Pará Jader Fontenelle Barbalho¹⁷ (PMDB), quatro anos após sua criação, sob forte pressão da Anistia Internacional e de grupos de defesa dos direitos humanos.

O fim da “ROTA” paraense:

Quando o Patrulhamento Tático Metropolitano (PATAM) foi criado [...], logo a imprensa identificou semelhanças metodológicas entre a famigerada Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA)¹⁸, de São Paulo, e PATAM. O comando do 6º Batalhão de Polícia Militar elegeu como símbolo da nova corporação uma cabeça de caveira, como aquela muito usada pelos antigos piratas, a mesma utilizada pelo Esquadrão da Morte, um grupo de extermínio formado por policiais que ganhou notoriedade nos anos 1970.

Em pouco tempo, mais precisamente entre os anos 1991 e 1992, o PATAM evidenciou seu *modus operandi*. Ou seja, atirava antes e perguntava depois. Bandidos foram implacavelmente perseguidos e executados nos ramais e áreas de invasão que à época circundavam a Região Metropolitana de Belém. Os policiais militares do 6º BPM abusavam da autoridade, mas, devido à alta incidência de crimes registrada na capital paraense, a sociedade condescendeu.

Até o dia em que uma guarnição do PATAM, sob o comando do sargento PM Cruz, recebeu a denúncia de que quatro rapazes, um deles portando uma arma (um revólver calibre 38), seguiam às proximidades do conjunto Europa, bairro do Coqueiro (Belém/PA). A abordagem coordenada por Cruz aos supostos criminosos resultou em três assassinatos, de um investigador de Polícia, lotado na antiga Divisão de Ordem Política e Social (DOPS), e de dois universitários, e na tentativa de assassinato de um militar da Marinha, que sobreviveu ao massacre e identificou os criminosos.

¹³ Cf. COUTO, 2017, p. 221.

¹⁴ “Polícia mata mais outro da gangue: escondido na ilha, Canela ainda resistiu” foi manchete no jornal *O Liberal*, em 11 de junho de 1988. A matéria trata do assaltante José Augusto Pereira da Silva, 23 anos, conhecido por “Canela”, morto ao trocar tiros com policiais da PATAM. Integrante de uma quadrilha envolvida em vários roubos à bancos no Pará, o assaltante e mais três comparsas fugiram do Fórum de Justiça da capital duas semanas antes, no dia 25 de maio, durante uma audiência judicial, fazendo o magistrado de refém e levando consigo as armas dos policiais militares que os custodiavam. Recapturá-los se tornou uma questão de honra para a polícia estadual.

¹⁵ A abusiva letalidade dos policiais da PATAM esteve estampada repetidas vezes nas primeiras páginas dos jornais paraenses, a exemplo das publicações do popular e sensacionalista *Folha do Norte*, notadamente no início de 1992: “Amarrados e fuzilados numa noite de terror” (12 fev.); “Um grupo de extermínio está agindo em Belém” (13 fev.); “Grupo de justiceiros matava e queimava corpos. Era PM.” (20 fev.); “Trio de matadores do Patam em cana” (21 fev.); “Covardia e sangue no asfalto: PATAM mata 3” (30 mar.); “Assassinatos do PATAM apavoram a população” (31 mar.).

¹⁶ O Decreto Estadual nº 817-A, de 26 mai. 1992, reestrutura o 6º BPM que passa a ser empregado como “unidade convencional de policiamento ostensivo”; assim, discretamente, extingue-se a PATAM.

¹⁷ Jader Barbalho foi eleito governador do Pará pelo PMDB por duas vezes. Governou o Estado de 1983 a 1987 e de 1991 a 1994.

¹⁸ O trabalho de investigativo de Caco Barcellos, narrado com forte tom de denúncia no livro “Rota 66: a história da polícia que mata”, ilustra as práticas obscuras da unidade de elite da polícia militar paulista, treinada para combater a guerrilha de esquerda e, posteriormente, destinada ao enfrentamento da violência urbana cotidiana em São Paulo.

A chacina foi a principal chamada de jornais e telejornais nacionais e internacionais. Por conta da pressão, Jader Barbalho extinguiu a PATAM por meio de um simples decreto veiculado em página par (menos nobre) do Diário Oficial. Mas, ainda hoje há quem sinta saudades da temível PATAM [...]. (TROPPOSFERA PLUS, 2011)¹⁹.

É admissível pensar que o alto escalão da PMPA e parte da população belenense foram, por algum tempo, condescendentes com os métodos de controle social violentos adotados por integrantes da PATAM²⁰. Os resultados positivos inicialmente alcançados no enfrentamento da delinquência sobrepujavam quaisquer críticas e desvios pontuais. Por outro lado, sabe-se que o apoio tácito às ações policiais abusivas guarda relação com a percepção social da insegurança, pois a sensação de medo leva a validação de ações repressivas da polícia.

Uma vez que o medo é também uma representação da realidade, em alguns casos o antídoto parece também ser aquele que as representações sociais teimam em afirmar como válidas. Nesse sentido, as velhas formas de controle social, centradas na intervenção reativa das polícias, tendem a levar vantagem, pelo menos a curto prazo, pois estão institucionalizadas, gerando expectativas previsíveis por parte do público. (COSTA, 2014, p. 189).

Em seu momento áureo, a unidade contou com o apoio de parte expressiva da sociedade belenense. Era bem comum que as guarnições de serviço recebessem elogios, incentivos e pequenos agrados (refrigerantes, refeições, descontos em compras etc.) ofertados, principalmente, por donos de comércio e moradores das áreas nobres da metrópole. Ainda hoje é possível encontrar saudosistas que, diante da criminalidade que aflige a cidade, cogitam: “Na época da PATAM isso não aconteceria!”, ou então, “Ah se fosse na época da PATAM!”²¹ (Ilustração 13).

¹⁹ Postagem do jornalista Emanuel Reis no sítio *Tropposfera Plus*. Disponível em: <<https://troppos.wordpress.com/tag/patam-para/>>. Acesso: 10 abr. 2019.

²⁰ Sobre métodos obscuros da PATAM, o colunista Edson Salame escreve: “A Coluna lembra que o PATAM, uma antiga unidade da Polícia Militar, tinha em todos os seus carros de patrulha um revólver velho que todas as vezes que havia confronto era deixado no local. Os militares chamavam a velha arma de ‘vela’, numa alusão às velas que eram colocadas nas mãos dos moribundos, um hábito que já desapareceu”. Disponível em: <<https://belemdopara.com.br/2019/05/02/historia-3/>>. Acesso: 15 mai. 2019.

²¹ “Chamem a PATAM!”. Disponível em: <<http://blogdohebergueiros.blogspot.com/2013/02/chamem-patam.html>>. Acesso: 10 abr. 2019.

Ilustração 13 – Nostalgia da PATAM.



Fonte: Postagem da página *Nostalgia Belém* no Facebook²².

Ao que parece, a PATAM atendia objetivamente às expectativas de faxina social que alguns setores mais reacionários da sociedade comungavam naquele tempo de agitação social. No Brasil, os anos 1980 encerram vinte anos de regime autoritário com a tão sonhada abertura política. Sob forte tendência inflacionária, crise das dívidas externa e interna e o desmoronamento da elite política que deu suporte ao governo militar, o país adota um modelo de gestão pública que, especificamente, teve duplo efeito sobre a segurança pública. “Por um lado gerou uma implacável crise de eficiência nas instituições policiais. Por outro, ao diminuir os gastos públicos na área social, fortaleceu fatores formadores de conflitos sociais” (OLIVEIRA NETO, 2004, p. 31-32).

Cabe lembrar que, até o final dos anos 1960, as polícias militares eram forças-tarefa aquarteladas que não executavam atividades típicas de patrulhamento (estas ficavam a cargo das guardas e polícias civis), empenhando-se sobretudo na vigilância de “pontos sensíveis” (estações, torres de transmissão de energia, instalações de tratamento de água etc.) e no controle de distúrbios políticos [...] A partir da Constituição de 1967, procurou-se conferir às PMs uma identidade mais propriamente policial, definindo-se o “policimento ostensivo fardado” como competência exclusiva das polícias militares estaduais e proibindo aos governadores manter outras forças de segurança uniformizadas. (LENGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003, p. 51).

²² Disponível: <<https://pt-br.facebook.com/nostalgibelem/photos/quem-se-lembra-da-viatura-misteriosa-da-extinta-patam-essa-a%C3%AD-metia-medo-em-qual/555990611189672/>>. Acesso: 22 mai. 2019.

Convertidas em responsáveis pelo policiamento ostensivo fardado destinado à manutenção da ordem ameaçada pela esquerda comunista²³, as organizações policiais militares adotaram a doutrina americana do radiopatrulhamento motorizado urbano. A transformação “mudou a violência de patamar, assim como a forma de fazer e pensar policiamento [...], produzindo truculência em bairros pobres” (MANSO, 2018, p. 125). Ante o arrefecimento do regime, as polícias militares entraram em crescente descompasso com o ideário populista defendido por grupos esquerdistas da Igreja, do movimento sindical e da comunidade de Direitos Humanos²⁴.

Na época da PATAM, o aparecimento de cadáveres com características de execução fazia parte do cotidiano da metrópole. Logo, cogita-se que se no “Massacre do Coqueiro”²⁵ – o epílogo desonroso da história da unidade protagonizado pelo sargento Leonardo Freitas da Cruz²⁶, juntamente com o soldado João dos Santos Carnevalle, na madrugada de 29 de março de 1992 –, não tivesse o militar da Marinha do Brasil sobrevivido e se uma das vítimas fatais não pertencesse a Polícia Civil do Estado, talvez o destino da unidade tática fosse outro²⁷. O fato é que, diante das graves denúncias, a PATAM se revelou à sociedade, sobretudo aos olhos dos defensores dos direitos humanos, uma resposta anacrônica aos problemas da segurança pública paraense, um resquício de princípios autoritários e comportamentos truculentos em manifesto desacerto com os novos rumos democráticos e republicanos almejados para o país.

Com a extinção, a polícia militar cria três unidades, em abril de 1992, para dar continuidade ao atendimento das reivindicações da segurança pública: “o Batalhão de Polícia de Choque (BPCHQ), a Companhia Independente de Rádio Patrulha (CIRP) e, no ano seguinte, a Companhia de Operações Especiais – COE, cujo efetivo, em parte, era oriundo do PATAM [...]” (CHARLET, 2006, p. 28).

²³ “O Decreto 667 de 1967 unificou todas as polícias estatais uniformizadas antes existentes [...] numa polícia militar estadual, a PM, subordinada ao Exército. Essa reforma foi considerada necessária como um meio de enfrentar a oposição ao regime, sobretudo a da guerrilha” (CALDEIRA, 2000, p. 147-148).

²⁴ Cf. SKIDMORE, 2003, p. 269.

²⁵ Cf. *Folha do Norte*, 3 abr. 1992.

²⁶ O ex-sargento Cruz foi condenado pela JME à pena de 90 anos de reclusão em regime fechado por triplo homicídio e instigação da tentativa de homicídio. Em 2005, deixou a prisão por indulto condicional. O ex-soldado Carnevalle à 60 anos de reclusão em regime fechado pela prática omissiva em dois homicídios e a tentativa de homicídio do marinheiro.

²⁷ Segundo um ex-pataneiro entrevistado, especula-se que também pesou sobre a decisão peremptória, uma provável mágoa da unidade nutrida pelo governador Jader Barbalho, decorrente de um entrevero anterior: *o cerco promovido pela PATAM, em 2 de abril de 1990, ao prédio da emissora Rede Brasil Amazônia de Televisão, de propriedades da família Barbalho, por determinação judicial* (cf. *Diário do Pará*, 2 abr. 1990, p. 1).

No ano de 2001, passada quase uma década do fim da “Rota paraense”, já no governo de Almir José de Oliveira Gabriel²⁸ (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), é criada a *Companhia Tático Operacional – CTO*²⁹ com a tarefa de realizar exclusivamente o *policiamento de choque ligeiro*³⁰. A equipe do então secretário estadual de segurança pública, ex-delegado da Polícia Federal Paulo Sette Câmara, esforçou-se em afastar a nova companhia tática das sombras agourentas da PATAM. Para que não se repetissem sinistros desvios, o efetivo inicial foi selecionado dentre os policiais mais jovens e nenhum ex-patanzeiro ou integrante da COE foi aproveitado. Foram adquiridos equipamentos de proteção balística, armamentos e munições *menos-letais*³¹; para as armas letais, adotou-se o calibre .40 S&W³², especialmente desenvolvido para o confronto armado policial e mundialmente aceito por forças de segurança pública internacionais.

Cinco anos mais tarde, em 2006, no governo Simão Robison Oliveira Jatene (ex-integrante da equipe de Almir Gabriel e do mesmo partido, PSDB), a CTO é transformada no *Batalhão Tático Operacional – BPOT*³³, com a finalidade de reativar o patrulhamento tático metropolitano em Belém. O novo batalhão foi originalmente composto por três companhias: 1ª Cia. de Rondas Táticas Metropolitanas – *ROTAM/BPOT*; 2ª Cia. de Rondas Táticas com apoio de Motocicletas – *ROCAM/BPOT*; 3ª Cia. de Rondas Táticas Rodoviárias – *ROTAR/BPOT*.

Passado pouco mais de um semestre, no início de 2007, desta feita já no início do governo de Ana Júlia de Vasconcelos Carepa³⁴ (Partido dos Trabalhadores – PT) e sob a tutela da secretária estadual de segurança pública e defesa social Vera Lúcia Marques Tavares, advogada e ex-presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH, o batalhão foi reorganizado em quatro companhias ROTAM/BPOT destinadas exclusivamente às rondas táticas metropolitanas, sendo duas companhias dotadas de automóveis utilitários esportivos e as outras duas de motocicletas.

²⁸ Almir Gabriel foi eleito governador do Pará pelo PSDB em 1994 (1995-1998) e reeleito para o segundo mandato pelo mesmo partido, em 1998 (1999-2002).

²⁹ Por meio do Decreto Estadual nº 4.560, de 27 mar. 2001.

³⁰ Pequenas frações de tropa de choque embarcadas em furgões e micro-ônibus, posicionadas estrategicamente, para emprego em apoio às guarnições de serviço mediante solicitação prévia e expressa autorização superior.

³¹ Armamentos com menor potencial ofensivo que, via de regra, não resultarão em mortes nem lesões graves se empregados do modo técnico adequado.

³² O calibre .40 é mais apropriado ao confronto armado policial, conforme o “Informativo Técnico nº 32 – Munições e cartuchos para uso policial”, da Companhia Brasileira de Cartuchos – CBC. Disponível em: <<https://www.cbc.com.br/wp-content/uploads/2018/08/IT-32-Munições-de-Uso-Policial-1.pdf>>. Acesso: 6 jun. 2019.

³³ Por meio do Decreto Estadual nº 2.362, de 31 jul. 2006.

³⁴ Ana Júlia foi eleita governadora do Pará pelo PT em 2006 e governou o Estado de 2007 a 2010.

Ainda que o novo batalhão de patrulhamento tático tenha reavivado a modalidade de policiamento que no passado coubera à PATAM, o BPOT foi formado no contexto de uma ampla reforma do sistema de segurança pública estadual notoriamente comprometida com a oferta eficiente de proteção à população paraense em conformidade com o respeito incondicional aos direitos humanos³⁵. Suas companhias ROTAM³⁶ não foram organizadas aos moldes do Exército brasileiro, ao contrário, herdaram da antecessora CTO os equipamentos e armamentos apropriados ao trabalho policial. Seus fundadores não são expatanzeiros, aliás, boa parte dos atuais integrantes do batalhão sequer era nascida na década de 1980. Diferente dos primeiros, que seguiam diretrizes operacionais de contraguerrilha urbana, observa-se que os rotanzeiros³⁷ adotam a doutrina policial do *uso progressivo da força*³⁸, promovida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, estabelecida em normas de procedimentos operacionais padronizados seguidos com rigor pelas guarnições de serviço e valorizados tanto pela maior segurança que proporcionam quanto como símbolos da ativa especialização profissional.

A geração dos policiais militares patanzeiros não está mais no serviço ativo da PMPA. Mesmo assim, é possível encontrar na ROTAM alguns poucos veteranos que guardam alguma lembrança e vínculo afetivo com a mítica PATAM; notadamente, os subtenentes e sargentos mais antigos que escutaram estórias sobre a bravura indômita e feitos memoráveis daqueles patrulheiros, no *combate à criminalidade*. A fabulosa valentia de patanzeiros³⁹ – rememorada em narrativas de como enfrentavam com sobriedade os

³⁵ Para saber mais sobre o processo de reforma democrática do sistema de segurança pública do Estado do Pará, de 1995 a 2006, ler: DELUCHEY, 2000; OLIVEIRA NETO, 2004.

³⁶ Popularmente, o Batalhão Tático Operacional – BPOT passou a ser conhecido pela sigla *ROTAM* e pelo símbolo do *raio vermelho*, que se encontram estampados nas viaturas da unidade.

³⁷ *Rotanzeiro* designa informalmente o policial militar que, além de servir no Batalhão de Policiamento Tático (BPOT), possui o curso de especialização de ROTAM.

³⁸ “A escala do uso progressivo da força adotada no método Giraldi prevê seis fases. A 1ª fase consiste na presença do policial fardado, sozinho ou com a equipe, na rua, viatura ou qualquer que seja a situação, fazendo uso de sua força simbólica ou verbal; a 2ª é o policial de posse da arma, em “posição de saque”; a 3ª é o policial com a arma na posição sul [com o cano apontado para baixo], mas com o dedo fora do gatilho, jamais dentro da viatura (a arma só deve ser manuseada com o policial em solo); a 4ª consiste no policial já com a arma em posição de alerta, mas ainda com o dedo fora do gatilho; na 5ª o policial está com a arma na posição de tiro, ainda com o dedo fora do gatilho; e na 6ª fase o policial faz o disparo se estritamente necessário” (GIRALDI, 2013 *apud* NUNES, 2018, p. 46).

³⁹ *Patanzeiro* designa informalmente o policial militar especializado que trabalha na PATAM. São exemplos da valentia de alguns patanzeiros as empolgantes proezas do arrojado sargento Waldemir Santos Cruz, conhecido por “Batfino” em alusão ao herói morcego de desenho animado que, com asas de aço, lutava contra o crime. O *sargento Batfino* morreu em serviço no dia 19 de novembro de 1991, num confronto com meliantes armados ocorrido durante uma incursão policial em área rural, no município de Maracajá, interior do estado do Pará (Boletim Geral nº 234/QCG, de 31 dez. 1992, p. 2419).

riscos da morte e, sobretudo, de como eram capazes de matar – permanece sedutora aos neófitos, especialmente aos mais aventureiros⁴⁰ e ávidos por testar a virilidade.

A admiração pela PATAM extrapola os muros da caserna e persiste até o presente. Igualmente, a selvajaria de alguns dos seus integrantes lanceou a sensibilidade de muitos e não apenas de defensores de direitos humanos ou dos familiares de vítimas das atrocidades. Suas práticas abusivas angariaram a repulsa de pessoas da sociedade civil, da PMPA e inclusive na própria unidade tática. Nesse sentido, o drama vivido por um patanzeiro chama a atenção de maneira muito especial.

GRUPO DE JUSTICEIROS MATAVA E QUEIMAVA CORPOS.
ERA DA PM.

O sargento José Pinheiro Santos da Silva, o “Charles Bronson”, e os soldados William Antônio Santana e Rodolfo, todos do Patam, são acusados de comandar um grupo de extermínio que agia em Belém matando pessoas e carbonizando corpos. Quem denunciou foi o soldado Raimundo Nonato da Silva Santos, da própria Patam. Uma fita gravada chegou às mãos do diretor da Divisão de Crimes Contra a Pessoa, Clóvis Martins, contando em detalhes toda a história [...].

(*Folha do Norte*, 20 fev. 1992).

No dia 28 de setembro de 1991, o estudante Edimilson Teixeira Bastos (19 anos de idade) foi assassinado e teve o seu corpo carbonizado nas matas do Icuí-Guajará, na periferia de Belém⁴¹. O sargento José Pinheiro dos Santos Silva, conhecido por “Charles Bronson” (em menção astro de Hollywood famoso por interpretar o papel de justiceiro), e os soldados Willians Augusto Almeida Santana e Rodolfo Figueira Freire, foram acusados pelo soldado motorista Raimundo Nonato da Silva Santos, de serem os autores do crime. Todos pertenciam a PATAM. No dia do crime, o soldado Nonato estava de serviço na viatura 347 e foi acionado pelo sargento Silva para dirigir até a delegacia de Polícia Civil, sob o pretexto de que realizariam a apresentação de um preso. Contudo, no caminho, por ordem do sargento, a *guarnição de serviço* – GU tomou outro rumo. Apesar de ter permanecido o tempo todo na viatura e não ter presenciado a execução, Nonato entendeu que os demais integrantes da GU haviam cometido um crime e, perturbado, avisou-os que comunicaria o fato ao comando, tão logo retornassem ao quartel. Em resposta, foi mortalmente ameaçado pelos policiais; a ameaça incluiu sua mulher e seus filhos. Desde

⁴⁰ “[...] o mais alto grau de aventureiro é o valente. Ninguém melhor do que ele é capaz de ‘um completo abandonar-se às forças e às chances do mundo, que tanto podem nos favorecer como nos destruir’ (Simmel, 2005, p. 175)” escreve OLIVEIRA (2016, p. 352), a respeito da reflexão sociológica de Georg Simmel sobre a aventura.

⁴¹ Cf. *Folha do Norte*, 20 fev. 1992, p. 10.

então, Nonato passou a não mais dormir direito, dizia estar assolado por pesadelos e alucinações, porém, sem mencionar a razão do sofrimento, segundo o relato de um expatanzeiro que com ele conviveu. Por fim, dias depois, extenuado, delatou o crime enquanto se encontrava mobilizado noutra missão sanguinária da polícia militar⁴².

Por meio da denúncia, a perícia oficial conseguiu localizar uma cicatriz nos restos carbonizados, vestígio suficiente para identificar a vítima e provar que ela havia sido presa pela guarnição no dia do crime, antes de desaparecer, desmontando a versão apresentada pela defesa dos matadores⁴³.

Aparentemente, o sofrimento psicológico do soldado Nonato – atormentado por ter sido envolvido na execução e atemorizado pelas ameaças sofridas – foi doloroso o suficiente para suplantar nele os fortes laços de solidariedade que, em geral, unem as guarnições policiais, pequenos grupos sociais com estrutura mínima muito coesa face à duração, repetição e especificidade das relações de proteção, cumplicidade e confiança mútuas envolvidas no cotidiana arriscado da atividade policial.

Para “driblar” as adversidades, uma maneira de proteção informal adotada entre os policiais que trabalham nas ruas, independente do perfil, envolve uma cultura carregada de silêncio e solidariedade intergrupo contra ameaças internas e externas percebidas. (SANDES, 2013, p. 115).

Matar outro ser humano é um ato extremo e não natural, exceto para alguns indivíduos portadores de transtornos de personalidade ou doença psiquiátrica⁴⁴. O comportamento homicida contraria seriamente princípios sociais determinados por éticas religiosas e fundamentos morais, sendo repudiado e rigorosamente regulado em todas as sociedades humanas⁴⁵. Aquele que o faz consciente, supõe-se, terá que conviver pelo restante da sua vida com o peso do ato praticado e dos riscos da responsabilização legal

⁴² No início dos anos 1990, Márcio Martins, conhecido como o “Rambo do Pará”, foi morto após o cerco da polícia militar paraense no garimpo Castelo de Sonhos, a 1.100 quilômetros de Altamira. Acusado de dezenas de homicídios e desaparecimentos, o temido garimpeiro morreu com um tiro de escopeta. Disponível em: <<https://www.facebook.com/515735838562789/photos/rambo-do-pará-o-garimpeiro-mais-temido-de-todo-norteos-leitores-pediram-e-ela-vo/729372000532504/>>. Acesso: 15 mai. 2019.

⁴³ No julgamento ocorrido na JME, em 4 nov. 1992, o ex-sargento Silva (*Charles Bronson*) e os ex-soldados Rodolfo (falecido) e Willians (que ainda está foragido nos dias de hoje) foram condenados a 45 anos de reclusão em regime fechado pelo homicídio; o soldado Nonato recebeu a sentença de 6 anos de reclusão.

⁴⁴ Cf. GROSSMAN, 2007, p. 241.

⁴⁵ “No Código Penal Brasileiro, os crimes foram dispostos em uma ordem de gravidade do bem jurídico tutelado. Assim, a primeira conduta criminalizada encontrada neste códex está prevista no artigo 121, matar alguém, o homicídio, pois entende-se que a vida, ou o direito à vida, possui a importância primordial na ordem e paz pública da sociedade brasileira. Por isso, a penalidade é mais gravosa e o processamento, mediante Tribunal do Júri, é diferenciado” (CORRÊA, 2017, p. 8).

retributiva pela justiça estatal. Por efeito, presumivelmente, vivenciará um profundo conflito que, se não for bem administrado, afetará suas relações sociais, sua saúde corpórea e sua psique, permanentemente atormentada pelo dilema moral, espiritual e jurídico⁴⁶.

Em atenção a isso, os patanzeiros foram selecionados e treinados pela PMPA para serem detentores do perfil psicológico e da especialização imprescindíveis para matar outro ser humano. Todavia, apesar da socialização profissional, a capacidade de matar não se confirmou universal na PATAM. Esta constatação é especialmente relevante na investigação sociológica da ação letal dos policiais, pois alvitra a existência de tensão entre injunções sociais do processo de sujeição e a capacidade crítica do indivíduo, que extrapola a rigorosa especialização tática promovida na organização policial militar.

Do mesmo modo, duas ligeiras considerações sobre similitudes da PATAM com a ROTAM merecem atenção. Primeiro, ainda que noutra momento histórico e com diferenças na preparação operacional, os rotanzeiros foram selecionados, treinados e especializados psicologicamente para realizar no presente a mesma modalidade de policiamento que seus precursores, no passado, estando expostos às pressões e tentações parecidas. Em segundo, no tocante à personalidade dos indivíduos das unidades táticas, observa-se que, ontem e hoje, comungam todos o ideário de valentia que fascina “os indivíduos inclinados a levarem uma vida de aventura e convictos da legitimidade de um estilo de vida baseado na proximidade com a violência, com a morte e com o risco” (OLIVEIRA, 2016, p. 336).

Por fim, decerto que não se deve associar a conduta dos rotanzeiros aos patanzeiros sem conhecer melhor as conexões e discontinuidades que podem ser reconhecidos num momento e noutra, separados por três décadas. A conjuntura política, a socialização profissional e os mecanismos de controle organizacionais e externos são outros. Contudo, analisando o conteúdo das postagens das redes sociais, há que se considerar que a alta letalidade atribuída à ação de policiais militares paraenses no passado (PATAM) e no presente (ROTAM) concorre para difundir na sociedade a persistente ideia da legitimidade da punição extralegal de crimes em relação aos quais o sistema de administração da justiça é brando e indulgente.

⁴⁶ Cf. SANDES, 2013, p. 115.

2.2 A PANACEIA PARA MENOS MORTES E MAIS EFICIÊNCIA POLICIAL

A adoção da violência extrema como instrumento de controle social primordial ao restabelecimento de uma ordem social supostamente quebrada, peculiaridade da conduta de policiais do PATAM, não é algo singular.

Às vezes, determinados policiais decidem fazer justiça com as próprias mãos, em vez de esperar pela decisão dos tribunais [...] organizam esquadrões da morte e grupos de extermínio para restabelecer uma suposta ordem social. Não raro, tais policiais contam com o apoio tácito dos seus superiores, e frequentemente são pagos e incentivados por comerciantes, latifundiários e políticos locais [...] Há inúmeros exemplos desse tipo de violência policial. [...] Todos têm em comum o fato de serem compostos por policiais, o apoio ou conivência de suas instituições e de grupos da sociedade civil e a vontade de fazer justiça com as próprias mãos. (COSTA, 2014, p. 17).

No fim dos anos 1960 e começo dos 1970, os esquadrões da morte dominavam a cena policial brasileira⁴⁷. No Rio de Janeiro, a *Scuderie Detetive Le Cocq*, organização extraoficial criada por policiais civis, em 1965, depois do assassinato do detetive linha dura Milton Le Cocq, ganhou fama e projeção nacional caçando e executando bandidos tidos como perigosos para a sociedade carioca, notadamente nas décadas de 1970 e 1980. A *Scuderie Le Cocq* adotou como emblema a caveira em cima de ossos cruzados sobre as letras “E M”, interpretadas popularmente como “Esquadrão da Morte”⁴⁸; um dos líderes da organização, o delegado José Guilherme Godinho Ferreira, conhecido por “Sivuca”, foi eleito deputado estadual no Rio entre os anos 1990 e início de 2000, com o slogan “Bandido bom é bandido morto!”, sucesso de suas campanhas eleitorais. Os esquadrões da morte se multiplicaram por outros estados, como Espírito Santo, Alagoas e São Paulo.

O Esquadrão da Morte, por exemplo, criado em 1968, que agiu sob a liderança do delegado Sérgio Paranhos Fleury [chefe do Departamento de Ordem Política Social – DOPS, da Polícia Civil do Estado de São Paulo], atuava na informalidade. Os números não apareciam nos registros oficiais, mas estimativas indicam que cerca de duzentas pessoas foram mortas pelo Esquadrão ao longo de dois anos. (MANSO, 2018, p. 125).

⁴⁷ Para saber mais as origens dos esquadrões da morte nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas e Espírito Santo, ler: MENEGHETTI, 2011.

⁴⁸ No passado, a organização chegou a ser considerada um esquadrão da morte. Extinta em 2000, voltou a cena em 2015, reorganizando-se como instituição filantrópica e promovendo campanhas de conscientização social contra os arrastões do Rio (cf. *Estadão*, 24 out. 2015). Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,com-estigma-de-extermio-scuderie-le-cocq-se-reinvent,1785169>>. Acesso: 22 jun. 2019.

No estado do Pará, no começo da década de 1990, apesar dos massacres protagonizados por policiais militares terem alcançado maior visibilidade, grupos de extermínio integrados por policiais civis também deixavam seus rastros de sangue na metrópole de Belém⁴⁹. Passados poucos anos do fim da PATAM, a represália corporativa ao assassinato de um delegado e dois investigadores mancharia novamente a história das polícias paraenses, no sinistro desfecho da “Chacina do PAAR”⁵⁰.

O episódio se caracterizou por uma sucessão de fatos iniciada na noite de 14 de maio de 1995, com a detenção ilegal de Joaquinson Lopes Moreira, acusado de ter roubado uma bicicleta. Durante sua prisão, o suspeito foi agredido em público, algemado e levado para a delegacia do PAAR, bairro periférico da capital, onde foi espancado, forçado a capinar o quintal da unidade e obrigado a ingerir fezes e urina, na tentativa de que delatasse supostos comparsas. No dia seguinte, foi solto após sua família pagar em dinheiro a propina exigida pela sua liberdade. O ocorrido chegou ao conhecimento do cunhado de Joaquinson, Paulo Monteiro, conhecido no meio policial da época como “Paulo Mapará”, perigoso bandido envolvido em roubos à bancos e outros crimes de grande repercussão. Quinze dias depois, em 29 de maio, durante o plantão noturno da mesma equipe que prendeu Joaquinson, cinco homens armados chefiados por Paulo Mapará entraram na delegacia e mataram três policiais: o delegado José Carlos Ribeiro Marques e os investigadores Mauro Roberto da Cunha França e Paulo Jorge Correa de Souza⁵¹. A resposta foi imediata, uma grande operação composta por cerca de duzentos policiais foi organizada para caçar Paulo Mapará e seus comparsas.

Depois de vinte horas de perseguição contínua, a primeira morte aconteceria. “Ronaldo Mapará” [irmão de Paulo], foi morto próximo ao trapiche da Ceasa, na madrugada de 31.05.95. Na manhã do mesmo dia, “Martinho Cara de Lata” também morreria. Quanto a “Paulo Mapará”, foi morto no início da madrugada do dia seguinte. Nessa mesma madrugada, seu corpo foi colocado no porta-malas de um carro da polícia e exposto pelas ruas de Belém, numa carreta policial animada por disparos de armas de fogo. (ROCHA, 2007, p. 27).

Durante a carreta dos policiais civis comemorativa à morte de Paulo Mapará, o vilipêndio do seu cadáver foi capturado pelo fotógrafo do jornal *O Liberal* (2 jun. 1995),

⁴⁹ “Outro grupo de extermínio?” (*Folha do Norte*, 27 mar. 1992, p. 8).

⁵⁰ “Chacina que manchou a história da polícia no Pará”. Disponível em: <<https://oquevoceachacamente.blogspot.com/2016/08/chacina-que-manchou-historia-da-policia.html>>. Acesso: 22 jun. 2019.

⁵¹ Cf. a notícia “Seccional do PAAR é invadida”, do *Portal ORM*. Disponível em: <<http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=471495&%7Cseccional+do+paar+é+invadida#.XQ99Py3OpQI>>. Acesso: 22 jun. 2019.

conforme se vê na Ilustração 14. “A parte superior de seu corpo estava projetada para fora e seus braços, abertos, estavam amarrados para trás por uma corda e entre seus lábios foi colocado um cigarro” (ROCHA, 2007, p. 27).

No Brasil, constata-se que a representação de *ordem* fundada no uso abusivo da força é amplamente compartilhada entre os indivíduos responsáveis pelo controle social, sejam eles do poder estatal atuando no espaço público – policiais estaduais, federais e legislativos; agentes prisionais; guardas municipais – ou agentes de proteção particular guardando um espaço privado como, por exemplo, os seguranças de supermercado⁵².

Todavia, indubitavelmente, é nas polícias militares – as forças de segurança pública de maior efetivo, presença mais ostensiva e protagonismo no controle social dentre todas as demais organizações públicas e privadas – que essa representação alcança o grau mais agudo ao se concatenar nas estratégias, técnicas, tecnologias e valores militares; mais que emendada, tal representação de ordem está institucionalizada nas polícias militares brasileiras⁵³.

Ilustração 14 – O desfecho sinistro da “Chacina do PAAR”.



Fonte: Postagem da página *Bairro do PAAR* no Facebook⁵⁴

Conforme já se mostrou neste estudo, não faltam exemplos do uso abusivo e desproporcional da força letal por organizações policiais militares. Desde os anos 1970, a

⁵² Notícia de *O Globo Rio*, “Jovem morre após ser estrangulado por segurança em supermercado na Barra”. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/jovem-morre-apos-ser-estrangulado-por-seguranca-em-supermercado-na-barra-veja-video-23453943>>. Acesso: 15 mai. 2019.

⁵³ Cf. CALDEIRA, 2000; COSTA, 2014; HOLLOWAY, 1997; KANT DE LIMA, 1995.

⁵⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/bairrodopaar/photos/a-chacinauma-imagem-marcante-que-estampou-a-capa-dos-jornais-na-epoca-mostra-o-c/658513014313958/>>. Acesso: 21 jun. 2019.

ROTA tem confirmado a disposição para o combate e a letalidade elevada como suas marcas principais; ainda em São Paulo, a intervenção da Polícia Militar do Estado para conter uma rebelião no pavilhão nove da Casa de Detenção resultaria na morte de cento e onze detentos, no episódio mundialmente conhecido como o “Massacre do Carandiru”, em 2 de outubro de 1992⁵⁵.

Por sua vez, a Polícia Militar do Pará se tornaria igualmente famosa três anos mais tarde em razão do “Massacre de Eldorado dos Carajás”, ocorrido em 17 de abril de 1996. A sociedade brasileira e a comunidade internacional pressionaram fortemente o governo do Estado e exigiram imediatas ações que, naquele momento, o sistema de segurança pública paraense não apresentava condições de oferecer. As execuções dos irmãos Mapará e, principalmente, o episódio de Eldorado representaram para a equipe de governo de Almir Gabriel, recém empossada, os indicativos inquestionáveis da necessidade crucial da urgente reforma do sistema de segurança pública⁵⁶.

Nos anos de 1995 a 2002, uma ampla reforma foi levada à cabo nos dois governos consecutivos de Almir Gabriel (PSDB), denominada de “Política de Integração da Segurança Pública”⁵⁷. Significativas inovações na segurança pública – especialmente na região metropolitana de Belém – foram praticadas com o propósito estabelecer um novo modelo de controle social centrado no aumento da eficiência do aparato estatal de enfrentamento à criminalidade, pautado no respeito aos direitos humanos e à nova realidade democrática⁵⁸. Em síntese, as capitais inovações implementadas pela equipe de governo de Almir Gabriel no período que corresponde a primeira e principal etapa da política de integração foram: o *Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP* (1996), deliberativo e composto paritariamente por representantes das organizações do sistema de segurança pública e da sociedade civil paraense⁵⁹; a *Ouvidoria do Sistema de*

⁵⁵ Cf. MANSO, 2018, p. 84 e 125.

⁵⁶ Cf. OLIVEIRA NETO, 2004, p. 59.

⁵⁷ Para conhecer as bases da *Política de Integração da Segurança Pública*, ler: PARÁ. Secretaria de Segurança Pública. *Integração: uma opção para a Segurança Pública*, setembro, 1999, p. 18 e 19.

⁵⁸ Cf. OLIVEIRA NETO, 2004, pp. 43-55.

⁵⁹ O conselho deliberativo da política de segurança pública e defesa social do estado foi criado por meio da Lei nº 5.944, de 2 de fevereiro de 1996, que organizou do sistema de segurança pública do Pará no bojo reforma promovida no governo de Almir Gabriel (PSDB). Marcando o início da segunda etapa da reforma democrática da segurança pública no Pará, desta vez sob a regência da equipe de governo de Simão Jatene (PSDB), é sancionada a Lei nº 6.532, de 23 de janeiro de 2003, que reorganiza o CONSEP. O conselho passa a ser constituído de quinze membros, entre eles como presidente, o secretário de defesa social. Sete membros são dirigentes de órgãos públicos: o secretário executivo de segurança pública; o delegado geral da polícia civil; o comandante geral da polícia militar; o comandante geral do corpo de bombeiros militar; o diretor-superintendente do departamento de trânsito; o superintendente do sistema penal; o diretor geral do centro de perícias científicas. Quatro membros são indicados (mediante processo eletivo) pelas seguintes organizações não-governamentais: Ordem dos Advogados do Brasil – seção Pará; Sociedade Paraense de

Segurança Pública do Pará (1996), autônoma, com o papel de ouvir denúncias de abusos dos agentes de segurança, encaminhá-las as instituições e cobrar apurações; o *Centro Integrado de Operações – CIOp* (1998), reunindo os controles operacionais de atendimento das emergências, na RMB, das polícias civil e militar, do Departamento Estadual de Trânsito, do Corpo de Bombeiros Militar e do Instituto Médico Legal; as *Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP* e suas *Zonas de Policiamento – Zpol*, compartilhando responsabilidades entre policiais civis e militares numa mesma circunscrição territorial-legal (1998); o *Comando de Missões Especiais – CME*, da polícia militar (1999), separando os indivíduos de vocação para a atividade mais repressiva dos demais voltados ao policiamento ordinário; o *Instituto de Ensino de Segurança do Pará – IESP* (1999), integrando a formação profissional dos agentes do sistema de segurança pública, alinhada a Matriz Curricular Nacional da Senasp⁶⁰; a *Corregedoria Integrada das polícias estaduais* (2002), visando melhor o desempenho do controle interno da atividade policial nas organizações da segurança pública paraenses.

A reforma protagonizada por Almir Gabriel e sua equipe de governo se mostrou extraordinária e promissora ao ponto de entusiasmar outros governadores, que iniciaram experiências similares com as organizações da segurança pública em seus estados. Assim, a integração foi ganhando destaque no cenário nacional até chegar, em 2003,

[...] à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que passou a defendê-la como o modelo desejado para o país, conforme afirmou o então secretário nacional de segurança pública, Luís Eduardo Soares, durante seu pronunciamento oficial numa reunião do conselho regional de segurança pública do Meio Norte, o COMEN, realizada em Belém⁶¹. (OLIVEIRA NETO, 2004, p. 7).

Defesa dos Direitos Humanos; Centro de Defesa do Menor e Centro de Defesa do Negro do Pará. Os dois outros são deputados integrantes da comissão de segurança pública da Assembleia Legislativa do Estado. Por fim, um representante dos policiais e bombeiros estaduais, escolhido por rodízio entre as associações representativas. Estabelece-se, com isso, um equilíbrio mais abrangente no conselho (cf. OLIVEIRA NETO, 2004, pp. 43-55).

⁶⁰ Documento elaborado pelo Ministério da Justiça – MJ, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, com o objetivo de nortear as ações formativas para os profissionais da área de segurança pública, fundadas em princípios éticos, educacionais e didático-pedagógicos. Conforme o MJ, os “direitos humanos e a eficiência policial são compatíveis entre si e mutuamente necessários” (cf. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p. 38).

⁶¹ A XXI reunião do Conselho de Segurança Pública do Meio Norte – COMEN, realizada em Belém nos dias 24 e 25 abr. 2003, visou integrar as estratégias estatais de segurança pública na região norte, ultrapassando os limites dos próprios estados, administrando as trocas interinstitucionais de informações e experiências no âmbito operacional. Disponível em: <<https://secom.to.gov.br/noticias/secretario-da-seguranca-publica-participa-de-comen-no-para-537/>>. Acesso: 17 mai. 2019.

A segunda etapa abrange os anos de 2003 a 2007 e pode ser entendida como a fase de acomodação das mudanças estruturais conduzida sob a regência do governador Simão Jatene.

Nos anos de 2007 a 2010, o domínio do PSDB é interrompido pela gestão de Ana Júlia Carepa (PT). A integração da segurança pública é continuada sem muito vigor⁶².

Com o retorno de Simão Jatene ao governo do Estado do Pará⁶³, em 2011, a política de integração é revitalizada marcando o início da sua terceira etapa, notadamente operacional⁶⁴. Por meio da Resolução nº 173/2011-CONSEP⁶⁵, de 21 de setembro de 2011, é criado o *Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade – GALM*, com o propósito de monitorar e propor medidas visando prevenir e combater a violência institucional, com ênfase na redução da letalidade policial consistente em execuções extrajudiciais por agentes do Estado⁶⁶. Em sua fase inicial, bem atuante, o grupo apresentou propostas ao conselho subsidiando duas importantes resoluções com a igual finalidade de diminuir o número de mortes provocadas por policiais estaduais.

A Resolução nº 202/2012-CONSEP⁶⁷, de 25 de setembro de 2012, trata de normas procedimentais para as ocorrências que resultem letalidade ou lesão corporal envolvendo agentes do sistema estadual de segurança pública, deliberando a obrigatoriedade da comunicação imediata do fato à autoridade policial, do isolamento do local e acionamento da perícia, do acionamento do atendimento médico de urgência e emergência, e da confecção do *Relatório Individual e do Relatório Circunstanciado de Letalidade e de Mortalidade* (ver Anexos), nos quais conste a justificativa para o uso da força⁶⁸.

Em complemento, por meio da Resolução nº 204/2012-CONSEP⁶⁹, de 28 de novembro de 2012, regulamenta-se o uso da força pelos agentes de segurança pública do Estado do Pará, alinhada a Portaria Interministerial 4.226, de 31 de dezembro de 2010, da

⁶² No governo de Ana Júlia Carepa (PT), as ações da secretaria estadual de segurança pública e defesa social se mantiveram alinhadas à *política de integração* da gestão do PSDB, discretamente.

⁶³ Simão Jatene foi eleito governador do Pará pelo PSDB por três vezes: 2002 (2003-2006), 2010 (2011-2014) e 2014 (2015-2018).

⁶⁴ Simão Jatene permaneceu no poder por dois governos consecutivos até o ano de 2018, completando a terceira e derradeira etapa da *Política de Integração da Segurança Pública do Estado do Pará*.

⁶⁵ A Resolução nº 173/2011-CONSEP, de 25 de agosto de 2011, foi homologada pelo Decreto Governamental nº 212, de 21 de setembro de 2011.

⁶⁶ Cf. Boletim Geral/PMPA/AJG nº 231, 20 dez. 2012, p. 5.

⁶⁷ PARÁ. Decreto nº 637, de 19 de dezembro de 2012. Homologa a Resolução nº 202/2012 do CONSEP. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/44560363/doepa-caderno-1-20-12-2012-pg-6>>. Acesso: 27 jun. 2019.

⁶⁸ Cf. Boletim Geral/PMPA/AJG nº 231, 20 dez. 2012, pp. 5-8.

⁶⁹ PARÁ. Resolução nº 204/12 – CONSEP. Regulamentação do Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública do Estado do Pará. Disponível em: <<https://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/bg006-13a.pdf>>. Acesso: 27 jun. 2019.

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Ministério da Justiça⁷⁰. Conforme disciplina a resolução, o uso da força deve observar, primordialmente, as seguintes normativas internacionais:

[...] o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 34/169, de 17 de dezembro de 1979; os Princípios orientadores para a Aplicação Efetiva do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adotados pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas na sua resolução 1989/61, de 24 de maio de 1989; os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adotados pelo Oitavo Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Havana/Cuba, de 27 de Agosto à 7 de setembro de 1999; e a Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua XL Sessão, realizada em Nova York em 10 de dezembro de 1984 e promulgada pelo Decreto no 40, de 15 de fevereiro de 1991. (Boletim Geral/PMPA/AJG nº 6, 9 jan. 2013, p. 7).

Para sanar quaisquer dificuldades na definição de critérios práticos para uso da força pela PMPA, em face à imprecisão dos limites impostos nas normativas internacionais que definem os limites no uso da força pelas polícias de modo muito genérico, vago e incompleto⁷¹, em complemento, a Resolução nº 204/2012-CONSEP regula que o uso da força deve ser escalonado em diferentes graus de intensidade da força – os *níveis da força* – escolhidos pelo agente de segurança pública em resposta a uma ameaça real ou potencial. Os níveis são cinco: (1) presença física; (2) verbalização; (3) controle de contato ou controle de mãos livres; (4) utilização de instrumentos de menor potencial ofensivo; e (5) força letal. Estabelece ainda que “a utilização em qualquer nível do uso da força deverá obedecer aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação, conveniência e progressividade” (BG nº 6, 2013, p. 8).

Situações deletérias de uso da força corriqueiras no exercício da atividade policial, no Brasil, são apontadas como reprováveis⁷², por exemplo: efetuar disparos de

⁷⁰ A portaria interministerial do governo federal “estabelece o dever dos órgãos de segurança de editar atos normativos disciplinando o uso da força, bem como a necessidade de definir objetivamente os tipos de instrumentos e técnicas autorizadas, as circunstâncias técnicas adequadas à sua utilização, ao ambiente/entorno e ao risco potencial a terceiros não envolvidos no evento, o conteúdo e a carga horária mínima para habilitação e atualização periódica ao uso de cada tipo de instrumento, a proibição de uso de armas de fogo e munições que provoquem lesões desnecessárias e risco injustificado e o controle sobre a guarda e utilização de armas e munições pelo agente de segurança pública” (Boletim Geral/PMPA/AJG nº 6, 9 jan. 2013, p. 7).

⁷¹ Cf. NUNES, 2018, p. 48-49.

⁷² Boletim Geral/PMPA/AJG nº 6, 9 jan. 2013, p. 9-10.

advertência; atirar contra pessoa em fuga ou veículo que desrespeite o bloqueio policial; apontar a arma de fogo à pessoa durante os procedimentos de abordagem; não utilizar instrumentos de menor potencial ofensivo e equipamentos de proteção; portar arma de fogo ou instrumento de menor potencial ofensivo para o qual não esteja devidamente habilitado; infligir, instigar ou tolerar ato de tortura; esquivar-se do dever de assegurar a proteção da saúde da pessoa sob custódia; não comunicar imediatamente ao superior ou a Corregedoria supostos abusos da força; deixar de se esforçar para reduzir ao mínimo danos à vida do opositor; não se identificar como agente de segurança pública e deixar de advertir claramente a intenção e utilizar a arma de fogo.

Em todas as vezes que o uso da força ocasionar lesão ou morte, a norma determina aos agentes de segurança pública paraenses a obrigatoriedade de preencher os *Relatórios Individual e Circunstanciado de Letalidade e de Mortalidade*, sendo que este último deverá ser encaminhado ao GALM no prazo de 72 horas, com as seguintes informações:

- I – Circunstâncias e justificativas que levaram o uso da força ou de arma de fogo por parte do agente de segurança pública.
- II – Medidas adotadas antes de efetuar os disparos/usar instrumentos de menor potencial ofensivo, ou as razões pelas quais elas não puderam ser contempladas.
- III – Tipo de arma e de munição, quantidade de disparos efetuados, distância e pessoa contra a qual foi disparada a arma.
- IV – Instrumento(s) de menor potencial ofensivo utilizado(s), especificando a frequência, a distância e a pessoa contra a qual foi utilizado o instrumento.
- V – Quantidade de agentes de segurança pública feridos ou mortos na ocorrência, meio e natureza da lesão.
- VI – Quantidade de feridos e/ou mortos atingidos pelos disparos efetuados pelo agente de segurança pública.
- VII – Número de feridos e/ou mortos atingidos pelos instrumentos de menor potencial ofensivo utilizados pelo agente de segurança pública.
- VIII – Número total de feridos e/ou mortos durante a missão.
- IX – Quantidade de projéteis disparados que atingiram pessoas e as respectivas regiões corporais atingidas.
- X – Quantidade de pessoas atingidas pelos instrumentos de menor potencial ofensivo e as respectivas regiões corporais atingidas.
- XI – Ações realizadas para facilitar a assistência e/ou auxílio médico, quando for o caso.
- XII – Se houve preservação do local e, em caso negativo, apresentar justificativa.

(Boletim Geral/PMPA/AJG nº 6, 9 jan. 2013, p. 11-12).

Todavia, a despeito das resoluções nº 202 e 204/2012-CONSEP, ainda vigentes, o GALM enfrenta problemas desde sua criação. Não há regularidade no encaminhamento dos relatórios circunstanciados, prejudicando os trabalhos do grupo; sequer as informações dos homicídios que vitimaram policiais estavam sendo entregues regularmente, até 2017.

Por outro lado, a não participação de representantes do ministério público estadual nas reuniões ordinárias, nos anos de 2015 a 2018, e a falta de pessoal e de estrutura física adequada na Ouvidoria – onde funciona a coordenação do grupo – concorrem negativamente para a eficiência do monitoramento da letalidade e mortalidade dos agentes da segurança pública ao longo dos anos, relatou a ouvidora do SIEDS/PA e coordenadora do GALM, a advogada Anna Lins⁷³.

No período entre 2011 e 2018, em especial, a partir de 2012 a 2014, o CONSEP conseguiu avançar em muitas discussões e propostas que se transformaram em resoluções e editados decretos governamentais, mas houve um período de pouca produção entre 2015 até os dias de hoje.
(RELATÓRIO GALM, 2019, p. 23).

De acordo com Antônio Cláudio Fernandes Farias, oficial de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, secretário adjunto de inteligência e análise criminal da SIAC/SEGUP no período de janeiro de 2011 a novembro de 2012, e assessor do atual governo⁷⁴, mesmo limitado, o monitoramento do GALM foi somado aos

[...] esforços de reaparelhamento e a modernização das organizações da segurança pública e a ação sistêmica da segurança pública fundamentada no trinômio “integração-inteligência-operação”, e juntos concorreram para a interrupção do ciclo de crescimento constante dos números da criminalidade do Estado do Pará na década de 2000, sobretudo no período mais agudo de 2007 a 2010. (FARIAS, 2019, informação verbal)⁷⁵.

No ano de 2011, de maneira especial, foram realizadas reuniões semanais coordenadas pela SIAC, com a participação obrigatória de todos os comandantes e diretores policiais das regiões integradas de segurança pública da RMB, para cobrar dos gestores militares e civis das zonas de policiamento a diminuição das ocorrências criminais, principalmente, dos homicídios e mortes por intervenções policiais. Estudos de casos eram debatidos nas reuniões, estratégias bem sucedidas compartilhadas e operações integradas desencadeadas com a participação de agentes das subsecretarias da SEGUP, das polícias civil e militar, do corpo de bombeiros militar, do departamento de trânsito, do sistema penal e do centro de perícias científicas. Resultados insatisfatórios provocavam

⁷³ Relatório anual do Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade CONSEP, 2019, p. 5.

⁷⁴ Helder Zaluth Barbalho (PMDB) foi eleito governador do Estado do Pará em 2018 e deverá permanecer no cargo até 2022.

⁷⁵ Entrevista concedida por FARIAS, A. Entrevista IV. [jul. 2019]. Entrevistador: Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto. Belém, 2017. 1 arquivo .mp3 (25 min.). A entrevista, na íntegra, encontra-se transcrita nos Anexos deste estudo.

trocas de comando e até promoções funcionais foram vinculadas aos resultados do enfrentamento à criminalidade⁷⁶. Por efeito, naquele mesmo ano, houve a redução de 15,80% nos homicídios dolosos, com 531 registros a menos no Pará em relação ao ano anterior (Ilustração 6); igualmente, ocorreram menos 425 homicídios com o emprego arma de arma de fogo no estado, uma queda de 16,90% em comparação a 2010 (Ilustração 7).

A eficiência no enfrentamento à criminalidade no Pará se sustentou em relativo equilíbrio por três anos e, apesar do leve crescimento registrado partir de 2014, os números de 2011 a 2015 se mantiveram inferiores aos do ano de 2010⁷⁷.

Em outubro de 2015, a proposta conclusiva do *I Encontro Técnico Regional de Estratégias para Redução de Homicídios: estados do Nordeste* – evento promovido pela SENASP que reuniu representantes dos grupos de gestão integrada da segurança pública, das perícias oficiais e das polícias militares e civis dos nove estados do nordeste (AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN e SE) com os maiores números de homicídios – apontou a integração da segurança pública como sendo a melhor estratégia para conter a onda de assassinatos do país⁷⁸. A panaceia para a segurança pública.

Contudo, a partir de 2015, retorna o forte crescimento dos homicídios no estado do Pará. “Em 2016 e 2017 foram registrados os maiores números de homicídios dolosos no Pará. No ano de 2018, registra-se nova redução dos homicídios em 2,40%, com 94 registros a menos que no ano anterior” (FARIAS, 2019, informação verbal)⁷⁹.

Os esforços do governo estadual para refrear a letalidade policial apresentam um resultado semelhante: a diminuição inicial nos números absolutos de mortes decorrentes de intervenções das polícias civil e militar do Pará⁸⁰ que não se sustenta nos anos seguintes. De 2011 para 2012, há leve queda de 15,30% no estado e de 28,30% na RMB, com 6 e 13 ocorrências a menos, respectivamente; as taxas por 100 mil habitantes correspondentes acompanham a sutil oscilação negativa. A partir 2013, observa-se seis anos de crescimento constante até o ápice em 2018, cujos valores alcançam os espantosos aumentos percentuais de 1.485,71% (+ 624 registros) no número absoluto de mortes por intervenções policiais

⁷⁶ Na RMB, em 2011, a queda dos números de homicídios dolosos foi ainda mais forte com 456 ocorrências a menos (- 39,7%), em relação ao ano anterior.

⁷⁷ Cabe observar que a SEGUP/PA não tem os números de 2000 a 2009 sistematizados. Nesse período, utilizava-se os dados do Mapa da Violência, cuja fonte é o SIM/MS, porém, os números se referem aos *Crimes Violentos Letais Intencionais* (CVLI) e não contabilizam os homicídios separadamente.

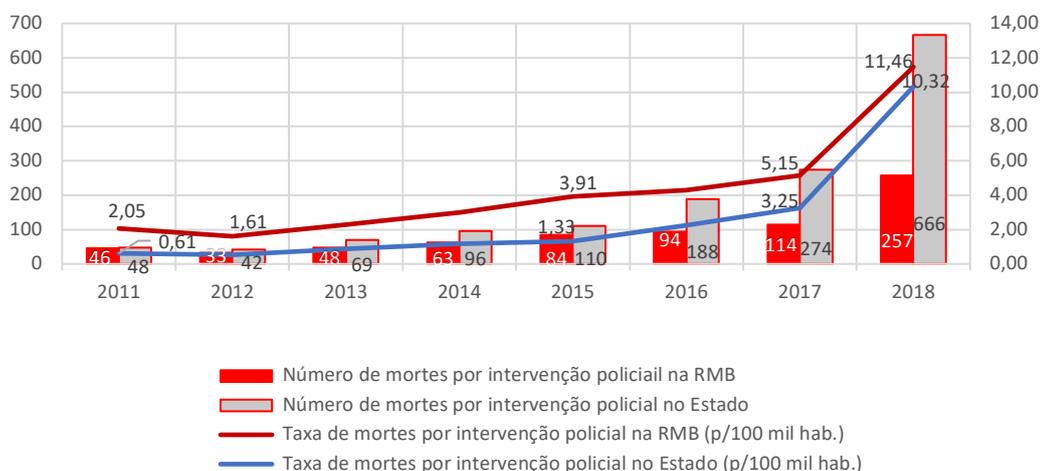
⁷⁸ Cf. anotações do autor da observação participante das reuniões do encontro, realizadas no Palácio da Justiça, sede do Ministério da Justiça – MJ, na capital federal, nos dias 15 e 16 de outubro de 2015.

⁷⁹ FARIAS, A. Entrevista IV. [jul. 2019].

⁸⁰ A SEGUP-PA utiliza a nomenclatura “Mortes por Intervenção de Agente do Estado - MIAE”; os números dos anos anteriores a 2011 não estão sistematizados.

no estado e de 678,79% (+ 224 registros) na RMB, em relação aos menores números de 2012; do mesmo modo, as taxas de mortes decorrentes de intervenções policiais por 100 mil habitantes apresentam os agudos incrementos de 9,71 na cifra do estado e de 9,85 no valor da região metropolitana de Belém⁸¹ (Ilustração 15).

Ilustração 15 – Mortes por intervenção policial no Pará: estado e RMB (2011 a 2018).



Fonte: SISP/SIAC/SEGUP-PA, 2019. Elaboração do autor.

A política de integração vigorou por mais de duas décadas no Pará. Apesar do insucesso no enfrentamento à criminalidade e à elevada letalidade policial, não se pode negar que a pretendida reforma da segurança pública promovida por sucessivos governos do PSDB (nos anos de 1995 a 2006 e, posteriormente, de 2011 a 2018), intercalados por uma gestão do PT (2007 a 2010), foi significativamente caracterizada pela busca de eficiência policial alicerçada no respeito aos direitos humanos; em todos esses governos, observa-se a agenda política de segurança pública notoriamente comprometida com a oferta eficiente de proteção à população paraense em conformidade com o respeito incondicional aos direitos humanos⁸². A despeito do aperfeiçoamento das operações policiais integradas, da aquisição dos equipamentos menos-letais e de proteção, do maior controle da atividade policial, do aperfeiçoamento técnico e da mudança nas grades curriculares dos cursos profissionais, “tendentes, segundo a orientação da SENASP, a uma

⁸¹ Os números da RMB apresentados pela SIAC/SEGUP-PA estão minorados, pois foram desconsiderados os registros dos municípios de Castanhal e Santa Izabel do Pará, pertencentes a 3ª RISP, apesar de integrarem a região metropolitana. Se somados os números de Castanhal (48) e de Santa Izabel (37) referentes ao ano de 2018, p. ex., o crescimento percentual do número absoluto de mortes por intervenções policiais na RMB salta de 678,8% para 1.036,40% (+ 309 registros) e a taxa de 9,8 mortes decorrentes de intervenções policiais por 100 mil habitantes alcança 13,73 (+ 12,12).

⁸² Cf. OLIVEIRA NETO, 2004.

atuação mais humana, de menor violência e de utilização de meios alternativos de resolução de conflitos” (CORRÊA, 2017, p. 5), a conduta letal dos policiais civis e militares paraenses não arrefeceu. Ao contrário, agravou-se.

Em 19 de novembro de 2018, ocorreu a 31ª reunião ordinária do GALM⁸³, com a apresentação dos dados daquele ano, levantados nos relatórios circunstanciados de letalidade e mortalidade encaminhados exclusivamente por policiais militares, uma vez que “a Polícia Civil do Estado do Pará nunca entregou um relatório sequer, enviando apenas alguns Boletins de Ocorrência Policial, a partir de 2017” (Relatório Anual GALM/CONSEP, 2018, p. 20).

A coordenadora do grupo, Anna Lins, ressaltou que as três regiões integradas de segurança pública que cobrem a RMB (1ª, 2ª e parte da 3ª RISP) concentram 61,9% (412 episódios⁸⁴) das 666 mortes por intervenções policiais registradas no Pará⁸⁵, em 2018; desse total, o GALM recebeu apenas 404 (61,90%) relatórios circunstanciados de letalidade e mortalidade, sendo que 283 (70,00%) estão preenchidos incorretamente, dificultando enormemente a análise dos dados e o monitoramento da atividade policial⁸⁶.

Segundo os dados do GALM, 451 policiais militares participam de intervenções que resultaram em morte: 21 (4,65%) oficiais, 97 (21,50%) subtenentes e sargentos, e 333 (73,83%) cabos e soldados que exercem a função de patrulheiros das guarnições de policiamento. Dessa totalidade, 8 (7,62%) policiais militares foram feridos nas ocorrências, entretanto, não há citação do nível hierárquico da vítima nem da gravidade do ferimento. Sobre a mortalidade de agentes do Estado em 2018, o GALM contabiliza 54 crimes contra a vida de policiais militares, ativos e inativos, que resultaram no óbito de 44 praças e 1 oficial; somente 3 (5,55%) dos crimes que vitimaram mortalmente policiais militares aconteceram em serviço, ou seja, no exercício da atividade policial⁸⁷.

Os relatórios informam o uso escalonado da força precedendo o total de 706 disparos de arma de fogo efetuados por policiais militares. A *legítima defesa* é

⁸³ Organizações que compõem o GALM, em 2018: Ouvidoria/SIEDS (coordenação), Secretaria adjunta de Inteligência e Análise Criminal, Corregedoria do Corpo de Bombeiros Militar, Corregedoria da Polícia Militar, Corregedoria da Polícia Civil, Corregedoria do Sistema Penitenciário, Corregedoria do Centro de Perícia Criminal, Corregedoria do DETRAN/PA, Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Pará – OAB/PA, Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, Ministério Público Estadual e Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

⁸⁴ Taxa de 16,5 mortes por intervenção policial na RMB para cada 100 mil habitantes.

⁸⁵ Taxa de 7,8 mortes por intervenção policial no estado do Pará para cada 100 mil habitantes.

⁸⁶ Relatório Anual GALM/CONSEP, 2018, p. 20.

⁸⁷ Em conformidade com as informações do Relatório Técnico Estatístico nº 040/2019/SIAC/SEGUP.

alegada em 162 episódios⁸⁸, no enfrentamento a agressões com o uso de armas brancas (3 casos; 1,85%), armas de fogo (103; 63,58%), simulacros e armamentos caseiros (12; 7,40%), porém, os laudos periciais não corroboram com grande parte das justificativas⁸⁹. Em 47 episódios (29,01%) sequer foram indicados os meios utilizados pelo suposto agressor.

Das 396 vítimas de uso da força letal dos policiais militares, 17 (4,29%) não foram identificadas, 44 (11,11%) eram adolescentes (12 a 17 anos) e 335 (84,59%) jovens adultos⁹⁰ (18 a 29 anos). Não constam informações sobre a raça/cor das vítimas. O local do ocorrência foi preservado em apenas 11 (6,79%) e somente 78 (19,69%) mortes de civis foram relatadas como súbitas. Em outras palavras, a pretexto de prestar socorro urgente, comprometeu-se a perícia oficial ainda que, na maioria dos casos analisados, as vítimas chegaram às unidades médicas já em óbito⁹¹.

Considerando que os relatórios circunstanciados de letalidade analisados pelo GALM estavam em sua grande maioria preenchidos de maneira incorreta e que eles tratam, exclusivamente, de casos de mortes decorrentes das intervenções dos policiais militares em serviço formalmente noticiados, desconfia-se que a letalidade policial seja ainda mais grave. Além disso, há que se levar em conta a outra faceta da letalidade policial não contemplada nos relatórios, pois se manifesta de modo acobertado na ação assassina de policiais de serviço ou na folga, operando em grupos de extermínio ou milícias. Um morticínio subterrâneo que aflui diretamente nas séries históricas de homicídios do estado e da região metropolitana de Belém.

2.3 NAS TREVAS DO MORTICÍNIO

Se no início dos anos 1990, a matança promovida na Grande Belém por alguns patanzeiros foi o centro das preocupações da sociedade e do governo do Estado, a partir da segunda década do século XXI, é a ação letal de rotanzeiros que ocupa espaço crescente no debate político, na mídia e no dia a dia da população belenense.

⁸⁸ As seguintes circunstâncias foram listadas para justificar o uso da força em legítima defesa: “segurança da GU”; “recebidos a tiros”; “disparos de arma de fogo”; “reação sacando a arma”; “repelir injusta agressão física”. Não foram somados dois casos justificados por “tentativa de fuga”.

⁸⁹ Relatório anual do GALM/CONSEP, 2018, p. 21.

⁹⁰ Dos 335 jovens adultos vitimados, 229 (68,35%) apresentavam idade de 18 a 24 anos, sendo duas mulheres e 106 (31,65%) de 25 a 29 anos.

⁹¹ Relatório anual do GALM/CONSEP, 2018, pp. 19-21.

As ações da PATAM de combate à criminalidade eram extremamente violentas, pois ocorriam execuções de delinquentes em becos, ramais e áreas de invasão. [...] Ou seja, os grupos de extermínio já existem a algum tempo no estado do Pará e em Belém, porém, nos últimos anos, eles têm agido com mais intensidade na periferia da metrópole. (COUTO, 2017, p. 221).

A forte indignação da sociedade paraense ante à “Chacina de Belém”, protagonizada notadamente por integrantes e ex-integrantes da ROTAM, na madrugada de 4 para 5 de novembro de 2014, suscitou a instauração de uma *Comissão Parlamentar de Inquérito – CPP*⁹², na ALEPA, para apurar a atuação de milícias e grupos de extermínio no estado.

A comissão, aprovada no dia 19 e instalada no dia 22 de dezembro de 2014, analisou denúncias das promotorias de justiça, relatórios policiais, processos judiciais e muitos outros atos investigativos e processuais, fornecidos pelos órgãos do sistema de administração da justiça e por entidades de direitos humanos, além de ouvir vinte e oito convidados entre oficiais e praças da PMPA, do MPPA e delegados da PCPA, e ainda testemunhas, parentes de vítimas, vítimas, defensores dos direitos humanos e a pessoas da comunidade dos bairros da Terra Firme e Guamá⁹³. Examinou também as principais operações deflagradas pelo sistema de segurança pública⁹⁴ e chacinas⁹⁵ ocorridas no Pará. Ao final da apuração, os parlamentares da comissão concluíram que é possível assegurar, terminantemente, que há milícias atuando no estado do Pará, sobretudo na Grande Belém, onde ao menos três grupos coexistem, por vezes cooperando entre si e vendendo serviços para clientes de toda a região metropolitana⁹⁶.

As investigações da comissão, sintetizadas no relatório final elaborado pelo deputado estadual Carlos Bordalo (PT), apresentam aspectos do *modus operandi* das milícias repletos de elementos interessantes ao estudo do comportamento letal dos policiais paraenses. As milícias são um fenômeno recente, basicamente policial militar, enraizado na cultura organizacional que fomenta grupos milicianos em diversas unidades da corporação⁹⁷. Dentre os elementos da cultura da PMPA, destaca-se

[...] a necessidade de eleger inimigos para o combate, para se legitimar junto à população, adotou-se a prática de eliminar fisicamente aqueles

⁹² “A CPI assume uma posição de inferência do Poder Legislativo sobre o Poder Judiciário”. Para saber mais sobre o funcionamento da CPI no universo jurídico, ler: BARREIRA, 1998, pp. 58-61.

⁹³ RELATÓRIO FINAL, 2015, p.166.

⁹⁴ Operações: *Navalha na Carne* (ago. 2008), *Katrina* (ago. 2014) e *Falso Patuá* (set. 2014).

⁹⁵ Chacinas de: *Rondon do Pará* (12 fev. 2010), *Abaetetuba* (4 jun. 2011), *Santa Isabel* (27 ago. 2011), *Icoaraci* (19 nov. 2011) e *Terra Firme e Guamá* (ou *Chacina de Belém*; 4 e 5 nov. 2014).

⁹⁶ RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 2.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 15.

considerados indesejáveis para a comunidade, como usuários de drogas, ladrões, autores de pequenos e grandes delitos. (RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 171).

Para promoverem suas atividades ilícitas, as milícias recrutam policiais militares especializados, ou melhor, capacitados para matar⁹⁸. São indivíduos bem treinados e de temperamento propício ao enfrentamento do perigo e à ação letal, “tal como observado na Milícia de Igarapé Miri (Canil), Milícia do Guamá (ROTAM e COE), Milícia de Icoaraci (ROTAM) e Chacina de Marabá (COE)” (RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 130). A elevada bravura⁹⁹ – demonstrada nos confrontos armados que ocorrem no policiamento em áreas conflagradas pela criminalidade violenta ou, de maneira especial, nas vendetas após o assassinato de companheiros de farda – é socialmente valorizada e os torna respeitados tanto na caserna e quanto na comunidade¹⁰⁰.

MENINOS DE OURO

Como “Cilinho”, vários policiais, da Polícia Civil e da PM, já foram “meninos de ouro”, como se dizia antigamente, da instituição policial. Só para lembrar alguns deles: “Chico Preto”, “Palheta”, “Macarrão”, “Sargento Mascarado”, “Bate-Fino”, “Machado”, “Alexandre Cabeçote”, os “irmãos Quirinos”, “Gedalias Quebra osso”, “Luiz Periquito”, “Ceará Olho-de-Gato”, só para lembrar alguns. (*Polícia & Justiça*, 12 fev. 2015)¹⁰¹.

A fama dos mais valentes faz, inclusive, com que sejam procurados por outros policiais que enfrentam problemas de insegurança nos bairros periféricos onde moram¹⁰². Para o relator da CPI¹⁰³, é importante entender que os praças policiais, em maioria, residem em áreas que são territórios subnormais conflagrados pela atuação das facções criminosas. O policial militar que vive nesses locais é tratado de modo diferente e seus familiares também. Particularmente, ele é observado com desconfiança porque, enquanto agente da

⁹⁸ RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 167.

⁹⁹ Indivíduos de extrema coragem, controle emocional e reconhecida capacidade de matar, são de grande valia no enfrentamento de situações de alto risco como, por exemplo, nos confrontos com meliantes armados; comumente, são chamados na tropa de guerreiros ou “operacionais” (cf. SANDES, 2013, p. 36; CORRÊA, 2017, p. 1).

¹⁰⁰ RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 167-168.

¹⁰¹ A matéria enaltece os policiais “linha de frente” do passado que “não davam refresco para malandro”, jornal *Amazônia*, 12 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.ormnews.com.br/noticia/policia-e-justica-100>>. Acesso: 11 jan. 2019.

¹⁰² Na esteira dessa rede subterrânea de proteção particular, casos de infidelidade conjugal, dívidas, desentendimentos em transações ilegais, desavenças pessoais etc. também são resolvidos por meio de execuções sumárias, conforme apontam as investigações policiais e processos de justiça.

¹⁰³ Entrevista concedida por BORDALO, C. Entrevista I. [jul. 2017]. Entrevistador: Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto. Belém, 2017. 1 arquivo .mp3 (24:21 min.). A entrevista, na íntegra, encontra-se transcrita nos Anexos deste estudo.

lei, pode opor resistência aos negócios ilícitos que afetam a periferia de Belém: tráfico de drogas¹⁰⁴; contrabando¹⁰⁵; lavagem de dinheiro por meio da agiotagem¹⁰⁶; e venda de segurança privada¹⁰⁷. Por isso, na comunidade, todos têm receio de despertar a suspeição e animosidade dos criminosos, ao se aproximarem do policial e de sua família.

Logo, diz o deputado, “por ser diferenciado, por portar arma, por ter treinamento e por ser olhado de uma forma desconfiada pelos criminosos, vive em constante risco com a sua família” (BORDALO, 2017, informação verbal)¹⁰⁸. Via de regra, o apoio formal da PMPA às essas situações é limitado, pois não há programa habitacional ou de proteção que consiga fazer frente ao vasto problema. O policial ameaçado recorre, então, aos seus companheiros de farda para dar fim ao atrevimento criminoso. Em geral, o aniquilamento dos bandidos que incomodavam lhe devolverá a tranquilidade momentânea¹⁰⁹. Pensando sobre o tema, disse a ouvidora do SIEDS, Anna Lins:

Eu pergunto, os nossos policiais vem de onde? Eles vêm da periferia também. Qual é a etnia deles? São negros que vivem na periferia, fardados. Alguns têm medo porque sabem de toda dinâmica da situação, outros se colocam como heróis: – Bem... eu estou fardado e armado aqui, então vou fazer justiça. Pelo menos na minha vila ninguém vai mexer com ninguém. Podem contar comigo, eu voltei para dar um jeito aqui. É mais ou menos assim. (LINS, 2017, informação verbal)¹¹⁰.

¹⁰⁴ Segundo o deputado relator, chegou a conhecimento da CPI, na época, que somente no Guamá foram contabilizados perto de 200 pontos de venda de droga. Ou seja, nesse bairro tem mais ponto de venda de droga do que açougue, padaria e farmácia, afirmou ele (Cf. BORDALO, C. Entrevista I. [jul. 2017]).

¹⁰⁵ Televisões, rádios, aparelhos eletroeletrônicos, mas também roupas e calçados, são mercadorias que disputam espaço nos territórios, nos comércios; muitas oriundas do contrabando e do roubo de carga, informou o deputado relator (Cf. BORDALO, C. Entrevista I. [jul. 2017]).

¹⁰⁶ O deputado Bordalo informou verbalmente que, no tempo em que ocupou a secretária de economia da capital, sua equipe realizou o diagnóstico das feiras de Belém. “Uma das conclusões me chamou atenção, era o nível de endividamento dos feirantes com agiotas [...] o recurso financeiro emprestado era ilegal, fruto de roubo, de assalto, do tráfico de drogas, da venda do contrabando circulando” (Cf. BORDALO, C. Entrevista I. [jul. 2017]).

¹⁰⁷ “[...] no caso do Cabo Pet [por exemplo], ele tinha uma empresa de segurança que vendia proteção para as casas e comércios, as que contavam com a marca Pet não eram atacadas. Depois, ele introduziu no sistema o monitoramento por câmeras, tinham ruas na Terra Firme já cobertas com monitoramento de câmera e era monitorado da casa dele” (BORDALO, C. Entrevista I. [jul. 2017]).

¹⁰⁸ BORDALO, C. Entrevista I. [jul. 2017].

¹⁰⁹ Por vezes, ocorre o efeito reverso. O assassinato de integrantes de facções desperta nos outros criminosos o desejo de vingança, agravando a tensão e o risco para os policiais que vivem nos narcoterritórios e, no extremo, faz com que deixem suas casas para irem morar em outro lugar.

¹¹⁰ Entrevista concedida por LINS, A. Entrevista II. [jul. 2017]. Entrevistador: Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto. Belém, 2017. 1 arquivo .mp3 (36:26 min.). A entrevista, na íntegra, encontra-se transcrita nos Anexos deste estudo.

A cultura da resposta diante da ameaça, agressão ou assassinato de um companheiro policial militar está profundamente incutida na PMPA¹¹¹. Sua ferocidade é assinalada pela ouvidora geral:

[...] morreu alguém da ROTAM, chacina agora de 2017, olha quantas pessoas foram assassinadas depois. Ele estava em operação inclusive, policial muito jovem, o [soldado PM] Rafael, deixou uma esposa grávida. Que eu saiba, o Estado inclusive não está dando nem muito apoio. Eu recebo muita reclamação de muitas viúvas, muitas mulheres, a gente tem um grupo de conversa, a gente conversa muito, as viúvas e mulheres de policiais e ex-policiais. O que me preocupa é isso, a ROTAM, ela começou como um grupo de elite interessante e hoje vem se tornando um dos focos que é, eu acho que é, um dos problemas da letalidade. (LINS, 2017, informação verbal)¹¹².

Mas, a intensidade da resposta difere de acordo com quem morre e a qual unidade ele pertence. Por meio da análise da correlação¹¹³ dos casos de vitimização policial da PMPA e as ocorrências de chacinas na RMB, percebe-se que na maioria das vezes, o assassinato de policiais não provoca a retaliação imediata na forma de chacina.

Em contrapartida, os policiais matadores são igualmente temidos dentro da própria PMPA, pelos companheiros de farda que têm receio de contrariá-los nos seus interesses particulares, do grupo de extermínio ou da milícia.

Há inúmeros casos que comprovam esta afirmação, em todo o Pará, relatos de vizinhos, amigos de infância de milicianos, pessoas que se sentiam protegidas por estes grupos [e que] foram brutalmente assassinadas, exterminadas. Em outros casos, figuram mortes de Policiais Militares exterminados por Milicianos, numa completa inversão da lógica militar, um Policial Militar é morto porque contrariou interesses de milícia¹¹⁴. (RELATÓRIO FINAL, 2015, p.148).

De tal modo, seja por admiração, temor ou necessidade, os milicianos encontram cumplicidade nos quartéis. Para essa cumplicidade, concorrem ainda interesses pecuniários, pois as milícias agenciam os bicos em seus territórios e, assim, negociam com os policiais de folga a prestação remunerada do serviço clandestino de segurança

¹¹¹ RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 167.

¹¹² LINS, A. Entrevista II. [jul. 2017].

¹¹³ Conforme o cruzamento dos dados sobre policiais estaduais do Pará mortos e as chacinas ocorridas, entre 2013-2018, fornecidos pela SEGUP, PC e PMPA.

¹¹⁴ A CPI cita a morte do cabo PM Sebastião Freitas do Nascimento, em 20 fev. 2014, na cidade de Marabá, no sudeste do Pará. Na investigação do caso, há fortes indícios de que o cabo Freitas foi assassinado por dois colegas de trabalho, soldados da PMPA, supostamente envolvidos em outros extermínios (RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 96-97).

particular¹¹⁵. Num depoimento colhido pela CPI, fica evidente não só a condescendência, mas a própria participação direta de guarnições policiais militares à serviço das milícias:

[...] era um comboio de 12 motos, às 21:30h, vieram da Barão de Igarapé Miri, todos encapuzados e passaram em frente aonde o Pety [Pet] foi morto, ainda tinha viatura lá, seguiram pela Augusto Correa no sentido da Terra Firme, depois uma viatura da PM passou atrás dizendo pras pessoas irem pras suas casas que era um toque de recolher, que agora os vagabundos iam ver: - fiquem nas suas casas, ninguém na rua hoje. (RELATÓRIO FINAL, 2015, p.168).

A omissão, cumplicidade e apoio às ações das milícias não se limitam aos praças de mais baixa hierarquia, que realizam a atividade rotineira de policiamento ostensivo. Para o deputado relator da CPI, há que se olhar igualmente para o alto escalão da PMPA.

Omissiva ou comissivamente, o Comando Operacional da PM permite estas práticas catalizadoras de milícias [...] É inadmissível que o Estado saiba onde se localizam os criminosos em suas bocas de fumo e aparelhos clandestinos e não tome a iniciativa de atacar com veemência estas estruturas, estrangulando-as. Mandando o recado correto para a sociedade, qual seja o de que não haverá trégua para o tráfico e às condutas a ele associadas, inclusive as milícias e seus integrantes, lavrando quantos flagrantes sejam necessários, independentemente do desfecho judicial dos processos punitivo. (BORDALO, 2017, informação verbal)¹¹⁶.

Além da conivência da tropa, as execuções sumárias promovidas pelas milícias encontram respaldo em parcela significativa da população. Para a ouvidora geral, essa postura concorre para a legitimação das ações de extermínio das milícias e “pode ser entendida em razão de que quanto mais expostas ao crime as pessoas estão, mais tendem a apoiar ações de força, inclusive, as ações ilegais” (LINS, 2017, informação verbal)¹¹⁷; essa opinião é partilhada pelo promotor de justiça militar do Estado, Armando Brasil, responsável pela investigação de homicídios com suposta participação de policiais militares, que diz:

A população se sente muito amedrontada, ela quer justiça, ela quer que se faça a imediata retirada desses criminosos, acredito que esse discurso do “bandido bom é bandido morto!” acaba realmente ecoando na população de uma maneira geral, de que ela [a polícia] precisa eliminar [o bandido], como

¹¹⁵ RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 167-168.

¹¹⁶ BORDALO, C. Entrevista I. [jul. 2017].

¹¹⁷ LINS, A. Entrevista II. [jul. 2017].

se fosse uma guerra onde o bandido é o inimigo e isso acaba ganhando a legitimidade popular. (BRASIL, 2018, informação verbal)¹¹⁸.

Igualmente, é preciso rever na postura organizacional das polícias estaduais do Pará, a tolerância aos bicos, aponta o relatório. A prestação clandestina de segurança privada é, inequivocamente, um dos “motores de milícias”, uma vez que os bicos, além de exporem o policial ao maior risco, aproximam-no da criminalidade; “são tão nocivos aos valores policiais quanto à exposição dos agentes de segurança pública em razão de sua moradia em áreas de risco” (RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 172). O problema é ainda maior do que parece, alerta a CPI. A prestação ilegal de segurança privada possibilitou o surgimento de perigosos polos de poder paralelo na PMPA, por meio dos quais alguns policiais passaram a chefiar grandes contingentes clandestinos na atividade ilegal de prestação de proteção paga. Um processo pernicioso de fragmentação da estrutura hierárquica que comanda a organização¹¹⁹.

Os bicos que até um tempo atrás eram uma ação que o policial mesmo procurava a farmácia no bairro dele, o comércio ou a feira e ele se oferecia no tempo que tiver de folga, uma festa, [era] uma coisa muito particular. Agora, não é mais. Agora, existem verdadeiras empresas informais vendendo este serviço, recebendo e pagando. Chegou-se, aqui em Belém, a verificar determinadas empresas dessas com 150 praças, entre sargentos, cabos e soldados, comandados por um coronel. Mas, é pago ao coronel, não é pago à praça. A praça que vai fazer a segurança recebe uma diária, só que essa diária que chega a ele é metade daquilo que o coronel já recebeu. Um negócio altamente lucrativo! (BORDALO, 2017, informação verbal)¹²⁰.

O descontrole da segurança privada ilegal chegou a tal ponto que há registro de situações nas quais policiais [de serviço] chamados formalmente por moradores e comerciantes, vítimas frequentes de assaltos, para coibir a violência, [ao final do atendimento da ocorrência oficial] terminam contratados informalmente pela comunidade para prestar serviço de segurança. E quanto mais esse serviço cresce, mais práticas de justicamento [acontecem]. (RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 172).

¹¹⁸ Entrevista concedida por BRASIL, A. Entrevista III. [nov. 2018]. Entrevistador: Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto. Belém, 2017. 1 arquivo .mp3 (53:54 min.). A entrevista, na íntegra, encontra-se transcrita nos Anexos deste estudo.

¹¹⁹ Outro fator que concorre para a fragmentação da PMPA, segundo as oitivas realizadas pela CPI, “é o frequente desrespeito da ordem de promoções entre os oficiais, é comum que oficiais com menos tempo de corporação, muitas vezes a disposição de órgãos não integrantes do sistema de segurança pública, consigam ascender na carreira com maior velocidade que oficiais mais antigos, pelo simples fato de transitarem no meio político” (RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 122-123).

¹²⁰ BORDALO, C. Entrevista I. [jul. 2017].

Todo assassinato ligado a milícia é motivado por interesses financeiros, em geral, relacionados ao narcotráfico ou a eliminação de ladrões que tiram a paz dos donos de estabelecimentos comerciais protegidos. Segundo as investigações da comissão, nas execuções sumárias da década de 2010, nitidamente, há uma racionalidade econômica por trás de cada extermínio¹²¹.

Ao que se supõe, nesta fase introdutória da exploração sociológica do fenômeno¹²², a ordem lógica que norteia a conduta homicida contemporânea, apontada pela CPI, difere daquela que parece ter orientado a ação letal dos policiais militares envolvidos nos massacres em Belém, nos anos 1990, em pelo menos três aspectos.

Primeiro, em regra, os episódios centrais da década de 1990 foram protagonizados por comandantes de guarnições de serviço¹²³, de modo oculto ou não¹²⁴, indicando a presumível validade da hierarquia militar. Diversamente, as principais chacinas dos anos 2010 foram promovidas sobretudo por cabos e soldados¹²⁵; do mesmo modo, nos dias de hoje, nota-se que policiais militares de baixa hierarquia ocupam cargos de chefia no agenciamento de bicos e nas milícias, comandando outros de graduação mais elevada, em subversão aos princípios hierárquicos basilares das organizações militares.

Em segundo, nos massacres icônicos da PATAM, os algozes evidenciaram a determinação inabalável de cumprir a missão (e o prazer em matar¹²⁶), sem espaço para a inaceitável negociação com o inimigo ou qualquer disposição de retroceder, mesmo diante da constatação dos enganos cometidos¹²⁷; nas execuções contemporâneas, o sentimento de

¹²¹ RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 167-168.

¹²² As conjecturas apresentadas nesta fase inicial da investigação sociológica serão aprofundadas e testadas na pesquisa de campo, conforme se apresentará na segunda parte da tese.

¹²³ Da PATAM: “Massacre do Icuí-Guajará” comandado pelo sargento José Pinheiro Santos da Silva, o “Charles Bronson”, em 21 set. 1991; “Massacre do Utinga”, ocorrido em 9 fev. 1992, atribuído por testemunhas a uma guarnição do PATAM não identificada (cf. *Folha do Norte*, 12 fev. 1992, 1ª página); e o “Massacre do Coqueiro” protagonizado pelo sargento Leonardo Freitas da Cruz, em 29 mar. 1992. De outra unidade da PMPA: *homicídio qualificado* praticado pelo sargento da radiopatrulha Milton José de Souza Dias, ex-patanzheiro, em 25 abr. 1992 (cf. *Folha do Norte*, 27 abr. 1992, p. 8).

¹²⁴ No “Massacre do Coqueiro”, o sargento Cruz, comandante da PATAM 344, fez contato pelo rádio com o oficial-de-dia de serviço no quartel e solicitou prévia autorização para atender *a ocorrência policial que julgou se tratar do enfrentamento a um grupo de meliantes armados promovendo roubos na rodovia*, a partir do relato das testemunhas que acionaram a guarnição (cf. *Folha do Norte*, 14 abr. 1992, p. 8).

¹²⁵ Destacam-se cinco episódios: *Chacina de Icoaraci* (19 nov. 2012); *Chacina do Guamá e Cremação* (17 jan. 2014); *Chacina de Belém* (4 nov. 2014); *Execução de Jaime Pocotó* (26 out. 2015); e *Nova Chacina de Belém* (20 jan. 2017).

¹²⁶ “Acusados matam mais por prazer” (cf. *Folha do Norte*, 20 fev. 1992, p. 10).

¹²⁷ No “Massacre do Icuí-Guajará”, protagonizado pela GU PATAM 347 sob comando do sargento *Charles Bronson*, p. ex., apesar dos policiais terem percebido o engano, eles seguiram com o plano da vingança. Edimilson foi morto com vários disparos na cabeça e teve o corpo incinerado, no lugar do irmão. A bicicleta e o relógio da vítima foram levados pelo soldado Williams que os vendeu, tendo o dinheiro arrecadado sido dividido em partes iguais entre os participantes da execução sumária (cf. *Folha do Norte*, 20 fev. 1992, p.

missão, tão característico do militarismo, revela-se uma simples retórica que não impera sobre interesses financeiros voltados ao rápido enriquecimento pessoal.

Por fim, em terceiro, o uso da força letal por patanzeiros, de modo desproporcional e abusivo, era direcionado contra civis à época entendidos como possíveis “inimigos internos” segundo a doutrina de operações de contraguerrilha do Exército brasileiro. Na atualidade, as milícias extorquem, barganham e até prestam serviço às facções criminosas; também há civis integrando milícias e grupos de extermínio¹²⁸. Civis e policiais militares parceiros no crime. A figura arcaica do inimigo que deve ser eliminado, apesar de presente nas narrativas, mostra-se mais condizente com a noção atualizada de mero alvo economicamente gratificante.

O *espírito militar*¹²⁹, atenuado pelos alvissareiros ventos da reforma democrática da segurança pública e corrompido pelo pernicioso turbilhão da fragmentação do comando da organização movido pelas narcomilícias, suspeita-se já desbotado na PMPA¹³⁰. Hoje em dia, aparenta mais se tratar de um véu roto que encobre relações sociais de pertencimento à grupos, ordinárias, do tipo *nós-eles*. Ao que tudo indica, prepondera sobre o envelhecido *ethos guerreiro* um novo espírito empreendedor criminal ligado aos negócios ilícitos das milícias¹³¹ nos quais a morte é mercadoria, distinguido por uma racionalidade econômica, estratégica, frígida e individualista que não está livre, contudo, de eventuais rasgos emocionais como, por exemplo, nas vendetas interpessoais¹³². Em tese, essa é a lógica que se conjectura orientar a ação letal (notadamente a recorrente) da parcela de policiais militares talvez responsável pela mortandade mais expressiva no Pará.

De outro ponto de vista, igualmente em caráter de exame preliminar, constata-se nas condutas dos policiais militares paraenses, no passado e no presente, dois fatores de

10), fato este que dá base a interpretação de que mesmo os policiais desonestos não negociavam com *inimigos*, naquela época.

¹²⁸ RELATÓRIO FINAL, 2015, pp. 128-131.

¹²⁹ O conceito *espírito* ou *ethos* é aqui entendido como o conjunto de “formulações sintéticas de características próprias das atitudes dos indivíduos portadores da cultura” (Durham, 1984, p. 76).

¹³⁰ Não se pode, contudo, desconsiderar que a ultrapassada concepção de segurança pública fundada em princípios militares e diretrizes operacionais bélicas está reconquistando espaço no debate político, midiático e doméstico, no país, nos últimos anos. Nas palavras do promotor de justiça militar Armando Brasil: “Então, você vê aqueles políticos que defendem a eliminação dos bandidos, hoje, aqueles políticos que defendem o discurso acabam ganhando força na sociedade, um discurso da extrema direita de que se tem que matar os bandidos. Isso tem a ver, sim, com a falta de acolhimento, com a falta de legitimidade, com a falta de crédito na própria atuação do Estado” (BRASIL, A. Entrevista III. [nov. 2018]).

¹³¹ As milícias na metrópole de Belém são um fenômeno recente, seus primeiros indícios remontam ao ano de 2007 e sua ascensão mais vigorosa à década de 2010, de acordo com a CPI.

¹³² RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 167-168.

dimensão simbólica que se pressupõem determinantes ao sentido e à orientação do comportamento homicida.

Um fator compreende a moralidade que se mostra em duas faces complementares. A primeira face é a que legitima a punição extralegal de crimes em relação aos quais o Estado é tido como pusilânime, que fomenta a ideologia *bandido bom é bandido morto*¹³³ e sustenta a noção de que o endurecimento da ação policial é o melhor mecanismo de defesa da vida. A segunda face é o corolário da primeira e funda no imaginário popular a representação de que *policial que não mata não é policial*¹³⁴; de tão assentada, acredita-se que todo policial, ao menos uma vez, seja por familiares, amigos e até por pessoas recém-apresentadas, já tenha sido indagado: *então, quantos você já matou?*

Em geral¹³⁵, o policial não negará taxativamente já ter matado um malfeitor. Tergiversará, respondendo à pergunta evasivamente, acompanhada de um sorriso desconfiável que deixará no ar dúvidas sobre uma possível trajetória profissional homicida, indiferente a existência ou não da concreta experiência de matar. A reação incitada de silêncio comprometedor ou da negativa pouco convincente guarda vínculo com o outro fator relativo à dimensão simbólica aqui elencado. Trata-se do elevado valor social conferido a *valentia*¹³⁶ enquanto poderoso atributo daqueles que se dispõem a enfrentar com temperança o perigo da morte e, principalmente, que não hesitam em matar o oponente¹³⁷. Resquício anacrônico de uma época de incivilizada brutalidade, “a valentia permanece sedutoramente presente no cotidiano, vislumbrada por meio do prestígio dos lutadores profissionais e dos heróis de cinema, revistas em quadrinhos e videogames” (OLIVEIRA, 2016, p. 340). O seu fascínio exacerbado no meio policial militar coaduna na moralidade que ampara o policial matador. Contudo, a manifestação de legítima valentia é restrita a poucas situações¹³⁸ e a raros indivíduos¹³⁹. Assim, marotamente,

¹³³ Segundo a pesquisa quantitativa conduzida pelo Datafolha, realizada em agosto de 2016, a maior parte da sociedade brasileira (57,00%) defende que “*bandido bom é bandido morto!*” (10º ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2016, pp. 118-129).

¹³⁴ Segundo a revista Época (edição nº 1070, de 07 jan. 2019, editora Globo), essa frase foi proferida por Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal – PSL), atual presidente do Brasil, em 27 nov. 2017.

¹³⁵ Conforme as observações do autor ao longo de 30 anos de convivência com policiais de diferentes organizações, no Brasil.

¹³⁶ Cf. OLIVEIRA, 2016, p. 349.

¹³⁷ Como fizeram o sargento Cruz e o soldado Carnevalle, tragicamente, ao enfrentarem em menor número um grupo de supostos meliantes armados. Precipitadamente, os dois policiais avançaram com destemor atirando nos quatro indivíduos suspeitos que, ao final, revelaram-se *inocentes* (apenas um deles, policial civil, estava de fato armado).

¹³⁸ Cf. OLIVEIRA, 2016, p. 345.

¹³⁹ Cf. GROSSMAN, 2007, p. 241.

insinuar-se valente poderá render distinção social até mesmo aos que não se envolvem em arriscadas contendas violentas¹⁴⁰; no caso, supõe-se que seja a maioria dos policiais¹⁴¹.

Os dois fatores se completam enquanto evidências da crise do nosso “processo civilizatório” (ELIAS, 1993; 1994) e, neste estudo, presume-se concorrerem significativamente à gestação de *justiceiros* no seio das policiais brasileiras, organizações propícias à manifestação do comportamento homicida sem que se burle às restrições sociais¹⁴², uma vez que a boa sociedade delega aos policiais valentes, tacitamente, o mandato punitivo para fazer aquilo que é desejado ou que, ao menos, é aceito por todos como necessário, mas que ninguém pessoalmente quer fazer. Aos “heróis do povo”¹⁴³ compete, portanto, a tarefa de caçar bandidos, ou melhor, cabe-lhes o trabalho sujo de eliminar os socialmente indesejáveis¹⁴⁴.

Parcela muito significativa, se não majoritária, da sociedade brasileira – atravessando todos os estratos sociais – rejeita visceralmente a noção de direitos universais e divide binariamente os seres humanos em “cidadãos de bem” (ou “cidadãos” *tout court*), mercedores de direitos, e “não-cidadãos”, aqueles que “fizeram por desmerecer” qualquer espécie de direito ou de proteção legal [...] ela oferece suporte à continuidade das práticas policiais ilegais, em nome da pretensa necessidade de se travar uma “guerra” sem trégua, por todos os meios, contra o crime e a desordem. (LENGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003, p. 55).

Afinal, passados quase dois meses da sua instalação, a comissão encerrou seus trabalhos, em 27 de janeiro de 2015, entregando o relatório final abastado de documentação investigativa, referencial teórico e normativo e recomendações em diversos níveis do poder público. Segundo comemora o relator, a comissão foi bem sucedida em

¹⁴⁰ “Nessa perspectiva, é preciso ter em mente que tais manifestações de virilidade são, muitas vezes, mais arroubos discursivos do que um indicativo concreto de um desejo de se envolver em ações violentas”(OLIVEIRA, 2016, p. 338).

¹⁴¹ Wilquerson Sandes (2013, p. 21) ressalta que: “Ao longo da carreira profissional, a experiência de vivenciar um confronto armado ocorre apenas com uma parte dos policiais de rua [...] uma ocorrência fortuita e que envolve uma fração de policiais”. Percebe-se que a experiência é, de fato, restrita a poucos indivíduos quando se leva em conta que a maioria dos policiais militares não trabalha nas ruas, a exemplo da PMPA onde apenas um quarto do seu efetivo realiza o policiamento ostensivo fardado do espaço público (cf. OLIVEIRA NETO, 2004, pp. 37-43); na observação direta da atividade policial, constata-se que dessa fração de policiais de rua, apenas uma pequena parcela está disposta a expor sua vida e liberdade no estrito cumprimento do dever, e um número menor ainda extrapola os limites da lei para praticar violência letal. Igual constatação é anotada por Sandes, que entrevistando policiais militares encontrou oito estereótipos categorizados pelos próprios profissionais, a partir de diferentes comportamentos policiais no trabalho de ruas, são eles: “o sugador”, “o pasepeiro”, “o administrativo”, “o cansado”, “o operacional”, “o alterado”, “o oitocentos” e “o justiceiro”; segundo o pesquisador, apenas as quatro últimas categorias se dispõem ao risco do confronto armado e apenas o policial “justiceiro” perpetra violência letal abusiva (cf. SANDES, 2013, pp. 35-38).

¹⁴² Cf. OLIVEIRA, 2016, p. 345.

¹⁴³ *Heróis do povo* são os policiais justiceiros, segundo relata a CPI no “Capítulo IX: Papel da mídia e os heróis do povo” (RELATORIO FINAL, 2015, pp. 201-213).

¹⁴⁴ Cf. HUGHES, 1962, p. 8.

sua missão de expor à sociedade paraense um “tumor que vem desenvolvendo-se sem que nada ou que ninguém a ele se oponha” (RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 166).

[...] um lado cruel e oculto da sociedade. Um lado onde a vida de um ser humano pode valer menos de R\$ 300,00 e onde a população esta totalmente refém da ação de criminosos que agem com o apoio de membros das forças de segurança pública. Temos certeza de que esta CPI trará somente um faixo de luz a estas trevas desconhecidas das classes dominantes, mas vívida e presente no cotidiano das populações carentes das baixadas da Região Metropolitana de Belém e dos grotões do interior do Estado do Pará. (RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 2).

A comissão parlamentar de inquérito que investigou a atuação de milícias e grupos de extermínio aclarou, de forma inédita no Estado do Pará, a importância dos mecanismos de controle da atividade policial e os obstáculos concretos que eles enfrentam no monitoramento da tão almejada oferta eficiente de segurança pública à sociedade paraense, de modo igualitário, universal e atrelado ao respeito incondicional aos direitos humanos.

Uma tarefa cada vez mais complexa diante dos desafios atuais da criminalidade urbana, em especial, das narcomilícias. Dentre as muitas recomendações voltadas ao melhoramento do controle da atividade das forças de segurança estatais, destacam-se as que apontam a necessidade do provimento de maior autonomia às corregedorias policiais civil e militar e de estrutura adequada à atuação funcional das promotorias de justiça militar estaduais¹⁴⁵.

2.4 ENTRE O JUSTIFICÁVEL E O ABOMINÁVEL

O exercício do poder nos estados democráticos é limitado por meio de um complexo sistema de controles interinstitucionais. No Brasil, a atividade policial é controlada por mecanismos externos e internos às organizações da segurança pública¹⁴⁶.

No estado do Pará, o controle interno da atividade policial é realizado pelas corregedorias responsáveis pela apuração das denúncias de desvios de conduta dos policiais paraenses. No bojo das mudanças estruturais promovidas pela política de integração da segurança pública, as constantes reclamações quanto ao desempenho das corregedorias das polícias civil e militar resultaram na criação da *Corregedoria Integrada*, em 12 de junho de

¹⁴⁵ RELATÓRIO FINAL, 2015, p. 171.

¹⁴⁶ Para saber mais sobre o controle da polícia no Brasil, ler: LENGGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003.

2002, que acomodou num mesmo espaço físico os órgãos de controle das organizações policiais na esperança de que, apesar de independentes uma da outra, a proximidade as induzisse a trabalhar associadas¹⁴⁷. Os chefes de cada corregedorias permaneceram sendo escolhidos pelo comando das polícias civil e militar¹⁴⁸ e a eles estão diretamente subordinados.

A integração provocou a reformulação das diretrizes das corregedorias. No caso da CORREG/PMPA, tornou o órgão mais atuante tanto na apuração de infrações de natureza administrativa e disciplinar, quanto na investigação dos crimes passíveis de sanções penais. Os dados referentes ao primeiro ano de instalação da corregedoria integrada apontam que, no tocante a correição policial militar, nunca se apurou, puniu e excluiu tanto.

Não que os desvios tenham aumentado, trata-se simplesmente da atuação enérgica da corregedoria geral. De acordo com os levantamentos da 2a. Seção do Comando Geral da Polícia Militar do Pará, de janeiro a dezembro de 2002, foram instaurados 1.866 procedimentos disciplinares. No mesmo período, em 2003, essa cifra chegou a 3.061. Ou seja, em um ano, o número de procedimentos disciplinares aumentou em 164%. Neste mesmo ano de 2003, 73 policiais militares foram autuados em flagrante delito e 38 foram excluídos a bem da disciplina das fileiras da polícia militar. (OLIVEIRA NETO, 2004, p. 79).

O ímpeto correcional teve efeitos tanto sobre a administração burocrática da PMPA quanto na atividade operacional de policiamento. Por um lado, atividades administrativas ordinárias foram postergadas em consequência dos procedimentos disciplinares prioritários, em virtude dos seus prazos legais para conclusão e remessa que, se descumpridos, ensejam sanções funcionais aos encarregados. Por outro, a reforma não logrou colocar em prática a função inicialmente pensada para a corregedoria de evidenciar bons exemplos profissionais e elaborar orientações gerais para o exercício coerente da atividade policial; prevaleceu na CORREG/PMPA seu papel punitivo sustentado na lógica de *extirpação das maças podres* que comumente provoca desconfiança na tropa¹⁴⁹, pois

[...] o receio de *ser queimado em praça pública*, faz com que os indivíduos envolvidos no policiamento ostensivo, isto é, os candidatos mais prováveis ao papel de *bruxas*, procurem meios clandestinos de evitar que os procedimentos disciplinares sejam realizados ou, quando isso não é possível, negociem com os encarregados pareceres favoráveis. (OLIVEIRA NETO, 2004, p. 80).

¹⁴⁷ Cf. OLIVEIRA NETO, 2004, p. 52-53; em 12 junho de 2019, a CORREG/PMPA se mudou para um novo prédio, distanciando-se espacialmente da Corregedoria da Polícia Civil do Pará, encerrando 17 anos das relações de vizinhança.

¹⁴⁸ A CORREG/PMPA está vinculada ao Comandante Geral, conforme a Lei Complementar nº 053, de 07 de fevereiro de 2006.

¹⁴⁹ Cf. OLIVEIRA NETO, 2004, p. 80.

O equilíbrio do rigor entre os procedimentos que apuram faltas disciplinares nos distintos círculos hierárquicos¹⁵⁰ também enfrenta suspeição, desde sempre. Por certo que a falta de garantias institucionais para que os corregedores trabalhem imparcialmente é um grande entrave. Todo oficial corregedor que no curso de uma apuração encontre irregularidades envolvendo superiores hierárquicos, tem plena consciência de que será enorme a possibilidade da sua carreira profissional (por exemplo, transferências, promoções e condecorações) depender, futuramente, da avaliação desses superiores (ou dos amigos deles). Tal percalço inexistente no trato com subordinados.

No ano de 2018, a atividade de polícia judiciária militar no estado do Pará sofre nova mudança, induzida pelas missões de *Garantia da Lei e da Ordem – GLO*¹⁵¹ das forças armadas brasileiras. Para acomodar as inovações legais (que ampliaram a competência da Justiça Militar da União¹⁵²) às questões político-institucionais locais, arranjos administrativos entre o ministério público e as polícias estaduais do Pará estabeleceram que “todo crime doloso contra a vida de civis decorrente da ação de policiais militares paraenses será objeto de duplo processamento policial judiciário, um conduzido na organização militar e outro na civil”, explica o corregedor geral da polícia militar, coronel Albernando Monteiro da Silva (2019, informação verbal)¹⁵³. Desde então, na PMPA, os procedimentos administrativos a serem adotados pelas autoridades de polícia judiciária militar, face às ocorrências em que haja o resultado lesão corporal ou morte decorrente da intervenção policial militar, obedecem a Instrução Normativa nº 004, de 27 abr. 2018, que segue reproduzida *ipsi literis*:

¹⁵⁰ “As PMs estruturaram-se internamente segundo o modelo do Exército brasileiro, com dois ‘círculos hierárquicos’ – oficiais e praças –, dentro dos quais se dispõem os postos (do oficialato) ou graduações (das praças), no total de 14 degraus de hierarquia” (LENGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003, p. 60).

¹⁵¹ “Realizadas exclusivamente por ordem expressa da Presidência da República, as missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem. Reguladas pela Constituição Federal, em seu artigo 142, pela Lei Complementar 97, de 1999, e pelo Decreto 3897, de 2001, as operações de GLO concedem provisoriamente aos militares a faculdade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade” (Cf. Ministério da Defesa, Brasil). Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>>. Acesso: 6 jul. 2019.

¹⁵² A Lei Federal nº 13.491, de 13 out. 2017, ampliou sensivelmente o rol dos crimes militares (previstos no Art. 9º, inciso II, do Código Penal Militar), alcançando inclusive todos os tipos penais previstos na legislação penal comum, p. ex., o crime de *homicídio*; em consequência, indiretamente, ampliou-se a abrangência da ação da polícia militar judiciária estadual. Todavia, a competência do Tribunal do Júri sobre os crimes dolosos contra a vida de civis cometidos por policiais militares foi preservada.

¹⁵³ Entrevista concedida por SILVA, A. Entrevista V. [jul. 2019]. Entrevistador: Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto. Belém, 2019. 1 arquivo .mpeg-4 da Apple (31:27 min.). A entrevista, na íntegra, encontra-se transcrita nos Anexos deste estudo.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2018 – CorGeral

Altera a Instrução Normativa nº 001/2018 – CorGeral, publicada no Aditamento ao Boletim Geral nº 022, de 31 de janeiro de 2018, que versa sobre os procedimentos administrativos a serem adotados pelas autoridades de Polícia Judiciária Militar ou por aquele que o substitua ou esteja de serviço, face às ocorrências em que haja resultado lesão corporal ou morte decorrentes da intervenção policial militar.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, no exercício de sua competência conferida pelo Art. 8º da Lei Complementar Estadual nº 053, de 07 de fevereiro de 2006, e;

Considerando que o Art. 125, § 4º da Constituição Federal e a Lei Federal nº 9.299/96 modificaram tão somente a competência para o processamento e julgamento dos crimes dolosos contra a vida de civil, portanto, não desnaturando o crime militar nas hipóteses de intervenção policial militar com resultado morte;

Considerando que a Lei Federal nº 13.491/17 ampliou sensivelmente o rol dos crimes militares impróprios, previstos no Art. 9º, inciso II, do Código Penal Militar, abrangendo inclusive todos os tipos penais previstos na legislação penal comum, notadamente o crime de homicídio;

Considerando o que dispõe o Art. 82, § 2º, do Código de Processo Penal Militar, que impõe a instauração do Inquérito Policial Militar pela autoridade militar competente, a fim de que a Justiça Militar Estadual possa avaliar e decidir pela remessa dos autos ao Tribunal do Júri, se for o caso de crime doloso contra a vida de civil;

Considerando, finalmente, o compromisso firmado junto ao 4º e 6º Promotores de Justiça Criminal de Marituba, que fora reduzido em ata no dia 18 de abril de 2018, quanto à edição ou complementação da Instrução Normativa nº 001/2018, publicada no Aditamento ao Boletim Geral nº 022, de 31 de janeiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Nas ocorrências em que sobrevier o resultado morte decorrentes da intervenção policial militar, o Comandante da circunscrição ou o oficial que o substitua ou esteja de serviço, quando constatarem a presença indiciária das excludentes de ilicitude previstas no Art. 42 do Código Penal Militar, lavrarão o Auto Circunstanciado [...].

§ 1º Não ocorrendo às hipóteses indiciárias de excludentes citadas no caput deste artigo, o oficial procederá ao Auto de Prisão em Flagrante Delito nos casos previstos no Art. 244 do Código de Processo Penal Militar [...].

§ 2º Em todo caso, à autoridade de polícia judiciária civil deverão ser previamente conduzidos e apresentados os fatos e provas da intervenção policial militar com resultado morte, com escopo do Ministério Público desde logo receber a notícia crime e avaliar a propositura da ação penal.

Art. 2º As autoridades elencadas no Art. 1º desta norma deverão adotar todas as Medidas Preliminares à Instauração do Inquérito Policial Militar (MPI), previstas no Art. 10, § 2º e Art. 12 do Código de Processo Penal Militar, ressalvada a possibilidade de aproveitamento dos atos administrativos produzidos pela autoridade de polícia judiciária civil.

Art. 3º Para efeito do disposto no Art. 2º da presente Instrução, considera-se Medidas Preliminares ao Inquérito Policial Militar (MPI):

I - dirigir-se ao local, providenciando para que se não alterem o estado e a situação das coisas, enquanto necessário;

II - Requisitar a presença dos Peritos do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” para a coleta de vestígios criminalísticos [...];

III - Apreensão de todos os objetos relacionados com o fato - Auto de Apresentação e Apreensão [...];

IV - Identificação de testemunhas com a qualificação completa ou a tomada de depoimento;

V - Requisitar imagens capturadas por câmeras de segurança;

VI - Requisitar os seguintes exames, quando necessários:

- Exame residuográfico no morto, nos agentes públicos e outros envolvidos na ocorrência - pólvora combusta [...];

- Exame de necropsia no morto e de lesão corporal nos agentes públicos e outros envolvidos na ocorrência [...];

- Exame de material biológico - DNA e outros [...];

- Exame Papiloscópico - impressões digitais [...];

VII – Requisitar ainda as seguintes perícias, quando necessárias:

a) Perícia de microscopia comparativa (comparação micro balística), eficiência, segurança e metalográfica (identificar numeração em superfícies metálicas) nas armas, placas de veículos, e outros materiais envolvidos no evento [...];

b) Perícia Veicular, conforme o caso [...];

c) Perícia de Constatação de Imagens [...];

d) Perícia Iconográfica - retrato falado [...].

Art. 4º Revogado.

Art. 5º A Corregedoria Geral da PMPA prestará assessoria técnica quando necessário à adoção das medidas consubstanciadas na presente instrução.

Parágrafo Único. O Comandante da circunscrição onde ocorreu a intervenção policial militar encaminhará as Medidas Preliminares (MPI) em até 24 horas à Corregedoria Geral da PMPA que providenciará a instauração do Inquérito Policial Militar no prazo máximo de 48 horas.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação em Boletim Geral da PMPA.

Registre-se, publique-se e cumpra-se. Belém-PA, 23 abr. 2018.

(Boletim Geral/PMPA/AJG nº 078, 27 abr. 2018, pp. 41-43).

Conforme se observa, a Instrução Normativa nº 004/2018 apresenta procedimentos administrativos complexos, adaptados às inovações tecnológicas periciais e significativamente mais completos se comparados aos da época em que o famigerado *Auto de Resistência*¹⁵⁴ (especialmente, a *resistência seguida de morte*) – relato simples da resistência à prisão que ensejou o uso da força letal do policial, redigido pelo próprio agente e subscrito por duas testemunhas, via de regra, seus companheiros de GU – bastava para aclarar o ocorrido e encerrar as investigações¹⁵⁵. Na atualidade, de acordo com a

¹⁵⁴ O Código de Processo Penal trata da questão no artigo 292: “Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas” (Decreto-lei nº 3.689, de 3 out. 1941).

¹⁵⁵ Muitos dos inquéritos policiais abertos em decorrência das *resistências* apresentam sérias imperfeições, como a falta de oitiva de todos os envolvidos na intervenção, especialmente de testemunhas desvinculadas da organização policial, e de procedimentos periciais básicos como a análise da cena do crime, frequentemente alterada (cf. MISSE, 2011, pp. 38-41).

normativa, quando uma intervenção policial resultar na morte de civil, a autoridade de polícia judiciária militar deverá, obrigatoriamente, lavrar o *Auto Circunstanciado* (sempre que constatar indícios das excludentes de ilicitude) ou o *Auto de Prisão em Flagrante Delito* (inexistindo a presença indiciária dos excludentes). Em ambos os casos, os fatos e provas da intervenção deverão ser primeiramente levados à autoridade de polícia judiciária civil para possibilitar a pronta atuação do Ministério Público e a propositura da ação penal na justiça comum, caso adequada.

A CORREG realiza as atividades de correição na PMPA¹⁵⁶ de forma descentralizada, por meio da *Comissão Permanente de Correição-Geral* e das 18 *Comissões Permanentes de Corregedoria dos Comandos Operacionais Intermediários*, distribuídas por todo o Pará, sendo 5 localizadas na região metropolitana de Belém (CORCME, CORCPE, CORCPRM, CORCPC I E CORCPC II) e 13 instaladas em municípios-sede no interior do estado (CORCPR I a XIII).

No ano de 2018, por meio das 18 comissões permanentes de correição, a CORREG/PMPA recebeu 867 denúncias diversas¹⁵⁷ (ver Tabela 1). Muitas dessas acusações, que englobam desde crimes graves contra a vida (*homicídio, tentativa de homicídio etc.*) até banais desvios administrativos e disciplinares (*falta de dedicação ao estudo e atraso em procedimento*), suscitaram a instauração de: 503 processos administrativos simplificados para a apuração de faltas disciplinares; 1.058 sindicâncias sobre transgressões administrativas mais complexas; 849 inquéritos policiais militares, nas situações com indícios de crime; 52 conselhos de disciplina, quando se tratou de apurar a incapacidade moral da praça com mais de 10 anos de permanecer no serviço ativo da organização, fornecendo subsídios para a decisão final do comandante geral; e 4 conselhos de justificação, que investigaram a incapacidade do oficial permanecer no serviço ativo ou na condição de inativo, para posterior decisão do Tribunal de Justiça do Estado, conforme a legislação específica.

¹⁵⁶ Cabe ressaltar que a atuação da CORREG não se restringe à perscrutação correicional. Atendendo ao que preceitua a lei nº 7.727, de 24 de julho de 2013, que instituiu a premiação pecuniária aos policiais militares pela apreensão de armas de fogo – regulada por meio do decreto nº 890/, de 8 de novembro de 2013 –, no ano de 2018, houve um total de 616 armas apreendidas que resultaram em processos de premiação pecuniária deferidos pela PMPA, cujo valor foi de R\$324.300,00 (Cf. RELATÓRIO CORREG, 2019, p. 23).

¹⁵⁷ Os procedimentos são instaurados a partir de denúncias oriundas das próprias unidades policiais ou de entidades externas à organização: Ministério Público, Ouvidoria, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Disk-denúncia etc.

Tabela 1 – Denúncias recebidas na CORREG/PMPA, em 2018.

Tipo	n
Constrangimento ilegal	202
Agressão física	148
Homicídio	119
Acidente de trânsito	66
Desrespeito	57
Preconceito de raça	34
Atraso em procedimento	33
Apropriação indébita	26
Baleamento	23
Abuso contra dignidade sexual	20
Furto	18
Descumprimento de ordem	16
Dívidas	15
Ausentar-se de posto	14
Disparo de arma de fogo	11
Tentativa de homicídio	10
Sequestro	10
Falta ao Serviço	8
Violação de domicílio	8
Abuso de autoridade	6
Roubo	6
Preconceito de credo	5
Ameaça	3
Falta de dedicação ao estudo	3
Preconceito de orientação sexual	2
Danos materiais	1
Ofensa verbal	1
Segurança particular	1
Desistência de denúncia	1
Total	867

Fonte: RELATÓRIO CORREG, 2019. Elaboração do autor.

A natureza do fato determinará o tipo de procedimento correccional a ser instaurado que, de acordo com a investigação, poderá resultar em arquivamento dos autos do processo diante não constatação de falta administrativa e indício de crime ou em sanções disciplinares de diferentes graus, correlatas a seriedade do desvio. Na PMPA, o novo *Código de Ética e Disciplina*¹⁵⁸ – CEDPM estabelece: a *repreensão* e a *detenção* para casos mais leves e médios; a *prisão* em casos de flagrante delito ou no cumprimento de ordem judicial; e a exclusão ou licenciamento quando restar comprovada incapacidade moral do investigado permanecer na organização, o policial militar sem estabilidade assegurada será *licenciado a bem da disciplina* e aquele que possui estabilidade, *excluído*.

Em 2018, ocorreram 3.783 homicídios dolosos no Pará e 666 pessoas foram mortas em decorrência de intervenções das policiais do Estado. A PMPA instaurou 849 *inquéritos*

¹⁵⁸ Lei nº 6.833, de 13 fev. 2006. Disponível em: <<https://www.pm.pa.gov.br/?q=node/1351>>. Acesso: 9 jul. 2019

policiais militares – IPM e a correição resultou na aplicação de 63 punições disciplinares leves e médias (repreensão e detenção), 91 prisões e 20 exclusões e licenciamentos. Considerando o montante de homicídios dolosos e de mortes de civis em decorrência da ação de policiais, o recebimento das 152 denúncias de *homicídio, tentativa de homicídio e baleamento* (119, 10 e 23, respectivamente) e a obrigatoriedade da instauração de IPM por força da Instrução Normativa nº 004/2018, é razoável presumir que esses procedimentos judiciais resultariam num significativo número de prisões por conta do volume de graves episódios¹⁵⁹, todavia, naquele ano, apenas 14 policiais militares foram presos, de forma preventiva ou temporária, pelo crime de homicídio¹⁶⁰. Sobre a atuação da CORREG/PMPA no ano de 2018, esclarece o relatório:

Para a Justiça Militar Estadual foram encaminhados os Inquéritos Policiais Militares e as Sindicâncias que resultaram no indiciamento criminoso dos investigados, assim como os processos administrativos que após serem garantidos a ampla defesa e o contraditório também concluíram pela individualização criminoso do acusado pelo Estado Administração. Todas as cautelares solicitadas como prisões preventivas, interceptações telefônicas, buscas e apreensões e ações controladas foram autorizadas judicialmente, demonstrando o preparo técnico dos oficiais corregedores bem como a confiança da justiça na Corregedoria. O Ministério Público Militar também colaborou sobremaneira com as investigações das mais simples às mais complexas, não perdendo sua função institucional de controlador da atividade externa policial e ainda como fiscal da lei de cobrar e controlar as denúncias que são levadas até o parquet pela sociedade. (RELATÓRIO CORREG, 2019, p. 30).

Constitucionalmente¹⁶¹, o controle externo das polícias estaduais é exercido pelo ministério público do ente federado¹⁶². De acordo com a natureza da organização, civil ou militar, há diferenças no controle exercido pelos promotores estaduais sobre a atividade policial e policial judiciária, isto porque os presumidos crimes militares são processados em foro especial de justiça, a exceção dos crimes dolosos contra a vida praticados por

¹⁵⁹ Os dados disponibilizados pela CORREG/PMPA não possibilitaram a identificação e separação dos 183 casos que excedem os 666 episódios de mortes por intervenções das policiais do Estado do Pará, nem a análise caso a caso, prejudicando a interpretação da correição realizada.

¹⁶⁰ No ano de 2017, 18 policiais foram presos pelo crime de homicídio (11 deles envolvidos na *Chacina de Pau D'Arco*). De janeiro a junho de 2019, são 21 policiais militares presos (13 em decorrência de mandados de prisão da *Operação Anonymus* da polícia civil do Pará, que investiga a ação de grupos de extermínio e milícias no estado, e 8 por crime de homicídio).

¹⁶¹ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 129, VII.

¹⁶² No Pará, por meio do CONSEP, colaboram com o controle externo da atividade policial deputados integrantes da comissão de segurança pública da Assembleia Legislativa do Estado, representantes de organizações não-governamentais (Ordem dos Advogados do Brasil – seção Pará; Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos; Centro de Defesa do Menor e Centro de Defesa do Negro do Pará) e, de maneira informal, a imprensa.

policiais militares contra civis¹⁶³. Contudo, primeiramente, todos os inquéritos policiais militares devem ser encaminhados às promotorias de justiça militar do Estado – PJM para análise e posterior tomada de três possíveis decisões: (1) a propositura da ação penal militar, por exemplo, no caso de homicídio culposo; (2) a declaração de incompetência, diante da constatação de homicídio com dolo, e consequente encaminhamento à vara do Tribunal do Júri¹⁶⁴; (3) o arquivamento pela inexistência de crime.

Do mesmo modo que nos casos de execuções sumárias e chacinas, as mortes em decorrência de intervenções policiais militares são investigadas no âmbito das PJM, entretanto, com ímpetos distintos pois, conforme explica o promotor, há diferença significativa entre a morte que resulta do policiamento ostensivo da metrópole e o homicídio praticado pela milícia¹⁶⁵.

Nem toda morte é homicídio! Homicídio é quando há intenção do sujeito ativo em ceifar a vida do sujeito pacífico [civil]; essa situação não é mais competência da justiça militar. É competência da justiça comum. (BRASIL, 2018, informação verbal)¹⁶⁶.

Nos últimos cinco anos, a PJM registra um incremento estrondoso de inquéritos apurando mortes de civis por intervenções de policiais militares no Pará e a grande maioria (mais de 95,00%) relatam justamente o instituto jurídico da legítima defesa, ou seja, afirmam que a ação letal do policial militar se deveu a superação dos outros meios de contenção, todos esvaídos e, portanto, restou-lhe tão somente o emprego da arma de fogo.

O aumento de inquéritos é resultado do alarmante aumento dos confrontos armados. Atualmente, em cada dez IPM analisados, cerca de três a quatro – isto é, de 30,00 a 40,00% do total – tratam de morte de pessoas armadas que enfrentam os policiais militares. Em comum, nessas peças processuais, há sempre uma testemunha que diz: “olha, fulano de tal me assaltou, eu vi o policial dar ordem pra ele parar mais ele não parou, ele continua tirando na polícia”. Então, quando há o confronto armado, há uma ação legal e legítima que, necessariamente, suscita o arquivamento do inquérito policial militar. (BRASIL, 2018, informação verbal)¹⁶⁷

¹⁶³ “O foro militar é especial, e, exceto nos crimes dolosos contra a vida praticados contra civil, a ele estão sujeitos em tempo de paz”, estabelece o Art. 82 da Lei nº 9.299, de 7 ago. 1996, que altera dispositivos dos Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar (Decretos-leis nº 1.001 e nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, respectivamente).

¹⁶⁴ Na Vara do Tribunal do Júri, os autos do IPM encaminhados pela PJME serão juntados aos do outro inquérito produzido pela polícia civil, caso o mesmo tenha sido instaurado.

¹⁶⁵ Cf. BRASIL, A. Entrevista III. [nov. 2018].

¹⁶⁶ *Idem*.

¹⁶⁷ BRASIL, A. Entrevista III. [nov. 2018].

Circunscritos a verdade jurídica dos autos processuais por dever legal, tanto o promotor de justiça militar estadual quanto a ouvidora geral do SIEDS¹⁶⁸ entendem que quando o policial militar mata em confronto, não o faz com a intenção de matar, posto que o agente da lei no exercício da função legal de controle social, quando agredido de forma injusta real ou iminente, usa dos meios moderados que tem à sua disposição para repelir a injusta agressão. Logo, diante das testemunhas e peças do processo, não há uso excessivo da força letal pelo policial, posto que ele tão somente reage às agressões.

Os policiais, de uma maneira geral, que se envolvem em confronto são aqueles que estão na linha de frente, do corpo de tropa, no policiamento diário do espaço público. É aquele policial que não tem condição, não tem tempo para uma reciclagem e é preciso que o comando faça essa reciclagem com o objetivo de diminuir esse grau de letalidade [...] Por outro lado, o recrudescimento da letalidade policial é consequência do atual grau de disfunção da sociedade brasileira. Uma situação de desigualdade social econômica, nós temos uma situação que os jovens não têm emprego, desprovido do mínimo de condições de sustentabilidade humana, eles partem para criminalidade e acabam encontrando a barreira, um limite, que é a atuação da polícia militar, atuação policial de uma maneira geral. Isso vai ter resultado e vem se traduzido no aumento do número de inquéritos policiais militares relatando praticamente o mesmo fato. A pessoa pratica crime, um assalto, a polícia persegue, ele se vê numa situação difícil, o meliante acaba enfrentando a polícia e, na grande maioria das vezes, tem a vida ceifada. (BRASIL, 2018, informação verbal)¹⁶⁹.

Nas 1ª e 2ª promotorias de justiça militar estaduais, os inquéritos sobre a morte de pessoas em decorrência da ação de policiais militares são analisados pelos promotores com o auxílio de uma equipe de analistas jurídicos. Segundo os dados retirados do Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP, desde setembro de 2015 (mês em que foi implantado o sistema de banco de dados digital no MPPA) até junho de 2017, as 1ª e 2ª PJM analisaram 95 IPM de homicídios praticados por policiais militares paraenses. Consideraram-se incompetentes em 58 deles e arquivaram os outros 37, sendo: 2 motivados pela isenção de pena, 2 por inexistência de fato delituoso e 33 devido a presença dos excludentes de ilicitude.

Ou seja, nesse período, todos os 33 IPM instaurados para apurar casos de mortes de pessoas decorrentes do uso de força letal por policiais militares em serviço foram arquivados. Em 100,00% dos casos, os promotores encontraram nos autos subsídios suficientes para considerar legais e legítimas as ações policiais, de tal modo que inexistente o

¹⁶⁸ LINS, A. Entrevista II. [jul. 2017].

¹⁶⁹ Entrevista concedida por BRASIL, A. Entrevista III. [nov. 2018].

crime de homicídio. Em regra, os excludentes de ilicitude sustentam que o uso da força letal por policiais militares ocorreu em situação de confronto armado ou em risco iminente de confronto armado, no patrulhamento do espaço público afetado pelo crime violento. Quanto aos 58 IPM em que a PJM se avaliou incompetente, foram encaminhados à justiça comum.

Em 2017, conforme os dados da CORREG/PMPA, 7 policiais militares foram processados e presos pela justiça comum por crime de homicídio¹⁷⁰. No ano seguinte, 2018, a justiça comum prendeu outros doze policiais militares¹⁷¹ envolvidos em homicídios. Por sua vez, a justiça militar estadual – JME ordenou a prisão de dois sargentos, um do Corpo Militar de Saúde (por *homicídio culposo*) e outro do 24º BPM (por *estupro seguido de homicídio*), ambos servindo em Belém. Novamente, a totalidade de IPM instaurados no ano de 2018 para apurar casos de mortes por intervenções policiais militares em serviço foram arquivados devido aos excludentes de ilicitude.

É inegável que os policiais precisam ser legalmente protegidos no enfrentamento à criminalidade violenta em defesa da sociedade e os dados da PJM evidenciam que não faltam garantias aos policiais militares paraenses. A realidade concreta contradiz os mais calorosos argumentos em favor da redução ou não aplicação de pena ao policial que agir em legítima defesa ou quando o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção¹⁷². No Pará, a extensão da proteção parece imprópria e desnecessária, pois o policial militar paraense que mata em legítima defesa própria ou de outrem, de modo algum será tratado como homicida e seguramente não será punido pela JME¹⁷³.

Mas, o elevado número de mortes por intervenções policiais (que realça a PMPA entre as mais letais do Brasil) e o triste histórico de chacinas que aflige o estado faz décadas colocam em debate os conceitos de legítima defesa e de excludentes de ilicitude,

¹⁷⁰ Foram presos em 2017, todos praças, sendo: um sargento do 24º BPM (Belém); dois cabos do 13º BPM (Tucuruí) e dois do 24º BPM (Belém); e dois soldados do 13º BPM (Tucuruí) e dois do 4º BPM (Marabá). Observa-se, majoritariamente, cabos e soldados (86,00%). Mais presos do interior (57,00%), que da capital do estado (43,00%). Por unidade policial militar, tem-se quatro do 13º BPM (57,00%), três do 24º BPM (43,00%) e dois do 4º BPM (28,00%).

¹⁷¹ Foram presos em 2018: seis sargentos, sendo um da 2ª CIME (Marabá), um da 7ª CIPM (Itaituba), um do 5º BPM (Castanhal/RMB), dois do 14º BPM (Barcarena) e um do 33º BPM (Bragança); dois cabos, sendo um do 14º BPM (Barcarena) e outro do 20º BPM (Belém); e quatro soldados, dois do 4º BPM (Marabá), um do 20º BPM (Belém) e um do 29º BPM (Ananindeua/RMB). Constata-se o equilíbrio entre sargentos e cabos/soldados. No interior do estado ocorreram o dobro de prisões da RMB, foram 4 da capital e 8 do interior. Por unidade, destaca-se o 14º BPM com três presos (25,00%), seguido pelo 4º BPM e 20º BPM iguados com dois (17,00%).

¹⁷² Cf. *Projeto de Lei Anticrime*, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, apresentado publicamente ao país em 4 fev. 2019.

¹⁷³ A atuação da justiça (militar e comum) no processamento judicial de policiais militares acusados de pertencer a grupos de extermínio e milícias, e de praticar homicídios é bem mais enérgica, conforme se constata na celeridade dos julgamentos e severidade das penas.

bem como a necessidade de se promover o exame minucioso das suas aplicações, para que esses institutos jurídicos não se configurem em verdadeiras licenças para matar que isentam de responsabilização policiais homicidas e fortalecem milícias e grupos de extermínio. Se para os bacharéis em leis, *quod non est in actis non est in mundo*¹⁷⁴, à parte do hermético mundo jurídico, há meios de se aferir a letalidade policial excessiva.

Existem basicamente três critérios recorrentemente utilizados por estudos especializados e também por agências governamentais para mensurar o uso da força letal por parte das polícias: i) a razão entre civis feridos e civis mortos em ocorrências nas quais houve o emprego de armas de fogo; ii) razão entre civis e policiais mortos; e iii) a proporção de civis mortos pela polícia, em relação ao total de homicídios dolosos (Cano, 1997; Loche, 2010; Nunes, 2018). (ZILLI, 2018, p. 73).

No caso do Pará, a mensuração do uso da força letal por parte dos policiais militares resta prejudicada uma vez que os dados da SIAC/SEGUP não informam o montante de civis feridos nas intervenções¹⁷⁵. Mas, considerando a razão entre o número de civis mortos por intervenção policial (666) e o total de policiais mortos em serviço (3), disponibilizados pela secretaria referentes ao ano de 2018, constata-se um forte indício do uso desproporcional e abusivo da força letal por policiais em serviço.

A expectativa é de que as baixas entre os policiais sejam menores, uma vez que se supõe que sejam mais bem treinados e equipados. Porém, um desequilíbrio muito forte pode apontar um uso excessivo da força. Como sugere Paul Chevigny, “quando são mortos dez ou quinze vezes mais civis que policiais, então isso sugere que a força letal da polícia pode estar sendo usada para propósitos diferentes da proteção de vidas em emergência”. (COSTA, 2014, p. 14)

A razão entre civis e policiais mortos calculada superou o limite prudencial em muito mais que “10 ou quinze vezes”. Assombrosamente, no estado do Pará, foram mortos duzentas e vinte e duas vezes mais civis que policiais em 2018. Nesse mesmo ano, a proporção de civis mortos em intervenções policiais (666) em relação aos homicídios dolosos (3.783) chegou a expressivos 17,60%.

A despeito dos graves indicativos da violência abusiva praticada por policiais militares paraenses, os mecanismos de controle da atividade policial no Pará encontram limites para cumprir sua função nos casos de mortes por intervenções policiais,

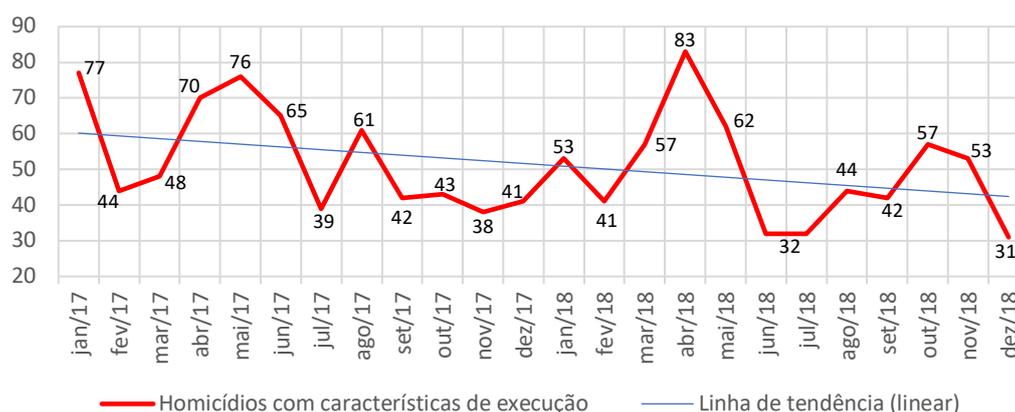
¹⁷⁴ *O que não está nos autos não está no mundo* (tradução nossa).

¹⁷⁵ RELATÓRIO GALM, 2019, p. 20.

principalmente em razão das constantes testemunhas e provas processuais que atestam juridicamente a legalidade do uso da força letal em serviço.

Em contrapartida, a atuação do poder estatal no enfrentamento às milícias e grupos de extermínio tem sido mais efetiva, com reflexos notórios na diminuição dos números dos homicídios com características de execução a partir de 2017, conforme se observa nos registros do município de Belém, do biênio 2017-2018 (ver Ilustração 16). Nesse período, foram presas 30 pessoas supostamente envolvidas com milícias no Pará¹⁷⁶.

Ilustração 16 – Homicídios com características de execução: Belém (2017 e 2018).



Fonte: SISP/SIAC/SEGUP-PA, 2019. Elaboração do autor.

Os números de homicídios podem ser mais bem compreendidos quando contextualizados à trágica realidade paraense. O ápice de execuções sumárias no ano de 2017, por exemplo, ocorre no mês em que o soldado Rafael da Silva Costa, do BPOT, foi lamentavelmente morto em serviço – conforme mencionou a ouvidora do SIEDS, Anna Lins –, no dia 20 de janeiro, durante uma perseguição aos suspeitos armados, na cidade de Belém. O crime foi sucedido da assombrosa sequência de mortes na RMB, que adentrou pela madrugada do dia 21 e totalizou 30 homicídios com características de execução em menos de 24 horas. De igual modo, em 2018, os maiores números daquele ano são observados no mês de abril, em que ocorreram os assassinatos cruéis dos cabos Ivaldo Joaquim Nunes da Silva (do Batalhão de Polícia Penitenciária – BPOP) e Ernane Rogério Silva da Costa (do Batalhão de Policiamento Especializado – BPE), ambos no dia 10, e Maria de Fátima Cardoso dos Santos (do batalhão de área 20º BPM), no dia 29.

¹⁷⁶ Em 2019, o enfrentamento às milícias e grupos de extermínio resultou na prisão de outros 29 envolvidos. A tendência de queda dos homicídios se manteve, com 184 crimes registrados de 1º de janeiro a 11 de julho.

O grave aumento do número de homicídios com características de execução imediatamente após o assassinato de policiais militares alvitra a possível vendeta de companheiros de farda, em demonstração de força. A suposição se torna incontestável quando se confere a prisão de policiais militares nas operações do sistema estadual de segurança pública lançadas contra às milícias, nos anos de 2017 e 2018¹⁷⁷, sempre acompanhadas da imediata diminuição do número de homicídios com características de execução, que se prolonga por um breve período.

Em setembro de 2017, a *Operação Cantera* resultou na prisão de 16 milicianos suspeitos de cometerem homicídios em Belém, entre eles: 3 cabos, 1 sargento e 3 soldados da ativa da PMPA. Na Figura 16, verifica-se que os meses adjacentes à operação (set., out., nov., dez./2017) registram baixos números de homicídios. No final do ano de 2018, novamente, percebe-se a marcante redução logo após a *Operação Khatarsis*, realizada em 30 de novembro daquele ano, que prendeu milicianos (incluindo 3 soldados policiais militares) implicados na morte de 9 pessoas, nas periferias da RMB, após o assassinato dos cabos Nunes e Ernane.

Nesse contexto agourento, um comentário antigo sobre a chacina ocorrida em Nova Iguaçu¹⁷⁸, no Rio de Janeiro, no ano de 2005, ganha atualidade e especial relevância.

Quando a defesa das instituições é feita pelo policial cumpridor da lei e cidadão, que felizmente há em grande número, respeitador dos direitos do outro, competente no exercício de sua profissão perigosa, podemos dormir em paz. Mas quando a civilidade é deixada ao léu das motivações da rua ou a defesa da lei e do direito é posta nas mãos de policiais que agem em nome próprio ou de grupos corporativos com interesses que escapam das razões de Estado, temos a podridão instalada no seio da sociedade e das instituições. A desordem regulando a ordem, a morte regulando a vida. **A chacina destes dias apenas nos diz que estamos presenciando também a chacina das instituições.** (MARTINS, 2015, p. 132, grifo nosso)

A reflexão do pesquisador social brasileiro José de Souza Martins acende a conclusão deste tópico, numa prévia do próximo capítulo que arregimentará importantes contribuições das ciências sociais na interpretação da letalidade policial, realçando noções,

¹⁷⁷ Em 2019, houve várias operações contra às milícias, como as operações *Ronda Noturna*, *Anonymous* e, em especial, a *Operação Kratos* que resultou na prisão de milicianos envolvidos na famigerada *Chacina do Guamá*, ocorrida nesse bairro de Belém, no dia 19.05.2019, ocasião em que 11 pessoas foram assassinadas no interior do *Wanda's bar*. No ano, foram presos 29 milicianos, incluindo 2 sargentos, 7 cabos e 9 soldados, da ativa da PMPA. Novamente, há forte redução do homicídios após as operações (cf. dados da SIAC).

¹⁷⁸ O texto original foi publicado em *O Estado de S. Paulo* (Caderno Aliás, 3 abr. 2005, p. J3) e diz respeito ao assassinato a tiros de 30 pessoas por homens fortemente armados, que estavam em dois carros e uma moto, no bairro da Posse, em Nova Iguaçu, no município de Queimados e nas proximidades da Rodovia Presidente Dutra, no Rio de Janeiro, ocorrido na noite de 31 mar. 2005 (cf. MARTINS, 2015, p. 132).

conceitos, abordagens, procedimentos investigativos, resultados, discussões e conclusões relevantes ao ajuste e refinamento do estudo, antes do seu aprofundamento em campo.

Até este ponto, buscou-se ambientar o leitor ao contexto paraense, ventilando as raízes históricas e institucionais da mortandade causada por policiais no estado do Pará, bem como as situações contemporâneas em que o fenômeno se apresenta. Autoridades públicas foram convidadas a falar abertamente sobre o tema.

Por meio da pesquisa exploratória, sobretudo de fontes indiretas, resgatou-se que o comportamento homicida de policiais paraenses, civis e militares, é antigo. Nos icônicos exemplos do passado elencados, percebe-se a conduta policial marcada por práticas de violência extrema adequadas ao *ethos* militar e a doutrina de guerra interna que distinguiram períodos autoritários da história do Brasil. As práticas abusivas não só persistiram entre grupos de policiais, chegando aos dias de hoje, como se avivaram no ambiente democrático e de respeito aos direitos humanos estabelecido na reforma da segurança pública promovida no país, tornando-as ainda mais abomináveis.

A fragilidade das instituições democráticas, ainda em amadurecimento¹⁷⁹, possibilita o revigoramento de formas antiquadas de direito e de relações políticas fundadas na legitimidade do recurso à violência extralegal. Os assassinatos cometidos por policiais justiceiros em grupos de extermínio são demonstrações fuzilantes desse arcaísmo, que de modo algum se restringe às forças estatais de segurança, bem ao contrário, manifesta-se na sociedade brasileira em todos os estratos sociais, nas interações cotidianas e nas relações domésticas. O processo de democratização da segurança pública segue em frente, acobertando as múltiplas manifestações do *Brasil tirânico*¹⁸⁰.

Sabe-se que as políticas de segurança pública e os mecanismos de controle da atividade policial influenciam a conduta individual. É esperado que políticas públicas que estimulam as forças de segurança estatais ao enfrentamento mais agressivo da criminalidade produzam mais mortes, enquanto outras voltadas à atuação policial mais humana e de mínima violência na resolução de conflitos, provavelmente, ocasionem menos. Do mesmo modo, mecanismos de controle da atividade policial inoperantes ou

¹⁷⁹ A última reforma estrutural do sistema policial ocorreu em 1969. Somente a partir do ano de 1983, foi permitido aos governos estaduais retornarem com políticas públicas de segurança pública e defesa social. Em 1988, redefiniu-se as missões constitucionais das polícias brasileiras. O ano de 1997 marca a criação da SENASP e dez anos mais tarde, em 2007, foi lançado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, do governo federal.

¹⁸⁰ Cf. MARTINS, 2015, p. 73; LENGROBER; MUSUMECI; CANO, 2003, p. 55-56.

mais permissivos, possivelmente, convergiram para o mesmo resultado funesto; o efeito será oposto, em tese, quando se estabelece o controle mais eficaz sobre os policiais.

Nesse sentido, as inovações promovidas pela política de integração da segurança pública no Pará – que almejavam a oferta universal e eficiente de proteção à população em conformidade com o respeito incondicional aos direitos humanos – e as melhorias no controle da atividade policial exercido pela CORREG/PMPA, Ouvidoria/SIEDS e PJM, sem dúvida, representam concretos avanços relacionados às garantias de direitos civis e à defesa da sociedade paraense, apesar do malogro no enfrentamento ao morticínio. As transformações estruturais e estruturantes nas organizações da segurança estatais foram expressivas e alcançaram, acredita-se, a parcela majoritária dos policiais militares¹⁸¹.

Porém, a análise de elementos contemporâneos da ação letal dos policiais paraenses permite relativizar a interveniência das políticas de segurança pública e dos mecanismos de controle da atividade policial sobre o comportamento dos indivíduos, notadamente daqueles com disposição homicida. O atual protagonismo majoritário de cabos e soldados tanto nas intervenções policiais que resultaram em mortes de civis, notado pelo GALM/CONSEP, quanto no envolvimento em homicídios com características de execução atribuídos às milícias, leva a ponderação de que os praças alcançaram maior autonomia no uso da força não apenas nas guarnições de serviço e perante a organização policial, mas notadamente fora da caserna na atividade clandestina de segurança privada.

As chacinas examinadas alvitram que, em geral, a conduta homicida policial não se resume a repentina e solitária objetivação da decisão subjetiva de liquidar violentamente alguém. Indicam uma certa ideia de pertencimento, de *espírito de corpo*, e uma racionalidade compartilhadas no ato de matar que não implicam obrigatoriamente na observância da hierarquia e possibilitam ao policial de menor posição assumir o protagonismo no emprego da força letal.

A observação da realidade empírica paraense consente presumir que os policiais que matam sejam aqueles indivíduos que não se ajustam a dupla exigência de eficiência e respeito aos direitos humanos, seja por ceticismo, discordância e/ou indolência¹⁸². Por outro lado, pressupõe-se também que os superiores hierárquicos dos policiais matadores

¹⁸¹ Talvez, as polícias militares sejam as organizações estatais que mais se transformaram ao longo do movimento de reforma democrática da segurança pública promovida no Brasil, dentre todas as demais do sistema de administração da justiça. Apesar disso, nelas, agravou-se drasticamente o uso abusivo da força.

¹⁸² Isto é, por julgarem demasiadamente trabalhoso realizar o policiamento cotidiano atendendo a dupla exigência de eficiência e respeito às leis (cf. STONE, 2002 *apud* LENGROBER; MUSUMECI; CANO, 2003, pp. 271-273).

sejam omissos (e alguns até mesmo coniventes) ou que não sabem exatamente o que fazem seus subordinados. Tais possibilidades colocam em xeque a *autoridade do comando* perante a coesão da *GU* e lançam dúvidas sobre a real capacidade das instituições policiais contemporâneas controlarem o comportamento dos seus integrantes. De tal modo, mostra-se promissor aprofundar a análise da *GU*, enquanto o principal grupo pequeno e coeso, que emprega a força letal com elevada discricionariedade no cotidiano do policiamento ostensivo, longe das vistas dos superiores hierárquicos.

O volume de mortes decorrentes de intervenções policiais da *PMPA* indica o excessivo uso da força letal, em grau alarmante. Contudo, todas as intervenções policiais militares que resultaram na morte de civis foram impecavelmente justificadas com a apresentação dos excludentes de ilicitude que respaldaram por completo a legítima defesa, resultando no arquivamento dos inquéritos. As próprias autoridades responsáveis pela fiscalização da atividade policial reconhecem os limites do controle legal.

Decerto que o exercício adequado da atividade policial exige do policial uma biografia conformada aos objetivos institucionais. Requer a adesão individual e o desenvolvimento de uma capacidade crítica frente às manifestações de conservadorismo, de afirmação de valores negativos e de violência ilegítima. Um processo permanente de construção identitária que não está isento, conforme se ressaltou, das tensões entre as injunções sociais da sujeição profissional e o subjetivismo do indivíduo. Constituir-se sujeito por si mesmo¹⁸³ parece ser um experimento bem sucedido na maioria dos policiais, cidadãos, cumpridores da lei e competentes no exercício da profissão¹⁸⁴. Mas, o exame do controle da atividade policial expõe volubilidades nesse dispositivo que delega ao indivíduo o real protagonismo na vigilância da própria conduta. Suscetível aos truques e malícias dos policiais com disposição assassina, os mecanismos de controle se mostram frágeis e reduzidos a pueril *fiscalização das narrativas*¹⁸⁵ do recorrente uso da força letal.

O ato de matar dos policiais se mostra, ao que tudo indica, fortemente influenciado por elementos simbólicos e subjetivos. A moralidade que apoia o policial matador, o elevado valor social atribuído a valentia, a inclinação pessoal para a aventura, o gosto pela violência, o prazer em matar, o medo constante que atormenta quem mora em áreas dominadas por facções ou se opõem aos interesses das milícias, a busca por distinção

¹⁸³ Cf. BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 70.

¹⁸⁴ “A luta contra o crime. Os bons policiais que existem na PM andam tristes e envergonhados com a violência praticada por seus colegas de farda. Fazem tudo para punir os maus exemplos, como fez o Tenente Cordeiro ao botar no xadrez o PM assaltante Eivaldo (foto)” (*Folha do Norte*, 31 mar. 1992).

¹⁸⁵ Cf. MEMMI, 2004, p. 146 *apud* MARTUCCELLI; SINGLY, 2012, p. 67.

social, o desejo de rápido enriquecimento pessoal, o desdém pela hierarquia e disciplina, a ausência de sentimento de culpa, a falta de empatia pelo outro e a crueldade são alguns dos aspectos que indicam a relevância da *racionalidade econômica envolvida nas mortes* e das *idiossincrasias* enquanto fatores determinantes do fenômeno investigado.

Por fim, este tópico completa a pesquisa exploratória oferecendo uma visão geral da letalidade policial no estado do Pará e, em especial, na região metropolitana de Belém. Encerra a viagem pelo *drama paraense*. Cabe ressaltar que não apenas as autoridades públicas procuram soluções para violência policial, mas pesquisadores sociais têm se dedicado ao estudo do sistema de administração da justiça e das organizações da segurança pública com o propósito de compreender e explicar as causas do uso abusivo da força pela polícia. Muitos dos notórios avanços na expansão da cidadania e da consolidação da democracia e dos direitos humanos nas sociedades modernas contaram com a valorosa contribuição de acadêmicos.

O próximo capítulo reúne teorias de estudiosos que, sob múltiplas perspectivas, buscaram compreender e explicar a violência policial que

[...] emerge e deixa de ser exclusivamente um legítimo problema social, recorrente da vida cotidiana nacional, e passa a se configurar, também, como uma legítima problemática sociológica, com seus desafios, ambiguidades e possibilidades de interpretação. (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018, p. 149).

Nessa trilha, revisitando particularmente as interpretações sobre o *uso da força* que predominam nas ciências sociais, pretende-se arregimentar ideias e considerações apropriadas à realidade do Pará e da PMPA, que possam em alguma medida auxiliar a pesquisa da ação letal dos policiais paraenses.

CAPÍTULO 3

INTERPRETAÇÕES DA LETALIDADE POLICIAL DOMINANTES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

“De fato, parece estar cada vez mais distante o tratamento da questão como um simples “caso de polícia”, estritamente ligado aos desvios de comportamento dos policiais, ou como um mero problema de eficiência dos aparelhos repressivos. O tema enquadra-se como um dos aspectos do debate sobre a expansão da cidadania, com o foco ampliado de modo a incorporar de maneira mais direta a relação entre democratização e administração da justiça.”

(Machado da Silva)

O sociólogo Luiz Antônio Machado da Silva observa que nas últimas décadas, no Brasil, a dramática intensificação da vivência coletiva de insegurança pessoal diária, principalmente das populações urbanas assombradas pela escalada da violência letal intencional, coloca em foco as dificuldades das agências de repressão ao crime e a ineficiência do processo institucionalizado de administração da justiça¹. Não apenas as autoridades estatais, mas também os cientistas sociais têm dedicado especial e crescente atenção aos problemas da segurança pública nas cidades brasileiras.

Este capítulo trata da letalidade policial enquanto questão sociológica, explorando os conhecimentos e explicações acadêmicas dominantes que contribuem para aclarar o fenômeno. Destina-se a reunião da produção intelectual de pesquisadores dedicados ao conhecimento da *polícia* e, em particular, levanta as contribuições teóricas das ciências sociais e de campos interdisciplinares sobre o *uso da força*² relacionado ao exercício da atividade policial que, acredita-se, sejam aplicáveis à realidade do Pará e da PMPA.

¹ Cf. MACHADO DA SILVA, 2004, p. 63.

² Predomina na literatura sobre o tema a utilização dos termos *uso da força* (concernindo à *violência física legítima* definida por Max Weber) e *violência policial* (significando o ato de força ilegal, ilegítima, desnecessária e abusiva). Neste estudo, empregar-se-á notadamente *ação letal* (e sinônimos: conduta, comportamento; homicida, mortal) para fazer referência específica a *prática de matar* do policial, objeto da análise na sua singular concretude, isolada de conteúdos significativos de necessidade e legitimidade.

Em complemento, outras teorias sociológicas voltadas à compreensão do comportamento humano, que não fazem parte das interpretações dominantes sobre a letalidade policial, foram recrutadas no intuito de incorporar perspectivas inusitadas que, julga-se, ampliam e enriquecem a reflexão.

Desde já, cabe ressaltar que não se trata de uma extenuante revisão da literatura. Apropriadamente, busca-se tão somente arregimentar algumas noções, conceitos e conclusões avaliadas como relevantes ao refinamento teórico da tese na construção da explicação que se pretende ao fenômeno da ação letal de policiais militares paraenses.

3.1 PERSPECTIVAS SOBRE O USO E ABUSO DA FORÇA

O exercício da atividade policial tem sido examinado sociologicamente sob diferentes perspectivas, marcadas por distintas estratégias analíticas que possibilitam variadas interpretações apresentadas em sofisticadas teorias. Sobre a diversidade de abordagens dos cientistas sociais nos estudos policiais, Jaqueline Muniz, Haydée Caruso e Felipe Freitas anotam:

Os caminhos metodológicos traçados pelos autores para construir seus mapeamentos bibliográficos foram diferentes entre si, porém neles identificam-se elementos comuns que lançam luzes sobre o processo de inserção da polícia como objeto das ciências sociais. Desses trabalhos pode-se fazer aparecer uma espécie de mito de origem da inscrição do tema no rol das preocupações intelectuais dos cientistas sociais brasileiros. Tem-se um lugar dos estudos policiais que desliza entre a descrição e a prescrição de realidades, a um só tempo, sob exame de um olhar investigativo e sob prova de um olhar interventor. Um lugar que se abre à urgência política das demandas sociais por “reforma das polícias”, e que, por isso mesmo, se insere entre a temporalidade por resultados e soluções e a temporalidade da investigação. Um lugar entre pesquisa e ação, a criar uma passagem cujos sentidos seguem nessa mão dupla que pavimenta um caminho que vai e volta de um problema social para uma problemática sociológica. (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, p. 150).

No panorama geral dos estudos policiais que foram produzidos no Brasil, entre 2000 e 2017, levantado por Muniz, Caruso e Freitas considerando marcadores identitários e os temas propostos pelos autores, do total de 400 publicações consultadas, o tema “uso da força e armamentos” aparece em 9 estudos apenas. “Como se pode notar, alguns temas são mais recorrentes, outros nem tanto” (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018, p. 165).

Para Dominique Monjardet, o que se faz como “sociologia da polícia” corresponde, genuinamente, a “sociologia dos usos sociais da força [por policiais] e da legitimação do recurso à força [policial] nas relações políticas” (MONJARDET, 2003, p. 14). A obra do autor se dedica à análise sociológica dos usos sociais da força e da legitimação do recurso à força nas relações políticas, elucidando detalhadamente o que faz a polícia no duplo sentido da expressão – empírico (descritivo) e teórico (funcional) –, considerando que a polícia é indissociavelmente: (1) um instrumento do poder, criado pela autoridade política para servir aos interesses coletivos que, por essa razão, incorpora valores sociais centrais e supõe a necessidade de mecanismos institucionais de controle para salvaguardar o respeito a esses valores; (2) uma organização detentora de competências, técnicas e saberes exclusivos; (3) mobilizada por um grupo profissional especializado, caracterizado por interesses e cultura próprios, princípios de identidade frente ao não profissional e critérios de identificação internos³. Em síntese, o autor considera que a tradição da pesquisa sociológica sobre a *polícia* tem se concentrado em três dimensões: a instituição (*os valores*), a organização (*o trabalho*), a profissão (*os interesses*).

Arthur Trindade Costa, por sua vez, classifica as contribuições das ciências sociais ao conhecimento e a explicação das polícias em três grandes grupos⁴: as que relacionam o desenvolvimento histórico das polícias ao processo de formação dos Estados nacionais; as pesquisas sobre as funções das organizações policiais; e aquelas que examinam o relacionamento da polícia com a sociedade.

Neste tópico, adotou-se um esquema análogo à classificação apresentada por Costa, mas agora para analisar especialmente as contribuições acadêmicas sobre aspectos do uso da força pela polícia, observando o modo como o fenômeno é abordado em relação ao modelo estatal de controle social, à genealogia da instituição policial e da sua mazela, o autoritarismo, e às relações entre a polícia e a sociedade que envolvem o emprego da força física e sua legitimação. Por certo que as pesquisas aqui elencadas transpassam esse enquadramento, abrangendo mais de um ou todos os prismas. A separação diz mais respeito às suas contribuições centrais que aos próprios contornos de cada abordagem teórica.

Tradicionalmente, para entender e explicar o uso da força pela polícia, os pesquisadores sociais se esteiam na definição weberiana de Estado e do monopólio estatal da *violência física legítima* exercido por meio de suas agências autorizadas. A instituição policial é apresentada como um dos mecanismos coercitivos fulcrais e pragmáticos por

³ Cf. MONJARDET, 2003, pp. 13-17.

⁴ Cf. COSTA, 2014, p. 29.

meio do qual o poder público consegue regular condutas humanas e assegurar a reivindicação do monopólio do uso legítimo da força física (PINHEIRO, 1991; MUNIZ, 1999; CALDEIRA, 2000; MONJARDET, 2003; COSTA, 2014; NUNES, 2018).

A generalização de forma estatal na superfície do planeta foi acompanhada pela estatização de instituições policiais; disso não decorre, de forma alguma que seja sempre e em toda parte, ou mesmo jamais, satisfeita totalmente a reivindicação dos Estados (direta ou por instâncias delegadas) de exercer o monopólio do uso legítimo da força física. (MONJARDET, 2003, p.13).

A ideia do monopólio da força permanece útil se entendida no sentido de que “a polícia está [...] habilitada a intervir em todos os lugares, em todos os tempos e em relação a qualquer um [...] a polícia detém o monopólio da força em relação a todos” (*ibid.*, p. 26), propõe Monjardet. A possibilidade de emprego da força está presente em toda interação social da polícia, completam Clifford Shearing e Jeffrey Leon⁵.

Para Egon Bittner, “a polícia nada mais é que um mecanismo de distribuição, na sociedade, de uma força justificada por uma situação” (BITTNER, 1990, p. 226, *apud* MONJARDET, 2003, p. 21). Na mesma direção, David Bayley conceitua as polícias como “organizações destinadas ao controle social com autorização para utilizar a força, se necessário” (BAYLEY, 1975, p. 328 *apud* COSTA, 2014, p. 36).

Noutra perspectiva alinhada ao enfoque deste estudo, Tracey Meares e Wesley Skogan atinam que “o uso da força é tão essencial para o papel da polícia que uma definição comum do termo polícia é o corpo legalmente autorizado a exercer força mortal contra os cidadãos”⁶ (MEARES; SKOGAN, 2004, p. 72, tradução nossa). Destacam a magnitude da autorização que, por conseguinte, exige da polícia padrões excepcionais para o emprego de força tão extremada; “padrões que são com muita frequência violados”⁷ (*idem*).

Sobre os excessos no uso da força, Bittner afirma que não “existe nenhum critério que possa permitir o julgamento a respeito de ter sido necessária, desejável ou apropriada alguma intervenção que utilize a força” (BITTNER, 2003, p. 129). Conforme se mostrou no capítulo anterior, a definição de parâmetros para o uso da força pelas polícias tem mobilizado o interesse acadêmico⁸.

⁵ Cf. SHEARING; LEON, 1975 *apud* BAYLEY, 2001, p. 20.

⁶ “The use of force is so integral to the police role that a common definition of the term police is the body that is lawfully authorized to exercise deadly force against citizens”.

⁷ “[...] standards that are too often violated”.

⁸ Cf. CANO, 1997; CHEVIGNY, 1991; COSTA, 2014; LOCHE, 2010; NUNES, 2018; ZILLI, 2018.

Por sua vez, Monjardet contesta as noções de *necessidade e legitimidade* contidas em formulações abstratas do mandato policial, sob a crítica de que as finalidades socialmente atribuídas ao uso da força, estabelecidas em prescrições normativas concretas e observáveis nas práticas rotineiras, deixam patente que “a polícia não é esse instrumento que intervém quando ‘*force may have to be used*’⁹ [...], mas sim quando lhe é ordenado fazê-lo, seja por uma instância que tem autoridade sobre ela ou pelo sistema de valores partilhado aqui e agora” (MONJARDET, 2003, p. 23), realçando não só a condição instrumental na distribuição de força física na sociedade, mas, principalmente, que a polícia e suas práticas estão à serviço do poder político.

Costa avalia que nas sociedades latino-americanas contemporâneas, a violência policial abusiva, especialmente as “práticas de tortura e a eliminação física de suspeitos” (COSTA, 2014, p. 17), não aparenta resultar de políticas estatais.

[...] nas novas democracias não se tem notícia de planos ou políticas desenvolvidas para conduzir tais práticas [...]. Entretanto, também não se verifica um esforço do Estado e dos governantes para coibir essas práticas violentas. Os agentes responsáveis por tais práticas em geral não são responsabilizados administrativamente, e tampouco são punidos pela justiça. Nesse caso, a regra é a impunidade. (COSTA, 2014, p. 17-18).

Em contraposição, Jaime Alves assevera que “a distribuição desigual da morte no município [de São Paulo] se constitui em uma necro-política estatal de gestão do espaço urbano e controle da população, seja por omissão seja por cumplicidade com os padrões mórbidos de relações raciais no Brasil” (ALVES, 2011, p. 108). Sua investigação sobre a violência policial, a oferta de leitos hospitalares e a distribuição espacial desigual de mortes violentas e homicídios na grande metrópole nacional ressalta a centralidade da *favela* na “economia da violência”:

[...] a favela – como uma dimensão do espaço urbano racialmente produzido – é o resultado de processos políticos conscientes, pelos quais o Estado impõe sua estratégia seletiva de contenção social, a distribuição calculada da morte em determinadas geografias delineadas por raça e classe social. Este pode ser um passo para uma agenda de pesquisa (geográfica) comprometida em desvendar as artimanhas espaciais do racismo e suas consequências letais para os grupos que carregam “o sacrilégio da cor”. (*Ibid.*, p. 130).

⁹ “força pode ter de ser usada” (tradução nossa).

Sustentando o seu argumento nos conceitos de “governamentalidade” e “necropoder” discutidos por Michael Foucault (1991) e Achille Mbembe (2016), respectivamente, Alves explica que o plano diretor do município de São Paulo e sua gestão pública dissimulam uma “necropolítica racial” que resulta em violência policial abusiva sobre as populações das favelas da cidade. Seguindo igual linha de raciocínio, Aiala Couto considera que:

As operações da polícia [PMPA] refletem sobre uma massa que está no meio das repressões violentas do Estado [do Pará], inclusive na biopolítica presente no planejamento urbano que criou espaços segregados sujeitos ao controle do narcotráfico, onde surgem redes da economia do crime, espaços sujeitos, também, às intervenções dos grupos de extermínio ou milícias, constituindo-se, assim, uma necropolítica motivada pelo próprio Estado. (COUTO, 2017, p. 250).

Apoiado no mesmo suporte teórico-conceitual, Couto explana que as políticas estatais voltadas ao desenvolvimento urbano da cidade de Belém concorreram para o estabelecimento da rede de poder, ou melhor, em suas palavras, “do necropoder imposto pelo narcotráfico, pelas narcomilícias e pelo próprio Estado, na busca de legitimação no controle dos territórios” (COUTO, 2017, p. 250), que segundo o autor, chacina “jovens da periferia, em sua maioria negros em situação de vulnerabilidade social, [...] constantemente sob a mira dos revólveres de milicianos e sob o assédio constante de narcotraficantes” (*ibid.*, p. 251), ao que ele considera como a política da morte (*necropolítica*) na Grande Belém.

A valer, parece pouco provável se constatar empiricamente nas sociedades democráticas hodiernas, como é o caso do Brasil, a existência de políticas públicas pautadas por metas claras e definidas estrategicamente pelo Estado, com o objetivo manifesto de promover a tirania policial; o próprio efeito de divisão social que tem o trabalho policial – *em virtude de sua distribuição ecológica* – é, segundo Bittner, um dos seus traços estruturais característicos que independe de definições normativas¹⁰. Sobre esse tema, Martha Huggins pondera que:

Na virada do segundo milênio, as atrocidades visivelmente patrocinadas pelo Estado no Brasil podem parecer apenas um pálido reflexo da limpeza étnica e política e outros tipos de violência de grande escala, frequentemente genocidas, em lugares como a Guatemala, Timor Leste, Ruanda, Sudão,

¹⁰ Para Egon Bittner, o trabalho policial é assinalado por três traços que são determinantes estruturais: “seu caráter de ocupação corrupta, que busca soluções imediatas para problemas humanos complexos, e que tem, em virtude de sua distribuição ecológica, um efeito de divisão social [...]” (BITTNER, 2003, p. 105).

Bósnia, Kosovo e na Chechênia. A extensão e o alcance da violência nesses países – com a sua brutalidade crua, seu contexto militar, e com maus tratos e assassinatos de civis pelo Estado e por paramilitares abertamente patrocinados pelo Estado – fazem a violência contemporânea, em tempos de paz no Brasil, ou mesmo durante seus 21 anos (1964-1985) de ditadura militar, parecer muito menos significativa e digna de nota. (HUGGINS, 2010, p. 541).

Essa suposição insinua a “tese questionável”, diz a pesquisadora, de que o problema brasileiro é menos importante. Todavia, ressalva, “a validade dessa proposição não pode ser considerada sem serem examinadas a extensão e a natureza da violência no Brasil, onde a violência interpessoal é prevalente e dramática, embora seja disfarçada por ser seletiva quanto à etnia e à classe social e geograficamente concentrada” (HUGGINS, 2010, p. 541). Os recentes posicionamentos de autoridades estatais brasileiras acerca do enfrentamento ao narcotráfico, ora alçado ao estatuto de *guerra legítima*¹¹, reforçam ainda mais a relevância das reflexões sobre a “política da morte” – o poder soberano do Estado decidindo quem morrerá e quem deixará viver – aventadas por Alves e Couto. São perspectivas importantes que mantêm a necessária vigilância sobre o possível surgimento de governos e leis que legitimam a intolerância e a segregação sociorracial, e que atualizam o alerta de Hanna Arendt (1989; 1999) sobre a capacidade destrutiva da burocratização da vida pública como a maior ameaça às sociedades democráticas: a temível “banalidade do mal”.

A relação entre o modelo estatal de controle social e as práticas policiais rotineiras precisa ser melhor compreendida, analisa Costa, uma vez que o funcionamento das polícias guarda relação direta com o modelo específico de controle social, que varia de Estado para Estado, e implica não só nas práticas policiais formais (prescritas em estatutos, regulamentos e manuais), mas também nas informais (na cultura institucional). Quanto

¹¹ A exemplo da “política de abate de criminosos” anunciada pelo atual governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (Partido Social Cristão – PSC), acirrou o debate sobre o uso da força letal pela polícia. Empossado em 1º jan. 2019, o novo governador afirmou que tratará os traficantes como narcoterroristas: “O protocolo é claro: se alguém está com fuzil, tem que ser neutralizado de forma letal imediatamente [pelos atiradores da polícia]” (*Veja*, 10 abr. 2019). A proposta faz lembrar do ex-governador Marcello Alencar (PSDB) e seu secretário estadual de segurança pública, o general da reserva Nilton Cerqueira Júnior, que entre 1995 e 1998, instituiu o Decreto Estadual 21.753/1995, estabelecendo a popularmente conhecida “gratificação faroeste”, um bônus salarial outorgado aos policiais cariocas que participassem de operações “demonstrando alto preparo profissional ao agirem com destemida coragem para alcançar o sucesso das missões” (cf. Decreto Complementar da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, RJ, fev. 1998). “Após a introdução da gratificação faroeste, o tráfico de drogas não diminuiu, e os números da violência, incluindo o de polícias mortos, aumentaram. Um relatório produzido em 1997 pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), coordenado por Cano, mostra que em 1993, 456 pessoas haviam morrido em 656 episódios de intervenção policial. Entre janeiro de 1995 e julho de 1996, durante a administração de Cerqueira na Segurança Pública, 486 pessoas morreram em 536 episódios” (*Carta Capital*, 8 set. 2018). Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/gratificacao-para-policiais-aumentou-violencia-no-rio-nos-anos-1990/>>. Acesso: 2 ago. 2019.

mais central forem o papel da polícia no controle social e o uso da força como poder coercitivo, maior será a possibilidade de conflito na aplicação da lei num regime democrático, a tensão do dilema entre a lei e a ordem¹². Para Jacqueline Muniz, essa tensão

[...] expressa a própria condição de possibilidade da emergência da polícia como um meio de força singular, cujos doutrina, missão, competências e procedimentos de tomada de decisão são, constringidos pelo estado de direito, radicalmente distintos das forças combatentes da sociedade. As agências policiais resultam do encontro original e sutil de aspectos do mundo político nem sempre conciliáveis na ordem prática, como o monopólio legítimo do uso da força, a esfera de ação legal e o consentimento dos cidadãos. Diferentemente do que se pode, à primeira vista, imaginar, as agências policiais encontram sua razão de ser exatamente na arte de fazer convergir, em nível operacional, esses elementos por vezes conflitantes. (MUNIZ, 1994, p. 21-22).

Ao analisar a dramática expansão e intensificação do policiamento nas sociedades democráticas capitalistas, nas últimas quatro décadas, Alex Vitale afirma que o atual problema da violência policial abusiva consiste no *policiamento em si*, pois o modelo contemporâneo segue a “abordagem neoconservadora que protege e reforça a privação de direitos políticos, sociais e econômicos de milhões de pessoas que são fortemente controladas pelo policiamento agressivo e invasivo ou armazenadas em celas e prisões”¹³ (VITALE, 2017, n. p., tradução nossa).

Monjardet realça que se conhece o suficiente da polícia quando se sabe a que poder ela está subordinada e considera que dois eventos complicaram consideravelmente a relação entre o poder, a polícia e a sociedade. O primeiro é a invenção da “democracia” que instaurou a transcendência do uso da força, no sentido de que ela passou a encontrar sua significação não mais na vontade do soberano, mas sim na “legalidade e legitimidade de valores instituídos” (MONJARDET, 2003, p. 293).

Sendo a polícia um instrumento do poder político destinado a servir aos interesses coletivos, por tal razão, ela incorpora valores sociais centrais e supõe a necessidade de mecanismos de controle para salvaguardar o respeito a esses valores, esclarece Costa. A implantação dos mecanismos de controle depende das relações entre a polícia, a sociedade civil e a sociedade política. Em sua opinião,

¹² Cf. SKOLNICK, 1994, p. 6 *apud* COSTA, 2014, p. 37.

¹³ “This neoconservative approach protects and reinforces the political, social, and economic disenfranchisement of millions who are tightly controlled by aggressive and invasive policing or warehoused in jails and prisons”.

A atividade policial é moldada por mecanismos de controle institucional que apontam o papel das polícias na estrutura de controle social. Tais mecanismos incluem códigos penais e de processo penal, leis orgânicas, cadeias de comando, regulamentos internos, órgãos de supervisão externa e interna do sistema de justiça. (COSTA, 2014, p. 62).

São esses mecanismos de controle “que conferem discricionariedade aos policiais em determinados assuntos, limitam seu poder em relação a outros, bem como estabelecem sua organização, seu treinamento, sua avaliação e sua supervisão” (*idem*). Logo, conclui Costa, “a persistência de práticas violentas por parte das polícias é resultado da fragilidade dos mecanismos institucionais de controle da atividade policial” (*ibid.*, p. 28), em especial, nas situações em que o controle social se assenta principalmente no aparato repressivo estatal das polícias.

A consequência da centralidade atribuída ao papel coercitivo da polícia no modelo estatal de controle social e a fragilidade dos mecanismos institucionais de controle da atividade policial, apontadas por Costa, vão ao encontro do segundo complicador da relação *poder-polícia-sociedade* elencado por Monjardet: a “racionalização burocrática” que transformou a polícia numa organização complexa marcada pela inércia e opacidade, que acoberta em “zonas de sombra” práticas autoritárias institucionalizadas desfavoráveis aos processos de reforma da organização policial¹⁴.

O problema aqui é considerar como se dá o processo de transformação social e política. Ao considerar a polícia como mero instrumento do Estado, desconsideramos a possibilidade de um descompasso entre as transformações na estrutura socioeconômica e as mudanças no aparato policial. Não necessariamente as mudanças sociais e econômicas fazem-se sentir em todo o aparelho estatal. É possível, por exemplo, que parte do aparato estatal continue se comportando a partir de valores e dentro de uma estrutura, preexistentes a tais mudanças. (COSTA, 2014, p. 46).

As “dificuldades [que atrapalham a reforma da polícia] não se resumem simplesmente à vontade individual, mas surgem também do processo cognitivo de institucionalização dessas práticas [extralegais]”, escreve COSTA (p. 75). Sobre a internalização de práticas operativas, Marcos Luiz Bretas nota que a polícia é uma “organização imperfeitamente constituída, condicionada pelos limites da técnica e dos investimentos em segurança realizados no período, buscando construir em sua atividade cotidiana nas ruas o modo operativo que vai caracterizá-la” (BRETAS, 1997, p. 33). Nessa

¹⁴ Cf. MONJARDET, 2003, p. 293.

autoconstrução, quando o uso desproporcional e abusivo da força letal passa a ser tipificado reciprocamente por diferentes atores e partilhado no grupo social como uma ação habitual¹⁵, logo, que não carece de atenção especial, restará *institucionalizada* a opressão policial.

3.2 O PODER DAS FORÇAS SITUACIONAIS

Por outro ângulo, os processos sociopsicológicos e organizacionais são investigados por Martha Huggins, Mika Haritos-Fatouros e Philip Zimbardo (2006) na pesquisa sobre atrocidades cometidas por “policiais operários da violência no Brasil” – indivíduos selecionados, treinados como assassinos e torturadores, e designados para perpetrar o mal sancionado pelo Estado brasileiro –, à época dos governos militares (1964 a 1985). Os pesquisadores propõem que o conhecimento sobre a dinâmica organizacional e operacional das torturas e execuções sumárias cometidas no passado, por meio do exame das brutalidades policiais no “Brasil militar”, pode ser aplicado com valor considerável na análise das causas da truculência policial e do apoio que ela recebe noutros contextos sociais, políticos e históricos, como nos *massacres do Carandiru*¹⁶ e da *Candelária*¹⁷ ocorridos no Brasil ou em episódios acontecidos nos Estados Unidos da América.

Mesmo quem vive em contextos democráticos pode ser tentado a dar força de lei a tais processos imorais e até mesmo ilegais e aplicá-los sempre que haja pressão política e social para resolver a criminalidade, eliminar a subversão ou lidar com ameaças terroristas. A possibilidade de que se instaure uma dinâmica totalitária que envolva cidadãos comuns “espectadores”, facilitadores de atrocidades que não são diretamente violentos e perpetradores da violência direta é de fato um risco que existe para as democracias. Se não reconhecermos os caminhos traçados pelo passado e não identificarmos paralelos perturbadores no presente, estaremos fadados a reencontrar seus mais funestos resultados. (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 34-35).

A pesquisa chamou particular atenção em razão da sua questão central – “Por que homens comuns torturam e assassinam em nome do Estado?” (HUGGINS; HARITOS-

¹⁵ Cf. BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 77.

¹⁶ Em 2 de outubro de 1992, unidades de elite da Polícia Militar do Estado de São Paulo interviram no presídio do Carandiru, onde presos se rebelaram, matando a tiros cento e onze detentos, “em sua maioria já subjugados e de joelhos” (Huggins; Haritos-Fatouros; Zimbardo, 2006, p. 27).

¹⁷ Altas horas da noite de 23 de julho de 1993, “nove policiais de folga e seus companheiros justiceiros dispararam de seus carros sobre uma multidão de 72 crianças de rua que estavam dormindo, como costumavam fazer, diante da Candelária, a Catedral do Rio de Janeiro” (*ibid.*, p. 28).

FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 37) – e da abordagem compreensiva que buscou interpretar o fenômeno segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação. Foram entrevistados, no ano de 1993, vinte e três policiais civis e militares que estavam na ativa nos tempos dos governos militares. Catorze deles – denominados de “operários da violência” – assumiram ter praticado tortura ou cometido assassinatos, enquanto integravam unidades policiais especiais ou esquadrões da morte; os outros nove são tratados como “facilitadores” das atrocidades. Os *operários da violência* foram categorizados em dois tipos, de acordo com o trabalho violento: “torturadores” e “executores” (*idem*). Em razão do interesse peculiar deste estudo, dedicou-se mais atenção às informações que tratam do segundo tipo.

A abordagem compreensiva consistiu no exame de como os operários da violência descrevem suas carreiras, das suas explicações ao comportamento policial e das autojustificações para a violência cometida, com o propósito de aclarar “como chegaram a perpetrar atrocidades e quais as possíveis consequências pessoais que carregam consigo durante todos esses anos de violência patrocinada pelo Estado” (*ibid.*, p. 38).

A análise das biografias, a partir das entrevistas, entrelaçou certos padrões que, segundo os pesquisadores, estruturam as vidas dos *operários da violência*. Os padrões inter-relacionados identificados foram organizados a partir de cinco temas presentes nas narrativas dos entrevistados, são eles: o “sigilo” (presença permanente, nas biografias e no desenrolar da pesquisa); o “fechamento ocupacional”, o “isolamento pessoal” e a “fragmentação organizacional” (os três padrões que “normalizam a reflexão moral a respeito da atrocidade pela eliminação de parâmetros éticos e legais”); e as “mudanças no Estado brasileiro”, tema que permeia todos os demais.

Dentro desse sistema de sigilo, fechamento ocupacional, isolamento pessoal e fragmentação organizacional, cria-se um clima que estrutura vigorosamente não só o “negócio” da violência estatal, como também a responsabilização por ela. (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 39-40).

Deixando de lado explicações fundadas na personalidade patológica ou na psique anormal, Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo buscaram compreender e explicar como homens simples e normais se tornam policiais perpetradores do mal à serviço do Estado opressor centrados na análise um grande número de processos sociais, localizados em sistemas mais amplos, que tiveram papel na trajetória dos sujeitos investigados. São os processos normalizadores, modeladores do comportamento.

Encrustadas em cenários políticos históricos e emergentes, as burocracias estatais defendem e põem em prática imperativos ideológicos de seu regime. Outorgam poder a estruturas de autoridade para permitir e estimular o surgimento de uma multiplicidade de organizações que auxiliam a operar os diversos grupos sociológicos e mecanismos organizacionais importantes. No decorrer do processo, esses sistemas organizacionais burocráticos dão origem a uma série de variáveis sociopsicológicas que modelam os valores, as ideias, as percepções e os comportamentos de funcionários e agentes no interior de cada um dos sistemas. Seus comportamentos possuem consequências ao mesmo tempo desejáveis e indesejáveis para os próprios atores, para seus diretores, para seu público e para suas vítimas no “gênero teatral” do trabalho de tortura e execução [...]. (*Ibid.*, p. 437).

Esses processos normalizadores foram organizados em três categorias (*histórica e política; sociológica e organizacional; e sociopsicológica*) que “às vezes atuam uma de cada vez, às vezes sequencialmente, às vezes sincronicamente, criando andaimes que fazem outras forças modeladoras atuar mais eficientemente” (*idem*). Os processos sociais, psicossociais e organizacionais elencados na pesquisa, a bem dizer, compreendem parte expressiva das causas de excessos no uso da força pela polícia apontadas nas interpretações dominantes nas ciências sociais, motivo pelo qual se fará uso dela como uma espécie de fio condutor lógico na organização das opiniões dos demais estudiosos consultados¹⁸.

Ao examinar as *influências históricas e políticas*, Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo destacam que a tortura e a execução extrajudicial, no Brasil, não começaram em 1964. “Há muito fazem parte história brasileira, tipicamente no tratamento violento infligido aos pobres e aos politicamente suspeitos”. Esse tipo de violência também esteve presente no Estado Novo, “durante o regime pré-corporativista e semifascista de Getúlio Vargas” (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 438). Mas, consideram que a “amplitude e intensidade e sua justificação pela ideologia da ‘segurança nacional’, bem como o desenvolvimento de complexas estruturas organizacionais de apoio para a execução mais eficiente da repressão patrocinada pelo Estado”, que caracterizam o “reinado dos militares, de 1964 a 1985”, sobressaem-se quando comparados “a violência patrocinada pelo Estado contra seus cidadãos, anterior e posterior a ele” (*idem*).

Durante o “Brasil militar”, o fundamento político que deu suporte as atrocidades policiais contra os “inimigos do Estado” tinha suas raízes na doutrina da segurança nacional, que exibia aos envolvidos no “trabalho sujo do Estado” a mensagem de que

¹⁸ As explicações sobre a violência policial propostas por Alves (2011), Couto (2017), Skolnick (1994), Vitale (2017) e Costa (2014), apresentadas nos parágrafos anteriores, também se enquadram no que se entende como o conjunto das interpretações sociológicas que dominam o debate sobre o tema.

aquela violência era imperiosa e apropriada. “A repressão não era só ideologicamente justificada, mas também legalmente sancionada e apoiada operacionalmente por organizações e esquadrões especializados de segurança interna” (*ibid.*, p. 440).

Sobre os antecedentes da violência policial no Brasil, Julita Lemgruber, Leonarda Musumeci e Ignacio Cano notam que muito embora o período autoritário recente seja identificado como “a origem mais próxima de várias das atuais mazelas das nossas instituições de segurança pública”, há, concretamente, “evidências históricas que apontam raízes muito mais antigas e profundas para o arbítrio policial militar” (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003, p. 52). Fazendo referência as obras de Thomas Holloway (1997) e Antônio Luiz Paixão (1998), acrescentam que há outra *vertente explicativa*, apoiada em fatos históricos da formação das polícias brasileiras desde o período colonial, destacando que “essas instituições, aqui, sempre foram concebidas como instrumentos para a segurança do Estado e das classes dominantes, não do conjunto dos cidadãos” (*ibid.*, p. 53).

Nessa perspectiva, o historiador Thomas Holloway esclarece que para atender a necessidade da Coroa Portuguesa recém transferida para o Brasil de dispor, na nova colônia, de uma força permanente capaz de responder às situações de emergência – uma vez que, mesmo sendo possível convocar as tropas do Exército Real, nos fortes e quartéis, elas poderiam estar indisponíveis para as funções policiais durante longos períodos, por se encontrarem ausentes em treinamento ou em campanha – foi criada a *Guarda Real*, em maio de 1809, aos moldes da instituição de Lisboa. A missão permanente da nova instituição policial militar era manter a ordem pública através do policiamento ininterrupto do espaço público do Rio de Janeiro¹⁹.

Seus oficiais e soldados provinham das fileiras do Exército regular e, como tropas militares, recebiam apenas um estipêndio simbólico, além de alojamento e comida nos quartéis e do uniforme. [...] escolhidos a dedo em função do tamanho e da truculência, batiam em qualquer participante (das reuniões de pessoas comuns, na maioria escravos, que confraternizavam, bebiam cachaça e dançavam ao som de músicas afro-brasileiras até tarde da noite), vadios ou tratantes que conseguissem capturar. (HOLLOWAY, 1997, p. 48-49).

O breve exame da história da Polícia Militar do Pará, genealogicamente dirigido no sentido foucaultiano, isto é, que não tem por fim reencontrar as raízes de uma suposta identidade coletiva, e sim revelar as discontinuidades que a atravessam²⁰, percorre um

¹⁹ Cf. OLIVEIRA NETO, 2004, p. 22.

²⁰ Cf. FOUCAULT, 1979, p. 34-35.

conjunto de “dispositivos”²¹ afim aos das suas coirmãs estaduais, instituições que igualmente experimentaram a longa participação em batalhas.

Dos primórdios da colonização, no século XVI, onde forças paramilitares privadas – compostas, principalmente, por criminosos sentenciados à pena de degredo e ao alistamento compulsório nas milícias do *Estado do Maranhão e Grão-Pará*²² – foram organizadas para a ocupação e proteção das terras portuguesas no Novo Mundo, às primeiras unidades de cavalaria, infantaria e artilharia de linha formadas inicialmente por militares profissionais portugueses e, depois, completadas por soldados paraenses, pode-se dizer que os primeiros séculos da história das forças de segurança no Pará são assinalados por sua destinação quase exclusiva à defesa militar do território e dos interesses políticos do Reino de Portugal e Algarves, a exemplo da tomada de Caiena, em 1809, pela força expedicionária anglo-portuguesa majoritariamente constituída por tropas do Grão-Pará²³, determinada pelo príncipe regente Dom João Maria de Bragança (futuro rei D. João VI) em retaliação às hostilidades de Napoleão Bonaparte que forçaram a vinda da família real e da nobreza portuguesa ao Brasil, um ano antes²⁴. Os bravos soldados paraenses do contingente militar português permaneceram ocupando a capital da Guiana Francesa por quase uma década²⁵.

Nos séculos seguintes, apesar da criação e extinção de inúmeras unidades²⁶ – sobretudo policiais militares, mas também guardas civis – destinadas ao policiamento

²¹ Michel Foucault emprega o termo “dispositivo” para demarcar “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1979, p. 244).

²² No ano de 1621, o território da América Portuguesa foi dividido por D. Felipe III, Rei de Portugal e Algarves, em duas unidades administrativas autônomas: o Estado do Maranhão, ao norte, e o Estado do Brasil, ao sul. Em 1654, o estado do norte passou a se chamar *Estado do Maranhão e Grão-Pará* (cf. SANTOS, 2008, p. 32).

²³ O historiador Luis Felipe de Castilhos Goycochêa discorre sobre a composição das tropas que atuaram na tomada de Caiena: “Tem-se, destarte, que à exceção da fragata inglesa e dos brigues portugueses mandados do Rio de Janeiro, todos os elementos integrantes da expedição militar que primeiramente restabeleceu a soberania portuguesa até ao Oiapoque ou Vicente Pizon, e mais tarde assenhoreou-se de toda a Guiana Francesa, foi do Pará, quer o elemento humano, os soldados, que na maioria era natural dessa capitania, quer o elemento material, os navios de guerra e de transporte, que pertenciam ao governo local ou que pelo menos foram fretados aos negociantes de Belém e adjacências. Apenas os oficiais de maior graduação eram portugueses” (GOYCOCHÊA, 1979, p. 393 *apud* MELO, 2010, p. 64-65).

²⁴ Cf. SOUZA, 2001, p. 87.

²⁵ Cf. MELO, 2010, pp. 64-68.

²⁶ O *Corpo de Polícia Correccional e Preventiva* (1818) foi a primeira força pública do Pará, de acordo com as pesquisas históricas de Antônio Baena (1969) e Dantas de Feitosa (1994). Distintamente, o historiador Orvácio Marreca (1940) anota: *Corpo de Polícia* (1820); *Guarda Militar de Polícia* (1822); *Guarda Cívico-Militar Voluntária de Cavalaria* (1823); *Corpo de Municipais Permanentes* (1831); *Esquadrão de Cavalaria Provincial* (1838); *Corpo de Polícia* (1840); *Corpo Provincial de Caçadores de Polícia* (1841); *Corpo de Polícia* (1840); *Corpo de Voluntários da Pátria* (1865); *Guarda Nacional* (1865); *Corpo de Polícia Paraense* (1867); *Guarda Urbana* (1867); *Corpo Militar de Polícia* (1885); *Corpo Provisório de*

urbano das principais cidades do estado para proteção da fidalguia assombrada pelas *classes perigosas*²⁷, as forças policiais militares paraenses se mantiveram ativamente belicosas, sendo repetidamente empregadas na supressão violenta de movimentos revoltosos que ameaçavam o poder político central, como a *Cabanagem* (1835-1840), no Pará, a *Revolução Praieira* (1848-1850), em Pernambuco, e *Guerra de Canudos* (1896-1897), no árido sertão baiano. Tropas paraenses combateram em Itororó, Perebebuí, Lomas Valentinas, Chaco, Curuzu e Humaitá, na *Guerra do Paraguai* (1864-1870)²⁸. Confrontaram ainda, em 1924, na cidade paraense de Óbidos, o braço armado do movimento tenentista liderado pelo então tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata²⁹, que pretendia depor o governador Souza de Castro e tomar o poder estadual³⁰.

Em decorrência direta da Revolução Constitucionalista de 1932, a força pública paraense foi forçada a se amoldar ao rasgo centralizador do Estado Novo que subordinou os militares estaduais ao Exército brasileiro, na condição de forças reservas. A subordinação se manteria nos governos militares de 1964 a 1985, somada ao novo papel atribuído às policiais militares de responsáveis pelo policiamento ostensivo na manutenção da ordem e segurança interna³¹. Uma nova guerra passou a ser travada diariamente nas ruas das cidades brasileiras, desta vez contra o inimigo interno comunista, a criminalidade violenta e os traficantes de drogas ilícitas.

Linha (1889); *Força Pública/Corpo de Infantaria e Cavalaria* (1891); *Regimento Militar do Estado* (1894); *Brigada Militar do Estado* (1897); *Regimento Militar do Estado* (1899); *Brigada Militar do Estado* (1905); e *Polícia Militar do Pará* (1935).

²⁷ No Brasil, a aristocracia branca escravocrata, impressionada por notícias da brutal Revolução Haitiana (1791-1804), temia a possibilidade da insurgência da população mestiça e de ascendência africana que, em muito maior número, povoava as cidades (cf. CHALHOUB, 1990, p. 192-193). Nesse contexto, no Estado do Pará, o *carimbó* (dança e música originalmente paraense) e outras práticas musicais da população negra passaram a sofrer medidas de controle e repressão policial, e sua manifestação, por conseguinte, caracterizou-se como uma forma de resistência. A repressão às práticas musicais da população negra é atestada nas leis proibitivas presentes nos códigos de posturas das câmaras municipais, p. ex.: Lei nº 1.208, de 5 de maio de 1880, o “Código de Posturas de Belém” (Coleção de Leis da Província do Grão-Pará, Tomo XLII, Parte I); Lei nº 1.162, de 12 de abril de 1883, o “Código de Posturas da Câmara Municipal de Vigia” (*ibid.*, Tomo XLV, Parte I, pp. 148-178). A repressão perdurou até os anos 60 do século XX. Para saber mais, ler: “O carimbó e a repressão da cultura popular de base afro-brasileira”, na tese de MESQUITA (2014, pp. 92-102).

²⁸ O *ethos guerreiro* da PMPA é exaltado na *Ordem do Dia* de 25 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/2017/SETEMBRO/2017_09_20-be02b.pdf>. Acesso: 25 set. 2019.

²⁹ Em 1930, Magalhães Barata, desta feita general e interventor no Estado do Pará, em seu primeiro ato de governo, determinou a extinção da Brigada Militar, em represália a sua derrota e prisão por militares estaduais paraenses, na cidade de Óbidos, em 1924. A Polícia Militar do Pará somente seria recriada cinco anos mais tarde (cf. MORAES REGO, 1981, pp. 154-164).

³⁰ Cf. FEITOSA, 1994, n. p..

³¹ A última grande reforma estrutural do sistema policial brasileiro ocorreu em 1969, por meio dos Decretos-lei nº 667 e 1.072/ 1969, que atribuem a exclusividade do policiamento ostensivo fardado às polícias militares, e proíbem os estados de criarem outra organização policial uniformizada.

Somente a partir de 1983, foi permitido aos governos estaduais retornarem com políticas públicas de segurança pública e defesa social. Restituída a democracia, redefiniu-se as missões constitucionais das polícias brasileiras em 1988. No ano de 1997, o governo federal cria a SENASP e, em 2007, lança o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Nesse período, significativas inovações foram promovidas pela *política de integração da segurança pública* no Pará, de 1995 a 2018, almejando a oferta universal e eficiente de proteção à população, em conformidade com o respeito incondicional aos direitos humanos. Os avanços relacionados às garantias de direitos civis e à defesa da sociedade paraense foram notórios, apesar do malogro no enfrentamento ao morticínio³².

Todavia, incrustrado inconvenientemente na aura democrática irradiada no país, o espírito autoritário ancestral perdurou no tempo, chegando aos dias atuais. Acrescenta Roberto Kant de Lima que “reforçado, no Brasil, seja pelos valores de nossa cultura judiciária, seja pelo ethos militar que tem definido a atuação das polícias militares, tanto antes de 1964, quanto depois desta data” (KANT DE LIMA, 2002, p. 207). Nessa acepção, Lemgruber, Musumeci e Cano ressaem a nota de Paulo Sérgio Pinheiro sobre o legado do autoritarismo arcaico.

Atravessando todos os tipos de regime políticos, os órgãos de segurança pública sempre teriam funcionado num “regime de exceção paralelo”, gozando de poderes extralegais e ampla margem de autonomia, independente de qual fosse o arcabouço jurídico formal em vigor. (PINHEIRO, 1991 *apud* LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003, p. 53).

Do mesmo modo, Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo notam que “tem havido no Brasil uma continuidade ao longo do tempo no uso da violência para controlar multidões, para inspirar temor, para obter recursos e para demonstrar o poder e a autoridade do Estado ou de suas forças militares e policiais” (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 438). Um legado que assinala o “arranjo institucional” e a “dogmática policial militar”, autorizando que “estratégias violentas de controle da ordem fossem sendo assumidas, reproduzidas e institucionalizadas no cotidiano de trabalho dos policiais” (NUNES, 2018, p. 17), notadamente em unidades como a ROTA, da PMESP, ou a PATAM, da PMPA. Tal entendimento é compartilhado por respeitadas pesquisadores sociais (ADORNO, 1996; BRETAS, 1997; CALDEIRA, 2000; CANO, 1997; COSTA, 2014; HOLLOWAY, 1997; KANT DE LIMA, 1995;

³² Cf. OLIVEIRA NETO, 2004, pp. 43-55.

LEMGRUBER, 2003; MINGARDI, 2001; MIRANDA, 2000; MISSE, 2011; MUNIZ, 1999; MUSUMECI, 2003; PAIXÃO, 1982; PINHEIRO, 1991; PONCIONI, 1999; SAPORI; SOUZA, 2001; SOARES, 2000; ZALUAR, 1999; ZAVERUCHA, 2005) que também enxergam, cada qual ao seu modo, traços de heranças despóticas nas práticas abusivas contemporâneas das polícias brasileiras.

A segunda categoria de *influências sociológicas e organizacionais* apontadas como determinantes do comportamento dos operários da violência compreende “os processos institucionais e grupais que tiveram papel na transformação de policiais brasileiros comuns em perpetradores de atrocidades”. Os pesquisadores explicam que a preliminar transformação das unidades policiais em “burocracias institucionais militarmente controladas”, seguida da divisão, compartimentalização e taylorização do trabalho de repressão (captura, interrogatório e execução), instituíram um “processo segmentado que permitia aos operários da violência que remodelassem a própria consciência para não reconhecerem a repugnância moral de seu comportamento coercitivo” (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 442-443).

Nessa violenta linha de montagem da repressão, a probabilidade de alguém ser um tipo determinado de perpetrador de atrocidades – torturador ou assassino – era função, em grande parte, do tipo de unidade policial para a qual fosse designado. Essas designações raramente constituíam escolha pessoal, mas eram distribuídas ao acaso, ou por ser o indivíduo reconhecido pelos oficiais como “confiável”, ou como possuidor de algum talento especial que seria útil para um departamento específico ou para um funcionário de alto escalão. (*Idem*).

Os policiais militares neófitos designados às unidades especiais de repressão aprendiam informalmente, “por meio de atmosferas de socialização para o trabalho”, e também em treinamento formal, a identificar e a se proteger contra o “perigo difuso” e sempre presente que ameaçava a segurança nacional.

Não só deviam estar prevenidos contra o perigo durante suas missões, mas também ao avaliar as reações de seus parceiros diante de perigos potenciais. Suas vidas podiam ser postas em risco por um companheiro que estivesse por demais interessado em salvar a própria pele ou fosse insensível demais a ameaças, ou de reações demasiado lentas, ou simplesmente despreparado para agir violentamente quando a violência fosse necessária. (*Ibid.*, p. 443).

Para Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo, entre os policiais, a ansiedade associada a crença num perigo real, imediato, onipresente e generalizado, e a socialização

para desconfiar uns dos outros e de todo mundo, criavam a atmosfera hostil e paranóica propícia às desumanidades. No “clima de atrocidades”, a compaixão não era permitida e o operário da violência deveria “aprender a anular as próprias emoções para ser capaz de agir sem sentimento. Com exceção da cólera e do rancor, devia-se desconfiar das emoções como sinais de fraqueza ou vulnerabilidades potenciais” (*idem*).

Nas unidades especiais da polícia, o ambiente do trabalho concorria para “rebaixar os limiares relativos às atrocidades”. O apoio grupal e as recompensas sociais pelo uso da força abusiva “eram ao mesmo tempo o meio e a mensagem do currículo de aprendizagem” (*ibid.*, p. 444). As violentas missões policiais – que, por vezes, consistiam em execuções “de tiro rápido” de supostos inimigos do Estado brasileiro – “aumentavam a solidariedade no interior do esquadrão, instaurando orgulho no drama das ações intensas que compartilhavam por uma causa comum” (*ibid.*, p. 445). Por sua vez, o treinamento formal, preparatório e seletivo, conferia aos policiais habilidades basilares que sistematizavam e modelavam a violência como útil e aceitável. Tornava-os eficientes na prática da barbárie.

Os pesquisadores presumem que seria mais provável ao policial militar se tornar assassino que torturador “em grande medida em razão da jurisdição de sua corporação” (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 445) e destacam que o rigoroso adestramento ao qual estavam sujeitos “fomentava uma mentalidade que habituava os homens à própria dor e ao sofrimento de outras pessoas. [...] Não há espaço para as emoções ‘não masculinas’ de compaixão, ternura, preocupação ou empatia com as juras ou apelos de uma vítima” (*ibid.*, p. 445-446). Em adição, igualmente forjada no treino duro, a “obediência irrefletida à autoridade, torna-se princípio operacional primordial, [com o policial] aprendendo a submeter-se, custe o que custar, às ordens superiores” (*ibid.*, p. 446).

Explicam que, nas unidades especiais de repressão, a “dissonância cognitiva” era gerada a partir do contraste entre o sofrimento e a humilhação experimentados nas mãos dos superiores, sobretudo nos treinamentos, e a necessidade de respeitá-los e de depender deles para a própria sobrevivência e a promoção funcional; fazendo referência a Elliot Aronson e Judson Mills (1959), os autores enfatizam que “as pessoas passam a amar aquilo pelo que sofrem e prosseguem defendendo suas virtudes” (*idem*).

Peter Berger e Thomas Luckmann ressaltam que na *socialização* – isto é, no processo ontogenético de desenvolvimento de padrões pessoais que orientam o comportamento por eles definido como “a ampla e consistente introdução do indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (BERGER; LUCKMANN, 2014,

p. 169) –, notadamente na “socialização primária”³³, o aprendizado implica mais do que cognição pura, ocorre em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção. Segundo os sociólogos, a ligação emocional com os outros significativos³⁴, mais que determinante, “é essencial ao processo de aprendizado” (*ibid.*, p. 170).

Elementos peculiares do treinamento preparatório e da socialização para o trabalho das unidades policiais especializadas na repressão, apontados como constitutivos do “clima de atrocidades”, ao que tudo indica, resistiram à democratização da segurança pública no Brasil e se mantiveram presentes no adestramento contemporâneo de recrutas – agora, *voluntários* – ansiosos pelo engajamento em atividades de alto risco, nos batalhões de patrulhamento tático e de operações especiais das polícias militares brasileiras.

Samira Bueno Nunens realça que a socialização no trabalho – assinalada por ritos de passagem (p. ex., os *troles* humilhantes e violentos) e pela oralidade na transmissão de saberes informais entre os experientes policiais “dinossauros” e os novatos – é um dos elementos cruciais para a sustentação do comportamento recorrente de uso da força letal por policiais militares de unidades entendidas como de “elite”, segundo constatou entre os policiais especializados do Choque, da ROTA, da Força Tática e de outras unidades da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Estas unidades são espaços privilegiados para o desenvolvimento da carreira de policiais que compartilham dos mesmos valores [...] porque nelas não se faz o policiamento ordinário. Isso não significa dizer que todos os policiais que fazem parte dessas unidades seriam aderentes a ideia de que bandido bom é bandido morto, e sim que é justamente as especificidades do trabalho nestas unidades especializadas que faz delas o sonho de consumo para aqueles que acreditam que bandido bom é bandido morto. (NUNES, 2018, p. 131).

A rudeza do adestramento preparatório persiste sendo representada por *policiais de elite* como o elemento indispensável à “conversão” do policial convencional (entendido por eles como despreparado) no policial cursado (especializado para o embate), conforme Paulo Storani descreve na etnografia do *Curso de Operações Especiais - COEsp*, do

³³ “A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz o indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo da sociedade.” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 169).

³⁴ Peter Beger e Thomas Luckmann entendem por “outros significativos” todas as pessoas que, com maior frequência, tornam-se objeto da interação (da criança, na socialização primária) com as quais o indivíduo mantém relações emocionais mais intensas e cujas condutas assumem importância crucial na situação em que se encontra (*ibid.*, pp. 167-178).

Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ, para muitos o treinamento policial militar mais árduo realizado no país³⁵. É “com o suor do trabalho duro e, por vezes, com as lágrimas do sofrimento [que são forjados] os caveiras” (STORANI, 2008, p. 86), anota o pesquisador.

Embora não faltem críticas, dentro e fora da PMERJ, aos métodos de socialização do COEsp, os conversos depositam no treinamento o sucesso da unidade, que tem de estar pronta para o pior dos confrontos [...] Percebendo o BOPE como a *última ratio* nas operações policiais em segurança pública. (STORANI, 2008, p. 142-143).

A qualidade do treinamento e o contexto do trabalho dos policiais – abrangendo a socialização, a influência dos comandantes sobre o uso da força e o ambiente criminal enfrentado – também foram examinados por Beatriz Magaloni e Ignacio Cano na pesquisa intitulada “Determinantes do uso da força policial no Rio de Janeiro”. Essa investigação sociológica quantitativa influenciou significativamente a elaboração desta tese, sendo o caminho metodológico escolhido para o aprofundamento inicial em campo do esforço de compreensão da ação letal recorrente de policiais militares paraenses. Com a inestimável colaboração de Cano, replicou-se o método de pesquisa *survey* realizado no Rio de Janeiro, utilizando os mesmos questionários estruturados (devidamente adaptados à realidade paraense), dessa vez destinados à coleta de dados sobre as características dos policiais militares e dos empregos da força letal na Polícia Militar do Pará – PMPA. O *survey* aplicado aos policiais paraenses será explanado, em detalhes, no próximo capítulo.

Notadamente sobre o trabalho no BOPE e os efeitos do seu afamado curso preparatório, Magaloni e Cano observam que o batalhão representa “a tradicional política de confrontos armados contra traficantes de drogas em favelas, tanto do ponto de vista físico quanto simbólico” (MAGALONI; CANO, 2016, p. 30). Apontam o BOPE como a mais letal da PMERJ e o policial operações especiais como o mais orgulhoso do seu

³⁵ O *COEsp* e o *BOPE* se tornaram mundialmente conhecidos com o sucesso dos filmes nacionais “Tropa de Elite” (2007) e “Tropa de Elite 2 – o inimigo agora é outro” (2010), ambos com a direção de José Padilha. A primeira película narra o cotidiano do violento protagonista “Capitão Nascimento” à frente da preparação dos novos *caveiras*, no rigoroso curso de operações especiais e nas perigosas ações de combate aos narcotraficantes cariocas; no segundo filme, o herói continua implacável em sua jornada, desta vez enfrentando a podridão do poder político corrompido pela milícia que contamina o sistema de segurança pública e aflige a sociedade do Rio de Janeiro. A pesquisadora social Samira Bueno Nunes destaca que: “Apesar de conter uma forte crítica ao modelo bélico de enfrentamento ao crime perpetrado pelas forças policiais, Tropa de Elite dividiu opiniões da crítica. Parte o classificou como fascista, dizendo que fazia apologia à violência da polícia heroificando o personagem principal; parte dos expectadores vibrou com as cenas de tortura e arbitrariedades cometidas pelos policiais” (NUNES, 2018, p. 40).

trabalho e, significativamente, o mais propenso a usar a força letal, em comparação ao policial convencional, mesmo após deixar a unidade para trabalhar em batalhões de área. Notam a correlação entre “o orgulho do caveira, o treinamento de operações especiais e o trabalho no BOPE interferindo na maior inclinação ao uso da força letal” (*idem*, pp. 76-88).

Noutra perspectiva, Tânia Pinc se desvia do treinamento das unidades especiais e focaliza o preparo profissional dos policiais militares convencionais – os agentes da segurança pública com mais presença ostensiva e maior volume de interações sociais com a população – para apontar que a deficiência de treinamento adequado pode antecipar a decisão pelo emprego do uso da arma de fogo³⁶. Esse entendimento é corroborado por Magaloni e Cano, na constatação de que “a percepção sobre a baixa qualidade do treinamento ministrado na entrada do policial na corporação [PMERJ] está positivamente relacionada à força letal” (MAGALONI; CANO, 2016, p. 90).

Em comum, as pesquisas de Pinc, de Storani, de Nunes, de Magaloni e Cano e de Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo ilustram a importância atribuída pelos cientistas sociais ao treinamento preparatório, à socialização e à supervisão do trabalho policial na compreensão e explicação do uso da força por policiais, um entendimento consensual encontrado tanto em estudos clássicos sobre a polícia (BAYLEY, 2001; BITNER, 2003; CHEVIGNY, 1991; GOLDSTEIN, 2003; MONJARDET, 2003; SKOLNICK, 1966; SKOLNICK & FYFE, 1993) quanto nos emergentes (COSTA, 2014; LOCHE, 2010; SKOGAN & MEARES, 2004).

Outro elemento marcante da atmosfera diária de trabalho da repressão notado é “o fechamento que envolvia os operários da violência como indivíduos e como grupos de atrocidades”, ou seja, o isolamento pessoal num “casulo firmemente tecido” pelo sentimento de excepcionalidade da missão de combate a subversão e ao crime que ameaçavam a soberania nacional³⁷. Solidamente implantado, o fechamento aumentava a invisibilidade do sistema de repressão como um todo e assegurava que os atos de violência de cada homem seriam indistinguíveis das ações do grupo, fortalecendo a coesão interna. “Com o passar do tempo, esse fechamento expandiu-se para ‘proteger’ os perpetradores de atrocidades isolando-os da fiscalização exercida pelos sistemas legal e religioso, do público, das suas famílias e, finalmente, dos seus valores anteriores” (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 447).

³⁶ Cf. PINC, 2011, p. 207.

³⁷ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 447.

O sociólogo Robert Reiner nota que, do mesmo modo que ele próprio, muitos estudiosos da polícia enfatizaram a acentuada solidariedade interna dos policiais vinculada ao isolamento social, referindo-se aos trabalhos de John Clark (1965), William Westley (1970), Maureen Cain (1973), Roger Graef (1989), Jerome Skolnick e James Fyfe (1993), John Crank (1998) e Peter Waddington (1999).

Eles [os policiais] têm sido chamados de “uma raça à parte” (Banton, 1964), “um homem à parte” (Judge, 1972), “uma minoria sitiada” (Alex, 1976) [...] A solidariedade interna é produto não só do isolamento, mas também da necessidade de ser capaz de confiar nos colegas em uma situação difícil, e uma armadura protegendo a força como um todo, para que o público não conheça suas infrações. Muitos estudos têm enfatizado o poderoso código que proíbe policiais de denunciarem uns aos outros quando enfrentam investigações externas (Stoddard, 1968; Westley, 1970, cap. 4; Shearing, 1981b; Punch, 1985; Skolnick e Fyfe, 1993; Kleinig, 1996; Newburn, 1999). (REINER, 2004, p. 140-141).

Inteiramente dedicados às atrocidades e isolados pela necessidade vital do segredo absoluto, o trabalho se revelou esgotante para muitos policiais, que tiveram deterioradas as suas relações com a família e os antigos amigos. Nos casos entrevistados, “havia sempre custos pessoais e prováveis consequências psicológicas disfuncionais”, anotam os pesquisadores (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 448). Voltar-se-á a essa questão ao se abordar a síndrome de *job burnout*³⁸ que acomete policiais, mais adiante, no capítulo 5.

O último traço organizacional elencado, “a masculinidade do grupo”, não provinha somente das estruturas de controle social repressivos, mas concorria para que essas estruturas funcionassem melhor. Nas unidades de repressão, as interações sociais eram baseadas no poder e na competição por reconhecimento. “A atrocidade era incentivada pela competição masculina normal, que era ainda mais exagerada por seu funcionamento em uma burocracia competitiva ativada por um clima de guerra” (*ibid.*, p. 448-449), logo, a capacidade de demonstrar uma “masculinidade bem sucedida”, sem resquícios de quaisquer sentimentos identificados como sinal de fraqueza, era essencial para conseguir e ter respeito do grupo. “Ser forte, corajoso e controlado (...) são (...) requisitos da masculinidade [...]” (*ibid.*, p. 173-174) esperada no policial da repressão.

Envoltos por esse tipo de atmosfera de clube masculino secreto, as normas de masculinidade extremamente concentrada podem outorgar poder à

³⁸ *Estafa profissional* (tradução nossa).

violência e recompensá-la como principal meio de demonstrar, à própria pessoa e aos outros, o machismo “máximo” de alguém. (*Ibid.*, p. 449).

Jacqueline Muniz comenta que diversos cientistas sociais que se dedicam ao estudo do uso da força – fazendo menção a Egon Bittner (2003), Janet Chan (1997), Jerome Skolnick (1966), Robert Reiner (2004), Roger Graef (1989) e Willian Muir Jr. (1977) – identificam o *machismo* como “um traço cultural expressivo e comum nas mais distintas organizações policiais [sendo igualmente encontrado] na literatura acadêmica mais recente sobre polícia, a existência de um consenso acerca do caráter sexista da cop culture” (MUNIZ, 1999, p. 240). Ao examinar a cultura policial das ruas, no Rio de Janeiro, a antropóloga constata que os policiais militares cariocas envolvidos no patrulhamento rotineiro representam o espaço público como um território masculino.

Idealizado pelos PMs da ponta da linha como uma espécie de “terra de machos”, o mundo das ruas é descrito como um tipo de realidade que não se deixa comover pelas virtudes culturais atribuídas ao signo feminino. Nesse território simbólico interpretado como sórdido, violento, insensível e, por tudo isso, masculino, parece só haver lugar para a disputa entre os destemidos “mocinhos” que integram o “bonde do bem” e os “bandidos” e desregrados, que compõem o “bonde do mal” [...] De fato, a socialização no meio policial possui requisitos de entrada e permanência muito severos para os próprios PMs. A contabilidade dos talentos considerados indispensáveis ao mito romântico do policial-herói, reforçada pelo senso comum extraído das ruas, ancora-se em uma espécie de elogio tão extremado dos atributos associados à virilidade que este culto parece não poder prescindir de expedientes diretos e indiretos de vigília do comportamento masculino idealizado. [...] Nada é mais delicado para os “sujeitos homens” da polícia ostensiva do que se verem convertidos em atores “apassivados” e “inoperantes”. (MUNIZ, 1999, p. 244).

A competência em demonstrar uma masculinidade bem sucedida apontada como fundamental ao policial operário da violência, no *Brasil militar*, permanece igualmente essencial ao policial militar de rua, no contexto democrático contemporâneo, segundo escreve Muniz: “A desejada ‘macheza’ e sua convincente demonstração [...] operam como um tipo de termômetro capaz de mensurar o grau de respeito e companheirismo obtido dos colegas de ofício” (*ibid.*, p. 245).

A “macheza” não está restrita aos muros dos quartéis. Para Eliézer de Oliveira, “os comportamentos associados à disposição a usar a violência para resolver conflitos cotidianos estão presentes na sociedade brasileira”, enquanto manifestações de virilidade popularmente chamadas de “valentia, [...] um importante valor social, atuante na política, nos esportes, nas brincadeiras infantis, nas produções culturais, nos discursos e práticas

cotidianas”. O sociólogo ressalta que “a valentia é uma atribuição social; ninguém, por si só, não nasce valente ou covarde, mas vai construindo em torno de si uma identidade que será interpretada nesses dois polos pelos integrantes de seu grupo social” (OLIVEIRA, 2016, p. 338). Por outro lado, “[...] ela é também histórica, já que cada época vai ter atributos específicos para considerar uma pessoa ou ação como valente ou covarde” e, além disso, “as práticas associadas à valentia dependem da inserção do indivíduo em determinada instituição” (*ibid.*, p. 338-339).

Algumas atividades estão intimamente relacionadas a uma representação da valentia, como é o caso dos lutadores profissionais, dos soldados e policiais, dos pistoleiros profissionais ou membros de torcidas organizadas de futebol. Em todos esses casos, há uma proximidade com a violência. Contudo, uma pessoa comum poderá ser reconhecida em seu meio como valente pela habilidade demonstrada em uma briga de trânsito ou num impulso para enfrentar um assaltante. (OLIVEIRA, 2016, p. 339).

No capítulo anterior, aventou-se que a *valentia*³⁹ é um poderoso atributo do “indivíduo disposto a morrer, **mas sobretudo, disposto a matar**” (*ibid.*, p. 349, grifo nosso), tomando como exemplo os lendários *patanzeiros* da PMPA. Sobre o fascínio das manifestações de virilidade, Nunes destaca o sucesso popular de policiais *anti-heróis* do cinema, referindo-se ao estoico e corajoso *Capitão Nascimento*, do filme “Tropa de Elite”, com sua icônica frase “bota na conta do papa” (sobre as execuções sumárias de criminosos subjugados, cometidas por sua equipe de *caveiras*), “uma espécie de versão tupiniquim de Harri Callahan, personagem imortalizado por Clint Eastwood no filme Dirty Harry” (NUNES, 2018, p. 40), o implacável policial americano que perseguia criminosos e fazia justiça com as próprias mãos, com o seu emblemático revólver .44 Magnum da Smith & Wesson apontado para a cabeça do oponente dominado, seguido da irônica e ameaçadora indagação proferida pelo protagonista: “– Você se sente com sorte hoje, punk?”.

O personagem figura no imaginário social como o arquétipo do bom policial, enquanto muitos daqueles que ingressaram nas polícias reconheceram nele seus sonhos e aspirações: tornar-se um homem da lei e combater o crime, ainda que isso implique “trocar tiro com traficante”. Talvez um dos pontos

³⁹ O filósofo Michael J. Sandel pondera sobre questões de *virtude* e *honra* relacionadas ao caráter moral e valor militar do sacrifício pessoal, ao analisar a concessão de medalha pelo Exército dos Estados Unidos a soldados feridos ou mortos pelo inimigo durante um combate. Ressalta o autor que “[...] o Coração Púrpura condecora o sacrifício, não a bravura.” (SANDEL, 2011, pp. 18-20). Sem desconsiderar a possibilidade de que o comportamento de policiais seja orientado por critérios de honra militar vinculados ao *sacrifício próprio*, neste estudo, considera-se que o conceito proposto por Eliézer de Oliveira seja mais apropriado à análise da letalidade policial por enfatizar justamente a disposição homicida que rege a conduta. Essa inclinação foi empiricamente notada em grau expressivo, no caso do Pará, conforme se mostrará.

mais sensíveis dessa ilusão sobre o fazer policial seja, para além de todas as ilegalidades que o Capitão Nascimento e seus subordinados cometem no filme, o fato da tarefa de “combater o crime” corresponder a apenas a um pequeno percentual da atividade da polícia. Embora a ideia corrente no imaginário social seja a de que a função da polícia é o controle do crime, na prática o que ela efetivamente faz no seu cotidiano é o controle da (des)ordem pública (SKOLNICK, FYFE, 1994; BAYLEY, 1985; MANNING; 1997; BAYLEY, SKOLNICK, 1986|2002 [2001]; REINER, 2004). E essa atividade dificilmente se assemelha ao que mostram os filmes de ação. (NUNES, 2018, p. 40).

O dilema do Capitão Nascimento (e de *Dirty Harry*) de cumprir sua missão crucial usando meios escusos reverbera entre os indivíduos fascinados pela *coragem*, dentro e fora da caserna. Nas organizações da segurança pública, por um lado, corrobora a perspectiva dos policiais de que eles são indispensáveis à salvaguarda da ordem social, a despeito dos meios empregados na defesa da causa nobre. Por outro, estimula aqueles mais aventureiros a transmutar, sempre que possível, “a realidade mundana dos aspectos do dia-a-dia do policiamento, que é sempre tediosa, confusa, mesquinha, trivial e venal” (REINER, 2004, p. 137) numa instigante *cena de ação cinematográfica* vivencial, fundada no desejo de reexperimentar na alma as emoções transmitidas nas telas. Na reprodução do ficcional, gestuais (modo de portar ou empunhar a arma, p. ex.), expressões corporais, bordões, adereços, equipamentos e armamentos – alguns até proibidos nos regulamentos das organizações – passam a indumentar e compor o arremedo de *herói de filmes de ação*, a fim de tornar a experiência mais autêntica. Para esses policiais, em comum,

A missão de policiamento não é vista como uma coisa irritante. É divertida, desafiadora, excitante, um jogo de sabedoria e habilidades. Muitos analistas têm acentuado os aspectos hedonistas, centrados na ação, da cultura policial (especialmente Holdaway, 1977, 1983; Policy Studies Institute, 1983, vol. IV, pp. 51-56; Skolnick e Fyfe, 1993; Geller e Toch, 1996; Crank, 1998). Tais aspectos são, sem dúvida, muito fortes e de importância central. O principal produto em que a polícia é viciada é a adrenalina (Graef, 1989). Mas as emoções de caça, a luta, a captura, a “síndrome do machismo” (Reiner, 1978, p. 161), apesar de serem momentos especiais, raros de acontecer no trabalho, não são apenas um esporte. Eles podem ser desfrutados sem inibições e com prazer, porque também são vistos como valendo a pena. Aos próprios olhos, o policial é um dos “caras bons, e isso lhe dá licença para agir. (REINER, 2004, p. 137).

Concomitante a interveniência das produções culturais, em particular da cinematográfica, na construção do *arquétipo policial*, as práticas policiais no Brasil são significativamente influenciadas pela importação de modelos guerreiros reais, a exemplo

da adoção da *doutrina israelense de combate* por alguns policiais militares do Estado do Pará, que a ela tiveram acesso, seja por iniciativa particular ou da própria instituição. A doutrina israelense, voltada para uma realidade de guerra, é valorizada nas organizações policiais brasileiras e induz profissionais da segurança pública a buscarem nela se especializar, apesar do alto custo financeiro envolvido no treinamento⁴⁰.

A exitosa experiência militar israelense adquirida ao longo das batalhas sequenciais que marcam a história do Estado de Israel e nos frequentes conflitos armados que ainda se desenrolam entre judeus e palestinos, fundamentam a doutrina israelense de combate, dos soldados tidos como imbatíveis, que tem um único e simples objetivo: transformar cidadãos comuns em verdadeiros guerreiros, capazes de rechaçar uma ação agressiva com a rápida neutralização do agressor.

Não se trata de ferir ou incapacitar temporariamente o oponente. Por neutralizar, deve-se entender *estancar terminantemente os movimentos neuromotores*, isto é, *matar*. A apologia a ação letal tem como base os atentados terroristas que assolam Israel, nas repetidas ações de homens-bombas, atiradores, esfaqueadores e motoristas suicidas. Para os defensores da doutrina, a sobrevivência do terrorista levaria, possivelmente, a continuidade do atentado que resultaria na morte de um número maior de vítimas, justificativa mais que suficiente, inclusive, para a brusca reação cujos disparos acertam, além do agressor, desastrosamente, pessoas inocentes. São efeitos colaterais do combate ao terror, dizem os instrutores⁴¹.

Outra forte influência do arquétipo guerreiro sobre as práticas operacionais dos policiais brasileiros provém do intercâmbio com policiais norte-americanos integrantes ou ex-integrantes de *equipes policiais de armas e táticas especiais*, as mundialmente famosas S.W.A.T.⁴², em cursos de adestramento tático promovidos por centros de treinamento privados. Sobre essas unidades policiais, frequentemente reproduzidas em filmes policiais de ação, o articulista Radley Balko, ao examinar a ascensão do “policia guerreiro”⁴³ num processo de militarização das forças policiais dos Estados Unidos da América, destaca que as polícias norte-americanas estão cada vez mais armadas, equipadas e treinadas como forças militares, sob o pretexto do enfrentamento às ameaças criminais e terroristas, domésticas e estrangeiras. “Existe, atualmente, uma cultura militar dominante nas agências policiais modernas”⁴⁴ (BALKO, 2013, n. p., tradução nossa) impulsionada pela

⁴⁰ Cf. OLIVEIRA NETO, 2012, p. 7.

⁴¹ *Ibid.*, pp. 4-7.

⁴² “Special Weapons and Tactics”.

⁴³ “Warrior cop”.

⁴⁴ “There’s now a dominant military culture within modern police agencies”.

indústria bélica, facilmente constatável nas conferências e competições de equipes SWAT, realizadas regularmente naquele país e que colocam em destaque exposições repletas de armas, equipamentos, roupas e imagens militares, assevera. “Os fornecedores desses eventos conhecem seu mercado. Eles usam imagens de guerra para dobrar suas fortunas, porque é isso que faz os policiais e os departamentos de polícia quererem comprá-los”⁴⁵ (*idem*), quer sejam agências policiais militares ou civis.

Segundo o jornalista, nos Estados Unidos da América, a crescente militarização é acompanhada do notório apoio de políticos, gestores públicos e magistrados no provimento de maior autonomia discricionária e proteção legal aos policiais contra a responsabilização civil e criminal. “Negligência e erros de julgamento [dos policiais no uso da força] que resultam em terror desnecessário, ferimentos e morte raramente são responsabilizados”⁴⁶ (BALKO, 2013, n. p., tradução nossa), já os cidadãos comuns quase sempre enfrentam processos criminais, em geral, sob acusação de crimes graves passíveis de prisão ou pena de morte, ao cometerem erros similares nas mesmas circunstâncias dos policiais. Conclui sua análise com um preocupante prognóstico:

Hoje, leis, políticas e procedimentos selecionam personalidades atraídas pelo policiamento agressivo e antagonico; isolam a polícia das comunidades a que servem e condicionam os policiais a verem as pessoas a quem servem – as pessoas com quem interagem todos os dias – como o inimigo. Não devemos nos surpreender quando os policiais começarem a ver um mundo dividido entre policiais e suas famílias... e todo mundo⁴⁷. (*Idem*).

A importância da *dimensão cultural* no exercício da atividade policial é examinada por Paula Poncioni, que igualmente observa a influência das crenças, preconceitos e estereótipos, produzidos na organização policial e fora dela, sobre a missão da polícia. Argumenta que a cultura policial afeta por completo o “fazer policial” no comportamento e nas atitudes em relação às suas experiências concretas e rotineiras de trabalho, nas polícias militar e civil, “como parte expressiva de um estoque de conhecimento construído para o combate ao crime”, que faz parte do universo simbólico de ambas as organizações

⁴⁵ “The vendors at these events know their market. They use war imagery to ply their goods because that’s what makes cops and police departments want to buy them. Many sell the same products to both the military and civilian police agencies”.

⁴⁶ “Negligence and errors in judgment that result in needless terror, injury, and death are rarely held accountable”.

⁴⁷ “Today, laws, policies, and procedures select for personalities attracted to aggressive, antagonistic policing; isolate police from the communities they serve; and condition police officers to see the people they serve — the people with whom they interact every day — as the enemy. We shouldn’t then be surprised when cops then begin to see a world divided between cops and their families . . . and everybody else.”

policiais na forja um padrão de comportamento legitimado socialmente, e que “afirma a identidade do policial [militar e civil, notadamente o primeiro] como um soldado-guerreiro, encorajando ações agressivas para fazer frente à missão que foi designada” (PONCIONI, 2003, p. 183).

Poncioni enfatiza que conquanto se possa apontar “uma base de cultura comum que emoldura a polícia” (*idem*), a depender da área de especialização e da posição hierárquica dos indivíduos na organização policial, distintos modos de comportamento e atitudes apareceram, em conformidade com a explicação de Jerome Skolnick sobre o desenvolvimento da “personalidade de trabalho”⁴⁸ (tradução nossa) do policial, enfatizada pela pesquisadora social.

Um tema recorrente da sociologia das profissões é o efeito do trabalho das pessoas na sua perspectiva sobre o mundo. Doutores, zeladores, advogados, e trabalhadores industriais desenvolvem modos distintos de responder ao seu ambiente. Aqui nos concentraremos na análise de certos elementos salientes no ambiente policial - perigo, autoridade, e eficiência - como eles combinam para gerar distintas respostas cognitivas e de comportamento na polícia: uma “personalidade de trabalho”. Tal análise não sugere que toda a polícia seja semelhante na personalidade de trabalho, mas que há tendências cognitivas distintas na polícia como um agrupamento profissional. Algumas destas tendências podem ser encontradas em outras ocupações que compartilham problemas semelhantes. Até aqui como a exposição ao perigo é referida, os policiais podem ser associados a soldados. Os problemas do policial com a autoridade assumem certa semelhança com aqueles dos professores, e a pressão que o policial sente para provar-se eficiente não é distinto do que é sentido por trabalhadores industriais. Porém, a combinação destes elementos é sem igual para o policial. Assim, a polícia, como resultado de características combinadas da sua situação social, tende a desenvolver modos distintos de olhar para o mundo, através de lentes cognitivas pelas quais veem situações e eventos. A força das lentes pode ser mais fraca ou mais forte, dependendo de certas condições, mas elas são fundamentadas num eixo semelhante.⁴⁹ (SKOLNICK, 1966 *apud* PONCIONI, 2003, p. 184).

⁴⁸ “Work personality”.

⁴⁹ “No original: ‘A recurrent theme of sociology of occupations is the effect of people’s work on their outlook on the world. Doctors, janitors, lawyers, and industrial workers develop distinctive ways of responding to their environment. Here we shall concentrate on analyzing certain outstanding elements in the police milieu-danger, authority, and efficiency- as they combine to generate distinctive cognitive and behavioral responses in police: a ‘working personality’. Such an analysis does not suggest that all police are alike in working personality, but that there are distinctive cognitive tendencies in police as an occupational grouping. Some of these tendencies may be found in other occupations sharing similar problems. So far as exposure to danger is concerned, police officers may be linked to soldiers. The police officer’s problems with authority bear certain similarity to those schoolteachers, and the pressure the police feel to prove themselves efficient are not unlike those felt by industrial workers. The combination of these elements, however, is unique to police officers. Thus, the police, as a result of combined features of their social situation, tend to develop ways of looking at the world distinctive to themselves, cognitive lenses through which to see situations and events. The strength of the lenses may be weaker or stronger depending on

A exposição permanente ao perigo torna o policial atento aos mais sutis sinais indicativos de violências e de violações da lei. A atitude de suspeição constante predispõe o policial a desconfiar de todo mundo⁵⁰ e faz com que ele relute em desenvolver amizades, restringindo seu grupo de amigos às pessoas com a mesma profissão; nessas circunstâncias, em revide, a comunidade pode ver o policial como uma ameaça potencial (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 347). A explicação parece dar conta da realidade dos policiais paraenses que moram em áreas periféricas da metrópole de Belém, assolados pela criminalidade violenta.

As práticas policiais abusivas se tornam mais prováveis quando a autoridade e o perigo se associam à cobrança administrativa e pública que pesa sobre o policial de ser capaz de tornar, efetivamente, as ruas mais seguras. Conforme Skolnick, “a demanda por ‘eficiência’ policial cria um tipo de prática policial ‘profissional’ em que a preocupação com a legalidade é mínima” (SKOLNICK, 1966 *apud* HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 347).

Pode-se afirmar que, onde os policiais são isolados das comunidades não policiais e se organizam em unidades fechadas especializadas cuja *raison d'être*⁵¹ é eliminar ‘eficientemente’ uma ameaça à comunidade – quer essas unidades funcionem em uma ditadura ou em uma democracia –, aumenta o potencial para o desrespeito à lei pelo policial, incluindo mediante tortura e assassinato. (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 347).

Aspectos do comportamento dos policiais operários da violência, observados por Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo, podem ser notados no trabalho de César Barreira de exame sociológico do “pistoleiro” e do “sistema de pistolagem”, também caracterizado por “uma rede de relações preme de normas e valores sociais” (BARREIRA, 1998, p. 12) e por traços da masculinidade e virilidade do matador de aluguel – como a destacada coragem e ousadia desse personagem da sociedade brasileira, originário do espaço social agrário, que despreza o perigo e a morte, bem como o seu permanente desejo de glória, prestígio e dinheiro fácil⁵². Todavia, distingue as noções de “valentia” e “coragem”, segundo a escala de valores percebida na fala dos pistoleiros entrevistados.

certain conditions, but they are ground on a similar axis’ (SKOLNICK, 1966, p. 42, grifo do autor).” (PONCIONI, 2003, p. 184).

⁵⁰ Cf. REINER, 2004, p.139.

⁵¹ “Razão de ser” (tradução nossa).

⁵² Cf. BARREIRA, 1998, p. 87.

O pistoleiro não se ostenta como valente e sim como corajoso. “Eu não sou valente. Valente é quem briga com faca [no duelo, em igualdade de condições]. Eu tenho coragem de matar”. As mortes ocorrem com outro aspecto considerado negativo, que é a traição. Dentro deste quadro, entretanto, surgem os valores positivos: ser astuto, ter habilidade e ser corajoso. Estes valores, juntamente com os valores negativos, constroem a identidade do pistoleiro, carregada de ambivalência. (BARREIRA, 1998, p. 158).

A paranoia do perigo difuso, do segredo e do isolamento social pesa igualmente sobre a cabeça de ambos os carrascos, *operário da violência* e *pistoleiro*. Do mesmo modo que o policial da repressão serviu ao poder político no governo militar, o pistoleiro tradicional o fez, por seu turno, ao mando do caudilho local; são peças distintas do mesmo sistema de dominação tradicional que, segundo Barreira, no Brasil, desarticula por meio da violência extremada qualquer oposição que represente risco às instâncias de poder e de representação. O pesquisador nota, porém, que o pistoleiro profissional moderno é movido pelo interesse próprio e, repetidamente, presta “seus serviços de pistolagem na resolução de conflitos no campo econômico” (BARREIRA, 1998, p. 154) oferecidos a um leque maior de mandantes, algo mais condizente com o comportamento do policial matador que integra as milícias e grupos de extermínio nos dias de hoje, conforme já se mostrou.

Afinal, as similitudes assinaladas entre o *policial militar operário da violência* e o *pistoleiro* – admitida a especificidade da prática homicida contumaz (com sua ambiência e implicações sociais e subjetivas), nas sociedades onde o homicídio é tipificado como crime e o Estado reivindica o monopólio do uso legítimo da força física – sugerem a tendência de certas respostas cognitivas e de comportamento característicos do *matador* que, nesta tese, pressupõe-se que serão igualmente notadas no hodierno e urbano *policial que faz uso recorrente da força letal*, nas cidades brasileira, sob a influência de processos grupais e organizacionais na modelagem do que está sendo considerado um padrão de comportamento homicida socialmente gerado, pois, conforme já se arrazoou, na maior parte dos casos as execuções extralegais cometidas por policiais envolvem vários atores e são praticadas sob decisiva interveniência dos mecanismos de controle da atividade policial (normas legais, ideologia política, burocracia e regulamentos organizacionais, treinamento e socialização para o trabalho, supervisão externa e interna, sistemas disciplinares de concessão de prêmios e punições, moralidade etc.).

A terceira e última categoria de processo normalizador do “trabalho de violência” foi notada por Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo na análise de “como os indivíduos [policiais] reagem psicologicamente a características do seu cenário comportamental e,

por sua vez, como esses modos de pensar influenciam as ideias, o sentimento e as ações dos outros” (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 449). Trata-se do *processo sociopsicológico* que ajudou a transformar policiais em perpetradores de atrocidades à serviço do Estado.

Nesse nível final é que a ideologia é internalizada como um conjunto pessoal de valores e crenças, o treinamento paga dividendos ao sistema, modelando mentalidades para cumprir ordens dos superiores, as estruturas organizacionais orientam as ações individuais e as estratégias de grupo se traduzem nas táticas individuais e nas autopercepções dos operários da violência. (*Idem*).

Segundo os pesquisadores, o processo sociopsicológico que operou na modelagem do comportamento dos policiais operários da violência, à época dos governos militares (1964 a 1985), é semelhante ao que funciona em situações comparáveis “nas quais as pessoas se engajam em atos alheios ao ego” (*idem*, p. 450).

Notam que padrões sociais são aprendidos e obedecidos, ou melhor, *interiorizados*, porque possibilitam aos indivíduos a compreensão do mundo social no qual estão inseridos e lhes proporcionam recompensas afetivas, como os sentimentos de autossatisfação e autovalorização gerados a partir da autopercepção orgulhosa de que *estão fazendo o que é certo*. A conduta se torna autorregulada por meio de uma “bússola moral”, explicam Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo. Assim, a autossanção e as preocupações com a aprovação social conseguem reduzir a conduta cruel impedindo aquilo que, de modo geral, considera-se serem ações reprováveis.

Porém, as restrições ao comportamento antissocial podem ser eliminadas quando a consciência moral e outras formas de autoavaliação são minimizadas. Recorrem, então, ao conceito de “desengajamento moral” proposto por Albert Bandura (1990; 1999) para aclarar os mecanismos por meio dos quais pessoas comuns se desprendem dos próprios padrões morais e eliminam as autorrestrições ao cometimento deliberado de atos antissociais e até de atrocidades, livres da autocondenação⁵³.

Fica mais fácil que pessoas de bem façam o mal quando: a) considerações morais anteriores são ignoradas; b) a obediência cega é determinada; c) as vítimas são desumanizadas; d) a responsabilização pessoal e social são neutralizadas. No decorrer de cada um desses processos e por meio deles, é ativado o “descomprometimento moral”. (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 449).

⁵³ Voltar-se-á a tratar do *desengajamento moral* de modo circunstanciado na análise das experiências de matar dos policiais paraenses, mais adiante.

Enfim, Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo finalizam a pesquisa asseverando que os processos sociopsicológicos e organizacionais transformaram os valores, atitudes, percepções e estilos de vida de homens comuns e produziram policiais capazes de perpetrar horrores inenarráveis e de desempenhar seus papéis de operários da violência.

[...] os policiais brasileiros de unidades especiais que perpetraram algumas das barbaridades mais chocantes em nome do Estado [durante o período militar] não eram, de início, essencialmente diferentes, do ponto de vista social e psicológico, de outros policiais que poderiam ter estado em condição de fazer o mesmo, mas não o fizeram. (*Ibid.*, p. 34).

Para os pesquisadores sociais, os atos de violência abusiva não são atribuíveis a defeitos intrínsecos dos indivíduos – produtos de deficiências orgânicas, personalidades disfuncionais, temperamentos transtornados – mas, podem sim ser imputados às forças externas – políticas, econômicas, sociais e históricas – que atuam sobre eles na enquanto simples e comuns seres humanos. O poder das forças situacionais que pesam sobre os indivíduos expostos a *cenários comportamentais intensos e nervosos* deve, portanto, ser observado com maior atenção.

[...] o efeito de vestir uma farda, os papéis que esperavam ou que mandavam que desempenhassem, as regras coercitivas que governam o comportamento naquele cenário de regime autoritário, a camaradagem e o apoio social dos pares que os instigam, a necessidade de ser querido, aceito e respeitado pelos colegas e pelos superiores que distribuem recompensas pelo sistema. Muitas dessas forças, isoladamente, são sutis e comuns em muitos cenários diários, mas quando combinadas e centradas em uma missão, em uma tarefa, em um alvo, são poderosas e, em alguns casos, explodem com consequências letais. (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 422).

A conclusão Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo parece bem coerente e válida para interpretar a violência policial vivenciada no Brasil, à época dos governos militares e dos primeiros anos que sucederam a abertura política.

Nesse período, a tortura e a prática sistemática de homicídios passou a compor o repertório de ações dos agentes da polícia, tornando esse padrão de atuação a regra. Isso permitiu que as estratégias violentas de controle social fossem sendo reproduzidas e se institucionalizassem, dando margem inclusive para o desenvolvimento de “novas soluções”, eufemismo como técnicas inovadoras de tortura ou ocultação de cadáveres (CNV, 2014). (NUNES, 2018, p. 105).

Mas, uma explicação pautada num contexto tão específico da história do Brasil, conservaria a capacidade de elucidar o abusivo uso da força letal por policiais militares das gerações mais recentes, na atual conjuntura sociopolítica do país, de democracia mais ampla, direitos humanos mais difundidos, imprensa livre e instituições republicanas mais sólidas? As contemporâneas atrocidades praticadas por policiais podem ser compreendidas e explicadas por meio do exame das forças situacionais elencadas para aclarar o comportamento policial violento do passado recente? Afinal, essa teoria pode explicar a ação letal dos policiais paraenses nos dias atuais?

3.3 A SUJEIÇÃO DO ATO DE MATAR NA PMPA

Miguel Ângelo Corrêa examinou em sua pesquisa de mestrado, no ano de 2017, o *processo de sujeição do ato de matar no trabalho da Polícia Militar do Pará* por meio de entrevistas com policiais militares lotados em unidades da PMPA, da região metropolitana de Belém, selecionados de acordo com o tempo de efetivo serviço de policiamento e de serem considerados policiais que combatiam à criminalidade, com bom reconhecimento por parte de seus comandantes imediatos.

Mais precisamente, sua pesquisa qualitativa se limitou a pequena amostra⁵⁴ de oito policiais militares divididos em três categorias: quatro policiais com histórico de ocorrências com resultado morte, de diferentes unidades; dois ex-policiais presos pelo crime de homicídio cometido fora do horário de serviço; e dois que trabalhavam no serviço administrativo, considerados excelentes policiais, sendo que um nunca se envolveu em ocorrências com uso da força letal e outro participou uma vez, mas preferiu não usar.

Corrêa buscou compreender os motivos que levam alguns policiais militares a utilizar a força em seu grau máximo, com destaque para os integrantes do BPOT (ROTAM), segundo ele, uma unidade estigmatizada como “violenta e rigorosa no uso da força” (CORRÊA, 2017, p. 60). Sua análise se pautou em três elementos: o sentimento do dever e sua correlação com o risco da própria vida, durante a intervenção policial com uso da força; a percepção do policial sobre a pessoa que sofre a ação violenta e quanto ao não

⁵⁴ Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo entrevistaram 23 policiais civis e militares de diferentes estados brasileiros e, desses, somente 14 assumiram ter torturado ou assassinado pessoas. Corrêa, por sua vez, entrevistou oito policiais militares da PMPA, sendo que 2 nunca tinham usado força letal contra alguém.

sentimento de violação de norma social; e o amparo jurídico que o policial militar elege como porto seguro para o uso da força letal.

Adotando referenciais teóricos distintos de Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo, Corrêa enfatiza que, desde os cursos de formação, inicia-se um processo de transformação no ingressante na profissão “que tomará proporções dantescas em termos de mudança comportamental e sujeição, que transforma os indivíduos comuns e inominados em agente com alto poder de letalidade e violência” (*ibid.*, p. 1). Um processo de sujeição caracterizado por distintos estágios de incorporação dos valores cruciais para a construção identitária (*acadêmica, administrativa e operacional*).

Os dois primeiros de cunho interno primam pelo militarismo na apresentação pessoal simplificada e no discurso de mudança de paradigma e defesa da vida. O último [operacional] prima pelo cumprimento da missão, o combate diário e incessante a criminalidade. (CORRÊA, 2017, p. 28).

Anota que a socialização profissional, intensamente marcada pela *doutrina de guerra ao crime*, segrega e discrimina os indivíduos que já mataram dos que nunca o fizeram, gerando desconfiças e falta de credibilidade àqueles sem experiência de matar, pois o policial militar comprometido é aquele que vai para o combate e defende a sociedade eliminando os indivíduos “inservíveis” (CORRÊA, 2017, p. 40).

Sobre o mesmo tema, Samira Nunes pesquisou o processo de adesão dos policiais militares da Polícia Militar do Estado de São Paulo – PMESP⁵⁵ ao etos profissional pautado no modelo de enfrentamento violento ao “bandido” (NUNES, 2018, p. 20.). Em sua tese de doutorado, a pesquisadora destaca três categorias empíricas: o “Billy ou Bilão”; o “homem de ROTA ou de Tática” (de policiamento tático motorizado); e o “*dinossauro*”.

A primeira delas é o reconhecimento ou a possibilidade de tornar-se um “Billy” ou “Bilão”, ou seja, um homem com “produtividade acima da média”, o que consequentemente gera reconhecimentos formais e informais e aumenta a sua legitimidade no grupo, funcionando como um símbolo de ascensão na carreira. (*Idem*).

[...] significa ser “*o cara embaçado*” ou “*o foda*” para utilizar as categorias nativas, um homem com produtividade acima da média e que não se intimida com a burocracia ou com a lei. Ser Billy é uma forma de se distinguir do restante do grupo, um status que te define como superior dentro do frame destes policiais. (*Ibid.*, p. 127).

⁵⁵ Nunes entrevistou 16 policiais e ex-policiais militares da PMESP sentenciados por homicídio que cumpriam pena no Presídio Militar do Estado de São Paulo “Romão Gomes”.

A segunda categoria elencada por Nunes compreende os policiais novatos que se voluntariam aos ritos de passagem, trotes violentos e batismos ao ingressarem nas unidades do Choque ou de Policiamento Tático como o objetivo pessoal de se tornarem diferenciados, isto é, deixarem de ser policiais militares comuns da PMESP para se tornarem “homens de ROTA” ou “de Tática” (*ibid.*, p. 20). Por fim, os “dinossauros” fazem parte da terceira categoria empírica destacada.

Os dinossauros na visão dos entrevistados são aqueles responsáveis pela socialização dos novatos e ter a oportunidade de trabalhar com eles é um privilégio porque são eles que sabem “fazer polícia”. Os dinossauros são um grupo formado por policiais mais velhos que acredita no homicídio como instrumento de controle do crime e como forma de resolver os problemas do seu ambiente de trabalho. Isso não significa que sejam necessariamente matadores, mas que já se envolveram em ocorrências de resistência e dominam os códigos e regras necessários para justificá-los sem desdobramentos em suas carreiras. E por garantir na legitimidade da letalidade policial, sustentam-na a partir da transmissão de conhecimentos ou a partir da influência que gozam entre o comando ou mesmo na política. (NUNES, 2018, p. 129-130).

De acordo com Nunes, é a combinação entre a aspiração de ser reconhecido como “Billy”, a socialização na unidade com os policiais militares mais antigos – os “dinossauros” – e a possibilidade de integrar uma unidade de elite da corporação enquanto um homem “de Choque ou de Tática” que reúne os elementos centrais para compreensão da coesão doutrinária e reprodução dogmática que vêm a constituir uma doutrina de uso letal da força entre segmentos policiais.

Essa doutrina determina princípios, regras e procedimentos formais e informais que orientam a ação dos policiais dispostos a matar para solucionar problemas do cotidiano de trabalho ou mesmo questões da vida privada [...] Essa doutrina de uso da força letal permite que o homicídio seja utilizado como dispositivo central de controle social, garantindo a reprodução e a persistência dos homicídios praticados por policiais em altas proporções. Fundamentada na experiência dos policiais e regulada por uma espécie de gradiente moral e racional que determina os níveis de uso da força a ser direcionado para cada sujeito matável, essa doutrina é transmitida a partir da oralidade, dando protagonismo aos dinossauros e aos grupamentos especializados em ações de maior periculosidade. (*Ibid.*, p. 142-143).

A valorização dos “policiais operacionais” é igualmente observada por Wilquerson Sandes, no exame das dimensões dos episódios de confronto armado envolvendo policiais militares da Polícia Militar do Mato Grosso – PMMT⁵⁶. Em sua pesquisa de doutorado, comenta que esses policiais são focalizados no trabalho, proativos e automotivados, buscam a ocorrência abordando muitos suspeitos durante o serviço de policiamento ostensivo, são honestos, corajosos e emocionalmente controlados. O pesquisador os distingue como indivíduos admirados na corporação, possuidores de reconhecida capacidade de usar força letal contra um oponente já testada em trocas de tiros.

O “operacional” é considerado o policial padrão, que sabe atender bem a ocorrência e não se envolve com coisa errada. Tem disposição para atirar se for preciso. Quando sofrem ameaças de morte de criminosos que eles já prenderam, não se intimidam, somente temem pela família, por ela estão dispostos a “ir até as últimas consequências, o tudo ou nada com os bandidos”. (SANDES, 2013, p. 35).

As considerações sobre os policiais paraenses são de grande interesse. Ainda que Corrêa tenha seguido por diferentes veredas teóricas, nota-se que suas conclusões a respeito da violência ilegítima praticada por policiais militares da PMPA são consonantes com as explicações apresentadas por Nunes, Sandes e, principalmente, por Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo. O processo de sujeição assinalado por ele, mesmo incipiente, atualiza e reforça a interpretação de que processos modeladores de comportamento atuam sobre indivíduos (ver Ilustração 17), “até então homens comuns” (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 436), fazendo-os perderem a empatia pelo semelhante e se transformarem em matadores eficientes. Aliás, a ideia de que a polícia (*instituição*) tem o poder de transmutar pessoas de bem em inumanos uniformizados frequenta o senso comum e textos acadêmicos.

Decerto que são conclusões estarrecedoras, haja vista que, se os atos de perversidade são atribuíveis às forças externas que atuam sobre os indivíduos como simples homens comuns, *o que essencialmente diferencia o policial capaz de vestir seu uniforme da PMPA e sair para trabalhar disposto a usar força letal, por meio da sua arma de fogo, de modo desnecessário e injustificado, contra seu semelhante? Em que medida esse policial militar matador é diferente dos demais envolvidos no policiamento ostensivo diário que não fazem uso da força letal ilegítimamente? Poderiam, então, todos se tornar assassinos cruéis?*

⁵⁶ Sandes entrevistou 22 policiais militares da PMMT que participaram de confrontos armados, uma ou mais vezes, decidindo pelo uso da força potencialmente letal contra alguém.

Ilustração 17 – Processos normalizadores da violência policial ilegítima.



Fonte: HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006; *et al.*
Elaboração do autor.

Para aclarar essas questões, decidiu-se elencar alguns dos fatores organizacionais, atitudinais e individuais de maior relevância teórica explanados neste tópico e realizar uma investigação quantitativa ampla que permitisse coletar dados sobre as características dos policiais paraenses e dos usos da força letal na Polícia Militar do Pará, em considerável maior escala, que servissem de fundamento para interpretações sociológicas mais robustas e elucidativas, considerando ainda os resultados da pesquisa exploratória apresentados nos capítulos iniciais deste estudo.

De tal modo, seis dimensões tradicionalmente identificadas como relacionadas à uso da força letal por policiais, de acordo com as interpretações dominantes nas ciências sociais apresentadas, foram mapeadas e analisadas estatisticamente para elucidar a medida em que podem influenciar a decisão dos policiais militares paraenses pelo uso da força em seu grau mais extremado, o letal.

As dimensões de relevância teórica elencadas como variáveis independentes para a pesquisa são elas: perfil sociodemográfico; experiência individual e trajetória pessoal; atitudes em relação ao uso da força e ao policiamento; unidade policial e tipo de trabalho realizado; ambiente institucional; e contexto criminal enfrentado.

A pesquisa quantitativa marca o início do trabalho de campo junto aos policiais da PMPA e ilustra o próximo capítulo.

Segunda parte:

DESCORTINANDO A LETALIDADE POLICIAL

CAPÍTULO 4

PANORAMA DO USO DA FORÇA NA PMPA

“[...] é esclarecedor e preocupante concluir que o uso da força não está meramente relacionado a elementos técnicos, mas está fortemente associado a questões emocionais e ao histórico pessoal do policial. E isso não se reflete apenas nos valores apoiados pelos policiais, mas também no seu comportamento real. Embora seja perturbadora, essa constatação abre possibilidades para a construção de políticas que ajudariam a reduzir uso letal da força ao levar esses fatores em conta na seleção e no treinamento.”

(Magaloni; Cano)

O capítulo versa sobre os primeiros passos em campo direcionados à melhor compreensão da ação letal dos policiais. Já se explanou que, na maioria das vezes, a determinação do policial de fazer uso da força letal é objetivada no disparo intencional da arma de fogo contra alguém, que poderá resultar em grave ferimento ou morte da pessoa alvejada. Quando o tiro é fatal, inquestionavelmente, tem-se uma ação letal.

A ação objetivada pode, todavia, decorrer de distintos subjetivismos. Em outras palavras, nem sempre o policial dispara sua arma com a real intenção de matar e, segundo indicam os dados preliminares examinados neste estudo, há limitada disposição homicida no corriqueiro uso da força por policiais militares paraenses¹, embora visivelmente concentrada em grupos e resultando em alta letalidade. Aliás, sabe-se que tampouco os policiais matam exclusivamente fazendo uso da arma de fogo. Logo, pesquisar a letalidade policial na PMPA decifrada conceitualmente como *uso da força letal*², apesar de muito próximo, não é o mesmo que investigar práticas de matar de policiais paraenses, em suas concretudes e especificidades. O conceito não suporta o fenômeno que se quer explorar.

Entretanto, para a formação de um entendimento inicial, amplo e geral, a respeito da letalidade da Polícia Militar do Pará, decerto que seria impróprio e ineficaz para qualquer pesquisador indagar questões potencialmente comprometedoras, sobre intenções

¹ Existem mais registros de tiros e detenções que de mortes por intervenções de policiais militares no Pará.

² Nos estudos sobre polícia, em geral, o conceito *uso da força letal* designa a *ação do policial de atirar com sua arma de fogo contra alguém*.

e experiências homicidas, num auditório repleto de desconhecidos. Se por um lado, quiçá grande parte dos policiais até ficasse satisfeita em parecer *operacionalmente confiável*³ ao entrevistador, por outro, aqueles com verdadeira cancha de matar, via de regra, evitariam falar abertamente do assunto receando as consequências.

À vista disso, pragmaticamente, optou-se por começar o trabalho junto aos policiais pela pesquisa quantitativa – por meio da aplicação de questionários estruturados que permitissem coletar dados sobre as características dos policiais paraenses e dos usos da força letal na PMPA –, assinaladas as suas limitações mas esperançoso quanto às suas possibilidades, afinal, é no universo dos disparos de armas de fogo efetuados por policiais militares paraenses que, comumente, acham-se encobertas as ações letais que se pretende compreender e explicar.

Assim, alguns fatores organizacionais, atitudinais e individuais de relevância teórica, tradicionalmente identificados como relacionados à violência policial nas interpretações dominantes nas ciências sociais, foram mapeados e analisados estatisticamente para aclarar a medida em que podem influenciar a decisão pelo uso da força em seu grau mais extremado.

Três aspectos das estatísticas serão mostrados⁴. Primeiro, que elas tornam visíveis as concentrações de policiais militares que vivenciam o emprego da força, bem como *as margens que os pressionam*⁵. Em segundo, que possibilitam compreender certas tensões a que estão sujeitos os indivíduos nessas situações. Em terceiro lugar, que a pesquisa por questionário permite capturar parte da relação pessoal do policial com o uso da força letal, isto é, dos sentidos subjetivos do comportamento violento.

O protagonismo dos policiais do BPOT, apontado nos capítulos iniciais desta tese, compareceu nos resultados estatísticos. A unidade despontou com a maior proporção de entrevistados que respondeu já ter empregado força letal na atividade de policiamento habitual. Diante da relevância, alguns dados quantitativos mais significativos sobre as características dos rotanzeiros e dos usos que eles fazem da força foram destacados e comparados aos dados gerais da PMPA.

Em complemento, apresentar-se-á a pesquisa dos *relatórios individuais e circunstanciados de letalidade* e das *escalas de policiamento tático* das companhias de

³ Notando o elevado valor social conferido à *valentia* por policiais militares, analisado no capítulo 2.

⁴ Cf. MARTUCCELLI; SINGLY, 2012, pp. 86-91.

⁵ Em alusão ao poema de Bertold Brecht (*Sobre a violência*, s.n.t.): “A árvore que não dá fruto/ é xingada de estéril./ Quem examinou o solo?/ O galho que quebra/ é xingado de podre, mas/ não haveria neve sobre ele?/ Do rio que tudo arrasta/ se diz que é violento./ Ninguém diz violentas/ às margens que o comprimem.”

ROTAM⁶, investigados com o propósito de identificar manifestações da ação letal recorrente e de compreender, em números, a dinâmica da composição das guarnições de serviço, no conjunto das mortes atribuídas às intervenções dos policiais da OPM⁷.

Ademais, as estatísticas sistematizadas compõem valiosos subsídios ao exame de *experiências sociais*⁸ homicidas, concretas e singulares, realizado por meio de entrevistas sobre histórias de vida, matéria do próximo capítulo.

4.1 O SURVEY: ANÁLISE DESCRITIVA

A melhor opção para a investigação quantitativa consistiu em replicar o método *survey* realizado por Beatriz Mangaloni e Ignacio Cano, tomando como referência a pesquisa “Determinantes do uso da força policial no Rio de Janeiro” (MAGALONI; CANO, 2016), que teve por propósito analisar os fatores determinantes do uso da força policial no Rio de Janeiro, em níveis individual e da unidade policial militar, por meio da autoaplicação de questionário a uma amostra de policiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ, lotados na região metropolitana daquele estado. Os pesquisadores elencaram como possíveis determinantes do uso da força as seguintes dimensões⁹:

- a. perfil sociodemográfico;
- b. experiência individual e trajetória pessoal;
- c. unidade a que o policial é destinado e tipo de trabalho que desempenha;
- d. ambiente institucional;
- e. atitudes em relação ao uso da força, policiamento e dimensões relacionadas;
- f. contexto criminal enfrentado pelos policiais nas circunscrições de sua unidade.

(MAGALONI; CANO, 2016, p. 22).

⁶ Já se explanou que, popularmente, o BPOT é mais conhecido na Grande Belém pela sigla ROTAM e pelo símbolo do *raio vermelho*, que se encontram estampados nas viaturas da unidade policial militar.

⁷ Organização policial militar – OPM é o mesmo que unidade policial militar.

⁸ Neste estudo, entende-se a *ação letal do policial* enquanto uma “experiência social, noção esta que designa condutas individuais e coletivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos, e pela atividade dos indivíduos que devem construir o sentido das suas práticas no seio desta heterogeneidade” (DUBET, 1996, p. 15). Essa abordagem será mais bem explicada no próximo capítulo.

⁹ As dimensões elencadas por Mangaloni e Cano como possíveis determinantes do uso da força letal são coerentes com os processos sociológicos, organizacionais e psicossociológicos normalizadores da violência policial propostos por Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo, explanados no capítulo 3.

Com o devido consentimento e inestimável ajuda do sociólogo Ignacio Cano, os questionários utilizados no Rio de Janeiro foram ajustados à realidade do estado do Pará¹⁰ e a pesquisa quantitativa dos policiais militares paraenses foi concretizada, contando ainda com a sua generosa coorientação nessa pontual etapa. Os preciosos apoios da Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e da Polícia Militar do Pará foram igualmente fundamentais.

Ainda que não se tenha, neste tópico, o objetivo de confrontar as similitudes e discrepâncias entre os resultados obtidos nas duas pesquisas, por certo que alguns aspectos relevantes estão destacados. A descrição do survey na polícia militar do Pará acompanhará a organização da pesquisa na PMERJ, com o intuito de facilitar o esforço particular do leitor que, porventura, decida fazer a comparação dos dados.

O *Survey da PMPA* foi realizado nos meses de março e abril de 2018. Manteve-se o requisito observado na pesquisa referencial de abranger ao menos 20% do *efetivo pronto*¹¹ de todas as unidades policiais militares da região metropolitana, incluindo as unidades ordinárias e as especializadas, bem como os policiais que atuavam na atividade-meio (tarefas administrativas) e na atividade-fim (policciamento ostensivo). Assim, entrevistou-se um de cada cinco policiais militares, de todas 20 unidades dos 6 grandes comandos responsáveis pelo policiamento ostensivo cotidiano da Grande Belém.

Os questionários foram aplicados na presença do pesquisador, que compareceu a cada OPM nas trocas de turno de serviço ou em reuniões especialmente agendadas. As dúvidas surgidas durante a aplicação dos questionários foram sanadas. Garantiu-se o anonimato aos respondentes¹². Ressaltou-se a participação voluntária e apenas 7 questionários foram devolvidos em branco. Um total de 1.210 questionários foi respondido, de modo parcial ou por completo. O preenchimento demorou em média 50 minutos. A aplicação ocorreu em auditórios, refeitórios e salas de aula das unidades policiais militares.

¹⁰ Em resumo, as modificações nos questionários originais consistiram na retirada das questões que faziam referência às Unidades de Polícia Pacificadora – UPP do Rio de Janeiro, que não encontram analogia no sistema de segurança pública do Pará. Ademais, pequenas adequações na nomenclatura de unidades policiais e no emprego de palavras do vocabulário nativo do belenense também se fizeram necessárias. Por exemplo, para evitar dúvidas e incompreensões, substituiu-se os termos “Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE”, “favela” e “comunidade” dos questionários aplicados no Rio de Janeiro por “Companhia Independente de Operações Especiais – CIOE”, “área de ocupação irregular” e “sociedade”, respectivamente, nos questionários aplicados aos policiais da PMPA.

¹¹ Efetivo policial que comparece regularmente ao expediente administrativo e operacional, em observância às escalas de serviço. Deixam de ser contabilizados os indivíduos que estarão ausentes em decorrência de períodos de licença, férias, tratamento de saúde etc.

¹² Questionários previamente numerados foram distribuídos de modo aleatório aos entrevistados, sem necessitar da identificação pessoal. Terminado o preenchimento, cada respondente depositou seu questionário diretamente na urna, sem a interveniência do pesquisador.

Seguindo o procedimento da pesquisa referencial, excluiu-se da amostragem os 69 questionários preenchidos por oficiais intermediários e superiores, isto é, de posição hierárquica igual ou superior à capitão. Assim, a amostra foi limitada aos 1.141 questionários exclusivamente respondidos por soldados¹³, cabos, sargentos, subtenentes e tenentes. Considerando a população de policiais lotados em unidades da RMB (3.966 indivíduos prontos¹⁴), no período de aplicação da pesquisa (mar. e abr. 2018), o tamanho da amostra corresponde ao erro de 2,45% para variáveis dicotômicas, com 95% de confiança, refletindo o nível de significância de 0,05 e a amostragem aleatória simples¹⁵.

Do mesmo modo que na pesquisa realizada no Rio de Janeiro, além das questões fechadas, o questionário incluiu perguntas experimentais para testar o impacto nas respostas de informações iconográficas. No caso do Pará, as originais foram substituídas por imagens fotográficas similares retratando aspectos urbanos da RMB. Havia duas versões do questionário, cada uma com formulações diferentes em apenas duas questões¹⁶. A versão *a* abrangeu os questionários pares e a versão *b*, os ímpares (Anexos C e D). Ao que parece, nenhum policial percebeu a duplicidade de questionários.

As informações coletadas nos questionários foram reunidas numa planilha eletrônica denominada *Máscara Survey PMPA* (Anexo E) e transferidas ao software *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS Statistics* (versão 26), da International Business Machine – IBM, para tratamento e análises estatísticas.

4.1.1 Informações sociodemográficas

A partir das variáveis sociodemográficas elencadas, verifica-se que a imensa maioria dos entrevistados é do sexo masculino (91,98%). Os policiais se definiram como pardos (79,59%), brancos (11,00%), pretos (8,96%), amarelos (0,27%) e indígenas (0,18%). Obedecendo a modelagem estatística da pesquisa referencial, a variável raça/cor foi recodificada, resultando em 11,27% brancos (aglutinando brancos e amarelos) e 88,73% não-brancos (somando pretos, pardo e indígena). A distribuição racial de policiais que se declararam pardos ou pretos é superior à da população do estado (76,70%), de

¹³ Esta categoria inclui, excepcionalmente, 4 alunos do curso de formação de soldados da PMPA, do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, em fase de estágio operacional nas unidades policiais da RMB.

¹⁴ O efetivo da PMPA no ano de 2018 totalizava 16.568 policiais militares, contabilizando oficiais e praças, *prontos* para a atividade de policiamento e *não-prontos* (em gozo de férias, licença, dispensa médica etc.).

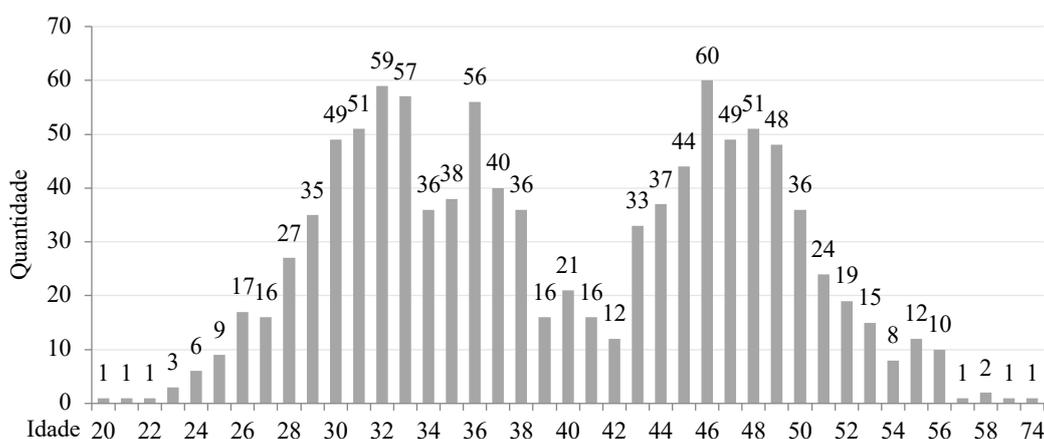
¹⁵ Cf. BOLFARINE; BUSSAB, 2005.

¹⁶ Na pesquisa referencial foram formuladas quatro questões diferentes. Não foram reproduzidas no *Survey da PMPA* as duas questões que faziam referência ao governo do Estado do Rio de Janeiro.

acordo com o Censo populacional do IBGE de 2010, que destaca o Pará como o ente federado com maior percentual de autodeclarados pretos ou pardos.

O grosso dos entrevistados está nas faixas etárias de 30 a 39 anos (41,55%) e de 40 a 49 anos (35,20%); os jovens (de 20 a 29 anos) representam apenas 11,01% (Ilustração 18). O efetivo relativamente envelhecido é consequência dos períodos sem ingresso de novos policiais na organização.

Ilustração 18 – Histograma: idade dos policiais militares* da PMPA.



Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.
* 87 respondentes (7,62%) não informaram o ano de nascimento.

Sobre a religião/culto, constatou-se que os respondentes são majoritariamente cristãos (82,03%), entre católicos (48,40%) e evangélicos (33,63%). Poucos informaram professar outra religião (4,80%). Embora teístas, alguns responderam não ter religião (13,17%). A quase totalidade afirmou acreditar em Deus (98,75%) e frequentar cultos e cerimônias religiosas (93,37%), participando diariamente (9,02%), ao menos uma vez por semana (33,49%) e pelo menos uma vez ao mês (30,52%). A minoria declarou não frequentar eventos religiosos (6,63%) e não acreditar em Deus (1,25%).

Pouco mais de três terços dos entrevistados são casados ou vivem em união estável (75,88%) e tem ao menos um filho (79,00%). Os respondentes com dois filhos representam 35,77% e com três ou mais filhos 33,40%. Só 11,09% são filhos de pai ou mãe policial.

Quanto ao nível de escolaridade dos policiais militares da PMPA, lotados em unidades da RMB, a Tabela 2 mostra que 84,33% completaram o ensino médio e 40,03% tiveram acesso à universidade, sendo que 15,94% afirmaram possuir curso superior completo e 4,16% já ter iniciado uma pós-graduação. Apesar do ensino médio completo representar a escolaridade mínima exigida para a admissão na organização, há casos de policiais que ingressaram antes da cobrança e que permanecem sem o requisito (15,67%).

Os níveis de escolaridade dos policiais foram comparados aos da população paraense, de acordo com as informações do Censo 2010 para o estado do Pará (Tabela 3). As categorias educacionais e a restrição a pessoas com 25 anos ou mais, adotadas pelo IBGE, foram observadas e a amostra foi limitada para permitir a confrontação adequada.

Tabela 2 – Escolaridade dos policiais militares*, da PMPA.

Escolaridade	Quantidade (n)	Percentual (%)
Ensino fundamental (completo)	68	6,02
Ensino médio (incompleto)	109	9,65
Ensino médio (completo)	500	44,30
Superior (incompleto)	225	19,93
Superior (completo)	180	15,94
Pós-graduação (completa ou incompleta)	47	4,16
Total	1.129	100,00

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* 12 respondentes não informaram a escolaridade.

Na comparação entre os dados dos policiais militares e da população em geral, de indivíduos maiores de 25 anos, a proporção de policiais com curso superior completo (21,00%) é substancialmente maior que a da população paraense (6,22%). Vale ressaltar que muitos policiais responderam que permanecem estudando (23,03%).

Tabela 3 – Escolaridade da população paraense, em geral, e dos policiais militares*.

Escolaridade	Censo 2010		Policiais	
	n	%	n	%
Sem escolaridade e ensino fundamental incompleto	2.077.568	56,56	0	0,00
Ensino fundamental completo e ensino médio incompleto	545.500	14,85	147	14,16
Ensino médio completo e ensino superior iniciado	821.515	22,37	673	68,84
Ensino superior completo	228.312	6,22	218	21,00
Total	3.672.895	100,00	1.038	100,00

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* 12 respondentes não informaram a escolaridade e 91 possuem idade menor que 25 anos, dessa maneira, o total de 103 respondentes foi desconsiderado.

Os policiais, em geral, ingressam na organização jovens adultos (valor médio de 27 anos de idade). Apesar de relativamente novos, três quartos (75,84%) já trabalhavam antes da PMPA, sendo 56,70% com inscrição formal no Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. A maior parte estava empregada como vigilante (6,38%). A polícia militar é o primeiro emprego de 24,16% dos entrevistados.

4.1.2 Trajetória individual

Quanto ao local onde cresceram, 26,43% dos entrevistados informaram ter sido criado em área de ocupação irregular. Considerando que mais da metade da população de Belém reside em aglomerados urbanos subnormais, estima-se que o número de policiais militares que cresceram nessas áreas seja bem maior do que se verificou nos questionários. Em decorrência, acreditava-se que a exposição dos policiais militares à violência durante a infância e a adolescência seria consideravelmente alta.

Contudo, sobre a exposição à violência criminal na fase de criança ou adolescente¹⁷ (Tabela 4), o grosso dos policiais afirmou: não ter apanhado de outras crianças ou adolescentes (59,70%); não ter sido ameaçada por criminoso armado (66,78%); não ter sofrido assalto violento na rua (63,37%); não ter presenciado homicídio (72,99%); não ter tido a casa invadida por criminoso (82,15%); que seus pais não eram alcoólatras (84,27%); que não ouvia barulho de tiros constantemente (79,73%); e não ter sentido medo de ser assassinado quando jovem (60,12%).

Tabela 4 – Exposição dos policiais militares à violência na infância e adolescência.

Quando criança ou adolescente, você passou por alguma dessas situações?	Respostas afirmativas (%)
Apanhou de outras crianças e adolescentes	40,30
Foi ameaçado por um criminoso armado	33,93
Sofreu um assalto violento na rua	36,63
Presenciou um homicídio	27,01
Teve a casa invadida por um criminoso	17,85
O seu pai/mãe era alcoólatra	15,73
Ouvia barulho de tiros constantemente	20,27
Teve medo de ser assassinado	39,88
Algum membro da família sofreu um assalto violento	53,46
Teve familiares ou amigos presos	45,04
Teve familiares ou amigos mortos por um criminoso	45,25
Teve familiares ou amigos envolvidos com drogas	59,98
Foi espancado pelo seu pai ou mãe	16,31

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

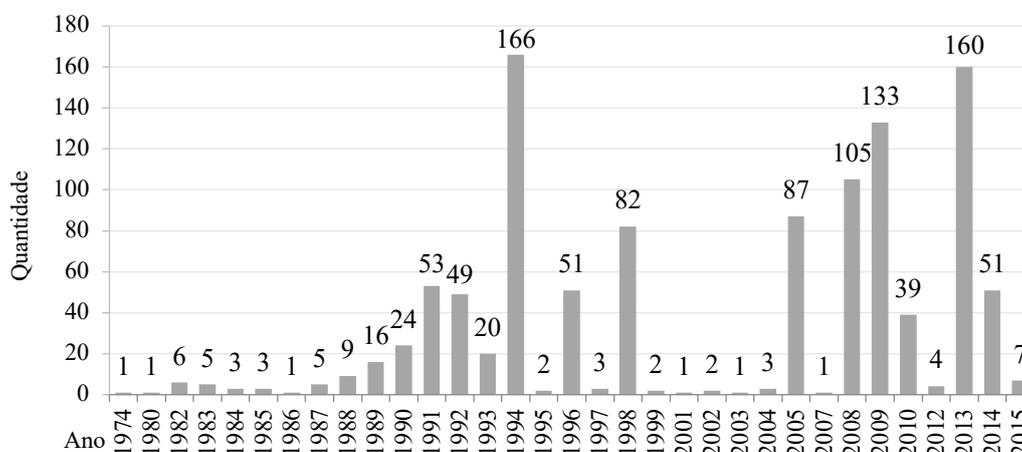
¹⁷ A primeira escala, relacionada à *exposição individual à violência criminal*, corresponde a uma média dos seguintes itens: “foi ameaçado por um criminoso armado”, “sofreu um assalto violento na rua”, “presenciou um homicídio”, “ouvia barulho de tiros constantemente” e “teve medo de ser assassinado”. O *alfa de Cronbach* calculado para medir a consistência interna da escala foi 0,67 (ver Anexo F). Esse valor não é muito alto lembrando que, em geral, adota-se como aceitáveis valores entre 0,70 a 0,95. Todavia, considerou-se *substancial* o valor obtido notando que os itens da primeira escala são dicotômicos e em pequeno número (cf. LANDIS; KOCH, 1977, p. 165).

A exposição à violência criminal também foi avaliada no círculo das relações imediatas¹⁸, isto é, da média das variáveis “algum membro da família sofreu um assalto violento”, “teve familiares ou amigos presos” e “teve familiares ou amigos mortos por um criminoso”. A maioria anotou que: algum membro da sua família sofreu assalto violento (53,46%); não teve familiares ou amigos presos (54,96%); não teve familiares ou amigos mortos por um criminoso (54,75%). Além disso, verifica-se que o grosso teve familiares envolvidos com drogas (59,98%) e não foi espancada pelo seu pai ou mãe (83,69%).

4.1.3 Perfil organizacional

Não há fluxo regular de admissão de novos policiais na PMPA. A Ilustração 19 mostra o ano em que os entrevistados foram incorporados na organização. Percebe-se que a maior parte ingressou no ano de 1994 (15,17%), seguidos dos admitidos em 2013 (14,60%).

Ilustração 19 – Histograma: ano de admissão na PMPA*.



Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.
* 45 respondentes (3,94%) não informaram o ano de ingresso na PMPA.

É possível que a diferença entre as conjunturas da segurança pública vivenciadas à época de cada admissão exerça alguma interferência nas dimensões analisadas. Os respondentes que pertencem ao segundo maior grupo incorporado (2013) foram formados na profissão sob a influência da *política de integração da segurança pública*, inaugurada no Estado do Pará nos primeiros meses do ano de 1996 e responsável por inéditas e

¹⁸ A segunda escala, relacionada à *exposição à violência criminal no círculo de relações imediatas*, corresponde a uma média dos seguintes itens: “algum membro da família sofreu um assalto violento”, “teve familiares ou amigos presos” e “teve familiares ou amigos mortos por um criminoso”. O *alfa de Cronbach* da segunda escala foi *moderado* (0,57), atentando que ela contém somente três itens.

significativas alterações no sistema estadual de segurança pública e defesa social, nas organizações policiais e no próprio exercício da atividade policial.

Vale lembrar que a política de integração vigorou por mais de duas décadas, até 2018, resistindo às trocas de equipes de governo, sempre almejando o aumento da eficiência policial pautado no respeito aos direitos humanos. Logo, embora a formação acadêmica dos policiais mais antigos não tenha sido diretamente influenciada, presume-se que os indivíduos admitidos no maior grupo (1994) também tenham sofrido os impactos da *integração* ao longo da carreira, assim como todos os demais policiais militares, relativizando as implicações da diferença entre os momentos das admissões.

Os entrevistados pertencem a 6 grandes comandos regionais, aos quais se subordinam 20 unidades policiais militares, no total. São eles: Comando de Policiamento da Capital I – CPC I (1º Batalhão PM, 2º BPM, 20º BPM e 24º BPM); Comando de Policiamento da Capital II (10º BPM); Comando de Policiamento da Região Metropolitana – CPRM (6º BPM, 21º BPM e 29º BPM); Comando de Policiamento Ambiental – CPA (Batalhão de Polícia Ambiental – BPA e Companhia Independente de Polícia Fluvial – CIPFlu); Comando de Policiamento Especializado – CPE (Batalhão de Polícia de Guardas – BPGda, Batalhão de Polícia Especializada – BPE, Companhia Independente de Policiamento Assistencial – CIEPAS, Companhia Independente de Polícia Turística – CIAPTUR e Companhia Independente de Policiamento Escolar – CIPOE); e Comando de Missões Especiais – CME (Regimento de Polícia Montada – RPMont, Batalhão de Polícia de Choque – BPCHOQ, Batalhão de Polícia Tática – BPOT, Companhia Independente de Operações Especiais – CIOE e Companhia Independente de Policiamento com Cães – CIPC).

Seguindo o mesmo agrupamento adotado na pesquisa referencial, ajustado a realidade da PMPA, os policiais entrevistados foram distribuídos conforme a disposição das unidades apresentada na Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição dos policiais, por OPM/PMPA.

Organização policial militar	n	%
Batalhões de área	677	59,34
BPOT	74	6,49
CIOE	34	2,98
BPCHOQ	71	6,22
Outras unidades especializadas	285	24,97
Total	1.141	100,00

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

A variável *Batalhões de área* agrupa os policiais que realizam a atividade de policiamento ordinário. As unidades BPOT, a CIOE e o BPCHOQ foram destacadas por realizarem marcadamente o policiamento repressivo, em especial o BPOT, cujos policiais representam com maior presença no espaço público a tradicional política de combate à criminalidade violenta urbana, tanto do ponto de vista objetivo quanto simbólico. A variável *Outras unidades especializadas* agrupa as demais organizações policiais militares que realizam atividades diferenciadas de policiamento (escolar, assistencial, ambiental, de guarda etc.), algumas semelhantes ao que se entende por polícia de proximidade ou polícia comunitária.

Os policiais responderam já ter trabalhado: no policiamento ostensivo ordinário (63,39%), em batalhões de área; no patrulhamento tático (5,73%), do BPOT; em ações policiais repressivas (17,94%), das outras unidades do Comando de Missões Especiais; no policiamento especializado (12,51%), do BPE; e na atividade burocrática (3,96%) de várias unidades administrativas como, por exemplo, o Quartel do Comando Geral.

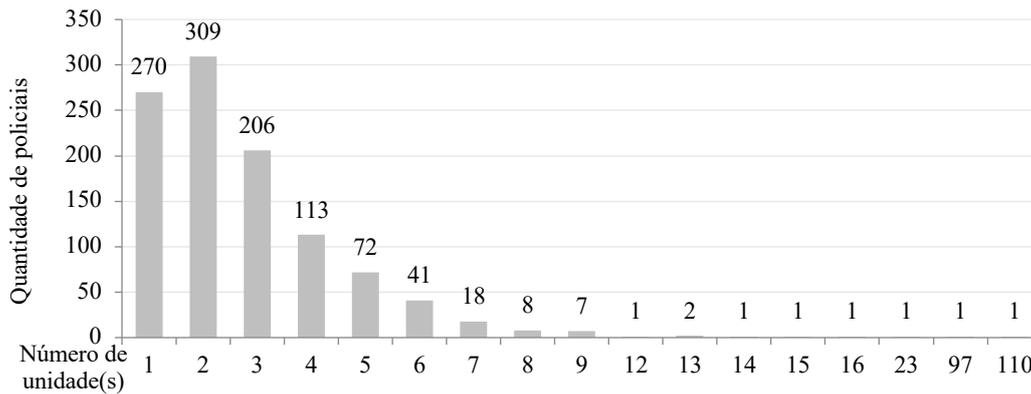
De acordo com Magaloni e Cano, o isolamento das respostas por tipo de OPM torna possível testar a interveniência, no uso da força e em atitudes a ela relacionadas, da socialização vivenciada em certas unidades nas quais os policiais foram anteriormente lotados, em especial, naquelas reconhecidamente mais aguerridas.

A maioria dos policiais, 785 (74,54%), anotou já ter sido lotado em até três unidades ao longo da carreira profissional¹⁹. A distribuição sugere a reduzida movimentação de policiais entre as unidades da PMPA. Em contrapartida, passaram por cinco ou mais unidades 268 (14,71%) entrevistados, conforme se vê na Ilustração 20. Segundo os autores da pesquisa referencial, a mobilidade excessiva poderia ser interpretada de diferentes modos,

[...] como uma experiência mais ampla na polícia ou como fruto de transferências devido a problemas disciplinares ou de outro tipo. Independente da interpretação final, essa dimensão pode ter um impacto potencial sobre algumas das questões centrais desse estudo. (MAGALONI; CANO, 2016, p. 34).

¹⁹ Acredita-se que alguns respondentes tenham se confundido quanto à contagem ou não da Academia de Polícia Militar – APM (para oficiais) ou do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP, ambas escolas de formação, como a primeira OPM; agrupadas em *faixas*, as respostas se mantêm válidas.

Ilustração 20 – Número de unidades em que o policial militar foi lotado*, na PMPA.



Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* 88 policiais (7,71%) não responderam sobre o número de unidades em que foram lotados e 2 (0,17%) informaram valores (97 e 110), considerados discrepantes da dinâmica de transferências na PMPA.

A distribuição hierárquica dos respondentes pode ser observada na Tabela 6. A maioria da amostra é constituída por cabos e soldados (61,60%), seguida de sargentos (33,39%). As praças totalizam 97,05% e os oficiais estão exclusivamente representados pelo posto de tenente, correspondendo a apenas 2,95 % dos policiais entrevistados.

Tabela 6 – Posto e graduação dos policiais militares*, na PMPA.

Posto/Graduação	n	%
Aluno do CFAP	4	0,36
Soldado	201	17,95
Cabo	489	43,65
Sargento	374	33,39
Subtenente	19	1,70
Tenente	33	2,95
Total	1.120	100,00

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* 1 policial não informou o posto ou graduação.

A função exercida pelo policial apresenta “grande efeito potencial sobre o uso da força e, em menor medida, sobre atitudes relacionadas a esse uso” (MAGALONI; CANO, 2016, p. 36). As funções dos entrevistados, à época do survey, são mostradas na Tabela 7. As atividades ordinárias (radiopatrulhamento motorizado, policiamento ostensivo a pé e rodoviário) somam 43,56%. As atividades repressivas (do CME, inclusive do BPOT) totalizam 25,74%, sendo que especificamente no policiamento tático motorizado, típico da ROTAM/BPOT, atuavam 6,99%. O percentual destinado às atividades administrativas (17,83%) longe da atividade fim da polícia é três vezes maior do que o voltado ao policiamento ostensivo a pé, função basilar na polícia de proximidade.

Tabela 7 – Função exercida pelos policiais militares*, na PMPA.

Função	n	%
Policiamento ostensivo a pé	58	5,33
Rádipatrolhamento motorizado ou policiamento rodoviário	416	38,23
Policiamento especializado (CME, exceto tático motorizado)	204	18,75
Patrulhamento tático motorizado	76	6,99
Atividade administrativa	194	17,83
Outros	140	12,87
Total	1.088	100,00

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* 53 policiais não informaram a função exercida.

Outro elemento importante associado ao uso da força, apontado na pesquisa do RJ, é a recompensa auferida pelo policial em sua trajetória profissional. Na PMPA, segundo os respondentes, os maiores incentivos correspondem às promoções por merecimento²⁰ e, em especial, por bravura²¹, que possibilitam ao agraciado avançar sobre os interstícios temporais e antecipam sua ascensão hierárquica. A promoção por antiguidade, em compensação, obedece o decurso do tempo mínimo obrigatório de permanência em cada posição hierárquica.

A Tabela 8 mostra que 114 policiais informaram que já foram recompensados com a promoção por merecimento (10,76%) em algum momento da carreira. Outros 4 entrevistados responderam terem sido promovidos por bravura (0,37%).

Tabela 8 – Promoção hierárquica dos policiais militares*, na PMPA.

Foi promovido por	n	%
Antiguidade	752	71,01
Merecimento	87	8,22
Bravura	2	0,19
Antiguidade e Merecimento	26	2,46
Antiguidade e Bravura	1	0,09
Antiguidade, Merecimento e Bravura	1	0,09
Ainda não foi promovido	190	17,94
Total	1.059	100,00

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* 82 policiais não responderam sobre a promoção.

²⁰ “Art. 8º A promoção pelo critério de merecimento é aquela que se baseia no conjunto de qualidades e atributos que distingue [o policial] de seus pares e que, uma vez quantificados na ficha de avaliação de desempenho profissional e de potencial e experiência profissional, passam a traduzir sua capacidade de ascender hierarquicamente” (Lei nº 8.230, de 13 jul. 2015, que dispõem sobre promoções na PMPA).

²¹ “Art 9º A promoção por bravura é efetivada em razão de ato de caráter extraordinário e comprovada atitude de extrema coragem e audácia que ultrapassem os limites normais do cumprimento dos deveres naturais do policial militar e que sejam úteis ao conceito da Corporação pelo exemplo positivo” (*idem*).

4.1.4 Contexto criminal

No dia a dia do policiamento ostensivo urbano, os policiais militares se deparam com diferentes situações que demandam, por sua vez, respostas específicas. A Tabela 9 mostra os incidentes constantemente encontrados pelos respondentes.

Tabela 9 – Incidentes rotineiramente* encontrados pelos policiais militares da PMPA.

Tipo de incidente	%
Roubo	72,99
Furto	67,97
Tráfico de drogas	66,57
Posse e uso de drogas	66,74
Perturbação do sossego	58,88
Violência doméstica	50,63
Homicídio	47,66
Rixa, via de fato	36,94
Apreensão de armas de fogo	34,72
Desacato/desobediência	33,14
Confronto armado	26,89
Violência sexual	12,49

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* Percentual dos policiais que afirmaram lidar *frequentemente* com os incidentes.
Respostas possíveis: 1 - nunca; 2 - raramente; 3 - às vezes; 4 - frequentemente.

Os valores médios – da amostra completa e por tipo de OPM – dos incidentes frequentemente encontrados pelos policiais estão expostos na Tabela 10. Percebe-se que os incidentes comumente relacionados à criminalidade violenta (roubo, tráfico de drogas, apreensão de arma de fogo, homicídio e confronto armado), quase sempre de maior complexidade e risco, são mormente enfrentados pelos rotanzeiros do BPOT, no cotidiano do patrulhamento tático motorizado na Grande Belém. Além disso, situações de furto e de posse ou uso de drogas, menos graves porém ainda relativas ao crime contra o patrimônio (furto) e ao narcotráfico (drogas), também são mais frequentes aos policiais da OPM.

Nos capítulos anteriores, explanou-se que os rios da Amazônia se tornaram as principais vias de entrada e distribuição de drogas no Brasil e para a Europa. De tal modo, há décadas, o Pará enfrenta o crescente aumento da violência entre facções de narcotraficantes e milícias, que lutam entre si por rotas e territórios estratégicos, e delas com as forças policiais²² envolvidas no combate às drogas e à criminalidade violenta²³.

²² Deve restar claro que o breve resgate da contextualização do problema da violência letal intencional ligada ao narcotráfico no Pará não tem por fundo justificar a doutrina de “guerra às drogas e ao crime”.

²³ Os estados da região Norte foram os únicos do país que registraram o crescimento no número de mortes violentas intencionais, no ano de 2018 (cf. Anuário da Segurança Pública, 2019, *Infográfico*).

Tabela 10 – Exposição ao crime por tipo de ambiente criminal (BPM e BPOT).

Tipo de incidente frequente*	Amostra	Batalhões de área	BPOT	BPCHOQ	CIOE	Outras unidades especializadas
Roubo	3,51	3,51	3,94	3,12	3,00	3,22
Tráfico de drogas	3,41	3,41	3,90	3,04	2,91	3,12
Posse e uso de drogas	3,41	3,41	3,86	3,18	2,81	3,12
Apreensão de armas de fogo	3,00	3,00	3,83	2,79	2,88	2,84
Furto	3,46	3,45	3,79	3,05	2,71	3,16
Homicídio	3,10	3,11	3,67	2,72	2,84	2,71
Confronto armado	2,73	2,74	3,58	2,54	2,91	2,52
Perturbação do sossego	3,26	3,27	2,82	2,66	2,26	2,72
Desacato/desobediência	2,90	2,91	2,74	2,72	2,32	2,58
Rixa, via de fato	2,94	2,95	2,58	2,42	2,16	2,51
Violência doméstica	3,10	3,11	2,48	2,56	2,17	2,50
Violência sexual	2,39	2,39	2,31	2,27	1,94	2,12

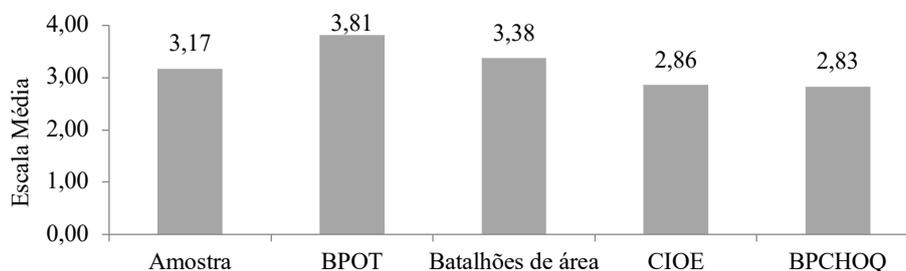
Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* Organizados segundo a ordem decrescente dos valores referentes ao BPOT.

Em contrapartida, os incidentes relacionados à ordem pública ou de natureza doméstica e sexual que, via-de-regra, oferecem pouca ameaça à integridade física do policial, são mais atendidos pelos Batalhões de área.

Seguindo a pesquisa referencial, criou-se um índice do ambiente criminal relacionado à violência vinculada ao narcotráfico²⁴ da média de três incidentes: Tráfico de drogas, Apreensão de armas de fogo e Homicídio. Na Ilustração 21, confere-se que os rotanzeiros são mais expostos ao “tipo de ambiente associado ao estilo de policiamento da guerra às drogas” (MANGALONI; CANO, 2016, p. 41) que os policiais dos batalhões de área.

Ilustração 21 – Índice do ambiente criminal específico*, por OPM/PMPA.



Fonte: Elaboração do autor.

*tráfico de drogas, apreensão de armas de fogo e homicídio.

Respostas possíveis: 1 - nunca; 2 - raramente; 3 - às vezes; 4 - frequentemente.

²⁴ O alfa de Cronbach do índice da guerra às drogas e a criminalidade violenta é substancial (0,61), no caso da PMPA, notando-se que contém apenas três itens. Bem inferior ao quase perfeito da PMERJ (0,83).

4.1.5 Estresse²⁵

Mangaloni e Cano anotam que o estresse é “uma dimensão clássica da literatura sobre o uso da força, pois pode induzir o policial a aumentar seus níveis de força durante o trabalho” (MANGALONI; CANO, 2016, p. 41). Observam que a rotina de exposição à violência concorre ao adoecimento corporal e psíquico do policial, num círculo vicioso onde o estresse pode ser tanto causa quanto efeito do recorrente uso da força.

Acredita-se que os policiais estejam sujeitos a níveis de estresse maiores que os da população, em geral²⁶. A Tabela 11 apresenta as respostas referentes à frequência de sintomas de estresse ocupacional, físicos e emocionais. Constata-se que 40,38% dos policiais responderam ter insônia, às vezes, e um número considerável afirmou sempre enfrentar dificuldades para dormir (18,27%). A maioria (78,41%) dorme de seis a oito horas por noite e 18,49% menos de seis horas. Um a cada cinco policiais é permanentemente tomado por sentimentos de raiva, desânimo e angústia. Cerca de dois em cada cinco experimentam incessantemente o medo de perder a família e igual montante (aprox. 40,00%) indicou se sentir enraivecido, angustiado e desanimado, em muitas ocasiões. De modo esporádico, a depressão atinge em torno de 20,00% dos respondentes e quase o mesmo percentual (18,61%) sofre com dor no peito e falta de ar. Próximo de um terço dos policiais se sente sozinho (28,94%), tem vontade de chorar (28,15%) ou, por vezes, prefere se isolar (26,46%). O mais alarmante é que 3,90% dos entrevistados, eventualmente, pensam em cometer suicídio e 2,30% admitem que cogitam fixamente dar fim a própria vida.

Há fortes indicativos de adoecimento laboral na tropa da PMPA, de acordo com a *escala de estresse*²⁷. Já recorreram ao atendimento psicológico 40,19% da amostra,

²⁵ “O estresse é um construto multifacetado e pode ser definido como um estado de desequilíbrio, uma interrupção da homeostase entre demandas internas ou externas e recursos pessoais ou sociais disponíveis para lidar com essas demandas” (COHEN; KAMARCK; MERMELSTEIN, 1983 *apud* PAPAGEORGIU *et al.*, 2018, p. 4, tradução nossa).

²⁶ Apenas para ilustrar, isto é, sem assegurar que a informação seja confiável e que ela retrate a realidade do Pará, o site *Universia Portugal* apresentou o ranking das profissões mais estressantes, em 2018, avaliadas com base em estatísticas globais. “Bombeiros, polícias e repórteres são algumas das profissões mais stressantes. Para quem gosta de viver no limite esta pode ser uma carreira aliciante [...] Os bombeiros, militares ou oficiais de polícia são profissões onde o stress é grande, o que se explica facilmente por serem trabalhos com alto risco de dano físico para si próprios ou os outros [...] O estudo realça ainda um fator curioso. O facto de existirem algumas pessoas que obtêm grande satisfação em trabalhar em profissões de alto stress que implicam perigo ou outras exigências como enfrentar o escrutínio do público”. Disponível: <<https://noticias.universia.pt/emprego/noticia/2018/05/29/1159888/quais-profisses-stressantes.html>>. Acesso: 28 out. 2019.

²⁷ Uma escala única foi criada como a média de todos os sintomas (sendo atribuído para cada item: 0 - nunca ou raramente; 1 - frequentemente ou às vezes), para testar sua relação com variáveis dependentes relevantes. O *alfa de Cronbach* para a *escala única do estresse* na PMPA é considerado *razoável* (0,25); em contraste, o alfa dessa escala na pesquisa referencial é *quase perfeito* (0,91), mesmo com itens dicotômicos. Constatou-se a fraca correlação positiva (ver Anexo G) entre os *índices de estresse* e o *índice de exposição à individual à violência criminal durante a infância e adolescência* ($r = 0,20$; $p < 0,001$) e se

principalmente de profissionais do Corpo Militar de Saúde da PMPA (29,50%). Alguns buscaram auxílio fora da organização policial (7,72%). Outros, ambos (2,97%). A maioria dos policiais acolhidos por psicólogos avaliou positivamente o atendimento (85,59%).

Tabela 11 – Policiais militares com sintomas de estresse ocupacional, na PMPA.

Você...?	Frequentemente	Às vezes
Tem insônia	18,27	40,38
Fica angustiada(a)	18,07	42,54
Tem vontade de chorar	8,42	28,15
Se sente sozinho	9,61	28,94
Fica com raiva	20,20	46,36
Fica com dor no peito/falta de ar	6,24	18,61
Fica deprimido	8,01	20,02
Pensa em acabar com a sua própria vida	2,30	3,90
Fica sem paciência com as pessoas/ prefere estar sozinho	11,07	26,46
Tem medo de perder a família	36,98	33,83
Fica desanimado	18,82	41,97

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* Respostas possíveis: 1 - nunca; 2 - raramente; 3 - às vezes; 4 - frequentemente.

A exposição à violência armada é uma das fontes mais óbvias de estresse, afirmam Mangaloni e Cano (2016, p. 43). No survey, 14,79% dos policiais afirmam que presenciaram um colega ser assassinado. Do mesmo modo, 27,57% responderam já ter visto um companheiro ser alvejado por arma de fogo sendo que, dessas respostas, um terço (32,99%) informa que o policial baleado faleceu.

O medo de morrer em serviço atinge 73,38% dos policiais e 19,07% deles assumem sentir muito medo. O montante de 26,62% informou não ter medo de morrer no trabalho, sendo impossível aferir a concretude da afirmação diante da possibilidade dos arroubos de valentia, porém, só 2,91% responderam não temer os riscos a que estão expostos seus familiares, em decorrência da sua condição de policial. Ou seja, o sentimento de medo, de diferentes modos, assola quase todos os policiais paraenses.

Sabe-se que a longa jornada de trabalho pode ser outra possível fonte de estresse. A maior parte dos policiais respondeu cumprir a jornada semanal de 42 horas de trabalho na PMPA (23,65%) e se apurou que, em média, os entrevistados trabalham 46 horas por semana na organização, contrariando a expectativa da sobrecarga abusiva de trabalho. Porém, cabe ressaltar que se forem acrescentadas à jornada média semanal dos policiais

verificou correlação positiva desprezível entre os índices de estresse e o índice de exposição à individual à violência criminal dentro do círculo imediato ($r = 0,07$; $p < 0,001$).

as 5,55 horas (valor médio) trabalhadas fora da PMPA²⁸, chegar-se-á perto de 52 horas de trabalho na semana. Deve-se ainda considerar que apenas 34,22% asseguraram não trabalhar fora da organização e que a maioria dos entrevistados preferiu não responder à questão (75,89%), talvez por receio de que a afirmação do envolvimento pessoal em bicos lhes trouxesse alguma consequência restritiva. Acredita-se, logo, que a quantidade de policiais que trabalha fora da PMPA seja consideravelmente maior do que a declarada, assim como o montante de horas trabalhadas por semana além do expediente e a somatória total das horas de trabalho semanais²⁹, aventando a provável longa jornada laboral comum aos policiais militares paraenses lotados na RMB.

4.1.6 Treinamento

Os policiais militares paraenses participantes do survey estão satisfeitos com o treinamento que receberam durante o período de formação acadêmica, à época em que foram admitidos na PMPA. O adestramento é considerado adequado ao trabalho policial (89,56%). A maior parte considera sua formação profissional como regular (38,33%), boa (38,15%) e ótima (11,52%). Em menor número, os entrevistados avaliam que o treinamento não se ajusta ao trabalho policial (10,22%) e que a formação profissional inicial é ruim (8,22%) ou péssima (3,78%).

Quanto à capacitação continuada e à atualização profissional, quase metade dos policiais informou ter participado de algum curso de capacitação ou treinamento nos últimos doze meses (44,89%). Boa parte deles (15,42%) frequentou o estágio de readaptação e atualização profissional³⁰ ou os cursos de habilitação à promoção hierárquica, no mesmo período.

Vale notar que, após saírem da escola de formação, a maioria passou por treinamento presencial sobre o uso escalonado da força (56,66%) e, em resposta à indagação sobre qualquer forma de treinamento realizada há menos de doze meses, 17,74% afirmaram ter participado de treinamentos para o uso da força letal.

²⁸ Fora da PMPA, notadamente, policiais se envolvem de modo informal na atividade de segurança privada, o famoso *bico*, que apesar de proibido é tacitamente consentido pelo comando da corporação. Também há quem trabalhe como motorista de aplicativo, professor, instrutor de artes marciais etc.

²⁹ Do mesmo modo que na pesquisa referencial, algumas respostas discrepantes foram desconsideradas por representarem jornadas de trabalho pouco críveis. Valores superiores a *98 horas/semanais* foram descartados para o cálculo das médias de horas trabalhadas, dentro e fora da polícia militar.

³⁰ O *Estágio de Readaptação e Atualização Profissional - ERAP* tem por propósito tornar novamente aptos para o trabalho os policiais militares da reserva que forem revertidos e reincluídos nas fileiras da PMPA. Por um lado, aproveita a longa experiência policial acumulada pelos reservistas e, por outro, possibilita que eles complementem a renda pecuniária mensal longe do arriscado *bico*.

Sobre a realização do último treinamento de arma de fogo, 15,66% responderam ter treinado há menos de seis meses e 30,81% admitiram que treinaram há menos de doze meses. Outros 40,94% anotaram ter participado de treinamento há menos de cinco anos, porém, não no último ano. Apenas 10,03% garantiram ter frequentado o último exercício com armas de fogo há mais de cinco anos e 2,56% alegaram nunca ter treinado com armas de fogo, o que se supõe inverossímil. Por outro lado, acredita-se que tenha ocorrido imprecisão na diferenciação entre ser instruído sobre o uso da força, fazer adestramento com armas de fogo e praticar tiro. De qualquer modo, o treinamento para o uso da força letal com o emprego das armas de fogo aparenta ser o mais comum na PMPA³¹.

Além dos tradicionais adestramentos para o uso das armas de fogo, os policiais estão capacitados para a utilização de um amplo conjunto de armamentos menos letais (Tabela 12). Das armas letais, tem maior abrangência o treinamento voltado ao uso da pistola (97,11%), a arma individual padrão do policial. Dentre os armamentos menos letais de uso comum, os entrevistados foram preparados, principalmente, para o manuseio da tonfa/bastão (79,98%) e da pistola elétrica (55,88%).

Tabela 12 – Treinamento com arma letal e menos letal na PMPA.

Recebeu treinamento para o uso do(a)...	%
Tonfa/Bastão	79,98
Pistola Elétrica (Taser)	55,88
Espargidor (lacrimogêneo ou pimenta)	46,08
Arma com munição de elastômero (borracha)	44,90
Granada de gás lacrimogêneo	42,38
Granada de efeito moral (luz e som)	42,38
Fuzil	55,04
Pistola	97,11

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

Os armamentos menos letais voltados ao controle de distúrbios civis e às ações táticas (espargidores lacrimogêneos, armas com munição de elastômero, granadas de gás e de efeito moral), bem como o fuzil, são exclusivamente destinados ao treinamento e ao apresto dos policiais militares integrantes das unidades do Comando de Missões Especiais. Considerando a pequena porção representativa do CME na composição da amostra da pesquisa (menos de 18%), conclui-se que os percentuais das respostas sobre o treinamento com os armamentos letais e menos letais de uso exclusivo não são menores e se mantiveram expressivos devido à massiva e permanente capacitação desses policiais.

³¹ Assim como se averiguou na PMERJ (cf. MANGALONI; CANO, 2016, p. 45).

4.1.7 Satisfação com o trabalho e clima institucional

Os entrevistados, em maior parte, estão felizes com as atividades que exercem na PMPA. Questionados diretamente sobre o grau de satisfação com o trabalho (ver Tabela 13), quase 40% responderam estar satisfeito e 8,46% se mostraram totalmente satisfeito. Em oposição, os pouco satisfeitos são 20,18% e totalmente insatisfeitos 8,37%. Outros 23,33% estão indiferentes, nem satisfeito nem insatisfeito. Por outro prisma, levando-se em conta os neutros, pode-se considerar que o trabalho deixa de agradar a maioria dos policiais (51,88%), em contraposição aos declaradamente satisfeitos (48,12%). Na Tabela 13, nota-se, ainda, o percentual expressivo de policiais militares que não respondeu à questão (10,95%).

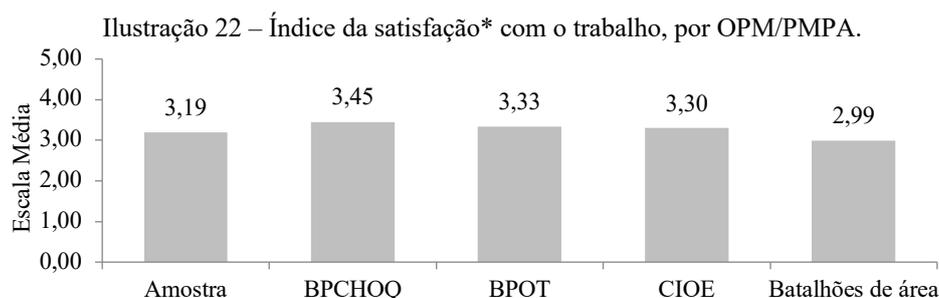
Tabela 13 – Satisfação dos policiais militares com o trabalho na PMPA.

Qual é o nível de satisfação com o seu trabalho?	n	%
Totalmente satisfeito	86	8,46
Satisfeito	403	39,66
Nem satisfeito nem insatisfeito	237	23,33
Pouco insatisfeito	205	20,18
Totalmente insatisfeito	85	8,37
Total	1.016	100,00

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* 125 policiais não responderam sobre o grau de satisfação.

A variável *satisfação* foi novamente mensurada numa escala de 1 a 5, com o valor 1 correspondendo a totalmente insatisfeito e 5 a totalmente satisfeito. Na Ilustração 22, verifica-se que os entrevistados que pertencem ao CME são os que mais gostam do trabalho que realizam, com destaque para os choqueanos, rotanzeiros e caveiras, todos com satisfação (valor médio) maior que a dos policiais militares ordinários dos batalhões de área, pouco insatisfeitos ou nem satisfeitos nem insatisfeitos com o batente.

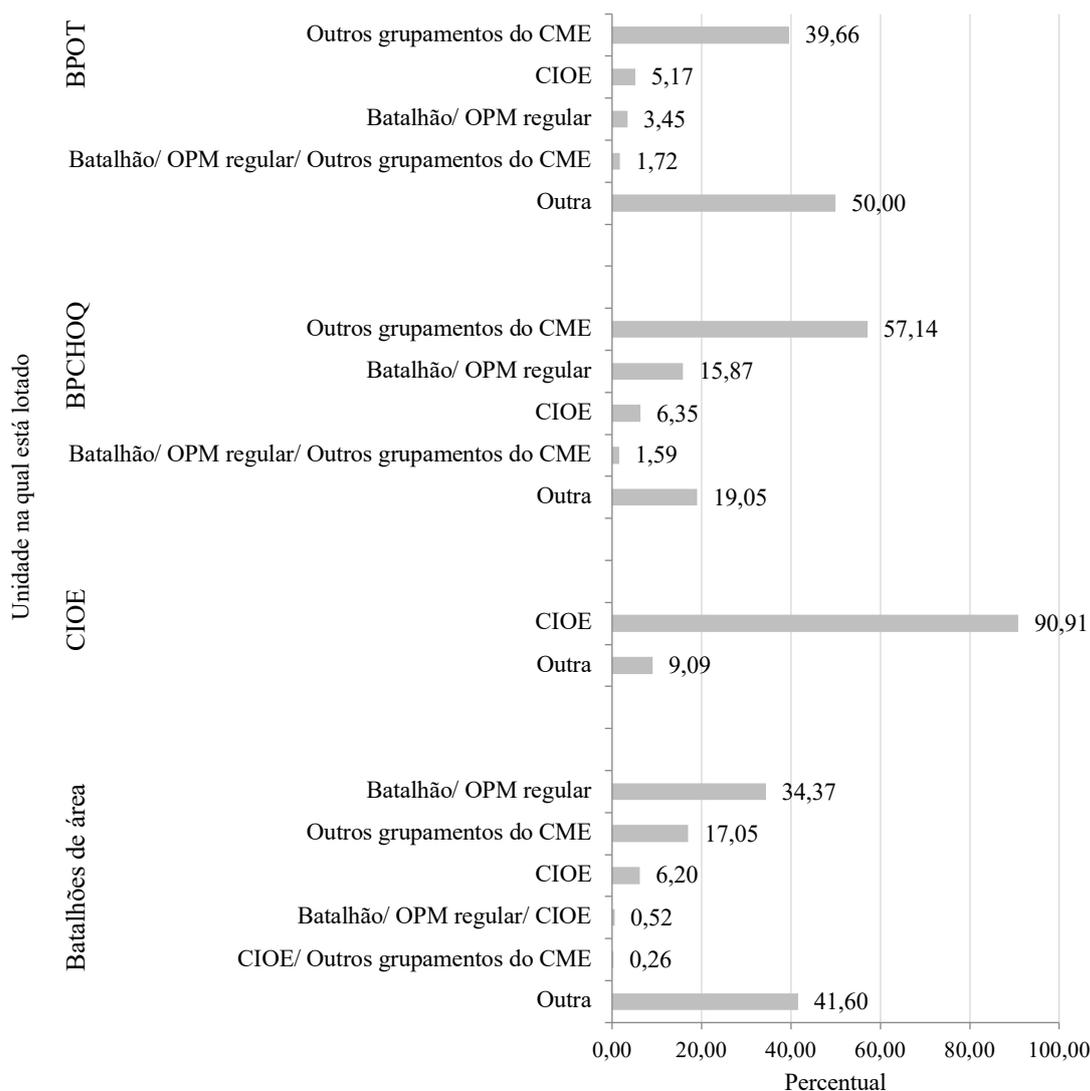


Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* Respostas possíveis: 1 - totalmente insatisfeito; 2 - pouco insatisfeito; 3 - nem satisfeito nem insatisfeito; 4 - satisfeito; 5 - totalmente satisfeito.

O possível impacto do “fato dos policiais exercerem ou não suas atividades onde gostariam efetivamente de trabalhar” sobre a satisfação com o trabalho é um dos elementos relevantes considerado por Mangaloni e Cano (2016, p. 45). Perguntou-se aos policiais em qual OPM escolheriam atuar, se pudessem escolher. Poderiam também escolher permanecer na unidade atual. As respostas foram agrupadas nas variáveis: Batalhão/OPM regular; CIOE; Outros grupamentos do CME; e Outra³² (Ilustração 23).

Ilustração 23 – OPM que os policiais militares escolheriam para trabalhar na PMPA*.



Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* Agrupados nas unidades onde se encontram servindo atualmente.

** 15 respondentes do BPOT, 8 do BPCHOQ, 1 da CIOE e 110 dos Batalhões de área não informaram qual OPM escolheriam para atuar.

³² A variável *Outra* engloba uma gama de organizações policiais militares não contempladas nas demais variáveis, a exemplo das unidades do CPE, das escolas de formação, das unidades administrativas e de saúde, das assessorias policiais militares junto às secretarias de governo do estado, dos municípios paraenses e de outros poderes estaduais (Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa etc.).

Nota-se que nove em cada dez policiais de operações especiais não pensa em deixar sua unidade (90,91%). Vale lembrar que, aos moldes do famoso BOPE/PMERJ, os transferidos para a CIOE são obrigados a passar por um rígido processo seletivo e duros treinamentos que, ao final, concorrem para o fortalecimento da coesão do grupo e do orgulho pessoal de ser caveira e integrar a força de elite da PMPA. Em compensação, lá também se nota o maior percentual de policiais totalmente insatisfeitos com o trabalho (12,12%). Ao que parece, nem todos conseguem se ajustar aos rigores da OPM.

Já nos batalhões de área, três em cada dez policiais que realizam o patrulhamento ostensivo ordinário não gostariam de deixar sua unidade (34,37%), ainda que 11,19% deles tenha protestado estar totalmente insatisfeito com o trabalho, da mesma maneira que os companheiros da CIOE.

Concentrados em extremos, boa parte dos entrevistados afirmou que gostaria de mudar radicalmente de OPM: pouco mais de 19,32% anseia deixar o CME para trabalhar num batalhão de área e quase o mesmo percentual (aproximadamente 23,51%) de policiais dos batalhões de área almeja um dia integrar o Comando de Missões Especiais.

Curiosamente, a ROTAM (BPOT) foi apontada como local de trabalho mais desejado (55,32%), sugerindo que há na PMPA muitos policiais militares que se identificam com a arriscada atividade de patrulhamento tático urbano e que, notadamente, apoiam o enfrentamento mais vigoroso à criminalidade violenta, marca inegável da unidade. Cogita-se que o elevado prestígio social que os rontanzeiros gozam dentro e fora da caserna também intervenha na escolha.

Por sua vez, o orgulho que os policiais possuem em relação ao seu trabalho foi aferido enquanto outra dimensão importante relacionada à satisfação laboral. A Tabela 14 apresenta as respostas, em escala. A maioria dos entrevistados tem considerável brio pela atividade que realiza na PMPA (66,86%).

Tabela 14 – Orgulho de ser policial militar na PMPA.

Como você se sente em relação ao trabalho que desempenha na polícia?	n	%
Muito orgulhoso(a)	275	26,65
Orgulhoso(a)	415	40,21
Pouco orgulhoso(a)	228	22,09
Nada orgulhoso(a)	114	11,05
Total	1.032	100,00

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* 109 policiais não responderam sobre o grau de satisfação.

Em sintonia com os achados de Mangaloni e Cano (2016, p. 50), observa-se uma fraca correlação positiva³³ entre orgulho e satisfação, ligados às atividades desempenhadas na PMPA, indicando que quanto mais orgulhoso, mais satisfeito está o policial. Aqueles que afirmaram sentir muito orgulho do trabalho desempenhado possuem a média de 3,71 na escala de satisfação, e os nada orgulhosos têm média de 2,10³⁴. Além disso, constata-se que a distribuição do sentimento de orgulho reflete a satisfação com o trabalho, por tipo de unidade policial³⁵.

No que tange ao exame do clima institucional, nota-se a mesma polarização averiguada entre policiais satisfeitos e insatisfeitos. O conjunto de entrevistados que avalia ser tratado com respeito na PMPA (34,13%) e o que concorda que os policiais se sentem respeitado por seus superiores (37,51%) se contrapõem aos montantes dos que não se julgam respeitados na organização (34,13%) e daqueles que discordam que os demais policiais se sintam respeitados (30,15%). Pode-se, noutro ângulo, concluir que na organização não prepondera o desrespeito no trato dos superiores com os subordinados, somando as avaliações abertamente positivas ao vultoso número (aprox. 30,00%) de respostas que assinalam neutralidade (nem respeitado e nem desrespeitado).

Em contraste, impera entre os entrevistados o entendimento de que, na corporação falta reconhecimento pelo trabalho exercido, pois só 34,65% concordaram que, nas suas unidades, os policiais são premiados e reconhecidos adequadamente por desempenhar o seu dever, contestando os 47,49% que discordaram da afirmação. Cabe enfatizar que no item do questionário que expressava a ideia oposta (na sua unidade, não existem procedimentos adequados para recompensar policiais que cumprem o seu dever), apurou-se que 53,85% dos policiais concordaram com a frase enquanto apenas 28,23% discordaram, ratificando a análise.

Logo, falta-lhes o reconhecimento da PMPA pelo notável esforço e dedicação pessoal, ainda que, em geral, os policiais não se sintam desrespeitados na organização. Decerto que um ambiente de trabalho assim se mostra pouco estimulante³⁶.

³³ $r = 0,42$; $p < 0,001$.

³⁴ A diferença das médias é fortemente significativa ($F = 73,30$; $g.l. = 3$; $p < 0,001$); ver Anexo H.

³⁵ Apresentadas no formato “unidade policial (coeficiente de Pearson): valor médio aferido na escala de satisfação entre os policiais da unidade que sentem *muito orgulho do trabalho desempenhado* e valor médio de satisfação dos *nada orgulhosos*”, tem-se: Outras unidades especializadas ($r = 0,49$): 4,19 e 2,23; CIOE ($r = 0,46$): 3,91 e 2,00; Batalhões de área ($r = 0,42$): 3,49 e 1,96; BPCHQ ($r = 0,33$): 4,10 e 3,00. No caso do BPOT, observa-se que os rotanzeiros *muito orgulhosos do trabalho* têm a média de 3,71 na escala de satisfação e 2,80 os *nada orgulhosos*, a despeito da correlação ser estatisticamente *desprezível* ($r = 0,18$).

³⁶ Ser reconhecido por chefias superiores e colegas de equipe está entre os fatores julgados mais importantes, na avaliação das fontes de mal-estar pertinentes às relações socioprofissionais de trabalho. (FERREIRA, 2011, p. 49).

Outra subdimensão do clima institucional concerne à disciplina e aos procedimentos disciplinares. Um bloco de questões perguntou se o entrevistado temia ser detido ou preso devido a uma série de acontecimentos específicos. Obteve-se as seguintes respostas: 78,90% informaram ter medo de ser preso por algum erro cometido por um amigo no trabalho; 71,97% como resultado do seu próprio erro no trabalho; 70,00% por causa de falsas denúncias; 58,60% temiam ser presos por perseguição; e 84,83% por ferir um inocente³⁷; 40,42% disseram ter medo de ser presos por cumprir o seu dever como policial. Conforme anotaram os autores da pesquisa referencial, “uma significativa fração da polícia acredita que o desempenho de suas funções pode ser perigoso, havendo uma contradição entre as obrigações e o sistema disciplinar vigente” (MANGALONI; CANO, 2016, p. 49). Trata-se da velha tensão do dilema entre a lei e a ordem³⁸.

Outro conjunto de questões indagou sobre a experiência direta do policial com o sistema disciplinar da PMPA. Da amostra, 37,96% afirmaram já ter recebido alguma advertência ou punição considerada injusta, majoritariamente prisão (29,43%). Boa parte (37,27%) conhece ao menos um companheiro de equipe ou guarnição investigado ou condenado por conduta ilegal. Foi perguntado se conheciam pessoalmente policiais expulsos da corporação e 91,40% declararam que conheciam ao menos um policial expulso e 48,49% mais de dois; sublinha-se que apenas 41,89% responderam à questão.

Poucos (14,34%) admitiram já ter precisado denunciar algum ato de abuso de autoridade cometido por companheiros de trabalho e, surpreendentemente, 5,67% confessaram ter visto outro policial matar alguém desarmado. Isto é, 58 policiais admitiram ter presenciado o cometimento de execução sumária, porém, não se pode validar a exatidão da informação³⁹, atentando que entrevistados podem ter decidido omitir sua proximidade desse ato cruel e legalmente condenável, julgando-a comprometidora.

Em resumo, o survey indica que a PMPA enfrenta sérios problemas disciplinares. As estatísticas estão alinhadas ao cenário apontado no Relatório de atividades da Corregedoria Geral da PMPA 2018. O documento mostra que apenas no ano de aplicação do questionário, 175 policiais foram punidos. Têm destaque 21 expulsões, 91 prisões por ordem judicial e 62 autuações em flagrante por diversos crimes, principalmente,

³⁷ Mangaloni e Cano (2016, p. 51) consideram essa resposta “muito reveladora em relação à intensidade e à natureza do uso da força letal por parte da polícia, uma vez que uma clara maioria tem medo de que a força possa vitimar pessoas inocentes”.

³⁸ Verificou-se que há, nos policiais paraenses, maior medo do sistema disciplinar em comparação aos coirmãos da PMERJ. Isso pode concorrer para a menor “solidariedade na transgressão” (MANGALONI; CANO, 2016, p. 52) notada na PMPA, do que na pesquisa referencial.

³⁹ Cabe ressaltar que somente 118 entrevistados (10,34%) deixaram de responder à questão.

homicídio, roubo e extorsão, tipos penais que juntos correspondem a mais da metade das condenações de policiais, naquele ano. Além disso, a correição na PMPA parece carecer de legitimidade interna, posto que dois em cada cinco policiais alegaram temer, inclusive, serem punidos por cumprir com o dever, ou seja, por fazer o que acreditam ser correto.

Quanto às questões indagando sobre as prioridades institucionais, metade dos respondentes (49,69%) concordaram que a prioridade é apreender drogas e armas durante o serviço, em confrontação aos 31,07% discordantes (ver Tabela 15).

Tabela 15 – Prioridade da apreensão de drogas e armas, por OPM/PMPA *.

A prioridade é apreender drogas e armas durante o serviço.	Amostra		BPOT	BPCHOQ	BPM área	Outras espec.	CIOE
	n	%	%	%	%	%	%
Concorda totalmente	189	18,94	34,37	12,12	18,28	18,75	15,63
Concorda	307	30,75	42,19	37,88	31,38	26,17	18,75
Não concorda nem discorda	192	19,24	6,25	15,15	23,28	13,28	28,13
Discorda	230	23,05	10,94	22,73	20,34	31,64	28,13
Discorda totalmente	80	8,02	6,25	12,12	6,72	10,16	9,36
Total	998	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* 143 policiais não responderam sobre a prioridade.

Da mesma forma, nota-se na Tabela 16 que a afirmação de que os policiais são premiados com folgas ou dispensas por apreenderem drogas obteve 50,95% de consentimento e 35,18% de discordância. Os dados sugerem que os objetivos e os procedimentos relacionados à tradicional doutrina da “guerra às drogas” estão presentes.

A visão institucional da Polícia Militar do Pará parece estar centrada na luta contra as drogas e a criminalidade violenta como objetivo principal, contudo, não se constata a mesma repercussão em todos os tipos de OPM⁴⁰.

Tabela 16 – Premiação por apreensão de drogas, por OPM/PMPA *.

O policial é premiado com folgas ou dispensas por apreender drogas.	Amostra		BPOT	BPM área	BPCHOQ	Outras espec.	CIOE
	n	%	%	%	%	%	%
Concorda totalmente	163	16,38	17,19	18,17	12,50	13,33	14,71
Concorda	344	34,57	45,30	38,23	31,24	25,88	23,53
Não concorda nem discorda	138	13,87	9,38	15,92	12,50	10,20	17,65
Discorda	211	21,21	12,50	16,78	28,13	30,20	32,35
Discorda totalmente	139	13,97	15,63	10,90	15,63	20,39	11,76
Total	995	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* 146 policiais não responderam sobre a premiação.

⁴⁰ Estatisticamente, não há diferença entre elas (chi-quadrado = 1,00; g.l. = 1; p = 0,342); ver Anexo I.

Confirmando o premeditado, a ênfase parece ser mais intensa no BPOT do que nos outros tipo de OPM. Igualmente sem muita surpresa, a CIOE apresentou os menores percentuais, supõe-se que em razão da unidade atuar quase exclusivamente em ocorrências com tomada de reféns, rebeliões em casas penais, escoltas de alto risco, captura de criminosos em áreas de mata ou de difícil acesso, explosivos e outras ações do tipo. Na PMPA, os caveiras passam boa parte do serviço aquartelados, treinando ou em prontidão, ou seja, afastados da pressão das ruas e de embates com a criminalidade corriqueira da metrópole.

4.1.8 Doutrina policial e valores relacionados ao uso da força

Destinou-se um bloco de itens do questionário para aferir as representações dos entrevistados sobre policial e sobre doutrina de policiamento (ver Tabela 17).

Observa-se que há ampla variação na percepção dos policiais sobre os princípios do policiamento. A maioria dos profissionais tende a ser favorável à aproximação da polícia com a sociedade e rejeitam uma visão negativa sobre os moradores de invasões, mas também consideram os direitos humanos um empecilho ao combate à criminalidade.

Tabela 17 – Concordância com a escala de doutrina policial, na PMPA.

Itens da escala de doutrina policial	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
A proximidade com a sociedade distrai a polícia de seu objetivo principal que é combater os criminosos.	6,79	10,08	9,52	44,86	28,75
Os direitos humanos com frequência se tornam um obstáculo para combater o crime.	41,97	35,07	8,88	9,45	4,63
Os moradores das invasões geralmente são pessoas perigosas e associadas ao crime.	4,22	8,63	20,83	46,62	19,70
A polícia seria mais eficiente se usasse mais força.	11,89	19,18	21,67	39,88	7,38
Bandido bom é bandido morto.	27,06	24,93	24,93	16,65	6,43
A proximidade com a sociedade é uma boa estratégia para combater o crime com menos violência.	35,55	44,32	11,46	6,74	1,93

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

Com o propósito de aferir como os entrevistados interpretam o policiamento, Mangaloni e Cano definiram um *continuum* da representação, do seguinte modo:

Em um extremo, teríamos a concepção tradicional de policiamento percebida como um enfrentamento armado contra criminosos, enquanto se considera que os direitos humanos são um obstáculo para sua tarefa. Em última análise, essa visão pode ser resumida pela ideia de “guerra contra o

crime”. No outro extremo, o policiamento é percebido como um trabalho que precisa de um estreitamento de laços com a comunidade e do respeito aos direitos humanos. Podemos chamar essa percepção de “policiamento de proximidade”, sem a pretensão de definir tal doutrina em detalhe, apenas como uma visão geral de um serviço policial mais orientado para os cidadãos e mais respeitador de direitos. (MANGALONI; CANO, 2016, p. 56).

Para mensurar esse *continuum*, os autores atribuíram valores de zero a quatro às respostas⁴¹ a cada um dos seis itens apresentados na Tabela 16, e computaram uma escala média para esses itens de doutrina policial.

Nessa escala, zero significaria que o policial é plenamente identificado com a percepção sobre “*policiamento de proximidade*” (proximidade com a comunidade e respeito aos direitos humanos). Por outro lado, quatro indicaria uma plena adesão à visão mais voltada ao confronto, identificada com a “*guerra contra o crime*” (distanciamento da comunidade, desrespeito aos direitos humanos e alta adesão ao uso da força). (*Idem*).

Após codificarem as escalas na mesma direção, foram calculadas médias para formar a versão final *da escala de doutrina policial*⁴² apresentada na Tabela 18.

Tabela 18 – Média da escala* de doutrina policial, por tipo de OPM/PMPA.

Organização policial militar	n	Média	Desvio padrão
BPCHOQ	65	1,85	0,56
Batalhões de área	561	1,79	0,64
BPOT	68	1,78	0,62
Outras unidades especializadas	252	1,72	0,61
CIOE	34	1,66	0,65

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* Um total de 6 policiais do BPCHOQ, 116 dos Batalhões de área, 5 policiais do BPOT e 33 de outras unidades especializadas não responderam todos os itens utilizados na escala de doutrina policial, sendo então desprezados.

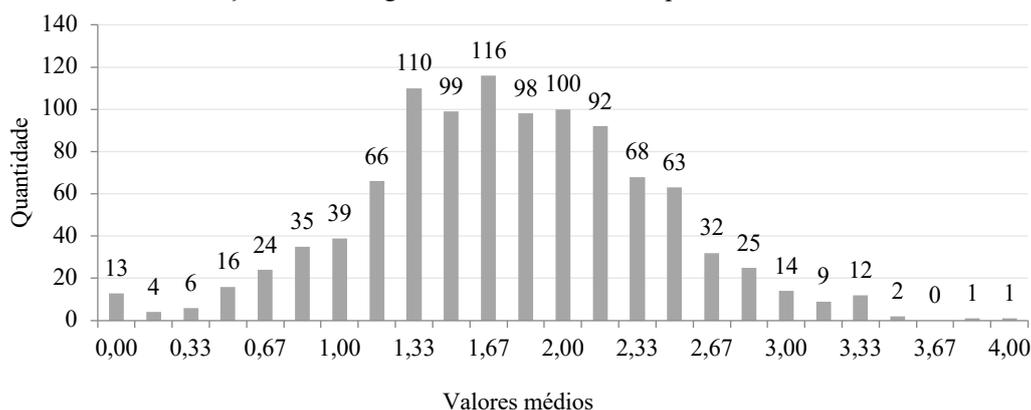
O histograma exibido como Ilustração 24 mostra a distribuição das médias da escala de doutrina policial. Verifica-se a concentração maior do valores intermediários e pouca nos extremos, notadamente menor no que se refere à guerra contra o crime. A média da amostra (1,76) é bem próxima ao ponto médio da escala⁴³.

⁴¹ Respostas e valores correspondentes: concordo totalmente = 0; concordo = 1; não concordo nem discordo = 2; discordo = 3; discordo totalmente = 4.

⁴² Uma análise fatorial exploratória confirmou que todos os seis itens saturam em um mesmo fator e o coeficiente *alfa de Cronbach* alcança 0,59 (*moderado*), notando o conjunto pequeno de itens.

⁴³ Os valores médios para cada OPM mostram que elas não são muito diferentes uma das outras em termos da doutrina preconizada por seus policiais, embora estatisticamente as diferenças sejam significativas (F = 210,7; g.l. = 3; p < 0,001).

Ilustração 24 – Histograma: escala de doutrina policial*, da PMPA.



Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* 0 - policiamento de proximidade; 4 - guerra contra o crime.

Com ceticismo, observa-se que os policiais de CIOE estão mais inclinados ao policiamento de proximidade e aos direitos humanos do que os demais, inclusive do que os policiais dos batalhões de área, envolvidos no policiamento ostensivo diário e que, por isso, habitualmente, interagem bastante com a população. Quiçá, o maior afastamento dos problemas triviais da segurança pública seja, justamente, o fator decisivo que pode explicar a percepção dos itens de doutrina policial observada entre os caveiras.

De outro ponto de vista, o dado controverso faz lembrar do comentário de Robert Reiner, enfatizando que:

os policiais regularmente falham em pôr em prática as atitudes que expressam na cantina ou em entrevistas [...]. Inclusive deve ser feita uma distinção importante entre a ‘cultura policial’ – a orientação tida e expressa por policiais no curso de seu trabalho – e a ‘cultura cantineira’ – os valores e crenças mostrados na socialização fora do ‘cumprimento do dever’ [...] (REINER, 2004, p. 131).

4.2 ESCALAS E REGRESSÕES SOBRE A DOUTRINA POLICIAL E O USO DA FORÇA

Os fatores que podem influenciar crenças e atitudes individuais dos policiais militares paraenses relacionadas à doutrina policial foram testados, adotando-se fielmente o procedimento da pesquisa referencial. A escala de doutrina policial foi submetida à

vários modelos de regressão linear múltipla por meio do método dos mínimos quadrados ordinários (MQO⁴⁴), com o auxílio do software *SPSS Statistics*, da IBM.

As variáveis referentes às categorias sociodemográficas, histórico pessoal e elementos institucionais e organizacionais, mostradas nas explicações anteriores, foram elencadas como variáveis independentes – ou preditores – que se relacionam com a doutrina policial, a variável dependente. A relação positiva indica propensão à “guerra contra o crime” e a relação negativa tendência ao “policiamento de proximidade”. O número decimal corresponde ao valor estimado da interferência particular de cada variável, mantidas constantes as demais. Conferiu-se o nível de significância estatística (*p-valor*) particular de cada fator.

Para simplificar o modelo completo e dar ênfase aos preditores com nítida interveniência na variável resposta, diversas categorias originais foram recodificadas e algumas fundidas e unificadas. As variáveis independentes foram inseridas em blocos temáticos originando sucessivas versões do modelo de regressão. A métrica dos preditores incluídos na análise estatística está descrita na Tabela 19. Os preditores estão agrupados por temas.

Primeiramente, foram incluídas seis variáveis sociodemográficas. Em sequência, para a segunda regressão, adicionou-se quatro variáveis independentes relacionadas ao histórico individual de exposição à violência criminal na fase da infância ou adolescência do entrevistado. Para modelar a terceira versão, além das variáveis sociodemográficas e do histórico individual, foram acrescentados ao modelo outros elementos institucionais e organizacionais, a maioria relacionada à função que cada policial exerce na atualidade e àquelas que já desempenhou.

No que tange à admissível endogeneidade da variável *percepção sobre a frequência dos confrontos armados na rotina do trabalho*, por exemplo, os autores consideram possível que policiais mais identificados com a doutrina de “guerra contra o crime” tenham superestimado o número de episódios, embora, também entendam que a atuação num contexto criminal de maior perigo certamente favoreça a disposição do policial ao confronto⁴⁵.

⁴⁴ Na pesquisa referencial, o método MQO foi nominado em inglês: Ordinary Least Squares (OLS). O método de mínimos quadrados ordinários é um procedimento de estimação utilizado na regressão simples e múltipla em que os coeficientes de regressão são estimados de forma a minimizar a soma total dos quadrados dos resíduos, resumindo a relação linear entre Y e Xi (cf. KRUEGER, LEWIS-BECK, 2008; HAIR *et al.*, 2009). Para melhor entendimento, consultar o Anexo J.

⁴⁵ Cf. MANGALONI; CANO, 2016, p. 64.

Tabela 19 – Preditores dos modelos de regressão da doutrina policial na PMPA.

Tema	Variável independente	Descrição	Tipo
Sociodemografia	Sexo	“mulher” = 0; “homem” = 1	<i>dummy</i>
	Raça/cor	“branco” = 0; “não-branco” = 1	<i>dummy</i>
	Idade	quantidade em anos	quantitativa
	Escolaridade	“outro nível de escolaridade” = 0; “superior completo ou incompleto” = 1	<i>dummy</i>
	Ausência de religião	“tem” = 0; “não tem religião, independente de crer em Deus ou não” = 1	<i>dummy</i>
	Frequência à cultos e cerimônias religiosas	“diariamente” (variável omitida) é a categoria de referência para cinco variáveis <i>dummies</i> : “uma vez por semana”, “uma vez ao mês”, “uma vez a cada seis meses”, “uma vez por ano” e “nunca”; todas aferidas como: “não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
	Filhos	“não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
Histórico de exposição à violência	Escala de exposição à violência criminal durante a infância e a adolescência	índice de exposição individual ao crime e à violência, na infância e adolescência do policial	quantitativa
		índice de exposição de parentes e amigos ao crime e à violência, na infância e adolescência do policial	quantitativa
	Cresceu em área de ocupação irregular	“não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
	Foi espancado pelos pais na infância/adolescência	“não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
Trajetória institucional	OPM atual	“outras unidades especializadas” é a referência das quatro <i>dummies</i> “CIOE”, “BPOT”, “Batalhão de área” e “BPCHOQ”, conferidas “não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
	OPM que já trabalhou	“outras unidades especializadas” é a referência das quatro <i>dummies</i> “CIOE”, “BPOT”, “Batalhão de área” e “BPCHOQ”, aferidas “não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
	Posto/Graduação	“cabo/soldado” é referência das <i>dummies</i> “subtenente/sargento” e “tenente”, aferidas “não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
	Função que desempenha	“policimento ostensivo a pé” é a referência das três <i>dummies</i> “radiopatrulhamento motorizado ou policiamento rodoviário”; “policimento especializado do CME, exceto tático motorizado” e “patrulhamento tático motorizado”; conferidas “não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
	Transferências de OPM	quantidade de unidades em que o policial já trabalhou	quantitativa
	Promoção por merecimento ou bravura	“não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
Qualidade de vida no trabalho	Escala de estresse	Índice de sintomas de estresse	quantitativa
	Percepção sobre o grau de respeito que a sociedade sente pelo policial	“muito respeitado/respeitado” é a referência das duas <i>dummies</i> “nem respeitado nem desrespeitado” e “desrespeitado/muito desrespeitado”, aferidas “não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
	Percepção sobre o grau de respeito da PMPA em relação ao policial	“muito respeitado/respeitado” é a referência das duas <i>dummies</i> “nem respeitado nem desrespeitado” e “desrespeitado/muito desrespeitado”, aferidas “não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
	Satisfação no trabalho	“totalmente satisfeito/satisfeito” é a referência das duas <i>dummies</i> “nem satisfeito nem insatisfeito” e “insatisfeito/totalmente insatisfeito”, aferidas “não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
	Orgulho de ser policial	“muito orgulhoso/orgulhoso” é a referência das duas <i>dummies</i> “pouco orgulhoso” e “nada orgulhoso”, conferidas “não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
Contexto criminal	Percepção sobre a frequência de confrontos armados na rotina de trabalho	“nunca/raramente” é a referência das duas <i>dummies</i> “às vezes” e “frequentemente”, aferidas “não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
	Presenciou um companheiro policial ser morto	“não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

Ademais, decidiram também incluir no quarto modelo uma variável que registra se o respondente foi alguma vez testemunha direta do assassinato de outro policial. “Essa é uma experiência extrema e potencialmente traumática, podendo induzir o policial a usar mais a força” (MANGALONI; CANO, 2016, p. 64), anotam. Os autores avaliam que a variável pode também funcionar como uma medida indireta⁴⁶ do ambiente criminal, considerando que as mortes de policiais serão mais prováveis em locais que oferecem maior perigo. O quarto modelo corresponde, assim, a versão que reúne todas as dimensões com possibilidade de exercer influência em atitudes individuais e crenças relacionadas à doutrina policial na PMPA.

Na Tabela 20 estão dispostos os coeficientes obtidos nas consecutivas regressões. As colunas enumeradas de 1 a 5 mostram os resultados das modelagens dos blocos de preditores gradualmente adicionados. O modelo 4 é o mais completo.

Em particular, a coluna 5 exhibe os coeficientes do modelo mais completo submetido ao efeito fixo por OPM, com o objetivo de controlar o efeito sobre a variável dependente do possível viés de variáveis omitidas relacionadas a aspectos não observados, como por exemplo, o efeito da socialização profissional, a influência dos comandantes sobre o uso da força e o contexto criminal enfrentado, específico de cada unidade policial militar. Segundo os autores,

[...] esse último modelo controla a influência de cada unidade e seu possível impacto, tal como o efeito de socialização da unidade sobre seus integrantes [...] estima a diferença na doutrina policial ‘intraunidade’, ou seja, entre os policiais da mesma unidade”. (*Ibid.*, p. 70-71).

Examinando primeiramente os coeficientes das variáveis sociodemográficas, nota-se que:

- o gênero não apresenta efeito significativo na doutrina policial, a despeito da predominância masculina. Tampouco a raça/cor, a idade, a escolaridade, e o fato do policial ter filhos, frustrando algumas expectativas;
- a maior participação em cultos e cerimônias religiosas está correlacionada com o “policiamento de proximidade”. Em antagonismo, são mais propensos à doutrina da “guerra contra o crime” os policiais que não frequentam ou que só comparecem às cerimônias religiosas uma vez ao ano.

⁴⁶ A variável que registra se o respondente presenciou o assassinato de um policial foi concebida como uma variável *proxy* utilizada para mensurar o ambiente criminal, uma vez que se presume guardar com ele relação de pertinência.

Tabela 20 – Modelos de regressão linear múltipla MQO: doutrina policial na PMPA.

Variáveis independentes (<i>preditores</i>)	Coeficientes estimados				
	1	2	3	4	5
Homem	-0,036	-0,039	-0,178	-0,115	-0,088
Não-branco	0,047	0,011	0,011	-0,011	-0,036
Idade	0,002	0,004	0,004	0,004	0,003
Nível educacional superior completo/incompleto	0,064	0,043	0,023	0,012	0,021
Sem religião	0,050	0,133*	0,104	0,101	0,073
Nunca frequenta cultos religiosos	0,051**	0,042	0,040	0,057	0,067*
Frequenta cultos uma vez ao ano	0,069***	0,069**	0,082**	0,114***	0,116***
Frequenta cultos duas vezes ao ano	0,034	0,026	-0,001	0,047	0,054
Frequenta cultos uma vez ao mês	0,028	0,046	0,050	0,118	0,119
Frequenta cultos semanalmente	0,010	0,050	-0,014	0,133	0,121
Tem filhos	0,103	0,067	0,083	0,046	0,060
Exposto à violência criminal na infância e adolescência (índice)		0,007	0,042	-0,037	-0,044
Amigos/parentes expostos à violência criminal na infância do policial (índice)		0,001	-0,058	-0,060	-0,066
Cresceu em área de ocupação irregular		0,076	0,034	0,047	0,058
Foi espancado pelos pais na infância/adolescência		0,001	0,104	0,138	0,142
Trabalha na CIOE			-0,209	-0,173	-
Trabalha no BPOT			-0,119	-0,091	-
Trabalha no BPCHOQ			0,064*	0,038	-
Trabalha em Batalhões de área			-0,021	-0,031	-
Já trabalhou na CIOE			-0,087	-0,169	-0,236
Já trabalhou no BPOT			-0,084	-0,080	-0,103
Já trabalhou no BPCHOQ			-0,038	-0,030	-0,027
Já trabalhou em Batalhões de área			-0,037	-0,028	-0,022
Sargento/Subtenente			-0,023	-0,021	-0,013
Tenente			-0,032	-0,036	-0,044
Radiopatrulhamento motorizado/policiamento rodoviário			0,020	0,055	0,066
Policiamento especializado no CME, exceto tático motorizado			0,167*	0,185*	0,101
Patrulhamento tático motorizado			0,046	0,109	0,054
Transferências de OPM			0,021	-0,008	-0,002
Já foi promovido por merecimento ou bravura			0,002	0,015	0,024
Apresenta sintomas de estresse (índice)				-0,038	-0,046
Sente-se nem respeitado nem desrespeitado pela sociedade				-0,025	-0,012
Sente-se desrespeitado/muito desrespeitado pela sociedade				-0,026	-0,023
Sente-se nem respeitado nem desrespeitado pela PMPA				-0,142	-0,138
Sente-se desrespeitado/muito desrespeitado pela PMPA				-0,051	-0,050
Sente-se nem satisfeito nem insatisfeito com o trabalho				0,045	0,061
Sente-se pouco insatisfeito/totalmente insatisfeito com o trabalho				0,062	0,071
Sente-se pouco orgulhoso do trabalho				-0,011	-0,019
Sente-se nada orgulhoso do trabalho				-0,106	-0,107
Confrontos armados ocorrem às vezes no trabalho				0,072	0,074
Confrontos armados ocorrem frequentemente no trabalho				-0,005	-0,009
Presenciou um companheiro policial ser morto				0,136	0,142
Efeito fixo por OPM	Não	Não	Não	Não	Sim
Observações	990	734	387	311	312
R2 ajustado	0,036	0,031	0,043	0,012	0,014

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

*Significativo, com alfa = 0,05. ** Significativo, com alfa = 0,01. *** Significativo, com alfa = 0,001.

Por sua vez, o exame dos coeficientes dos preditores do histórico individual de exposição à violência criminal do entrevistado esclarece que:

- a exposição à violência criminal, pessoal ou de amigos e parentes, na fase da infância ou adolescência do entrevistado, não apresenta significância estatística que assinala sua interdependência com atitudes individuais e crenças relacionadas à doutrina policial, contrariando o esperado;
- de igual maneira, o fato do policial ter crescido em área de ocupação irregular ou de ter sido agredido pelos pais não apresentam correlação significativa.

Quanto aos coeficientes das variáveis relacionadas a trajetória institucional do policial, verifica-se que:

- o tipo de OPM onde o policial trabalha aparenta ter pouca influência sobre a percepção da doutrina. A única exceção averiguada concerne ao BPCHOQ, cuja doutrina está mais inclinada ao policiamento repressivo, contudo o coeficiente perder a leve significância com a inclusão das variáveis de qualidade de vida no trabalho e de contexto criminal;
- as funções que policiais desempenham no CME – curiosamente, à exceção do patrulhamento tático motorizado característico do BPOT – parecem ter leve efeito sobre a doutrina associada às crenças e atitudes mais belicosas;
- o fato de já ter trabalhado em outro tipo de OPM, o posto/graduação, a mobilidade entre as OPM e as promoções por merecimento e bravura têm correlações estatisticamente desprezíveis com a variável resposta.

Os resultados da quarta regressão com o modelo completo estão exibidos na Tabela 19 (modelo 4). Pouco reveladores, comunicam que:

- a rara participação em cultos e cerimônias religiosas favorece a adesão às crenças e atitudes mais voltadas à “guerra contra o crime”;
- a religião e o local de trabalho não interferem na doutrina policial, visto que as variáveis não ter religião e trabalhar no BPCHOQ (que apresentaram correlação significativa nas regressões prévias) perdem relevância estatística ao serem acrescentadas ao modelo as variáveis de qualidade de vida no trabalho e de contexto criminal;
- surpreendentemente, a melhor qualidade de vida no trabalho (estresse, reconhecimento, satisfação e orgulho) não interfere na doutrina;

- igualmente inusitado, estar mais vulnerável à criminalidade armada (frequência dos confrontos armados e testemunhar o assassinato de um companheiro de farda) durante o policiamento ostensivo não parece influenciar atitudes mais violentas por parte dos policiais.

Em resumo, submetidos à regressão linear múltipla por meio do método dos mínimos quadrados ordinários (MQO), os fatores de clássica relevância teórica que se intuiu⁴⁷ influenciarem à doutrina policial não se confirmaram estatisticamente na amostra da PMPA. Averiguando os coeficientes, nota-se que o único fator que alvitra associação⁴⁸ positiva significativa é a participação em cultos e cerimônias religiosas.

Por fim, repetiu-se a regressão, desta vez com um efeito fixo na variável independente tipo de organização policial militar. No total, havia 26 unidades da PMPA na região metropolitana de Belém. Os resultados da quinta regressão podem ser vistos no modelo 5 (Tabela 19) e são praticamente idênticos aos do modelo precedente, ratificando a conclusão de que a OPM não parece gerar um impacto significativo nas crenças e atitudes dos policiais relacionadas à doutrina de policiamento.

Os números da PMPA expuseram algo absolutamente inesperado, que contradiz a tradicional abordagem culturalista do uso da força e coloca em questão processos históricos, culturais, organizacionais e sociológicos muito presentes nas interpretações sobre a violência policial dominantes nas ciências sociais. Além disso, permitem que se cogite sobre um distanciamento subjetivo mantido pelos policiais em relação à OPM, sem que isso se configure necessariamente um defeito de socialização (DUBET, 1996, p. 16-17). Essas questões serão aprofundadas nos próximos capítulos.

4.2.1 *Mensurando o real uso da força*

O questionário contém um grande número de itens relacionados ao uso da força letal. A Tabela 21 apresenta algumas respostas para o período dos últimos doze meses. Nota-se que 55,33% dos policiais confirmam que atiraram no mínimo uma vez contra alguém enquanto realizavam o policiamento e um grupo pequeno, porém expressivo

⁴⁷ Os fatores elencados para o survey estão apoiados nas interpretações teóricas dominantes nas ciências sociais, conforme se observa no capítulo anterior.

⁴⁸ Ainda assim, não tão expressiva (coeficiente 0,114), notando que os autores da pesquisa referencial consideram que a associação significativa maior se verifica em coeficientes superiores a 0,2. “Esse limite de 0,2 para o coeficiente foi considerado isoladamente quando a variável era categórica, ou utilizado após multiplicar o coeficiente pelo desvio padrão da variável, no caso de a variável ser escalar” (MANGALONI; CANO, 2016, p. 65).

(5,00%), declarou ter atirado em mais de dez intervenções policiais, no período. Nesses embates, 27,46% assumiram ter ferido pelo menos uma pessoa com disparos da sua arma de fogo. Com efeito, 37,90% dos respondentes participaram de, ao menos, uma intervenção policial que resultou em morte. Ao longo do mesmo intervalo, 52,65% prestaram atendimento a uma pessoa vitimada por disparo de arma de fogo⁴⁹.

Quando questionados sobre o uso de armas em serviço durante a semana anterior, os resultados são ainda mais impressionantes. Aferiu-se que 19,55% declaram ter atirado contra alguém nesse curto período de tempo.

Tabela 21 – Frequência de incidentes em serviço, na PMPA, nos últimos doze meses.

Incidente	Nunca	1 a 4 vezes	5 a 10 vezes	Mais de 10 vezes
Fez uso da sua arma de fogo contra alguém	44,67	43,84	6,49	5,00
Feriu uma pessoa com a arma de fogo	72,54	23,62	2,53	1,31
Participou de um incidente que resultou na morte de alguém	62,10	32,50	3,63	1,77
Socorreu uma pessoa baleada	47,35	42,42	6,44	3,79
Alguém atirou contra o(a) senhor(a)	49,14	41,59	6,12	3,15
Foi ferido por arma de fogo	92,00	7,42	0,19	0,39

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

Em geral, acostumou-se a pensar que o uso da força é menor quando os policiais estão de folga, entretanto, no caso da PMPA, observa-se que os números são igualmente significativos. Durante os doze meses anteriores, 26,60% dos policiais assumiram ter atirado contra civis, não estando de serviço. Os disparos de 13,18% feriram ao menos uma pessoa. Assombrosamente, 7,41% dos entrevistados⁵⁰ admitiram ter matado alguém, na folga, nesse período. Verifica-se, assim, que o emprego das armas de fogo por parte dos policiais militares paraenses é só duas vezes mais provável de ocorrer no policiamento que fora de serviço (dado que insinua a acentuada participação de policiais em atividades clandestinas de segurança privada ou das milícias em que é típico o recurso à força, inclusive letal).

Pressupondo, por outro prisma, que todos esses episódios de uso da força ocorreram em legítima defesa, conclui-se que a exposição do policial militar paraense à violência armada é muito grande. Ademais, metade dos entrevistados (50,86%) afirmou

⁴⁹ Tudo leva a crer que *pessoa vitimada* corresponde ao suspeito alvejado por policiais militares.

⁵⁰ O percentual corresponde a 77 policiais militares, notando que 103 deixaram de responder à questão.

ter sido alvo de tiros durante o serviço nos últimos 12 meses e 8,00% comunicaram que foram feridos por projéteis de arma de fogo (PAF), nessa circunstância⁵¹.

Acrescenta-se que 28,05% alegaram ter sido alvo de disparos de arma de fogo e 4,61% informaram que foram feridos por PAF em episódios fora do serviço ocorridos nos últimos doze meses. A alta vitimização de policiais paraenses na folga, situação em que se encontram mais vulneráveis, é notória. Todavia, no survey da PMPA, essa expectativa não se confirmou exatamente, posto que, confrontando as informações, o policial em serviço corre duas vezes mais risco de ser alvejado que estando de folga.

Essas respostas, pouco plausíveis, divergem dos dados oficiais. Segundo a chefia de inteligência da PMPA, no biênio 2017-2018, ocorreram 10 assassinatos de policiais militares em serviço enquanto 77 foram mortos fora do expediente, assinalando que a mortalidade de policiais na folga é quase 8 vezes maior que durante o policiamento ostensivo. Nesse sentido, supõe-se que as respostas foram majoradas pelos entrevistados para comunicar um contexto criminal enfrentado no patrulhamento urbano mais crítico.

Outras questões recolheram informações sobre a exposição dos policiais à violência armada em qualquer fase de suas vidas, isto é, sem qualquer referência temporal. Os resultados também são reveladores do alto nível de vitimização. Quase um terço (27,57%) dos respondentes viu um companheiro de farda ser alvejado por disparo de arma de fogo e, terrivelmente, 24,79% presenciaram o assassinato de um policial.

Com o propósito de analisar os fatores associados ao uso da força, os autores da pesquisa referencial criaram um índice do uso da força letal. A medida foi calculada através da média de cinco itens⁵² do questionário que contemplam o uso real da força policial, tanto em serviço quanto fora dele. São eles:

- nos últimos doze meses, com que frequência fez uso da sua arma de fogo contra alguém (em serviço)?
- nos últimos doze meses, com que frequência feriu alguém com arma de fogo (em serviço)?
- nos últimos doze meses, com que frequência fez uso da sua arma de fogo contra alguém (fora de serviço)?

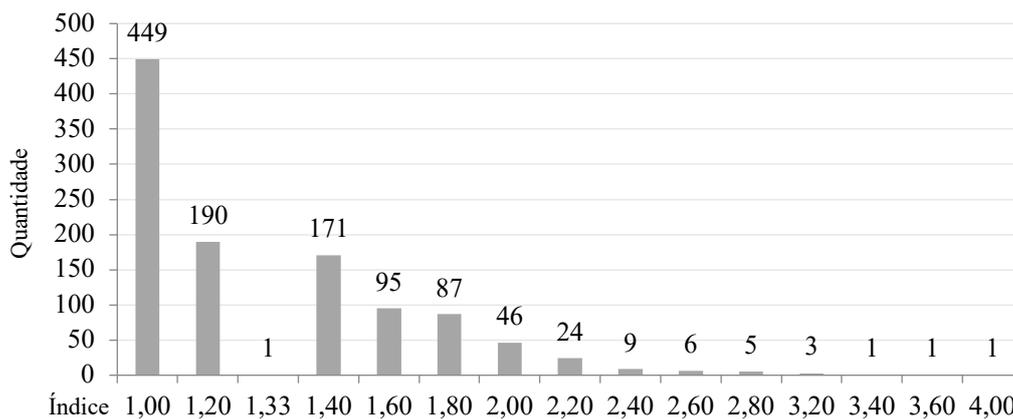
⁵¹ O percentual corresponde a 83 policiais militares feridos por PAF, considerando que 103 deixaram de responder à questão.

⁵² As categorias de respostas são: nenhuma vez = 1; uma a quatro vezes = 2; cinco a dez vezes = 3; mais de dez vezes = 4.

- nos últimos doze meses, com que frequência feriu uma pessoa com arma de fogo (fora de serviço)?
- na última semana, com que frequência fez uso da sua arma de fogo contra alguém (em serviço)?

A Ilustração 25 mostra o histograma do uso da força letal nos últimos doze meses. A média aferida foi de 1,33 e aproximadamente 42,24% de todos os entrevistados obtiveram o valor mínimo, isto é, não usaram suas armas de fogo no período elencado.

Ilustração 25 – Histograma: escala de uso da força* na PMPA, nos últimos 12 meses.



Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.
 * 1 = nenhum uso da força; 4 = extremado uso da força.

A Tabela 22 exhibe a média dos valores do índice de uso da força letal por OPM. Resta evidente que o policial *rotanzeiro* do BPOT é significativamente mais propenso a usar a força letal, com uma pontuação de 1,51. A pontuação média cai para 1,38 para os policiais *caveiras* da CIOE e 1,34 nos batalhões de área.

Tabela 22 – Média do índice de uso da força*, por OPM/PMPA **

Organização policial militar	n	Média	Desvio padrão
BPOT	66	1,51	0,40
BPCHOQ	66	1,40	0,41
CIOE	32	1,38	0,39
Batalhões de área	601	1,34	0,41
Outras unidades especializadas	267	1,32	0,38

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.
 * 1 = nenhum uso da força; 4 = uso extremo da força.

** 7 respondentes do BPOT, 5 do BPCHOQ, 20 de outras unidades especializadas, 7 dos Batalhões de área e 2 da CIOE não responderam todos os itens utilizados no índice e foram excluídos.

A maior propensão dos rotanzeiros ao uso da força era previsível. Dentre todos os policiais entrevistados, são precisamente eles os que mais feriram pessoas com disparos de arma de fogo (66,67% de todas as respostas afirmativas) e participaram de intervenções policiais que resultaram em mortes (85,92%), no último ano.

Já se explanou que de todas as unidades do CME, cabe aos policiais do BPOT a função de realizar o patrulhamento tático metropolitano da Grande Belém. Assim, diariamente, equipes da ROTAM rondam as ruas da metrópole, em apoio as demais viaturas do policiamento ostensivo ordinário, na expectativa da ocorrência de algum evento criminoso incomum que suplante a capacidade operativa das guarnições policiais militares de área. Os rotanzeiros atuam no limiar crítico da criminalidade urbana corriqueira, quando ela deixa de ser trivial e passa a oferecer maior perigo aos policiais e cidadãos. É para isso que são treinados e estão equipados, assemelhando-se em muitos aspectos, aos homens de operações especiais da CIOE.

Mas, se os caveiras são exclusivamente empregados em episódios muito restritos, específicos e extraordinários, diferentemente, os policiais do BPOT, durante boa parte do patrulhamento, são obrigados a lidar com a população em geral no atendimento de questões banais da segurança pública. Uma rotina por certo maçante para os rotanzeiros mais motivados e viciados em adrenalina que, em renitência, transformam sempre que possível as enfadonhas rondas em excitantes caçadas a criminosos, principalmente a *matadores de policiais*, pelas ruelas da periferia da metrópole (cf. se indicou no primeiro capítulo). Enfim, nessa habitual aventura, como bem ressaltou Abraham Maslow sobre a psique humana, “para aqueles só sabem usar o martelo, todo problema é um prego”.

4.2.2 Fatores associados ao uso da força letal

Os complexos fatores que podem influenciar o uso da força letal por policiais militares da PMPA, lotados na RMB, foram testados segundo o procedimento da pesquisa referencial, tendo como propósitos delinear a frequência do uso da força letal e entender os seus correlatos. As variáveis independentes foram outra vez submetidas à sucessivos modelos de regressão linear múltipla (MQO), por meio do software SPSS. A inclusão serial dos blocos de preditores no modelo segue a ordem: (1) variáveis sociodemográficas e histórico de exposição à violência; (2) trajetória institucional; (3) treinamento; (4) qualidade de vida no trabalho; (5) doutrina policial; (6) cultura profissional; e (7) contexto criminal. A métrica dos preditores incluídos na análise estatística está descrita na Tabela 23. As variáveis estão agrupadas por temas.

Tabela 23 – Preditores dos modelos de regressão do uso da força na PMPA.

Tema	Variável independente	Descrição	Tipo
Sociodemografia	Sexo	“mulher” = 0; “homem” = 1	<i>dummy</i>
	Raça/cor	“branco” = 0; “não-branco” = 1	<i>dummy</i>
	Idade	quantidade em anos	quantitativa
	Escolaridade	“outro nível de escolaridade” = 0; “superior completo ou incompleto” = 1	<i>dummy</i>
	Religião	“católico” (variável omitida) é a categoria de referência para três variáveis <i>dummies</i> : “sem religião (independente de crer em Deus ou não)”, “outras religiões” e “evangélico”; todas aferidas como: “não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
	Frequenta cultos e cerimônias religiosas	“não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
	Filhos	“não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
Histórico de exposição à violência	Exposição à violência criminal durante a infância e a adolescência	índice da escala de exposição individual ao crime e à violência, na infância e adolescência do policial	quantitativa
	Cresceu em área de ocupação irregular	índice da escala de exposição de parentes e amigos ao crime e à violência, na infância e adolescência do policial	quantitativa
Trajetória institucional	OPM atual	“outras unidades especializadas” é a referência das quatro <i>dummies</i> “CIOE”, “BPOT”, “Batalhão de área” e “BPCHOQ”, aferidas “não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
	OPM que já trabalhou	“outras unidades” é a referência das três <i>dummies</i> “CIOE”, “BPOT” e “BPCHOQ”, aferidas “não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
	Posto/Graduação	“cabos/soldado” é referência das <i>dummies</i> “subtenente/sargento” e “tenente”, aferidas “não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>
	Função que desempenha	“outra” = 0; “policimento especializado do CME” = 1	<i>dummy</i>
	Transferências de OPM	quantidade de unidades em que o policial trabalhou anteriormente	quantitativa
Treinamento	Percepção da qualidade do treinamento inicial	“ótimo/bom/regular” = 0; “ruim/péssimo” = 1	<i>dummy</i>
Qualidade de vida no trabalho	Estresse	índice da escala de sintomas de estresse ocupacional	quantitativa
	Orgulho de ser policial	“nada orgulhoso/pouco orgulhoso” = 0; “orgulhoso/muito orgulhoso” = 1	<i>dummy</i>
Doutrina policial	Escala de doutrina policial	índice da escala de doutrina policial	quantitativa
Cultura profissional	Apreensão de drogas e armas de fogo é prioridade na PMPA	(Em sua unidade, os policiais são premiados com folgas ou dispensas por apreender drogas?) “discorda totalmente/ discorda/não concorda nem discorda” = 0; “concorda totalmente/concorda” = 1	<i>dummy</i>
		(A prioridade é apreender drogas e armas de fogo?) “discorda totalmente/discorda/não concorda nem discorda” = 0; “concorda totalmente/concorda” = 1	<i>dummy</i>
Contexto criminal	Escala de exposição ao ambiente criminal da <i>guerra ao crime</i>	índice da exposição frequente ao tráfico de drogas, apreensão de armas de fogo e homicídios	quantitativa
	Presenciou um companheiro policial ser morto	“não” = 0; “sim” = 1	<i>dummy</i>

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

O modelo final reúne todas os preditores das oito dimensões distintas que podem exercer influência no uso da força. Estando o modelo completo, repetiu-se a inserção na modelagem de efeitos fixos por OPM visando controlar o possível viés de variáveis

omitidas relacionadas a aspectos não observados de cada unidade policial militar, que são constantes no tempo e que poderiam afetar tanto a variável dependente quanto seus preditores, anotam Mangaloni e Cano (2016, p. 83).

4.2.3 Preditores estimados da frequência do uso da força letal dos policiais

Na tabela que segue (Tabela 24) estão dispostos os coeficientes obtidos nas consecutivas regressões.

Tabela 24 – Modelos de regressão linear múltipla MQO: uso da força letal na PMPA.

Variáveis independentes (<i>preditores</i>)	Coeficientes estimados								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Homem	0,194***	0,218**	0,186*	0,168*	0,169*	0,590	0,128	0,131	0,139
Não-branco	0,010	0,029	0,016	0,006	0,007	0,011	0,026	0,037	0,043
Tem filhos	0,083*	0,076	0,074	0,101*	0,113*	0,119*	0,100	0,088	0,082
Idade	0,002	0,006	0,005	0,003	0,003	0,003	0,004	0,004	0,004
Cresceu em área de ocupação irregular	0,017	0,001	0,012	0,020	0,010	0,004	-0,009	-0,003	-0,001
Sem religião (independente de crer em Deus)	-0,028	-0,016	0,009	-0,012	-0,009	-0,009	-0,005	-0,011	-0,001
Outras religiões	0,052	0,033	0,040	0,098	0,117*	0,115*	0,095	0,085	0,085
Evangélico	-0,012	-0,008	-0,011	-0,009	-0,008	-0,007	-0,010	-0,016	-0,016
Frequenta cultos e cerimônias religiosas	0,089	0,101	0,062	0,049	0,042	0,039	0,062	0,073	0,084
Nível superior completo/incompleto	-0,053	-0,043	0,084*	-0,079	-0,075	-0,083	-0,086	-0,094*	-0,098*
Exposto à violência criminal na infância e adolescência (índice)	0,264***	0,304***	0,256***	0,249***	0,252**	0,264***	0,267***	0,217**	0,214**
Amigos/parentes expostos à violência criminal na infância do policial (índice)	-0,054	-0,055	-0,033	-0,022	-0,022	-0,027	-0,112	-0,013	-0,008
Sargento/Subtenente		-0,021	-0,011	-0,073	-0,083	-0,080	-0,077	-0,082	-0,082
Tenente		0,058	0,073	0,054	0,047	0,046	0,029	0,030	0,033
Policiamento especializado (CME)		-0,026	-0,068	-0,093	-0,086	-0,091	-0,127	-0,125	-0,090
Trabalha na CIOE			0,195	0,055	0,073	0,078	0,136	0,109	-
Trabalha no BPOT			0,094**	0,046	0,057	0,057	0,010	0,012	-
Trabalha em Batalhão de área			0,013	0,019	0,024	0,027	0,005	0,010	-
Trabalha no BPCHOQ			0,028	0,022	0,024	0,023	0,034	0,030	-
Escala de sintomas de estresse			0,015	0,006	0,003	0,006	-0,002	-0,005	-0,007
Número de unidades policiais em que trabalhou				0,014	0,019	0,019	0,022	0,025	0,023
Trabalhou na CIOE				0,175	0,164	0,166	0,130	0,149	0,188*
Trabalhou no BPOT				0,076	0,083*	0,084*	0,073	0,068	0,069*
Trabalhou no BPCHOQ				0,026	0,026	0,026	0,023	0,029	0,031
Treinamento inicial tido como ruim/péssimo				0,050	0,050	0,049	0,052	0,050	0,046
Escala de doutrina policial				-0,025	-0,025	-0,028	-0,018	-0,022	-0,026
PMPA premia policiais que apreendem drogas					0,039	0,039	0,052	0,055	0,054
A prioridade da PMPA é apreender drogas e armas					-0,027	-0,032	-0,038	-0,035	-0,037
Sente orgulho de ser policial						0,015	0,024	0,026	0,023
Exposto ao ambiente criminal marcado por narcotráfico, armas de fogo e homicídios							0,110***	0,097**	0,093***
Presenciou um companheiro policial ser morto								0,187***	0,192***
Efeitos fixos por OPM	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Observações	717	554	488	397	387	381	377	376	377
R2 ajustado	0,075	0,071	0,064	0,075	0,081	0,079	0,106	0,129	0,134

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

*Significativo, com alfa = 0,05; ** Significativo, com alfa = 0,01; *** Significativo, com alfa = 0,001.

As colunas de 1 a 8 mostram os resultados das modelagens dos blocos de preditores gradualmente adicionados. O modelo 8 é o mais completo. Em particular, a coluna 9 exibe os coeficientes do modelo mais completo submetido ao efeito fixo do tipo de OPM. A apresentação unificada possibilita que se visualize quais variáveis são mais robustas em relação à introdução dos diversos blocos de preditores.

O número decimal corresponde ao valor estimado da interferência particular de cada variável, sendo mantidas constantes as demais. O coeficiente positivo expressa a estimativa de maior frequência do real uso da força letal e o negativo, da menor repetição da conduta violenta. Testou-se o nível de significância (*p-valor*) particular de cada fator.

Analisando inicialmente os coeficientes das variáveis sociodemográficas, constata-se que:

- os policiais militares homens parecem usar a força letal com mais frequência que as policiais femininas, ainda que desempenhem funções similares e atuem nas mesmas unidades, desde que num contexto de relativa normalidade na segurança pública, isto é, em ambientes com menor incidência criminal do narcotráfico, homicídio e porte ilegal de armas. Percebe-se que o coeficiente perde significância estatística com a inserção dos preditores relacionados ao contexto criminal de maior risco. Ou seja, quando policiais homens e mulheres são designados para missões perigosas, a diferença de sexo não parece interferir no emprego da arma de fogo;
- as variáveis raça/cor, idade, crescer em área de ocupação irregular, religião e frequência a cultos e cerimônias religiosas não apresentam coeficientes significativos correlacionados com o uso da força letal;
- de igual maneira, o fato do policial ter filhos e de professar outra religião exibem leve associação nos modelos parciais, contudo, as variáveis deixam de apresentar significância após a inclusão do conjunto completo de covariadas.
- em compensação, a associação negativa entre escolaridade e uso da força letal é confirmada após a inclusão de todas as covariadas e do efeito fixo da OPM. Noutras palavras, verifica-se que, em geral, os policiais militares que já ingressaram em algum curso superior são menos propensos ao uso da força letal, ao passo que aqueles com os menores níveis educacionais parecem tendentes ao uso da arma de fogo.

No que se refere aos preditores do histórico individual dos entrevistados de exposição à violência na fase infanto-juvenil, nota-se que:

- a alta magnitude⁵³ e forte significância estatística do coeficiente da variável exposição do policial à violência criminal durante as fases da infância ou adolescência colocam em evidência sua positiva correlação com o uso da força letal⁵⁴;
- em contrapartida, não se constata qualquer efeito estimado da exposição de parentes e amigos do policial à violência, no mesmo período de vida do entrevistado.

Quanto aos coeficientes das variáveis da trajetória do policial na PMPA:

- a esperada correlação da variável tipo de OPM – isto é, o local onde trabalha o entrevistado – com a maior frequência do uso da força letal foi em princípio observada exclusivamente entre os que responderam trabalhar no BPOT. Porém, laborar como rotanteiro perde a significância após a inclusão do conjunto completo de covariadas;
- também foi frustrada a expectativa de que os policiais empregados em missões especiais recorressem mais à força letal do que seus companheiros do policiamento ordinário. Uma suposição fundada na leve inclinação averiguada na pesquisa das crenças e atitudes relacionadas ao policiamento belicoso, mas que não se confirma na modelagem sobre o uso real da força;
- em todo caso, percebe-se que não obstante estarem atualmente lotados noutras unidades, o fato do policial já ter trabalhado no BPOT e principalmente na CIOE (que exibe o coeficiente mais robusto) aparenta concorrer para a propensão em fazer uso da arma de fogo disparando contra pessoas. Ademais, a mobilidade, isto é, as transferências entre as unidades policiais militares da PMPA não parece estar associada ao aumento do uso da força letal.

⁵³ Os consideram que a associação significativa maior se confere em coeficientes superiores a 0,2 (cf. MANGALONI; CANO, 2016, p. 65).

⁵⁴ Tal associação também foi descoberta na investigação da PMERJ, surpreendendo os pesquisadores: “Os resultados sobre a exposição à violência na infância como influência sobre o comportamento policial são inéditos e importantes. Torna-se difícil saber se a exposição à violência durante a infância levou alguns policiais a ingressarem na corporação e se pessoas com maior tendência à violência têm maior probabilidade de se tornarem policiais. Mas os resultados indicam que o ambiente extremamente violento do Rio de Janeiro está ajudando a gerar uma polícia violenta” (MANGALONI; CANO, 2016, p. 93).

No tocante ao coeficiente do preditor treinamento, causou estranheza, por outro lado, aferir que a percepção sobre a qualidade do formação inicial não apresenta significância estatística com a variável dependente, assim como são desprezíveis as correlações dos preditores de qualidade de vida no trabalho (estresse ocupacional e orgulho do trabalho), da doutrina policial e da cultura profissional, todos fatores tradicionais que ilustram teorias clássicas sobre o uso da força pela polícia.

Igualmente inesperada, não se confirmou a associação estatística da variável resposta uso da força com os coeficientes relacionados aos incentivos institucionais e rotinas corporativas que priorizam à apreensão de drogas e armas em detrimento de outros aspectos do policiamento, apesar das manifestas evidências do enraizamento da mentalidade de guerra na PMPA e da sua influência sobre o comportamento policial⁵⁵.

Afinal, verifica-se sem espanto que o contexto criminal influencia de modo significativo o uso da força letal. Os coeficientes apontam que:

- quanto mais os policiais confrontam tráfico de drogas, apreensões de armas e homicídios em suas rotinas de trabalho, mais agressivos e letais se tornam;
- também foi comprovado que o fato do policial ter presenciado o assassinato de um companheiro de farda o torna mais propenso ao uso da força, mesmo controlando outros fatores observáveis e efeitos fixos.

Em síntese, o modelo de regressão linear mais completo submetido aos efeitos fixos por OPM testou a correlação de 377 variáveis e os coeficientes aferidos destacam importantes fatores organizacionais, atitudinais e individuais que influenciam em 13,40% a opção pelo uso da força letal (ver Tabela 24, *Observações e R2 ajustado*). Esses achados autorizam assegurar⁵⁶ que os policiais militares da PMPA, lotados na região metropolitana de Belém, significativamente mais violentos são:

- homens e mulheres, indistintamente;
- que sofreram violência criminal durante a infância ou adolescência;

⁵⁵ “Pelotão da Rotam entoia cântico de pena de morte em evento festivo no Quartel da PM” estampa a manchete da matéria jornalística que noticia o fato ocorrido durante as comemorações de aniversário de 13 anos de criação do BPOT. Ainda que possa “parecer surreal, inacreditável”, realça o texto, durante a cerimônia de apresentação dos policiais da ROTAM ao governador do Estado, o comandante do pelotão aos gritos, puxava o coro e os integrantes repetiam aos gritos a seguinte frase: “Meu batalhão, raio de aço [em alusão ao raio vermelho que simboliza a unidade], usa a cabeça e se preciso usa o braço. Meu batalhão é combatente, usa o CQC [*close-quarters combat* ou combate à curta distância, tradução nossa] de forma inteligente. Carrasco maldito gosta de machado, arranca a cabeça e deixa pendurada. É a ROTAM patrulhando a noite inteira, pena de morte à moda brasileira. Disponível em: <<https://www.romanews.com.br/cidade/pelotao-da-rotam-entao-cantico-de-pena-de-morte-em-evento-festivo-no/48988/>>. Acesso: 14 nov. 2019.

⁵⁶ Com margem de erro de 2,45 pontos percentuais e 95,00% de confiança.

- rotanzeiros ou que já tenham trabalhado no BPOT ou na CIOE;
- rotineiramente empregados no combate ao narcotráfico, ao crime de homicídio e na apreensão de armas de fogo ilícitas; e
- que, drasticamente, presenciaram um companheiro de farda ser assassinado.

Os dados estatísticos tornam visíveis as prováveis concentrações de policiais que vivenciam com mais intensidade o uso da força letal na PMPA e, decididamente, o BPOT é uma delas. São números que consagram a percepção há muito presente no senso comum da sociedade paraense a florada ao sabor de situações concretas, examinadas nos primeiros capítulos deste estudo⁵⁷.

Ao mesmo tempo, desvelam as principais tensões que afligem esses policiais. O histórico pessoal e os aspectos emocionais mostraram ter expressiva associação com o comportamento violento, assim como a exposição durante o policiamento a um ambiente criminal específico, de maior risco. Resta compreender a relação pessoal do policial com o uso da força letal, isto é, os sentidos subjetivos do comportamento violento.

4.3 EXPERIMENTOS: JUSTIFICATIVAS PARA O USO DA FORÇA

Os autores da pesquisa referencial estavam atentos “a possibilidade que os entrevistados têm de mentir por se depararem com questões sensíveis, com base em normas socialmente desejáveis, ou por recearem passar informações que poderiam deixá-los em risco (Brooks, 2007; Krueger, 2007)” (MANGALONI; CANO 2016, p. 95), o que poderia restringir o survey. Anotam que:

Há uma vasta literatura que discute os problemas enfrentados ao mensurar opiniões e atitudes em contextos de crime e conflitos civis (Warr, 2000; Kalyvas; Kocher, 2009). Uma solução que pode ser encontrada nessa literatura, para maximizar respostas confiáveis a questões sensíveis, é o uso de listas e experimentos de pesquisa (Blair; Imai, 2012; Corstange, 2009; Glynn, 2013; González-Ocantos et al., 2012; Holbrook; Krosnick, 2010). De fato, as pesquisas experimentais são métodos cada vez mais populares para a obtenção de respostas sinceras em pesquisas de survey que abordam temas delicados (Lyll; Blair Imai, 2013). (*Ibid.*, p. 95-96).

⁵⁷ O que faz lembrar das anotações de Luís de Gusmão: “O conhecimento do senso comum relativo à psicologia humana e aos fenômenos sociais, longe de se resumir num saber incompleto, trivial e pouco confiável, etapa preliminar, na hipótese mais otimista, do conhecimento científico, como sugerem os cientificistas, explícitos ou enrustidos, reúne antes, na verdade, um acervo de observações e análises cujo valor cognitivo se coloca realmente acima da dúvida sensata”(GUSMÃO, 2012, p. 12).

Com o propósito de examinar as circunstâncias sob as quais os policiais militares paraenses ponderam ser mais justificável atirar contra um suspeito, ou seja, de aclarar o subjetivismo que orienta o uso da força letal, foi replicado o experimento da PMPERJ⁵⁸ com o uso de *priming*⁵⁹.

Para a pesquisa experimental, tomou-se por base a noção que se supõe estar enraizada na cultura e na prática da Polícia Militar do Pará. Quando questionados sobre qual objetivo deveria ser prioritário para a polícia militar, 585 (57,13%) entrevistados responderam o combate ao tráfico de drogas, enquanto 385 (37,60%) mencionaram a redução da violência⁶⁰. Essa mentalidade de que a PMPA deve se focar o combate ao narcotráfico e ao crime violento em vez de se concentrar na garantia da paz e da segurança pública é produzida e encorajada pela estratégia de guerra às facções de traficantes de drogas que controlam territórios nas periferias da Grande Belém.

O experimento consistiu em introduzir no questionário dois itens para testar o impacto nas respostas de informações iconográficas desiguais. Assim, diferentes imagens e narrativas ilustraram dois grupos de cenários distintos em que policiais atiraram e mataram um suspeito. Cada grupo, por sua vez, é formado por dois cenários. Em suma, o experimento testa o impacto das diferentes informações no grupo 1 (cenários 1 e 3) e no grupo 2 (cenários 2 e 4). Os cenários 1 e 2 tratam do mesmo evento fictício, com distintos desfechos; o mesmo se passa com os cenários 3 e 4.

Os respondentes foram atribuídos, de forma aleatória, a um dos grupos de cenários possíveis e convocados a indicar o grau de concordância⁶¹ com duas assertivas comuns aos dois itens do questionário (27 e 37). A primeira afirma: “Os policiais atuaram corretamente nessa situação”; a segunda assevera: “O uso da força por parte dos policiais foi excessivo nessa situação”.

4.3.1 Primeira pesquisa experimental

No item 27 do questionário, o início da estória – comum a ambos os grupos de cenários – é assim descrito:

⁵⁸ Na pesquisa referencial, foram realizados três experimentos. Para a análise da PMPA, apenas dois experimentos foram replicados, pois o terceiro não se aplica a realidade da segurança pública do Pará.

⁵⁹ Cf. Cano e Mangaloni: “Priming é definido como uma ativação passiva, imperceptível e não intrusiva de representações mentais relevantes através de estímulos externos ambientais, de modo que as pessoas podem ou não ser conscientes da influência exercida por esses estímulos (Bargh, 2006)” (*Ibid.*, p. 96).

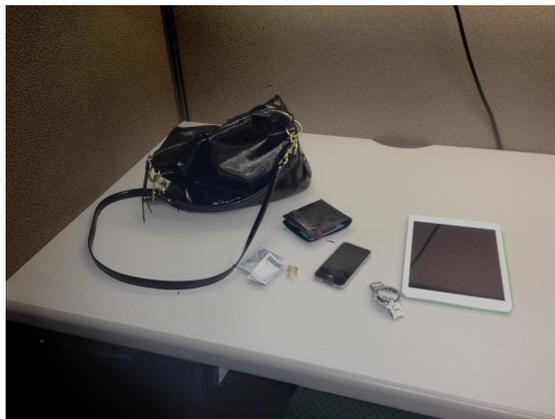
⁶⁰ Outros 54 policiais (5,27%) assinalaram as duas opções e 117 deixaram de responder à questão.

⁶¹ As respostas possíveis para ambas as afirmações eram: concordo totalmente = 1; concordo = 2; não concordo nem discordo = 3; discordo = 4; discordo totalmente = 5.

Dois policiais percebem que dois jovens suspeitos começam a correr. Os policiais pedem para que parem, mas os jovens continuam correndo e entram em um beco. Os policiais correm atrás deles e novamente ordenam que parem, mas, ao perceberem que os jovens estão fugindo, disparam vários tiros. Um dos jovens acaba morto e o outro ferido. (Survey PMPA, item 27).

As frases e as imagens que se seguem a essa descrição introdutória diferenciam os dois grupos. Para o grupo 1 (cenário 1: bolsa e iPad), a informação que completa a questão é a seguinte: “Ao revistar a mochila dos jovens, os policiais encontram uma bolsa, uma carteira, dinheiro e um tablet” (Survey PMPA, item 27, questionário *a*). A descrição faz referência a Ilustração 26.

Ilustração 26 – Cenário 1: bolsa e iPad.



Fonte: MANGALONI; CANO, 2016. Pesquisa referencial.

Quanto ao grupo 2 (cenário 2: arma de fogo e drogas), a última sentença do parágrafo informa que: “Ao revistar a mochila dos jovens, os policiais encontram drogas, um rádio, um revólver e dinheiro”. A descrição é retratada na Ilustração 27 (Survey PMPA, item 27, questionário *b*).

Ilustração 27 – Cenário 2: arma de fogo e drogas.



Fonte: MANGALONI; CANO, 2016. Pesquisa referencial.

Os idealizadores do experimento ressaltam que indiferente ao grupo a que os entrevistados foram atribuídos, atirar contra os suspeitos nas duas situações é inapropriado e não se justifica.

Em nenhuma das situações, os suspeitos colocaram diretamente a vida dos policiais (ou de outros cidadãos) em risco imediato, considerando que eles estavam fugindo. Desse modo, a força letal não poderia ser usada, de acordo com princípios internacionais⁶² já incorporados às normas nacionais brasileiras⁶³. Outro aspecto importante se refere ao fato de os policiais da história não saberem o que estava dentro da mochila dos suspeitos no momento em que atiraram. Assim, o seu comportamento não poderia ser justificado com base no que encontraram após atirar e deveria ser avaliado com base na informação e no risco que estavam evidentes no momento em que os policiais decidiram usar suas armas de fogo. (MANGALONI; CANO, 2016, p. 98).

A Tabela 25 exhibe as opiniões dos respondentes em relação a fictícia ação dos policiais militares que atiraram contra os suspeitos. Indica, para toda a amostra e para os diferentes tipos de OPM, os percentuais de concordância e discordância⁶⁴ com a assertiva: “Os policiais atuaram corretamente nessa situação”⁶⁵. Os respondentes do grupo 2 (cenário 2: arma de fogo e drogas) mais propensos a concordar com a intervenção policial se comparados com os do grupo 1 (cenário 1: bolsa e iPad) são encontrados na CIOE, nos batalhões de área e nas outras unidades especializadas. Curiosamente, isso não se verifica no BPOT e BPCHOQ, ou seja, os policiais dessas duas unidades não estão mais inclinados a acreditar que a polícia age corretamente quando atira contra suspeitos com arma de fogo e drogas em comparação com uma situação similar em que os suspeitos portam a bolsa e o iPad; de fato, nota-se o oposto, isto é, que rotanzeiros e choqueanos são mais propensos a concordar com o uso da força letal contra os suspeitos desarmados.

Ainda assim, ativar nos policiais militares paraenses representações de arma de fogo e drogas aumenta a concordância com o uso injustificado da força letal relacionado à guerra às drogas e ao crime violento: 30,42% do grupo *arma de fogo e drogas* concordaram com a afirmação de que a polícia agiu corretamente contra 23,06% do grupo

⁶² Cf. “Princípios básicos das Nações Unidas sobre o uso da força e armas de fogo por agentes aplicadores da lei”. Adotado pelo Congresso das Nações Unidas sobre prevenção ao crime e tratamento de criminosos. Havana, Cuba, 27 de agosto a 7 de setembro de 1990 (cf. MANGALONI; CANO, 2016, p.98).

⁶³ Cf. Brasil, 2010 (*Idem*).

⁶⁴ A *concordância* compreende “concordo totalmente” e “concordo”; a *discordância* engloba “discordo” e “discordo totalmente”.

⁶⁵ Os entrevistados que responderam que “não concordavam nem discordavam” foram somados ao grupo que discordou, a fim de gerar uma variável dicotômica que opusesse os que concordam com o restante.

bolsa e iPad. A diferença não é estatisticamente significativa. Nota-se que o efeito do tratamento se mantém em todas as unidades policiais, exceto no BPOT e BPCHOQ⁶⁶.

Tabela 25 – Primeiro experimento: respostas por OPM/PMPA.

Amostras	Grupo*	Resposta dos policiais (%)		Razão de chances PG2/PG1**	p-valor***
		Concorda	Discorda		
Completa	1	23,06	76,94	1,46	0,24
	2	30,42	69,58		
BPOT	1	24,62	81,54	-	0,78
	2	21,54	78,46		
BPCHOQ	1	26,09	68,12	-	0,14
	2	18,84	81,16		
Especializada	1	26,00	74,40	1,23	0,52
	2	30,00	70,00		
Batalhões de Área	1	21,03	78,97	1,85	0,06
	2	32,99	67,01		
CIOE	1	24,14	75,86	1,37	0,33
	2	30,30	69,70		

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* Grupo 1 (bolsa e iPad); Grupo 2 (arma de fogo e drogas).

** As chances de “concorda” (PG) *versus* “discorda” (PG-1) são iguais a PG/1-PG tanto para o grupo 1 quanto para o grupo 2. Sendo PG1 a probabilidade de “concorda” para o grupo 1, então PG1 é igual a PG1/1-PG1 e PG2 a probabilidade de “concorda” para o grupo 2, então PG2 é igual a PG2/1-PG2 (Ver Anexo K).

*** Testes de chi-quadrado foram usados para comparar o “concorda” entre sujeitos do grupo 1 e do grupo 2.

De acordo com a Tabela 25, considerando a amostra completa, as chances de concordância com a assertiva de que a polícia militar agiu corretamente contra os suspeitos é quase uma vez e meia⁶⁷ maior para o grupo 2 (arma de fogo e drogas) se comparada ao grupo 1 (bolsa e iPad). Em particular, os policiais que trabalham nos batalhões de área foram significativamente mais propensos⁶⁸ a concordar que a polícia agiu corretamente atirando contra os suspeitos quando estavam no grupo da arma de fogo e drogas do que quando pertenciam ao grupo da bolsa e iPad.

Muito embora a maioria dos policiais militares tenha discordado da ação, por outro prisma, pode-se estimar que ao menos um de cada cinco policiais entrevistados,

⁶⁶ A suposição do maior preparo técnico nas abordagens não é suficiente para explicar a inversão nas respostas.

⁶⁷ Razão de chances = (PG1/1-PG1)/(PG2/1-PG2) = 0,4372 / 0,2997 = 1,4588 (ver Anexo K).

⁶⁸ A possibilidade de concordância nos Batalhões de área (1,85) é a maior dentre todas as amostras.

indiferente a qual OPM pertença, concorda com o uso da força letal – desnecessário e abusivo – qualquer que seja a situação. Um dado expressivo e, decerto, alarmante⁶⁹.

4.3.2 Segunda pesquisa experimental

O outro experimento, apresentado no item 37 do questionário, envolveu uma estória similar à descrita na primeira pesquisa experimental sobre policiais atirando em suspeitos. Mas, desta vez, a estória completa é comum para ambos os grupos:

Dois policiais militares percebem que um homem de aproximadamente 40 anos está correndo atrás de dois jovens na rua gritando ‘ladrão’. O homem se comunica com muita dificuldade dizendo que os jovens estavam armados e roubaram o seu relógio e carteira. Os policiais começam a perseguir os jovens, que montam em uma moto e tentam fugir. Um dos policiais dispara e fere um deles, evitando a fuga. O jovem é socorrido pelos policiais, mas vem a morrer horas depois no hospital. (Survey PMPA, item 37).

Para a segunda pesquisa foram criadas duas condições experimentais relativas às informações iconográficas que ilustram a estória. No grupo 1, as duas figuras adjacentes compõem o cenário 3 que exhibe uma rua da periferia da Grande Belém e uma moto apreendida (ver Ilustração 28).

Ilustração 28 – Cenário 3: intervenção policial na periferia da Grande Belém.

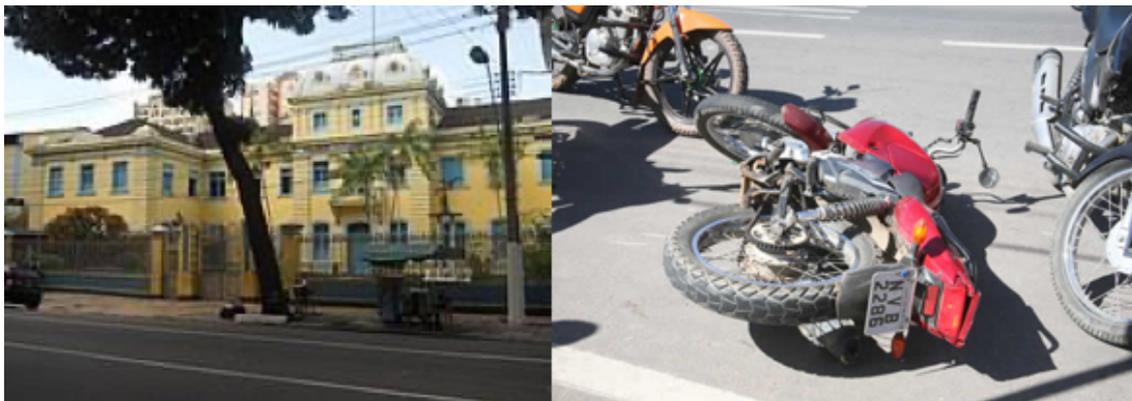


Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

Para o grupo 2, as duas figuras contíguas conformam o cenário 4 que expõe a fachada do prédio de um tradicional colégio particular localizado num bairro nobre da capital Belém e uma moto derrubada na via (ver Ilustração 29).

⁶⁹ A robustez do primeiro experimento de *priming* pode ser conferida nos Anexos.

Ilustração 29 – Cenário 4: intervenção policial no bairro nobre de Belém.



Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

Já se explanou que na Grande Belém, a força letal policial é muito mais utilizada nas áreas pobres de ocupação irregular do que em outras áreas da cidade, “mas desconhece-se até que ponto isso se deva a condições ambientais (dado que há mais violência nas áreas de favela) e até que ponto isso também seja resultante de predisposições e percepções dos policiais” (MANGALONI; CANO, 2016, p. 104).

O propósito do segundo experimento idealizado por Mangaloni e Cano é saber se, em condições semelhantes, os policiais militares avaliam que o uso da força letal é mais justificado na periferia da metrópole do que em bairros ricos, estimulados pelas distintas informações iconográficas. Do mesmo modo que na primeira pesquisa experimental, os entrevistados foram convocados a indicar o grau de concordância com as mesmas duas assertivas: “Os policiais atuaram corretamente nessa situação” e “O uso da força por parte dos policiais foi excessivo nessa situação”.

Em geral, dos entrevistados aleatoriamente atribuídos ao grupo 1 (cenário 3: intervenção policial na periferia da Grande Belém) somente 39,80% discordaram da afirmação de que os policiais atuaram corretamente. Essa proporção da amostra completa é muito menor do que a registrada pelo mesmo grupo em relação ao cenário 1 (76,94%). Acredita-se que a informação adicional dada pela testemunha de que os suspeitos estavam armados tenha concorrido para esse resultado⁷⁰.

Quando comparadas as respostas dos grupos 1 e 2, verifica-se que 32,33% dos respondentes concordam com a afirmação de que os policiais militares agiram corretamente no cenário 4 (intervenção policial no bairro nobre de Belém), comparados com 33,53% do cenário 3 (intervenção policial na periferia da Grande Belém). Ou seja,

⁷⁰ Cf. MANGALONI; CANO, 2016, p. 107.

os resultados não foram no sentido previsto. Não há diferença significativa entre as condições⁷¹. Contrariando o esperado, não se constatou nos policiais entrevistados a avaliação diferencial do uso da força letal de acordo com o ambiente, isto é, com a área da cidade onde se passa a intervenção policial.

Afinal, concluída a pesquisa quantitativa e os experimentos, vislumbrou-se quem são os policiais militares que patrulham os espaços públicos da Grande Belém e que, no exercício da profissão, fazem o uso da força letal. Eles são majoritariamente: homens (91,98%); pardos (88,73%); com idade entre 30 e 49 anos (76,75%); cristãos (82,03%); casados ou vivendo em união estável (75,88%); com filhos (79%); possuindo ensino médio completo (84,33%); que passaram pela fase da infância e adolescência sem significativas experiências pessoais de violência criminal ou doméstica, apesar de terem amigos e parentes que sofreram algum tipo de crime violento (53,46%) ou que se envolveram com drogas (59,98%). Em suma, conforme se esperava, são paraenses comuns.

O survey também possibilitou que se confirmassem informações previamente apresentadas assinalando que a Polícia Militar do Pará é uma organização que usa a força letal em níveis muito elevados, destacando-a entre as polícias brasileiras de maior letalidade. Mais da metade dos entrevistados (55,33%) respondeu ter feito uso da arma de fogo contra alguém ao menos uma vez durante o policiamento habitual, no último ano. Com efeito, 37,90% dos respondentes afirmaram ter participado, ao menos, de uma intervenção policial que resultou em morte, no período.

A exposição à ambientes perigosos é uma das razões mais óbvias apontadas para explicar o elevado uso da força letal pela polícia, *mas não a única*, afirmam Mangaloni e Cano (2016, p. 111). Os policiais militares da PMPA estão frequentemente expostos à ambientes criminais assolados pelo narcotráfico e pela criminalidade violenta. Verificou-se que 27,57% responderam já ter visto um companheiro ser alvejado por arma de fogo sendo que, dessas respostas, um terço informa que o policial baleado faleceu. De maneira mais drástica, 14,79% dos entrevistados testemunharam um companheiro de farda ser assassinado. Ademais, metade (50,86%) afirmou ter sido alvo de tiros durante o serviço nos últimos 12 meses e 8,00% comunicaram que foram feridos por projéteis de arma de fogo ao menos uma vez, nessa circunstância. Os números da vitimização dos policiais militares paraenses estão entre os mais elevados do país e se aproximam das cifras assombrosas da PMERJ, mesmo sendo verdadeiramente difícil encontrar outras

⁷¹ Chi-quadrado = 3,33; g.l. = 4; p = 0,504.

organizações policiais no mundo expostas a níveis tão altos de violência armada quanto às polícias fluminenses (MANGALONI; CANO, 2016, p. 111).

A violência contra o policial militar paraense não se limita ao exercício da atividade profissional, aliás, com frequência, alcança dimensões da vida privada. Observou-se que 28,05% dos respondentes alegaram ter sido alvo de disparos de arma de fogo fora do expediente e 4,61% informaram que foram feridos por PAF enquanto estavam de folga. Em alguns, as marcas da violência são mais antigas. Constatou-se que quase três de cada dez policiais sofreram violência criminal na infância e/ou adolescência. Em consequência, os níveis de estresse na PMPA são altos e os sintomas físicos de ansiedade não são incomuns nas fileiras da corporação. Quase todos os policiais paraenses são permanentemente afligidos pelo medo.

A maioria dos entrevistados (75,84%) já trabalhava antes de entrar para a polícia militar. Os policiais se consideram bem formados e preparados para a atividade de policiamento ostensivo (89,56%). Receberam treinamento para o uso escalonado da força e sabem utilizar no mínimo um armamento menos letal (79,98%). Na organização, não apresentam acentuada mobilidade entre as unidades policiais, apesar do trabalho deixar de agradar a muitos entrevistados (51,88%) e 8,37% estejam totalmente insatisfeitos.

Uma reclamação comum é a de que o sistema disciplinar da PMPA é injusto, visto que 40,42% revelaram ter receio de ser preso por cumprir seu dever e 37,96% declararam já ter sido submetidos a uma punição injusta no passado. “Indubitavelmente, uma das razões para isso é a falta de disciplina dos policiais”, asseveram Mangaloni e Cano (2016, p. 112). Nove de cada dez policiais militares paraenses (91,40%) confirmaram conhecer pessoalmente ao menos um ex-companheiro de farda que foi expulso da organização por questões disciplinares ou criminais.

No que tange à doutrina em geral, apesar da mudança de paradigma intentada há décadas pela política de integração da segurança pública, concretamente, o combate às drogas e à criminalidade violenta parece ser um forte princípio orientador do policiamento. Cerca da metade dos entrevistados concorda que a prioridade da PMPA é apreender drogas e armas durante o serviço (49,69%) e afirma que sua unidade policial recompensa a apreensão de drogas com dias de folga (50,95%).

Com o propósito de testar os determinantes da doutrina policial e das atitudes em relação ao uso da força, replicou-se a escala construída por Cano e Mangaloni que opõe a abordagem da guerra contra o crime ao modelo de policiamento de proximidade. Contrariando o esperado, os fatores de clássica relevância teórica que tradicionalmente

são associados à doutrina policial não se confirmaram estatisticamente na amostra da PMPA, quando submetidos à regressão linear múltipla por meio do método dos mínimos quadrados ordinários (MQO). A modelagem foi pouco reveladora. O único fator testado com leve associação positiva significativa foi a participação em cultos e cerimônias religiosas. Surpreendentemente, a OPM – em outras palavras, os efeitos da socialização profissional, da influência dos comandantes imediatos e do contexto criminal enfrentado específicos de cada unidade policial militar, sobre o uso da força – não parece gerar um impacto significativo nas crenças e atitudes dos policiais paraenses relacionadas à doutrina de policiamento.

Em relação a frequência do real uso da força letal, os modelos de regressão linear foram mais esclarecedores e desvelaram que os policiais militares da PMPA lotados na região metropolitana de Belém mais violentos são: homens e mulheres, indistintamente; que sofreram violência criminal durante a infância ou adolescência; rotanzeiros ou que já tenham trabalhado no BPOT ou na CIOE; rotineiramente empregados no combate ao narcotráfico, crimes de homicídio e na apreensão de armas de fogo ilícitas; e que, de maneira drástica, já tenham presenciado um companheiro de farda ser assassinado. Confere-se, portanto, que o histórico pessoal e os aspectos emocionais sinalizam ter expressiva associação com o comportamento violento, assim como a exposição habitual ao ambiente criminal específico, de maior risco.

Concluindo a análise quantitativa, foram replicadas duas pesquisas experimentais para compreender a relação pessoal do policial com o uso da força letal, isto é, os sentidos subjetivos do comportamento violento. No primeiro experimento, foi apresentada aos entrevistados uma estória imaginária em que policiais atiram contra suspeitos em fuga, num escancarado uso da força em grau desnecessário e abusivo. Entretanto, a informação textual e iconográfica de que os fugitivos carregavam consigo drogas e uma arma de fogo na mochila induziu muitos entrevistados a justificar os disparos letais, apesar dessa informação não estar previamente disponível aos policiais fictícios no momento em que decidiram atirar. Quase um de cada quatro policiais entrevistados (23,06%), das unidades da PMPA da região metropolitana de Belém, concordou com o uso da força letal desnecessário e abusivo. Um dado expressivo e, decerto, preocupante.

O segundo experimento avalia se o uso da força letal – reproduzido novamente numa situação hipotética de igual modo dispensável e excessivo – é mais justificado na periferia da metrópole do que em bairros ricos. Os resultados reiteram a primeira pesquisa experimental, posto que a informação adicional prestada pela testemunha de que os

suspeitos estavam armados parece ter concorrido para que a discordância com o uso ilegítimo da força letal fosse reduzido quase a metade, em comparação ao percentual do experimento inicial. Contudo, curiosamente, não se constatou nos policiais entrevistados a avaliação diferencial do uso da força letal de acordo com a área da cidade onde se passa a intervenção policial. Ao que tudo indica, a má qualidade da impressão do questionário comprometeu a nitidez das imagens e a percepção da diferença entre os cenários.

Os resultados desses experimentos são bastante reveladores em vários sentidos. Primeiro, destacam que a “guerra às drogas” é um fator-chave no encorajamento do uso excessivo da força. Segundo, evidenciam que muitos policiais parecem avaliar o nível de uso da força não só em termos da informação disponível no momento em que a decisão deve ser tomada – tal como apregoado pela norma técnica –, mas também em função de informações anteriores e posteriores. (MANGALONI; CANO, 2016, p. 107)

Inegavelmente, o uso da força em seu grau mais extremado por policiais militares da PMPA é demasiado. Entretanto, de acordo com as respostas aos itens do questionário, se todos os disparos contra pessoas efetuados em 2018 informados por policiais entrevistados tivessem sido efetivamente letais, seriam 632 mortes no mínimo, somente na RMB. Na realidade, o estado do Pará registrou 666 mortes por intervenções de policiais militares naquele ano, sendo 259 na região metropolitana. Ao que parece, as respostas sobre os confrontos foram exageradas.

Os resultados da pesquisa quantitativa reforçam a presunção inicial de que há limitada disposição homicida no trivial uso da força letal por policiais militares paraenses, assinalando que nos relatórios oficiais existem muito mais registros de disparos de arma de fogo no policiamento cotidiano que de mortes por intervenções policiais. Em decorrência, cogita-se firmemente que a real inclinação para matar, com grande potencial de provocar o assassinio, concentra-se em grupos específicos de indivíduos nas unidades policiais. Concentrada, mas não totalmente circunscrita, deve-se ressaltar. Esses indivíduos interagem socialmente em grupos coesos, nas unidades policiais, de tal modo que acabam por influenciar a conduta de outros companheiros de farda.

Os dados estatísticos tornaram visíveis prováveis concentrações de policiais que vivenciam com mais intensidade o uso da força letal e, categoricamente, o BPOT é uma delas. A unidade despontou com a maior proporção de entrevistados que respondeu já ter empregado força letal na atividade de policiamento habitual. Se nos últimos doze meses, parte expressiva dos respondentes (42,24%) não empregou suas armas de fogo contra

alguém, nesse mesmo período, os policiais rotanzeiros do BPOT se mostraram significativamente mais propensos a usar a força letal. Dentre todos os entrevistados, são exatamente eles os que mais feriram pessoas com disparos de arma de fogo (66,67% de todas as respostas afirmativas) e participaram de intervenções policiais que resultaram em mortes (85,92%), no último ano.

Diante de tamanha proeminência, para complementar as informações levantadas no survey referentes aos rotanzeiros e aprofundar o conhecimento sobre os usos que eles fazem da força, decidiu-se examinar os *boletins de letalidade* e as *escalas de policiamento tático* do BPOT, com o propósito de identificar nos registros oficiais outras características do real emprego da força letal, com especial atenção para os eventos de mortes por intervenções em que há policiais recorrentes, e de compreender, por meio dos números, a dinâmica da composição das guarnições de serviço, ou seja, do menor e coeso grupo social envolvido no conjunto das mortes atribuídas às intervenções da OPM.

4.4 PESQUISA DOCUMENTAL: MIP BPOT

A investigação sociológica dos *relatórios individuais e circunstanciados de letalidade* e das *escalas de policiamento tático das companhias ROTAM*, do BPOT, contou com a devida autorização do comandante da unidade e do comandante geral da PMPA. A fase inicial, de coleta de dados, durou de agosto a setembro de 2018 e foi realizada integralmente nas instalações da seção de inteligência do batalhão, com a formidável ajuda dos policiais militares, oficiais e praças, que trabalham na seção.

Os arquivos físicos e digitais da seção guardavam organizadas as informações de ocorrências policiais 1º de janeiro de 2015 até o último dia do mês que antecedeu o início da pesquisa documental, isto é, 30 de junho de 2018. De tal modo, delimitou-se esse período para a análise. Os registros disponibilizados foram exclusivamente consultados e nenhum documento foi apoderado ou copiado.

Primeiramente, examinou-se os 109 *boletins de ocorrência policial militar – BOPM* disponíveis que tratam da apreensão de armas de fogo por guarnições de ROTAM, nos meses de janeiro de 2015 a junho de 2018. Na quase totalidade dos boletins, a intervenção dos rotanzeiros que apreendeu o armamento resultou na morte do suspeito que o portava. Em seguida, cruzou-se as informações dos BOPM com os *relatórios individuais e circunstanciados de letalidade* do BPOT. No total, constam 104 óbitos. Por

fim, essas informações foram confrontadas com os dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC/SEGUP/PA.

Cabe ressaltar, de antemão, que todos esses eventos registrados de *mortes por intervenções policiais – MIP* são considerados oficialmente ações presumivelmente legais e legítimas que, em regra, consistem no uso da força letal por policiais militares integrantes de guarnições de serviço, em situações de confronto armado ou em risco iminente de confronto armado, no patrulhamento do espaço público afetado pelo crime violento. Mesmo assim, decidiu-se preservar as identidades dos policiais envolvidos nas intervenções nominando cada um deles como *rotanzeiro número tal*.

As informações do BPOT foram comparadas com os registros das *mortes por intervenções de agentes do Estado – MIAE*⁷² referentes aos rotanzeiros, do banco de dados da SIAC abastecido com os relatórios individuais e circunstanciados de letalidade da PMPA. Verificou-se grave conflito entre as informações do batalhão tático e os dados da secretaria. Nos relatórios do BPOT, as 104 mortes por intervenções policiais estavam assim distribuídas, por ano: 2015 = 17 MIP (no SIAC, aferiu-se apenas 10 MIAE imputadas ao BPOT); 2016 = 12 MIP (no SIAC, somente 8); 2017 = 38 MIP (só 15 no SIAC); 2018/julho = 37 MIP (a secretaria não dispunha da informação, à época).

Sem surpresa, averiguou-se que as vítimas fatais das MIP do BPOT, no período examinado, são em absoluta maioria homens jovens, pardos ou negros, oriundos das periferias da Grande Belém. Aliás, na quase totalidade dos episódios, as mortes também ocorreram nas áreas pobres da metrópole. Nos relatórios e planilhas foi possível localizar os nomes de somente 81 vítimas. O rápido levantamento junto à Polícia Civil do Estado do Pará apontou que metade já tinha passagem pela polícia judiciária, majoritariamente investigados ou presos em flagrante por crimes de roubo, tráfico de drogas, latrocínio e homicídio. Os dados acenam um claro perfil da vítima frequente dos rotanzeiros.

A Tabela 26 apresenta as 104 MIP ocorridas de 1º de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2018, assinalando a posição de cada policial nas guarnições de serviço – GU. As MIP envolveram exatamente 47 oficiais e praças comandantes de GU ROTAM⁷³ e

⁷² A categoria da SIAC/SEGUP engloba a intervenção de todos os operadores do sistema de segurança pública do Estado do Pará: policiais civis e militares, agentes penitenciários, peritos oficiais e agentes estaduais de trânsito.

⁷³ Compete ao comandante da GU ROTAM direcionar as ações da sua equipe no patrulhamento tático da metrópole. Em geral, é designado para áreas predeterminadas ou missões específicas, mas tem autonomia para decidir rotas, locais de parada e, principalmente, quem, quando e como abordar. Ressalta-se que apesar de assinar os relatórios procedimentais, o comandante não assume pessoalmente a autoria da morte do suspeito, no caso das intervenções fatais. Em geral, os *relatórios individuais e circunstanciados de letalidade* do BPOT sugerem a autoria incerta, em decorrência dos simultâneos disparos de arma de fogo

outros 128 rotanzeiros que integravam suas equipes. Confrontando os números de vítimas com os de policiais envolvidos nas MIP, averigua-se que há rotanzeiros reincidentes nas intervenções mortais, alguns até de modo bem acentuado, e que as guarnições nem sempre modificam a composição, preservando os integrantes em repetidos eventos.

Dentre os participantes das intervenções, encontra-se do major comandante da OPM ao policial militar bisonho, entre tantos outros soldados, muitos cabos, sargentos, um subtenente antigo, jovens tenentes e dois capitães. Nesse universo predominantemente masculino, ganham realce as quatro policiais femininas, em especial, a *rotanzeira 110* que por quatro vezes integrou guarnições envolvidas em MIP.

A distribuição dos episódios especificando a exata participação de cada indivíduo torna visível dois conjuntos de padrões de comportamento dos rotanzeiros nas ocorrências MIP do BPOT. O primeiro ressalta o protagonismo no comando do uso da força letal que resultou na morte do suspeito. Nota-se cinco padrões:

- *protagonista típico*: assume sempre o papel principal, ou seja, comanda a ação letal da GU em todas as ocorrências MIP que se envolve;
- *predominantemente protagonista*: assume o protagonismo na maioria das ocorrências MIP que participa; pode, excepcionalmente, desempenhar papel secundário na GU em observância a condição hierárquica superior daquele que assume como comandante da guarnição;
- *coadjuvante típico*: enquanto integrante da GU, assume papel secundário na intervenção letal em todas as MIP que participa;
- *predominantemente coadjuvante*: desempenha atualmente o papel secundário na GU de apoio à ação letal; no passado, já foi protagonista de MIP;
- *protagonismo oscilante*: comanda a intervenção letal em algumas MIP e age na coadjuvância como integrante da GU noutras.

efetuado por vários policiais da guarnição. Caberá a polícia militar judiciária, a perícia oficial e a promotoria militar de justiça, sem prejuízo da investigação civil, elucidar a autoria em cada evento de MIP.

Tabela 26 – Distribuição dos eventos MIP do BPOT (2015 a 2018*).

	Posto ou graduação	2015		2016		2017		2018		SOMA			Padrões		
		Cmdo	GU	MIP	Protagonismo	GU									
Rotanzeiro 1	Major	1	0	0	0	0	0	1	0	2	0	2	P	A	
Rotanzeiro 2	Capitão	1	0	1	0	0	0	4	0	6	0	6	P	A / F	
Rotanzeiro 3		0	0	1	0	2	0	1	1	4	1	5	PP	A / F	
Rotanzeiro 4	Tenente	0	0	0	0	2	0	3	0	5	0	5	P	A	
Rotanzeiro 5		0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	2	P	A	
Rotanzeiro 6		1	0	1	0	3	0	0	0	5	0	5	P	A	
Rotanzeiro 7		0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	2	P	A	
Rotanzeiro 8		0	0	0	0	2	0	1	0	3	0	3	P	A	
Rotanzeiro 9		0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	-	-	
Rotanzeiro 10	Subtenente	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	2	P	A	
Rotanzeiro 11	Sargento	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	2	C	A	
Rotanzeiro 12		0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	2	P	A	
Rotanzeiro 13		0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	-	-	
Rotanzeiro 14		0	0	1	0	0	1	2	0	3	1	4	PP	A	
Rotanzeiro 15		0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-	
Rotanzeiro 16		0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-	
Rotanzeiro 17		0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	-	-	
Rotanzeiro 18		0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	-	-	
Rotanzeiro 19		0	0	1	0	0	1	2	0	3	1	4	PP	A	
Rotanzeiro 20		0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	-	-	
Rotanzeiro 21		0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	-	-	
Rotanzeiro 22		1	2	0	1	0	0	1	3	2	6	8	PC	A / F	
Rotanzeiro 23		0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	-	-	
Rotanzeiro 24		0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	-	-	
Rotanzeiro 25		0	0	1	0	1	0	0	0	2	0	2	P	A	
Rotanzeiro 26		0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	-	-	
Rotanzeiro 27		0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-	
Rotanzeiro 28		0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	-	-	
Rotanzeiro 29		0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	-	-	
Rotanzeiro 30		1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	-	-	
Rotanzeiro 31		0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-	
Rotanzeiro 32		3	0	0	0	2	1	5	1	10	2	12	PP	A / F	
Rotanzeiro 33		0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	2	C	A	
Rotanzeiro 34		0	0	0	0	0	0	2	1	2	1	3	PP	A	
Rotanzeiro 35		0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	2	PO	A	
Rotanzeiro 36		0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	-	-	
Rotanzeiro 37		0	0	1	0	2	0	0	0	3	0	3	P	A	
Rotanzeiro 38		0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	2	C	A	
Rotanzeiro 39		1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	-	-	
Rotanzeiro 40		0	1	0	0	1	0	1	0	2	1	3	PP	A	
Rotanzeiro 41		0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	2	PO	A	
Rotanzeiro 42		0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	-	-	
Rotanzeiro 43		0	0	0	0	1	0	1	0	2	0	2	P	A	
Rotanzeiro 44		1	0	0	0	2	1	0	0	3	1	4	PP	A	
Rotanzeiro 45		0	0	0	0	1	0	1	0	2	0	2	P	A	
Rotanzeiro 46		3	0	2	0	2	0	1	0	8	0	8	P	F	
Rotanzeiro 47		0	0	0	0	0	2	1	0	1	2	3	PC	A	
Rotanzeiro 48		0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	2	PO	A	
Rotanzeiro 49		0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	2	PO	A / F	
Rotanzeiro 50		Cabo	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanzeiro 51			0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-

Fonte: elaboração do autor.

Legenda: P - protagonista típico; PP - predominantemente protagonista; PO - protagonismo oscilante; C - coadjuvante típico; PC - predominantemente coadjuvante; A - guarnição aberta; F - guarnição fechada.

* até jun. 2018.

^{fem} policial feminino.

Continuação da Tabela 26 – Distribuição dos eventos MIP do BPOT (2015 a 2018*).

Posto ou graduação	2015		2016		2017		2018		SOMA			Padrões	
	Cmdo	GU	MIP	Protagonismo	GU								
Rotanheiro 52	0	0	0	1	0	2	0	0	0	3	3	C	A / F
Rotanheiro 53	0	0	0	1	0	2	0	2	0	5	5	C	A
Rotanheiro 54	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	-	-
Rotanheiro 55 ^{fem}	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 56	0	1	0	0	0	2	0	3	0	6	6	C	A
Rotanheiro 57	0	0	0	1	0	2	0	1	0	4	4	C	A
Rotanheiro 58	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 59	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 60	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	2	C	A
Rotanheiro 61	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	2	C	A
Rotanheiro 62	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2	2	C	A
Rotanheiro 63	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	3	C	F
Rotanheiro 64	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 65	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 66	0	2	0	0	0	2	0	3	0	7	7	C	A / F
Rotanheiro 67	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 68	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	3	C	A
Rotanheiro 69	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 70	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	2	C	A
Rotanheiro 71	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2	2	C	A
Rotanheiro 72	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 73	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 74	0	0	0	0	0	2	0	1	0	3	3	C	A
Rotanheiro 75	0	0	0	0	1	0	0	4	1	4	5	PC	A
Rotanheiro 76	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2	2	C	A
Rotanheiro 77	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 78	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 79	1	0	0	0	0	2	0	1	1	3	4	PC	A
Rotanheiro 80	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2	2	C	A
Rotanheiro 81	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 82	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 83	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 84	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 85	0	1	0	0	0	1	0	2	0	4	4	C	A
Rotanheiro 86	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	P	A
Rotanheiro 87	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 88	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 89	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 90	0	2	0	0	0	2	0	0	0	4	4	C	A
Rotanheiro 91	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 92	0	0	0	0	0	4	0	5	0	9	9	C	A / F
Rotanheiro 93	0	1	0	0	0	4	0	3	0	8	8	C	A / F
Rotanheiro 94	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 95	0	1	0	0	0	2	0	0	0	3	3	C	A
Rotanheiro 96	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	2	C	A
Rotanheiro 97	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 98	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 99	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 100	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 101	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2	2	C	A
Rotanheiro 102	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	2	C	A

Fonte: elaboração do autor.

Legenda: P - protagonista típico; PP - predominantemente protagonista; PO - protagonismo oscilante; C - coadjuvante típico; PC - predominantemente coadjuvante; A - guarnição aberta; F - guarnição fechada.

* até jun. 2018.

^{fem} policial feminino.

Continuação da Tabela 26 – Distribuição dos eventos MIP do BPOT (2015 a 2018*).

Posto ou graduação	2015		2016		2017		2018		SOMA			Padrões	
	Cmdo	GU	MIP	Protagonismo	GU								
Rotanheiro 103	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5	5	C	A / F
Rotanheiro 104	0	3	0	0	0	2	0	0	0	5	5	C	A / F
Rotanheiro 105	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2	2	C	A
Rotanheiro 106	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 107	0	0	0	1	0	2	0	1	0	4	4	C	A
Rotanheiro 108	0	0	0	1	0	2	0	0	0	3	3	C	A
Rotanheiro 109	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 110 ^{fem}	0	0	0	0	0	4	0	0	0	4	4	C	A / F
Rotanheiro 111	0	0	0	0	0	1	0	2	0	3	3	C	A
Rotanheiro 112	0	2	0	0	0	2	0	0	0	4	4	C	A
Rotanheiro 113	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 114	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 115	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 116	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	3	C	A
Rotanheiro 117	0	0	0	0	0	2	0	1	0	3	3	C	A
Rotanheiro 118	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 119	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 120	0	0	0	0	1	0	3	0	4	0	4	P	A / F
Rotanheiro 121	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 122	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	2	AP	A
Rotanheiro 123	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	2	C	A
Rotanheiro 124	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 125	0	3	0	0	0	0	0	2	0	5	5	C	F
Rotanheiro 126	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 127	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	2	C	F
Rotanheiro 128	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 129	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 130	0	1	0	1	0	1	0	5	0	8	8	C	A
Rotanheiro 131	0	0	0	0	0	2	0	1	0	3	3	C	A
Rotanheiro 132	0	0	0	0	0	1	0	2	0	3	3	C	A
Rotanheiro 133	0	0	0	0	0	2	0	1	0	3	3	C	A
Rotanheiro 134	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 135 ^{fem}	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 136	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2	2	C	A
Rotanheiro 137	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 138 ^{fem}	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	2	C	A
Rotanheiro 139	0	0	0	0	0	1	0	2	0	3	3	C	A
Rotanheiro 140	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	2	C	A
Rotanheiro 141	0	0	0	1	0	1	0	1	0	3	3	C	F
Rotanheiro 142	0	0	0	0	0	1	0	2	0	3	3	C	A / F
Rotanheiro 143	0	0	0	0	0	1	0	2	0	3	3	C	A / F
Rotanheiro 144	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2	2	C	A
Rotanheiro 145	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 146	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2	2	C	A
Rotanheiro 147	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	2	C	A
Rotanheiro 148	0	0	0	0	0	1	0	3	0	4	4	C	A
Rotanheiro 149	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanheiro 150	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	2	C	A
Rotanheiro 151	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	C	A
Rotanheiro 152	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	-	-
Rotanheiro 153	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	-	-

Fonte: elaboração do autor.

Legenda: P - protagonista típico; PP - predominantemente protagonista; PO - protagonismo oscilante; C - coadjuvante típico; PC - predominantemente coadjuvante; A - guarnição aberta; F - guarnição fechada.

* até jun. 2018.

^{fem} policial feminino.

Continuação da Tabela 26 – Distribuição dos eventos MIP do BPOT (2015 a 2018*).

Posto ou graduação	2015		2016		2017		2018		SOMA			Padrões	
	Cmdo	GU	MIP	Protagonismo	GU								
Rotanteiro 154	0	0	0	0	0	1	0	2	0	3	3	C	A
Rotanteiro 155	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanteiro 156	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	2	C	A
Rotanteiro 157	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanteiro 158	0	5	0	0	0	0	0	1	0	6	6	C	A / F
Rotanteiro 159	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanteiro 160	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanteiro 161	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanteiro 162	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2	2	C	A
Rotanteiro 163	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	2	C	A
Rotanteiro 164	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanteiro 165	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanteiro 166	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanteiro 167	0	1	0	0	0	1	0	1	0	3	3	C	A
Rotanteiro 168	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Rotanteiro 169	0	0	0	0	0	1	0	2	0	3	3	C	A / F
Rotanteiro 170	0	3	0	1	0	2	0	0	0	6	6	C	A
Rotanteiro 171	0	0	0	0	0	2	0	2	0	4	4	C	A / F
Rotanteiro 172	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	-	-
Rotanteiro 173	0	0	0	3	0	0	0	1	0	4	4	C	A / F
Rotanteiro 174	0	0	0	2	0	1	0	2	0	5	5	C	A / F
Rotanteiro 175	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	-	-
Total de eventos MIP	17		12		38		37		104			-	-

Fonte: elaboração do autor.

Legenda: P - protagonista típico; PP - predominantemente protagonista; PO - protagonismo oscilante; C - coadjuvante típico; PC - predominantemente coadjuvante; A - guarnição aberta; F - guarnição fechada.
* até jun. 2018; ^{fem} policial feminino.

Para realizar a missão que lhe é atribuída, o BPOT lança diariamente suas guarnições de patrulhamento tático na metrópole. São dois os turnos de serviço. O primeiro turno conta com dez guarnições táticas e cobre o período das 09:00 às 21:00 horas. O segundo vai das 21:00 às 09:00 horas e emprega seis guarnições de rotanteiros. Atuando somente quando necessário, permanecem de sobreaviso mais três guarnições: GU Comando ROTAM, GU Subcomando e GU Supervisão. A cada turno, um capitão se encarrega da supervisão e um tenente comanda o serviço de patrulhamento. À frente das demais GU ROTAM estão subtenente, sargentos e cabos que comandam os patrulheiros.

Conforme já se explanou, as guarnições patrulham especialmente as áreas assoladas pelo narcotráfico e criminalidade violenta da Grande Belém. Empregadas com regularidade, as equipes estão expostas a um ambiente criminal comum, de tal modo, enfrentam por igual os perigos da cidade. Mas, a valer, não é bem assim. Na tabela 26, constata-se que alguns rotanteiros apresentam forte reincidência no protagonismo, ou melhor, no comando de guarnições de serviço envolvidas em *três ou mais*⁷⁴ intervenções

⁷⁴ Definiu-se arbitrariamente *três ou mais* eventos levando em conta o fato de que grande parte dos policiais militares completa a carreira sem se envolver diretamente numa única intervenção com morte de suspeitos.

que resultaram na morte de suspeitos, em discrepância com os 77 (44%) rotanzeiros que vivenciaram tão-só uma MIP ao longo dos 42 meses examinados (sem considerar ainda os policiais da unidade que não passaram por um único evento sequer e que não estão incluídos na análise). Os comandantes de GU ROTAM acentuadamente reincidentes são:

- *rotanzeiro 32* (sargento): 10 MIP, sendo 5 no primeiro semestre de 2018;
- *rotanzeiro 46* (sargento): 8 MIP, distribuídas com regularidade no período;
- *rotanzeiro 2* (capitão): 6 MIP, sendo 4 no primeiro semestre de 2018;
- *rotanzeiro 4* (tenente): 5 MIP, sendo 3 no primeiro semestre de 2018;
- *rotanzeiro 6* (tenente): 5 MIP, sendo 3 ao longo do ano de 2017;
- *rotanzeiros 3* (capitão) e *120* (cabo): 4 MIP, sendo que a praça participou de 3 eventos apenas no primeiro semestre de 2018;
- *rotanzeiro 8* (tenente) e rotanzeiros *14, 19, 37 e 44* (sargentos): 3 MIP.

A posição hierárquica mais elevada e a função de comando (capitão supervisor; tenente oficial-de-serviço e sargento comandante de GU) exercida pelos protagonistas com marcante reincidência contrastam com excepcionalidade do *cabo protagonista recidivo*, que se firmou à frente de uma GU fixa integrada por outros cabos e soldados.

O segundo conjunto de padrões notado enfatiza justamente a coesão da GU ROTAM nas 104 MIP. No BPOT, assim como nas demais unidades da PMPA, as guarnições de serviço são montadas pelo escalante – isto é, o graduado mais antigo (subtenente ou sargento com mais tempo de serviço), verdadeiro elo de ligação entre a administração e a operacionalidade da OPM – que “conhece os policiais diretamente pelos nomes e administra os conflitos de interesse individuais e preferências com relação às composições das equipes de trabalho” (SANDES, 2013, p. 35).

A Tabela 27 exhibe os eventos de MIP organizados por guarnição. Estão destacados os episódios com protagonismo repetido, ou seja, os episódios em que o mesmo rotanzeiro é recorrente no comando da ação letal. Os padrões de coesão observados são:

- *guarnições de serviço abertas*: mantido o comandante reincidente, a composição da guarnição sofre alteração de evento para evento, com a troca de mais de um integrante;
- *guarnições de serviço fechadas*: tendência de manutenção da composição da guarnição repetindo a maioria ou todos integrantes em vários eventos.

Tabela 27 – Composição das GU ROTAM/BPOT envolvidas em MIP (2015 a 2018*).

MIP	Ano	Policial A (Cmt) <i>protagonista</i>	Policial B <i>coadjuvante</i>	Policial C <i>coadjuvante</i>	Policial D <i>coadjuvante</i>	Policial E <i>coadjuvante</i>	GU
1	2015	Rotanteiro 1	Rotanteiro 17	Rotanteiro 78	Rotanteiro 155	-	A
2	2018		Rotanteiro 3	Rotanteiro 53	Rotanteiro 92	-	
3	2015	Rotanteiro 2	Rotanteiro 66	Rotanteiro 147	Rotanteiro 164	-	A
4	2016		Rotanteiro 53	Rotanteiro 107	Rotanteiro 170	-	A
5	2018		Rotanteiro 53	Rotanteiro 74	Rotanteiro 142	-	F
6	2018		Rotanteiro 92	Rotanteiro 93	Rotanteiro 142	-	F
7	2018		Rotanteiro 92	Rotanteiro 93	Rotanteiro 130	-	F
8	2018		Rotanteiro 80	Rotanteiro 92	Rotanteiro 112	-	A
9	2016	Rotanteiro 3	Rotanteiro 52	Rotanteiro 122	Rotanteiro 141	-	F
10	2017		Rotanteiro 52	Rotanteiro 74	Rotanteiro 141	-	F
11	2017		Rotanteiro 27	Rotanteiro 80	Rotanteiro 166	-	A
12	2018		Rotanteiro 92	Rotanteiro 93	Rotanteiro 130	-	A
13	2017	Rotanteiro 4	Rotanteiro 11	Rotanteiro 93	Rotanteiro 143	-	A
14	2017		Rotanteiro 19	Rotanteiro 57	Rotanteiro 93	-	
15	2018		Rotanteiro 32	Rotanteiro 66	Rotanteiro 174	-	
16	2018		Rotanteiro 56	Rotanteiro 97	Rotanteiro 148	-	
17	2018		Rotanteiro 107	Rotanteiro 111	Rotanteiro 137	-	
18	2017	Rotanteiro 5	Rotanteiro 14	Rotanteiro 53	Rotanteiro 170	-	A
19	2017		Rotanteiro 44	Rotanteiro 92	Rotanteiro 117	-	
20	2015	Rotanteiro 6	Rotanteiro 60	Rotanteiro 90	Rotanteiro 128	-	A
21	2016		Rotanteiro 57	Rotanteiro 108	Rotanteiro 173	-	A
22	2017		Rotanteiro 90	Rotanteiro 108	Rotanteiro 77	-	F
23	2017		Rotanteiro 92	Rotanteiro 112	Rotanteiro 139	-	A
24	2017		Rotanteiro 57	Rotanteiro 93	Rotanteiro 169	-	A
25	2017	Rotanteiro 7	Rotanteiro 56	Rotanteiro 70	Rotanteiro 112	-	A
26	2017		Rotanteiro 111	Rotanteiro 149	Rotanteiro 168	-	
27	2017	Rotanteiro 8	Rotanteiro 108	Rotanteiro 110 ^{fem}	Rotanteiro 160	-	A
28	2017		Rotanteiro 41	Rotanteiro 47	Rotanteiro 74	-	
29	2018		Rotanteiro 75	Rotanteiro 117	Rotanteiro 134	-	
30	2018	Rotanteiro 9	Rotanteiro 31	Rotanteiro 56	Rotanteiro 85	-	A
31	2017	Rotanteiro 10	Rotanteiro 82	Rotanteiro 85	Rotanteiro 170	-	A
32	2017		Rotanteiro 33	Rotanteiro 133	Rotanteiro 136	-	
33	2017	Rotanteiro 12	Rotanteiro 50	Rotanteiro 110 ^{fem}	Rotanteiro 133	-	A
34	2017		Rotanteiro 114	Rotanteiro 131	Rotanteiro 151	-	
35	2017	Rotanteiro 13	Rotanteiro 56	Rotanteiro 95	Rotanteiro 123	-	A
36	2016	Rotanteiro 14	Rotanteiro 38	Rotanteiro 159	Rotanteiro 172	-	A
37	2018		Rotanteiro 75	Rotanteiro 81	Rotanteiro 156	-	
38	2018		Rotanteiro 100	Rotanteiro 139	Rotanteiro 152	-	
39	2018	Rotanteiro 18	Rotanteiro 67	Rotanteiro 68	Rotanteiro 145	-	A
40	2016	Rotanteiro 19	Rotanteiro 59	Rotanteiro 101	Rotanteiro 163	-	A
41	2018		Rotanteiro 22	Rotanteiro 68	Rotanteiro 103	-	
42	2018		Rotanteiro 57	Rotanteiro 65	Rotanteiro 103	-	
43	2017	Rotanteiro 20	Rotanteiro 79	Rotanteiro 102	Rotanteiro 105	-	A
44	2017	Rotanteiro 21	Rotanteiro 92	Rotanteiro 102	Rotanteiro 138 ^{fem}	-	A
45	2015	Rotanteiro 22	Rotanteiro 87	Rotanteiro 158	Rotanteiro 170	-	A
46	2018		Rotanteiro 115	Rotanteiro 130	Rotanteiro 151	-	
47	2018	Rotanteiro 23	Rotanteiro 71	Rotanteiro 113	Rotanteiro 148	-	A
48	2017	Rotanteiro 24	Rotanteiro 35	Rotanteiro 92	Rotanteiro 138 ^{fem}	-	A
49	2016	Rotanteiro 25	Rotanteiro 38	Rotanteiro 162	Rotanteiro 165	-	A
50	2017		Rotanteiro 58	Rotanteiro 70	Rotanteiro 162	-	
51	2016	Rotanteiro 26	Rotanteiro 110 ^{fem}	Rotanteiro 130	Rotanteiro 150	-	A
52	2016	Rotanteiro 28	Rotanteiro 22	Rotanteiro 50	Rotanteiro 99	-	A
53	2016	Rotanteiro 29	Rotanteiro 61	Rotanteiro 72	Rotanteiro 83	Rotanteiro 163	A
54	2015	Rotanteiro 30	Rotanteiro 61	Rotanteiro 89	Rotanteiro 167	Rotanteiro 126	A

Fonte: elaboração do autor.

Legenda: A - guarnição aberta; F - guarnição fechada.

Continuação da Tabela 27 – Composição das GU ROTAM/BPOT... MIP (2015 a 2018*).

MIP	Ano	Policial A (Cmt) <i>protagonista</i>	Policial B <i>coadjuvante</i>	Policial C <i>coadjuvante</i>	Policial D <i>coadjuvante</i>	Policial E <i>coadjuvante</i>	GU	
55	2015	Rotanteiro 32	Rotanteiro 112	Rotanteiro 146	Rotanteiro 170	-	A	
56	2015		Rotanteiro 76	Rotanteiro 140	Rotanteiro 147	-	A	
57	2015		Rotanteiro 60	Rotanteiro 66	Rotanteiro 93	-	F	
58	2017		Rotanteiro 66	Rotanteiro 90	Rotanteiro 171	-	A	
59	2017		Rotanteiro 93	Rotanteiro 142	Rotanteiro 174	-	A	
60	2018		Rotanteiro 103	Rotanteiro 121	Rotanteiro 158	-	A	
61	2018		Rotanteiro 22	Rotanteiro 103	Rotanteiro 125	-	F	
62	2018		Rotanteiro 103	Rotanteiro 169	Rotanteiro 174	-	F	
63	2018		Rotanteiro 51	Rotanteiro 125	Rotanteiro 169	-	F	
64	2018		Rotanteiro 22	Rotanteiro 79	Rotanteiro 132	-	A	
65	2018		Rotanteiro 34	Rotanteiro 130	Rotanteiro 133	Rotanteiro 154	-	A
66	2018			Rotanteiro 66	Rotanteiro 101	Rotanteiro 130	-	A
67	2018		Rotanteiro 35	Rotanteiro 48	Rotanteiro 116	Rotanteiro 154	-	A
68	2018		Rotanteiro 36	Rotanteiro 94	Rotanteiro 139	Rotanteiro 167	-	A
69	2016	Rotanteiro 37	Rotanteiro 105	Rotanteiro 118	Rotanteiro 129	-		
70	2017		Rotanteiro 47	Rotanteiro 130	Rotanteiro 135 ^{fem}	-	A	
71	2017		Rotanteiro 33	Rotanteiro 79	Rotanteiro 106	-		
72	2015	Rotanteiro 39	Rotanteiro 22	Rotanteiro 95	Rotanteiro 170	-	A	
73	2017	Rotanteiro 40	Rotanteiro 64	Rotanteiro 107	Rotanteiro 131	-	A	
74	2018		Rotanteiro 62	Rotanteiro 84	Rotanteiro 111	-		
75	2017	Rotanteiro 41	Rotanteiro 71	Rotanteiro 76	Rotanteiro 157	-	A	
76	2017	Rotanteiro 42	Rotanteiro 11	Rotanteiro 53	Rotanteiro 66	-	A	
77	2017	Rotanteiro 43	Rotanteiro 32	Rotanteiro 95	Rotanteiro 107	-	A	
78	2018		Rotanteiro 85	Rotanteiro 116	Rotanteiro 131	-		
79	2015	Rotanteiro 44	Rotanteiro 56	Rotanteiro 62	Rotanteiro 158	-		
80	2017		Rotanteiro 69	Rotanteiro 96	Rotanteiro 154	-	A	
81	2017		Rotanteiro 55 ^{fem}	Rotanteiro 96	Rotanteiro 175	-		
82	2017	Rotanteiro 45	Rotanteiro 88	Rotanteiro 117	Rotanteiro 132	-	A	
83	2018		Rotanteiro 15	Rotanteiro 75	Rotanteiro 173	-		
84	2015	Rotanteiro 46	Rotanteiro 104	Rotanteiro 125	Rotanteiro 158	-	F	
85	2015		Rotanteiro 104	Rotanteiro 125	Rotanteiro 158	-	F	
86	2015		Rotanteiro 104	Rotanteiro 125	Rotanteiro 158	-	F	
87	2016		Rotanteiro 127	Rotanteiro 173	Rotanteiro 174	-	F	
88	2016		Rotanteiro 127	Rotanteiro 173	Rotanteiro 174	-	F	
89	2017		Rotanteiro 16	Rotanteiro 109	Rotanteiro 123	-	A	
90	2017		Rotanteiro 49	Rotanteiro 91	Rotanteiro 110 ^{fem}	-	F	
91	2018		Rotanteiro 119	Rotanteiro 141	Rotanteiro 156	-	F	
92	2018		Rotanteiro 47	Rotanteiro 34	Rotanteiro 56	Rotanteiro 148	-	A
93	2018		Rotanteiro 48	Rotanteiro 73	Rotanteiro 116	Rotanteiro 132	-	A
94	2018	Rotanteiro 49	Rotanteiro 66	Rotanteiro 75	Rotanteiro 136	-	A	
95	2015	Rotanteiro 54	Rotanteiro 144	Rotanteiro 150	Rotanteiro 153	-	A	
96	2017	Rotanteiro 75	Rotanteiro 104	Rotanteiro 148	Rotanteiro 167	Rotanteiro 171	A	
97	2015	Rotanteiro 79	Rotanteiro 40	Rotanteiro 130	-	-	A	
98	2015	Rotanteiro 86	Rotanteiro 85	Rotanteiro 112	Rotanteiro 124	-	A	
99	2015		Rotanteiro 22	Rotanteiro 90	Rotanteiro 140	-		
100	2017	Rotanteiro 120	Rotanteiro 98	Rotanteiro 104	Rotanteiro 146	-	A	
101	2018		Rotanteiro 63	Rotanteiro 68	Rotanteiro 144	-	A	
102	2018		Rotanteiro 63	Rotanteiro 143	Rotanteiro 171	-	F	
103	2018		Rotanteiro 63	Rotanteiro 143	Rotanteiro 171	-	F	
104	2017	Rotanteiro 122	-	-	-	-	-	

Fonte: elaboração do autor.

Legenda: A - guarnição aberta; F - guarnição fechada.

O exame conjunto dos padrões de protagonismo no comando da ação letal e de coesão das guarnições de serviço, nos episódios considerados de acentuada repetição (*três ou mais eventos*), desvelam oito casos de protagonismo típico. São eles:

- *rotanzeiro 46* (sargento): protagonista em 8 MIP (3/2015, 2/2016, 2/2017 e 1/1º sem. 2018), na quase totalidade à frente de guarnições fechadas;
- *rotanzeiro 2* (capitão): protagonizou 6 MIP (1/2015, 1/2016 e 4/1º sem. 2018), comandando preferencialmente patrulheiros experientes, em guarnições abertas e fechadas;
- *rotanzeiros 4 e 6* (tenentes), ambos protagonistas em 5 MIP – sendo que o primeiro conta com 3 eventos apenas no 1º sem. 2018 – liderando diferentes patrulheiros sempre em guarnições abertas;
- *rotanzeiro 120* (cabo): protagonizou 4 MIP (sendo 3/1º sem. 2018), à frente de companheiros experientes em guarnições preferencialmente fechadas;
- *rotanzeiro 8* (tenente) e *rotanzeiros 14 e 37* (sargentos): todos protagonistas em 3 MIP cada, no comando de guarnições abertas.

Confere-se sete casos de protagonismo predominante:

- *rotanzeiro 32* (sargento), protagonista em 10 MIP (sendo 3/ 2015, 2/ 2016 e, incrivelmente, 5 somente no 1º sem. 2018) e coadjuvante noutras 2 ocorrências (2017 e 2018), patrulhando tanto em guarnições abertas quanto fechadas, acumula a assombrosa vivência de 12 MIP no período analisado.
- *rotanzeiro 3* (capitão): protagonizou 4 MIP (1/2016, 2/2017 e 2/1º sem. 2018) e participou uma única vez como coadjuvante (em 2018), repetindo alguns policiais experientes em suas guarnições abertas e fechadas;
- *rotanzeiros 14, 19, 34, 40 e 44* (sargentos): todos protagonistas em 3 MIP cada, tendo igualmente participado uma única vez como coadjuvante; patrulham em guarnições abertas.

Em contrapartida, há trinta e cinco casos de coadjuvância típica, sendo:

- *rotanzeiros 92, 93 e 130* (cabos): espantosamente, o primeiro participou de 9 MIP e os dois últimos de 8 eventos, sendo que apenas no 1º sem. 2018 os *rotanzeiros 92 e 130* se envolveram em 5 e o *rotanzeiro 93* em 4 intervenções com morte de suspeitos, patrulhando em guarnições abertas e fechadas;
- *rotanzeiros 56 e 66* (sargentos) e *rotanzeiros 158 e 170* (soldados): mesmo sendo graduado, curiosamente, o *rotanzeiro 66* participou como coadjuvante em 7 MIP (sendo 3 MIP apenas no 1º sem. 2018), já os demais contabilizaram

6 eventos cada, ao longo do período analisado, trabalhando em guarnições abertas, à exceção do *rotanzeiro 158* que também atuou em GU fechadas;

- *rotanzeiros 57, 85, 90, 107, 110^{sem}, 112* (cabos) e *rotanzeiros 148, 171 e 173* (soldados): todos participaram de 4 MIP patrulhando em guarnições abertas, à exceção dos *rotanzeiros 171 e 173* que também operaram em GU fechadas;
- *rotanzeiros 52, 63, 68, 74, 95, 108, 111, 116, 117, 131 e 132* (cabos) e *rotanzeiros 133, 139, 141, 142, 143, 154, 167 e 169* (soldados): todos participaram de 3 MIP integrando guarnições abertas, à exceção dos *rotanzeiros 63 e 141* que aparecem com maior frequência em guarnições fechadas; além disso, o *rotanzeiro 63* se sobressai dos demais, juntamente com o *rotanzeiro 68*, por contabilizarem 3 MIP apenas no 1º semestre de 2018.

Verifica-se, ainda, três casos de rotanzeiros predominantemente coadjuvantes:

- *rotanzeiros 22 e 47* (sargentos) e *rotanzeiro 79* (cabo): o primeiro já foi protagonista em 2 MIP e os outros dois estiveram à frente de um único evento com morte, tendo todos os três policiais militares participado de outras intervenções como coadjuvantes em guarnições abertas, notadamente o *rotanzeiro 22* que atuou em mais 6 ações.

Por fim, nota-se que os *rotanzeiros 31, 41, 48 e 49* oscilam entre o protagonismo e a coadjuvância nos eventos MIP. Os quatro sargentos patrulham em GU abertas.

Examinando as tabelas, averigua-se que a composição da guarnição de serviço – aberta ou fechada – parece ter pouca influência sobre os eventos de MIP, sem deixar de realçar, todavia, que alguns policiais altamente recidivos tenham se destacado em GU ROTAM fechadas, presumivelmente mais coesas, como é o caso dos *rotanzeiros 46, 63, 125 e 141*. Por outro lado, resta evidente que os patrulheiros que acumulam experiências de morte circulam entre as guarnições letais.

O impacto da repetitiva matança dos poucos rotanzeiros é expressiva. No ano de 2017, por exemplo, 103 patrulheiros do BPOT participaram de ações policiais que resultaram na morte de 38 suspeitos. À frente dessas GU ROTAM estavam 23 policiais (1 capitão, 5 tenentes, 1 subtenente, 15 sargentos e 1 cabo); a metade deles (12 policiais militares) foi reincidente no comando do uso da força letal responsável por 25 mortes do total atribuído à OPM naquele ano (65,79%).

Ainda em 2017, segundo os dados da SIAC, as intervenções da PMPA provocaram 114 mortes na região metropolitana de Belém. Verifica-se, então, que o BPOT sozinho respondeu por 33,33% de todas as mortes atribuídas aos policiais militares

paraenses e que exclusivamente os rotanzeiros recidivos causaram 21,93% dessa mortandade. Em outras palavras, naquele ano, a cada três pessoas mortas em intervenções de policiais militares na Grande Belém, uma foi atingida por disparos fatais da GU ROTAM e a cada cinco vítimas da PMPA uma morreu em decorrência da ação de algum rotanzeiro que emprega força letal, real e efetiva, de modo recorrente.

A letalidade das GU ROTAM no 1º semestre de 2018 é ainda mais espantosa. Apenas 4 rotanzeiros acentuadamente recidivos estão envolvidos na morte de 15 suspeitos, o que corresponde a 40,54% do total de MIP do BPOT (37 pessoas mortas) e a 12,10% do morticínio atribuído aos policiais militares de todas as unidades que atuam na região metropolitana da capital do estado (124 MIP), nos seis primeiros meses de 2018. Cabe observar que o montante de 4 rotanzeiros equivale tão-somente a 0,10% do efetivo pronto da PMPA na RMB (3.966 policiais), daquele ano.

Vale ressaltar que todas as 104 mortes por intervenções policiais examinadas sociologicamente são consideradas pela PMPA como legais e legítimas e que resultam do uso da força por integrantes de guarnições de serviço da ROTAM, em situações de confronto armado ou em risco iminente de confronto armado, no patrulhamento tático do espaço público urbano afetado pelo crime violento.

Todavia, é inegável que a concentração de episódios de MIP do BPOT chama a atenção, mesmo sendo acatado que a GU ROTAM está exposta à ambientes perigosos assolados pelo narcotráfico e pela criminalidade violenta e que a totalidade dos inquéritos instaurados para apurar as mortes tenha sido arquivada em decorrência dos excludentes de ilicitude, conforme se expôs no capítulo 2.

A intensa ação recidiva de alguns rotanzeiros em episódios concretos de uso da força letal salta em protuberante discrepância, não só quando comparada ao comportamento dos policiais de outras unidades envolvidas no policiamento ostensivo corriqueiro da cidade, por certo mais tranquilo e seguro, mas principalmente ao ser confrontada com a conduta dos demais rotanzeiros que enfrentam igual risco no serviço habitual de patrulhamento de áreas perigosas e que estão sujeitos às mesmas forças situacionais. Os dados das pesquisas quantitativa e documental indicam a necessidade de se aclarar a prática policial que se representa e se legitima como *confronto armado*.

De tal modo, buscar compreender e explicar a intensa ação recidiva dos policiais militares – definitivamente impactante na letalidade da PMPA – apenas por meio das variáveis situacionais externas parece insuficiente. Ademais, conforme bem observaram Cano e Mangaloni, na pesquisa quantitativa da PMERJ, “o uso da força não está

meramente relacionado a elementos técnicos, mas está fortemente associado a questões emocionais e ao histórico pessoal do policial” (2016, p. 115). Chegou-se a idêntica conclusão sobre o uso da força na PMPA. Ao que tudo indica, faz-se necessário equilibrar melhor a balança entre às variáveis situacionais e às variáveis pessoais para não se incorrer, essencialmente, num “erro fundamental de atribuição”⁷⁵ (ROSS, 1977 *apud* HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 422) às avessas.

O survey, ao evidenciar categoricamente o BPOT enquanto provável OPM que concentra policiais que vivenciam com mais intensidade o uso da força letal, revela que a PMPA não deve ser olhada sociologicamente como um bloco monolítico, idealmente isomórfico, e que tampouco a letalidade atribuída aos seus integrantes pode ser compreendida e explicada de modo adequado por teorias que superdimensionam o poder da instituição policial e da doutrina de policiamento⁷⁶.

Por sua vez, a pesquisa documental desvela que os rotanzeiros não se assemelham a uma massa homogênea de homens-de-bem, tal qual *tábulas rasas*, transformados em máquinas de matar pela força inexorável da socialização profissional perniciososa, da cultura atroz da OPM, da programação institucional belicosa ou da necropolítica de segurança pública. Se os fatores determinantes e enfoques tradicionais muito têm contribuído para aclarar a violência policial, no exame do fenômeno em questão, ao que parece, escapa-lhes algo.

Ainda que muitos ou quase todos entendam que a missão da polícia é caçar bandidos, não se apurou nos dados quantitativos que a disposição homicida é o elemento central da atividade policial, conquanto certamente assinala a conduta homicida recursiva de alguns. Há sim indícios de que os policiais militares da PMPA se comportam objetivamente como indivíduos que buscam escrever biografias autênticas, distinguindo-se entre si, embora sujeitados as mesmas variáveis situacionais. Um corpo inomogêneo.

Cabe, então, recalibrar o olhar sociológico de modo a tornar possível compreender melhor a vida desses sujeitos, isto é, as maneiras como lutam, vivem e experimentam o mundo na permanente busca dar significado as suas práticas sociais. Esta é a proposta do próximo capítulo, o exame de experiências de matar de policiais militares paraenses realizado por meio de entrevistas sobre histórias de vida.

⁷⁵ “Essa tendência de subestimar o poder das forças situacionais externas junta-se tipicamente à tendência a superestimar o poder da força das tendências ou da personalidade na orientação do comportamento. Esse par de atribuições errôneas passou a ser conhecido como ‘erro fundamental de atribuição’, (*fundamental attribution error*), que dá muito pouco peso às variáveis situacionais e peso demais às variáveis pessoais (Ross, 1977)” (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 422).

⁷⁶ Pode-se argumentar, em oposição, que a pouca significância de certas variáveis independentes decorre, possivelmente, de “missing data” (*dados omissos*, cf. PAES; POLETO, 2013, pp. 5-7) e não da relevância teórica dos preditores elencados. Qualquer que seja a interpretação, será passível de críticas. Para avaliação particular, ver no Anexo M e O as tabelas com a distribuição respostas por variável e as regressões lineares *sem dados omissos*.

CAPÍTULO 5

FACES DA LETALIDADE POLICIAL

“Certos policiais são os ‘carregadores’ da miséria, não todos. Alguns existem como o último baluarte da civilização contra a barbárie, não todos.

Alguns se julgam cruzados, não todos. Em compensação, todos partilham simbolicamente o fato de usar o uniforme que, por ser uniforme de polícia, e feito para isso, vai atrair sobre eles, ou transferir para eles a agressão. É constitutivo da condição policial poder a todo instante e sem aviso prévio ser apreendido como inimigo por não importa quem.”

(Monjardet)

Este tópico se destina, em especial, ao exame de experiências de matar de policiais militares paraenses, concretas e singulares, realizado por meio de entrevistas sobre histórias de vida. Convida o leitor a fazer “un tournant biographique”¹ (MARTUCCELLI; SINGLY, 2012, p. 11) e prestar atenção a aspectos da vida ordinária de indivíduos que vivenciaram o uso da força em grau máximo contra outro ser humano.

Já se mostrou nos capítulos iniciais que as investigações exploratórias indicaram muito cedo a disposição ao uso da força dos integrantes do BPOT, notadamente na região metropolitana de Belém. Um protagonismo ratificado, em seguida, por meio das estatísticas do *survey da PMPA* e da pesquisa documental dos registros das mortes por intervenções policiais atribuídas aos integrantes da OPM.

À vista disso, o grupo dos rotanheiros foi escolhido como amostra principal para a realização das entrevistas em profundidade de histórias de vida que aludem a insólita experiência de matar alguém, com o propósito de novamente investigar, desta vez pelo sendeiro da memória, a hipotética interveniência em crenças, valores, atitudes e

¹ “Um passeio biográfico” (tradução nossa), conforme anotam Danilo Martucelli e François de Singly ao citarem alguns autores anglo-saxões: “Michel Rustin, «Réflexions sur le tournant biographique dans les sciences sociales», in Isabelle Astier, Nicolas Duvoux (éds.), *La Société biographique: une injonction à vivre dignement*, Paris, L’Harmattan, 2006, p. 33-53, et P. Chamberlayne, J. Bornat, T. Wengraf (éds.), *The Turn to Biographical Methods in Social Science*, Londres, Routledge, 2000.” (MARTUCCELLI; SINGLY, 2012, p. 11).

comportamentos concernentes à violência policial dos fatores de clássica relevância teórica – sociodemográficos, idiossincráticos, organizacionais e institucionais – já testados nas regressões lineares da doutrina policial e do uso da força, e nas pesquisas experimentais.

Manteve-se o requisito observado no survey de abranger ao menos 20% do efetivo pronto da OPM² e, desse modo, 46 rotanzeiros foram entrevistados. Entretanto, diferentemente da pesquisa quantitativa, decidiu-se alcançar todos os níveis hierárquicos da polícia militar, incluindo na amostra os oficiais intermediários e superiores (*capitães, majores, tenente coronéis e coronéis*); mesmo assim, foi assegurado o percentual maior (89,13%) de *soldados, cabos, sargentos, subtenentes e tenentes*.

As histórias de vida que vêm a seguir foram anotadas ao longo de quase 5 anos, desde 2015 até 2019, estreadas tão logo se aventou a proeminência dos rotanzeiros. Os relatos foram recolhidos em diferentes situações. Algumas notas resultam de bate-papos descontraídos, oportunos, com àqueles indivíduos que não se furtam a falar perante um interlocutor com vontade de ouvir. Em geral, essas conversas informais com duração variada se passaram nas instalações do próprio batalhão, em momentos de ócio entre os turnos de serviço. Por certo que os relatos coletados nesses diálogos abertos não bastariam, avaliando que “são conhecidos os riscos inerentes a este tipo de relação [entre pesquisador e pesquisado] em que se recebe o que se tem vontade de ouvir” (GAULEJAC, 2006, p. 21).

De tal modo, outros relatos de vida foram colhidos junto à indivíduos determinados, por meio da realização de entrevistas planejadas e em condições favoráveis à privacidade das confidências³. A seleção considerou o perfil dos rotanzeiros mais propensos ao uso da força letal e a participação recorrente em MIP, apontados nas pesquisas precedentes. Policiais do BPOT também foram convidados para a entrevista por efeito do acirramento da curiosidade sobre aspectos notados nas conversas casuais.

Para complementar a amostra, histórias foram recolhidas entre 3 policiais de outras unidades da PMPA, 2 policiais militares da reserva e 2 ex-policiais militares que se encontram atualmente sob custódia da Secretaria de Administração Penitenciária do

² O *efetivo pronto* compreende os policiais militares aptos e disponíveis para o trabalho na atividade-meio (tarefas administrativas) e na atividade-fim (policciamento ostensivo). O BPOT contabiliza os seguintes efetivos de policiais prontos, por ano: 205 (2015); 200 (2016); 199 (2017); 200 (2018); 226 (2019).

³ As entrevistas aprofundadas sobre histórias de vida com os policiais e ex-policiais selecionados foram realizadas principalmente no ano de 2018, após a qualificação da tese. Seguiram um roteiro semiestruturado (ver Anexo V) objetivando o maior aproveitamento dos encontros, que duraram em média 1 hora. Fatos foram modificados para resguardar o anonimato previamente acordado, exceto nos casos já publicizados em que o entrevistado foi processado criminalmente pela justiça estadual por homicídio ou, de maneira oposta, em que recebeu premiações administrativas na PMPA por ato de bravura praticado. Algumas entrevistas foram gravadas em áudio, contudo, decidiu-se não anexar as transcrições pelas mesmas razões de proteção das informações dadas em confiança.

Estado – SEAP; todos trabalharam no BPOT ou na CIOE, alguns nas duas unidades. Também foram entrevistados 2 policiais civis da PCPA com o propósito de comparar elementos das suas narrativas aos dos militares estaduais. No total, a amostra abrangeu 55 policiais e ex-policiais paraenses⁴. O *corpus* de histórias de vida conta ainda com o suplemento de informações coletadas por outros pesquisadores, em estudos análogos com policiais de outros estados, e por jornalistas que cobrem o tema da violência policial.

São todos relatos de vida valiosos. “Cada história é singular, mas algumas ilustram roteiros-tipo, *patterns*, que cristalizam processos e ilustram este ou aquele aspecto do fenômeno estudado” (GAULEJAC, 2006, p. 21). As histórias de vida mais significativas foram selecionadas para a explanação do seu rico material, adotando-se como procedimento o “método dos relatos de vidas cruzados” (*idem*) codesenvolvido por Vincent de Gaulejac⁵ e seu grupo de trabalho. Assim, as histórias são apresentadas num “vai-vem entre a escuta do relato e a produção de hipóteses interpretativas” que exploram elementos da saga familiar⁶ e da trajetória social do entrevistado (*ibid.*, p. 22-23).

Novamente, recorreu-se a pesquisa referencial sobre atrocidades cometidas no Brasil por “operários da violência”, desta vez para se alinhar a posição de Martha Huggins, Mika Haritos-Fatouros e Philip Zimbardo (2006) asseverando que o estudo da violência letal praticada por policiais demanda a desconstrução dos rótulos de “vítimas” e de “perpetradores”.

Sem desculpar a flagrante violência de torturadores e assassinos, o pesquisador, ao abandonar a rigorosa dicotomia entre vítimas e perpetradores, pode estar em melhores condições de investigar a gama de papéis associados a esses *status* e, desse modo, documentar e reconstruir os aspectos sistêmicos do trabalho da violência. Afirmamos que restringir o estudo da atrocidade à divisão binária entre as condições de “vítima” e “perpetrador” pode impor limites a pesquisa, principalmente a esses dois *status* opostamente complementares, que são definidos de maneira tradicional e estreita. (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 75).

Com base na compreensão mais ampla de que os policiais militares que usam a força letal de modo recorrente podem ser melhor decifrados como sendo ao mesmo tempo executores e sofrendores da violência⁷, nas histórias de vida estão apontados aspectos

⁴ A tabela com a descrição da amostra completa dos policiais entrevistados pode ser conferida no Anexo U.

⁵ Para saber mais, ler: GAULEJAC, V. de. *As origens da vergonha*. São Paulo: Via Lettera, 2006.

⁶ Preferiu-se não utilizar o conceito “romance familiar” (GAULEJAC, 2006; 2014) para não ter que dar conta da sua história, conteúdo próprio e dos demais conceitos a ele associados.

⁷ Entendimento também análogo ao de Elizabete Albernaz, que aborda os policiais como “seres socialmente ambíguos, vítimas e algozes do poder de que foram investidos. No exercício desses atributos poderosos, submetem-se a riscos constantes que podem levá-los a se tornarem pessoas intelectualmente cínicas e moralmente degeneradas” (ALBERNAZ, 2010, p. 525).

vitimizadores da *condição policial de linha de frente do combate às drogas e ao crime*⁸ nas relações de ajuda mútua entre os rotanzeiros (e deles com os apoiadores e facilitadores da violência, dentro e fora da caserna), no treinamento e no trabalho de policiamento, e no jogo político que envolve ganho e alvitamento de *status*⁹ no campo policial militar.

A vitimização do policial militar inerente à condição de rotanzeiro “valente” (BARREIRA, 1998, p. 158; OLIVEIRA, 2016, p. 349) é especialmente analisada numa das histórias de vida selecionadas, que evidencia os custos pessoais e as prováveis consequências psicológicas disfuncionais de um estresse crônico decorrente das situações adversas do confronto armado¹⁰, da dedicação à prática da truculência que arrasta o indivíduo ao isolamento pessoal¹¹ e do trabalho da violência letal que se revela esgotante para muitos policiais, deteriorando as suas relações com a família e os antigos amigos¹².

Desde já, conforme anotaram Mika Haritos-Fatouros e Philip Zimbardo, avalia-se que a compreensão teórica proposta de *algozes-vítimas* e o exame da vitimização de policiais violentos podem suscitar críticas dos defensores dos direitos humanos e dos familiares de vítimas da brutalidade policíesca. Nesse sentido, deve restar claro que se pretende, de maneira direta e concreta, é reiterar a mensagem de que “os perpetradores de atrocidades devem reconhecer que podem pagar um preço pessoal muito elevado por sua violência contra a humanidade – preço que não é de início evidente, nem posteriormente bem documentado” (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 416).

Bem recomendou Friedrich Nietzsche que quem luta com monstros deve acautelar-se para não se tornar monstruoso, pois “quando se olha demasiado tempo dentro de um abismo, o abismo acabará por olhar dentro de você” (NIETZSCHE, 2001, p. 89). O abismo da violência extremada que amedronta alguns policiais, excita outros mais aventureiros a se lançar de encontro ao incerto sob a sensação de sobrenatural coragem

⁸ Entende-se a “condição policial” no sentido proposto por MONJARDET (2013, pp. 194-201).

⁹ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 76; NUNES, 2018, p. 20.

¹⁰ Cf. LIMA, 2009; CARVALHO, 2009 *apud* SANDES, 2013, p. 85-86. É valiosa a contribuição de Wilquerson Sandes no exame da “complexa ação policial em uma troca de tiros”. A despeito do *confronto armado* indicar sua relevância à devida compreensão do uso da força letal pela polícia – levando-se em conta a massiva alusão aos episódios de *troca de tiros, refrega armada, policiais recebidos à bala* e tantos outros termos comumente empregados para definir a resistência armada à ação policial, notadas nas habituais justificativas do uso da força registradas nos relatórios de mortes por intervenções policiais, nas manchetes diárias de programas sensacionalistas, blogs e jornais do tipo *espreme que sai sangue*, e no senso comum que, majoritariamente, defende a ação letal da polícia como resposta à injusta agressão deferida por criminosos cada vez mais ousados –, os cientistas sociais têm dedicado pouca atenção ao exame criterioso da ação concreta e dos seus eventos sucessivos, preferindo olhar a questão do uso da força policial por outros prismas, conforme se mostrou no capítulo 3.

¹¹ Insulamento imposto pela necessidade capital do segredo absoluto para ocultar a conduta criminosa.

¹² Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, pp. 467-469.

animada por forte emoção e descargas hormonais¹³. Mais fundo o precipício, maior a emoção. Há, porém, casos em que o mergulho alucinado no abismo da violência leva à depressão e a impulsos suicidas, conforme se mostrará adiante.

É admissível que as histórias de vida em vez de revisitadas e resgatadas, possam ter sido desconstruídas e reconstruídas a partir de novos sentidos da existência e da ação humana, socialmente elaborados¹⁴. Assim seja. “A polissemia da memória, que poderia ser seu ponto falho, é justamente a sua riqueza” (GONDAR, 2008, n. p.) nesse passeio enredado na descrição compreensiva de um opulento *corpus* de biografias.

Resta, contudo, uma última consideração antes do envolvimento nas entrevistas profundas “com pessoas que praticaram atos de violência inenarráveis” (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 78). Trata-se de uma questão bem observada por Howard Becker:

Quando sociólogos se comprometem a estudar problemas que têm relevância para o mundo em que vivemos, eles se pegam num fogo cruzado. Alguns pedem que não tomem partido, que sejam neutros e façam pesquisas tecnicamente corretas e isentas de valores. Outros dizem que seu trabalho é superficial e inútil se não expressar um profundo compromisso com um posicionamento valorativo¹⁵. (BECKER, 1967, p. 239, tradução nossa).

Como solução ao dilema, o renomado pesquisador da sociologia do desvio recomenda que as demandas das ciências sociais sejam atendidas sempre deixando claro os limites do que se está pesquisando¹⁶. De tal modo, caro leitor, deve ficar bem entendido que os relatos aqui reunidos foram redigidos a partir do ponto de vista dos policiais entrevistados colaborativamente e não tenta absolvê-los de que qualquer comportamento considerado como moralmente inaceitável.

Para dar conta do esforço intelectual de buscar compreender e explicar as ações policiais que resultam em mortes de pessoas, as versões da realidade apresentadas nas lembranças dos entrevistados foram consideradas reconstruções legítimas e dignas de crédito, porém, de modo algum, isso expressa concordância com os usos abusivos da força letal.

¹³ Cf. SANDES, 2013, pp. 79-82; GROSMANN, 2007, pp. 116-119.

¹⁴ Cf. BERGER; LUCKMANN, 2004, pp. 15-19.

¹⁵ “When sociologists undertake to study problems that have relevance to the world we live in, they find themselves caught in a crossfire. Some urge them not to take sides, to be neutral and do research that is technically correct and value free. Others tell them their work is shallow and useless if it does not express a deep commitment to a value position”.

¹⁶ Cf. BECKER, 1967, p. 247.

5.1 RELATOS SELVAGENS¹⁷

Entre os muitos relatos recolhidos, foram destacadas as histórias de vida de 8 policiais militares (*Charlie*, Vilmar, Juan, *Juliet*, *Romeo*, *Oscar*, *Bravo* e *Lima*) e de um policial civil (*Victor*), todos possuidores de experiências concretas de violência extrema praticada contra um concidadão. São histórias singulares, espantosas, por vezes entrelaçadas de dados subsidiários, das quais se pode extrair elementos gerais que contribuirão para a compreensão mais produtiva da ação letal dos policiais paraenses e que, finalmente, desvelam ao leitor faces humanas¹⁸ da letalidade policial no Pará até então mostrada em números, notícias, teorias e estimativas.

5.1.1 *Tragédias ocultas de mortes despropositadas*

As lembranças de inúmeras encenações públicas da capacidade operativa dos grupos táticos da CIOE introduziram a entrevista com o cabo policial militar *Charlie*¹⁹. “Gostava de participar daquelas demonstrações”, comenta sorrindo. Refere-se as ocorrências com tomada de reféns, infiltrações helitransportadas, escaladas em edificações verticais, entradas táticas com explosivos e muitas outras exibições teatrais, dramáticas, que simulavam o atendimento especializado da Companhia de Operações Especiais aos eventos críticos. Sua fala externa o saudosismo da época em que era frequentemente escalado em razão da sua destacada desenvoltura profissional, segundo justifica. Naqueles tempos, ele era jovem, recém-formado soldado policial militar, servindo orgulhosamente na unidade de elite da PMPA e, notadamente, adorava se exhibir.

Seu pai foi motorista do Ministério da Educação, a mãe, dona de casa. Filho caçula, considera sua criação familiar tradicional e sem excessos. Apanhava vez ou outra da mãe. O pai nunca lhe bateu, preferindo aplicar sermões e lições de moral, sempre muito firme. Desde criança, *Charlie* adora jogar futebol – “sempre gostei de bola”, diz ele – e, nas confusões das partidas, brigava amiúde. Era continuamente repreendido pelo pai:

¹⁷ Em alusão ao aclamado filme “Relatos salvajes” (2014), do diretor Dámian Szifron, que apresenta seis episódios independentes, mas ligados por uma realidade crua e imprevisível que expõe a linha tênue que separa a civilização da barbárie, onde pequenos entreveros cotidianos são suficientes para levar os personagens ao total descontrole, à infração ética e ao desnudamento da humanidade para ao final se engalfinharem como animais selvagens em fúria.

¹⁸ Cf. GAULEJAC, 2006, p. 22.

¹⁹ Combinou-se previamente o sigilo da identidade do entrevistado. O pseudônimo foi escolhido de maneira aleatória, baseada no código fonético internacional. Fatos foram modificados para resguardar o anonimato sobretudo junto aos policiais que não trabalharam na CIOE/PMPA, considerando que o episódio relatado é bem conhecido por “caveiras antigos”. A entrevista foi realizada em 9 fev. 2018, com duração de 1h 21min.

“não era para brigar na rua [...] mas, se brigasse, não deveria apanhar, senão apanharia dobrado!”. Da infância, também recorda que o pai foi alvejado na perna por um desafeto.

Na adolescência, passou a ter contato com arma de fogo, pois o pai andava armado. Lembra de comentários em família, de quando era bem pequeno, sobre o pai ter trabalhado como segurança pessoal do ex-governador Magalhães Barata (algo aparentemente anacrônico). Assevera que: “tinha contato apenas visual, nunca cheguei perto de uma arma, antes do EB [Exército Brasileiro]”. Na juventude, presenciou roubos e um homicídio no bairro; também perdeu um amigo da mesma idade, assassinado. Seus genitores se separaram quando ainda adolescente, todavia o pai continuou provedor e “muito presente na criação”, garante. Robusto desde rapazote, trabalhou como braçal em estiva e madeireira, e “DJ de festa” nos bares dos quais seu pai foi proprietário.

Em 1992, prestou o serviço militar obrigatório. “Não queria servir, bebia muito, tinha sido expulso do colégio, fazia parte de torcida organizada [...] eu era quase um malandro”, *Charlie* ressalta. Mas, sob influência da mãe e do bom exemplo do irmão que cumpriu o serviço militar, resolveu se alistar para a Companhia de Guardas do Exército Brasileiro, em Belém. Acredita que o militarismo foi a sua “salvação”.

O entrevistado ingressou na PMPA no ano de 1994. “Prestei concurso por sentir falta do militarismo, depois que dei baixa do EB, e por força da pressão do desemprego”, comenta acrescentando que não tinha sequer concluído o ensino médio, à época. Lembra que acompanhava com admiração as notícias sobre ações da CIOE, pela televisão. Estava certo de que “não queria ser da polícia comum, tinha uma imagem muito ruim dos policiais [...] truculentos, ignorantes, sem condições de arrumar outro emprego. Entrei na PMPA para trabalhar na CIOE”, faz questão de mencionar. Desconhecia a profissão. Pretendia ser *operações especiais* por achar que era o que mais se aproximava das Forças Armadas – FFAA. Enfatiza que “sonhava fazer paraquedismo e pertencer a uma unidade militar de elite”, misturando representações de militares heróis dos filmes de guerra com os valores vivenciados na companhia de guardas do EB.

Na PMPA, sua formação inicial foi realizada no CFAP e durou 8 meses. “O currículo formal foi muito bom, equilibrado, muito legalista”, avalia. Gostou mais das aulas de *Direito* e reclama que foram poucas instruções de tiro: “só 5 tiros de fuzil e 10 tiros de revólver”. Nos estágios supervisionados de serviço, logo percebeu que a prática diferia bastante da teoria. O mesmo instrutor que ensinava a conduta policial doutrinariamente correta, no serviço se excedia; contudo, assente que “às vezes, a situação exige mesmo energia [violência comedida]”. Sobre a atual formação dos novos policiais,

comenta: “Parece que hoje se ensina muito conhecimento teórico, porém há grande descuido com a segurança pessoal. Eles [os recrutas] são descuidados”.

Atualmente, com 44 anos de idade, amasiado e com dois filhos adultos, *Charlie* reside no mesmo local desde que nasceu e considera que o bairro, apesar de tudo, era bem mais seguro no passado. “O local onde moro é tranquilo, mas sofre da violência geral”. Sua filha foi roubada no dia anterior a entrevista, na parada de ônibus próxima da casa. Sente-se preocupado por ser policial em Belém. Os vizinhos sabem que é policial militar, pois a informação sobre sua profissão “já rodou o conjunto [residencial onde mora]”.

É possuidor de especialização tática, treinamento com explosivos e estágio de operações especiais. Trabalhou 9 anos na CIOE e mais 6 no BPOT. Afirma que já comandou grupos de intervenção e que participou de ocorrências com risco à integridade física. Sobre as experiências de confronto armado, conta que: “no total, foram poucas [...] acho que foram umas 10 trocas de tiros nos presídios, na época da CIOE, e na ROTAM”. Busca sinalizar sua intrepidez ao classificar como “pouca” a dezena de refregas armadas, bem como ao enfatizar que sentiu medo, mas que nunca retrucou.

Contabilizando mais de 20 anos de serviço ativo na PMPA, o cabo *Charlie* ainda se acha especial. É possuidor de condecorações e elogios operacionais. Não têm punições disciplinares. Ressente-se de não ter sido promovido à graduação de sargento, como os demais companheiros da turma. Acredita que um certo evento, desgraçado, atrapalha sua promoção: a condenação por homicídio culposo (de outro policial).

É perceptível que a lembrança lhe provoca imediato desconforto. Seu olhar desce e a voz embargada. “Era meu irmão”, lamenta. Esclarece que durante um treinamento habitual em que praticavam a invasão de uma sala onde policiais da unidade se passavam por criminosos e reféns, aproveitando o ócio das guarnições de serviço em prontidão na CIOE, *Charlie* – que no exercício integrava a equipe tática na posição do primeiro homem a entrar na sala – ao sinal do comandante do grupo, avançou rapidamente e disparou um tiro certo no olho direito do fictício bandido, matando instantaneamente o policial figurante, aliás, conforme mencionou, o “irmão” com quem passara o Natal, reunidos em família. Nunca mais as famílias voltariam a se falar.

Naquela noite fatídica, estavam todos de serviço, armados e equipados, e para o exercício simulado, como de praxe, deveriam obrigatoriamente retirar os carregadores municionados das pistolas. Ele, que sempre se sobressaiu nos treinos, para perturbação geral, pela primeira vez falhou.

Condenado por homicídio culposo a pena de três anos, sete meses e seis dias de detenção pela Justiça Militar Estadual, foi preso em 4 mar. 2004, após o trânsito em julgado do recurso impetrado. O Acórdão sobre a apelação da defesa sentença:

1 - Policial, em treinamento, direciona a pistola que empunhava em direção a vítima e aciona o gatilho, não pode alegar que não foi negligente, imprudente e imperito. [...]

7 - É irrelevante o fato do coordenador do treinamento simulado não ter inspecionado o armamento utilizado pelo apelante, pois cabia a este todo cuidado e zelo pela arma e principalmente o seu devido manuseio, ainda mais considerando ser o acusado pertencente ao comando de operações especiais da PMPA.²⁰

Durante muito tempo, diz ter recordado o acontecido quase diariamente. “Ainda hoje recordo”, ressentido-se. Questiona-se o porquê de ter acontecido justamente consigo (e com o amigo), pois considera que sempre foi muito cauteloso com o manuseio da arma de fogo. Alega que teve muitas consequências negativas decorrentes do acidente fatal, implicações psíquicas, físicas, legais e profissionais que não se restringiram a ele, mas alcançaram seus parentes e amigos próximos. Diz ter recebido apoio da PMPA e dos companheiros de farda, entretanto, também sofreu duras críticas.

Após cumprir a detenção sentenciada, trabalhou em função administrativa no BPOT durante cinco anos, por decisão do comandante da OPM. *Charlie* concordou que era prudente se afastar do policiamento, pois “seria melhor não correr o risco de errar novamente, afinal, eu não era mais réu primário”. Passado esse tempo, voltou a trabalhar operacionalmente nas ruas, no policiamento tático motorizado. O entrevistado relata que já se achava emocionalmente equilibrado e assegura: “se fosse necessário atirar em alguém, eu estaria pronto, mas nunca pensei em atirar sem necessidade num inocente”.

Trabalhando no BPOT, logo percebeu que alguns rotanheiros se achavam melhores que outros porque matavam bandidos. “Na ROTAM, quem mata é bom de serviço, é prestigiado por muitos. É celebrado”. Afirma que a população é condescende com as mortes de criminosos, porém “é dividida [...] apoia mais quando está sofrendo o terror do crime e critica [a letalidade da polícia] quando está longe do problema”. Por sua vez, a imprensa forma e direciona opiniões segundo o interesse da empresa na repercussão, acrescenta.

²⁰ Embora públicas, as informações sobre a numeração e a publicação do Acórdão foram omitidas para resguardar a identidade do entrevistado.

De maneira crítica, contesta: “matar é fácil, basta atirar no bandido rendido [...] mas isso é covardia!”. Conta que, certa vez, deixou de atirar num criminoso que disparava contra ele de revólver: “eu estava de fuzil, o tiro atravessaria [o agressor] e, talvez, atingisse outros que estavam atrás, preferi não revidar”. Acrescenta: “se alguém me atirar e for necessário me defender, eu certamente atirarei nele, porém, atirar covardemente, não!”. Faz questão de frisar: “não se trata de preservar a vida humana e sim de não ser covarde. Ser covarde é errado! Acho que meus pais me plantaram esse valor”.

Para *Charlie*, suas autoproclamadas honra e virtude herdadas dos pais estão acima dos princípios religiosos (o policial é católico não praticante) e dos direitos humanos. Porém, adverte que “é fácil falar aqui [sobre matar alguém, na entrevista]. O momento, o local, as circunstâncias, o estado emocional, as influências dos companheiros da unidade, os envolvidos na ocorrência [...] tudo interfere”. Pondera: “na ocorrência, no calor do momento, com a adrenalina alta, dependendo do que o criminoso fez, não sei dizer se conseguiria mesmo deixar de atirar num criminoso que ficou sem munição”.

Dizendo-se mais experiente, o entrevistado se considera hoje em melhor condição de avaliar as ocorrências policiais: “vou mais tranquilo, com menos medo, pois sei o que fazer [...] antes, quando era novo, ia com medo, assustado, e tendo que dar solução ao problema [...] era muita responsabilidade e adrenalina”. Faz uma pausa inusitada e, em seguida, uma revelação: “hoje, tenho repulsa a violência [...] não acho que seja espiritual, nem medo de consequências legais, só não sei dizer o que é”.

Sem saber explicar bem o motivo, sente-se mais sensível. Em sua avaliação machista, esse é um sinal de fraqueza. Diz se sentir impotente frente à violência. Lembra, então, de ao menos sete amigos policiais que foram assassinados e lamenta: “gostaria de tê-los ajudado de alguma forma”. Preocupa-se com a sua integridade e com o futuro dos seus familiares, ao acompanhar as notícias sobre a grave vitimização policial no estado.

Charlie se considera vocacionado, porém pouco aproveitado. Autoavalia que suas maiores aptidões são o controle emocional e a proatividade. Garante que seu desempenho profissional (operacional) é destacado e que, na atual OPM, procura mostrar seu valor colaborando com os policiais mais novos ou menos treinados. Participa e toma a frente das ocorrências de risco sempre que requisitado. Aprendeu a agir assim na CIOE e no BPOT, unidades coesas onde os policiais se ajudam. Classifica-se como bem relacionado com demais integrantes da PMPA e de outras forças.

O entrevistado não tem outra atividade. Não tira bico. Pretende realizar um curso superior e abrir um comércio, no futuro, porém, reclama que se sente mais cansado que antes. Avalia que seja em razão do avançar da idade.

Assegura não ter sensações nem emoções frequentes de insônia, angústia, medo, raiva, dor ou desânimo. Suas experiências de adoecimento em decorrência do trabalho se resumem a diabetes adquirida, segundo ele, em decorrência dos muitos anos se alimentando mal e fora de horário. Também sofre de dores na coluna vertebral. No ano de 2017, passou vinte dias de cama por conta de uma hérnia de disco que julga ser o resultado da sobrecarga do trabalho policial. Menciona que nunca precisou do apoio institucional para tratar da saúde, pois sempre recorreu ao plano privado.

Esta história é rica por tudo que foi contado e pelo não dito. *Charlie* é de fato um policial bem treinado, aparentemente vocacionado, que admira os valores morais e as virtudes dos heróis militares idealizados desde a infância e reforçados na caserna. Sonhava viver aventuras e tudo lhe sugeria uma carreira militar bem sucedida. Acreditando-se criado para não ser covarde, alimentava uma valentia que vinha de berço. Porém, ao que tudo indica, sua coragem explícita, objetivada já muito cedo nos treinamentos e nas intervenções policiais que vivenciou, após seu drama pessoal, cedeu lugar ao sentimento por ele considerado uma fraqueza: a repulsa à violência. Sua sensibilidade maior à crueldade é algo que toma por inexplicável.

Melhor seria entendê-la como *inaceitável*, afinal, ele sempre se concebeu varonil, como os *cães de guerra* dos filmes de que tanto gosta. Contudo, desde o homicídio, sente-se inseguro. *Charlie* tem medo de errar outra vez. Suas experiências de confronto armado se restringem quase exclusivamente aos tempos da CIOE. Trabalhou como rotanzeiro por apenas um ano sem ter se envolvido em MIP. Passou a cumprir suas escalas de serviço de policiamento da maneira mais tranquila possível e, mesmo não se negando a ajudar os companheiros quando solicitado, por vontade própria evita se expor às situações mais arriscadas. Ao que parece, a culpa, o medo e a vergonha internalizados da morte despropositada que vitimou alguém tão próximo, dilaceraram-lhe a autoconfiança²¹. Logo ele, que se achava impecável, especial. Sente-se injustiçado, mas, igualmente pusilânime.

Na análise do relato de vida, resta evidente que ao efetuar o disparo no exercício simulado, o significado atribuído por *Charlie* à sua ação social não contemplava o resultado fatal. A morte do amigo foi inesperada para ele. Na opinião dos magistrados

²¹ Cf. GAULEJAC, 2006, pp. 231-234.

que lhe sentenciaram, sua ação letal despropositada resultou da negligência (isto é, da falta de zelo, de atenção), da imprudência (a cerca do mal que deveria prever, mas não previu) e da imperícia com o manuseio da arma de fogo²². Esses mesmos elementos estão presentes num drama análogo ao de *Charlie*, porém, com desfecho ainda mais sinistro.

Na noite de 5 de julho de 2001, a guarnição policial militar da viatura 1034 realizava o radiopatrulhamento urbano corriqueiro na área do 1º BPM, em Belém. O serviço seguia tranquilo até que, de maneira inesperada, o soldado Farias²³ disparou a carabina MAGAL²⁴ .30 atingindo mortalmente o soldado motorista da guarnição. Alegou que o disparo despropositado ocorrera em consequência de um movimento brusco da viatura no exato momento em que apanhou a arma do comandante da GU, deixada no banco traseiro do automóvel, para colocá-la sobre suas pernas. Os procedimentos judiciais da PMPA asseguram que a morte foi acidental. Homicídio culposo. O primeiro do bisonho Farias.

Semelhante a *Charlie*, o soldado Farias amargaria na PMPA a sina de ter assassinado um colega de farda. Todavia, os fatos posteriores sugerem que ele encontrou uma forma diferente de lidar com o trauma: há indícios que assinalam sua possível participação em grupo de extermínio, na cidade de Belém. O suposto envolvimento de Farias – ao lado de outro policial militar reformado conhecido por “Rony Doido”²⁵ – numa execução sumária resultaria na sua morte.

Segundo os documentos da CORREG/PMPA²⁶ e da promotoria de direitos humanos do MPPA²⁷, na tarde de 4 mai. 2008, a dupla policial invadiu o velório do jovem supostamente por eles chacinado²⁸, que acontecia na casa do pai do falecido, e travaram intensa troca de tiros com quatro homens que lá se encontravam, provocando pânico geral.

²² O disparo despropositado pode decorrer também de *ato falho* (quando se aciona o gatilho da arma de modo inconsciente ou por puro reflexo motor), a exemplo do policial que sozinho no quarto, disparou sua pistola ao ligar o aparelho de som; o caso é caso verídico e, afortunadamente, sem vítima.

²³ Optou-se pela exposição aberta dos fatos, considerando que não há razão para o anonimato. O soldado PM Eden Franc Farias de Carvalho é falecido e os processos administrativos a ele relacionados são públicos. Os fatos foram reconstituídos a partir da pesquisa documental das peças do IPM nº 146/01 – CORREG, e do Boletim Geral Reservado nº 053, de 28 de novembro de 2001/QCG.

²⁴ Cabe ressaltar que a arma disparada tragicamente havia sido recém adquirida pela PMPA e somente era cautelada aos oficiais e sargentos comandantes das guarnições, porque os demais policiais (cabos e soldados) ainda não haviam recebido o treinamento necessário para seu uso adequado e seguro. De fabricação israelense, novíssima, afamada e, principalmente, restrita a poucos, é admissível supor que a carabina aguçasse a curiosidade daqueles indivíduos mais deslumbrados por armas de fogo; na profissão policial, não são poucos.

²⁵ Reformado como portador de esquizofrenia indiferenciada (CID: 10 F 20.3).

²⁶ IPM nº 042/08/IPM – CorCPC.

²⁷ Atendimento ao público nº 012/2008-PJDH, de 17 jan. 2008.

²⁸ Segundo testemunha ouvida no IPM nº 042/08/IPM – CorCPC, o jovem Paulo Rafael Souza Esteves, de 20 anos de idade, foi espancado e assassinado com um tiro na testa por Rony Doido e Farias, por acharem que ele estaria envolvido na morte do traficante de alcunha “Sassá”, rotineiramente extorquido pela dupla. No depoimento, a testemunha insinua que a morte de Sassá causou prejuízo financeiro para Farias e Rony Doido.

Gravemente ferido no abdômen por tiro, Farias adentrou pela cozinha de uma residência próxima e disparando a esmo pela casa, atingiu a proprietária no braço e o filho dela no peito. Antes de morrer, Farias caminharía cambaleante até o quintal da casa e efetuaría mais um inexplicável disparo contra a mulher, que se encontrava deitada ao lado do filho ferido. Os dois inocentes sobreviveram. Em sete anos, o recruta inábil se convertera num matador cruel. Irrefutavelmente, uma troca de *status* tremenda.

Os *homicídios culposos* praticados por *Charlie*, no treinamento, e Farias, no interior da viatura, são exemplos do disparo da arma de fogo que não foi orientado por um subjetivismo aniquilador. Há outros casos, distintos, em que se verifica com clareza uma lógica instrumental dirigida à neutralização do oponente.

5.1.2 O duelo com a morte

Vilmar²⁹ é carismático. Sua postura humilde, a fala suave, encabulada, e o olhar simples transparecem serenidade. Uma primeira impressão que não revela sua fortaleza moral, retidão e coragem notabilizadas na PMPA. Aos 47 anos de idade, casado, com três filhos (dois adultos e uma criança), ensino superior completo, católico praticante que frequenta a igreja toda semana, o sargento Vilmar é considerado por muitos um herói.

De origem muito pobre, criado no interior do Ceará, na caatinga, recorda que por vezes “mal tinha o que comer”. Morava com o pai, a mãe e mais sete irmãos. O pai lavrador, trabalhador e rigoroso. A mãe, dona de casa, “era uma mulher tranquila e religiosa”. Frequentavam com regularidade a igreja do povoado. Não experimentou violência, doméstica ou de qualquer forma, pessoalmente ou acometendo seus familiares e amigos próximos. Quando criança, adorava futebol e capoeira, sem jamais ter participado de brigas. Sempre teve atração por armas de fogo e gracejou ao falar que “usava a espingardinha véia para caçar tejo³⁰”. O vilarejo onde cresceu era calmo. Vida tranquila quebrada uma única vez, rememora: “quando criança, presenciei uma briga de faca entre dois homens e um deles saiu gravemente ferido, mas não morreu”.

Ainda jovem, deixou o sertão. Mudou-se para Belém e passou a morar com parentes. Trabalhou na feira e, mais tarde, como segurança de centro comercial. Ressalta que trabalhava desarmado. “Nunca precisei recorrer a violência”, afirma. Não prestou o

²⁹ O entrevistado está identificado pelo primeiro nome (o mesmo que utiliza na PMPA); desconsiderou-se o anonimato. Entrevista realizada em 30 jan. 2018, com duração de 45 min., encerrada sob forte emoção.

³⁰ Grande lagarto do sertão, sua pele é usada em artesanato e a gordura tem aplicação medicinal. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/tejo/721/>>. Acesso: 7 jan. 2020.

serviço militar obrigatório nem possuía experiência em treinamentos táticos antes de se tornar policial militar.

Vilmar ingressou na PMPA, em 1994, almejando tão-somente ter um emprego estável. “Desconhecia o trabalho da polícia [...] sabia apenas o que a televisão mostrava”. Um conhecido seu, policial militar, contou-lhe aspectos positivos do trabalho; contou também que certa vez fora obrigado a reagir a um assalto, no ônibus, atirando no criminoso.

Estava ansioso para conhecer a atividade policial. Esperava trabalhar apenas aquartelado durante a formação, contudo, logo se viu empregado no policiamento das ruas, enfrentando à criminalidade.

Sua formação policial inicial foi realizada no CFAP. Adaptou-se com facilidade a disciplina. Avalia que: “a formação de soldado foi mais voltada para servir à sociedade [...] a parte operacional foi muito precária”. Sobre as instruções de tiro, critica: “dei apenas 2 tiros de revólver 38!”. Relata que foi ensinado em sala de aula a trabalhar conforme à lei, porém, durante o estágio operacional, testemunhou excessos no policiamento. Dentre os amigos da turma de formação, alguns raros eram mais exaltados e violentos. Assegura que “os excessos eram punidos pelos superiores”. Tomou conhecimento da CIOE por meio dos instrutores e ficou muito interessado em se especializar; voluntariou-se para servir na OPM.

O sargento Vilmar é possuidor de várias especializações: operações especiais na Polícia Militar do Pará; ações táticas no BOPE, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro; operações ribeirinhas do Corpo de Fuzileiros Navais, da Marinha do Brasil; *Close Quarter Battle*, na *Tactical Explosive Entry School Brazil*³¹. Na PMPA, trabalhou somente na CIOE. Exerceu as principais funções de: integrante de time tático, perito em explosivos e segurança de autoridades (na equipe de proteção do governador do Estado e, desde alguns anos, dos desembargadores presidentes do TJE).

Considera-se vocacionado. Foi promovido a cabo por bravura, em 2001. Dez anos mais tarde, foi a sargento por merecimento. Recebeu medalhas e vários elogios funcionais. Não tem punições. Autoavalia que sua maior aptidão é o controle emocional. Durante o trabalho de campo, constatou-se que sua capacitação técnica e desempenho profissional são vastamente reconhecidos na polícia militar e no tribunal de justiça. Mesmo assim, fala: “gostaria de ter me desenvolvido mais na parte operacional”.

³¹ *Combate em ambientes confinados na Escola de Entradas Táticas com Explosivos Brasil* (tradução nossa).

Relaciona-se bem com policiais, dentro e fora da PMPA, e integrantes das outras organizações de segurança pública. Enfatiza que prefere fazer amizade com pessoas tranquilas que, assim como ele, “evitam falar de violência”. Estuda para fazer concurso. Deixou de fazer bico, por considerar perigoso.

Vilmar participou de várias ocorrências com risco à integridade física, em razão do trabalho da CIOE. Das experiências de confronto armado, destaca: “tem a emboscada na estrada [que lhe rendeu medalha e promoção por bravura], tem aquela tentativa de roubo ao Bingo, as rebeliões em presídios [...] a missão com a Polícia Federal [em 1997]”.

A experiência da emboscada na estrada é espantosa. Percebe-se que ela lhe faz orgulhoso e que também lhe traz desalento. Aceita contar. Relata o acontecido em pequenos trechos que não se apresentam abertamente, mas que são revelados mediante a insistência do entrevistador. Paulatinamente. Em nenhum momento Vilmar se vangloria dos seus feitos. A valer, não parece confortável em contar.

O episódio foi assim reconstituído a partir da sua narrativa, com a ajuda da memória social registrada em documentos oficiais³² e dos relatos dos policiais envolvidos: na manhã de 14 de dezembro de 2001, sexta-feira, a guarnição operações especiais que Vilmar integrava fazia mais uma vez a escolta armada de carros-fortes de empresas privadas que transportavam grandes volumes de dinheiro para aprovisionar estabelecimentos bancários em municípios do interior de estado³³. Por volta das 10:00 horas, passando por um trecho inabitado da estrada PA 140 que interliga Concórdia do Pará a Tomé-Açú, avistaram um caminhão parado no acostamento e, do outro lado da pista, uma caçamba estacionada afunilando a via. Desconfiaram imediatamente.

A guarnição avançou no automóvel alugado para averiguar do que se tratava. Ao chegarem perto, foram surpreendidos por cerca de quinze criminosos que de cima das carrocerias atiraram contra o veículo. O policial motorista acelerou instintivamente para sair da “zona de matar”³⁴, mas, apesar disso, um dos tiros transfixou o visor do capacete balístico que lhe protegia a cabeça, ferindo levemente sua têmpora. Dois projéteis atingiram a perna do policial que estava logo atrás do motorista. Vilmar, que também estava sentado no banco traseiro, por sorte, levou três tiros que só lhe raspam o capacete.

³² Cf. BG nº 175, de 19 de setembro de 2002.

³³ O controverso apoio da CIOE às empresas de transporte de valores havia sido oficialmente determinado pela secretaria estadual de segurança pública do Pará, em razão dos frequentes roubos à bancos e carros de transporte de valores no interior do estado. Os *caveiras* viajavam fardados, armados e equipados em veículos de passeio comuns, alugados pelas empresas de segurança.

³⁴ Vilmar se refere ao local predeterminado da emboscada que concentrará os tiros sobre o alvo.

Desorientado pela força do impacto na cabeça, o motorista conseguiu desviar o carro com velocidade, afastando-se dos caminhões até tombar o automóvel no barranco do acostamento, dezenas de metros à diante. O brusco capotamento provocou a fratura exposta do tornozelo do sargento comandante da GU. Os policiais militares deixaram o veículo prontamente e, rastejando com dificuldade, embrenharam-se na mata à beira da estrada. Vilmar, o único que não estava ferido, tomou posição de tiro e avistou sobressaltado a aproximação dos carros da quadrilha.

Os criminosos chegaram atirando em direção ao automóvel tombado. Pretendiam liquidar os policiais. O entrevistado conta que decidiu reagir porque sua equipe não conseguiria escapar. “Os três estavam feridos, não daria para recuar”, justifica. Percebeu que precisaria atingir com rapidez o maior número de criminosos, já que “eram muitos”. Assim o fez. Com tiros certos de fuzil, alvejou mortalmente quatro criminosos e feriu gravemente outros quatro que foram socorridos pelos demais, em fuga. A agressividade da reação policial quebrantou o ímpeto da quadrilha. No dia seguinte, os quatro criminosos levados feridos seriam encontrados mortos numa fazenda próxima.

Os policiais permaneceram escondidos na mata por quase uma hora, observando o movimento, até que Vilmar saiu para buscar granadas e carregadores municionados que estavam no automóvel capotado e espalhados pela estrada. Ao notarem que os agressores haviam partido, subiram todos no caminhão abandonado e seguiram até a cidade³⁵.

Durante o tempo que durou o episódio, conta que se manteve concentrado no que era necessário fazer “graças aos treinamentos que recebeu”. Recorda que sentia no corpo os efeitos da adrenalina alta, não menciona outras emoções. Consciente de que sua ação foi legítima, afirma que nunca se sentiu abalado pelas mortes. Entretanto, menciona que sofreu consequências pela ocorrência letal. Sua família ficou psicologicamente abalada com as informações truncadas sobre a emboscada. Comenta que recebeu apoio, dentro e fora da polícia. “Tudo acabou bem. Ganhei medalha e fui promovido”, resume.

Pouco tempo depois, Vilmar voltaria a reagir a outra agressão armada, alvejando dessa vez as pernas de dois criminosos que tentaram roubar a *casa de Bingo* onde fazia bico de segurança. Prestou socorro a dupla de assaltantes feridos, pediu apoio policial e fez o devido registro na Delegacia de Polícia da área, apresentando as armas apreendidas.

³⁵ Os três policiais militares feridos receberam cuidados médicos e sobreviveram. Atualmente, levam uma vida normal. Contudo, devido às sequelas físicas dos ferimentos nas pernas e psíquicas causadas no trauma cerebral, foram todos reformados e dispensados definitivamente do serviço ativo da PMPA.

Relata que não lidou com implicações por ter atirado nos criminosos. Segundo ele, a ação letal do policial quando bem-sucedida é avaliada de forma positiva na PMPA, isto é, “se não houver excesso, se for para o bem da sociedade”. Afirma que os próprios policiais e a população não apoiam excessos. “Ninguém quer ser conivente com o policial violento, pois pode acabar respondendo [administrativa e judicialmente] junto com ele”.

Vilmar tem amigos policiais vitimados. Sente “um vazio profundo na alma” quando um colega policial militar morre. Religioso, acredita que um dia reencontrará o amigo. “É triste, mas a vida segue”. Considera que o local onde reside é perigoso por ficar próximo a um presídio e a uma área de ocupação irregular (“uma invasão”, simplifica). Alguns vizinhos sabem que ele é policial. Teme por seus familiares; um vizinho seu, também policial militar, teve o filho espancado por criminosos da área, que “foram presos por isso”. Já atuou como policial no bairro, uma única vez, prendendo o delinquente sem que tenha sido necessário efetuar disparos com sua arma de fogo.

Não tem sensações e emoções que considera anormais. Não tem experiências de adoecimento em decorrência do trabalho. Sempre recebeu apoio institucional e dos amigos da polícia. Sua família está permanentemente preocupada com seu trabalho policial. Atualmente, com 22 anos de serviço ativo na PMPA, sente-se respeitado no meio policial e por autoridades do governo. É realizado na carreira. Todavia, afirma jocoso: “ainda gosto de um pouco de agitação no trabalho”.

Alguns elementos dessa impressionante história – que lembra um filme de ação, mas que é drasticamente real – merecem destaque. O entrevistado cresceu sem ter vivenciado experiências significativas de violência na infância e adolescência. Não gosta de brigas. Religioso, acredita na vida eterna. Ético, defende a lei. Compassivo, não comemora a morte de seres humanos, mesmo que sejam criminosos; aliás, a eles até presta socorro quando feridos.

Entrou na PMPA para ter emprego. Não sonhava em ser herói e tampouco buscava prestígio. Apesar de ter participado de muitos confrontos armados, foi forçado a matar somente num único evento, assustadoramente intenso. De uma só vez, oito mortes.

Emocionou-se ao demonstrar gratidão por treinamentos que julga terem lhe salvado a vida. Chorou, apesar de garantir que não se sente emocionalmente abalado pela experiência; algo curioso, pois carrega no corpo a marca do acontecido: desde a emboscada, raspa os cabelos na máquina zero para cumprir a promessa que fez em agradecimento por ter sobrevivido incólume.

O sargento Vilmar segue trabalhando sem se esconder do perigo, entretanto, desde o episódio da estrada, não voltou a matar nem mesmo quando novamente ameaçado em desvantagem numérica. Ao que parece, a experiência de tirar a vida de outros seres humanos lhe trouxe enorme distinção social e, quiçá, um peso na alma.

O fardo de ter que lidar com a morte de alguém aparenta orientar a conduta de outro policial militar, que assim como Vilmar, vivenciou o uso da força letal na crítica situação de confronto armado. Convidado a contar sua história, o subtenente Juan³⁶ se preparou com calma para a entrevista, ajustando-se suavemente na poltrona até encontrar a posição mais confortável. Passou, em seguida, a fazer seu relato com apreciável placidez.

Tarde da noite de quarta-feira, em 5 set. 2007, ao voltar para sua residência caminhando por uma rua de terra mal iluminada e deserta – “era o caminho mais rápido para casa”, lamenta –, foi surpreendido por dois indivíduos que se aproximaram rapidamente numa motocicleta para lhe roubar. “O carona trazia na mão um revólver niquelado que brilhava no escuro”, relembra.

Juan sabia que a área era perigosa e, por tal razão, caminhava empunhando sua pistola .40 de modo dissimulado dentro da mochila e pronta para o uso. Ao ser abordado pela dupla criminosa, “instintivamente” diz ele, deu um passo largo no sentido contrário ao movimento da moto, deixando o carona armado em posição desfavorável, e, imediatamente, disparou contra ele sem fazer mira, alvejando-lhe a mão e o joelho. O tiro surpreendeu os assaltantes. Assustado, o piloto saltou da motocicleta e fugiu correndo, deixando seu comparsa caído no chão, sangrando e preso sob a pesada moto³⁷.

O subtenente sobrepujou, então, o agressor, tomando-lhe o revólver. Por telefone celular, tranquilamente, pediu apoio policial e, enquanto esperava a GU da área, prestou socorro ao criminoso baleado. Explica que fez uso da arma apenas para se defender e que não executou o rapaz por considerar que seria desnecessário e ilegal. Todavia, logo em seguida revela: “o receio de responder um processo pela ação letal e não conseguir comprovar a legalidade é maior do que minha consideração pela vida [do agressor]”. Considera que bandido bom é bandido morto, pois “a sociedade brasileira está muito desorganizada, não há ressocialização nas prisões. Falta mão firme para conter o crime”.

Do mesmo modo que seu amigo sargento Vilmar, na PMPA, o subtenente Juan trabalhou exclusivamente em operações especiais. É possuidor de várias especializações

³⁶ O entrevistado está identificado pelo primeiro nome (o mesmo que utiliza na PMPA); desconsiderou-se o anonimato. Entrevista realizada em 4 fev. 2018, com duração de 1 hora.

³⁷ O episódio foi noticiado no caderno policial do jornal “*Diário do Pará*”, de 6 set. 2007.

táticas na CIOE e no BOPE/PMERJ, tem curso de segurança pessoal de autoridades e faz anos integra as equipes de proteção dos familiares dos governadores do Estado do Pará.

O ideal de salvar vidas e cumprir a lei (lema da CIOE) sempre foi muito forte para Juan. Comenta que desde criança, quando lia histórias em quadrinhos (HQ), as representações de heroísmo lhe impressionavam. Acredita na “luta do bem contra o mal”. Considera que tem vocação para o trabalho policial. No exercício da profissão, define ter descoberto que suas aptidões são: coragem, controle emocional e raciocínio sob pressão.

Inteligente, concluirá o mestrado em história. Fala fluentemente espanhol por ter passado a infância em Buenos Aires, morando com os pais e sem parentes. O pai era comerciante, a mãe dona de casa. Foi filho único até os 12 anos. Na adolescência, morou em São Paulo (capital), onde nasceu sua irmã. Considera que recebeu uma criação rígida. Conta que seu pai trabalhava muito – desde pequeno, ajudava-o na produção de mochilas, bolsas e outros artigos que o pai comerciava – e era bem austero, batia-lhe com constância, “mas, nada excessivo”. Relembra do dia em que seu pai pediu desculpas pelas sovas, “isso sim foi incomum”. Sua mãe era tranquila e não tinha voz ativa em casa.

Juan gostava de futebol e de andar de esqueite. Seu pai era faixa preta de caratê e por isso treinou a luta durante 4 anos. Não teve contato com armas de fogo. Suas experiências de exposição à violência se resumem as reprimendas do pai e a duas vezes que brigou na rua; “bobagem”. Também lembra do pai brigando várias vezes: “ele era bom de briga, mas nunca agiu de modo muito violento”.

Desde pequeno, vinha com sua família à Belém visitar os parentes maternos. Um certo dia resolveu ficar. Passou a morar sozinho, contando com o apoio dos familiares. Para se manter, trabalhou na feira de Marituba, vendeu marmita no Ver-o-Peso, até que passou no concurso da PMPA.

Ingressou na polícia em dezembro de 1994, buscando somente um emprego. “Desejava apenas ter renda fixa”. Não conhecia a profissão e tinha uma imagem muito ruim dos policiais. “Achava que eram violentos, ignorantes e corruptos”. Não possuía experiência em treinamentos operacionais nem com armas de fogo. Não serviu as FFAA.

A formação policial inicial foi realizada no CFAP e durou 9 meses. “Foi muita *Ordem Unida*³⁸ e faxina”. Recorda que ficou surpreso com as matérias direcionadas às relações humanas. Avalia que foram poucas aulas de *Direito* e de *Técnica e Tática Policial*. Fez só 2 tiros de metralhadora e 4 de revólver. Conhecia os armamentos, pois

³⁸ Exercícios de marcha que visam desenvolver o condicionamento aos comandos de voz, a coordenação motora e o espírito de corpo do grupo.

manuseara bastante, porém quase não atirou. O ensino teórico seguia os preceitos legais, entretanto, na informalidade, as práticas eram muito diferentes do ensinado na sala de aula. Havia muitos excessos nos estágios de serviço.

Atualmente, com 23 anos de serviço ativo na polícia, o subtenente Juan possui medalhas, elogios e nenhuma punição. Tem bom relacionamento com os outros policiais militares, dentro e fora da organização. Autoavalia-se pouco aproveitado na PMPA.

Sobre o adoecimento laboral, o entrevistado relata que já sentiu diversas sensações e emoções: insônia, angústia, medo, raiva, dor e desânimo; nada frequente nem preocupante. Acredita que foram motivadas por diversas razões, sobretudo financeiras. “Nada relacionado ao trabalho policial”, ainda que, por vezes, tenha se sentido incomodado por não concordar com a missão policial que realizava, “alguma forma de injustiça [...] não recordo bem”. Acha-se mais emotivo por conta do envelhecimento. Não lembra de experiências relevantes de adoecimento, “apenas acidentes de viatura e a surdez temporária provocada por explosão de granada”.

Participou de muitas ocorrências com risco à integridade física. Foram 6 experiências críticas de confronto armado, com policiais atingidos na proteção balística; “a última faz uns 2 ou 3 anos”. Diz não se sentir abalado nas trocas de tiros, avalia que permanece calmo. De fato, é notabilizado pelo destemor. Nunca matou. Teve amigos policiais vitimados, nenhum ao seu lado. Cinco morreram. “Isso sim me abalada [...] é uma sensação de impotência” e confessa que fica mais incomodado por ver que a PMPA não se organiza para evitar que as mortes se repitam. “O suporte da instituição é meia-boca. Há necessidade de melhor equipamento, treinamento e seleção”.

Considera que a repercussão do uso da força letal por policiais é positiva, em geral, pois reforça a representação social de que “o policial é capaz de salvar sua própria vida, a dos seus companheiros e a dos inocentes envolvidos na ocorrência”. Diz que a população apoia a ação policial: “a maioria das pessoas não gosta da polícia, mas prefere o policial ao bandido, mesmo quando há excessos”.

Juan tem 45 anos de idade, vive com sua companheira em união estável e, juntos, tem um filho ainda criança. É católico não praticante e reside atualmente num condomínio fechado. Mudou-se depois que sua moradia anterior foi arrombada enquanto viajavam. Lá, sentia-se em risco. Seus familiares se preocupam com a insegurança veiculada na mídia. Faz muitos bicos para complementar sua renda, apesar de considerar arriscado. “Há relativo apoio institucional, os companheiros da unidade são mais efetivos”.

Despede-se ao término da entrevista com um cordial aperto de mão e parte com a mesma tranquilidade inicial, inabalada durante toda a entrevista. Manteve-se impassível ao revisitar sua jornada biográfica. Conhecendo a fama do subtenente, era esperado.

Os perfis sociodemográficos de Vilmar e Juan se aproximam bastante, apesar do último ter vivenciado maior exposição à violência na infância e adolescência. Ambos passaram por semelhantes experiências individuais e apresentam trajetórias pessoais similares. Sujeitos ao mesmo ambiente institucional, enfrentam igual contexto criminal.

Todavia, são díspares nas atitudes em relação ao emprego da força letal. O subtenente sustenta que *bandido bom é bandido morto* e que o *Leviatã* deve ter a mão forte. O sargento não aquiesce. Porém, apesar de divergentes em atitudes, ambos demonstraram igual conduta objetivada no uso legítimo da força ao vivenciarem situações concretas de confronto, em que enfrentaram tentativas de roubo armado: Vilmar, no Bingo lotado, e Juan, na rua escura e deserta.

Diferente do amigo sargento, que manifesta visível consideração pela vida humana e crê em aspectos metafísicos, Juan se justifica sublinhando o receio da responsabilização jurídica pelo abuso de força letal, aludindo um poder disciplinar internalizado³⁹. Todavia, prestando mais atenção aos detalhes do episódio por ele narrado, sua explicação parece imprópria.

Confirmou-se com os primeiros policiais que prestaram apoio ao subtenente Juan, que ele permaneceu sozinho em frente ao agressor subjugado num local assombrosamente escuro e mal iluminado, até a chegada da GU. Naquelas circunstâncias, sem testemunhas civis e com uma arma de fogo apreendida⁴⁰, se a morte do agressor tivesse ocorrido, haveria unicamente a sua versão dos fatos (corroborada de praxe por *testemunhas policiais*) que, decerto, bastaria para configurar a “legítima defesa” junto à JME⁴¹. Bastante experiente em confrontos armados e reconhecido na tropa pelo sangue-frio, é crível cogitar que tinha ciência disso. Mesmo assim, ele não cometeu a atrocidade.

Ao que parece, a duradoura recusa do subtenente em usar a força letal de modo ilegítimo não é determinada unicamente por freios ético-jurídicos. É provável que existam fatores intervenientes que Juan, de modo racional, tenha preferido não revelar

³⁹ Cf. FOUCAULT, 1987, p. 143.

⁴⁰ Em geral, os policiais tendem a aceitar o ato de matar um agressor como necessário e legítimo. “O processo de justificação tem início quando a arma do oponente é localizada, mecanismo de defesa imprescindível para a saúde emocional e psicológica [do policial]” (SANDES, 2013, p. 84); igualmente fundamental para o amparo legal nos processos administrativos e judiciários decorrentes.

⁴¹ Conforme se explanou no capítulo 2, sobre o arquivamento dos IPM.

e, quem sabe, outros que ele sequer tenha plena consciência da interferência, aspectos “mais profundos, remetendo a quadros de referência abstratos e culturalmente inconscientes [...] que subjazem à formação do sentido e à orientação da ação” (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 54).

5.1.3 O primeiro passo para o inferno

A soldado *Juliet*⁴² é uma das raras policiais militares mulheres que trabalham como rotanzeiras. Por confiança, aceitou participar da entrevista, contudo, seu semblante expressou permanente tensão. Mexia-se o tempo todo. Em alguns momentos, chegava-se perto para falar baixo. Noutros, afastava-se. *Juliet* guarda consigo um segredo.

Jovem, formosa e inteligente, a policial vive com seu companheiro em união estável. Tem filhos. Cursa a universidade no período noturno. Faz questão de frisar: “Sou mãe, policial, dona de casa e estudante”, nessa ordem de prioridade. Religiosa, frequenta as celebrações da igreja toda semana. Ativa, gosta de praticar esportes coletivos.

Cresceu em Belém. É a caçula de seis filhos. Tem irmãos e irmãs. Sua família é muito católica e, por isso, sempre estudou em “escola de padres ou de freiras”. O pai trabalha como autônomo, a mãe é dona de casa. Considera que teve uma criação familiar tranquila, com muita proteção. “Meus pais sempre foram muito amorosos”, comenta. Não foi exposta à violência na sua infância nem na juventude.

Ainda jovem, trabalhou em lojas por pouco tempo. Decidiu estudar para concursos públicos. Ficou desempregada por 10 anos até que foi aprovada para a PMPA. Ingressou na organização na primeira década dos anos 2000, buscando acima de tudo “um emprego estável, com renda fixa”. Explica que já conhecia superficialmente o trabalho e a carreira, pois “tinha amigos policiais militares”.

Fez sua formação inicial no CFAP, em 6 meses, e avalia que foi muito boa. Recebeu instruções diversas, com destaque para as aulas de *Direito* e de *Técnicas Operacionais de Abordagem*. Foram poucas as instruções voltadas à interação com a comunidade, ela reclama. Seu primeiro contato com armas de fogo ocorreu no curso, onde fez “30 disparos” de variados calibres e armas.

⁴² Combinou-se previamente o sigilo da identidade da entrevistada. O pseudônimo foi escolhido de maneira aleatória, baseada no código fonético internacional. Fatos foram modificados para preservar o anonimato e garantir a confidencialidade de informações dadas em confiança. A entrevista foi realizada em 30 jan. 2018, com duração de 1h 46 min.

No convívio informal com os instrutores e policiais mais experientes, aprendeu procedimentos diferentes dos ensinados na teoria, em sala de aula. Alega que “a situação real é bem mais complexa e difícil que as situações teóricas ensinadas”, por isso, considera a socialização informal muito importante. *Juliet* esclarece: “não fui incentivada na formação a agir com excesso nas ocorrências [...] mas conheci outras formas de proceder no policiamento”.

Com mais de uma década de serviço ativo na PMPA, trabalhou em batalhões de área antes do BPOT. Possui elogios funcionais e não tem punições. É especializada em policiamento tático e gosta de trabalhar na ROTAM. Acredita que descobriu sua vocação: “sinto-me realizada como rotanzeira”, afirma. Almeja se especializar cada vez mais “para ajudar os policiais novatos e mostrar como devem trabalhar corretamente, para não irem para o lado errado [...] a maioria dos policiais é correta”. Avalia que realiza um bom trabalho na polícia militar e que poderia melhorar seu desempenho profissional, com mais conhecimento técnico e preparo físico.

A policial *Juliet* se envolve com frequência em ocorrências arriscadas, no patrulhamento tático habitual da cidade. Participou de confrontos armados. Tem experiência de uso da força letal e conhece muitos companheiros que “já mataram”. Sabe de excessos cometidos.

Explica que os embates armados se tornaram mais frequentes. Conta que meses atrás, durante uma ronda na periferia da Grande Belém, nas proximidades de um canal, foram recebidos a tiros no exato momento em que sua guarnição desembarcou da viatura para abordar dois suspeitos. Relata que os policiais reagiram e que a refrega foi à curta distância. “Acho que não chegou a 10 metros. Foi bem perto”. Curiosamente, relata que nenhum policial foi atingido e sequer a viatura, apenas os suspeitos.

Nessa ocorrência, em especial, diz que pensou na família, “foi tudo muito rápido, percebi que devo ter mais cautela [...] desde então, fiquei mais atenta”. Comenta que não efetuou disparos e que os suspeitos baleados foram socorridos, mas não resistiram. Os relatórios das mortes foram assinados pelo sargento comandante da GU ROTAM.

A entrevistada conheceu vários policiais vitimados. “Apenas em 2018, foram assassinados 3 policiais”, revolta-se. As vitimizações de policiais a afetam bastante: “no primeiro momento tenho vontade de parar [de trabalhar no policiamento ostensivo, nas ruas], mas em seguida decido me dedicar mais para evitar novas vítimas policiais”. *Juliet* ressalta que seus companheiros rotanzeiros se revoltam e têm vontade de revidar, “eu

também”, acrescenta ela. “Há grande insatisfação com o Governo e com a corporação [quando um policial é assassinado], parece que nós, policiais, somos descartáveis”.

Avalia que os policiais que se sentem desamparados contam apenas com seus companheiros de batalhão. Diz ter um relacionamento fraterno com os policiais do BPOT, dentro e fora da polícia. “Somos muito unidos na unidade”, afiança. Relaciona-se bem com policiais das demais unidades da PMPA e de outras organizações.

Considera que o local onde mora em Belém é de alta periculosidade. Já presenciou várias formas de violência, inclusive roubos à mão armada. Seus vizinhos sabem que é policial e ela se sente insegura por isso. Teme principalmente pela família. Seu filho já sofreu ameaças por conta do seu trabalho. Já atuou como policial no bairro, sem ter que efetuar disparos; recebeu ajuda de guarnições da área.

Assegura que nunca se sentiu afetada por sensações e emoções decorrentes do trabalho. Não adoeceu, mas lembra que levou uma pedrada no rosto durante uma rebelião na cadeia. Recebeu o apoio institucional sempre que precisou. Seu filho já foi afetado psicologicamente por conta do trabalho policial: “tive que trocar meu filho de escola duas vezes”. Preocupa-se permanentemente com sua família.

Após um rápido intervalo, *Juliet* retorna ao local da entrevista e pede para que o gravador seja desligado. É imediatamente atendida. Quem sabe por ter percebido algum sinal involuntário de incredulidade no semblante do entrevistador, a soldado decidiu retomar o relato da troca de tiros no canal. Conta, então, que um dos suspeitos chegou a atirar de fato na direção da guarnição, no momento em que os rotanzeiros desembarcavam da viatura e que “por sorte, ninguém foi atingido”. A guarnição, em resposta, avançou determinada a neutralizar os suspeitos. Diante da agressão sofrida, o final da ocorrência jazia sacramentado. Sentiu-se “normal”, porque sabia que eram criminosos perigosos.

A revelação inesperada abre espaço para que se fosse abordada outra ocorrência, bem mais antiga, da qual se sabia apenas rumores. Com o gravador desligado, *Juliet* concordou em falar. Mas, se no relato da primeira ocorrência ela afirmou se sentir normal a respeito, nesta, ficou visivelmente abalada.

Sem dar muitos detalhes e evitando algumas palavras, narrou que recém-chegada no BPOT, numa ronda noturna, foi fortemente pressionada para que usasse força letal de maneira abusiva contra um indivíduo já dominado por sua guarnição. Esclarece que na ocasião, sentiu-se coagida por seus companheiros, principalmente pelo sargento

comandante da GU⁴³. “Alegavam que era preciso”, sob o pretexto de que se tratava do “assassino de um policial conhecido”, e que, por ser mulher, “[ela] não daria conta do serviço”⁴⁴. Nada foi registrado nos relatórios policiais, porém, a experiência macabra lhe deixou marcas profundas. Mostrou-se bastante emocionada ao recordar.

Juliet faz diferença entre o que aconteceu naquela “noite terrível” e a ação letal no canal, registrada como MIP, pelo fato dos suspeitos envolvidos na ocorrência mais recente terem atirado em direção à guarnição. Segundo sua “sensibilidade jurídica” (GEERTZ, 1978) de rotanzeira, uma agressão prévia legítima a ação policial abusiva.

Segundo avalia, o policial que comete violência tem graves problemas emocionais e, por isso, já excedeu sua capacidade de lidar com a dura realidade: “[o policial] está revoltado! Acredita que executando criminosos conseguirá eliminar o mal que aflige a sociedade, seus amigos policiais e a si próprio [...] porque prender não resolve mais”⁴⁵.

Em sua opinião, as audiências de custódia e as saídas temporárias das cadeias afrontam os policiais, pois alguns são ameaçados (“e os familiares também”, completa) após a soltura dos criminosos. Muitos policiais já foram assassinados. Para exemplificar sua revolta, cita o caso verídico de um criminoso que saiu da prisão de indulto, encontrou no consultório médico o filho do policial que o prendeu, retornou armado e matou o rapaz. O policial militar que teve o filho assassinado, aliás, é seu conhecido. “Com o tempo, nessa guerra, os policiais perdem o discernimento do certo e errado”.

A entrevistada já ajudou policiais ameaçados, que foram intimidados por criminosos para que deixassem suas casas ou para que não policiassem o bairro onde moravam. “Com frequência, fazemos rondas nesses casos [...] sempre contei com o apoio dos meus companheiros e, do mesmo modo, ajudo meus colegas [do BPOT]”.

⁴³ “[...] a sujeição à autoridade informal dos policiais veteranos permitirá a entrada dos novatos nos ‘bastidores’ do serviço diário, acessando também os códigos de rua dominados pelos policiais mais experientes. Como prêmio, os novatos acessarão informações não ditas nos bancos escolares, mas que serão úteis para manter-se vivo e evitar as punições decorrentes do serviço ou de outros comportamentos. Por outro lado, acreditamos que o ganho dos policiais veteranos está relacionado com o fato de que as coisas continuarão como já estão, sem muitas mudanças nas rotinas, selando o pacto de solidariedade intergrupo” (SANDES, 2013, p. 93).

⁴⁴ “Beck, Barko e Tatarenko (2003) ressaltam que, apesar das desconfianças, as mulheres têm-se mostrado tão competentes quanto os homens nas diferentes esferas policiais, o que inclui as atividades de patrulha e a participação em confrontos violentos. Tem sido cada vez mais frequente a disposição das mulheres para assumir posições de protagonismo e competir pelas posições reconhecidas social e institucionalmente como de maior destaque” (LOBATO; SOUZA. In: CHAGAS; VIEIRA; SILVA, 2018, p. 340).

⁴⁵ Após inspeção realizada de 3 a 7 jun. 2019, o Conselho Nacional de Justiça-CNJ classificou o TJE Pará – engrenagem essencial do sistema de administração da justiça criminal – como o tribunal de justiça de pior desempenho no país, com alta taxa de congestionamento e baixa produtividade dos magistrados e servidores, analisando dados referentes ao ano de 2017 (Cf. Processo n. 0003017-10.2019.2.00.0000).

Em sua opinião, a repercussão da letalidade policial dentro da PMPA e perante a população é mínima, “já banalizou”. Por outro lado, avalia que: “na ROTAM, a repercussão é positiva, os policiais valorizam o policial que tem coragem, que enfrenta o perigo, que mata. É positivo matar um criminoso”. Segundo ela, a população apoia o trabalho e a letalidade policial, pois “também estão revoltados, querem linchar os criminosos. Todos acham que bandido bom é bandido morto”.

Juliet se tornou respeitada por seus companheiros. Apesar disso, confessa se sentir psicologicamente abalada, principalmente porque o uso da força letal desobedece ao mandamento divino⁴⁶. Afastou-se dos integrantes da guarnição sinistra. “Não achei certo que eles [policiais mais antigos e experientes] fizeram comigo [ela era neófita]”. Arrepende-se profundamente. Religiosa e temente a Deus, revela que por muito tempo e com considerável frequência, sentiu-se mal (com insônia, angústia, medo, raiva, dor, desânimo) ao lembrar. Ainda hoje, mais raramente, tem sentimentos e emoções ruins a respeito⁴⁷. Busca a redenção, dedicando-se a guiar os passos dos policiais novatos “para que não cometam crueldades”⁴⁸.

Uma provação distinta assinala a história de vida de *Romeo*, oficial superior da PMPA e velho conhecido, que há quase vinte anos foi entrevistado a primeira vez pelo autor para a pesquisa intitulada “O olhar do quartel”⁴⁹ (tradução nossa). Na ocasião, em 2002, ao rememorar suas vivências operacionais, assim descreveu sua primeira vez em que usou força letal contra outro ser humano:

Passava do meio-dia... começamos a andar bem cedo. Eu era novato, minha primeira missão. Ia à frente, guiado pelo sem-terra que já estava preso. Ia tenso. Todos estavam tensos, pois podíamos ser emboscados. De repente outro sem-terra surgiu distante. Adestradamente nos abaixamos e ficamos imóveis... não nos viu. Continuou vindo. Carregava algo no ombro. Abruptamente se abaixou, será que nos viu? Perdi-o da mira da minha espingarda. Levantou-se. Será que nos viu? Estava confuso, tinha que agir... atirei... todos se deitaram. Ele sumiu.

⁴⁶ Não matarás (Êxodo 20: 13).

⁴⁷ “O remorso é um sentimento real, comum e intenso, algo com o qual o soldado talvez tenha que conviver pelo resto da vida” (SANDES, 2013, p. 84).

⁴⁸ Os veteranos são essenciais para aclarar o caminho a seguir no atendimento às tarefas que devem ser realizadas pelos policiais, mas para as quais não há instruções (BITTNER, 2003, p. 332 *apud* SANDES, 2013, p. 91).

⁴⁹ A história de vida de *Romeo* foi reconstituída a partir do resgate da sua narrativa apresentada no artigo “Der blick aus der kaserne” (OLIVEIRA NETO, 2002) e das anotações pessoais do autor, no caderno de campo da referida pesquisa. Manteve-se o sigilo da identidade. O pseudônimo foi escolhido de modo aleatório, no código fonético internacional.

O sem-terra fugiu. No chão, corote de gasolina e motosserra. Nenhuma arma... o preso também não estava armado (narrativa de um capitão da Polícia Militar do Pará, 2002)⁵⁰. (OLIVEIRA NETO, 2002, p. 8).

O relato aponta o dilema decisório do uso da força letal, no exato momento da tomada da decisão de atirar⁵¹, quando o então jovem oficial enfrentou pela primeira vez um inimigo simbólico culturalmente construído⁵² e, porventura, errou o tiro.

Acontece que o tenente *Romeo* era um exímio atirador, vencedor de torneios de tiro. Por outro lado, portava uma típica espingarda policial calibre 12, cujos disparos espalham de uma só vez múltiplos projéteis esféricos por uma área considerável. Mesmo avaliando que ele estivesse nervoso, ter simplesmente errado o tiro parece improvável.

Atualmente na reserva remunerada da PMPA, o oficial aceitou conversar sobre suas antigas experiências de uso da força letal⁵³, desde que nada fosse gravado em áudio. Curtas anotações registraram trechos da conversa. Lembrou com facilidade do episódio em que atirou no *sem terra* – “foi o meu batismo de fogo, mas eu ainda não estava pronto”, disse ele – e logo se confirmou a suposição de que errara aquele tiro propositalmente.

Primogênito de uma família tradicional, o entrevistado tem um irmão e uma irmã caçula. O pai, funcionário público, a mãe, dona de casa. Considera sua criação como moderadamente austera e afetuosa, católica “de fachada”. Ateu desde jovem, avalia que por tal condição, nunca enfrentou dilemas religiosos no exercício da atividade policial.

Sobre a exposição à violência, *Romeo* diz não saber explicar o porquê de sempre ter gostado de “pequenas crueldades”. Contou que desde criança tinha fascinação por armas. Primeiro, as de brinquedo. Pouco depois, já na adolescência, adorava “brincar de

⁵⁰ «Es war gegen Mittag, wir waren früh aufgebrochen. Ich war neu dabei; es war meine erste Mission. Ich ging vorne. Der Landlose, den wir gefangen genommen hatten, zeigte mir den Weg. Ich war angespannt. Alle waren angespannt, denn wir hätten umzingelt werden können. Plötzlich tauchte weiter vorne ein anderer Landloser auf. Wir bückten uns und bewegten uns nicht mehr. Er hatte uns nicht gesehen und lief uns entgegen. Er trug etwas auf der Schulter. Plötzlich bückte er sich. Ob er uns erblickt hatte? Ich verlor ihn aus dem Visier meines Gewehrs. Er stand auf. Er hatte uns wohl gesehen, oder? Ich war verwirrt, musste handeln und schoss. Alle warfen sich zu Boden. Er verschwand. Der Landlose war entkommen. Am Boden fanden wir nur einen Benzinkanister und eine Motorsäge - keine Waffe. Der Gefangene war auch unbewaffnet.» (Militärpolizeihauptmann in Pará, 2002).

⁵¹ “Por outro lado, mesmo no automatismo, ocorreram outras escolhas envolvendo as percepções de perigo, como a busca de uma posição segura ou o cuidado com a presença de companheiros. Sobre o tempo para a tomada de decisão de atirar, Godnig (2011) indica que a ação de reconhecimento de um alvo ocorre por um breve momento, o tempo de 0,01 segundo pode ser crucial na decisão de atirar ou não atirar” (SANDES, 2013, p. 63).

⁵² “Notamos que a percepção de risco ou perigo apontada pelos policiais é uma construção anterior ao episódio em si, ocorre em torno de um conceito aprendido e reforçado no dia a dia sobre algo que poderá ocorrer no futuro e, nesse caso, possibilitará um tipo de comportamento previsível, como é o caso da reação armada [...]” (ibid., p. 62).

⁵³ O encontro com o tenente coronel policial militar (da reserva) *Romeo* ocorreu no dia 28 set. de 2018. Durou aproximadamente 1 h.

matar passarinhos e ratos” com sua espingarda de ar comprimido. Às vezes, gatos, cachorros e urubus completavam a lista. Jovem, já despontava como bom atirador. Ainda adolescente, passou a andar com um pequeno revólver cal. 22 encontrado no guarda-roupa do pai. “Mas nunca atirei em ninguém [nessa época]”, justifica.

Sonhava ser engenheiro, mas, foi durante o serviço militar, no curso preparatório de oficiais da reserva do Exército Brasileiro, que considera ter encontrado sua verdadeira vocação. A destreza como combatente lhe rendeu distinção militar. Decidiu que seguiria a carreira. Prestou o concurso para oficial da PMPA e foi aprovado por volta dos anos 1990.

Romeo admite que entrou para a polícia militar sem conhecer bem a profissão. Almejava apenas viver aventuras parecidas com as que passou no EB e, acima de tudo, ansiava pelo combate. Imaginava-se “enfrentando inimigos”. Logo, suas aptidões seriam reconhecidas. Foi lotado para trabalhar no território mais violento do estado, nos anos de 1990, o sul do Pará. “Era tudo o que eu mais queria!”, ri e completa, “coisa de garoto novo”.

Desse modo, chegou as fazendas para confrontar grileiros e *sem terras*. No dia mencionado na narrativa, assegura que se encontrava “disposto a matar”, porém, por não ter visualizado claramente a arma do (pseudo)agressor, titubeou. Ansiava atirar num inimigo⁵⁴ para saber como seria, mas, no último segundo, sentiu “um receio estranho” que o fez desviar a mira levemente para o lado, livrando a maior parte do corpo da vítima. Explica que atirou porque era o que todos os policiais da guarnição esperavam. “Não queria fazer feio”, isto é, o entrevistado não queria ser tomado por covarde na tropa.

Sua conduta agressiva manifestada logo na primeira missão, apesar de desnecessária e imprópria, rendeu-lhe grande prestígio e distinção. Segundo o oficial, a demonstração de que era capaz de matar lhe angariou a pronta confiança e admiração “dos policiais e dos fazendeiros da região”. Contudo, a estratégia furtiva serviu tão-somente para que ele se comprovasse “valente” (OLIVEIRA, 2016, p. 349) aos olhos dos outros. Restava ainda comprovar sua valentia para si próprio, uma provação bem mais difícil de burlar. Confessa que, bem fundo na alma, questionava-se: “serei mesmo capaz?”.

Muitos são os combatentes treinados que não conseguem apertar o gatilho contra outro ser humano, mesmo sendo um inimigo declarado⁵⁵. Uma resistência ao ato de matar

⁵⁴ “[...] mesmo que a decisão seja instantânea, ela está inscrita em um contexto anterior à vontade do policial e internalizada por meios de códigos formais e informais aprendidos no convívio social, dentro e fora da instituição policial” (SANDES, 2013, p. 64).

⁵⁵ “o homem comum e saudável... possui, em seu âmago, uma resistência a tirar a vida de seu semelhante, resistência da qual normalmente não tem consciência e que é tão forte que, se depender de sua vontade, ele não matará, se for possível esquivar-se dessa responsabilidade” (GROSSMAN, 2007, p. 74).

da qual normalmente não se tem consciência e que, em alguns casos, chega a ser “mais forte que a pressão dos pares e ainda mais poderosa que o instinto de autopreservação” (GROSSMAN, 2007, p. 72-73).

O entrevistado esclarece que a condescendência geral ao seu comportamento violento e abusivo, dentro e fora da caserna, foi o impulso crucial que faltava para que fossem implodidos os frágeis limites morais, existenciais e sociais que o impediram de matar na primeira vez. Pouco tempo depois, finalmente atenderia sua sanha hedionda.

“Tiveram outras vezes, em confrontos [...] trocando tiros”, revela sem esclarecer quantas nem as circunstâncias. Todo mal que praticou foi ocultado. Guardado em profundo segredo. Nunca sofreu quaisquer consequências, aliás, faz questão de mencionar que teve uma carreira profissional bem sucedida.

Romeo se considera um guerreiro nato⁵⁶. Tornou-se afamado e respeitado pela valentia. Lembra que, certa vez, escutou de um antigo comandante: “você teria gostado de trabalhar no PATAM!”. Considerou aquilo um grande elogio, na época. Entretanto, hoje em dia, mais maduro com o avançar da idade, a ascensão na carreira, as novas responsabilidades e, principalmente, o nascimento do filho, diz ter desgostado da violência. Garante que deixou de andar armado por não querer mais atirar contra alguém.

No lugar de *Romeo*, há outros guerreiros em franca atividade. Indivíduos que no exercício do policiamento encontram com facilidade razões instrumentais e simbólicas para o uso da força letal. “As razões instrumentais se associam à defesa e neutralização de uma pessoa que representa ameaça. As razões simbólicas são associadas à afirmação da própria identidade e demonstração de força perante a comunidade” (GABALDÓN, 2009, p. 18-19 *apud* SANDES, 2013, p. 15).

5.1.4 A melhor caçada⁵⁷

*Oscar*⁵⁸ é sargento rotanzeiro da PMPA. Com pouco mais de 40 anos de idade, é casado e tem filhos. Bastante religioso, comparece aos cultos quase dia sim dia não, na

⁵⁶ “[...] os guerreiros natos – os mais aptos a matar, identificados por Swank e Marchand como os 2% predispostos a demonstrarem tendências psicopáticas agressivas – são encontrados, sobretudo, em grupamentos de forças especiais do tipo comandos” (GROSSMAN, 2007, p. 107).

⁵⁷ Em alusão à inscrição “Não há melhor caçada que a caçada de homens” das camisetas dos policiais do Departamento de Polícia de Nova Iorque, conhecidos por “Comandos do NYPD”, notórios por “caçar supostos ladrões, assaltantes e estupradores numa guerra contra o crime” (MORALES, 1999, p. 3 *apud* HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 29-30).

⁵⁸ Combinou-se previamente o sigilo da identidade da entrevistada. O pseudônimo foi escolhido de maneira aleatória, baseada no código fonético internacional. Fatos foram modificados para preservar o anonimato e garantir a confidencialidade de informações dadas em confiança. A entrevista foi realizada em 30 jan. 2018, com duração de 1h 15 min.

igreja do bairro periférico da RMB onde reside há uma década. O local é inseguro “por ser muito perto de várias invasões”, com frequentes episódios de arrombamentos, roubos, agressões e homicídios. De serviço, ronda frequentemente o bairro, onde já fez “várias abordagens, prisões e baleamentos”.

Conta que certa vez, de folga, foi alertado por um vizinho de que dois indivíduos em uma moto e de capacetes, aparentando não conhecer *Oscar*, estavam perguntando onde ele morava. Ao sair andando de casa para buscar sua esposa no trabalho, lá próximo, passou por uma dupla que se enquadrava na descrição feita pelo vizinho. “Percebi que os dois se comunicaram, assim que me viram”, ressalta.

Entrou no prédio e pediu ao porteiro para não deixar sua mulher sair. Despiu a blusa e com ela dissimulou sua pistola empunhada pronta para efetuar disparos. “Sai e fui ao encontro da dupla. Os suspeitos estavam parados na via, um sentado na posição de piloto e o outro em pé na rua, meio curvado observando a roda traseira da moto”. Explica que ao se aproximar, o que estava em pé buscou rapidamente sacar a arma, tendo o sargento atirado primeiro e acertado ambos que caíram gravemente feridos.

Oscar se abrigou no bar em frente, preocupado com a possibilidade de haver mais agressores. Mantendo contato visual com os dois suspeitos caídos, pediu e aguardou a chegada do apoio de guarnições policiais militares da área e da sua unidade especializada. Os dois feridos foram socorridos pela GU ROTAM, mas, morreram a caminho do hospital. A ocorrência foi registrada na delegacia de polícia local.

Apesar do ocorrido, o sargento afirma não se sentir em risco ou diretamente ameaçado, nem a sua família, pois se julga muito cauteloso ao se expor em locais públicos – “não fico em bar, não vou para farra, não fico de bobeira” – e alega contar com a ajuda de vizinhos policiais militares. “A gente se ajuda e se protege mutuamente”.

Natural de Belém, narra que foi criado na cidade, convivendo com seu pai, mãe e irmãos. É o primogênito. Comenta que o bairro onde cresceu era seguro. Brincava bastante na rua. Gostava de atividades físicas e práticas esportivas diversas. Nunca gostou de luta. Seu pai é sargento reformado da PMPA. A mãe, dona de casa. Considera sua criação familiar saudável, carinhosa, porém, rígida em relação aos valores morais e com os estudos. Seus pais são católicos não praticantes. Apesar do pai possuir arma de fogo, não teve contato direto com armas antes da polícia. Não recorda de ter sido exposto à violência, própria ou de parentes e amigos próximos, na sua infância e adolescência.

Trabalhou com o tio num depósito de bebidas até que prestou o serviço militar obrigatório. Ingressou na PMPA no início dos anos 1990, seguindo o exemplo do pai,

“pela vocação para a carreira militar e por almejar a estabilidade do serviço público”. Nutria expectativas de fazer treinamentos operacionais. Gostou dos adestramentos que recebeu no EB e admirava ver na mídia os policiais militares atuando em ocorrências.

Sua formação policial inicial foi realizada em um batalhão de área e durou 6 meses. “Foi muito precária, bruta [...] faltaram instrutores, conhecimento técnico e prática operacional”, reclama. Realizou apenas 5 disparos com arma de fogo (revólver 38).

Atualmente, com quase 25 anos de serviço ativo, sargento *Oscar* possui medalhas e elogios. Não tem punições. Especializou-se em Policiamento de Choque e Patrulhamento Tático na PMPA e possui aperfeiçoamento tático no BOPE/PMERJ. Realiza treinamentos frequentes no BPOT. Já serviu a Força Nacional e trabalhou na CIOE e no BPCHOQ. Também passou pouco tempo em uma unidade de polícia especializada (comunitária) e brinca quanto a isso, “é a mancha na carreira”.

Trabalhando no BPOT há mais de uma década, sua função principal é comandar guarnições de serviço. Considera-se vocacionado, diz ter aptidão para o serviço operacional. Seu desempenho profissional é, de fato, reconhecido. Em sua opinião, suas maiores aptidões são: honestidade, companheirismo e capacidade de liderança. Orgulha-se de ser “confiável”, termo que assinalaria sua entrevista.

Relaciona-se fraternalmente com outros policiais. Gosta de prestar ajuda aos companheiros do serviço, aos que fazem bico e aos familiares dos policiais. Considera que no BPOT se encontra entre iguais, “uma família de policiais confiáveis” e que vivenciam problemas e dificuldades similares aos que ele enfrenta.

Lembra, emocionado, que mais de 15 policiais conhecidos foram mortos. Quando isso ocorre, fica bastante abalado e sempre procura vir ao quartel para ajudar de alguma forma, “na assistência à família ou nas ações de busca e captura de suspeitos”.

Faz serviços de escala-extra de ROTAM, regulados e formalmente remunerados, como atividade complementar da renda. Não trabalha em *bicos*. Assegura que nunca sofreu de insônia, angústia, medo, raiva, dor ou desânimo decorrentes do trabalho policial. Não sofre efeitos colaterais, por não levar problemas para casa, ele justifica. Vitimou-se em acidentes de viatura, mas “nada grave”. Recebeu apoio institucional, principalmente dos companheiros do BPOT, dos oficiais e das praças.

O sargento *Oscar* é afamado entre os rotanzeiros. Participa de ocorrências com risco à sua integridade física praticamente em todo serviço. Tem inúmeras experiências de confronto armado. “Em 2018, foi aproximadamente uma troca de tiros por semana... somente em janeiro foram quatro”. Diz gostar do serviço operacional “de caçar

bandidos”⁵⁹. Percebe-se. Contabiliza mais de 30 participações em MIP e “um número imensamente maior de apresentações de suspeitos presos [com a integridade física preservada] e de armas apreendidas”, ele acrescenta.

Faz questão de destacar que, em 2017, prendeu um criminoso que portava um fuzil AR-15 e registrou mais de 17 prisões com apreensão de arma de fogo. Comportamentos que contrastam com os do ano anterior (2016), em que somente numa semana, o sargento *Oscar* participou de 4 eventos distintos que resultaram em MIP. Explica que “a prisão ou a morte depende da ousadia do bandido”. É categórico: “reagiu⁶⁰ [...] matou um policial [...] é olho por olho!”. Segundo ele, o que determina a ação letal policial é o comportamento do criminoso, tanto o imediato e quanto o pregresso.

O entrevistado não se preocupa com a opinião pública. “Geralmente, recebemos o apoio da população quando um criminoso perigoso é morto”. Curiosamente, esclarece que não concorda com a frase bandido “bom é bandido morto!”. Conta que certa vez, prendeu um indivíduo que portava uma arma falsa para praticar roubos, percebeu que “ele estava verdadeiramente desesperado, sem emprego e precisava sustentar a família”. A esse respeito, também leva em conta que há muitos policiais bandidos.

Relata que na intervenção policial, sente-se ansioso para resolver logo a situação, preocupando-se permanentemente em controlar o desfecho para “respaldar a ação da GU”, porém, assegura que não gosta de “maquiar a ocorrência”, isto é, de alterar a cena do crime⁶¹. Considera a atividade operacional muito arriscada e facilmente sujeita a erros. Todavia, os treinamentos, equipamentos e armamentos especiais e o apoio mútuo das guarnições lhe assegura a superioridade no combate. Diz, impassível, que ao matar um criminoso, sente apenas que cumpriu com o seu dever.

O sargento assegura que as inúmeras mortes não lhe trouxeram quaisquer consequências profissionais, físicas, psíquicas ou legais. Recebe apoio institucional e informal quando isso ocorre. De praxe, é direcionado ao psicólogo da PMPA, conforme

⁵⁹ Para saber mais sobre a caçada a indivíduos suspeitos na atividade rotineira de policiamento, ler: MUNIZ, 1999, pp. 203-224.

⁶⁰ A ameaça armada é recebida como algo pessoal, pois, conforme os relatos, o oponente não atira na organização, mas sim no “policial de carne e osso.... enquanto o criminoso não atira é institucional, mas se ele atira, é sangue no olho” (SANDES, 2013, p. 80).

⁶¹ “[...] existem também aqueles policiais que se envolvem em casos de resistência nos quais os suspeitos já estão rendidos e, ainda assim, optam por eliminá-lo. [...] podem acontecer em qualquer lugar, mas em geral envolvem policiais que dominam os códigos necessários para registrá-las formalmente e ainda assim sair impunes. Nestas os policiais mais velhos assumem protagonismo porque tendem a livrar os novatos dos registros oficiais, um mecanismo de garantir que poucas versões sobre o episódio sejam dadas e que sejam narradas por aqueles que sabem o que deve ser dito” (NUNES, 2018, p. 183).

determinam as normativas⁶². “Isso não me incomoda, já estou até acostumado”. Conta que sempre é parabenizado por companheiros, pelas ações letais.

Percebe-se com facilidade que o prestígio e a distinção social lhe causam enorme satisfação. Orgulha-se de ser respeitado como policial “confiável”; adjetivo que empregou repetidas vezes. Gosta bastante de saber que os policiais se sentem seguros ao seu lado. Muito calmo durante toda a entrevista, emocionou-se ao término quando falou dos policiais vitimados e, de maneira especial, ao lembrar de um amigo rotanzeiro falecido em serviço (o policial sofreu um infarto fulminante durante uma perseguição policial) tido por ele e por muitos como referência de conduta profissional, “um policial militar respeitado na ROTAM por ser confiável”.

O passeio biográfico pelas histórias de vida de *Charlie*, Vilmar, Juan, *Juliet*, *Romeo* e *Oscar* alude, prontamente, à associação entre a socialização no ambiente da PMPA e os valores, atitudes e comportamentos relacionados ao policiamento de *guerra ao crime* e ao excessivo uso da força em serviço. A associação parece incontestável.

Os relatos dos policiais militares alvitraram como universal a formação profissional assinalada pelo ensino em sala de aula de procedimentos operacionais pautados num currículo acadêmico adaptado ao contexto democrático (socialização formal) e, em contradição, pelo aprendizado contínuo de formas arbitrárias de proceder no exercício do policiamento real (socialização informal)⁶³.

Todavia, ainda que a correlação entre a socialização na PMPA e a violência policial logo se apresente aos olhos do pesquisador, o precipitado superdimensionamento da conexão pode ofuscar a percepção da influência de outros preditores da ação letal, não tão óbvios e talvez até mais significativos.

Os valores, as convicções morais e a disposição psicológica que assinalam certos rotanzeiros como “confiáveis”⁶⁴ não se restringem ao universo dos policiais militares. São

⁶² O art. 3º, inciso III, da Instrução Normativa nº 001/2013 – CorGeral (ver Anexos), determina que os comandantes de OPM deverão “[...] afastar temporariamente do serviço operacional, para avaliação psicológica e redução do estresse, os agentes de segurança pública envolvidos diretamente em ocorrências com resultado letal”.

⁶³ Cf. MUNIZ, 1999, pp. 153-180; PONCIONI, 2003, pp. 98-106; RONDON FILHO, 2013, pp. 77-103; BRABO; CORRÊA, 2016, pp. 20-29.

⁶⁴ Pode-se resumir em duas as qualidades morais que caracterizam o rotanzeiro como “confiável”: não recuar diante do perigo e ter a capacidade de matar alguém. Ao que tudo indica, são indivíduos que orientam sua conduta segundo o “*ethos* da valentia” apontado por Eliézer Oliveira, que “requer um estilo de vida e convicções morais que destoam da maioria absoluta dos seres humanos. Ele requer um desprendimento quase religioso das coisas do mundo, ao optar-se por enfrentar o perigo da morte. E mais difícil do que isso: requer uma disposição psicológica para não hesitar em matar ou ferir o adversário, se necessário for” (OLIVEIRA, 2016, p. 359). Nesse sentido, ser confiável é o mesmo que ser valente.

igualmente notados em indivíduos isentos da socialização militar, conforme se verifica no relato de vida do delegado *Victor*⁶⁵, da PCPA, que de igual maneira ao sargento rotanzeiro, já participou de muitas ocorrências que resultaram em MIP.

Policial civil do Pará há quase uma década, o delegado comenta logo na abertura da entrevista: “na PCPA é assim, quem tem perfil é chamado”. Segundo suas palavras, as intervenções mais arriscadas e que, em geral, resultam na morte de criminosos, envolvem sempre os mesmos indivíduos, “são aqueles policiais civis que gostam, que atiram, que já mataram, que são destemidos, que metem a cara e vão na frente”, explica.

Victor calcula ter participado de “umas 25 ocorrências com confronto armado”. “Quando você é um policial militar comandante ou um delegado que vai na frente, que é líder, que está numa posição de conforto e que poderia somente mandar, mas que aceita se expor, vai sempre ser seguido [...] sempre vai ser chamado”. Conta que sua última ocorrência que resultou na morte do criminoso foi em 2017. Apenas acompanhou o procedimento como autoridade competente, os policiais da equipe assinaram os documentos atinentes à resistência. Contabiliza “sete autos de resistência” e faz questão de esclarecer que nunca participou de execução clandestina, “sem o procedimento correto”. Ressalta que só matou em serviço e que “prende mais do que se mata”.

Em sua opinião: “há bandidos e bandidos, alguns estão desesperados, entram no crime e não conseguem sair, vão vender droga porque suas famílias estão passando necessidade”. Explica que, às vezes, os policiais se deparam com criminosos iniciantes, “que ainda não se transformaram totalmente em *bichos*⁶⁶ que gostam de ser criminosos”.

Segundo ele, os criminosos novatos devem ser olhados pelos policiais de modo diferente. Lamenta: “infelizmente, não adianta se enganar. Os políticos acabaram com o Brasil. Não temos políticas públicas, não tem saúde, educação, saneamento básico. A miséria até justifica buscarem um jeito de sobreviver, mas não justifica eles virarem bichos”. Promete, então, que jamais se dobrará “diante desses indivíduos que querem acabar com o sossego de pessoas de bem, trabalhadores que não fazem mal a ninguém”.

⁶⁵ Combinou-se previamente o sigilo da identidade do entrevistado. O pseudônimo foi escolhido de maneira aleatória, baseada no código fonético internacional. Fatos foram modificados para preservar o anonimato e garantir a confidencialidade de informações dadas em confiança. A entrevista foi realizada em 08 fev. 2018, com duração de 2h 30 min.

⁶⁶ O delegado *Victor* qualifica como “bichos” os indivíduos desviantes “que buscam facções criminosas, que querem ser líderes, crescer no crime, que é criminoso e gosta de ser [...] que vão se transformando em criminosos sem coração, como zumbis, por etapas, até não ter mais volta. Esses não vão mudar nunca” (VICTOR, 2018, informação verbal). Sobre a mesma representação, Alisson Monteiro anota que 65% dos policiais militares paraenses entrevistados para sua pesquisa de tese acreditam que “o vagabundo é irrecuperável” (cf. MONTEIRO, 2015, pp. 115-122).

Apesar de nunca ter presenciado a morte de amigos, lembra de policiais assassinados por criminosos. Um dos vitimados lhe era bem próximo. Confessa que sentiu muito ódio quando soube e que só parou quando matou o criminoso que assassinou seu amigo. Vingou-se. A intervenção policial foi registrada como “resistência”. Porém, faz questão de reforçar que “foi confronto [...] nunca participei de ações ilegais, nem execuções clandestinas”.

De família abastada. Pai e mãe médicos, com elevado prestígio na sociedade. Considera que sua criação foi fortemente assinalada por valores machistas, onde a virilidade, a coragem e a violência eram exaltadas. Seu pai lhe contava histórias de como era corajoso e que brigava muito quando jovem.

Ele, ao contrário, quando criança, não gostava de brigar. Foi obrigado a praticar judô e caratê. Muito pacífico, era comparado pejorativamente aos primos, mais audaciosos. Confessa que isso mexeu muito com sua autoestima: “não conseguia conquistar a admiração do meu pai”. Ainda jovem, tomou o caminho das brigas de rua.

Foi quando percebeu que o pai não era verdadeiramente violento. Atentou que nunca testemunhara o pai praticar violência. Apanhou quando criança poucas vezes, “mas foi apenas de modo educativo”. Já na condição de adolescente brigão, foi indagado pelo pai sobre o motivo de tanta violência e respondeu: “não era isso que tu querias?!”. Diz ter ficado psicologicamente abalado. Fez terapia durante muitos anos até ser dispensado pela analista, pois lhe foi dito que já se conhecia bem e que “estava curado”.

Victor teve contato com armas de fogo desde cedo, na família paterna, vendo os tios portando e sendo chamado para manusear; até atirou algumas vezes. Passou a ter contato íntimo com armas a partir dos 11 anos de idade, por meio de um amigo cujo pai andava armado e era violento. Começou a portar arma ainda jovem.

Aos 14 anos passou a andar com uma turma do bairro (de classe média alta), que se reunia numa praça com as demais tribos. Estreou como “isca” para iniciar brigas. Depois, entrou em várias querelas até se tornar um “comando na rua”. Dos 16 ao fim dos 18 anos, brigava todo fim de semana “pelo menos”. Todavia, assegura que “somente arrumava confusão com gente que gostava de confusão”. Ele e sua turma não mexiam com quem estava quieto.

Nessa época, chegou a ser alvejado sem sucesso por duas vezes. Não foi ferido. Participou de uma briga em que seu amigo atirou num rapaz e acabou tendo que responder o procedimento correcional junto com ele. Por outras duas vezes, o próprio entrevistado atirou contra jovens de outras turmas, sem maiores implicações legais “porque ninguém viu”. Também presenciou a morte de um indivíduo que violentou a filha criança de outro

amigo seu; somente acompanhou o executor, mas acha que a vingança foi justa e necessária. Não sentiu nada. Tem conhecidos mortos por envolvimento com ilícitos, um amigo mais próximo foi morto pouco após de Victor se afastar das brigas aos 19 anos.

Sua juventude é assinalada pela selvageria. Conta que aos poucos conseguiu canalizar sua agressividade praticando esportes de contato e lutas. Resolveu estudar para concursos. Passou em alguns, porém seu primeiro emprego foi o de delegado. Conhecedor da sua “natureza acelerada, do gosto por violência” (acredita que resultado dos estímulos que cedo recebeu), buscou a profissão policial. Admite que ainda permanece assim: “gosto de trocar tiro, sair no soco [...] hoje em dia estou mais controlado”.

O entrevistado entrou na PCPA no início dos anos 2010. Desconhecia o trabalho da polícia civil (judiciária). Acreditava que trabalharia na rua de igual modo aos policiais militares, “assim como o Capitão Nascimento”, brinca. Na polícia, atualmente, realiza o trabalho investigativo, entretanto, destaca que gosta e se envolve de vez em quando na atividade operacional.

Não possuía treinamento operacional antes de ingressar na polícia, apenas “a experiência das brigas” da juventude. Não serviu as FFAA. Considera que sua formação policial inicial foi insuficiente, “fraquíssima [...] faltou tudo”. Durou pouco mais de um mês. “Por sorte, eu já vim pronto [...] já entrei na polícia com sangue nos olhos”, ressalva.

Foi moldado para a atividade investigativa ao longo da profissão, com policiais antigos e exemplares. Um dos seus mentores o alertou para não desprezar o seu passado, a sua “malícia de rua” (que ele diz ter pretendido apagar), pois “o policial honesto precisa da malandragem para poder ganhar da malandragem”⁶⁷, explicaram-lhe os instrutores.

O delegado *Victor* comenta que já teve muitas experiências ruins na convivência com outros policiais. “Há muita vaidade, competição, inveja, deslealdade e covardia no meio”. Para alguém como ele “que é sangue no olho, que é homem, que olha no olho e quer resolver logo”, é difícil suportar. Certa feita, disseram-lhe que não tem inteligência emocional, ele comenta: “não tenho mesmo, prefiro ser um leão que uma cobra!”.

Atualmente, com quase uma década de serviço ativo na polícia, acumula elogios funcionais, recebeu condecoração importantes pelo trabalho investigativo e colaborou para que outros policiais também fossem agraciados. Não tem punições. Atende que sua vocação se realizou, suas aptidões físicas e emocionais o destacam no trabalho operacional.

⁶⁷ “[...] a polícia combate o crime com as mesmas armas do crime” (MONJARDET, 2003, p. 29).

Considera-se entre os delegados “mais confiáveis”⁶⁸ (emprega o mesmo adjetivo que *Oscar*) na avaliação dos policiais operacionais. Gosta quando escuta: “com ele eu vou!”⁶⁹. Nas intervenções, esclarece que trabalham em equipe, sempre bem armados e equipados.

Ama o seu trabalho. Afirma não buscar reconhecimento e não sentir inveja. Relaciona-se com os outros policiais dentro e fora da polícia civil e de outras organizações. Ministrou aula para algumas turmas em formação e assume que se descobriu “professor”. Pretende dar aulas, contudo, por ora, anda bastante ocupado com as investigações policiais.

Victor é casado, pai e católico não praticante. Reside em Belém e considera que a cidade está perigosa. Poucos vizinhos sabem que ele é policial. Já teve que intervir como policial onde reside, todavia, não precisou usar sua arma.

Em decorrência do excesso de trabalho investigativo e da pressão dos prazos para conclusão dos inquéritos, já sentiu os efeitos do estresse excessivo: “já tive insônia, angústia, comia demais, tique nervoso [...] fico até desanimado para fazer atividades físicas”. Porém, nunca por efeito da violência vivenciada, afiança. Exceto na primeira vez em que matou:

Eu não sei se foi espiritual ou se o cérebro produziu aquela sensação. Eu não sei bem em que acreditar com relação a espiritualidade. Eu não tive culpa, eu não me senti mal por ter matado, foi necessário. Era um criminoso muito violento, homicida, latrocida, que atirou nos policiais, que atirou na guarita do presídio, que não tinha limites [...] Eu não me senti mal por ter matado ele, mas como eu nunca tinha matado alguém, eu mesmo, diretamente, senti a sensação de que eu estava “oco”, vazio, sozinho, parecia que o espírito santo que nos habita deixara o meu corpo. Parecia que eu não estava mais abençoado e que agora morreria, antes eu me sentia sempre abençoado, protegido. Passei três noites seguidas acordando de madrugada e sem conseguir mais dormir. Foi registrada como auto de resistência, uma ocorrência redonda, tudo certinho [...] mas ficou a sensação. (*VICTOR*, 2018, informação verbal).

Com o tempo, o desconforto foi passando. Nas outras ocorrências que sucederam, o entrevistado narra não ter sentido mais nada. Não recorreu ao apoio institucional ou fora da polícia, “avalei como desnecessário”. Acredita que se tornou mais tranquilo e,

⁶⁸ É intrigante constatar que o policial civil usa a mesma expressão dos policiais militares para se referir ao policial valente que sabe conduzir a intervenção que resulta em morte para que a mesma seja considerada legítima, sugerindo uma linguagem *operacional* comum – e um quadro lógico valorativo compartilhado – entre os indivíduos das duas policiais estaduais.

⁶⁹ “[...] ser policial envolve aptidão, na tropa é possível perceber aqueles policiais com quem não se pode contar em caso de tiroteio. A aptidão envolve a capacidade de reagir com ‘agressividade controlada’, que significa fazer o que tem que ser feito, usar as técnicas legais e agressão para conter uma agressão” (*SANDES*, 2013, p. 81).

particularmente, acha-se “mais insensível, mais frio”, e conta que sua esposa também percebe isso. Relata que tem dificuldades para chorar. Contudo, mostrou-se emocionado ao falar do pai e da sua representação de “policial herói”. Na entrevista, lacrimejou.

Já viu policiais feridos por estilhaços de tiros e conhece outros com problemas judiciais em decorrência do serviço operacional. Sabe que existe o apoio institucional quando ocorre a ação letal, mas, explica que não é obrigatório e que nunca tomou conhecimento de alguém que tenha procurado o setor de apoio da PCPA. “O maior apoio é do grupo, dos amigos operacionais, que se fecham para ajudar. Tentam sempre fazer os procedimentos judiciais redondos, o mais correto possível”.

Victor avalia que matar bandido é bem visto no meio policial, simboliza força, “mostra que você é capaz de proteger os outros, que é confiável, que é corajoso, que é capaz de segurar a onda. Um herói! Isso é muito valorizado! Você é a ponta da lança!”.

A capacidade do policial de matar alguém, sua *potência letal*⁷⁰, mitificam⁷¹ a valentia do indivíduo. “O policial passa a ser temido, literalmente. Mas, na verdade, não se mata qualquer um [...] muito distante do miliciano, do grupo de extermínio, somos incapazes de matar uma pessoa de bem, um pai de família”. Porém, não sabe dizer como será quando algo der errado ou quando o não quiser mais o combate: “você é adulado, admirado [...] mas, na verdade, não sei se fazer isso é bom mesmo ou se é burrice”⁷².

Ao rememorem os confrontos armados e contarem suas aventuras, os policiais entrevistados ilustraram situações críticas onde a sobrevivência ou a morte – do policial e do oponente – podem ser determinadas abruptamente. Entretanto,

[...] a decisão do tiro ocorre por um processo racional, mesmo na instantaneidade. O automatismo descrito pelos policiais se fundamenta apenas na execução dos gestos, técnicas e movimentos, mas a decisão é

⁷⁰ Emprega-se o termo *potência* no sentido de “potência de agir” – fazendo alusão ao conceito pensado por Baruch Espinosa (1959) – para assinalar que a fonte das escolhas individuais tem raízes nos “afetos”, posto que a ação humana transita por vias afetivas até alcançar ressonâncias éticas na sociedade. No caso da *potência letal*, entretanto, o agir homicida está distante da ética de Espinosa e mais próximo da noção de poder soberano – de decidir quem pode viver e quem deve morrer numa ordem social necropolítica – proposta por Achille Mbembe (2006).

⁷¹ “Os mitos são prescrições racionalizadas que identificam como técnicos vários propósitos que, em realidade, são sociais, determinando os meios mais adequados para implementá-los. Também são altamente institucionalizados e acabam operando como dogmas para as organizações ao estabelecer a relação entre a dimensão simbólica e a dimensão técnica, gerando conformidade entre seus membros em relação às formas mais adequadas para agir” (FILHO; PEREIRA; SOUSA, 2010 *apud* NUNES, 2018, p.17)

⁷² No geral, o policial que participa corajosamente do confronto e fere ou mata o “bandido” é parabenizado pela comunidade, por seus colegas e comandantes, sendo que os últimos, “ao mesmo tempo recomendaram mais cuidado para a próxima ação, principalmente com relação aos aspectos legais”. Em contrapartida, o confronto que não resulta em ferimento ou morte do oponente, isto é, “a ação sem resultado positivo na visão dos colegas tende a ser motivo de piada ou criticada” (SANDES, 2013, p. 95).

cognitiva. Existe um cálculo de ganhos e perdas, previsões ocorrem no caminho do evento de risco. O acionar do gatilho é um ato muscular comandado por uma lógica racional. (SANDES, 2013, p. 66).

O envolvimento pessoal do delegado *Victor* na caçada ao assassino do amigo se nivela à disposição do sargento *Oscar* ao caminhar resolutivo em direção à dupla suspeita que o espreitava. Em ambas, o desfecho mortal era certo.

A representação social do apetite sanguinário da polícia está plasmada no senso comum, atemorizando e modificando a rotina de vida da população das periferias da metrópole⁷³, conforme já se mostrou nos capítulos iniciais. É a expressão da vivência coletiva de atrocidades praticadas por indivíduos que gostam da violência. Policiais que sentem prazer em matar.

5.1.5 *Pendor sicário*⁷⁴

Dentre todos os relatos de vida colhidos, a entrevista com o soldado *Bravo*⁷⁵ foi a mais surpreendente. Sabia-se do seu envolvimento em MIP e, por esse motivo, foi selecionado. Sua colaboração impressionou.

Homem jovem, casado, com filhos, ensino médio completo, católico praticante que frequenta a igreja duas vezes por semana, o perfil sociodemográfico de *Bravo* se assemelha ao dos demais policiais entrevistados.

Natural de Belém, cresceu na cidade num bairro central e pobre da capital, que ele considera “um local extremamente violento”. Os dados oficiais sobre os índices criminais e a mídia corroboram a sua opinião. Apesar do ambiente de violência do bairro, narra que brincou bastante na rua. Avalia que sua criação familiar junto ao pai, mãe e irmãos foi saudável, carinhosa, porém muito rígida em relação aos valores morais e aos estudos. É o filho mais velho. Seu pai era engenheiro, a mãe costureira. São católicos praticantes,

⁷³ O ímpeto violento e homicida de policiais é cantado em *rap*, como protesto social contra a violência da polícia que aflige a população das periferias pobres das grandes cidades: “Vão invadir o seu barraco, é a polícia!/ Vieram pra arregaçar, cheios de ódio e malícia./ Filhos da puta, comedores de carniça!/ Já deram minha sentença e eu nem tava na treta./ Não são poucos e já vieram muito loucos./ Matar na crocodilagem, não vão perder viagem” (BROWN, M.; ROCK, E. *Homens na estrada*, 1993).

⁷⁴ “De acordo com um estudo americano, em torno de um homem entre cinquenta (e uma mulher entre cem) seria insensível à ideia de matar” (SWANK, R. L.; MARCHAND, W. E. *Combate Neuroses: development of combat exhaustion*. Archives of Neurology & Psychiatry, v. 55, 1946, pp. 236-247 *apud* GOYA, M. *Sob fogo: a morte como hipótese de trabalho*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016, p. 89).

⁷⁵ Combinou-se previamente o sigilo da identidade do entrevistado. O pseudônimo foi escolhido de maneira aleatória, baseada no código fonético internacional. Fatos foram modificados para preservar o anonimato e garantir a confidencialidade de informações dadas em confiança. A entrevista foi realizada em 1º mar. 2018, com duração de 2h 15 min. O entrevistado se manteve muito calmo durante a entrevista, manifestando leve emoção ao falar dos policiais vitimados e visível satisfação ao mencionar as vendetas.

principalmente a mãe; refere-se a ela como a grande responsável pela disciplina, vigilância e controle rigorosos na educação familiar.

Sempre se sentiu muito próximo ao avô materno. Diz que ainda hoje, quando escuta canções militares nas solenidades, lembra-se dele quando as entoava em casa para os netos. Memórias afetivas. Seu avô foi sargento da polícia militar de outro estado e o pequeno *Bravo* cresceu testemunhando a sua valentia. “Meu avô era matador de bandidos”, elogia com respeito. Ainda jovem, por diversas vezes presenciou o progenitor discutir na rua, fazer ameaças, agredir e atirar contra desafetos. Adorava escutar as histórias das suas aventuras no exercício do trabalho policial.

Atlético, gosta de atividades físicas. Praticou futebol e diversas modalidades de luta. “Por ser pequeno e brigar muito na rua, precisei aprender a me defender”, explica. Apesar do avô possuir arma de fogo, não teve contato direto com armas antes de se tornar policial. Sem experiência de violência doméstica, mas com intensa exposição à violência urbana, viu seus amigos de infância se tornarem criminosos ou viciados; relata que quase todos acabaram mortos. Nenhum parente seu sofreu diretamente violência.

Bravo ingressou na PMPA nos anos 2000, para seguir o exemplo do antepassado. Afirma que sonhava ser policial militar. Nutria expectativas de fazer treinamentos operacionais, crescer na carreira e, principalmente, “enfrentar criminosos”.

Sua formação policial inicial foi realizada no CFAP e durou 6 meses. Aprendeu muito sobre *Direito, Doutrina e Disciplina policial militar*. Fez muita *Ordem Unida*. Os instrutores passaram muitos conhecimentos técnicos e a prática operacional “correta”, afiança. Reclama que alguns companheiros da turma já manifestavam comportamento inadequado para a profissão: “violência, desvios de caráter, desonestidade”. Realizou só 8 disparos com arma de fogo (revólver 38) na sua formação inicial.

Com mais de 10 anos de serviço ativo na polícia militar, tem muitos elogios de serviço. Não possui punições. É especializado em policiamento tático na PMPA e trabalhou apenas no BPOT. Ser patrulheiro da ROTAM é sua principal função exercida, sempre tendo como referência os bons comandantes de guarnição.

Considera-se vocacionado e com aptidão para o serviço operacional. Afirma que seu desempenho profissional é reconhecido, entretanto, acredita que poderia ser mais bem aproveitado. Autoavalia que suas aptidões são: honestidade, companheirismo, educação, controle emocional, coragem, energia. Acima de tudo, orgulha-se de ser “confiável”.

Mais uma vez, registra-se o adjetivo muito empregado por *Oscar* e *Victor* (e outros entrevistados), alvitando a possível existência de um *vocabulário operacional* –

e valores sociais mais amplos aos quais faz referência – comum aos policiais paraenses, civis e militares, bem como a presumível influência expressiva dos comandantes de GU ROTAM sobre seus comandados.

O entrevistado garante que nunca sofreu de insônia, angústia, medo, dor ou desânimo decorrentes do trabalho policial. Nunca adoeceu. Sempre recebeu o apoio institucional, principalmente dos companheiros rotanzeiros, oficiais e praças. Destaca que a única emoção que sente é “muita raiva, ao deparar com um criminoso armado”.

Contudo, em seguida, relata se sentir inseguro e ameaçado. Vive em permanentemente alerta, sempre desconfiado nos espaços públicos. Conta que já apontou a arma para guardadores de carro, garis, pregadores evangélicos e tantos outros que dele se aproximaram de modo suspeito. Sua intranquilidade é compartilhada pela mãe e esposa, sempre preocupadas com ele.

Reside atualmente em condomínio fechado. Considera o local onde morou antes, na periferia de Belém, extremamente perigoso “com muitos casos de roubos à mão armada, disparos de arma e homicídios”. De serviço, rondava o antigo bairro e conta que lá fez várias prisões e baleamentos, “por terem ameaçado meus familiares”, justifica. Essas intervenções de cunho particular foram sempre mantidas em segredo pela GU.

Participou de inúmeras ocorrências com risco à sua integridade física, “em quase todos os serviços [de patrulhamento]”. Passou por muitas experiências de confronto armado. Não se queixa, ao contrário, afirma que gosta do serviço operacional. Explica que na ocorrência, sente-se ansioso para “resolver a situação, neutralizando o criminoso”. A última vez que matou faz um ano.

O soldado *Bravo* afirma ter vários *autos de resistência* como protagonista e outros como integrante da GU (coadjuvante). Alega que também faz prisões, mas, se for preciso, prontamente matará. “Bandido bom é bandido morto!”, brada.

Inusitadamente, revela que antes de entrar na PMPA já tinha usado a força letal. Numa certa ocasião, transitava pela cidade quando notou um roubo em andamento. Surpreendeu os assaltantes e, na intervenção, alvejou todos. “Foi pouco antes de me tornar policial [...] entrei na polícia para isso”. Interpreta que seu gosto por violência foi herdado do avô que lhe ensinou desde cedo: “o policial tem que ser honesto e matador de bandido!”.

O relato prossegue com entusiasmo. Diz acreditar que já fez uso da força letal mais de 50 vezes. Alega que foram todas para resguardar amigos muito próximos que se diziam ameaçados. Para proteger os companheiros. Muitos policiais conhecidos seus foram assassinados. Sua racionalidade repete a lógica de outros entrevistados que

justificam o comportamento violento a partir da conduta do criminoso, é ela que determinará a resposta do policial: “se o malandro estiver armado, não precisa nem reagir [...] se matou policial, é olho por olho”⁷⁶.

Por isso, gosta de trabalhar com comandantes que sabem “deixar a ocorrência redonda”, isto é, que sabem alterar a cena do crime, “pois o serviço operacional é muito arriscado e o sujeito pode vacilar [o policial pode se descuidar]”. Ao matar um criminoso, sente-se orgulhoso. “Considero que cumpri com o meu dever”, responde tranquilamente.

Seu relato abertamente colaborativo se torna ainda mais surpreendente, ao explicar que se destacou nas GU ROTAM pela coragem e determinação em usar a força letal, logo nos primeiros serviços operacionais. Desse modo, chamou a atenção de outros dois policiais rotanzeiros corajosos como ele. Admiravam-se reciprocamente pela valentia. Aos poucos, tornaram-se amigos próximos. “Ao menos, eu achava que éramos amigos de verdade”, lamenta.

Conta que foi seduzido pela dupla com a qual passara a ter fortes laços fraternos. Não demorou para que *Bravo* começasse a caçar indivíduos que teriam ameaçado seus amigos do peito. As supostas ameaças se tornaram frequentes e as violentas represálias, consequentes. “Estava tudo bem [...] somente estavam morrendo malas conhecidos no mundo do crime e eu não gosto de bandidos”. Contudo, apesar dos laços de amizade, estranhava as frequentes ofertas de dinheiro e de presentes em gratidão ao apoio prestado. O entrevistado assegura veemente que nunca os aceitou.

Com o tempo, começou a suspeitar que seus dois amigos ganhavam dinheiro com as desconfiadas vendetas e que a verdadeira motivação não dizia respeito a quaisquer

⁷⁶ Uma canção de tropa do BPOT faz menção a um episódio de vingança, a letra conta: “Ô, ô, há, há!/ Boa tarde, boa tarde, boa tarde cidadão!/ Preste atenção e não me julgue, não!/ Aquele vagabundo matou o nosso irmão./ O nosso companheiro, rotanzeiro e vibrador./ Mas, infelizmente, o destino levou./ Dentro do presídio soltaram até pistola./ Mas, preste atenção no que eu vou falar agora./ O sangue do Pedroso, do raio se envolveu./ Se fodeu vagabundo, a morte apareceu./ Os anjos da morte vieram chegando/ com sangue nos olhos e o dedo coçando./ Em cima de motos, vieram para matar./ Preste atenção no que eu vou lhe falar./ Ô, ô, ô, cinco minutos de horror./ Ô, ô, ô, entrada tática rolou./ Ô, ô, ô, o olho dele esbugalhou./ Ô, ô, ô, tiro na cara ele levou Ah, ah, ah, o sangue dele a jorrar/ e a morte começou a gargalhar./ Há, há, há./ Há, há, há, há, há, há, há!/ É, vagabundo, pensou que ia escapar?/ Agora no inferno Pocotó vai cavalgar!”(autor desconhecido, *Anjos da morte*, 2017). O soldado Vitor Cezar de Almeida Pedroso, 28 anos, da ROTAM, foi morto no dia 25 de outubro de 2015. Ele foi baleado na travessa Apinagés, no bairro da Cremação, em Belém. Jaime Tomaz Nogueira Júnior, 30 anos, o “Pocotó”, acusado de ter assassinado o policial, também foi executado com 13 tiros, na noite do dia 26 de outubro, dentro de um hospital particular, no bairro de Fátima, na capital paraense. Três policiais militares e um ex-militar foram presos no dia 19 de maio deste ano (2016), durante uma operação da Polícia Civil que os investigava desde o dia do assassinato de “Pocotó”. Eles são apontados como formadores do grupo de extermínio que resultou na morte do suspeito de matar Vitor Cezar. Diário do Pará, disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-370486-mp-denuncia-6-pms-pelo-casopocoto.html>>. Acesso: 5 nov. 2019.

ameaças feitas, mas sim a ganância por riqueza e poder nos territórios da periferia dominados pelo narcotráfico. “Um dia, a ficha caiu!”.

Afinal, entendeu que a dupla arregimentava “policiais [e civis] que não gostam de vagabundos” para habilidosamente os levar a matar, por força da amizade, determinados indivíduos cujas mortes foram encomendadas à dupla por narcotraficantes. Relata que alguns policiais e civis se deixaram levar, aceitaram os presentes e acabaram se encaixando no esquema de mortes de aluguel e venda de segurança privada da milícia. “Virou uma bola de neve [...] o miliciano faz qualquer coisa por dinheiro”.

Bravo aprendeu que há policiais bandidos. Tão logo percebeu que se tratava de milícia, afastou-se do grupo definitivamente. Sobre os dois rotanzeiros “ex-amigos”, o entrevistado conta que um foi morto em decorrência da sua atividade criminosa a mando de uma quadrilha de traficantes ligada ao Comando Vermelho e que o outro foi preso, acusado de chefiar milícia e grupo de extermínio. Surpreendentemente, são os cabos *Pet* e *Cilinho*⁷⁷ mencionados nos primeiros capítulos deste estudo.

Ao registrar sua narrativa, nota-se claramente que se sente traído. O policial nutre um ódio visceral por bandidos, um rancor ancestral, e não aceita ter “trabalhado para criminosos”, ainda que ludibriado. Afirma que todas as intervenções com mortes não lhe trouxeram quaisquer consequências profissionais, físicas, psíquicas e legais.

Porém, em seguida, contraditoriamente, admite que têm dúvidas e que sente medo. Um temor que não se restringe a questões materiais. Relata que, certa vez, procurou o padre da paróquia que frequenta para indagar sobre qual o respaldo incorpóreo do policial que mata “legitimamente” (deve-se atentar que para ele, é legítimo matar bandido) e quais as decorrentes consequências espirituais perante o juízo divino.

Para conforto do soldado religioso, o padre lhe falou: “a árvore que dá maus frutos deve ser cortada, para que cresça outra saudável em seu lugar [...] e cortar essas árvores ruins era seu desígnio divino”; comenta que, ao menos, foi isso o que entendeu da mensagem do pároco. Como resultado da consulta espiritual que lhe trouxe alívio quanto ao juízo final, *Bravo* passou a se achar “predestinado”.

A prática da fé cristã é considerada essencial para os integrantes do BPOT e distingue o cotidiano da OPM. Rotineiramente, duas vezes ao dia, as guarnições ROTAM

⁷⁷ O Cabo Antônio Marcos da Silva Figueiredo, conhecido como *Cabo Pet*, ex-líder da *Irmãos de Farda*, foi morto em emboscada noite de 4 nov. 2014, no bairro do Guamá, com 20 tiros, por um grupo de traficantes. O cabo reformado da PM Otacílio José Queiroz Gonçalves, conhecido como *Cilinho*, outro líder da milícia, foi condenado pelo homicídio qualificado de um jovem na *Chacina de Belém* e, atualmente, cumpre sua pena de 29 anos de prisão, em liberdade vigiada, segundo informação da SEAP/PA.

se reúnem para orar e pedir proteção divina ao “Senhor dos Exércitos”, antes de saírem em policiamento. Há outras cerimônias religiosas, maiores, animadas pela banda gospel formada por integrantes da própria unidade para louvar a Deus nas datas festivas e nos momentos especiais de congregação dos policiais e seus familiares. Nem por isso os rotanzeiros parecem se esquivar da “possibilidade de privar uma ‘alma desviada’ da salvação” (ALBERNAZ, 2010, p. 536).

De igual maneira a Vilmar, *Juliet*, *Oscar* e *Bravo*, que se declaram muito religiosos, os demais policiais cristãos (católicos e evangélicos) entrevistados, quando questionados sobre o emprego da força letal, fizeram universal referência a trechos bíblicos do antigo testamento – principalmente, passagens do Êxodo⁷⁸ e de Romanos⁷⁹ – para justificarem o uso da espada empunhada em uma das mãos e o crucifixo na outra⁸⁰.

Elizabete Albernaz aclara a transposição da retórica maniqueísta da “batalha espiritual” para o ambiente policial militar, ao analisar alguns paradoxos vivenciados por policiais militares evangélicos – membros ativos de congregações instaladas nos batalhões da PMERJ – na busca por diálogo entre a fé, as prerrogativas da missão e os valores que informam a prática policial dominante. A pesquisadora explica que:

Expostos aos dilemas e ambiguidades da profissão policial – como “seres poderosos, mas não totalmente poderosos”, autorizados a reprimir as formas ilegais de violência e proteger uma determinada ordem social, se preciso com o uso da própria violência –, os policiais evangélicos elaboram justificativas complexas para suas escolhas, buscando afirmar sua validade temporal (frente à “lei dos homens”) e atemporal (frente à “lei de Deus”). Tomadas como “técnicas de neutralização” (Sykes; Matza, 1996), tais justificativas temporais e atemporais, da “lei dos homens” e da “lei de Deus” facultam acesso aos processos de aprendizado subculturais que as informam (a relação com os colegas, o engajamento em determinados tipos de policiamento etc.), bem como aos valores sociais mais amplos a que se referem (o valor da vida humana, concepções de honra, coragem, bem e mal). [...]
Se, junto ao público externo, o policial evangélico luta para desvincular-se da imagem de truculência associada à sua profissão, afirmando-se como cristão, internamente é incitado a demonstrar que pode exercer sua autoridade com energia, afirmando-se como policial militar (ALBERNAZ, 2010, pp. 526-532).

⁷⁸ “Se o ladrão for achado roubando, e for ferido, e morrer, o que feriu não será culpado do sangue.” (Êxodo, 22:2).

⁷⁹ “Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores; por- que não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus. Por isso quem resiste à potestade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação. Por- que os magistrados não são terror para as boas obras, mas para as más. Queres tu, pois, não temer a potestade? Faze o bem, e terás louvor dela. Porque ela é ministro de Deus para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz de balde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador para castigar o que faz o mal.” (Romanos, 13:1-4).

⁸⁰ Cf. ALBERNAZ, 2009, pp. 178-185; 2010, p. 532-533.

O cristão *Bravo* lida bem com a tensão entre suas experiências religiosa e profissional, mesmo quando o exercício da atividade policial implica em tirar vidas. É respeitado entre os rotanzeiros por ser “altamente confiável”, ressalta. Sua potência letal se converteu no seu *capital simbólico*⁸¹. Todavia, comenta que execuções sumárias não são bem vistas na tropa, “porque são vistas como ligadas à milícia”. Afirma não se preocupar com a opinião pública, em geral, mas protesta: “sempre tem alguém para reclamar quando a polícia mata”.

As reclamações da população indignada com as chacinas têm aumentado e os gritos dos familiares das vítimas dos frequentes assassinatos atribuídos à policiais ecoaram alto e chamaram a atenção nacional e internacional para as quadrilhas de “pistoleiros mascarados” que, de acordo com o jornal *The New York Times*, “têm suas fileiras cheias de policiais aposentados e de folga que matam à vontade, geralmente com total impunidade” (*NYTimes*, 2019, n. p., tradução nossa)⁸², na cidade Belém.

Segundo a matéria jornalística, chacinas são cometidas por milícias que “operam nas sombras de uma severa repressão ao crime pelo governo brasileiro, que declarou abertamente guerra às gangues, ladrões e traficantes de drogas que afetam o país”⁸³.

As narrativas mostradas na reportagem corroboram a história narrada por *Bravo*. De igual maneira ao soldado, os milicianos entrevistados pelo jornalista Yan Boechat defendem que suas ações são legítimas: “Vamos atrás de criminosos que ferem pessoas inocentes [...] Eu matei mais de 80 criminosos no meu tempo como policial [...] Eu sou um herói para o meu povo. Eles me amam. [...] Foi a primeira vez que me senti um herói [...] Eu me senti como um instrumento da justiça.”⁸⁴ (*NYTimes*, 2019, n. p., tradução nossa).

⁸¹ Cf. BOURDIEU, 2001, *passim*. O prestígio e a distinção social dos policiais “confiáveis” se convertem em capital político. Nos pleitos eleitorais recentes, no Pará, um oficial rotanzeiro e um delegado, ambos afamados por serem implacáveis contra a criminalidade, foram eleitos como os candidatos mais votados. O policial militar, para deputado estadual, e o policial civil, deputado federal. Há também um sargento ex-rotanzeiro que é vereador municipal em Belém.

⁸² “[...] masked gunmen [...] their ranks are filled with retired and off-duty police officers who kill at will, often with total impunity”, no original. Em 21 dez. 2019, o jornal estadunidense “The New York Times” publicou a longa matéria intitulada “Where the police wear masks, and the bodies pile up fast” (“Onde a polícia usa máscaras e os corpos se acumulam rapidamente”, tradução nossa) falando das chacinas atribuídas a grupos de extermínio e milícias que assolam a cidade de Belém. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/12/20/world/americas/brazil-police-shootings-murder.html>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

⁸³ “The militias operate in the shadows of a severe crackdown on crime by the Brazilian government, which has openly declared war on the gangs, thieves and drug dealers afflicting the nation” (*Idem*).

⁸⁴ “We’re going after criminals who hurt innocent people [...] I’ve killed more than 80 criminals in my time as a police officer [...] I’m a hero to my people. They love me. [...] It was the first time I felt like a hero [...] I felt like an instrument of justice.” Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/12/20/world/americas/brazil-police-shootings-murder.html>>. Acesso: 21 dez. 2019.

Já se explanou que muitos dos policiais com inclinação homicida, que se engajam vigorosamente na luta do bem contra o mal, encontram na parcela da população amedrontada pela criminalidade urbana o apoio e a condescendência que necessitam para sepultar de vez o dilema moral de ter que seguir à lei perante um sistema de administração da justiça criminal que “solta os bandidos que a polícia prende” (*Bravo*, 2019, informação verbal). De justiceiros a milicianos, é um pulo.

Evangélicos ou não, os policiais militares tendem a construir justificativas para reduzir as ambiguidades morais envolvidas na letalidade: a vida é um valor sagrado para a sociedade; tirar a vida de uma pessoa é um ato socialmente reprovável; ao policial é delegado o poder de tirar vidas na defesa da sociedade. Uma estratégia bastante comum de neutralização da culpabilidade, no sentido atribuído por Sykes e Matza (1996), é a caracterização da situação de “vida e morte”. Mesmo quando legal e tecnicamente amparada, a ação policial que resulta em morte – uma das vivências mais extremas da atividade policial – tende a acionar justificações que unifiquem moralmente as ambiguidades desse resultado dramático da atividade coerciva. “Só não pode começar a gostar disso”, alerta o entrevistado, reconhecendo a possibilidade de que as técnicas de neutralização contidas na retórica da situação de “vida e morte” podem ter como efeito a banalização do valor da vida humana. (ALBERNAZ, 2010, p. 533).

Conquanto a história de vida do soldado *Bravo* alvitre que certos policiais valentes e justiceiros não se encaixam na racionalidade econômica mortífera da milícia, fundada no desejo de rápido enriquecimento pessoal, de igual modo, seu relato assinala que a união do útil ao agradável entusiasma outros e, ao que parece, a socialização na milícia faz com que os papéis sociais de policial e de criminoso se misturem, gemando o *policial-bandido* ou o *bandido-policial*, conforme a porção que prevalece em cada indivíduo miliciano.

As narrativas apresentadas na matéria jornalística sugerem a transformação identitária: “Tornou-se explícito para mim [...] Tornou-se crime organizado. [...] Ele era criança, [...] Eu sabia que ele era inocente e sabia que as coisas estavam ficando fora de controle. Mas eu estava tão cheio de raiva que não disse nada [...] A essa altura, eu já era duro [...] Eu não senti nada.”⁸⁵ (*NYTimes*, 2019, n. p., tradução nossa).

⁸⁵ “It became explicit for me [...] It became organized crime. [...] He was a kid, [...] I knew he was innocent and I knew things were getting out of control. But I was so full of anger I didn’t say anything [...] By that point, I was already hard-core,” he said. “I didn’t feel anything.” (BOECHAT, *NYTimes*, 2019, n. p.).

Porém, o mergulho de cabeça nas atrocidades não fica impune para alguns sicários. Cedo ou tarde a violência cobra o seu preço e se volta contra os próprios algozes na forma de brutais assassinatos⁸⁶ ou no lento e corrosivo adoecimento emocional⁸⁷.

5.1.6 *Mirando o abismo*

O trabalho com a violência exige do policial habilidade, sorte e um permanente estado de alerta primordial para que se mantenha vivo nas ruas. “No confronto, [os policiais] precisam sobreviver ao ataque do oponente, ao ataque dos processos administrativos e judiciais e conviver com os traumas psicológicos decorrentes do dia a dia” (SANDES, 2013, p. 113). De tal modo, admite-se que o turbilhão de pressões e emoções próprias do exercício da atividade policial numa sociedade assolada pelo crime violento seja ainda mais aguçado quando envolve a prática recidiva da ação letal, notadamente, da intencionalmente abusiva, mais propensa à reprovação moral e a responsabilização penal.

As situações adversas do confronto armado têm efeitos psíquicos que causam um “stresse tardio” nos policiais, anota Sandes (2013, pp. 84-86). Em sua pesquisa, observa que os efeitos comuns reportados por policiais que passaram por trocas de tiros foram: cansaço, sono, insônia, diarreia, tensão, ansiedade e depressão.

Sobre tais reações possíveis, Lima (2009) cita que, após confrontos armados, podem ocorrer alguns efeitos traumáticos, tais como: recusar acreditar que o evento ocorreu; estado de choque e atordoamento; dificuldade de concentração; dificuldade de se recordar de partes importantes do que aconteceu durante o trauma; sensação permanente de risco; sobressalto e estado de guarda; dificuldade de concentração; preocupação suicida; exposição excessiva a risco; amnésia durante e após o confronto; alterações de percepção sobre o agressor; perda de sustentação das convicções; adrenalina alta mantendo o policial tenso, ansioso, agitado, durante horas ou dias; desligamento emocional; depressão física e mental aflorando emoções originadas no incidente; perda do controle emocional; sensação aumentada do perigo; medo de confrontos futuros; pesadelos; recordações ou pensamentos intrusos sobre o incidente; sentimento de culpa; dificuldades sexuais; reações de estresse; problemas familiares; pensamento e repetição das emoções ocorridas durante o trauma. Quanto às citadas reações, segundo o autor, 1/3 dos policiais apresenta sintomas severos, 1/3 apresenta sintomas moderados e 1/3 deles apresenta pouca ou nenhuma reação. (SANDES, 2013, p. 85).

⁸⁶ As investigações da PCPA apontam que parte dos policiais estaduais mortos com características de execução nos últimos cinco anos (2015-2018) apresentava indícios de envolvimento em atividades criminosas, grupos de extermínio e milícias. Foram vitimados em acertos de contas e disputas de poder.

⁸⁷ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, pp. 383-417; SANDES, 2013, pp. 84-86. “No Brasil, pelo menos 43 PMs são afastados por dia por transtornos psiquiátricos” (G1 Fantástico, 15 set. 2019). Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/09/15/no-brasil-pelo-menos-43-pms-sao-afastados-por-dia-por-transtornos-psiquiatricos.ghtml>>. Acesso: 21 jan. 2020.

O estresse é inerente ao trabalho policial, contudo, em níveis elevados pode levar o indivíduo ao aumento do consumo de álcool, tabaco, comida, à morbidade psicológica, à conflitos maritais e até ao suicídio. Segundo o autor, policiais nos primeiros anos da carreira – em função das cobranças excessivas e do ingresso num campo de risco – apresentam índices mais elevados de estresse, maiores perturbações psicossomáticas e estratégias inadequadas de enfrentamento às situações adversas estressantes: “[...] notamos que os policiais costumam negar a existência de estresse, pois se relaciona com fraqueza no âmbito do grupo de trabalho. Mas, os efeitos são maléficos, causando danos à saúde mental e física do policial” (CARVALHO, 2009 *apud* SANDES, 2013, p. 86)

Outros autores preferem utilizar o conceito de “*job burnout*” para definir a reação prolongada ao estresse interpessoal crônico em serviço (MASLACH, 1981, 1982, 1998 *apud* HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 384).

Na ação policial, em que a despersonalização frequentemente é exigida pelo treinamento e nos ambientes de trabalho dos policiais, pode-se esperar que uma certa despersonalização seja um componente normal da personalidade funcional do policial. Entretanto, graus mais pronunciados de despersonalização podem ser evidentes entre os policiais mais afetados por *burnout*. [...] De fato, em estudo de uma amostra normal de policiais norte-americanos e suas famílias, Malasch e Jackson (1979; Jackson e Malasch, 1982) descobriram que os policiais com taxas mais elevadas de exaustão emocional acusavam angústia muito grande e outros sintomas de esgotamento emocional. [...] Outras pesquisas sobre o trabalho policial demonstraram que os policiais, em geral, correm risco maior de distúrbios psicológicos, circulatórios e digestivos, bem como de divórcio e suicídio (Guralnick, 1963; Friedman, 1967; Kelling e Pate, 1975; Kroes, 1976; Paton e Violanti, 1996; Stevens, 1999). (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 385).

De acordo com as pesquisas citadas, os policiais mais afetados por *burnout* “são principalmente os envolvidos [...] em unidades especiais em guerra violenta contra o crime e o tráfico de drogas” (STEVENS, 1999 *apud* HUGGINS, HARITOS-FATOUROS E ZIMBARDO, 2006, p. 386). Os pesquisadores acreditam que os policiais com *burnout* elevado podem utilizar a despersonalização⁸⁸ das vítimas como uma defesa psicológica contra o risco à sua integridade psíquica proveniente de admitir a violência praticada contra outro ser humano⁸⁹. Nesse sentido, a despersonalização serve para descomprometer

⁸⁸ Supressão de todo e qualquer caráter pessoal envolvido na ação, ocasionando a sensação progressiva de achatamento ou distanciamento social e psicológico, chegando até à falta de sensibilidade ou ao cinismo (Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 411).

⁸⁹ A explicação parece dar conta do modo como o delegado *Victor* trata os criminosos violentos: “bichos”.

moralmente os policiais altamente estressados das possíveis consequências da conduta abusiva. Contudo, ao mesmo tempo, esse processo tende a levá-los ao isolamento social, o que é parte do *burnout*⁹⁰.

Não foram localizadas pesquisas específicas sobre o impacto da prática da ação letal na saúde física e mental do policial militar paraense. Para ter a mínima noção do quadro, decidiu-se fazer o rápido levantamento sobre o estresse crônico e o *burnout* na PMPA, junto ao Centro Integrado de Psicologia e Assistência Social – CIPAS. As informações colhidas mostram que no ano de 2018 foram realizados 1.681 atendimentos psicossociais na organização; os números de 2019 são muito próximos aos do ano anterior. Os indivíduos que procuraram o setor buscaram ajuda em cinco categorias de problemas:

- enfermidade do próprio policial ou de familiares: necessidade de tratamento especializado, drogadição, alcoolismo, óbito;
- problemas laborais: envolvimento em ação letal; conflito de relacionamento interpessoal na tropa; incompatibilidade com o comando da OPM;
- questões habitacionais: insegurança no local onde reside, ameaça criminal recebida, atentados sofridos;
- crises familiares: desagregação familiar, traição, violência doméstica;
- ideação suicida⁹¹.

No ano de 2018, 40 policiais militares que buscaram o CIPAS foram encaminhados para atendimento psiquiátrico especializado, por apresentarem sinais de presumíveis psicopatologias. Foram afastados preventivamente da atividade de policiamento 27 indivíduos e outros 4 policiais tiveram o porte de arma de fogo suspenso.

Em complemento aos dados sobre o estresse, foram colhidas informações sobre o número de policiais militares (da ativa e da reserva) falecidos no período de 2009 a 2019, junto ao EMG/PMPA⁹². No período analisado, faleceram 837 indivíduos e a média do tempo de vida computada foi de 53 anos (a expectativa de vida da população paraense é de 73 anos). O levantamento apontou as principais causas da mortalidade: homicídio (45% dos casos) e latrocínio (24%), seguidos de acidente de trânsito, doenças cardiovasculares e pneumonia.

Nos dois levantamentos exploratórios – do atendimento psicossocial e da mortalidade na PMPA – não foi possível identificar e isolar o que concerne aos indivíduos

⁹⁰ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 412.

⁹¹ Na PMPA, em 2018, 4 policiais militares cometeram suicídio enquanto apenas 1 foi morto em serviço; os policiais se matam mais que morrem em confrontos no policiamento (cf. 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019).

⁹² Os números foram contabilizados a partir de relatórios confidenciais do Centro de Inteligência da PMPA, do Instituto de Gestão de Previdenciário e do Centro de Inativos e Pensionista da PMPA.

envolvidos com a prática da ação letal. Mesmo assim, conserva-se a suposição de que o peso da atividade policial averiguado como esgotante para muitos policiais, seja ainda maior para aqueles indivíduos inteiramente dedicados às atrocidades e isolados pela necessidade vital do segredo absoluto que a opção de vida lhes impõe.

As idas ao campo e os muitos contatos efetuados na busca das informações sobre o adoecimento laboral dos policiais militares paraenses, relacionado à experiência peculiar de matar outro ser humano, acabaram por revelar uma história de vida crua, infausta. A biografia que faltava.

A tragédia pessoal do ex-policial militar *Lima*⁹³ faz lembrar um trecho do texto “*A dócil*”, de Fiódor Dostoiévski⁹⁴, que bem lhe serve de prólogo:

Dizem que aqueles que estão nas alturas como que são atraídos por si mesmos para baixo, para o abismo. Creio que muitos suicídios e homicídios só foram levados a cabo porque o revólver já estava na mão. Aqui também há um abismo, aqui também há um declive de quarenta e cinco graus, do qual é impossível não escorregar, e algo incita irresistivelmente a puxar o gatilho. (DOSTOIÉVSKI, 2003, p. 56).

Respeitado entre os companheiros rotanzeiros pelas notórias demonstrações de valentia, suas ações letais recorrentes culminaram (em tese⁹⁵) no episódio dantesco que ficou conhecido como a “Chacina de Santa Izabel do Pará”⁹⁶. Segundo o “Relatório da situação dos casos de chacinas e extermínios de jovens negros no Estado do Pará” (2017), da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PA:

Na madrugada de 27 de agosto de 2011, por volta das 04h, no bairro Novo Horizonte em Santa Isabel do Pará, 7 homens sendo 2 policiais militares, invadiram a residência onde estavam as vítimas, as torturaram, fizeram-nas deitar-se no chão da sala e executaram sumariamente Ana Maria Moraes

⁹³ Decidiu-se o sigilo da identidade do entrevistado. O pseudônimo foi escolhido de maneira aleatória, baseada no código fonético internacional. Fatos foram modificados para preservar o anonimato. Entrevista realizada no Hospital Geral Penitenciário, no dia 3 jan. 2020, com duração de 1 hora. O entrevistado se emocionou bastante; chorou várias vezes.

⁹⁴ A quem Luís de Gusmão reconhece como um literato de gênio, como uma “psicologia pré-científica, ou coisa que o valha”, cujas análises constituem “[...] um saber acerca das motivações, sentimentos e paixões dos seres humanos, cujo valor cognitivo se coloca acima da dúvida sensata. [...] Flaubert, Dostoiévski e Tchekhov, para continuarmos com nossos exemplos, mergulharam, certamente, muito mais fundo em nossos corações e mentes que o homem comum” (GUSMÃO, 2012, p. 38-39).

⁹⁵ Utilizar-se-á *em tese* para assinalar que a participação e responsabilidade legal do ex-policial militar ainda estão sendo julgadas, no processo criminal em curso na 2ª Vara Penal de Santa Izabel/TJE-PA.

⁹⁶ “Seis mortos em chacina na cidade de Santa Izabel” (DOL/Notícias/Polícia, 27 ago. 2011; atualizado 29 abr. 2019). Disponível em: <<https://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-163927-seis-mortos-em-chacina-na-cidade-de-santa-izabel.html>>. Acesso: 21 jan. 2020. “Morre a sétima vítima de chacina no Pará” (iG/Último segundo, 29 ago. 2011). Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/pa/morre-setima-vitima-de-chacina-no-para/n1597184604594.html>>. Acesso: 21 jan. 2020.

Sobral, Leonardo Serrão da Costa, Francisco Aurismar Moraes Sobral, Antonio Aldemir Moraes Sobral, Hemerson de Moraes Santana, Jaqueline de Moraes Santana e Nildene Cristina Evangelista Barros, foram poupados os donos da residência Antonio Xavier Sobral e Raimunda Moraes Sobral e cinco crianças (netos do casal e filhos das vítimas). Todas as vítimas eram parentes do casal, incluindo marido da sobrinha Jaqueline e uma nora, esposa de seu filho, Francisco Aurismar. A motivação do crime foi a morte de Manoel das Graças Pereira de Andrade, conhecido por Manoelzinho, braço direito do Policial Militar [...] líder de milícia que comanda o bairro do Aurá em Ananindeua e que presta serviço de execução de pessoas para traficantes da área. A rivalidade no bairro fez com que “Manoelzinho” fosse morto pelo traficante conhecido como Brocado, parente das vítimas, também era parente das vítimas e parente de Brocado, Antonio Clebson Figueiredo de Moraes, vulgo Queroba, irmão da dona da casa invadida, Raimunda Moraes Sobral. Assim, todas as mortes têm a vingança perpetrada contra parentes de traficantes e milicianos rivais, vítimas inocentes da ausência do Estado. (OAB-PA, 2017, n. p.).

Preso provisório desde 2011, sob custódia da SEAP, e recentemente excluído das fileiras da PMPA⁹⁷, o ex-rotanzeiro *Lima* espera por seu julgamento no Hospital Geral Penitenciário – HGP/SEAP, sob cuidados psiquiátricos. Ao que tudo indica, seu envolvimento na prática de ações letais lhe acarretou custos pessoais e prováveis consequências psicológicas disfuncionais significativas⁹⁸.

Convidado a narrar sua história de vida, consentiu em falar abertamente. Todavia, por questões óbvias, optou-se por resguardar sua identidade e não abordar detalhes do caso que está em processamento judicial⁹⁹. O entrevistado espera o resultado do incidente de insanidade mental instaurado para decidir sobre sua saúde mental e para verificar se, à época dos fatos, ele era ou não inimputável¹⁰⁰; conforme enfatizou várias vezes ao longo da entrevista, trata-se da “batalha final” que tanto o apavora.

No momento da entrevista, estava consciente e orientado, segundo atestou o psicólogo diretor do HGP, que acompanhou o encontro. Restou muito evidente ao longo da conversa, que suas memórias estavam sendo desconstruídas e reconstruídas a partir de novos sentidos e sentimentos fortemente associados à situação crítica em que ora se encontra.

Seus circulares rememorações referentes à importância por ele atribuída ao papel de provedor da família (condição que perdeu com sua expulsão das fileiras da

⁹⁷ O soldado *Lima* foi licenciado a bem da disciplina da PMPA, de acordo com a portaria publicada em Boletim Geral, no mês de OUT 2019.

⁹⁸ “A violência volta-se contra si mesma”, cf. anotam Huggins, Haritos-fatouros e Zimbardo (2006, p. 413).

⁹⁹ Preferiu-se não mostrar o número do processo em curso na 2ª Vara Penal de Santa Izabel/TJE-PA.

¹⁰⁰ Instaurado em 26 fev. 2019, cf. o previsto nos artigos 149 a 154 do Código de Processo Penal (CPP).

PMPA), à psicopatologia da mãe (aludindo a uma provável desventura genética) e ao desejo (que nele persevera) de completar a carreira policial são exemplos das matizes de aspectos bem atuais da sua existência¹⁰¹.

Nem por isso sua história de vida se mostra menos rica e esclarecedora. Nos ditos e não ditos na entrevista, elementos importantes para compreensão e explicação da ação letal foram pinçados entre “segredos, falsidades, confusões, deslocamentos, culpa e violência” (GAULEJAC, 2006, p. 25).

Lima se enquadra no perfil sociodemográfico comum da amostra. Sua criação familiar foi afetuosa numa família tradicional, católica que frequentava a missa, tendo o pai como provedor e a mãe dona de casa. Cresceu em bairros pobres da metrópole assolados pela criminalidade urbana, admirando a valentia dos heróis dos filmes de ficção e do pai, em situações concretas. Foi significativamente exposto à violência criminal.

Conta que foi assaltado e agredido várias vezes antes de se tornar policial, mostrando as cicatrizes no corpo. Passou a infância e a juventude sem lidar com armas de fogo. Somente veio ter contato no exército, por ocasião do serviço militar. Diz que sempre sonhou ser militar sob forte influência do pai, que também serviu às FFAA.

Entrou na PMPA no início dos anos 2000, com 24 anos de idade. Sua formação inicial segue o padrão observado nos relatos anteriores. Por conta da condição de aluno policial e da inexperiência à época, sofreu uma tentativa de homicídio na qual foi baleado no braço por criminosos do bairro. “Os traficantes não queriam um policial por perto”.

Passou por poucos batalhões de área antes de chegar voluntariamente ao BPOT, onde trabalhou até ser preso. É especializado em *policimento tático* na própria OPM e realizou o *estágio de operações especiais* no Batalhão de Infantaria da Aeronáutica – BINFA. Possui vários elogios pelo trabalho operacional e não tem punição disciplinar.

O entrevistado menciona que sempre considerou sua formação policial inicial no CFAP “a realização de um sonho” mas, ao revisitá-la, constata que lhe faltou de maneira especial “o apoio psicológico [...] porque lidar com a liberdade, com a vida, achando que está num filme, com aquela ideia de heroísmo, ela pode trazer uma falsa impressão de poder e uma sensação de que pode tudo pra fazer o bem [...] até fazer uma coisa errada”. É evidente que fala de si.

¹⁰¹ É perceptível que *Lima* se preocupa com a subsistência das filhas, depois que perdeu a condição de provedor da família. A repetida referência aos problemas psicológicos da mãe já falecida e ao seu “desejo de cumprir os 30 anos da carreira” são claros reflexos do seu intento de reverter o licenciamento da PMPA.

Ao que parece, *Lima* se refere tanto ao condicionamento emocional quanto ao esclarecimento dos desdobramentos práticos e das consequências da ação policial que lhe faltaram. Como exemplo, comenta que lhe foi ensinado na formação inicial lições de *Direito na atividade policial*, sobre o que “era correto fazer [...] mas ninguém ensinou a parte psicológica e a parte prática do que acontece se você errar [...] apenas foi apresentado como se fosse algo corriqueiro”, que não está sujeito a falhas e desvios.

Em sua pesquisa de doutorado, Sandes ilumina com exatidão o problema relatado:

Para mediar a relação entre a teoria e a prática no ensino, entendemos que o treinamento deve simular todo o ciclo de atendimento de uma ocorrência, do início ao desfecho fatal. Além disso, deve prosseguir com os efeitos decorrentes após o tiro, como as medidas de socorro, os relatórios e inclusive os desdobramentos positivos e negativos da ação enquanto erro ou acerto e os seus diversos impactos legais e psicológicos, entre todas as partes envolvidas. (SANDES, 2013, p. 111).

Ao longo dos três anos em que patrulhou nas guarnições ROTAM, o entrevistado calcula ter participado de cinco ou seis intervenções policiais que resultaram na morte de suspeitos. Em duas, foi o protagonista dos autos de resistência. Nas demais, acompanhou a guarnição como coadjuvante.

Assevera que o impacto da sua primeira ocorrência fatal fez com que ele não dormisse à noite: “por mais que o agressor tivesse atirado na polícia, mesmo assim, era uma vida [...] isso pesou muito para mim”. Na segunda vez, o mal estar voltou a se repetir: “não dormia direito... a insônia era porque minha família sempre me falou sobre o inferno [...] falavam muito que quem matasse alguém iria para o inferno [...] isso incomodava minha mente”.

Porém, as congratulações e o elevado respeito demonstrados por companheiros rotanzeiros, após as intervenções letais, logo fizeram com que se sentisse bem: “era o sentimento de dever cumprido [...] as mortes me deram prestígio [...] era tratado como herói”. Mas, “no fundo, sentia que as mortes me marcariam para sempre”. De igual maneira aos demais entrevistados da amostra principal, *Lima* afirma que as mortes em intervenções policiais são vistas como triviais na PMPA. “A corporação é embrutecida, essas mortes são corriqueiras”. Menciona que realizou os procedimentos de praxe referentes à MIP sem sofrer consequências administrativas ou legais.

Contudo, fora da caserna, em razão da grande exposição do BPOT em programas de televisão sensacionalistas, muitas pessoas do bairro onde morava demonstraram admiração e respeito por sua valentia. Porém, outras passaram a odiá-lo como inimigo:

“a bandidagem onde eu moro começou a me caçar”, ressalta. Em resposta, sem se dar conta, progressivamente, foi se tornando cada vez mais policial em sua própria casa. “Era policial 24 horas, minha família sentiu isso [...] a profissão foi tirando a minha capacidade de me colocar no lugar do outro, sem eu perceber [...] só consegui perceber depois de preso, quando comecei a sofrer”. Arrepende-se de ter tratado mal sua família e, principalmente, lamenta ter sido deixado pela esposa.

Olhando para trás e resignificando sua história, envolto num doloroso “sentimento de perda [...] de tempo [...] de tudo”, compreende a disfunção: “quando você se envolve numa ação que acaba em morte e acha isso normal [...] isso é um problema”.

Avalia que depois de encerrada a intervenção, obrigatoriamente, a organização PMPA deveria encaminhar todos os policiais envolvidos na ação letal para o setor de apoio psicológico¹⁰², mesmo que tenha sido em legítima defesa. “Para [o policial] entender que isso [matar] não é normal, porque tirar uma vida não é normal [...] é um ser humano que come, bebe, chora, que foi criança um dia [...] a instituição devia ver isso como uma questão muito grave e cuidar do policial”. Lamenta-se que não tenha recebido a devida atenção no momento certo, “nunca tive cuidados psicológicos antes [...] somente depois [de preso]”. O entrevistado passou a receber tratamento psiquiátrico na SEAP.

O laudo que embasou a recente instauração do incidente de insanidade mental de *Lima* lista as principais queixas por ele apontadas: “alteração do sono”; “ansiedade”; “alteração de conduta”; “dificuldade de concentração”; “pensamentos invasivos”; “alucinações auditivas e visuais”; “crises depressivas”; “irritabilidade”; “agressividade”; “agitação psicomotora”; “ideias de conteúdo persecutório”; “ideias de menos-valia”. Segundo o psiquiatra que o examinou, são sintomas e sinais que preenchem os critérios para o diagnóstico de um transtorno psicótico grave classificado como *psicose não orgânica* (CID-10: F29), com vários anos de evolução.

¹⁰² O encaminhamento compulsivo está regulado no artigo 3º, inciso III, da Instrução Normativa nº 001/2013 – CorGeral (ver Anexo Z), publicada no Boletim Geral nº 027, de 7 fev. 2013, que determina ao comandante da OPM: “afastar temporariamente do serviço operacional, para avaliação psicológica e redução do estresse, os agentes de segurança pública envolvidos diretamente em ocorrências com resultado letal”. Todavia, a chefia do setor comentou que por limitação material, faz-se inviável o cumprimento da norma. Policiais envolvidos em ocorrências com morte são atendidos esporadicamente e não há acompanhamento nem registro sistêmicos dos atendimentos. Como teste, buscou-se levantar junto ao setor os dados gerais sobre os atendimentos do sargento *Oscar*, recorrente em MIP, e se verificou que as observações sobre sua conduta homicida recidiva não estão institucionalizadas. Sobrecarregados com várias demandas, todas urgentes, os profissionais de assistência social e psicologia da PMPA se revezam atendendo os policiais e seus familiares em casos de enfermidade, óbito, drogadição, alcoolismo, problemas habitacionais, crises familiares, ideação suicida, suicídios etc.; de acordo com o que se observou, a letalidade policial é somente mais um problema e, de longe, não está entre os mais importantes.

Antes que se coloque em questão a possibilidade e a conveniência de certas desconstruções e reconstruções frente às questões legais ora enfrentadas, um aspecto da história de vida de *Lima* deve ser logo revelado. Os primeiros sinais do seu adoecimento se deram bem antes do cometimento da atrocidade em que está suspostamente envolvido e do conseqüente processo criminal. Ou seja, muito antes do brutal acontecimento que resultou na sua prisão, ele se achava em sofrimento psíquico.

Segundo o médico psiquiatra que o examinou, o adoecimento do entrevistado teve início em 2009 (um ano após ter sido lotado no BPOT e dois anos antes da chacina), quando ele começou a ser ameaçado de morte por traficantes residentes próximo da sua casa, em conseqüência da sua condição policial. Diante das intimidações, passou a ficar preocupado com a segurança da família quando se encontrava de serviço. Sempre que possível, rondava o bairro. Com o temor das ameaças, sobrevieram a insônia e os pensamentos de perseguição, que evoluíram para um estado de alerta permanente.

Narra que chegou a ficar noites seguidas acordado em casa, de sentinela, com medo dos bandidos matarem a sua família. Aos poucos, foi se tornando progressivamente desequilibrado, com mau humor, alucinações auditivas e visuais, delírios de perseguição, medo de perder o controle. “Chorava escondido, porque era policial e não podia mostrar fraqueza a ninguém”¹⁰³. Em virtude do seu estado mental alterado, sua mulher alertou para que procurasse ajuda profissional.

Nos primeiros dias de agosto de 2010, um ano antes da chacina da qual está sendo acusado, já em sofrimento avançado, resolveu participar ao comando do BPOT o seu tormento. Por meio de um documento escrito e assinado (uma *parte especial* protocolada em 10 ago. 2010), solicitou providências ao comandante da unidade no sentido de viabilizar a retirada da sua família do local onde moravam e proteção para ele próprio e seus familiares contra os traficantes da área. Além disso, em particular, pediu tratamento especializado para o seu estado de saúde mental alterado. *Lima* pediu socorro.

Transcorreram 9 meses até que o comandante do BPOT compreendesse a gravidade concreta do quadro, quando enfim notou o comportamento anormal do ainda rotanzeiro, no serviço. A parte especial foi finalmente encaminhada ao CIPAS/PMPA e o atendimento agendado para às 8 horas do dia 25 mai. 2011. Porém, não ocorreu.

O entrevistado nunca chegou a receber atendimento de médicos psiquiatras, psicólogos ou assistentes sociais na PMPA. Passados três meses da quarta-feira em que

¹⁰³ Também chorou na entrevista ao mencionar sua fragilidade.

deixou de ser atendido no CIPAS, foi preso em casa por uma equipe da polícia civil, em 5 set. 2011, sob a acusação de participação em sete homicídios com características de execução, na bárbara chacina de Santa Izabel do Pará.

Essa história é lastimável pelas vítimas assassinadas e pela expiação dos seus familiares. Mas, de igual maneira, é trágica para o suposto algoz, por seu adoecimento físico e psíquico, ao que parece, relacionado ao trabalho de violência policial.

Lima, que sempre foi um rotanzeiro vocacionado, mergulhou de cabeça na guerra das ruas e na prática da violência. Ele, que se percebia “onipotente, valente e admirado”¹⁰⁴, agora afunda em “psicose persistente”, “depressão prolongada”, “delírios de morte”, “alucinações que ainda se mostram presentes e parecem ser de caráter irreversível”, “ansiedade”, “desespero” e “estado confusional”¹⁰⁵. Padece da ideação suicida¹⁰⁶.

Sente-se esquecido e abandonado, assustado, sofrendo ante à amarga espera e às incertezas do julgamento decisivo que se aproxima. Já que sua biografia teve um prólogo, como uma luva também lhe cabe um epílogo que, em versos, sintetiza o drama pessoal do ex-policial militar.

É um semiDeus...
que de tão semi,
tornou-se nada.

É um homem
no campo de batalha
pedindo pra guerra
não acabar.

E os olhos que sangram?
De tão vermelhos, sangram
o choro, a insônia, o ar.
E o teu desespero?

De repente não se sabe
o que é verdadeiro,
o que é metade,
o que é inteiro...

De repente,
não dá mais pra saber
em quem confiar,
não dá mais pra confiar.

(ABREU, 2012)¹⁰⁷

¹⁰⁴ Conforme relatou na entrevista, nesses termos.

¹⁰⁵ De acordo com o exato teor dos laudos psiquiátricos dos atendimentos aos quais foi submetido.

¹⁰⁶ No livro de ocorrências do HGP, consta o registro da tentativa de suicídio do interno *Lima* em 26 jul. 2019.

¹⁰⁷ Trecho do poema *Com sangue nos olhos*, de Fernanda Abreu, postado em 26 mai. 2012. Disponível na íntegra em: <<http://toptopahh.blogspot.com/2012/05/com-sangue-nos-olhos.html>>. Acesso: 2 jan. 2020.

Lima concordou prontamente em ser entrevistado. Na verdade, fez questão. Segundo ele, para que seu drama sirva de advertência aos policiais mais empolgados, que gostam de aventura, aos consumidos por um narcisismo exacerbado, aos anestesiados pela prática recorrente da violência abusiva e aos que ambicionam distinção social a qualquer preço. “Se alcançar ao menos um policial, terá valido a pena”, finalizou.

Em geral, os policiais mal sabem que o preço da violência é alto. Não lhes é mostrado que ao afundarem em enfermidades psíquicas e físicas, policiais e ex-policiais arrastam consigo suas relações familiares e amizades antigas¹⁰⁸. Muito se perde. Em casos mais drásticos, conforme se desvelou, perde-se tudo¹⁰⁹.

As experiências de matar dos policiais militares *Vilmar, Juan, Juliet, Romeo, Oscar, Bravo e Lima*, e do policial civil *Victor*, conquanto biografias singulares, guardam um traço comum que os interliga: são todas histórias de vida de indivíduos que acreditam (ou que acreditaram) na eterna luta do bem contra o mal. Policiais *valentes* que se mostraram dispostos a arriscar suas vidas em defesa de valores considerados nobres na PMPA e na PCPA, e por boa parte da sociedade brasileira.

Entretanto, sabe-se que a linha que separa os dois lados dessa oposição maniqueísta é muito tênue. A filosofia moral há tempos adverte que quanto mais o indivíduo se proclama do bem, mais próximo está da maldade¹¹⁰. Em outras palavras, quanto mais o policial se considera defensor da virtude, maior sua vaidade¹¹¹ e, provavelmente, maior a prática de improbidades para alimentá-la.

Os traços de narcisismo exacerbado e de outros aspectos da personalidade humana (em tese, subclínicos¹¹²) notados nas histórias de vida dos policiais *Juliet, Romeo, Oscar, Victor e Bravo*, permitem que se cogite sobre o que os psicólogos chamam na literatura clínica de “*dark triad*”¹¹³.

¹⁰⁸ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 448.

¹⁰⁹ A taxa de suicídios é elevada entre os policiais. “Mais policiais vítimas de suicídio do que assassinados no horário de trabalho 104 suicídios”, cf. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, *infográfico*.

¹¹⁰ Cf. PONDÉ, L. *Quem se acha do bem, é na verdade do mal*. Youtube. 10 out. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QrodY0NYwfl&list=PLSK0a3DRqYDP5pwwFnVsRGFPu5n0P1QO&index=23&t=100s>>. Acesso: 7 jan. 2020.

¹¹¹ Cf. PASCAL, 2005, p. 60.

¹¹² Considerações sobre o quadro clínico de *Lima* estão, portanto, fora desta ponderação.

¹¹³ “Triade obscura” (tradução nossa): composta pelo *maquiavelismo, narcisismo e psicopatia*. Segundo os psicólogos que atuam no campo do sistema de administração da justiça criminal, as pessoas com uma pontuação alta nessas características têm maior probabilidade de cometer crimes, causar sofrimento social e criar problemas graves para uma organização, especialmente se estiverem em posições de liderança. O *maquiavelismo* pesquisado por psicólogos organizacionais concerne aos traços de personalidade daqueles indivíduos que se comportam de maneira fria e duplicada, com o propósito de buscar ou manter o poder, por meio de condutas manipulativas no local de trabalho. Indivíduos com alto grau de maquiavelismo podem estar mais dispostos a enganar e a serem mais habilidosos em mentir (cf. LUSTOSA; ROAZZI;

Por sua vez, o olhar sociológico sobre os elementos do subjetivismo contemporâneo observados nessas histórias remete à clássica obra de Christopher Lash sobre a “Cultura do Narcisismo” (1983). Parafraseando o notabilizado historiador, há nos aspectos verificados uma lógica de defesa narcísica, de autopreservação e de sobrevivência psíquica que está radicada não meramente nas condições objetivas da *guerra das ruas* (representação social comum do contexto criminal urbano enfrentado por policiais), nas elevadas taxas de crimes violentos intencionais e no caos que assola as periferias da Grande Belém, mas na experiência subjetiva de vazio, isolamento e medo¹¹⁴ que a condição policial¹¹⁵ lhes impõe. “Uma sociedade hostil tende a produzir homens e mulheres que são basicamente anti-sociais” (LASCH, 1983, p. 77).

Os muitos relatos de vida assinalados por truculências validam os dados das pesquisas mostradas no capítulo anterior, que apontaram a necessidade de se analisar melhor a prática policial que se representa e se legitima como *confronto armado*¹¹⁶.

Indubitavelmente, o trabalho da polícia requer do indivíduo a capacidade de lidar com a violência física¹¹⁷ e o confronto armado é, de todas, a situação extrema.

CAMINO, 2004, pp. 48-62). Por sua vez, as subcategorias do inventário de personalidade narcísica são: autoridade; autossuficiência; superioridade; exibicionismo; exploração; vaidade; intitulação (cf. LIMA; AVELINO; CUNHA, 2017, pp. 58-76). O psicólogo Robert Hare observa que alguns dos principais aspectos emocionais identificados nos psicopatas são: eloquência e superficialidade; egocentrismo; ausência de remorso ou culpa; falta de empatia; manipulação; impulsividade, fraco controle do comportamento e necessidade de excitação, dentre outros. Contudo, esclarece que a sociopatia é uma síndrome, isto é, um conjunto de sintomas relacionados com certo grau de intensidade; pessoas que não são psicopatas podem apresentar alguns desses sintomas e em diferentes graus (cf. HARE, 2013, p. 49).

¹¹⁴ O sentimento de medo que universalmente assola os policiais paraenses, apontado no survey, foi igualmente verificado em todos os relatos de vida colhidos.

¹¹⁵ “Há uma condição policial no mesmo sentido em que há uma condição operária, isto é, de um destino social imposto, que seu detentor não escolheu, e que se impõe do exterior. A condição policial não está ligada a uma situação de trabalho, mas à simples dimensão do trabalho que é a ferramenta utilizada. Ela não é um elemento da cultura profissional como é compreendido por Skolnick, isto é, uma apropriação, ela é imposição, não funda uma identidade como cabe a profissão, mas uma diferença, e daí uma solidariedade. Em suma, a condição policial está enraizada na dimensão institucional – instrumental – da polícia, em sua propriedade de força pública” (MONJARDET, 2003, p. 194).

¹¹⁶ A reflexões sobre a *violência urbana* de Luiz Antônio Machado da Silva são perfeitamente aplicáveis a representação social do *confronto armado policial*: “Trata-se, portanto, de uma construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constroem o sentido e orientam suas ações. Desta perspectiva, possui um significado instrumental e cognitivo, na medida em que representa, de maneira percebida como objetivamente adequada a determinadas situações, regularidades de fato relacionadas aos interesses dos agentes nestes contextos. Mas, como toda representação, [...] é mais do que uma simples descrição neutra. No mesmo movimento em que identifica relações de fato, aponta aos agentes modelos mais ou menos obrigatórios de conduta, contendo, portanto, uma dimensão prática normativa institucionalizada que deve ser considerada.” (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 58)

¹¹⁷ Sobre a expectativa do recurso real à força física no cotidiano do policiamento, Egon Bittner já notara que: “Há, naturalmente, uma enorme diferença entre o policial que sabe que pode ter que agir de maneira coercitiva, caso tudo falhe, e o policial que é impulsivamente violento; mas ambos sabem que uma pessoa que não pode se imaginar usando a força de vez em quando é melhor não procurar emprego na polícia” (BITTNER, 2003, p. 20).

No caos da troca de tiros, compreende-se que o indivíduo está sob a complexa influência de fatores biológicos, psicológicos e sociais¹¹⁸. De igual modo, comumente, subentende-se que tanto os policiais no enfrentamento à criminalidade urbana violenta quanto os soldados dos exércitos em guerra estão igualmente sujeitos a tais efeitos.

Contudo, não se pode olvidar que a dinâmica do enfrentamento bélico numa guerra declarada é significativamente diferente do confronto policial numa sociedade democrática¹¹⁹. No campo de batalha, um soldado alvejará o combatente inimigo tão logo o visualize alinhado às miras e dentro do alcance da sua arma; por certo, sua decisão de abrir fogo não dependerá e tampouco aguardará que seu inimigo o engaje com o fuzil ameaçadoramente, posto que o soldado antagonista já representa a ameaça mais que suficiente. Os tratados internacionais da guerra lhe permitem atacar mortalmente¹²⁰.

O policial, por sua vez, ainda que a dimensão do seu trabalho por si só implique na possibilidade de a todo instante e sem aviso prévio ser agredido por alguém¹²¹, supostamente, não tem inimigos declarados e não usará a força letal contra seus concidadãos sem que antes – ou sob o risco iminente – se projete contra ele ou contra outrem a agressão proporcionalmente mortífera. Sua (re)ação letal está condicionada ao direito legal da defesa legítima previsto no ordenamento jurídico¹²² da sociedade a que ele se prontificou a servir e proteger.

Por outro lado, contrariando em parte o imaginário popular, o confronto armado policial raramente se assemelha ao duelo de cowboys dos filmes de faroeste. Não corresponde ao cinematográfico enfrentamento equilibrado entre oponentes armados, em que o mais habilidoso sobrevive e o vencido morre instantaneamente. No mundo real, situações parecidas com os duelos mortais dos filmes são raras e acontecem, em geral, quando o policial de folga é surpreendido por assaltantes e decide reagir, a exemplo do

¹¹⁸ Cf. SANDES, 2013, p. 77-78.

¹¹⁹ A “política de abate de criminosos” autorizada pelo atual governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (Partido Social Cristão – PSC), que passou a orientar às ações das forças de segurança pública estaduais, coloca em xeque essa distinção fundamental, resultado no aumento recorde do uso da força letal pela polícia no estado, no ano de 2019. Cresceu 19% em relação ao ano anterior, o ápice da série histórica dos últimos 16 anos de registros da mortes. (CERIONI, *Exame*, 20 out. 2019). Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/mortes-pela-policia-do-rj-crescem-127-em-4-anos-como-frear-a-escalada/>> . Acesso: 9 jan. 2020.

¹²⁰ Os militares das FFAA se diferem dos policiais por “terem escolhido a arte da guerra e nela se instruem, seu inimigo é designado exército adversário, é um outro si mesmo com o qual vai ser preciso rivalizar, modelo dos jogadores de xadrez, que, como se sabe, é um jogo de estratégia. A comparação com os policiais vale apenas para os exércitos de ocupação às voltas com uma guerrilha ou guerrilheiros; para os próprios militares, são guerras sujas” (MONJARDET, 2003, p. 195-197).

¹²¹ Cf. MONJARDET, 2003, p. 195.

¹²² Contudo, em oposição ao texto legal, “no senso policial, a visualização no ambiente da arma do oponente em situação ameaçadora é o suficiente para iniciar o disparo policial” (SANDES, 2013, p. 56).

que fizeram Juan e Vilmar, ou no policiamento ostensivo quando a guarnição policial é surpreendida pela ação do suspeito abordado – “que em percebível desvantagem atira para fugir”¹²³ – e de pronto revida, conforme narrou a soldado *Juliet*.

A maioria dos confrontos policiais consiste, de fato, no embate entre desiguais – em geral, com supremacia numérica, técnica e tecnológica das forças policiais¹²⁴ – onde a morte do oponente resulta de atos sucessivos. Racionalizados. Premeditados.

Logo, é cabível supor que trocas de tiros podem dissimular execuções sumárias praticadas por policiais, resultados da ação objetivada no disparo da sua arma de fogo do contra a vítima já dominada com o subjetivismo inequívoco de matá-la, como sugerem os segredos parcialmente revelados por *Juliet*, *Romeo*, *Victor* e *Bravo*, ou ainda da simples (não)ação, isto é, da falta de prestação do socorro emergencial aos suspeitos gravemente feridos que os rotanzeiros insinuaram.

As preciosas histórias de vida dos policiais paraenses mostradas neste tópico foram elegidas por consubstanciarem aspectos relevantes que ilustram padrões de regularidade da conduta letal. Estão reunidas num opulento *corpus* biográfico cuja descrição compreensiva foi sendo oferecida ao leitor pouco a pouco, com o propósito de realçar os aspectos principais de cada padrão por meio da natural comparação com elementos do relato anterior e do subsequente, possibilitando com isso a construção gradativa e orientada de um conhecimento organizado sobre o fenômeno.

No próximo capítulo, o último, será apresentada a *tipologia* criada para explicar os diferentes tipos de ação social dos policiais que lhes carregam a peculiar experiência de matar outro ser humano. Também serão descritos possíveis *determinantes da ação homicida* dos policiais, elucubrados a partir das dimensões testadas na pesquisa quantitativa e dos novos fatores notados no exame das histórias de vida. Pretende-se, nesse derradeiro esforço, dar o fechamento adequado ao empreendimento intelectual de compreensão e explicação da ação letal dos policiais paraenses.

¹²³ “[...] algumas cenas demonstraram que os suspeitos atiram mais no sentido de buscar a fuga do que um enfrentamento direto com policiais” (SANDES, 2013, p. 55). Não se trata, obviamente, da situação em que o suspeito intenta contra a vida do policial com explícita disposição homicida, a exemplo dos homicídios e latrocínios que vitimam policiais.

¹²⁴ As gravuras analisadas por Sandes ilustram que o uso da força pelo policial não é uma ação solitária. Nos confrontos armados, em regra, os policiais militares agem apoiados por outro companheiro e, por vezes, contam com muitos outros. Correntemente, encontram-se em superioridade numérica, na proporção mínima de dois policiais para cada oponente. A superioridade é ainda maior nos casos referentes à ação das unidades táticas e de operações especiais, que atuam em grupos de intervenção compostos por um ou mais times táticos de vários policiais, balisticamente protegidos e fortemente armados (*ibid.*, p. 44-55).

CAPÍTULO 6

EXPLICANDO A AÇÃO LETAL POLICIAL

“Il ne sert à rien de lire les grands processus sociaux si on est incapable de comprendre la vie des gens, les manières dont ils luttent, vivent et éprouvent le monde.

[...] Demain, Il faudra apprendre à faire une autre sociologie des sociétés, à l'échelle des individus.”¹

(Martuccelli; Singly).

Neste capítulo, apresentar-se-á a *tipologia da ação letal policial*, criada para explicar os diferentes tipos de conduta homicida dos policiais paraenses, e os possíveis *determinantes da ação letal policial*, elucubrados a partir dos novos fatores notados nas histórias de vida dos policiais paraenses descritas compreensivamente no tópico anterior.

Optou-se por tomar a *ação letal policial* como o objeto para efeito da análise. Na abordagem que se propõe, essa ação pode ser entendida como a *prática social*² do indivíduo policial que lhe carrega a insólita experiência de matar outro ser humano. Enquanto prática social concreta, é constatada empiricamente.

Em princípio, a *ação letal* e o *uso da força letal* podem parecer idênticos e, de fato, em muito se assemelham. Esmiuçando o conceito de uso da força letal, chega-se ao *uso da força que pode matar*. Na atividade policial, em regra, essa força aniquiladora é gerada com o disparo da arma de fogo. Logo, de maneira simples, o conceito de uso da força letal define o *ato do policial de disparar sua arma de fogo contra alguém*. Esse é o entendimento que prevalece entre os policiais e na literatura especializada. Nota-se que o cerne do conceito³, de maneira implícita, está no verbo *disparar* (ou *atirar*).

¹ “De nada serve decifrar os grandes processos sociais se somos incapazes de compreender a vida das pessoas, as maneiras como lutam, vivem e experimentam o mundo. [...] No futuro, teremos que aprender a fazer uma outra sociologia das sociedades, na escala dos indivíduos.” (tradução nossa).

² Na acepção de Harold Garfinkel, isto é, enquanto uma ação orientada por conhecimentos práticos e pelas experiências subjetivas do agente, em seu contexto social de interação cotidiana no mundo concreto (Cf. RAWLS, 2018, *passim*). “Segundo Garfinkel (1967, p. 1, tradução nossa), práticas são entendidas, no contexto da abordagem etnometodológica, como consistindo em ‘[...] realizações contingentes, contínuas e infinitas’ que são conduzidas com o suporte de organizações ou de indivíduos – com conhecimentos internalizados, reconhecimento de conduta reflexiva e senso comum – em específico e que acontecem como eventos na mesma disposição ordinária que elas organizam. Essas atividades práticas revelam as regras e o modus operandi dos indivíduos envolvidos nas interações sociais contextualizadas, levando, dessa forma, a uma lógica circular para o entendimento da relação entre essas práticas e as propriedades estruturais que estas congregam” (COULON, 1995; GIDDENS, 2003 *apud* OLIVEIRA; MONTENEGRO, 2012, p. 135).

³ Cf. DELEUZE; GATTARI, 1994, pp. 25-47.

Contudo, ao se referirem ao uso da força letal, policiais entrevistados sonegam algo que, por vezes, escapa ao olhar atento de pesquisadores⁴: há diversos usos para a força letal na atividade policial. Ou seja, policiais nem sempre disparam a arma de fogo contra alguém com a real intenção de matar. A história de vida de *Romeo* deixa isso bem evidente. Em sua primeira atuação operacional, o então jovem tenente fez uso da força letal encenando um fidedigno ato que nunca se configurou uma ação letal verdadeira.

Os relatos recolhidos em campo informam que policiais fazem frequentes disparos com suas armas de fogo contra pessoas apenas para encenar⁵ dramaticamente que são corajosos, no intuito de convencer os companheiros policiais, os criminosos antagonistas, os populares curiosos e, por vezes, a si próprios de que são autênticos valentes. Num ambiente profissional intensamente assinalado pela virilidade e onde a valentia tem elevado valor social, ao que tudo indica, saber-se covarde é um segredo inconfessável que alguns buscam duramente não revelar nem a si mesmos.

A questão passa a ser, então, qual o uso que se dá ao disparo da arma de fogo: intimidar, impressionar, encorajar a si próprio ou aniquilar alguém. Matar é só uma das possibilidades e todos os demais usos comprometem a análise. É bem provável que muitas das informações levantadas nos instrumentos de pesquisa sobre o uso da força letal junto aos policiais, na verdade, dizem respeito às práticas distantes do objeto pesquisado.

Com igual prudência, Robert Reiner faz sua ressalva quanto à pesquisa de atitudes dos policiais. O autor enfatiza que: “muitos estudos de observação do trabalho da polícia mostraram que os policiais regularmente falham em pôr em prática as atitudes que expressaram na cantina ou em entrevistas [...]” (REINER, 2004, p. 131). A história de vida do subtenente Juan exemplifica a anotação do célebre sociólogo, ao mostrar a discrepância entre a atitude em relação ao uso da força e o comportamento manifesto.

Ponderando sobre tais questões, acabou-se por eleger como objeto da análise a *ação letal policial*. O olhar sociológico é concentrado no comportamento homicida do policial. Assim, os primeiros socorros não prestados, a asfixia mecânica com saco plástico⁶ ou o estrangulamento que mata no interior da viatura policial⁷ se enquadram na observação.

⁴ Por outro lado, deve-se considerar que, em geral, será impróprio e ineficaz ao pesquisador indagar questões comprometedoras, sobre intenções e experiências homicidas reais, à policiais desconhecidos. Logo, o emprego do conceito *uso da força letal* acaba sendo o mais apropriado à pesquisa sobre o tema.

⁵ Não há intenção homicida. Sobre a recusa em matar e as encenações performáticas dissimulatórias dos soldados combatentes, ler: GROSSMAN, 2007, pp. 61-85.

⁶ Encenada no filme “Tropa de Elite” (2007), reproduzindo a suposta prática comum dos caveiras cariocas.

⁷ “[...] em 12 de junho de 2000 foi sequestrado um ônibus no Rio de Janeiro [linha 174], o que acabaria por ter muitas consequências. Um ex-menino de rua, Sandro do Nascimento, sobrevivente do massacre da Candelária acontecido sete anos antes, fugindo de uma perseguição policial em Laranjeiras, se apossou de um

É óbvio que atirar com a arma de fogo também será objeto de análise, mas, unicamente quando o policial dispara contra o opositor, causando nele um ferimento potencialmente mortal (ainda que não culmine em óbito). Nesse caso específico, tem-se a equivalência entre o conceito de *uso da força letal* e a *ação letal* empírica.

Decerto que há limites e imprecisões na abordagem proposta da *ação letal policial*. Dificilmente o observador saberá identificar se um disparo efetuado na direção de alguém que não atingiu o alvo foi simulação ou não. Mesmo o tiro que atinge a vítima em área não letal pode ser efetuado com a destreza necessária para obter tão somente esse resultado, longe, portanto, de qualquer intenção fatal. Ainda assim, considera-se que há ganhos operacionais e de concretude ao lidar com a variável empírica em comparação a utilização de *violência policial* ou *uso da força*⁸, por exemplo.

6.1 TIPOLOGIA DA AÇÃO LETAL POLICIAL

A *tipologia da ação letal policial* proposta está centrada na prática social, ou seja, na compreensão do ator social (*o sujeito policial*) e da ação social (*a conduta humana de matar outro ser humano, orientada por conhecimentos práticos e pelas experiências subjetivas do agente*). Por meio dessa tipificação, elucubra-se sobre os conteúdos de sentido que organizam as ações que carregam experiências homicidas, conteúdos esses que se supõe que sejam desiguais entre os policiais que matam e aqueles que não o fazem.

Três aspectos foram elencados como parâmetros para a definição do modelo típico-ideal explicativo da ação letal policial, são eles: (1) os processos mentais que orientam e dão sentido à ação; (2) a adesão do subjetivismo da ação objetivada ao contexto normativo regulado pelo Estado; e (3) a publicização da ação.

De acordo com o que se verificou nos relatos de vida colhidos, a ação letal acontece essencialmente em dois níveis de consciência: um é subliminar⁹ e o outro,

ônibus. Armado, se recusava a se entregar, ameaçando os passageiros. Numa desastrosa operação, segundo a mídia, coordenada por telefone pelo próprio governador, um policial tentou baleiar o delinquente e acabou matando a refém. Dominado, o sequestrador foi levado por uma Patama da PM e, dentro do carro, segundo denúncia, foi estrangulado por um policial (que acabou absolvido)” (BANDEIRA, 2019, s. n.).

⁸ Que, via de regra, são deslocados do estatuto de *objeto* para o de *conceito* e, em consequência, acabam incorrendo em circularidade (confusão entre objeto e conceito) e reducionismo (homogeneização) no fundamento da análise (cf. MACHADO DA SILVA, 2004, p. 60).

⁹ Isto é, o uso da força letal acontece abaixo do nível de consciência. Sobre isso, “Carl Jung escreveu: Há certos eventos que não percebemos de modo consciente; eles permanecem, por assim dizer, abaixo do limite da consciência. Eles aconteceram, mas foram absorvidos de maneira subliminar” (MLODINOW, 2014, p. 9)

racional. O relato de vida de *Charlie* exemplifica o primeiro nível, ao ilustrar uma *ação letal involuntária* (tipo 1). Os demais relatos explanam exemplos da *ação letal intencional* (tipo 2), com significativas diferenças entre si.

As ações letais intencionadas se classificam quanto à concordância da motivação da ação com a ordem jurídica em dois tipos puros: *ação letal intencionalmente lícita* (tipo 2.1) e *ação letal intencionalmente abusiva* (tipo 2.2). A primeira ação propositada – ainda que na maioria das vezes, instantânea e conduzida por reflexo – é refreada e se atém aos limites da lei, conforme se verifica no relato do subtenente Juan. O segundo tipo denota o cometimento de ilegalidades que podem ocorrer em atos contíguos (imediatos e quase imperceptíveis no calor do confronto¹⁰) ou afastadas (por exemplo, na detenção e posterior execução da vítima levada a um local ermo e distante de onde ocorreu a inicial troca de tiros); a valer, a refrega prévia sequer é imprescindível à ação letal abusiva, conforme se averiguou nas histórias dos policiais militares *Juliet*, *Romeo*, *Oscar* e *Bravo*.

A *ação letal intencionalmente abusiva* (tipo 2.2), por sua vez, divide-se em três subtipos quanto à exposição pública do assassinio. São eles: a *ação letal intencionalmente abusiva ocultada* (tipo 2.2.1), que compreende tanto os homicídios cometidos em serviço, a exemplo da história de *Juliet*, quanto na folga, como no primeiro episódio de uso da força letal relatado por *Bravo*, tudo guardado em profundo segredo; a *ação letal intencionalmente abusiva dissimulada em legítima* (tipo 2.2.2), que abarca as MIP narradas por *Oscar*, *Victor* e *Bravo*; e a *ação letal intencionalmente abusiva ostensiva* (tipo 2.2.3), assinalada nas vendetas relatadas por *Bravo* e nas chacinas atribuídas à grupos de extermínio e milícias, mostradas na matéria jornalística.

Deve-se admitir que a ideia por trás de alguns tipos puros não é, no todo, inusitada. Outros pesquisadores já propuseram conceituações típicos-ideais que muito têm contribuído para explicar o fenômeno da letalidade policial, a exemplo da tipologia do uso da força letal apresentada na pesquisa “Letalidade policial no Rio de Janeiro: fatores de influência individual e medidas de controle institucional” (CANO; PINC; ROJUDO; COELHO, 2016, *passim*) e de outras tipificações baseadas em estereótipos policiais que podem ser encontradas em SANDES (2013, p. 36-37), em MUIR, 1977; REINER, 1978; BRODERICK, 1973; WALSH, 1977; SHEARING, 1981a; BROWN, 1981 *apud* REINER, 2004, p. 154-156, e em NUNES (2018, *passim*).

¹⁰ “[...] os relatos demonstram que os policiais se preocupam mais com a busca de um abrigo para depois reagir ao ataque armado” (SANDES, 2013, p. 94).

Almejando contribuir para a melhor compreensão da letalidade policial, criou-se a *tipologia da ação letal policial*, com a cautela de não deixar dissolver o objeto da investigação sociológica por meio de deslocamentos do cerne da reflexão sobre o objeto inicial, que se prontificou a conhecer e explicar, para qualquer fator interveniente a ele correlacionado. Vejamos:

- *Ação letal policial*: consiste na prática social do indivíduo policial que causa a morte de alguém (ou que foi forte o bastante para ser fatal). Sobre a complexidade da ação letal, Wilquerson Sandes esclarece:

[...] o policial recebe uma arma de fogo e uma capacitação com baixo conteúdo prático e significativo. Ocorre insegurança no momento de decidir entre manter a arma na cintura ou sacá-la, e, ao sacá-la, se vai apertar o gatilho ou não – em instantes, os destinos dos envolvidos são lançados ao acaso. O policial toma decisões de vida e morte em frações de segundo, o resultado positivo torna-se mais uma ocorrência de rotina, já o erro pode ser irreparável e condenado com a perda da vida ou liberdade para ambos os lados. (SANDES, 2013, p. 14-15).

- Tipo 1 – *Ação letal policial involuntária*: compreende toda conduta do policial praticada inconscientemente ou orientada para outro fim, que causa a morte da vítima despropositadamente. Resulta de ato falho ou da negligência, imprudência e/ou imperícia do agente, que tanto pode ser neófito e inexperiente no manuseio e no emprego adequados do armamento quanto especializado e experimentado, porém incauto. Em geral, traz consequências negativas para o policial homicida, principalmente no seio da organização policial.
- Tipo 2 – *Ação letal policial intencional*: é praticada pelo agente com o propósito inequívoco de neutralizar alguém, com a possibilidade de lhe causar a morte. A essência do *tipo-ideal* pode ser notada no jargão policial, “eu apenas aperto o gatilho, faço o furo [...] o resto é com Deus”, repetido nos relatos colhidos.
- Tipo 2.1 – *Ação letal policial intencionalmente lícita*: está condicionada ao impulso visceral de sobrevivência¹¹ ou do profundo sentimento do dever do policial. Em sua tipologia, Ignacio Cano, Tânia Pinc, Emiliano Rojido e Terine Coelho (2016, p. 27) identificam um perfil análogo que é “resultante da combinação de suficiente preparo profissional, e suficiente obediência às

¹¹ “[...] a decisão do tiro ocorre por um processo racional, mesmo na instantaneidade. O automatismo descrito pelos policiais se fundamenta apenas na execução dos gestos, técnicas e movimentos, mas a decisão é cognitiva. Existe um cálculo de ganhos e perdas, previsões ocorrem no caminho do evento de risco. O acionar do gatilho é um ato muscular comandando por uma lógica racional” (SANDES, 2013, p. 66).

regras”. Segundo os pesquisadores: “A experiência de análise dos casos demonstrou que era relativamente infrequente encontrar profissionais com elevado preparo e elevada obediência diante de situação de risco”. Chegou-se a idêntica conclusão neste estudo e, além disso, que, principalmente, será o temperamento do indivíduo que determinará se ele fugirá ou lutará.

- Tipo 2 – *Ação letal policial intencionalmente abusiva*: é a objetivação do subjetivismo nefando do indivíduo em total inobservância das normativas, protocolos e leis. Mecanismos organizacionais de controle da atividade policial são maliciosamente burlados. O policial age “plenamente convencido de que deve aproveitar todas as oportunidades para matar criminosos. A tendência é a de que tenha experiências anteriores” (CANO; PINC; ROJIDO; COELHO, 2016, p. 28). Todavia, o comportamento abusivo pode ser igualmente constatado na primeira ação letal do policial neófito, em especial, quando a ação assinalar o rito de passagem na admissão ao grupo de matadores, a exemplo da *provação de sangue* relatada por *Juliet*. Os valores grupais, a *benção do comandante*¹² e a moralidade condescendente são determinantes da conduta homicida, conforme se mostrará adiante. Logo, a ação é praticada por policiais especializados e bisonhos.
- Tipo 2.2.1 – *Ação letal intencionalmente abusiva ocultada*: possivelmente, a conduta mais rara, em razão da necessidade de preservação do sigilo absoluto a respeito da execução sumária num mundo cada vez mais conectado e vigiado. Nos dias de hoje, há sempre a câmera de um telefone celular na espreita. Em geral, as guarnições policiais em serviço que se envolvem em ações desse tipo acabam identificadas por testemunhas e incriminadas judicialmente. Por outro lado, quando praticada arditamente na folga, via-de-regra, é recebida no bojo das execuções sumárias atribuídas às facções de traficantes de drogas restando impune; todavia, pode acabar tardiamente revelada por alguma investigação policial especial e acarretar sanções legais.
- Tipo 2.2.2 – *Ação letal intencionalmente abusiva dissimulada de legítima*: na análise criteriosa da troca de tiros realizada por Wilquerson Sandes, o natural procedimento do policial de primeiro buscar proteção para somente após efetuar os disparos contra o oponente “parece indicar uma pista do quando

¹² Cf. SANDES, 2013, p. 103.

atirar” (SANDES, 2013, p. 94); sob outro prisma, supõe-se que o comportamento assinala também o *porque atirar*, isto é, revela a real motivação do agente. Em tese, estando o policial já abrigado, ou seja, em total segurança após a abordagem inicial do suspeito armado (tendo acontecido a troca de tiros ou não), ele poderá decidir por fazer a contenção do suspeito no local, o isolamento da área e iniciar a negociação para que ocorra a rendição pacífica. Na maioria das vezes, são esses os procedimentos observados universalmente por policiais quando se deparam com a situação que envolve refém. Todavia, inexistindo o escudo humano, é a opção pela ação letal que tende a ser priorizada. Os criminosos conhecem bem a lógica mortífera da polícia e, por tal razão, buscam desesperadamente fazer reféns quando o roubo armado é interrompido pela chegada inesperada do policiamento. Em suma, neste tipo puro de ação, o policial não atira em defesa (de si próprio ou de outrem), mas sim para aniquilar o oponente, ainda que nos relatórios de letalidade se apresente um enredo esteado nos excludentes de ilicitude. Tem-se a morte da vítima, mas não o *crime de homicídio* (ilícito penal). Ao se enquadrar formalmente nas normativas, protocolos operacionais e leis que regulam o uso da força, a ação escapa dos mecanismos organizacionais de controle da atividade policial. Ao que tudo indica, é bem provável que a maioria dos confrontos armados registrados na região metropolitana de Belém se trate, de fato, desse tipo de ação.

- Tipo 2.2.3 – *Ação letal policial intencionalmente abusiva ostensiva*: abrange o assassinio espetaculoso de pessoas indefesas perpetrado por policiais de modo clandestino, no patrulhamento ordinário em guarnições policiais ou na folga do serviço, agindo em grupos de extermínio ou milícias. A visibilidade pública da chacina tem por lógica espalhar o medo, numa nítida demonstração simbólica de poder e da certeza da impunidade. A ação atroz ao mesmo tempo em que se nutre da passividade do poder público, alimenta na população o sentimento de temor e a crença na condescendência de autoridades estatais e setores da sociedade com as mortes brutais.

Os sete tipos puros criados estão reunidos na Tabela 28, que ilustra a conceituação típico-ideal explicativa da ação letal policial.

Tabela 28 – Tipologia da ação letal policial.

Tipo 1 – Ação letal policial involuntária
Tipo 2 – Ação letal policial intencional
Tipo 2.1 – Ação letal policial intencionalmente lícita
Tipo 2.2 – Ação letal policial intencionalmente abusiva
Tipo 2.2.1 – Ação letal policial intencionalmente abusiva ocultada
Tipo 2.2.2 – Ação letal policial intencionalmente abusiva dissimulada de legítima
Tipo 2.2.3 – Ação letal policial intencionalmente abusiva ostensiva

Fonte: Elaboração do autor.

6.2 DETERMINANTES DA AÇÃO LETAL POLICIAL

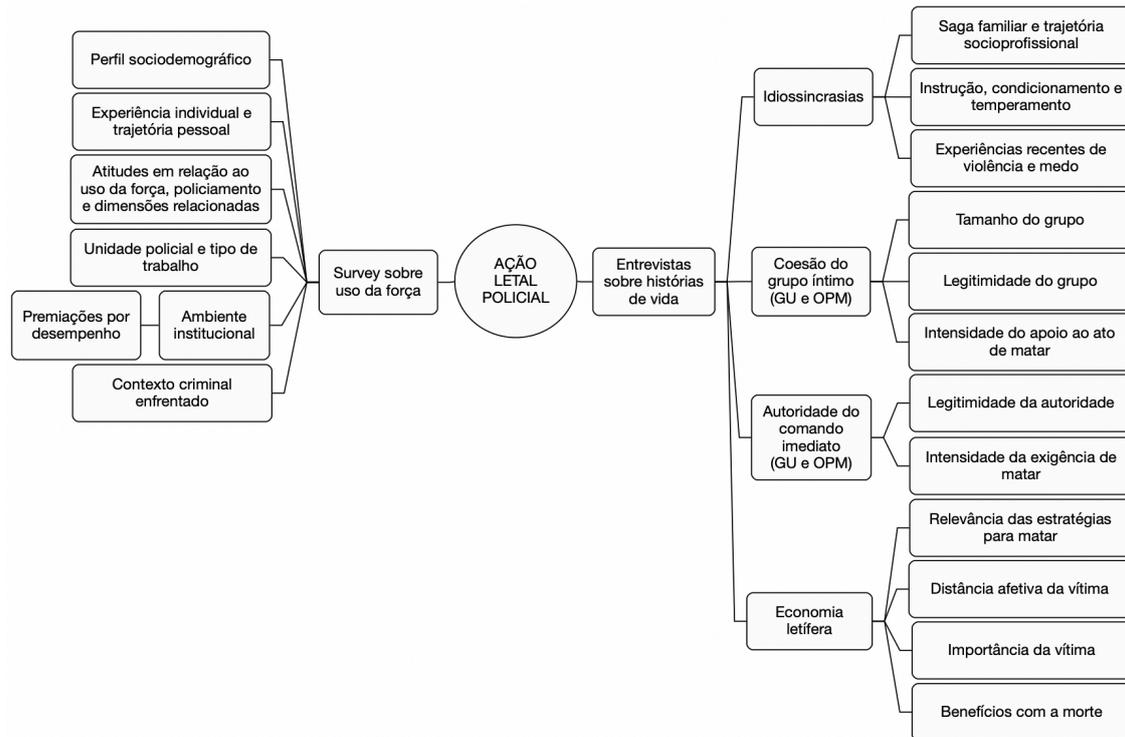
Na pesquisa quantitativa explanada no capítulo anterior, dimensões clássica de relevância teórica foram testadas como possíveis *determinantes do uso da força letal*. Sintetizam as contribuições das ciências sociais e de campos interdisciplinares reunidas na revisão da literatura sobre o uso da força policial apresentada neste estudo. As seis dimensões elencadas para o survey foram: *perfil sociodemográfico; experiência individual e trajetória pessoal; atitudes em relação ao uso da força, policiamento e dimensões relacionadas; unidade policial e tipo de trabalho; ambiente institucional; e contexto criminal enfrentado*.

Desta vez, para o exame de possíveis causas da *ação letal policial*, decidiu-se verificar a associação das condutas homicidas descritas no *corpus* de histórias de vida à outras dimensões, elucubradas a partir de fatores pensados por Dave Grossman (2007) na análise do “*ato de matar*” dos soldados americanos. As quatro dimensões elencadas são:

- *Idiossincrasias*: saga familiar e trajetória socioprofissional; instrução, condicionamento e treinamento; experiências recentes de violência e medo.
- *Coesão do grupo íntimo (GU e OPM)*: tamanho do grupo; legitimidade do grupo; intensidade do apoio grupal ao ato de matar.
- *Autoridade do comando imediato (Cmt GU e Cmt OPM)*: legitimidade da autoridade; intensidade da exigência de matar.
- *Economia letífera*: relevância das estratégias para matar; distância afetiva da vítima; importância da vítima; benefícios com a morte.

Na Ilustração 30, pode-se comparar os determinantes do uso da força testados na pesquisa quantitativa com os fatores considerados na análise da ação letal notados nas histórias de vida dos policiais paraenses. Percebe-se que eles se aproximam em muitos pontos.

Ilustração 30 – Fatores determinantes analisados: survey e histórias de vida.



Fonte: MAGALONI; CANO, 2016; GROSMANN, 2007. Elaboração do autor.

6.2.1 *Idiossincrasias*

A possível influência das características comportamentais peculiares de cada indivíduo foi cogitada no exame de aspectos da socialização dos policiais entrevistados.

Segundo Peter Berger e Thomas Luckmann (2014), a infância é uma importante fase do desenvolvimento do indivíduo, período em que sua estrutura emocional é organizada e o indivíduo será encorajado gradativamente a tomar parte na sociedade por meio do “processo ontogenético da socialização primária”, em que lhe serão transmitidas por “outros significativos” às regras de conduta institucionalmente adequadas. Os impulsos serão dotados de especialização e direção no curso do desenvolvimento do indivíduo, num dado ambiente natural e em ordens cultural e social específicas.

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. [...] É imediatamente evidente que a socialização primária tem em geral para o indivíduo o valor mais importante e que a estrutura básica de toda socialização secundária deve assemelhar-se à da socialização primária. [...] Não é necessário acrescentar que a socialização primária implica mais do que o aprendizado puramente cognoscitivo. Ocorre em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção [...] (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 169-170).

Ao longo da ontogênese social do eu¹³, “quadros de referência abstratos e culturalmente inconscientes, responsáveis últimos pelos significados culturais que subjazem à formação do sentido e à orientação da ação” (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 64) serão assimilados pelo indivíduo.

Segundo Edson Rondon Filho: “Os agentes de segurança pública, mesmo que submetidos à socialização específica propiciada pelas organizações policiais de forma secundária, conservam em si disposições incorporadas o longo de sua vida que podem ser acionadas conforme o contexto” (RONDON FILHO, 2013, p. 84). De maneira análoga, Wilquerson Sandes anota: “A conduta policial no momento de risco carrega toda sua socialização ao longo da carreira humana e dos seus diversos papéis sociais ligados ao ‘eu’, ao ‘nós’ e aos ‘outros’ [...]” (SANDES, 2013, p. 113). Notemos, então, alguns elementos do processo.

Saga familiar: na análise do *corpus* de relatos de vida da amostra completa dos policiais paraenses, verifica-se que a maioria dos policiais com experiência de matar, isto é, que praticaram ação letal, provém de famílias tradicionais (pai e mãe unidos por matrimônio ou união de fato, com um ou mais filhos), tendo o pai como provedor e a mãe dona de casa. Majoritariamente, esses policiais cresceram num ambiente familiar acolhedor, sem exposição à violência doméstica e rígido quanto aos valores morais e ao estudo, morando em bairros pobres da RMB. Quando crianças e jovens, uns brigaram mais que outros na rua e nos jogos de bola, mas nada apontado como grave; outros sonharam ser heróis como nos filmes de ação e de guerra ou nas histórias em quadrinhos. Hoje em dia, a quase totalidade reproduz o modelo familiar e a condição socioeconômica dos pais.

Cerca de um terço da amostra foi exposto à violência criminal pessoalmente ou teve parentes e amigos próximos expostos, na fase em que o policial era criança ou adolescente. Os casos de maior exposição à violência e privação afetiva foram o delegado *Victor* e o soldado *Bravo*, ambos com manifesto prazer ancestral pela violência. No delegado, a ferocidade é herança familiar do pai e dos tios que cultuavam a brutalidade. Quanto ao soldado, o gosto pela violência e o ódio aos bandidos foram herdados do avô materno, recordado por ele como um policial militar matador. Os dois policiais paraenses, um civil e o outro militar, são de igual maneira recidivos na ação letal intencionalmente abusiva dissimulada de legítima; o rotanzeiro também se sobressai com ações letais intencionalmente abusivas ostensivas.

¹³ Cf. MEAD, G., 1934 *apud* BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 69.

Os dois casos alvitraram a associação clássica entre a exposição à violência na infância ou na adolescência e a prática de atrocidades. Por outro lado, na amostra completa, há casos como do sargento *Oscar* – do mesmo modo acirrado na prática da ação letal intencionalmente abusiva dissimulada de legítima, porém sem exposição à violência na infância e juventude – que complicam a análise e relativizam o enunciado anterior.

Trajatória socioprofissional: a amostra pode ser separada em dois grupos de policiais em relação à experiência militar prévia. Um grupo é formado por quem serviu às forças armadas e entrou na PMPA com o propósito de dar continuidade às vivências militares e/ou para satisfazer aspirações guerreiras, a exemplo de *Romeo*. Noutro, estão aqueles sem experiência militar prévia que buscaram a PMPA tão-somente como oportunidade de emprego estável. Em ambos os grupos, boa parte desconhecia o ofício policial militar. Há indivíduos que se destacam no cometimento da ação letal intencional nos dois grupos. A maioria dos entrevistados passou por poucas unidades policiais militares (até duas) antes de chegar ao BPOT, todos de modo voluntário.

Instrução, condicionamento e treinamento: universalmente, os policiais militares receberam uma formação inicial considerada boa, porém, com pouquíssimo treinamento prático de tiro. O ensino teórico dos procedimentos operacionais foi pautado num currículo acadêmico adaptado ao contexto democrático e à observância dos direitos humanos. Em contradição, na socialização informal, ocorreu o aprendizado prático de formas arbitrárias de proceder no policiamento ostensivo.

Considerando que a amostra principal se restringiu ao BPOT e que os policiais militares das entrevistas complementares também passaram pela OPM, pode-se qualificar que todos possuem igual nível de especialização. Em contraste com o delegado *Victor*, sem socialização militar ou policial militar, com formação policial civil inicial precária e limitado treinamento, mas, ainda assim, tão recorrente na prática da ação letal intencionalmente abusiva dissimulada de legítima quanto os policiais militares treinados.

No tocante a prática da ação letal, a instrução, o condicionamento e o treinamento parecem principalmente associados à especialização e ao direcionamento dos impulsos necessários para tornar o policial apto ao uso da força letal, sem a garantia de que isso efetivamente se concretize. Por outro lado, foi verificado que alguns indivíduos já chegam às organizações policiais com “sangue nos olhos”, prontos e na expectativa da ação letal. *Romeo*, *Victor*, *Bravo* e, possivelmente, *Oscar* são exemplos dessa predisposição.

Temperamento: alguns dos policiais entrevistados aparentam uma agressividade incomum e parecem lidar bem com as muitas dezenas de mortes que narraram, quase todas

em cristalinas ações letais intencionalmente abusivas. Na opinião do psicólogo militar Dave Grossmann,

O temperamento que predispõe o homem a matar constitui uma das áreas mais difíceis de pesquisar. No entanto, Swank e Marchand sugerem a existência de 2% de combatentes com tendências a se constituírem em “psicopatas agressivos”¹⁴ e que, aparentemente, mostram-se imunes aos traumas normalmente decorrentes do ato de matar. Suas descobertas têm sido empiricamente comprovadas por outros estudiosos e pelos números da Força Aérea dos Estados Unidos relativos à agressividade dos pilotos de caça. (GROSMANN, 2007, p. 247-248).

A anotação de Grossman sugere que se investigue aspectos psíquicos dos policiais, o que, apesar de interessante, escapa ao escopo, ao conjunto dos dados coletados e ao instrumental teórico deste estudo.

Mantendo, então, o olhar sob o prisma da sociologia do conhecimento, sabe-se que ao cabo do processo ontogenético primário caracterizado por aprendizados cognoscitivos, fortes cargas afetivas e elementos subliminares, e dos processos secundários subsequentes na gênese do eu, os impulsos humanos, ou melhor, “a animalidade do homem transforma-se em socialização, mas não é abolida” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 229). Quem sabe, essa explicação sociológica seja adequada ao caso de muitos policiais paraenses, a exemplo de *Romeo, Oscar, Victor e Bravo*.

É inegável a forte associação entre o temperamento dos policiais com *sangue nos olhos* e a prática de atrocidades. Muito embora sejam raros, esses indivíduos são responsáveis por consideráveis concentrações de homicídios, conforme se verificou na pesquisa documental de MIP do BPOT, e exercem forte influência sobre policiais neófitos ansiosos por colocarem a valentia à prova. Por outro lado, outros policiais de índole avessa à violência crua, indiferente ao treinamento rigoroso, resistem (de modo consciente ou não) ao cometimento da ação letal abusiva, como parece ser o caso do subtenente Juan.

Experiências recentes de medo e violência: a quase totalidade dos entrevistados passou por experiências de violência (envolvendo policial ferido por criminosos, baleamentos de suspeitos e MIP) nos últimos doze meses. Foi verificada a tradicional associação entre a vitimização policial e a ação letal intencionalmente abusiva, a exemplo dos relatos dos policiais militares *Juliet, Oscar e Bravo*, e do delegado *Victor*.

¹⁴ De acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), o termo oficial para designar um psicopata ou sociopata é “personalidade dissocial ou antissocial”.

Do mesmo modo que *Ares*, o deus da guerra grego, sedento por sangue, era escudado por seus filhos *Deimos* e *Fobos*, algumas das experiências de matar dos policiais paraenses são marcadas pela associação entre o sentimento de temor e a prática do terror. Constatou-se na pesquisa que, de maneira universal, os policiais paraenses são permanentemente afligidos pelo temor de que algo lhes aconteça, no serviço ou na folga, e aos seus familiares, especialmente aqueles que moram em áreas dominadas por facções criminosas ou se opõem aos interesses das milícias. Em muitas das vezes, ações repressivas e brutais dos policiais germinaram da agonizante sensação de medo.

Os policiais criam estratégias defensivas que lhes permitem executar seu trabalho. Aparecem como recursos defensivos articulados, a construção imaginária de Superpoderes, a Ironia ao Medo, o Discurso Viril e a Prescrição para a Violência. Com as construções imaginárias de Super-homem e da Supermulher, os policiais visam negar seus sentimentos e medos e, portanto, a dimensão humana que os iguala a todos os homens e mulheres. [...] Por conta dessa onipotência, os policiais visam atingir o total domínio de seu combatido, em uma forma de enfrentamento do medo. (AMADOR, 2002 *apud* SANDES, 2013, p. 81).

6.2.2 Coesão do grupo íntimo (GU e OPM)

Os efeitos da pressão do grupo foram examinados quanto ao *tamanho do grupo*, a *qualidade dos laços que unem os seus integrantes* e do *apoio grupal a prática letal*. Sobre o poder dos grupos, o psicólogo social Solono Asch (1951) explica:

Investigamos os efeitos sobre os indivíduos das opiniões da maioria quando estes foram vistos em uma direção contrária aos fatos. Através de uma técnica simples, produzimos uma divergência radical entre uma maioria e uma minoria e observamos as maneiras pelas quais os indivíduos lidou com a dificuldade resultante. Apesar do estresse das condições dadas, uma proporção substancial de indivíduos manteve sua independência por toda parte. Ao mesmo tempo, uma minoria substancial rendeu, modificou ou condenou seus julgamentos de acordo com a maioria. Independência e rendimento são uma função conjunta dos seguintes fatores principais: (1) O caráter da situação do estímulo. Variações na clareza estrutural têm um efeito decisivo: com a diminuição da clareza das condições do estímulo, o efeito majoritário aumenta. (2) O caráter das forças do grupo. Os indivíduos são altamente sensíveis às qualidades estruturais de tamanho da oposição do grupo. (3) O caráter do indivíduo. Havia amplas e de fato impressionantes diferenças entre os indivíduos dentro a mesma situação experimental. Foi proposta a hipótese de que estas são funcionalmente dependentes de diferenças de caráter relativamente duradouras, em particular aquelas pertencentes às relações sociais da pessoa.¹⁵ (ASCH, 1951, p. 235).

¹⁵ “We have investigated the effects upon individuals of majority opinions when the latter were seen to be in a direction contrary to fact. By means of a simple technique we produced a radical divergence between a majority and a minority, and observed the ways in which individuals coped with the resulting difficulty.

Os laços que unem os policiais militares do BPOT são tão fortes que eles se tratam como familiares, constituem um *in-group*, e tudo que extrapola a OPM passa a ser tratado como *outgroup*¹⁶. O rotanzeiro se preocupa com a integridade dos seus companheiros e com que estes pensam a seu respeito. Isso porque, “a identidade *in-group* influencia a maneira como julgamos as pessoas, mas também a forma como nos sentimos sobre nós mesmos, como nos comportamos e às vezes até nosso próprio desempenho” (MLODINOW, 2014, p. 231).

A forte associação entre a coesão do grupo e a ação letal intencional pode ser averiguada nos casos de *Juliet*, *Romeo*, *Oscar*, *Victor* e *Bravo*. O sargento Vilmar, outro exemplo, mesmo em grande desvantagem e podendo fugir, decidiu lutar (e agir letalmente de modo lícito) por força da coesão que o atava à guarnição caveira.

Tamanho do grupo: via-de-regra, quanto maior o efetivo do grupo, maior será a pressão do coletivo sobre cada um dos seus membros. O tamanho do grupo possui um efeito potencializador e pode ainda proporcionar a difusão da responsabilidade. Por outro lado, quanto mais próximos fisicamente estiverem uns dos outros, a exemplo das guarnições policiais em serviço, maior será a influência do grupo sobre cada indivíduo. Mas, deve-se atentar que a qualidade dos laços afetivos interpessoais é fundamental. A decepção e desconfiança afastaram o soldado *Bravo* dos policiais (milicianos) que por muito tempo considerou como *irmãos de farda*¹⁷, por exemplo.

Legitimidade do grupo: quanto maior a identificação do indivíduo com o seu *in-group*, maior será a possibilidade da assimilação dos valores, atitudes e comportamentos grupais, afinal, já se constatou que “os pontos de vistas de outros no grupo infiltram-se nos nossos pensamentos e dão cores à maneira como percebemos o mundo. Os psicólogos chamam essa visão de normas grupais” (MLODINOW, 2014, p. 225).

É bem provável encontrar entre os integrantes do BPOT mais empolgados, alguém que considere legítimo o cometimento da ação letal abusiva e a pratique das mais variadas formas, considerando que o corpo da tropa do se apresenta publicamente ao governador

Despite the stress of the given conditions, a substantial proportion of individuals retained their independence throughout. At the same time a substantial minority yielded, modifying their judgments in accordance with the majority. Independence and yielding are a joint function of the following major factors: (1) The character of the stimulus situation. Variations in structural clarity have a decisive effect: with diminishing clarity of the stimulus conditions the majority effect increases. (2) The character of the group forces. Individuals are highly sensitive to the structural qualities of size of group opposition. (3) The character of the individual. There were wide, and indeed, striking differences among individuals within the same experimental situation. The hypothesis was proposed that these are functionally dependent on relatively enduring character differences, in particular those pertaining to the person's social relations.”

¹⁶ Cf. TAIJFEL, 1970, p. 96.

¹⁷ Não por acaso o nome da milícia comandada pela dupla de policiais militares, *Pet* e *Cilinho*.

do Estado como sendo “o carrasco maldito que arranca a cabeça e deixa pendurada [aquele que aplica a] pena de morte à moda brasileira [nas madrugadas]”¹⁸.

Intensidade do apoio ao ato de matar: todos os entrevistados atestaram em seus relatos de vida o apoio dos comandantes, dos companheiros policiais e de setores da sociedade à ação letal intencional supostamente lícita, em reconhecimento ao sacrifício pessoal na exposição ao risco que envolve o confronto armado.

A moralidade condescendente ultrapassa os muros da caserna. O apoio traz alívio ao policial, diminuindo ou livrando-o do peso da “heroica” ação letal praticada em prol da sociedade que ele jurou servir e proteger. Todavia, verificou-se que os atuais mecanismos organizacionais de controle da atividade policial não conseguem identificar, separar e punir as atrocidades disfarçadas de práticas verdadeiramente lícitas. De toda sorte, há marcante correlação positiva entre o apoio social, organizacional e grupal ao cometimento por policiais paraenses de ações letais, sejam elas lícitas ou abusivas.

6.2.3 Autoridade do comando imediato

Alguns possíveis fatores determinantes da ação letal policial, em especial, aqueles relacionados à *autoridade do comando imediato* e à *economia que circula no mercado da morte* nas organizações policiais, parecem mais bem compreendidos quando interpretados com o auxílio de conceitos emprestados do célebre sociólogo Pierre Bourdieu. Em especial, na análise das dominações e práticas sociais no espaço social que assinala a polícia, entendido enquanto um “campo social específico”¹⁹ (BOURDIEU, 2001, p. 11).

No *campo policial*, cada agente ocupa determinada posição social e alguns se revelam com maior poder que outros. São figuras de autoridade detentoras da maior quantidade de capital. Nivelados em relação aos bens materiais (salário e patrimônio pessoal) e culturais (escolaridade; formação e especialização profissional), os policiais se distinguem uns dos outros em termos do capital social determinado pela hierarquia funcional e, em especial, por todo “capital simbólico” (BOURDIEU, 2001, p. 55)

¹⁸ “Pelotão da Rotam entoia cântico de pena de morte em evento festivo no Quartel da PM”. Disponível em: <<https://www.romanews.com.br/cidade/pelotao-da-rotam-entoa-cantico-de-pena-de-morte-em-evento-festivo-no/48988/>>. Acesso: 14 nov. 2019.

¹⁹ Segundo Bourdieu, cada *campo social* é um espaço particular de socialização definidor de um certo esquema mental de classificação e de comportamento, um *habitus* interiorizado, que se impõe e que dispensa o cálculo custo-benefício. Quanto mais estruturado o campo, mais isto se mostra cristalino. “O habitus está no princípio de encadeamento das ‘ações’ que são objetivamente organizadas como estratégias sem ser de modo algum o produto de uma verdadeira intenção estratégica” (BOURDIEU, 1983, p. 61). O uso desses conceitos é profícuo ao entendimento das ações dos sujeitos policiais enquanto estruturadas socialmente. Contudo, os limites da praxiologia bourdieusiana serão evidenciados logo adiante, na análise disposicional da conduta de *Juliet*.

acumulado, ou seja, o prestígio social e a honra reunidos ao longo do exercício da atividade policial, que se desenrola sob certas regras formais e informais, como num jogo.

As regras do jogo do *fazer polícia* são determinadas por autoridades do campo, formalmente constituídas (o comandante geral; os comandantes de OPM; os comandantes de GU) e por outras figuras detentoras de grande volume de capital simbólico no seio da tropa. Já se sabe que nas polícias guerreiras, a *valentia* é um dos “bens simbólicos” (*idem*, p. 16) mais valiosos. Principalmente, quando essa valentia é praticada de maneira *confiável*. Figuras de autoridade que se apresentam confiáveis em alto grau dominam o campo e permanentes estratégias são traçadas para, de modo prático, obtenção segura e acumulação desse bem simbólico.

No jogo da polícia, encontram-se autoridades como o sargento *Oscar* e o delegado *Victor*, bem sucedidos em suas estratégias que lhes garantem a “dominação simbólica” (BOURDIEU, 2001, *passim*) sobre outros jogadores policiais. *Romeo*, por sua vez, deixou de jogar, retirou-se do campo, e não busca mais o capital simbólico. Deixou de matar.

Legitimidade da autoridade: no jargão militar, o comandante é o espelho da tropa. Logo, “um comandante que fornece a ‘benção’ para os policiais jogarem duro contra os criminosos liberta-os de qualquer sentimento de culpa futura, pois a instituição representada na pessoa do comandante, legitima moralmente uma ação arbitrária, mesmo sendo ilegal” (SANDES, 2013, p. 103).

Os relatos do sargento *Oscar*, delegado *Victor* e soldado *Bravo* robustecem a evidência de que a autoridade dos comandantes confiáveis sobre os seus comandados concorre positivamente para a prática de ações letais abusivas. Acredita-se que o inverso também ocorra, ou seja, comandantes menos tolerantes com atrocidades estão associados a menor ocorrência de ações letais intencionalmente abusivas em suas unidades.

Intensidade da exigência de matar: a provação experimentada pela soldado *Juliet* ilustra nitidamente a interveniência do grave ultimato que lhe foi imposto pelo comandante da sua guarnição – que naquele momento trágico personificava a autoridade da ROTAM, unidade por ela venerada – no curso da conduta letal. A arbitrária exigência de matar colocou em xeque sua identidade de rotanzeira e condição feminina, e acabou por fraturar a dominação até então consentida, pela aceitação das regras e crenças partilhadas. A “violência simbólica” (BOURDIEU, 2001, p. 11) foi desvelada, expondo a concretude do caráter despótico de certas regras impostas por autoridades dominantes no campo policial.

Sucedida a experiência bestial, *Juliet* passou a vivenciar e a expor as tensões e descompassos entre sua situação presente e o passado nela incorporado.

A história de vida de *Juliet* atesta a possibilidade de processos de socialização múltiplos e contraditórios. Suas ações só podem ser compreendidas no cruzamento das disposições nela incorporadas com os limites contextuais da condição atual de rotanzeira. Bem observa Bernard Lahire que para a análise mais acurada das práticas sociais, não se deve “negligenciar todas as pequenas crises ou médias que os atores são levados a viver no seio de uma sociedade diferenciada [...] crises de adaptação, crises de ligação de cumplicidade ou de convivência ontológica entre o incorporado e a situação nova” (LAHIRE, 2010, p. 30).

Por outro lado, retornando à elucubração sobre a ontogênese social do eu, Berger e Luckmann, anotam que mesmo no indivíduo plenamente socializado:

[...] há uma dialética interna contínua entre a identidade e seu substrato biológico. O indivíduo continua a sentir-se como um organismo, à parte das objetivações de si mesmo de origem social, e às vezes contra elas. Esta dialética é frequentemente apreendida como a luta entre um eu “superior” e um eu “inferior”, equiparados respectivamente à identidade social e à animalidade pré-social, possivelmente antissocial. O eu “superior” tem de afirmar-se repetidamente sobre o eu “inferior”, às vezes em provas críticas de força. Por exemplo, um homem tem de vencer o instintivo medo da morte pela coragem na batalha. O eu “inferior” neste caso é chicoteado até a submissão pelo “superior”, afirmação de dominação sobre o substrato biológico que é necessária para manter a identidade social do guerreiro, objetiva e subjetivamente. (BERGER; LUCKMANN, 2014, pp. 232-233).

Pode-se cogitar que o substrato biológico dócil de *Juliet* entrou em luta com a identidade social de “rotanzeira confiável” que lhe foi imposta na socialização secundária, ou melhor, na prova crítica de força mediada pela guarnição sinistra, provação esta gravemente conflitante com a sua socialização primária afetuosa e pautada na ética cristã.

Enfim, seja qual for a explicação escolhida, averigua-se em ambas a interveniência da intensidade da exigência de matar. A rotanzeira segue cindida²⁰. Continua nas patrulhas, porém, evitando fazer uso da força letal e ocupada com a salvação da alma dos recrutas.

Nesse item, também se considera a intensidade da exigência de matar intrínseca na necessidade capital de sobrevivência objetivada na reação espontânea à uma ameaça mortal como, por exemplo, no caso da legítima defesa relatada pelo sargento Vilmar.

6.2.4 Economia letífera

Optou-se pela noção de economia por fazer referência as relações sociais em torno de um recurso escasso: *a valentia do policial*. Foi explanado que a manifestação de

²⁰ Sobre as fases da reação emocional ao ato de matar, ler: GROSMANN, 2007, pp. 290-300; SANDES, 2013, pp. 77-86.

legítima valentia é restrita a poucas situações e a raros indivíduos. Logo, na condição de recurso magro de elevado valor social, produz riqueza simbólica e material, conforme apontaram a CPI das milícias e grupos de extermínio do Pará e o relato do soldado *Bravo*.

Relevância das estratégias para matar: cabe ao comandante de GU controlar as ações do seu coeso grupo no patrulhamento ostensivo e, em especial, no curso das intervenções policiais potencialmente letais, em conformidade com as orientações do comandante da OPM e com todos os preceitos normativos e legais.

Para que ocorra o cometimento de uma ação letal intencionalmente ilícita sem consequências para a guarnição, portanto, faz-se necessária a adoção de estratégias que consigam burlar com sucesso o controle da atividade policial. Um comandante de grupo *confiável* sabe definir estratégias adequadas à obtenção dos bens simbólicos e possui a malícia necessária para alterar a cena do crime, de acordo com os relatos do sargento *Oscar*, soldado *Bravo* e delegado *Victor*.

A pesquisa indica que estratégias bem elaboradas que isentam de consequências administrativas e judiciais os agentes estão positivamente associadas ao cometimento da ação letal policial intencionalmente ilícita.

Distância afetiva da vítima: muitos indivíduos consideram mais fácil praticar uma ação letal estando longe da vítima, isto é, distante o suficiente para “não ter que ficar frente a frente e olhar nos olhos do oponente”. Para outros, a proximidade física traz emoção, dá prazer, a exemplo de *Victor* e *Bravo*.

Observando o *corpus* de relatos e as considerações anteriores sobre os traços de um subjetivismo contemporâneo narcísico, nota-se que a distância que assinala estar mais diretamente associada ao cometimento da ação letal é a emocional. Ao que parece, falta a alguns policiais *empatia*, ou seja, a capacidade de compreender sentimentos e emoções humanas, procurando experimentar de forma objetiva e racional o que sente outro indivíduo. Grossmann lista quatro elementos constitutivos da distância emocional:

- Distância social, que considera o impacto do hábito, cultivado de toda uma vida, de ver determinada classe social como subumana, em uma sociedade estratificada.
- Distância social, abrangendo as diferenças raciais e étnicas que permitem a quem mata “desumanizar” a vítima.
- Distância moral, baseada na profunda convicção na superioridade moral e em ações vingativas.
- Distância mecânica, proporcionada pela asséptica irrealdade, típica dos videogames, das mortes levadas a efeito nas telas de TV; ou por meio de sensores térmicos e aparelhos de pontarias de snipers; ou qualquer outro tipo de anteparo mecânico. (GROSSMANN, 2007, p. 246-247).

Percebe-se no exame das histórias de vida, que o distanciamento emocional, apesar de alimentado na caserna por valores e práticas tipicamente militares, não é determinado na PMPA. A maioria dos policiais da amostra já ingressou nas organizações policiais (PMPA e PCPA) carregado de estereótipos, preconceitos e representações sociais que se objetivam na resistência moral e psicológica em reconhecer a humanidade do *delinquente*. Preferem representá-lo como “bicho”, de igual maneira ao delegado *Victor*.

O curioso é que, no caso do Pará, melhor dizendo, na região metropolitana de Belém, em geral, as vítimas mais frequentes da barbárie – sejam elas policiais, inocentes ou criminosos – são homens jovens, negros e pardos, que pertencem ao mesmo estrato social. A letalidade e a vitimização policial acometem a mesma faixa da população. O conflito é fratricida²¹.

Importância da vítima: os relatos colhidos são unânimes em apontar que o resultado bem sucedido da ação letal policial rende troféus ao que policial que mata, dentro e fora da caserna. Quanto maior for o valor social atribuído a morte do malfeitor (no tocante as perdas para o lado da facção criminosa ou dos ganhos para a tranquilidade pessoal do policial, dos seus familiares, de amigos próximos ou da população, que se sentem diretamente ameaçados), maior será a possibilidade de que ocorra a ação letal intencional. A particular importância da vítima agrega valor simbólico (p. ex., os matadores de policiais e os criminosos afamados). O “capital social” (BOURDIEU, 2001, *passim*) colhido pode assumir diversas modalidades, de *capital político* a *capital econômico*, no seio da tropa, na vida pública ou no subterrâneo mundo do crime das milícias.

Benefícios com a morte: já se mostrou ao longo deste estudo que nas organizações policiais (e na sociedade, em geral), a demonstração de valentia²² é atribuída de valor social. Quanto maior a capacidade de matar, mais elevado será o *status* de “confiável” no grupo guerreiro. Samira Nunes (2018, p. 127) anota que a destacada produtividade acima da média (em quantidade de ações letais) dos policiais militares conhecidos por “Billy” ou “Bilão” lhes proporciona prestígio social e aumenta a sua legitimidade no grupo, funcionando como um símbolo de ascensão na carreira policial militar.

Na PMPA, pelo que se averiguou na análise das histórias de vida, não é diferente. Os relatos de Vilmar, *Romeo*, *Oscar*, *Victor* e *Bravo* corroboram as muitas informações

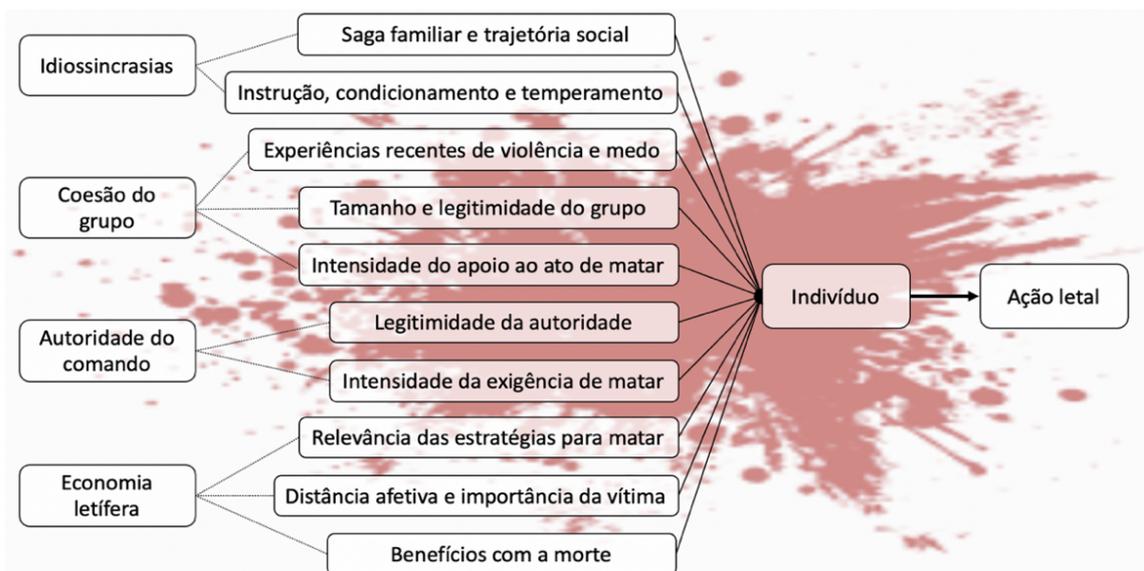
²¹ Cf. ZAFFARONI, 1991; BARREIRA, 1998.

²² Deve-se atentar que o conceito de “valentia” emprestado de Eliézer de Oliveira (2016, p. 349) implica na dupla capacidade do valente de enfrentar com sobriedade os riscos da morte e, sobretudo, de ser capaz de matar o oponente.

previamente apresentadas que já apontavam a associação positiva entre a atribuição de valor social à valentia e a prática de ação letal. Logo, para que se intervenha efetivamente na conduta letal abusiva, que tanto se almeja banir, faz-se necessário intervir não apenas nas normativas que versam sobre a atividade policial, mas no *fazer polícia* em si, notadamente, na sua dimensão simbólica em boa parte mediada por outros “campos de poder” (BOURDIEU, 2001, p. 28).

Compreendidos os possíveis determinantes da ação letal, decidiu-se, então, aplicar o conjunto (Ilustração 31) na compreensão e explicação de dois acontecimentos reais sucintamente apresentados no segundo capítulo. O “Massacre do Icuí-Guajará” e o “Massacre do Coqueiro” – que ocorreram nos anos de 1990, em Belém, e ficaram gravados na memória social – são exemplos emblemáticos da ação letal intencionalmente abusiva. Ambos foram perpetrados por policiais militares²³ da 1ª Companhia de Patrulhamento Tático Metropolitano, a PATAM, e resultaram na extinção da unidade, maculando a história da PMPA. A análise dos casos será completada por observações de outros pesquisadores, consideradas relevantes e oportunas à compreensão mais produtiva da ação letal policial.

Ilustração 31 – Determinantes da ação letal policial.



Fonte: Elaboração do autor.

1º caso - *O Massacre do Icuí-Guajará*²⁴: segundo a denúncia do soldado Nonato, a briga do soldado Zeferino, pertencente a outro batalhão da PMPA, com o irmão de

²³ São todos indivíduos da geração de 1960 que ingressaram na organização nas turmas de 1980 e foram formados ainda no contexto da guerra fria e do combate a guerrilha urbana da esquerda comunista no Brasil.

²⁴ Cf. *Folha do Norte*, edição de 20 fev. 1992, p. 10.

Edimilson conhecido por “Boquita”, durante um jogo de futebol, motivara o crime. O soldado Zeferino teria perdido a briga e apanhado muito, por isso, decidiu se vingar; entrou em contato com o sargento Silva que lhe garantiu que cuidaria do caso ao seu modo, com a ajuda dos soldados Williams e Rodolfo, todos patanzeiros. No dia do crime, tocados, os policiais esperaram que Boquita saísse de sua casa, viram quando um jovem deixou a residência numa bicicleta e o agarraram. Contudo, devido a forte semelhança, Edimilson foi confundido com seu irmão. Apesar de terem percebido o engano, seguiram com o plano da vingança. Esconderam a bicicleta num posto policial (PM-Box) próximo e retornaram ao quartel. Lá chegando, procuraram o soldado Nonato, motorista de uma viatura PATAM 347, dizendo a ele que deveriam levar um preso à Delegacia. No caminho, o sargento Silva ordenou que parassem num posto de combustível onde comprou um galão de gasolina. Determinou, após, que seguissem para as matas do Icuí-Guajará, o local da execução. Edimilson foi morto com vários disparos na cabeça e teve o corpo incinerado, no lugar do irmão. A bicicleta e o relógio da vítima foram levados pelo soldado Williams que os vendeu, tendo o dinheiro arrecadado sido dividido em partes iguais entre os participantes da execução sumária. Nonato se recusou a receber a parte que lhe cabia, despertando ainda mais a fúria dos exterminadores. Segundo o delegado Clóvis Martins que presidiu o inquérito policial que investigou o crime, o sargento Silva, como num filme estrelado por Charles Bronson (daí o apelido), vivenciou anos antes o drama familiar do assassinato da filha durante um roubo (ocorrido em Macapá, capital do Estado do Amapá); para o delegado, este fato “poderia explicar muita coisa, mas não justificar a morte de alguém”.

2º caso - *O Massacre do Coqueiro*²⁵: na madrugada de 29 de março de 1992, a guarnição da viatura PATAM 344, comandada pelo sargento Leonardo Freitas da Cruz e composta pelos soldados João dos Santos Carnevalle, Paraguassu Negrão e Afonso Cardias Alves fazia o patrulhamento tático da metrópole. Ao trafegarem pela rodovia do Coqueiro, os policiais foram abordados pelo motorista Leonam dos Santos Aguiar, num táxi Opala. O taxista disse ao sargento ter visto um homem armado de revólver num bar ali perto. Prontamente, o comandante da guarnição entrou em contato com o oficial de dia e solicitou permissão para fazer a intervenção. Foi autorizado. O sargento convidou, então, o soldado Carnevalle para irem ao local escondidos no taxi e determinou que os dois outros soldados permanecessem na viatura, estacionados e aguardando. No bar, o investigador policial civil Rivelino (23 anos) e seu irmão Rildo (26) confraternizavam com os amigos

²⁵ Cf. *Folha do Norte*, edição de 14 abr. 1992, p. 8.

Amarildo (23) e Márcio (18), conscrito da Marinha do Brasil. A arma do investigador estava à vista. Os policiais militares foram levados no Opala ao local onde os quatro amigos se encontravam e, ao avistarem o grupo, desceram do taxi e foram logo atirando, afirmou o taxista. A primeira vítima, Rildo, foi atingida na cabeça. O segundo a morrer foi Amarildo. Rivelino gritou ser policial civil e Márcio, marinheiro. Porém, os policiais militares continuaram atirando. Rivelino foi atingido mortalmente. O marinheiro ao ser baleado no tórax, caiu, fingindo-se de morto. Ao perceber o engano, o sargento atirou no para-lama do Opala e orientou o taxista: “se te perguntarem o que houve aqui, diga ter sido um assalto”; determinou também a Carnevalle que atirasse na cabeça de Márcio, mas o soldado atirou na perna do marinheiro, que permaneceu inerte, e informou ao sargento que o mesmo estava morto. O marinheiro Márcio sobreviveu e denunciou o crime, posteriormente corroborado com o testemunho do taxista e as confissões dos soldados. O sargento Cruz alegou inocência.

Olhemos os dois casos através das lentes dos *determinantes da ação letal*. No primeiro caso, o massacre pode ser compreendido e explicado da seguinte maneira:

- A reputação social de *valente* do sargento Silva, conhecido por “Charles Bronson”, levou-o a interceder numa rixa pessoal em favor de outro policial militar. A autoridade do sargento na PMPA se assentava em seu capital simbólico (*a valentia*), possivelmente exasperada em razão da sua saga familiar. A ação letal (planejada para ser intencionalmente abusiva e ocultada) foi executada por sua guarnição de confiança, muito coesa, composta por dois patanzeiros treinados para o combate à guerrilha urbana e, do mesmo modo, valentes; todos habitualmente expostos à violência criminal e possuidores da experiência de matar. Os vestígios do homicídio foram dissimulados com a incineração da vítima e os policiais intrincados numa matemática letífera que contabilizou gratificações emocionais (o prazer em matar), sociais (a distinção conferida aos valentes) e materiais (a divisão do dinheiro ilícito arrecadado com a venda dos bens do chacinado). Contudo, a participação incidental do soldado motorista, que não pertencia ao grupo venal e não compartilhava dos mesmos valores, revelou tudo.

Quanto ao segundo massacre:

- O sargento Cruz foi autorizado a atender uma ocorrência policial supostamente típica, com sua guarnição PATAM, unidade com forte espírito de corpo,

integrada somente por policiais voluntários que nutriam o sentimento de que eram especiais dentre os policiais militares da PMPA. Na OPM, a prática de ação letal era estimulada por oficiais comandantes, respeitados por serem *confiáveis*. Os sargentos comandantes de guarnição seguiam o mesmo padrão. Para os patanzeiros, o ato de matar possuía alto valor social. Eram prestigiados na corporação pela valentia e contavam com a condescendência de boa parte da sociedade da época. A *estratégia de ataque* foi traçada e executada com sucesso, porém, contra inocentes. Percebendo o equívoco, tentaram alterar a cena do crime, para manter válido o plano inicial da ação letal intencionalmente abusiva dissimulada de legítima. A sobrevivência de uma vítima expôs a farsa.

Nos dois episódios, os crimes foram cometidos em grupo (GU) e protagonizados por sargentos comandantes de guarnição que exerciam forte autoridade sobre os demais. Ao que parece, o desespero em ocultar o crime – por meio do extermínio da testemunha – conduziu o desfecho das trágicas ações. Os policiais aparentaram não ter a mínima empatia pelas vítimas, posto que continuaram com a ação mesmo sabendo que aniquilavam inocentes. Por fim, acabaram moralmente repudiados na PMPA e punidos como criminosos hediondos pelo sistema de administração da justiça criminal. Se as duas ações intencionalmente abusivas tivessem sido bem sucedidas, é bem provável que todos os policiais militares envolvidos concluíssem suas carreiras aclamados como ótimos policiais, a exemplo de *Romeo*.

Essa ambiguidade parece assinalar o dilema cotidiano dos comandantes de guarnições e de unidades operacionais da PMPA, responsáveis pelo exercício da atividade de policiamento urbano na RMB. No paradigma da segurança pública de *guerra ao crime e às drogas*, cabe às organizações policiais baixar os números e taxas da criminalidade e caçar criminosos como “bichos”, conforme se verificou no survey e nas entrevistas em profundidade sobre os relatos de vida.

Logo, é razoável pensar que cada comandante operacional se esforçará para compor suas equipes com policiais mais apropriados à perigosa missão, afinal, a avaliação de desempenho e conseqüente ascensão funcional dependerão dos bons resultados nessa guerra. Sobre os indivíduos diferenciados, Eliézer de Oliveira comenta: “De certo modo, aquele que vislumbra a própria morte tem mais condições de vislumbrar a morte do outro. Aquele que tem pouco apreço por sua a vida a ponto de colocá-la na loteria do destino não terá, conseqüentemente, muito apreço pela vida alheia” (OLIVEIRA, 2016, p. 348-349).

Um dilema hodierno que não aflige meramente às organizações policiais. “A frase atribuída a Goethe demonstra o modo ambíguo como a valentia é concebida em nossa época: a multidão não pode ficar sem homens valentes, e os valentes são sempre um peso para ela” (*ibid.*, p. 360). A bem dizer, esta pesquisa leva a crer que boa parte dos fatores determinantes do comportamento homicida notados no ambiente das organizações policiais, de fato, extrapola seus muros.

6.3 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS

Neste capítulo, derradeiro, pretendeu-se finalmente responder à questão original que norteou o estudo (por qual razão alguns policiais matam, inclusive de modo repetitivo, e outros não?), ora delineada com o rigor sociológico: *quais os determinantes da ação letal dos policiais paraenses?*

Nos primeiros passos dados para esclarecer a questão, apontou-se algumas tendências e condições gerais do fenômeno da ação letal elencados dentre números, taxas, dados oficiais, pesquisas, comentários de outros autores e acontecimentos noticiados na internet, na televisão e nos jornais. Esses subsídios permitiram fazer um esboço de aspectos da letalidade policial no Pará e, de maneira especial, na região metropolitana de Belém.

Verificou-se inicialmente que no senso comum as respostas apontam em duas direções: “policiais matam porque são ameaçados e revidam para se defender” ou “matam porque gostam de sangue”. Ainda que de modo rudimentar, elas sinalizam dimensões da prática letal. A primeira resposta se concentra no aspecto situacional em que a ação ocorre, ou seja, na circunstância da legítima defesa. Na segunda, distintamente, é a idiosincrasia do agente que se sobressai.

Foram cogitadas as possíveis influências sobre os policiais militares paraenses de certas forças situacionais²⁶, de relevância teórica, que, isoladamente, são sutis e corriqueiras no cotidiano desses indivíduos expostos a cenários comportamentais intensos e estressantes; forças essas que quando “combinadas e centradas em uma missão, em uma tarefa, em um alvo, são poderosas e, em alguns casos, explodem com consequências

²⁶ São exemplos de forças situacionais: “[...] o efeito de vestir uma farda, os papéis que esperavam ou que mandavam que desempenhassem, as regras coercitivas que governam o comportamento naquele cenário de regime autoritário, a camaradagem e o apoio social dos pares que os instigam, a necessidade de ser querido, aceito e respeitado pelos colegas e pelos superiores que distribuem recompensas pelo sistema” (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 422).

letais” (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 422). Algumas dessas variáveis foram testadas por meio da auto aplicação de questionário a uma amostra de policiais lotados em unidades da Polícia Militar do Pará, da região metropolitana de Belém. Um de cada cinco policiais.

O *survey da PMPA* mostrou que os policiais militares lotados na RMB são paraenses comuns, felizmente em grande número cumpridores da lei e cidadãos, respeitadores dos direitos do outro e competentes no exercício de sua profissão perigosa, para que a sociedade possa dormir em paz²⁷. Homens e mulheres que trabalham e depois retornam para suas casas, para jantar em família, rezar, assistir televisão, emocionarem-se com a novela, contarem estorinha para o filho, conversarem com seus cônjuges sobre o andamento das crianças na escola. Pessoas prosaicas como tantas outras que se encontra na rua habitualmente²⁸.

As pesquisas quantitativa e documental deixaram evidente que nem todo policial se dispõe ao confronto armado. Exceto nas raras situações em que são assaltados por uma súbita agressão, ameaçadoramente mortal, e reagem por reflexo ou por necessidade, apenas uma parcela dos policiais se dispõe de modo premeditado aos riscos de uma troca de tiros e um número menor ainda ao extremo de praticar intencionalmente uma ação letal. É essa porção menor – de policiais *valentes* que matam de modo deliberado – que responde expressivamente pelos elevados números da letalidade policial no Pará²⁹.

Além disso, constatou-se que “o uso da força letal não está meramente relacionado a elementos técnicos [do exercício do policiamento em certas unidades operacionais], mas está fortemente correlacionado às questões emocionais e ao histórico pessoal do policial” (MANGALONI; CANO, 2016, p. 115). Decidiu-se, então, equilibrar melhor a balança entre as variáveis situacionais e as variáveis pessoais, biográficas, a serem consideradas na pesquisa sociológica da conduta policial.

O grupo dos policiais rotanzeiros – o BPOT despontou no *survey* como *locus* dos indivíduos mais propensos ao uso da força na PMPA, na RMB – foi escolhido como amostra principal para a realização das entrevistas em profundidade de histórias de vida

²⁷ Cf. MARTINS, 2015, p. 132.

²⁸ Parafraçando trecho da explicação do filósofo Luiz Felipe Pondé, sobre a “normalidade” dos carrascos nazistas. Cf. PONDÉ, L. Zigmunt Bauman e a pós-modernidade. Youtube. 9 mar. 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xb3_AOOSVOM&t=786s> . Acesso em: 10 jan. 2020.

²⁹ É bem provável que o fenômeno se repita com a mesma característica em outros estado brasileiros. O jornal impresso *O Globo* estampou na primeira página da edição dominical de 26 nov. 2017 a seguinte manchete: “Apenas 20 PMs estão envolvidos em 10% das mortes em confronto: responsável por 356 homicídios em 6 anos, grupo representa 0,04% da tropa” (*O GLOBO*, 26 nov. 2017, pp. 1; 14-16).

com duplo propósito de aclarar o fenômeno com a ajuda da concretude das experiências de matar dos policiais e de robustecer as conclusões das pesquisas prévias.

Para tanto, algumas histórias de vida de policiais paraenses expostos a ambientes intensamente estressantes e que experimentaram o real uso de força letal (e suas consequências) foram elegidas por consubstanciarem aspectos relevantes – que, na maioria das vezes, apresentam-se esparsos e pouco definidos – em processos significativos que ilustram padrões de regularidade do fenômeno estudado. Essas experiências singulares, espantosas, foram reunidas num rico *corpus* de relatos de vida.

Os aspectos essenciais das histórias de vida foram organizados na tipologia apresentada neste tópico, criada para explicar melhor os diferentes tipos de ação letal enredados no universo da letalidade dos policiais paraenses, tipos esses previamente assinalados de modo embrionário no primeiro capítulo.

Em seguida, algumas dimensões de relevância teórica clássica já testadas por estudiosos do *uso da força policial* e do *ato de matar do combatente militar* foram adaptadas para compor a matriz de análise dos possíveis determinantes da ação letal dos policiais paraenses.

Em suma, o exame das histórias de vida de policiais formados profissionalmente na década 1990/2000 (após a abertura política) e de dois episódios com patanzeiros das turmas de 1980 (período de decadência do regime militar), por meio da matriz analítica da ação letal, possibilitou as seguintes constatações:

- a Polícia Militar do Pará, organização concreta e tangível, não corresponde a ideia de bloco monolítico e isomórfico e, tampouco, o uso da força (com subjetivismo homicida) praticado pelo o policial paraense pode ser aventado como um comportamento homogêneo e semiconscente, ou seja, o simples resultado de um *habitus* profissional incorporado, conforme por vezes levam a crer as estatísticas que reduzem o fenômeno pesquisado às poucas categorias comunicáveis³⁰;
- as atrocidades policiais persistem no tempo, sendo notadas em ações objetivas recentes que se assemelham às ocorridas na década de 1990. Não foi possível aclarar os subjetivismos que orientaram as ações letais no passado para estabelecer uma comparação com as hodiernas, todavia, supõe-se que seus sentidos sejam aproximados;

³⁰ Cf. HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; PHILIP ZIMBARDO, 2006, p. 68.

- policiais homens e mulheres integrantes de grupos policiais coesos, que cultuam a *valentia* enquanto atributo de elevado valor social, estão igualmente propensos ao cometimento da ação letal. Quanto maior o grupo, a sua legitimidade e o apoio ao ato de matar, mais inclinados estarão seus membros à prática letal;
- a maior exposição (em grau e duração) do policial à violência criminal, na circunvizinhança onde mora, no ambiente de policiamento ou em ambos, maiores serão as possibilidades de cometimento da ação letal. O estresse crônico mal gerenciado no ambiente de trabalho (e, por extensão, no ambiente doméstico) pode levar o policial a matar;
- quanto mais condescendentes forem o apoio social, a exigência da autoridade legítima e a premiação (material e simbólica) no ambiente de trabalho policial relativos ao ato de matar, mais intenso será o reforço a predisposição homicida de certos indivíduos;
- conhecer policiais vitimados e testemunhar o assassinato de um companheiro policial parecem influenciar de igual maneira positivamente a prática da ação letal (abusiva);
- o benefício direto aferido com a morte de determinada vítima – que pode estar relacionado tanto ao seu valor pessoal (material e simbólico) quanto à solução de problema pontual ligado à existência física da vítima – ou com o mero ato de matar (enquanto demonstração de valentia), quando associado à disponibilidade de estratégias (em tese) eficazes para a execução impune do assassinio, concorrem positivamente no sentido de que o ato de matar se concretize;
- indivíduos com inclinação à prática homicida – cujas idiosincrasias podem estar associadas a diversos fatores: socialização primária e subsequente, experiência recente e traumática de grave violência, medo intenso ou permanente, estresse crônico ou *burnout* – tendem a manifestar oportunamente o comportamento, quando colocados em condições favoráveis ao impulso agressivo (destrutivo);
- o treinamento e o condicionamento (socialização policial) especializam e direcionam o impulso da agressividade, mas não o determinam no indivíduo;
- leis, normativas e protocolos operacionais voltados ao adequado uso da força balizam a conduta dos policiais que procuram agir de modo intencionalmente lícito, porém, na maioria das vezes, servem tão-somente de enredo aos relatórios oficiais das ações furtivas deliberadamente praticadas;

- a disposição homicida arrefece, a depender da situação social nova e do momento do ciclo de vida do indivíduo³¹.
- gênero; raça/cor; idade, escolaridade, filhos, religião, participação em cultos religiosos, atitudes em relação ao uso da força e ao policiamento não parecem gerar impacto significativo sobre a conduta letal dos policiais.

Os resultados da análise aclararam alguns fatores determinantes que concorrem para a conduta homicida de policiais, contudo, mostrou-se difícil determinar com precisão o efeito isolado de cada variável. A bem dizer, não parece haver uma resposta simples e objetiva como se gostaria, e isso se deve a própria complexidade do fenômeno social, que sofre a interferência de inúmeras variáveis, em diferentes graus e sob múltiplos arranjos combinatórios. Mesmo assim, três aspectos relacionados ao fenômeno se mostraram bastante perceptíveis.

Com maior facilidade, é possível compreender o *porquê policiais não matam*. Nas histórias de vida, verifica-se prontamente a importância da socialização primária e das socializações subsequentes anteriores à entrada do indivíduo na organização policial na constituição da solidez moral e da *trava emocional* que inibem o cometimento da ação letal, ao menos de modo desnecessário ou abusivo.

Ao explicar sobre o peso do ato de matar para alguns policiais militares da PMMT, Sandes cita um trecho da obra de Samuel L. Marshall (2003), onde o autor faz anotações sobre o comportamento relutante do soldado americano que se nega a tirar a vida de outro ser humano.

Ele é o que seu lar, sua religião, sua educação na escola, o código moral e os ideais de sua sociedade o fizeram. O Exército não pode desfazê-lo. É preciso concordar com o fato que ele vem de uma civilização na qual a agressão, ligada a tirar a vida de alguém, é proibida e inaceitável. Os ensinamentos dessa civilização contrariam o ato de matar, são contra prevalecer-se dele. O receio da agressão lhe foi manifestado tão fortemente e tão profundamente absorvido [...] que se tornou parte da estrutura emocional do homem. Este é o seu grande *handicap* quando entre em combate. Ele detém o seu dedo no gatilho, embora o homem dificilmente tenha consciência da existência da inibição. Porque é um handicap emocional e não intelectual, não pode ser eliminado pelo raciocínio baseado em elementos intelectuais, como matar ou ser morto [...] de tal modo que não tirará a vida de outro, voluntariamente, se puder fugir dessa responsabilidade. (MARSHALL, 2003, p. 80-81 *apud* SANDES, 2013, p. 86).

³¹ Edson Rondon Filho, apoiado na sociologia psicológica de Bernard Lahire (2002, p. 60), explica que: “Em suma a ativação de esquemas de ação depende do contexto que pode: 1) depender da microsituação social; 2) do domínio de práticas; 3) do universo social; 4) do momento do ciclo de vida” (RONDON FILHO, 2013, p. 84).

Um segundo aspecto, também prontamente verificado no exame da socialização que antecede a entrada na polícia, em contraste, alvitra que o indivíduo brasileiro carrega consigo a iniquidade da nossa sociedade. Sobre esse imenso legado, José de Souza Martins explana:

Conviria reconhecer, como ponto de partida, que esta sociedade está longe de ser o que parece ter sido um dos nossos mais convenientes rótulos autoindulgentes, o do brasileiro cordial, o ser humano afetivo que se oporia a frieza própria das sociedades da razão. O Brasil é um dos países mais violentos do mundo. Somos um dos países que mais lincham em todo planeta. Portanto, não estou falando apenas nem de bandidos organizados e armados ou de esquadrões de policiais que decidiram tomar das mãos as funções da sociedade, da justiça e da polícia, como serviu nesses dias. Estou falando de setores da própria sociedade, também eles facilmente dispostos a matar com as próprias mãos, quando motivo existir e a oportunidade se apresenta. As ocorrências de ações coletivas execução capital, neste país, levadas a efeito por pessoas “iguais a nós”, como se diz, deveriam dar o que pensar. [...]

Os linchamentos e os massacres [...] revelam um fato da maior importância para se compreender e combater esse tipo de violência. Esta modalidade de crime era monopólio do chamado poder pessoal, sobretudo dos potentados rurais do tempo da escravidão. Terminada a escravidão, essa desigualdade profunda de direitos, que sustentava a violência intrínseca do tipo de sociedade que herdamos, longe de acabar, se disseminou e se fortaleceu. [...]

O que era violência privada se disseminou. Qualquer régulo de botequim se sente no direito de praticar justiça. A ditadura militar implantada em 1964 colocou a ordem adiante do direito, o árbitro de alguns diante da lei de todos, tolerou os esquadrões da morte no âmbito da criminalidade comum e não titubeou em convocar os próprios delinquentes destes grupos para a prática da tortura e até o assassinato de presos políticos. O retorno ao Estado de direito não se deu direito. Muitos acreditaram que bastava no governo, uma constituição democrática, que a ordem se restabeleceria automaticamente. Não foi isso que aconteceu. Não se levou em conta que a desordem do Estado ditatorial viabilizara o revigoramento e a difusão da cultura do poder pessoal, da vendeta, do arbítrio, do menosprezo pela pessoa e pelo corpo do outro, agora colocados nas mãos até de membros das forças policiais. Desprovidos, com mais frequência do que se pode tolerar, da distinção entre público e privado e da consciência de que são servidores do Estado e não da sua própria vontade e de seus instintos. (MARTINS, 2015, p. 130-131).

Sobre o mesmo tema e com igual acuidade, Julita Lengruher, Leonarda Musumeci e Ignacio Cano (2003, p. 54) apontam a necessidade de investigar a origem do arbítrio policial no Brasil e as soluções plausíveis, “focalizando, para além do plano macropolítico ou macrojurídico formal, os mecanismos cotidianos de exercício dos poderes extralegais de polícia, que permanecem intocados pela transição pela transição democrática”. Esclarecem que:

Focalizando, em outras palavras, “as micropráticas do poder” [PINHEIRO, 1991: 55], os contextos específicos em que as violações ocorrem, os espaços e relações nos quais o arbítrio se atualiza, os caminhos institucionais que garantem impunidade para a violência ilegal e os valores culturais em que assenta a perpetuação desse “poder paralelo”, não obstante o discurso e os esforços que apontam em sentido contrário. [...] Parcela muito significativa, se não majoritária, da sociedade brasileira – atravessando todos os estratos sociais – rejeita visceralmente a noção de direitos universais e divide binariamente os seres humanos em “cidadãos de bem” [...], merecedores de direitos, e “não cidadãos”, aqueles que fizeram por desmerecer qualquer espécie de direito ou proteção legal. [...] Indo mais além, o arbítrio policial encontraria apoio na rede de “microdespotismos” que marcam as relações cotidianas, não só entre a polícia e a população civil, mas no próprio interior desta última: violência familiar, discriminação racial, homofobia, violência contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos – toda uma imensa gama de formas, violentas ou não, de exercício de “pequenas autoridades” arbitrarias e discriminatórias no dia-a-dia. (LENGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003, pp. 54-56).

O terceiro aspecto proeminente se tornou bem nítido ao se jogar sobre ele a luz das competentes conclusões apresentadas por Maria Elizabeth Lima, Ada Ávila Assunção e João Manuel Francisco, sobre o caso de um transtorno mental desencadeado no trabalho. Todavia, as considerações originalmente pautadas na psicologia do trabalho foram aqui ponderadas com o auxílio da sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (2014).

De igual maneira que, neste estudo, atribuiu-se grande valor à socialização primária do policial, isto é, aos valores e à exigência moral que assinalam o processo inicial de ontogênese do eu, os pesquisadores do campo da psicologia do trabalho concluíram que não se consegue compreender adequadamente os desdobramentos da história de vida do pesquisado “sem resgatar toda sua trajetória, a atmosfera na qual foi educado, os valores que serviram de base para esse processo educativo e, principalmente, a exigência moral rigorosa sob a qual todo esse processo ocorreu” (LIMA; ASSUNÇÃO; FRANCISCO. In: CODO; JACQUES, 2002, p. 35). Na análise pontual de um caso de adoecimento ocupacional, concluíram que todo esse conjunto de fatores “certamente contribuiu para que ele [o indivíduo em análise] se submetesse, quase sem resistência, às exigências absurdas de uma organização perversa de trabalho” (*idem*).

Na mesma linha de raciocínio, cogitando sobre os policiais paraenses tomando por base a história de vida do ex-soldado *Lima* e dos outros policiais, ao que tudo indica, o quadro de referência estabelecido (cultural e afetivamente) na ontogênese social do eu facilitou a sujeição dos indivíduos que ingressaram na PMPA aos rigores do trabalho policial operacional, aos desdobramentos das suas escolhas pessoais de especialização na

organização (*rotanzeiros e caveiras*) e a se submeteram voluntariamente às exigências sinistras da guerra ao crime e às drogas. Uns com mais facilidade que outros.

Explanando sobre a eclosão do transtorno mental no trabalho, as pesquisadoras e o pesquisador da psicologia do trabalho ressaltam:

Mas é importante lembrar que as características de sua personalidade e o sistema de valores sobre os quais ela foi construída, não eram, significativamente, diferentes no período em que Carlos exerceu as outras atividades. Ao contrário, sua maneira de lidar com as diferentes tarefas a que foi exposto, não mudou muito, no decorrer de sua longa trajetória profissional. No entanto, os seus problemas de saúde eclodiram apenas no seu último emprego. Isto nos leva a sugerir que, em última instância, a forma de organizar este trabalho determinou seus problemas atuais. Em outras palavras, seu senso aguçado de responsabilidade, seu comportamento disciplinado e sua grande dedicação ao trabalho, só se revelaram perniciosos, quando foi trabalhar como porteiro, naquele condomínio, isto é, quando se expôs a uma organização patogênica de trabalho. Estes valores que, parecem ter sido positivos, durante toda a sua vida, nesta circunstância específica, favoreceram a eclosão do seu quadro. Em suma, nos outros contextos de trabalho, suas características de personalidade não tiveram grande relevância, pelo menos no sentido de provocar um transtorno maior, mas, o último emprego, pelas suas particularidades, exacerbou tais características, contribuindo, de forma decisiva, para o seu adoecimento. (LIMA; ASSUNÇÃO; FRANCISCO. In: CODO; JACQUES, 2002, p. 35-36).

Observando de modo análogo os relatos de vida dos policiais paraenses, ao que parece, os traços da personalidade e os sistemas de valores sobre os quais eles foram edificados se mantiveram relativamente inalterados nas diferentes fases da vida em que cada indivíduo exerceu suas outras atividades, antes de se tornarem policiais militares. Vilmar e Juan trabalharam na feira. *Juliet e Lima* foram atendentes em lojas. Provavelmente, a maneira de cada qual lidar com seus afazeres não deve ter variado significativamente ao longo das trajetórias profissionais. No entanto, na maioria dos casos, é fato que a prática da ação letal só ocorreu no exercício da atividade policial; há exceções, por certo, a exemplo de *Victor e Bravo*, que manifestaram o comportamento homicida antes de se tornarem policiais, mas tais exceções apenas validam o constatação.

A coerência da conclusão da pesquisa de Lima, Assunção e Francisco leva a ponderar que, comumente, em última instância, é a forma de organização do trabalho policial que determina o cometimento da ação letal. Parafraseando suas palavras: “o senso aguçado de responsabilidade, o comportamento disciplinado, a grande dedicação ao trabalho”, e também o narcisismo subclínico, o individualismo exacerbado, a necessidade de reconhecimento social, a competitividade, o gosto pela emoção e adrenalina, a

agressividade, a falta de empatia, “só se revelaram perniciosos” quando os indivíduos passaram a atuar nas ruas como policiais. Se tivessem permanecido feirantes, vendedores, estudantes ou até militares das FFAA, é bem provável que nunca houvessem matado outro ser humano, apesar do temperamento, do contato com armas de fogo e de qualquer treinamento marcial.

Os valores e traços de personalidade “que parecem ter sido positivos durante parte da vida dos indivíduos” (LIMA; ASSUNÇÃO; FRANCISCO. In: CODO; JACQUES, 2002, p. 35), nas situações específicas do exercício da atividade policial favoreceram a eclosão da prática homicida. Afinal,

se a situação em si não explica nada, é ela que abre ou deixa fechados, desperta ou deixa em estado de vigília, mobiliza ou deixa como letra morta os hábitos incorporados pelos atores [...] os elementos e a configuração da situação presente têm um peso inteiramente fundamental na criação das práticas. (LAHIRE, 2002, p. 53).

Portanto, ao que tudo indica, é principalmente para a PMPA e para a organização da atividade de policiamento, a situação presente, que se deve dirigir maior atenção, no sentido de buscar compreender o modo pelo qual se articulam três dimensões notadas nesta pesquisa: as *características pessoais* (temperamento e histórico pessoal) e certas *condições de vida* (exposição à criminalidade violenta; medo permanente; estresse intenso) e *condições de trabalho* (política de guerra ao crime e às drogas que legitima as condutas abusivas; atuação das guarnições coesas e independentes; distinção social atribuída ao policial valente e confiável; moralidade condescendente). Ver Ilustração 32.

Ilustração 32 – Tríade das dimensões favoráveis à eclosão da ação letal policial.



Fonte: Elaboração do autor.

Beatriz Mangaloni e Ignacio Cano complementam a constatação de que o uso da força está fortemente associado a questões emocionais e ao histórico pessoal do policial, aventando possibilidades de construção de políticas públicas que ajudariam a reduzir a letalidade dos policiais da PMERJ “ao levar esses fatores [as características pessoais] em conta na seleção e no treinamento” (MANGALONI; CANO, 2016, p. 115).

Meditando, por fim, sobre a abertura de possibilidades cogitada por Mangaloni e Cano, considera-se que seriam do mesmo modo providenciais políticas públicas direcionadas à dimensão das *condições de vida dos policiais* envolvendo esforços organizados com o propósito de:

- reduzir a exposição do policiais em situação vulnerável à criminalidade violenta, em especial, no que se refere ao local de moradia³² e à ameaça sofrida (para que não tenham que recorrer a valentia própria ou de algum *irmão de farda*);
- prover o acompanhamento psicossocial adequado aos policiais envolvidos em intervenção que resulte em morte (desde a primeira e nas seguintes) ou que estejam em sofrimento psíquico, principalmente, aqueles indivíduos já em processo de estresse crônico e *burnout*; esse suporte essencial a saúde física e mental do policial, embora regulamentado e disponibilizado, ainda é prestado de modo contingente e limitado, não oferecendo o apoio necessário, pelo que se observou em campo.

A dimensão das *condições de trabalho* merece igual atenção do poder público e há muito vem sendo debatida por estudiosos do sistema de administração da justiça criminal que compartilham o entendimento de que a redução do uso da força letal pela polícia não é mera questão de trabalho educativo ou de controle interno, ou da escolha entre os modelos de organização militar e civil, mas de plasmar no imaginário social – por meio de ações conjuntas e cristalinas do poder público e da sociedade civil organizada – uma nova representação da *polícia* desassociada da valentia que glorifica o matador.

Parece ser consenso entre aqueles que pretendem a reforma das organizações policiais brasileiras (estudiosos, defensores dos direitos humanos, policiais e concidadãos) que deve restar minimamente claro à todos – políticos, gestores públicos, policiais e população – que o papel da polícia numa democracia não é baixar os números e taxas da criminalidade (cujas

³² No Pará, o governo do Estado lançou recentemente, em 19 jan. 2020, o “Programa de Habitação para policiais militares”. Conforme o texto na página da PMPA, “O programa visa oferecer moradia digna para os servidores da instituição, principalmente os submetidos a riscos, ameaças e atentados materialmente comprovados”. Disponível em: <<https://www.pm.pa.gov.br/?q=node/3149>>. Acesso: 27 jan. 2020.

causas sociais escapam ao seu controle) nem caçar criminosos como “bichos” (assinalando o imenso legado da iniquidade constitutiva da sociedade brasileira), mas sim prover segurança pontual de maneira humanizada, competente e no limite da sua capacidade operativa. No exato limite. Conforme muito já se falou, segurança pública não é só polícia³³.

6.4 LIMITES E CAMINHOS

Ao longo deste estudo, por razões práticas, certas questões não foram exploradas. Algumas deixaram de ser investigadas por não terem sido inicialmente cogitadas e, assim, escaparam aos instrumentos de pesquisa a elas inadequados. Para outras faltou tempo, como nos casos em que não foi possível se apropriar da fundamentação teórica (especialmente, de campos interdisciplinares que tratam do comportamento humano e seus processos mentais) que possibilitasse lhes conhecer e explicar de modo adequado.

A análise das histórias de vida dos policiais paraenses carregou a forte suposição de que a PMPA fiska e tira proveito do policial narcisista exacerbado, o indivíduo cuja personalidade tem algo a provar e que precisa de reconhecimento. Nas complexas organizações policiais contemporâneas, há grande distância entre quem pensa a gestão e aqueles que efetivamente realizam o trabalho. Essa distância produz uma insalubre incoerência entre o pensar, o sentir e o agir na organização. Contradições, por exemplo, entre os indicadores de desempenho da segurança pública que não têm coerência com a missão institucional³⁴. Em outras palavras, a gestão das organizações policiais coloca em conflito permanente o policial, cobrado por resultados que não tem como alcançar diante de limitações objetivamente postas, ainda que ele se disponha a trabalhar cada vez mais³⁵.

Verificou-se que a PMPA realiza o recrutamento, seleção, formação e movimentação desse indivíduo sem observar seu temperamento e histórico de vida. Depois, mobiliza-o a canalizar toda sua energia numa frenética e infundável guerra ao crime, numa competição desumana e desenfreada no alcance de metas cada vez mais insólitas. Coloca-o para perseguir resultados inatingíveis sob condições *paradoxais e paradoxantes*³⁶: reforça no policial o culto

³³ Cf. COSTA; LIMA. In: LIMA; RATTON; AZEVEDO, org., 2014, pp. 482-490.

³⁴ Cf. OLIVEIRA NETO, 2005, pp. 91-139.

³⁵ Vincent de Gaulejac analisa a gestão de certos elementos do ambiente organizacional que provocam o adoecimento do trabalhador, no que denomina a “gestão como doença social” (GAULEJAC, 2007, pp. 147-243).

³⁶ *Idem*.

à valentia, mas, sujeita-o a viver sob profundo e permanente medo; autoriza-o (tacitamente) a recorrer, de modo pragmático, à violência crua para a solução eficaz de problemas que a organização posterga ou ignora, porém, castiga-o quando atrocidade se torna pública. Afinal, arrasta-o a crise existencial. Em alguns indivíduos, uma parte do eu se adapta às exigências da organização, outra parte não, produzindo o adoecimento físico e psíquico (violência, depressão, neurose, alcoolismo, adicção, desagregação familiar, ideação suicida)³⁷, conforme se mostrou.

A pesquisa conduziu à forte convicção de que a conduta letal abusiva do policial não desponta como mera questão de socialização profissional ou da inclinação pessoal, mas eclode da gestão organizacional inadequada do encadeamento da sua idiossincrasia com condições objetivas de vida e de trabalho, numa teia que, no limite, coloca à prova o repertório de afetos (recalques, angústias, medos, ódios projetados sobre os outros) que cada indivíduo dispõe para lidar com situações severamente estressantes.

Nessas *provas*, que segundo François Dubet³⁸ são permanentes na sociedade contemporânea, o indivíduo está exposto à dissociação sistêmica dos vários princípios que orientam suas ações. Os policiais militares, conforme se averiguou, são pais, mães, professores, estudantes, esportistas, religiosos, céticos, conservadores, liberais (e nas suas folgas, também: comerciantes, seguranças particulares, motoristas de aplicativos). Em suma, são pessoas comuns que engendram distintas condutas para os diferentes papéis sociais que assumem. De tal modo, esse indivíduo prosaico, histórico, é incessantemente pressionado a articular lógicas de ação desconexas para se dotar de uma unidade identitária.

Para Dubet³⁹, a sociedade atual é assinalada pelo declínio do programa institucional, isto porque, segundo ele, as instituições se multiplicaram e perderam o controle sobre suas fronteiras. Com o fim da sacralidade das instituições, a imagem do sujeito tido como maleável às disciplinas institucionais perdeu sua consistência; a instituição renunciou a sua aderência total sobre o indivíduo. Portanto, diz ele, o indivíduo não será mais totalmente programado.

O declínio do programa institucional indica uma mudança profunda no processo de socialização. A socialização não pode mais ser pensada como o encapsulamento dos indivíduos pela sociedade, através de uma continuidade de valores, de papéis e de personalidades formatadas pelas instituições. Instala-se aí um problema de motivação.

³⁷ GAULEJAC, 2007, pp. 147-243.

³⁸ Cf. MARTUCCELLI; SINGLY, 2012, p. 76-77.

³⁹ Cf. DUBET, 1996; 2002; 2009.

Quando o senso de socialização não vem de cima, ele só poderá vir do próprio indivíduo, que deve se mobilizar subjetivamente diante de regras que não estão mais associadas a valores e princípios inquestionáveis, anota Dubet. A socialização consiste, portanto, menos em se identificar com papéis sociais que se referem a valores universais que a forjar a si próprio, por uma construção contínua de relações e de experiências. É, portanto, menos um programa que um trabalho contínuo⁴⁰.

Logo, considerando todo esse acervo de ideias bem coerente e cujo valor cognitivo se coloca acima da dúvida sensata, acredita-se que desponta como indispensável conhecer melhor as provações e os mecanismos pelos quais a violência letal intencional opera entre os policiais, para produzir conhecimentos que possam ajudar a trabalhar neles a razão, o inteligível, no intuito de desenvolver os afetos que lhes possibilitarão voltar a seu favor o que a eles se apresenta nas ruas como o acaso e o inevitável.

Nessa direção, o aprofundamento no exame das dinâmicas do sujeito, nos aspectos do vivido, da subjetividade, do consciente (e do inconsciente), na observação fina do cotidiano da atividade de policiamento, parece um caminho promissor para futuras pesquisas sobre o repertório de afetos e o trabalho policial, numa abordagem sociológica interdisciplinar e aberta a vários eixos de compreensão e instrumentos teórico-metodológicos que possibilitem compreender a misteriosa existência humana.

Especialmente, pesquisas junto aos indivíduos que relutam em cometer atrocidades ou que passaram por tão-somente uma experiência letal (quicá, o *batismo de sangue*), como os observados na pesquisa documental das MIP/BPOT, e àqueles cuja disposição de enfrentar o risco do confronto arrefeceu no curso da trajetória profissional, a exemplo de *Romeo, Victor e Bravo*.

Todavia, é relevante esclarecer que essa pretendida guinada à “sociologia do indivíduo não deve ser confundida com uma microsociologia [posto que o] lugar concedido ao indivíduo resulta de normas sociais e das leis, e ele traduz uma mudança global na sociedade”⁴¹ (MARTUCCELLI; SINGLY, 2012, p. 14, tradução nossa).

Sobre tal posicionamento, Vincent de Gaulejac explica que autores clássicos das ciências sociais já se depararam com essa questão. Ressalta ele que o próprio Émile Durkheim designara, desde 1885, com muita clareza o objeto de uma sociologia do indivíduo: “visto que na sociedade só há indivíduos, são estes e tão-somente estes os

⁴⁰ Cf. DUBET, 1996, p. 21.

⁴¹ “[...] une sociologie de l’individu ne se confond pas avec une microsociologie. La place accordée à l’individu résulte des normes sociales et des lois, et elle traduit un changement global de la société.”

fatores da vida social. [...] O estudo dos fenômenos sociológico-psíquicos não é, portanto, um simples anexo da sociologia, é sua própria substância” (GAULEJAC, 2005, p. 67). Para Norbert Elias, prossegue Gaulejac citando Jean-Claude Kaufmann, o *hábito* é uma instância de regulação pulsional fabricada na secreta alquimia dos psiquismos individuais e Marcel Mauss, por sua vez, notava o caráter inextricável das *montagens físico-psico-sociológicas*⁴².

Dubet, peregrinando na mesma direção, explica que escolheu a noção de “experiência” (1996, p. 15) para designar as condutas sociais. Segundo ele, todo indivíduo enfrenta uma provação permanente caracterizada pelo esforço constante de combinar e articular três grandes lógicas de ação: *integração*, *estratégia* e *subjetivação* (ver Ilustração 33).

Ilustração 33 – As três grandes lógicas da ação, segundo François Dubet.



Fonte: MARTUCCELLI; SINGLY, 2012. Elaboração do autor.

Acredita-se que a matriz analítica de Dubet seja um caminho favorável ao aprofundamento na compreensão da ação letal. Seguindo sua abordagem, a grande ordem lógica *integrativa* aparenta orientar o policial que age em defesa do companheiro de farda ameaçado por integrantes de facções criminosas que dominam o bairro periférico ou do policial da ROTAM que não hesita em defender o brio da sua estimada unidade de elite na vingança do assassinato de um irmão de farda, como relataram *Oscar e Bravo*. Pode ainda guiar o pacto de sangue da guarnição policial que resultará em mortes clandestinas, a exemplo das chacinas protagonizadas no passado, pela PATAM.

Por sua vez, a grande ordem lógica *estratégica* é percebida na ação letal do policial que busca o recebimento da vantagem financeira, com a eliminação do

⁴² Cf. GAULEJAC, 2005, p. 67

ladrãozinho que importunava os comerciantes da comunidade. Igualmente, pode abalizar o comportamento do recruta aventureiro que almeja prestígio social, bem como a distinção entre seus pares que ostentam *Oscar*, *Victor* e *Bravo* ou a conduta do miliciano que ambiciona se apoderar do negócio ilícito da droga num território assolado por traficantes de drogas.

A grande lógica de ação *crítica* parece explicar o tormento consciencial do soldado Nonato e de *Juliet*, que provocou o rompimento com os outros policiais da guarnição de serviço. Entretanto, por outro ponto de vista, a delação do motorista patanzeiro pode ter sido estratégica, diante de uma possível responsabilização solidária.

Deve-se considerar que as três grandes lógicas de ação se combinam e se articulam, incessantemente. O policial valente que defende seu vizinho movido pela lógica da integração pode além disso ambicionar, com certa estratégia, sua alocação no bico que o amigo ameaçado coordena.

O policial miliciano que mata por dinheiro, seguindo sua racionalidade econômica, pode se achar moralmente obrigado a vingar a morte de um velho amigo da unidade, movido pelo espírito de pertencimento ao grupo.

Quiçá, esse mesmo policial sicário, tempos depois, resolva abdicar da violência, abandonando as armas para abraçar a fé em divindades metafísicas ou para se entregar de corpo e alma ao desenvolvimento espiritual, num processo de subjetivação.

Todavia, segundo observa criticamente Gaulejac, falta a *sociologia da experiência* integrar nos seus sistemas explicativos a dinâmica do próprio sujeito, do seu desejo de controlar a própria experiência⁴³. Faz-se necessário adentrar nas sombras que habitam a mente humana para expor os recalques, o ódio projetado sobre o outro (indiscriminado), os mecanismos de defesa psíquicos, os vínculos instrumentais e os que permitem repatriar o que é recalcado, observa o sociólogo clínico.

Acredita-se que é no âmago dessas reflexões sobre a experiência subjetiva, entre o consciente e o inconsciente, que a investigação sociológica da letalidade policial pode avançar na análise das relações estruturais que fundam a sujeição dos indivíduos envolvidos na ação letal, nas contradições existenciais que o processo de sujeição neles produz e das respostas idiossincráticas que cada um fornece ao se posicionar como sujeito de sua história.

⁴³ Cf. GAULEJAC, 2005, p. 70.

O caminho metodológico propício parece ser o da abordagem clínica das histórias de vida, *compreendidas em seus momentos de ruptura, de continuidade e/ou de escolhas que se elaboram em espaços de incertezas e que não são produto do livre arbítrio, nem consequência lógica de determinações estruturais, mas que são respostas que os indivíduos e os grupos produzem face às situações contraditórias*⁴⁴.

Enfim, é esteado nas ideias originais desses dois sociólogos – François Dubet e Vincent de Gaulejac – que se imagina ser fecundo avançar em pesquisas futuras, na compreensão do ato de matar do policial avocado enquanto uma *experiência unitária permanentemente colocada à prova*⁴⁵.

⁴⁴ Cf. GAULEJAC, 2005, p. 59.

⁴⁵ Cf. MARTUCCELLI; SINGLY, 2012, p. 76.

CONCLUSÃO

“[...] *Periferias, vielas, cortiços,*
 você deve tá pensando “o que você tem a ver com isso?”.

Desde o início por ouro e prata.

Olha quem morre, então veja você quem mata.

Recebe o mérito a farda que pratica o mal.

Me ver pobre, preso ou morto já é cultural.

Histórias, registros e escritos.

Não é conto, nem fábula, lenda ou mito.

Não foi sempre dito que preto não tem vez?”

(Mano Brown; Edy Rock)

A tradição da pesquisa sociológica sobre a *polícia* e o *uso da força por policiais* tem se concentrado em três dimensões: a instituição (*os valores*), a organização (*o trabalho*), a profissão (*os interesses*). Muitos dos avanços relacionados às garantias de direitos civis, à defesa da sociedade, à expansão da cidadania, à democratização e à reforma do sistema de administração da justiça criminal, em especial das organizações policiais, contaram com valiosas contribuições de acadêmicos que se dedicaram à produção do conhecimento no campo. Esta tese procura se juntar a esse esforço intelectual, acrescentando à clássica tríade o enfoque da dimensão do policial (*o indivíduo*).

Este estudo tratou do tema da letalidade policial de maneira histórica (por meio de uma meticulosa pesquisa documental), abrangente (com a assistência de ferramentas estatísticas e estimativas) e densa, esmiuçando a vivência policial aos olhos dos próprios atores. Não se considera microssociologia, posto que o lugar concedido ao indivíduo policial nesta abordagem resulta de normas sociais e de leis, e traduz a sociedade contemporânea (e o subjetivismo contemporâneo) não apenas local.

O policial paraense sociologicamente examinado vive as agitações hodiernas como qualquer outro cidadão urbano, na incessante labuta diária para dar conta das muitas instâncias da vida, apressada, num mundo cada vez mais acelerado, duvidoso e competitivo. A modernidade fluida assinalada por um individualismo exacerbado e pela perda da sensibilidade, já descrita e explicada por estudiosos renomados, é caracterizada por um subjetivismo que cede cada vez mais espaço à realização dos desejos e impulsos particulares – o *mito fáustico* – em detrimento do comportamento ético. Em que se

crystaliza, do mesmo modo, a cegueira moral frente às pequenas violências do dia a dia, nas relações de trabalho assediosas, nas agressões domésticas ou na mera indiferença ao próximo que cola seu rosto redondo e sujo no vidro da janela do carro, em cada semáforo. No Brasil, o imenso legado da iniquidade torna tudo ainda mais pernicioso.

Como qualquer outro indivíduo do seu tempo, não se envolve pessoalmente com questões do trabalho. Uma defesa psíquica, dizem especialistas, contra o sofrimento, a injustiça e a ameaça numa sociedade tão desigual e violenta. De tal modo, o policial não costuma levar para casa a dor da família desalojada numa reintegração de posse ou dos familiares da vítima assassinada. De igual maneira, não cultiva relacionamentos na vizinhança onde mora. Encerra-se no seu mundo, protegendo-se mutuamente entre iguais.

Na maioria das vezes, as violências inocentes do subjetivismo contemporâneo passam despercebidas, naturalizadas, sem acometer gravemente suas vítimas, ao menos em curto prazo. Não entre os policiais. A perda da sensibilidade, a indiferença, a falta de empatia, o *nós contra eles*, no caso do policial parece estruturar uma matriz de afetos que mal administrada e sob estresse intenso pode transformar o prosaico indivíduo hodierno num agente capaz de praticar a atrocidade como algo banal. Apenas mais um abuso habitual no policiamento. O lado sombrio do trabalho policial – do instantâneo (necro)poder absoluto sobre a vida do outro – amplifica os efeitos do subjetivismo contemporâneo e os torna potencialmente lesivos.

O perfil do policial que mais interessou a este estudo não foi o que se mostrou altamente reincidente na conduta homicida, incomum, com traços de personalidade que sugerem o que psicólogos classificam como o indivíduo antissocial agressivo. Tampouco foi o seu extremo oposto, igualmente raro na amostra, aquele que foge da atividade operacional como o diabo da cruz e, portanto, não experiencia o fenômeno social estudado. O maior empenho se concentrou sobre o policial ordinário, a maioria, que se dedica ao trabalho de policiamento das ruas e que, sem cinismo, acredita estar fazendo o que é certo para o bem da sociedade. Este indivíduo que eventualmente – entusiasmado ou até a contragosto – participará de intervenções policiais que poderão resultar na morte de pessoas.

O exame dos possíveis determinantes da ação letal do policial ordinário alvitrou a associação positiva de alguns fatores de relevância teórica, são eles: pertencer a certa OPM especializada; o papel que se espera ou que mandam que se desempenhe na guerra ao crime; a dimensão simbólica que orienta o comportamento, marcada pelo elevado valor social concedido à valentia; a camaradagem e o apoio social dos pares que instigam a conduta violenta; a necessidade narcísica de ser querido, aceito e respeitado como

confiável por companheiros de farda e superiores que distribuem as recompensas. Contudo, mostrou-se difícil determinar com precisão o efeito de cada variável.

Em compensação, ficou bastante perceptível que a ação letal tende a ocorrer num dado encadeamento. Se, em princípio, pode parecer que ao tratar do indivíduo, pretendia-se eximir da análise a instituição, o Estado, para atribuir ao policial toda a responsabilidade por desvios de comportamento – abraçando a clássica lógica da extirpação das maçãs podres –, muito ao contrário.

A pesquisa conduziu à forte convicção de que a conduta letal abusiva do policial não desponta como mera questão de socialização profissional ou da inclinação pessoal, mas eclode da gestão organizacional inadequada do encadeamento da sua idiossincrasia com condições objetivas de vida e de trabalho, numa teia que, no limite, coloca à prova o repertório de afetos (recalques, angústias, medos, ódios projetados sobre os outros) que cada indivíduo dispõe para lidar com situações severamente estressantes.

Os resultados encontrados apontaram que é principalmente para a PMPA e para a atividade de policiamento que se deve prestar maior atenção, no sentido de buscar compreender o modo pelo qual se encadeiam as três dimensões que – quando mal administradas pela organização – favorecem à eclosão da ação letal. Segundo se averiguou em campo, a PMPA parece submeter os policiais militares às condições objetivas que se cristalizam em, ao menos, três injunções paradoxais relacionadas às características pessoais e certas condições de vida e de trabalho:

- a polícia militar realiza o recrutamento, a seleção, a formação e a movimentação dos policiais sem observar seus temperamentos e históricos de vida. A negligência acende possibilidades do despertar e da mobilização de hábitos incorporados (disposições idiossincrásicas à violência) nos indivíduos ao enfrentarem situações estressantes no exercício da atividade policial;
- a organização coloca ou consente que policiais (e seus familiares) sejam expostos ao medo permanente frente à criminalidade violenta – no âmbito do trabalho ou doméstico – até entrarem em colapso por estresse intenso. O policial busca se defender da sua realidade interna (angústia, medo, ódio) projetada sobre a realidade externa (a hostilidade do ambiente) de acordo com seu repertório afetivo e, se necessário, associa-se aquilo que a sociedade muito valoriza: a valentia. A prática direta da violência letal intencional pode, nesse sentido, funcionar como mecanismo de defesa psíquica do mesmo modo que o medo intenso pode levar ao

estabelecimento de vínculos instrumentais com justiceiros e milicianos para a solução indireta do problema por meios subterrâneos de uso força letal;

- o sistema de administração da justiça criminal – que cobra obstinadamente resultados positivos na guerra ao crime e às drogas, a valer, inalcançáveis (posto que o problema extrapola a capacidade não apenas das organizações policiais mas do próprio sistema) – é condescendente e legitima condutas abusivas, tratando com distinção o policial valente e confiável, mas o pune quando os excessos se tornam públicos. Concede autonomia às guarnições policiais de serviço na corrida por resultados, porém exige dos comandantes a rigorosa observância de padrões procedimentais incompatíveis com o modelo estatal de controle social.

A gestão da organização policial enlaça e tira proveito do indivíduo narcisista acirrado, de igual maneira ao que acontece noutras corporações empresarias estudadas por sociólogos clínicos, repletas de personalidades que sempre tem algo a provar e precisam visceralmente de reconhecimento social. Na PMPA, esses indivíduos são mobilizados numa frenética e infundável guerra ao crime. Perseguem resultados inatingíveis sob condições paradoxais e paradoxantes.

Ao menos duas afecções parecem crônicas nessa gestão que adoece: o tributo a valentia (objetivada na prática da violência crua), motivo de orgulho entre os policiais; e o caráter pragmático atribuído à violência por policiais, enquanto solução legítima e eficaz para problemas que a organização posterga ou ignora.

Logo, faz-se necessário conhecer bem os mecanismos pelos quais a violência letal intencional dos policiais opera, para melhor trabalhar neles a razão, o inteligível, no intuito de desenvolver nos policiais os afetos que lhes possibilitarão voltar a seu favor o que a eles se apresenta nas ruas como o acaso e o inevitável. Nessa direção, o aprofundamento no exame das dinâmicas das coesas guarnições policiais de serviço, dos protagonismos e coadjuvâncias nas ações letais, notadamente junto aos indivíduos que relutam em cometer atrocidades ou que passaram por tão-somente uma experiência letal (quicá, a provação de sangue), numa abordagem sociológica clínica, interdisciplinar, aberta a vários eixos de compreensão, parece um caminho promissor para futuras pesquisas.

Ao cabo deste estudo, verificou-se que a Polícia Militar do Pará não é constituída por uma massa homogênea de indivíduos que vivenciam constantes experiências de matar. Tornou-se evidente que a organização não têm a capacidade de construir uma identidade profissional sólida nem controlar a conduta dos seus integrantes. Tampouco, consegue realizar efetivamente a programação institucional dos seus agentes – que seja capaz de transformar

individuos bons (oriundos da *boa sociedade*) em matadores sanguinários, conforme pensam alguns –, sujeitando-os de modo determinante a modelos universais de conduta violenta.

Todavia, conforme se aclarou, a gestão da organização coloca permanentemente os policiais em situações conflitantes capazes de mobilizar no indivíduo crises existenciais que podem resultar em ações abusivas de violência aguda. Os policiais paraenses têm em suas biografias, sociabilidades assinaladas por exposições à violência que não se restringem à socialização profissional – que tanto antecede quanto extrapola as organizações policiais – e que fomentam, em alguns poucos, um forte desejo de matar às vezes colocado em prática.

Apresentadas as conclusões da pesquisa, resta ainda esclarecer ao leitor as circunstâncias peculiares que envolveram a escolha do título deste estudo e o afeto que o orientou. A bem dizer, o título não foi escolhido, apresentou-se. A locução “sangue nos olhos” compareceu por diversas vezes nas falas dos policiais como expressão que refere à coragem, raça, gana, determinação, à força de vontade daquele que avança com destemor e que não cessa a batalha mesmo tendo os olhos cobertos com o sangue do oponente. Essa é a primeira dimensão do estudo que o título comporta. Restam outras duas.

O título pode ser, por outro lado, entendido enquanto referência à violência feral, explícita, intensa, que salta à vista em suas piores formas, estampada nos jornais, na televisão, na internet. O sangue que é diariamente despejado sobre espectadores assombrados, conforme se aclarou nos capítulos iniciais.

Também compreende o derrame ocular por rompimento de minúsculos vasos sanguíneos localizados na conjuntiva, causando uma mancha vermelha ou ainda o sangue da ferida aberta na frente, que escorre aos olhos causando dor, desconforto, desorientação. Em ambos os sentidos, essa terceira interpretação do título remete à violência que se volta contra o perpetrador, na condição de algoz-vítima estudada.

Por fim, sobre o afeto que inspirou a pesquisa, considero que seja melhor escrever em primeira pessoa essas derradeiras linhas, quão numa conversa *inter pares*, para que eu possa explanar de modo adequado algo que é naturalmente pessoal e enlaçado à minha condição de pesquisador-nativo, aliás, mais propriamente ao meu predicado de nativo.

A elaboração da tese, desde os primeiros passos, foi embalada por emoções aprazíveis fundadas nas boas lembranças do convívio com tantos policiais cumpridores da lei, competentes e dedicados, e dos seus atos de heroísmo que, em geral, ficaram no anonimato. Mas, não posso negar que brutalidades também aconteceram.

Foram justamente os altivos sentimentos que cultivo pela Polícia Militar do Pará, pela profissão e por policiais paraenses íntegros – a exemplo de Wilmar e Juan – que me inclinaram

a esmiuçar sem arroteio a letalidade policial abusiva que assola a instituição e a sociedade paraense, fazendo vítimas dentro e fora dos quartéis. Afetos sinceros que me levaram a investigar sociologicamente as mortes atribuídas aos policiais paraenses sem me deixar confundir (muito menos legitimar) o ato de bravura com a manifestação de perversidade ou de traço antissocial. A primeira conduta é nobre, enquanto a segunda é nefanda e a última, por natureza, patológica.

Observe, caro leitor, que se trata da análise da ação social, do comportamento humano, e não do julgamento moral de qualquer indivíduo. De tal modo, esta obra é impessoal, ou seja, não se refere a uma pessoa em particular, ainda que muitos policiais paraenses tenham contribuído para sua elaboração e que tantos outros, apesar de não terem participado da pesquisa, possam vir a se reconhecer nela.

Ademais, é plausível que, ao realizar a leitura no presente, haverá quem considere um certo negativismo e exagero da minha parte, ao retratar o Pará. Enquanto revisava as últimas linhas da tese, já finalizada a pesquisa, tomei conhecimento dos números de 2019 e do primeiro trimestre de 2020 (não abrangidos no período analisado) que indicam significativas melhoras na segurança pública.

O Governo do Pará, por meio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, divulgou em mídia aberta a redução de 30,00% no número de homicídios no estado, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, em comparação com 2018. A diminuição representa a preservação de 1.146 vidas, sendo 752 delas apenas na região metropolitana de Belém. Essa é a maior redução registrada desde o ano de 2010.

A melhor integração entre os atores do sistema de segurança pública em articulação com políticas sociais, a admissão de novos efetivos policiais e o fortalecimento do policiamento ostensivo são apontados pelas autoridades públicas paraenses como fatores que concorreram para os bons resultados no enfrentamento à violência.

Dentre as ações do novo governo, duas merecem especial destaque por corroborarem explicações apresentadas neste estudo: a adoção de mecanismos mais eficientes de controle sobre a disciplina e os desvios de conduta de policiais militares, refletindo na queda do número de mortes por intervenções policiais; a atuação dos centros de inteligência das polícias estaduais na desarticulação das milícias e facções de traficantes envolvidas em assassinatos na RMB, promovendo a redução da incidência de homicídios.

Desse modo, penso que o tom da narrativa que pode parecer sinistro para alguns se deve ao contraste com período elencado para análise, considerando que os anos de 2017 e 2018 apresentam as maiores quantidades de crimes violentos letais intencionais no estado e também de mortes atribuídas aos policiais paraenses, historicamente registradas no Pará.

De toda sorte, é bem provável que esta tese desagrade a parte dos policiais por outra razão, bem mais severa. Nela, foi questionada *a valentia do indivíduo confiável*, um atributo social de valor inestimável no seio da tropa. Entretanto sobre isso não há o que fazer, pois abraço como fundamental a indagação sobre o agir policial que torna possível a sua transformação, no intuito de que seja mais virtuoso, civilizado e democrático.

Cabe-me, então, aceitar o enfeitamento de bom grado, na esperança de que, superada a aversão inicial e completada a leitura, será esclarecido ao leitor que:

- o cometimento da ação letal abusiva atenta contra o policial militar que veste sua farda e sai para trabalhar imbuído de melhor servir à sociedade paraense, sem recorrer ao uso da força letal de modo desnecessário e injustificado. Esse policial íntegro e comprometido com seu semelhante, mas nem por isso menos exposto aos riscos e percalços inerentes à atividade, é diferenciado do indivíduo sicário e pernicioso que denigre a PMPA e não merece ser confundido e tratado como venal;
- o entusiasmo imprudente do policial recruta necessita de atenção especial, pois é facilmente induzido ao erro e à barbárie, em batismos de fogo e provações de sangue;
- muitos comandantes não controlam de fato suas unidades e outros, ainda pior, influenciam-nas nocivamente;
- a moralidade condescendente com a violência sustenta a letalidade policial, não sendo possível a ninguém lavar as mãos;
- a tolerância social à violência abusiva engorda justiceiros, grupos de extermínio e milícias; essas últimas, as milícias, infiltram-se no Estado com a audácia e a capacidade real de peitar a organização policial e os poderes constituídos, coisa que os demais grupos criminosos não o fazem com tamanha facilidade;
- policiais inocentes são vitimados em represália às atrocidades de alguns poucos companheiros de farda, no ciclo nefasto em que *polícia mata bandido que mata polícia que mata bandido* sem fim;
- há trágicos sinais do colapso da polícia militar, nítidos e inquestionáveis: os militares estaduais são os policiais que mais matam, que mais morrem e que mais se matam. No Pará, os policiais militares morrem em média 20 anos mais cedo que a expectativa de vida da população.

À vista disso, em última instância, acolho a aversão que a tese pode angariar nas fileiras das forças de segurança pública e entre simpatizantes da polícia linha dura se restar minimamente aclarado a quem se propuser a conhecê-la, que se faz imperioso reduzir a letalidade para que os próprios policiais possam ter todos uma vida mais digna.

Nada mais expressivo, então, para bem findarmos a conversa, que ressoar a fala expiatória que me instigou ao longo da empreitada:

“Se alcançar ao menos um policial, terá valido a pena”.

REFERÊNCIAS

ABREU, F. Trecho do poema *Com sangue nos olhos*, de Fernanda Abreu, postado em 26 mai. 2012. Disponível em: <<http://toptopahh.blogspot.com/2012/05/com-sangue-nos-olhos.html>>. Acesso: 2 jan. 2020.

ADORNO, L. **Em um ano, 80% dos policiais assassinados no país morreram armados na folga**. UOL, Cotidiano, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/01/17/policia-armamento-mortes-folga-violencia.htm>>. Acesso: 30 jan. 2019.

ADORNO, S. **A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea**. São Paulo, 1996, 282 p., Tese de Livre Docência – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea**. *Jornal de Psicologia*, abr./jun. 2002, p. 7-8.

ALBERNAZ, E. R. **Deus e o Diabo na terra do sol: visões de espaço público, ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2009, 211 p., Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. **Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas**. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, pp. 525-539, Set./Dez. 2010.

ALVES, J. A. **Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo**. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, v. 22, 2011, pp. 108-134.

AGRESTI, A. **An introduction to Categorical Data Analysis**. New York: John Wiley and Sons, 2007, 372 p.

AMORIM, K.; ADORNO, L. 2018. UOL Notícias. **No fogo cruzado no Pará**. Disponível em: <<https://www.uol/noticias/especiais/no-fogo-cruzado-do-para.htm#terra-de-marcados-de-morte>>. Acesso: 25 abr. 2019.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 562 p.

_____. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 336 p.

ARONSON, E; MILLS, J. **The effect of severity of initiation on liking for a group**. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 1959, pp. 177-181.

ASCH, S. *Effects of group pressure upon the modification and distortion of judgments*. In: **Groups, Leadership and men**. Pittsburgh: Carnegie Press, 1951, pp. 222-236.

AYRES, M.; AYRES JÚNIOR, M.; AYRES, D. L.; SANTOS, A. S. **BIOESTAT 5.0 – Aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas**. ONG Mamiraua. Belém, PA, 2007, 364 p.

AZZI, R. G. **Desengajamento moral na perspectiva da Teoria Social Cognitiva**. *Psicologia: ciência e profissão*, vol. 31, n. 2, 2011, pp. 208-219.

BAENA, A. L. M. **Compêndio das eras da província do Pará**. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1969, 395 p.

BALKO, R. **Rise of the warrior cop: the militarizations of America's police forces**. New York: PublicAffairs, 2013, n. p., edição do Kindle.

BANDEIRA, A. R. **Armas para quê?** São Paulo: LeYa, 2019, 416 p.

BANDURA, A. **Selective activation and disengagement of moral control**. *Journal of Social Issues*, vol. 46, n. 1, 1990, pp. 27-46.

_____. **Moral disengagement in the perpetration of inhumanities**. *Personality and Social Psychology Review*. [Special Issue on Evil and Violence], vol. 3, 1999, pp. 193-209.

BARREIRA, C. **Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: Núcleo de Antropologia, 1998, 178 p.

BAYLEY, D. H. **Police for the future**. New York: Oxford University Press, 1994, 187 p.

_____. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, 267 p.

BAYLEY, D. H.; SKOLNICK, J. **Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidade norte-americanas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, 257 p.

BEAR, M. F. **Neurociências: desvendando o sistema nervoso**. Porto Alegre: Artmed, 2002, 855 p.

BECKER, H. S. **Whose side are we on?** *Social Problems*, vol. 14, n. 3, inverno 1967, pp. 239-247.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2014, 239 p.

_____. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004, 96 p.

BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, 385 p.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Blucher, 2005, 290 p.

BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTROM, T. **Epidemiologia Básica**. São Paulo: Grupo Editorial Nacional, 2010, pp. 63-82.

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 322 p.
- _____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2012, 747 p.
- _____. *Esboço de uma teoria da prática*. In. ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, pp. 46-81.
- BRABO, I.; CORRÊA, R. **Os princípios de direitos humanos na Polícia Militar do Pará: formação para o exercício da função policial**. REBESP, Goiânia, v. 9, n. 1, jan/jun. 2016, pp. 20-29.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.
- BRASIL. **Lei nº 9.299, de 7 ago. 1996**. *Coleção de Leis da República Federativa do Brasil*, Brasília: Câmara dos Deputados, 1996, Página 3658, Vol. 8 (Publicação Original).
- BRETAS, M. L. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, 124 p.
- CAIN, M. **Society and the policeman's role**. London: Routledge & Kegan Paul, 1973, 315 p.
- CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000, 400 p.
- CANO, I. **The use of lethal force by police in Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iser, 1997, 81 p.
- CANO, I.; PINC, T.; ROJIDO, E.; COELHO, T. **Letalidade policial no Rio de Janeiro: fatores de influência individual e medidas de controle institucional**. *PROJETO BRA/04/029: Segurança Cidadã, Pensando a Segurança Pública*, 2016, 82 p.
- CANUTO, A; SILVA LUZ, R. DA; ANDRADE, V. P. (coord.). **Conflitos no Campo – Brasil 2017, CPT Nacional**, Brasil, 2017, 280 p.
- CARIELLO, G.; GRILLO, M. **Em 15 anos, Brasil matou uma pessoa a cada dez minutos**. O Globo, A Guerra do Brasil, 2017. Disponível: <<https://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/a-guerra-do-brasil.html#materia-principal>>. Acesso: 20 março 2019.
- CAVALCANTI, K. **O nome da morte: a história real de Júlio Santana, o homem que já matou 492 pessoas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018, 232 p.
- CERIONI, C. Exame. **Mortes pela polícia do RJ crescem 127% em 4 anos: como frear a escalada?** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/mortes-pela-policia-do-rj-crescem-127-em-4-anos-como-frear-a-escalada/>> .Acesso: 9 jan. 2020.
- CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 287 p.
- CHAN, J. B. L. **Changing police culture: policing in multicultural society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, 268 p.

CHARLET, R. B. **Uso e controle da força pel polícia: ações de reitegrações de posse urbana na região metropolitana de Belém (1990-2002)**. Belém, 2006. 100 p., Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará.

CHEVIGNY, P. **Police deadly force as social control: Jamaica, Brazil and Argentina**. *Dossiê NEV*, n. 2, São Paulo, 1991.

CLARK, J. P. **Isolation of the police: a comparison of the british and American situations**. *Journal of Criminal Law, Criminology and Police Science*, 56/3, 1965, pp. 307-319.

CORRÊA, M. A. S. **Institucionalização de saberes: o processo de sujeição do ato de matar no trabalho policial militar**. Belém, 2017. 75 p., Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará.

COSTA, A. C.; FERREIRA JÚNIOR, S. do E. S.; SAMUEL, K. P. **O silêncio do debate da segurança pública nas narrativas jornalísticas sobre violência na Amazônia paraense**. *Comunicação & Informação*, Goiânia, v. 20, n.1, jan./jun. 2017, pp. 149-169.

COSTA, A. T. **Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014, 219 p.

COSTA, A. T.; LIMA, R. S. de. **Segurança pública**. In: LIMA; RATTON; AZEVEDO (org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 482-490.

COULON, A. **La etnometodologia**. Madrid: Catedra, 2005, 141 p.

COUTO, A. C. de O. **Geografia do crime na metrópole: da economia do narcotráfico à territorialização perversa em uma área de baixada de Belém**. *Papers do NAEA*, ISSN 1516111, nº 223, 2008, pp. 3-17.

_____. **Do poder das redes às redes de poder: necropoder e configurações territoriais do narcotráfico na metrópole de Belém-PA**. Belém, 2017. 299 p., Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2018. Notícias. **Assassinatos no campo batem novo recorde e atingem maior número desde 2003**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br>>. Acesso: 20 mar. 2019.

CRANK, J. P. **Understanding police culture**. Cincinnati: Anderson, 1998, 348 p.

CRONBACH, J. L. **Coefficient alpha and the internal structure of tests**. *Psychometrika*, v. 1, n. 3, setembro, 1951, pp. 297-334.

DELEUZE, G.; GATTARI, F. **O que é um conceito?** In: _____. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, pp. 25-47.

DELUCHEY, J. **Sécurité publique et ordre démocratique au Brésil: L'Etat du Pará**. 2000. 575 p., Tese de Doutorado – Universidade de Sorbonne Nouvelle (Paris III). Paris.

DIÁRIO DO PARÁ. **A violência tomou conta do Pará!** Belém: Pará, edição impressa de 31 out. 2017, Capa.

_____. **MP denuncia 6 PMs pelo caso “Pocotó”**. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-370486-mp-denuncia-6-pms-pelo-casopocoto.html>>. Acesso: 5 nov. 2019.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Tejo**. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/tejo/721/>>. Acesso: 7 jan. 2020.

DOL - Diário Online, Portal de Notícias. Seis mortos em chacina na cidade de Santa Izabel. Notícia de 27 ago. 2011; atualizado 29 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-163927-seis-mortosem-chacina-na-cidade-de-santa-izabel.html>>. Acesso: 21 jan. 2020.

DOSTOIÉVSKI, F. **Crime e castigo** (1876). São Paulo: Martin Claret, 2013, 591 p.

_____. **Duas narrativas fantásticas: a dócil e o sonho de um homem ridículo** (1876). São Paulo: Editora 34, 2003, p. 56.

_____. **Memórias do subsolo** (1864). In: Os russos, São Paulo: Editora Hedra, 2015, pp. 309-310.

DUARTE, B.; CALDAS, R. **Letalidade policial, vitimização policial e políticas públicas de segurança no Brasil**. S. l., 2017, 9 p. Disponível em: <http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/3813_barbara_duarte.pdf>. Acesso: 10 mar. 2019.

DUBET, F. **Sociologia da experiência**. *Epistemologia e Sociedade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, 282 p.

_____. **Le Déclin de l’Institution**. Paris: Éditions du Seuil, 2002, 421 p.

_____. **Le travail des sociétés**. Paris: Éditions du Seuil, 2009, 349 p.

DURHAM, Eunice R. **Cultura e ideologia**. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 1, 1984.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, 277 p.

_____. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Vol 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, 307 p.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014**. São Paulo, 2014, 156 p.

_____. **9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. São Paulo, 2015, 156 p.

_____. **10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. São Paulo, 2016, 140p.

_____. **11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. São Paulo, 2017, 108p.

_____. **12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. São Paulo, 2018, 90p.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. São Paulo, 2019, 218p.

FEITOSA, D. de. **Antecedentes históricos da Polícia Militar do Pará**. Belém: Princeps, 1994.

FERREIRA, M. C. **Qualidade de vida no trabalho. Uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores**. Brasília: Edições Ler, Pensar, Agir, 2011, 320 p.

FIGUEIREDO FILHO, D.; NUNES, F.; ROCHA, E.; BATISTA, M.; SILVA JÚNIOR, J. **O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)**. *Revista Política Hoje*, vol. 20, n. 1, 2011, pp. 44-99.

FOLHA DO NORTE. **Grupo de justiceiros matava e queimava corpos. Era da PM**. Belém, edição de 20 fev. 1992, p. 1 e 10.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, 295 p.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987, 288 p.

_____. *Governmentality*. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P., eds. **The Foucault Effect: studies in governmentality**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, pp. 87-104.

G1 FANTÁSTICO. **No Brasil, pelo menos 43 PMs são afastados por dia por transtornos psiquiátricos**. 15 set. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/09/15/no-brasil-pelo-menos-43-pms-sao-afastados-por-dia-por-transtornos-psiquiatricos.ghtml>>. Acesso: 21 jan. 2020.

G1 PA. **Dez pessoas são assassinadas em fazenda no sudeste do Pará**. Belém, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/dez-pessoas-sao-assassinadas-em-fazenda-no-sudeste-do-para.ghtml>>. Acesso: 21 fev. 2019.

GABALDÓN, L. G. *Variables y justificaciones asociadas al uso de la fuerza por la policía: una visión comparada*. In: **Uso progressivo da força: dilemas e desafios. Cadernos Temáticos da CONSEG nº 5**, Brasília: CONSEG, 2009, pp. 16-25.

GAULEJAC, V. de. **O Âmagô da Discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito**. *Cronos*, Natal-RN, v. 5/6, n. 1/2, jan./dez., 2004/2005, pp. 59-77.

_____. **As origens da vergonha**. São Paulo: Via Lettera, 2006, 240 p.

_____. **A gestão como doença social: ideologia, poder e fragmentação social**. São Paulo: Ideias & Letras, 2007, 338 p.

_____. **L'histoire en heritage: roman familial et trajectoire sociale**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2014, 300 p.

GBD 2016 Injury Collaborators. **Global Mortality From Firearms, 1990-2016**. JAMA. [S.I.] 2018. Disponível em: <<http://www.healthdata.org/research-article/global-mortality-firearms-1990%E2%88%922016>>. Acesso: 21 fev. 2019.

- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978, 323 p.
- GELLER, W.; TOCH, H. **Police violence: understanding and controlling police abuse of force**. New Haven: Yale University Press, 1996, 379 p.
- GOLDSTEIN, H. **Policiando uma sociedade livre**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, 463 p.
- GONDAR, J. **Memória individual, memória coletiva, memória social**. *UNIRIO, Morpheus*, Revista Eletrônica em Ciências Humanas, Ano 8, n. 13, 2008, n. p..
- GOYA, M. **Sob fogo: a morte como hipótese de trabalho**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016, 216 p.
- GRAEF, R. **Talking blues: the police in their own words**. London: Collins Harvill, 1989, 512 p.
- GROSSMAN, D. **Matar: um estudo sobre o ato de matar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007, 424 p.
- GUSMÃO, L. **O fetichismo do conceito**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012, 358 p.
- GUYTON, A. C.; HALL, J. E. **Fisiologia humana e mecanismos das doenças**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008, 639 p.
- HAIR JR., J.; ANDERSON, R.; TATHAM, R.; BLACK, W. **Multivariate data analysis**. 17ª Edição. New Jersey: Prentice Hall, 2009, pp. 170-269.
- HARE, R. **Sem consciência: o mundo perturbador dos psicopatas que vivem entre nós**. Porto Alegre: Artmed, 2013, 240 p.
- HOLDAWAY, S. **Changes in urban police**. *The British Journal of Sociology*, vol. 28, n. 2, jun., 1977, pp. 119-137.
- _____. **Inside the British Police: a force at work**. Oxford: Basil Blackwell, 1983, 186 p.
- HOLLOWAY, T. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997, 344 p.
- HUGGINS, M. K. **Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível**. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, Set./Dez. 2010, pp. 541-558.
- HUGGINS, M. K.; HARITOS-FATOUROS, M.; ZIMBARDO, P. G. **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006, 547 p.
- HUGHES, E. C. *Good People and Dirty Work*. In: **Social Problems**, vol. 10, nº 10, California: University of California Press, 1962, pp. 3-11.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Centro de Serviços Gráficos.

IHME - O Institute for Health Metrics and Evaluation. **Mortalidade global por armas de fogo, 1990-2016**. Disponível em: <<http://www.healthdata.org/research-article/global-mortality-firearms-1990%E2%88%922016>>. Acesso: 20 jan. 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP, 2018. 92 p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2016>>. Acesso: 10 out. 2018.

_____. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP, 2018. 92 p. Disponível: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2018>>. Acesso: 10 out. 2018.

_____. **Atlas da Violência 2018 - Políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP, 2018. 36 p. Disponível: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2018>>. Acesso: 10 out. 2018.

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2014. 120 p. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_rm_pt.pdf>. Acesso: 15 mar. 2019.

Jornal Folha do Norte. **Grupo de Justiceiros matava e queimava corpos. Era da PM**. Belém, edição de 20 fev. 1992, p. 1 e 10.

KANT DE LIMA, R. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995, 164 p.

_____. *Políticas de Segurança Pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas*. In: ZAVERUCHA, J.; BARROS, M. do R. N. (org.). **Anais do Seminário Internacional Políticas de Segurança Pública: dimensão da formação e impactos sociais**. Fundação Joaquim Nabuco, Escola de Governo e Políticas Públicas, Recife: Ed. Massangana, 2002, pp. 199-220.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. **Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia**. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, BIB, Rio de Janeiro, n. 50, 2º semestre, 2000, 167 p.

KLEINIG, J. **The ethics of policing**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, 348 p.

KRUEGER, J.; LEWIS-BECK, M. **Is OLS Dead?** *The Political Methodologist*, vol 15, n. 2, 2008, pp. 2–4.

KUTNER M. H.; NETER, J.; NACHTSHEIM, C. J.; WASSERMAN, W. **Applied linear statistical models**. Boston: McGraw-Hill/Irwin, 2005, 1.408 p.

LANDIS, J.R.; KOCH, G. G., **The measurement of observer agreement for categorical data**. *Biometrics*, v. 33, n. 1, mar. 1977, pp. 159-174.

LAHIRE, B. **Homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002, 231p.

_____. **Por uma sociologia disposicionalista e contextualista da ação**. In: JUNQUEIRA, L. *Cultura e classes sociais na perspectiva disposicionalista*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, pp. 17-36.

LASCH, C. **A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperança em declínio**. Rio de Janeiro: Imago, 1983, 320 p.

LENGRUBER, J.; MUSUMECI, L.; CANO, I. **Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2003, 317 p.

LIMA, G.; AVELINO, B.; CUNHA, J. **Narcisismo: estudantes de contabilidade estão usando seu narcisismo para melhorar o desempenho?** *Revista de Contabilidade e Organizações*, n. 31, 2017, pp. 58-76.

LIMA, J. C de. **Atividade policial e confronto armado**. Curitiba: Juruá, 2009, 188 p.

LIMA, M. E.; ASSUNÇÃO, A. A.; FRANCISCO, J. M. *Aprisionado nos ponteiros do relógio: o caso de um transtorno mental desencadeado no trabalho*. In: CODO, W.; JACQUES, M. G. (org.). **Saúde mental e trabalho – leituras**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002, p. 1-36.

LIMA, W. Último Segundo – IG. **Morre a sétima vítima de chacina no Pará**. Notícia de 29 ago. 2011. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/pa/morre-setima-vitima-de-chacina-no-para/n1597184604594.html>>. Acesso: 21 jan. 2020.

LOBATO, R. F.; SOUZA, J. L. *O trabalho policial feminino na ROTAM: dos entraves ao reconhecimento profissional*. In: CHAGAS, C. A.; VIEIRA, D. C.; SILVA, M. P. de (org.). **Geografia da violência: produção do espaço, território e segurança pública**. Belém: GAPTA/UFPA, 2018, pp. 340-358.

LOCHE, A. **A letalidade da ação policial: parâmetros para análise**. Tomo, n. 17, jul./dez. 2010, pp. 39-56.

LUNET, N.; SEVERO, M.; BARROS, H. **Desvio Padrão ou Erro Padrão**. *Arquivos de Medicina*, v. 20, n. 1-2, Porto, fev. 2006.

LUSTOSA, A. V.; ROAZZI, A.; CAMINO, C. **Maquiavelismo: um constructo psicológico**. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, Ano 4, n. 1, 1º semestre, 2004, pp. 48-62.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, jan/jun. 2004, pp. 53-84.

MAGALONI, B; CANO, I. **Determinantes do uso da força policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2016, 128 p.

MANNING, P. K. **Police work: the social organization of policing**. Illinois: Waveland Press, 1997, 372 p.

MANSO, B. P. **A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018, 344 p.

MARRECA, O. D. da C. (org.). **Histórico da Polícia Militar do Pará: desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939**. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940, 315 p.

MARTINS, J. de S. **Linchamentos: justiça popular no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015, 207 p.

MARTUCCELLI, D.; SINGLY, F. de. **Les sociologies de l'individu**. Domaines et Approches, Paris: Armand Colin, 2a edition, 2012, 123 p.

MBEMBE, A. **Necropolitique**. In: Raisons politiques, n. 21, 2006, pp. 29-60.

_____. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. *Arte & Ensaios*, revista do ppgav/eba/ufrrj, n. 32, dezembro 2016, pp. 122-151.

MEARES, T.; SKOGAN, W. G. **Lawful Policing**. Faculty Scholarship Series. Paper 521, 2004. Disponível em: <http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/521>. Acesso: 6 ago. 2019.

MELLO, C. M. A. **Mesmo com o sacrifício da própria vida: a multiplicidade dos riscos na profissão policial militar**. Belém, 2015, 75 p., Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará.

MELO, R. L. de. **Tomada de Caiana: seu significado para a história do Corpo de Fuzileiros Navais**. Navigator, v. 6, n. 11, 2010, pp. 61-69.

MENEGHETTI, F. K. **Origem e fundamento dos esquadrões da morte no Brasil**. Rio de Janeiro, XXXV EnANPAD, 2011, 17 p.

MERTON, R. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968, 758 p.

MESQUITA, B. T. P. **A modernização do carimbo**. Salvador, 2014, 210 p., Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Música, Universidade Federal da Bahia.

MINGARDI, G. **Tiras, gansos e trutas: segurança pública e polícia civil em São Paulo (1983-1990)**. São Paulo: Corag, 2001, 204 p.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Matriz Curricular Nacional: Para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014, 362 p.

MIRANDA, D. (org.). **Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016, 148 p.

MISSE, M. **Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)**. Relatório final de pesquisa – Edital MCT/CNPq nº 14/2009, Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, 138 p.

MLODINOW, L. **Subliminar: como o inconsciente influencia nossas vidas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 347 p.

MONJARDET, D. **O que faz a polícia: sociologia da força pública**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, 328 p.

MONTEIRO, A. G. **Justiça, ilegalismos e taturagens: o subterrâneo da atuação policial em Belém**. Belém, 2015, 216 p., Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará.

MORAES REGO, O. L. M. de. **Retrospectivo histórico da Polícia Militar do Pará: 1822-1930**. Belém: Falangola, 1981, 180 p.

MUKAKA, M. M. **Statistics Corner: A guide to appropriate use of Correlation coeficiente in medical research**. *Malawi Medical Journal*, v. 3, n. 24, September 2012, pp. 69-71.

MUIR JR., W. K. **Police streetcorner politicians**. Chicago: University of Chicago Press, 1977, 313 p.

MUNIZ, J. **Ser policial é sobretudo, uma razão de ser**. Rio de Janeiro, 1999. 289 p., Tese de Doutorado – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes.

MUNIZ, J.; CARUSO, H., FREITAS, F. **Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000**. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, São Paulo, n. 84, 2/2017, pp. 148-187.

NEWBURN, T. **Understanding and preventing police corruption: lessons from the literature**. London: Home Office, 1999, 65 p.

NIETZSCHE, F. W. **Além do bem e do mal ou prelúdio de uma filosofia do futuro**. Curitiba: Hemus Livraria, Distribuidora e Editora S. A., 2001, p. 89.

NUNES, S. B. **Trabalho sujo ou missão de vida? Persistência, reprodução e legitimidade na ação da PMESP**. São Paulo, 2018. 195 p., Tese de Doutorado – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.

O GLOBO. **Apenas 20 PMs estão envolvidos em 10% das mortes em confronto: responsável por 356 homicídios em 6 anos, grupo representa 0,04% da tropa**. 26 nov. 2017, pp. 1; 14-16.

OLIVEIRA, E. C. **Apontamentos para uma sociologia da valentia**. Porto Alegre: Sociologias, ano 18, set./dez. 2016, pp. 336-362.

OLIVEIRA, S. A. de; MONTENEGRO, L. M. **Etnometodologia: desvelando a alquimia da vivência cotidiana**. Cadernos EBAPE.BR, FGV, v. 10, n. 1, artigo 7, Rio de Janeiro, Mar. 2012, pp. 129-145.

OLIVEIRA NETO, S. B. de. **Der blick aus der kaserne**. Infoterra, Zurique, n. 19, dez., 2002, pp. 8-11.

_____. *Quando menos é mais: crítica aos indicadores de desempenho policial da Política de Integração da Segurança Pública do Estado do Pará*. In: BRITO, D.; BARP, W. (org.). **Violência e controle social: reflexões sobre políticas de segurança pública**. Belém: NUMA/UFPA, 2005, pp. 91-139.

OLIVEIRA NETO, S. B. de. **The israelization of military police and private security in Brazil** (Não publicado). 2012, 17 p.

_____. **Vinho velho em odres novos: uma análise da experiência de integração da segurança pública no Pará (1995-2004)**. Rio de Janeiro, 2004. 142p., Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO PARÁ. Comissão de Direitos Humanos da OAB-PA. **Relatório da Situação dos casos de chacinas e extermínios de jovens negros no estado do Pará**. Belém: OAB, 2017. 30 p. Disponível: <<http://www.oabpa.org.br/index.php/component/phocadownload/file/349-relatoriochacinhas-dh-oab>>. Acesso: 3 abr. 2019.

PAES, A. T.; POLETO, F. Z. **O problema de dados omissos (missing data)**. Educação Continuada em Saúde, Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, São Paulo, v.11, n. 1, 2013, pp. 5-7.

PAIXÃO, A. L. **A organização policial numa área metropolitana**. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 1982, pp. 63-85.

PAPAGEORGIU, K.; GIANNIOU, F.-M.; WILSON, P.; MONETA, G. B.; BILELLO, D.; CLOUGH, P. J. **The bright side of dark: Exploring the positive effect of grandiose narcissism on perceived stress through mental toughness**. 2018 (no prelo). Disponível em: <http://repository.londonmet.ac.uk/3835/3/Papageorgiu-et-al_The-bright-side-of-dark_AAM.pdf>. Acesso: 29 out. 2019.

PASCAL, B. **Pensamentos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, 441 p.

PINC, T. M. **O uso da força não letal pela polícia nos encontros com o público**. São Paulo, 2006, 93 p., Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo.

_____. **Treinamento policial: um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua**. São Paulo, 2011, 247 p., Tese de Doutorado – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo.

PINHEIRO, P. S. **Autoritarismo e transição**. *Revista USP*, São Paulo, mar./abr./mai. 1991, pp. 45-56.

POLICY STUDIES INSTITUTE. **Police and people in London**. Vol. IV - SMITH, D. J.; GRAY, J., *The police in action*, London: Policy Institute, 1983, 354 p.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. **Boletins Gerais**. Belém: PMPA, 2019. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/?q=bg_2012>. Acesso em: 6 jul. 2019.

_____. **Boletim Especial nº 2 – 20 set 2017**. Belém: PMPA, 2017. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/2017/SETEMBRO/2017_09_20-be02b.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. **Governo do Estado lança projeto de habitação para PMs e entrega equipamentos.** Disponível em: <<https://www.pm.pa.gov.br/?q=node/3149>>. Acesso: 27 jan. 2020.

PONCIONI, P. **Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro.** São Paulo, 2003, 348 p., Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo.

PONDÉ, L. **Quem se acha do bem, é na verdade do mal.** Youtube. 10 out. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QrodY0NYwfl&list=PLSK0a3DRqYDP5pwfFnVsRGFPu5n0P1QO&index=23&t=100s>>. Acesso: 7 jan. 2020.

_____. **Parafraseando trecho da explicação do filósofo Luiz Felipe Pondé, sobre a “normalidade” dos carrascos nazistas.** Zigmunt Bauman e a Pós-Modernidade. Youtube. 9 mar. 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xb3_AOOSVOM&t=786s>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PUNCH, M. **Conduct unbecoming: the social construction of police deviance and control.** London: Tavistock, 1985, 249 p.

RAMOS, E. M. L. S. **Planejamento de Experimentos I.** Faculdade de Estatística, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém-PA, 2016, 90 p.

RAMOS, S.; PAIVA, A. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007, 191 p.

RAWS, A. W. **Os estudos de etnometodologia de Garfinkel: uma investigação sobre os alicerces morais da vida pública moderna.** *Revista Estado e Sociedade*, v. 33, n. 2, Maio/Agosto 2018, pp. 443-464

REINER, R. **The blue-coated worker.** Cambridge: Cambridge University Press, 1978, 308 p.

_____. **A política da polícia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, 376 p.

RELATÓRIO ANUAL do Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade do CONSEP 2018. Belém: GALM/CONSEP, 2019, 31 p.

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO de Operação Policial de cumprimento de mandados de busca e apreensão e prisão preventiva que resultou na morte de 10 ocupantes da Fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D’Arco, na região Sul do Pará. Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor. Belém: ALEPA, 2017, 20 p.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES da Corregedoria Geral da Polícia Militar 2018. Belém: CORREG, 2019, 30 p.

RELATÓRIO FINAL da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou a atuação de Grupos de Extermínio e Milícias no Estado do Pará. Belém: ALEPA, 2015, 233 p.

RELATÓRIO TÉCNICO ESTATÍSTICO nº 040/2019/SIAC/SEGUP. Belém: SEGUP, 2019, 20 p.

RELATOS Selvagens (Relatos salvajes). Direção de Dámian Szifron. Produtor: Agustín Almodóvar, Pedro Almodóvar e Esther Garcia. Coprodutor: Axel Kuschevatzky. Produzido por El Deseo, Kramer & Sigma Films, Le Public Système Cinéma e coproduzido pela Televisión Federal (Telef). Nacionalidade: Argentina/Espanha, Rio de Janeiro: Warner Bros., 2014. 1 DVD (2h 2min).

ROCHA, M. S. P da. **Chacina do PAAR: as dimensões do poder no universo policial.** Belém, 2007. 127 p., Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará.

ROMA NEWS – Jornal Portal. **Pelotão da Rotam entoia cântico de pena de morte em evento festivo no Quartel da PM.** 2019. Disponível em: <<https://www.romanews.com.br/cidade/pelotao-da-rotam-entoa-cantico-de-pena-de-morte-em-eventofestivo-no/48988/>>. Acesso: 14 nov. 2019.

RONDON FILHO, E. **A socialização dos agentes de segurança pública: tensão entre reconhecimento e desrespeito.** Porto Alegre, 2013, 299 p., Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RUIC, G. **As 50 cidades mais violentas do mundo em 2017.** Exame, Mundo, 2018. Disponível: <<https://exame.abril.com.br/mundo/as-cidades-mais-violentas-do-mundo-em-2017/>>. Acesso: 04 mar. 2019.

SALGADO, D. O Globo. **Atlas da Violência 2018: Brasil tem taxa de homicídio 30 vezes maior do que Europa.** Notícia de jun. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/atlas-da-violencia-2018-brasil-tem-taxa-de-homicidio-30-vezes-maior-do-que-europa-22747176>>. Acesso: 8 fev. 2019.

SANDEL, M. J. **Justiça – O que é fazer a coisa certa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 18-20.

SANDES, W. F. **Profissão perigo: a polícia e o confronto armado.** Curitiba: CRV, 2013, 122 p.

SANTOS, F. V. dos. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780).** São Paulo, 2008, 441 p., Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo.

SAPORI, L.; SOUZA, S. B. de. **Violência policial e cultura militar: aspectos teóricos e empíricos.** Teoria e Sociedade, nº 7, 2001, pp. 173-214.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019, n. p., edição do Kindle.

SHEARING, C. **Organizational police deviance.** Toronto: Butterworth, 1981, 8 p.

SILVA, B. A. S. da. **Mundo metálico belenense e política cultural: declínio e reorganização do heavy metal paraense (1993-1996).** Belém, 2014, 462 p., Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

SIMMEL, G. *A aventura*. In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. (org.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005, pp. 169-184.

SKIDMORE, T. E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, 356 p.

SKOLNICK, J. H. **Justice without trial: law enforcement in democratic society**. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1966, 279 p.

SKOLNICK, J. H.; FYFE, J. **Above the law: police and excessive use of force**. New York: The Free Press, 1993, n. p., edição do Kindle.

SOARES, L. E. **Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 475 p.

SOUZA, M. **Lealdade**. Rio de Janeiro: Record, 2001, 253 p.

SOUSA, R. F. de. **Dorothy Stang: crime e vingança**. Belém: 3C, 2019, 160 p.

SPINOZA, B. *Origine e natura degli affetti*. In: _____. **Etica: Dimostrata secondo l'ordine geométrico**. Torino: Bollati Boringhieri editor, 1959. pp. 129-191.

STODDARD, E.R. **The informal code of police deviancy: a group approach to blue-coat crime**. *Journal of Criminal Law, Criminology, and Police Science*, vol. 59, n. 2, pp. 201-213.

STORANI, P. **Vitória sobre a morte: a glória prometida. O “rito de passagem” na construção da identidade dos Operações Especiais**. Niterói, 2008. 169 p., Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense.

TAJFEL, H. **Experiments in intergroup discrimination**. *Scientific American*, n. 223, nov 1970, pp. 96-102.

UNIVERSIA. **Quais são as profissões mais stressantes?** 2018. Disponível em: <<https://noticias.universia.pt/emprego/noticia/2018/05/29/1159888/quais-profisses-stressantes.html>>. Acesso: 28 out. 2019.

VITALE, A. S. **The end of policing**. New York: Verso, 2017, n. p., edição do Kindle.

WADDINGTON, P. A. J. **Policing citizens: authority and rights**. London: UCL Press, 1999, 310 p.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Vol. 1, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994, 422 p.

WESTLEY, W. **Violence and the police: a sociological study of law, custom and morality**. Cambridge: MIT Press, 1970, 222 p.

ZAFFARONI, E. R. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991, 281 p.

ZALUAR, A. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização**. São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, São Paulo, v. 13, n. 3, set. 1999, pp. 3-17.

ZAVERUCHA, J. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999 > 2002)**. Rio de Janeiro: Record, 2005, 285 p.

ZILLI, L. F. **Letalidade e Vitimização Policial: características gerais do fenômeno em três estados brasileiros**. Boletim de Análise Político-Institucional n. 17, Brasília: Ipea, 2018, pp. 71-80.

ANEXOS

Anexo A - Relatório Individual da PMPA

1. NOME DO SERVIDOR RELATOR: _____

2. POSTO/GRADUAÇÃO/CARGO/FUNÇÃO: _____

3. LOTAÇÃO: _____ Estava de FOLGA () Estava de SERVIÇO ()

4. RG: _____ 5. SITUAÇÃO: _____

6. DADOS DA OCORRÊNCIA/MISSÃO

6.1. DATA ____ / ____ / ____

6.2. LOGRADOURO DA OCORRÊNCIA/MISSÃO: _____

6.3. HORA ____: ____ () Manhã () Tarde () Noite

6.4. BAIRRO: _____

6.5. MUNICÍPIO: _____

7. MEDIDAS ADOTADAS ANTES DE EFETUAR O DISPARO OU UTILIZAR INSTRUMENTO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO NA OCORRÊNCIA/MISSÃO: _____

8. CIRCUNSTÂNCIAS E JUSTIFICATIVAS QUE LEVARAM AO USO DA FORÇA: _____

9. UTILIZAÇÃO DE ARMA DE FOGO

9.1. HOUVE UTILIZAÇÃO DE ARMA DE FOGO PELO RELATOR NA OCORRÊNCIA/MISSÃO: () Sim () Não

9.2. TIPO DE ARMA: () Pistola .40 () Carabina Revólver Outro: _____

9.3. QUANTIDADE DE DISPAROS EFETUADOS PELO RELATOR: _____

9.4. Nº DE VÍTIMA(S) POR DISPAROS DE ARMA DE FOGO NA OCORRÊNCIA/MISSÃO (o nº de vítimas neste item se refere à ocorrência como um todo, e não apenas àquelas decorrentes da ação do relator) Nº feridos ____ Nº ____ () Não houve feridos ou mortos.

9.5. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS QUE FORAM ATINGIDAS POR DISPARO DE ARMA DE FOGO NA OCORRÊNCIA/MISSÃO: _____

9.6. OBSERVAÇÃO: _____

10. UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO (IMPO)

10.1. HOUVE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO PELO RELATOR NA OCORRÊNCIA/MISSÃO: () Sim () Não

10.2. TIPO DE INSTRUMENTO: Tonfa/Espargidor Químico (Pimenta) Pistola de Choque (Taser) Outros: _____

10.3. Nº DE VÍTIMA(S) DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO NA OCORRÊNCIA/MISSÃO (o nº de vítimas neste item se refere à ocorrência como um todo, e não apenas àquelas decorrentes da ação do relator) Nº de feridos ____ Nº de mortos ____ () Não houve feridos ou mortos.

10.4. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS QUE FORAM ATINGIDAS POR UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO NA OCORRÊNCIA/MISSÃO

10.5. OBSERVAÇÃO: _____

11. RELATOR FOI FERIDO NA OCORRÊNCIA/MISSÃO?

Sim. Qual região corporal atingida? (Cabeça) (Tronco) (Membros superiores) (Membros inferiores). Qual meio utilizado contra o Relator? _____

RELATOR NÃO FOI FERIDO NA OCORRÊNCIA/MISSÃO.

12. NÚMERO TOTAL DE VÍTIMAS DURANTE A OCORRÊNCIA/MISSÃO: (o nº de vítimas neste item se refere ao somatório das vítimas de arma de fogo + vítimas de IMPO) Nº de feridos _____ Nº de mortos _____ .

13. AÇÕES REALIZADAS NA ASSISTÊNCIA E AUXÍLIO MÉDICO À PESSOA ATINGIDA:

14. EM CASO DE VÍTIMA FATAL, HOUVE PRESERVAÇÃO DO LOCAL? Sim Não. Por quê? _____

15. LOCAL/DATA: _____

16. ASSINATURA DO RELATOR: _____

17. NOME COMPLETO DO RELATOR: _____

18. RG DO RELATOR: _____

19. ÓRGÃO DO RELATOR: _____

Anexo B - Relatório Circunstanciado de Letalidade da PMPA

1. NOME DO SERVIDOR RELATOR: _____

2. POSTO/GRADUAÇÃO/CARGO/FUNÇÃO: _____

3. LOTAÇÃO: _____ Estava de FOLGA () Estava de SERVIÇO ()

4. RG: _____ 5. SITUAÇÃO: _____

6. DADOS DA OCORRÊNCIA/MISSÃO

6.1. DATA ____ / ____ / ____

6.2. LOGRADOURO DA OCORRÊNCIA/MISSÃO: _____

6.3. HORA ____ : ____ () Manhã () Tarde () Noite

6.4. BAIRRO: _____

6.5. MUNICÍPIO: _____

7. APRESENTAR JUSTIFICATIVA FUNDAMENTADA PARA O EXERCÍCIO DO USO DA FORÇA OU ARMA DE FOGO SOBRE O FATO QUE TENHA RESULTADO LESÃO CORPORAL OU LETALIDADE: _____

8. PROCEDIMENTOS COM VÍTIMA FATAL NA OCORRÊNCIA/MISSÃO

8.1. Foi providenciado o isolamento e a preservação do local do fato? ()SIM ()NÃO.

Justifique: _____

8.2. Foi acionada a Perícia Científica ()SIM ()NÃO.

Justifique: _____

8.3. Foi assegurada a não remoção de vítimas fatais, até a chegada da Perícia Científica, preservando suas vestes? ()SIM ()NÃO.

Justifique: _____

9. PROCEDIMENTO COM FERIDOS NA OCORRÊNCIA/MISSÃO

9.1. Foi acionado imediatamente, via rádio, telefone ou qualquer outro meio o Serviço de Resgate do Estado ou o Serviço de Remoção de Urgência/Emergência do Município para transporte do(s) ferido(s)? ()SIM ()NÃO.

Justifique: _____

9.2. Em caso de acionamento de Serviço de Resgate/Remoção, informe:

Nome do Serviço acionado: _____

Horário de acionamento: ____ : ____ () Manhã () Tarde () Noite

9.3. Caso a remoção do(s) ferido(s) seja realizada pelos servidores civis e/ou militares do SIEDS envolvidos na ocorrência, informe:

Horário de saída do local do fato: ____ : ____ () Manhã () Tarde () Noite

Unidade de urgência/emergência de destino (Hospital, Posto de Saúde, etc.): _____

Horário de chegada à unidade de urgência/emergência: ____ : ____ () Manhã () Tarde () Noite

10. FORAM PRESTADAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS ÀS AUTORIDADES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA (CIVIL OU MILITAR) COMPETENTE, BEM COMO À CORREGEDORIA E COMANDOS OPERACIONAIS? ()SIM ()NÃO.

Justifique: _____

11. Nº DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL FERIDOS E/OU MORTOS NA OCORRÊNCIA/MISSÃO E MEIO UTILIZADO CONTRA OS AGENTES (INSTRUMENTO):

Nº de Agentes Feridos: _____

Nº de Agentes Mortos: _____

Meio utilizado (instrumento): _____

12. NÚMERO TOTAL DE VÍTIMAS DURANTE A OCORRÊNCIA/MISSÃO: (o nº de vítimas neste item se refere ao somatório de agentes + público em geral)

Nº total de feridos _____

Nº total de mortos _____

13. FORAM OFERECIDOS ATENDIMENTOS NECESSÁRIOS AOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA ATINGIDOS DURANTE A OCORRÊNCIA/MISSÃO, VISANDO PRESERVAR A INTEGRIDADE FÍSICA E PSICOLÓGICA? ()SIM ()NÃO.

Justifique: _____

14. OBSERVAÇÃO: _____

15. LOCAL/DATA: _____

16. ASSINATURA DO RELATOR: _____

17. NOME COMPLETO DO RELATOR: _____

18. ÓRGÃO DO RELATOR: _____

Anexo C - Survey PMPA (questionário a)

Unidade: _____ Data: ___ / ___ / _____ Hora: ___ : ___

QUESTIONÁRIO N°: _____

QUESTIONÁRIO PARA POLICIAIS MILITARES

Esta pesquisa tem por objetivo a realização de um estudo sobre o uso da força na PMPA. Antes de começar, gostaria de frisar que:

1. Não há qualquer tipo de identificação individual neste questionário. Por favor não coloque qualquer informação que o(a) identifique;
2. O(a) Sr.(a) não é obrigado(a) a responder a qualquer pergunta.
3. Nenhuma pergunta tem resposta certa ou errada, o que vale é a *sua* opinião.
4. Esta é uma pesquisa realizada pela Universidade de Brasília. Para mais informação, ligue (61) 3107-7320 ou (61) 3107-7355.

BLOCO I - PERFIL

1. Qual é o seu sexo: 1. Masculino 2. Feminino
2. Qual é o ano do seu nascimento? _____ (aaaa)
3. A sua cor ou raça é:
1. Branca 2. Preta 3. Parda 4. Amarela 5. Indígena
4. O local em que o(a) Sr.(a) foi criado(a) é considerado ocupação irregular?
1. Sim 2. Não
5. Qual é a sua religião ou culto?
1. Católica 5. Candomblé/Umbanda
 2. Evangélica pentecostal (Assembleia de Deus, Universal etc.) 6. Outra
 3. Evangélica não pentecostal (Batista, Luterana, Presbiteriana etc) 7. Não tem religião, mas acredita em Deus
 4. Espírita Kardecista 8. Não tem religião e não acredita em Deus
6. O(a) Sr.(a) frequenta cultos ou cerimônias religiosas?
1. Diariamente 4. Uma vez a cada 6 meses
 2. Ao menos uma vez na semana 5. Uma vez ao ano
 3. Ao menos uma vez ao mês 6. Nunca
7. O(a) Sr.(a) é:
1. Casado(a)/ União consensual 2. Solteiro(a) 3. Divorciado(a)/ separado(a) 4. Viúvo(a)
8. O(a) Sr.(a) tem filhos?
1. Sim Quantos? |__|__|
 2. Não
9. Qual é a sua escolaridade?
1. Ensino fundamental completo 4. Curso superior incompleto
 2. Ensino médio incompleto 5. Curso superior completo
 3. Ensino médio completo 6. Pós-graduação completa/incompleta
10. Está estudando no momento? 1. Sim 2. Não
11. O seu pai e/ou sua mãe são ou já foram policiais? 1. Sim 2. Não
12. O(a) Sr.(a) QUANDO CRIANÇA OU ADOLESCENTE passou por algumas das situações descritas abaixo:

	Sim	Não
1. Apanhou de outras crianças e adolescentes	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
2. Foi ameaçado por um criminoso armado	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
3. Sofreu um assalto violento na rua	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
4. Presenciou um homicídio	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
5. Teve a casa invadida por um criminoso	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
6. O seu pai/mãe era alcoólatra	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
7. Ouvia barulho de tiros constantemente	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
8. Teve medo de ser assassinado	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
9. Algum membro da família sofreu um assalto violento	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
10. Teve familiares ou amigos presos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
11. Teve familiares ou amigos mortos por um criminoso	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
12. Teve familiares ou amigos envolvidos com drogas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
13. Foi espancado pelo seu pai/mãe	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2

BLOCO II - TRAJETÓRIA POLICIAL

13. Qual é o seu posto ou graduação?
1. Aluno do CFAP 5. Sargento 9. Tenente-Coronel
 2. Aluno Academia Oficiais 6. Tenente 10. Coronel
 3. Soldado 7. Capitão
 4. Cabo 8. Major
14. Qual foi o ano de sua última promoção: _____ (aaaa)
(deixe em branco se o(a) Sr.(a) nunca foi promovido)
15. Em que ano o(a) Sr.(a) ingressou na PM? _____ (aaaa)

16. O(a) Sr.(a) ingressou na PMPA através da:

1. Academia da Polícia Militar 2. CFAP ou equivalente

17. Qual é a sua função atual:

1. Policiamento Ostensivo a Pé 4. Policiamento Rodoviário 7. Outra
 2. Rádio Patrulhamento Motorizado 5. Policiamento Especializado (CME)
 3. Patrulhamento Tático Motorizado 6. Administrativa

18. Na sua função atual, o(a) Sr.(a) se dedica:

1. À atividade meio (administrativa) 2. À atividade fim (policiamento) 3. A ambas por igual (administrativa/policiamento)

19. Quando decidiu prestar concurso para a polícia o(a) Sr.(a) estava:

1. Trabalhando 2. Estudando 3. Trabalhando e estudando 4. Nem um nem o outro

20. A PM é o seu primeiro trabalho? 1. Sim (pular para 23) 2. Não

21. No trabalho anterior, o(a) Sr.(a) tinha carteira assinada? 1. Sim 2. Não

22. Qual foi seu último trabalho antes de ingressar na PM? _____

23. Em que mês e ano o(a) Sr.(a) foi lotado(a) NESTA UNIDADE? ___ / ___ (mm/aaaa)

24. Em quantas unidades ao todo o(a) Sr.(a) já foi lotado(a)? [][]

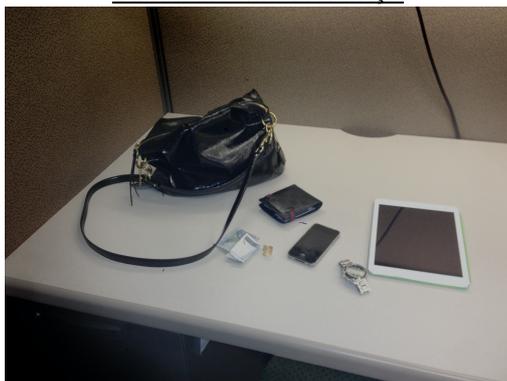
25. O (a) Sr.(a) já trabalhou em alguma das unidades de Polícia indicadas abaixo (selecione todas as aplicáveis):

1. Batalhão regular 4. COE
 2. BPOT 5. Outros Batalhões de Polícia Especializada (BPTUR, BPA etc.)
 3. BPCHq, RPMont, Canil, Fluvial 6. Unidades administrativas

26. O(a) Sr.(a) já foi promovido de patente por... (selecione todas aplicáveis):

1. Antiguidade
 2. Merecimento
 3. Bravura
 4. Ainda não foi promovido

BLOCO III – USO DA FORÇA



27. Dois policiais percebem que dois jovens suspeitos começam a correr. A polícia pede para que parem, mas os jovens continuam correndo e entram num beco. A polícia corre atrás deles e novamente ordena que parem, mas, ao perceber que os jovens estão fugindo, disparam vários tiros. Um dos jovens acaba morto e o outro ferido. Ao revistar a mochila dos jovens encontram uma bolsa, uma carteira, dinheiro e um tablet. Diga-me como o(a) Sr.(a) avalia a atuação da polícia nesse caso:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
1. Os policiais atuaram corretamente nesta situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
2. O uso da força por parte dos policiais foi excessivo nessa situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

28. Por favor, diga qual é a sua opinião sobre as seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
1. A proximidade com a sociedade distrai a polícia de seu objetivo principal que é combater os criminosos.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
2. Os direitos humanos com frequência se tornam um obstáculo para combater o crime.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
3. Os moradores das invasões geralmente são pessoas perigosas e associadas ao crime.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
4. A polícia do Pará atira muito, porque atua em um ambiente muito violento.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

29. Com qual frequência ocorreram as seguintes situações quando o(a) Sr.(a) ESTAVA EM SERVIÇO nos ÚLTIMOS 12 (DOZE) meses? (marque, por favor, o número aproximado de vezes)

		Nunca	Uma vez a quatro vezes	De cinco a dez vezes	Mais de dez vezes
1.	Fez uso da sua arma de fogo contra alguém	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.	Feriu alguém com arma de fogo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.	Participou de uma ocorrência em que resultou na morte de alguém	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.	Fez uso de armamento menos letal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.	Autuou alguém por desacato a autoridade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.	Socorreu uma pessoa baleada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.	Apreendeu armas ou drogas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.	Foi ferido por arma de fogo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.	Alguém atirou contra o(a) senhor(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.	Prendeu uma pessoa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11.	Se sentiu desrespeitado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

30. Com qual frequência ocorreram as seguintes situações quando o(a) Sr.(a) ESTAVA EM SERVIÇO na ÚLTIMA SEMANA? (marque, por favor, o número aproximado de vezes)

		Nenhuma vez	Uma vez a quatro vezes	De cinco a dez vezes	Mais de dez vezes
1.	Fez uso da sua arma de fogo contra alguém	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

31.a. Da última vez que o(a) Sr.(a) disparou a arma de fogo EM SERVIÇO (fora do treinamento), qual arma usou?

- 1. Nunca disparou em serviço (pular para 32)
- 2. Fuzil 7,62
- 3. Fuzil 5,56
- 4. Pistola .40
- 5. Carabina/Espingarda
- 6. Revólver .38
- 7. Outra: _____

31.b. Quantos disparos o(a) Sr.(a) efetuou aproximadamente nessa ocasião? _____

32. Quantas vezes o(a) Sr.(a) participou de cada uma das seguintes ocorrências, FORA DE SERVIÇO, nos ÚLTIMOS 12 (DOZE) meses? (Escreva, por favor, o número de vezes. Se o(a) Sr.(a) nunca participou, marque a primeira coluna)

		Nunca	Uma vez a quatro vezes	De cinco a dez vezes	Mais de dez vezes
1.	Fez uso da sua arma de fogo contra alguém	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.	Feriu uma pessoa com arma de fogo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.	Participou de um incidente em que resultou na morte de alguém	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.	Foi ferido por arma de fogo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.	Alguém atirou contra o(a) senhor(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

33. Alguma vez o(a) Sr.(a) viu um(a) companheiro(a) ser alvejado(a) por disparo de arma de fogo?

- 1. Sim Quantos? [] [] Quantos deles/as faleceram? [] []
- 2. Não

34. Na sua rotina de trabalho com qual frequência o(a) Sr.(a) faz uso dos seguintes armamentos ou instrumentos?

		Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
1.	Pistola Elétrica (Taser)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
2.	Tonfa	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
3.	Espargidor de pimenta	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
4.	Arma com munição de borracha (elastômero)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
5.	Granada de gás lacrimogêneo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
6.	Bastão policial	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
7.	Granada de efeito moral	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
8.	Arma de fogo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
9.	Algema	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

35. Gostaria que o(a) Sr(a). avaliasse se os equipamentos da PM mencionados abaixo são suficientes, insuficientes ou inexistentes, considerando apenas os que estiverem em condições de uso em sua unidade:

		Suficiente	Insuficiente	Inexistente
1.	Coletes Balísticos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
2.	Viaturas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
3.	Rádios de comunicação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
4.	Pistolas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
5.	Fuzis/ carabinas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

		Suficiente	Insuficiente	Inexistente
6.	Tonfas/ Bastões policiais	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
7.	Espargidores de pimenta	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
8.	Armas com munição de borracha (elastômero)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
9.	Granadas de gás lacrimogêneo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
10.	Pistolas Elétricas (Taser)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
11.	Granadas de efeito moral	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

36. Na sua atual rotina de trabalho, com que frequência as ocorrências listadas abaixo acontecem:

		Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
1.	Tráfico de drogas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
2.	Apreensão de armas de fogo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
3.	Perturbação do sossego	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
4.	Violência doméstica	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
5.	Desacato/desobediência	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
6.	Rixa, via de fato	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
7.	Homicídio	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
8.	Roubo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
9.	Furto	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
10.	Violência sexual	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
11.	Confronto armado	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
12.	Posse e uso de drogas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4



37. Dois policiais militares percebem que um homem de aproximadamente 40 anos está correndo atrás de um jovem na rua gritando “LADRÃO”. O homem se comunica com muita dificuldade dizendo que o jovem estava armado e roubou o seu relógio e carteira. Os policiais começam a perseguir o jovem que monta em uma moto que o aguardava e tentam fugir. Um dos policiais dispara e fere um deles, evitando a fuga. O jovem é socorrido pelos policiais, mas vem a falecer horas depois no hospital. Como o(a) Sr.(a) avalia a atuação da polícia nesse caso:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
1. Os policiais atuaram corretamente nesta situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
2. O uso da força por parte dos policiais foi excessivo nessa situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

38. Na opinião do (a) Sr.(a), qual dos objetivos listados abaixo deveria ser prioritário para a PMPA:

1. Combater o tráfico de drogas 2. Reduzir a violência

39. Por favor, diga o quanto o(a) Sr.(a) está de acordo com a seguinte afirmação:

A polícia militar precisa se transformar e mudar de mentalidade. Os policiais devem realizar as suas funções com o objetivo de restringir o uso excessivo da força e recuperar a confiança da população, especialmente a dos moradores das invasões e outras áreas pobres.

1. Concordo totalmente 2. Concordo 3. Não concordo nem discordo 4. Discordo 5. Discordo totalmente

40. Por favor, diga como o (a) Sr.(a) se sente em relação ao trabalho que desempenha na polícia:

1. Muito orgulhoso(a) 2. Orgulhoso(a) 3. Pouco orgulhoso(a) 4. Nada orgulhoso(a)

41. Por favor, diga qual é a sua opinião sobre as seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
1. A polícia seria mais eficiente se usasse mais força.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
2. Os casos de desacato e desobediência ocorrem pela falta de legitimidade da polícia frente a sociedade.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
3. A polícia faz uso excessivo da força letal	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
4. O policial precisa ter sua arma em mãos ao abordar uma pessoa.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
5. Bandido bom é bandido morto.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
6. As drogas são a principal causa da violência urbana.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
7. A proximidade com a sociedade é uma boa estratégia para combater o crime com menos violência.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
8. As pessoas geralmente reagem de forma negativa quando são abordadas pela polícia.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

42. Qual sentimento a maioria da sociedade tem demonstrado em relação aos policiais da sua unidade? (escolher apenas um)

1. Medo 3. Desconfiança 5. Simpatia 7. Raiva
 2. Respeito 4. Admiração 6. Indiferença 8. Outro. Qual? _____

43. Como o(a) Sr.(a) se sente em relação ao tratamento que recebe da maioria da sociedade?

1. Muito respeitado 2. Respeitado 3. Nem respeitado nem desrespeitado 4. Desrespeitado 5. Muito desrespeitado

44. Como o(a) Sr.(a) se sente em relação ao tratamento que recebe da corporação?

1. Muito respeitado 2. Respeitado 3. Nem respeitado nem desrespeitado 4. Desrespeitado 5. Muito desrespeitado

45. Por favor, diga QUANTAS das afirmações são verdadeiras na sua rotina de trabalho. (Não queremos saber quais, apenas nos interessa saber quantas. Escreva o número no quadro abaixo):

- ❖ Já utilizei o TASER em serviço
- ❖ Estava portando um fuzil em meu último serviço
- ❖ Participei de cursos do uso progressivo da força e armamento menos letal
- ❖ Bandido que atira em policiais não tem que ser preso, tem que morrer
- ❖ Participei de ocorrências relacionadas com o tráfico de drogas no último ano
- ❖ Já fui promovido de patente

Quantas dessas afirmações são verdadeiras? |_|_|

BLOCO IV – NÍVEL DE STRESS

46. O(a) Sr.(a) se sente mais ameaçado:

1. Em serviço 2. Fora de serviço 3. Ambas 4. Nunca

47. Quantas horas, em média, o(a) Sr.(a) dorme diariamente? |_|_|

48. Das seguintes situações que o(a) Sr.(a) pode encontrar em seu trabalho, indique em quais se sente mais ameaçado:

	Muito ameaçado	Pouco ameaçado	Não me sinto ameaçado
1. Quando enfrenta criminosos armados	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
2. Com a possibilidade de ser perseguido por superiores	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

49.a. O(a) Sr.(a) tem medo de morrer em seu trabalho?

1. Muito medo 2. Um pouco de medo 3. Não tenho medo

49.b. O(a) Sr.(a) tem medo de que o fato de o(a) Sr.(a) ser policial possa colocar sua família em risco?

1. Muito medo 2. Um pouco de medo 3. Não tenho medo

49.c. A sua família já sofreu ameaças?

1. Sim 2. Não

50. O(a) Sr.(a) tem medo de decepcionar a sua família pelo o que faz em seu trabalho?

1. Muito medo 2. Um pouco de medo 3. Não tenho medo

51. O(a) Sr.(a) tem medo de ser preso por:

	Sim	Não
1. Um erro de um amigo no trabalho	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
2. Cometer um erro no trabalho	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
3. Uma falsa denúncia	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
4. Perseguição	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
5. Ferir um inocente	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
6. Cumprir meu dever como policial	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2

52. O(a) Sr.(a) poderia me indicar com que frequência:

	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
1. Tem insônia	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
2. Fica angustiado	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
3. Tem vontade de chorar	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
4. Sente-se sozinho	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
5. Fica com raiva	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
6. Fica com dor no peito/ falta de ar	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
7. Fica deprimido	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
8. Pensa em acabar com a sua própria vida	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
9. Fica sem paciência com as pessoas/ prefere estar sozinho	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
10. Tem medo de perder a família	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
11. Fica desanimado	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

53. O(a) Sr.(a) já viu algum companheiro(a) matar alguém desarmado?

1. Nunca 2. Uma vez 3. Algumas vezes 4. Muitas vezes

54. O(a) Sr.(a) já viu alguém matar um policial?

1. Nunca 2. Uma vez 3. Algumas vezes 4. Muitas vezes

55.a. O(a) Sr.(a) já foi atendido por um psicólogo?

1. Sim, da PMPA 2. Sim, fora da PMPA (pule para a 56) 3. Sim, ambos 4. Não (pule para a 56)

55.b. Como o(a) Sr.(a) avalia esse atendimento do psicólogo da PMPA?

1. Ótimo 2. Bom 3. Regular 4. Ruim 5. Péssimo

BLOCO V - TREINAMENTO

56. Como o(a) Sr.(a) avalia o treinamento que recebeu durante o seu PERÍODO DE FORMAÇÃO POLICIAL?

1. Ótimo 2. Bom 3. Regular 4. Ruim 5. Péssimo

57. O conteúdo da formação inicial que o(a) Sr.(a) recebeu da PMPA:

1. Se ajusta plenamente ao trabalho 2. Se ajusta parcialmente ao trabalho 3. Não se ajusta ao trabalho

58. O(a) Sr.(a) participou de algum curso de capacitação e treinamento nos ÚLTIMOS 12 (DOZE) meses?

1. Sim. Qual(is)? _____

2. Não

59. O(a) Sr.(a) participou ou participa de cursos de especialização na área de segurança FORA DA PMPA?

1. Sim 2. Não

60. Após sair da Academia/CFAP, o (a) Sr.(a) já passou por algum treinamento presencial sobre o uso escalonado da força?

1. Sim 2. Não

61. Quando foi o ÚLTIMO TREINAMENTO de arma de fogo que o(a) Sr.(a) participou na PM?

1. Há menos seis meses 2. Há menos de doze meses 3. Há menos de cinco anos 4. Há mais de cinco anos 5. Nunca participei

62. O(a) Sr.(a) já recebeu, EM ALGUMA OCASIÃO, treinamento para a utilização dos seguintes armamentos?

	Sim	Não
1. Pistola Elétrica (Taser)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
2. Tonfa/ Bastão	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
3. Espargidor de pimenta	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
4. Arma com munição de borracha (elastômero)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
5. Bomba de gás lacrimogêneo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
6. Pistola	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
7. Bomba de efeito moral	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
8. Fuzil	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2

BLOCO VI – SATISFAÇÃO COM O TRABALHO

63. Qual é a sua escala de trabalho atual?

1. 12 X 24 2. 12 X 36 3. 12 X 48 4. 24 X 48 5. 24 X 72 6. 48 X 144
 7. Expediente
 8. Outra. Qual? _____

64. Quantas horas o(a) Sr.(a) trabalha por semana?

- Dentro da PM: _____ Fora da PM: _____

65. Em média, quanto tempo o(a) Sr.(a) leva diariamente para chegar da sua casa até o trabalho?

- |_|_| horas |_|_| minutos

66. Qual é o nível de satisfação com o seu trabalho?

1. Totalmente Satisfeito 2. Satisfeito 3. Nem satisfeito nem insatisfeito 4. Pouco insatisfeito 5. Totalmente insatisfeito

67. Se tiver a opção de ESCOLHER A SUA UNIDADE DE POLÍCIA, preferiria:

1. Batalhão/ OPM regular
 2. COE
 3. Outros grupamentos do Comando de Missões Especiais. Qual? _____
 4. Outra: _____

BLOCO VII – PRÊMIOS E CULTURA PROFISSIONAL

68. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: Na sua unidade...

	Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente
1. Os policiais são premiados e reconhecidos adequadamente por desempenhar o seu dever.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
2. Os policiais se sentem orgulhosos de cumprir com os seus deveres.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
3. Não existem procedimentos adequados para premiar o policial que cumpre com o seu dever.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
4. Os policiais são premiados com folgas ou dispensas por apreender drogas.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
5. A prioridade é apreender drogas e armas durante o serviço.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
6. Os policiais se sentem respeitados por seus superiores.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

69. Algum companheiro(a) da sua equipe ou guarnição já foi investigado(a) ou condenado(a) por conduta ilegal?

1. Sim 2. Não

70. Quantos policiais o(a) Sr.(a) conheceu pessoalmente que foram expulsos da corporação? _____

71.a. O(a) Sr.(a) já foi punido(a) ou recebeu alguma advertência que considera injusta?

1. Sim 2. Não (pule para a 72)

71.b. Que tipo de punição? _____

72. O(a) Sr.(a) já precisou denunciar algum ato de abuso de autoridade cometido por um(a) companheiro(a) de trabalho?

1. Sim 2. Não

Muito obrigado pela colaboração!

Anexo D - Survey PMPA - questionário b

Unidade: _____ Data: ____ / ____ / _____ Hora: ____ : ____

QUESTIONÁRIO N°: _____

QUESTIONÁRIO PARA POLICIAIS MILITARES

Esta pesquisa tem por objetivo a realização de um estudo sobre o uso da força na PMPA. Antes de começar, gostaria de frisar que:

1. Não há qualquer tipo de identificação individual neste questionário. Por favor não coloque qualquer informação que o(a) identifique;
2. O(a) Sr.(a). não é obrigado(a) a responder a qualquer pergunta.
3. Nenhuma pergunta tem resposta certa ou errada, o que vale é a *sua* opinião.
4. Esta é uma pesquisa realizada pela Universidade de Brasília. Para mais informação, ligue (61) 3107-7320 ou (61) 3107-7355.

BLOCO I - PERFIL

1. Qual é o seu sexo: 1. Masculino 2. Feminino
2. Qual é o ano do seu nascimento? _____ (aaaa)
3. A sua cor ou raça é:
 - 1. Branca 2. Preta 3. Parda 4. Amarela 5. Indígena
4. O local em que o(a) Sr.(a) foi criado(a) é considerado ocupação irregular?
 - 1. Sim 2. Não
5. Qual é a sua religião ou culto?
 - 1. Católica 5. Candomblé/Umbanda
 - 2. Evangélica pentecostal (Assembleia de Deus, Universal etc.) 6. Outra
 - 3. Evangélica não pentecostal (Batista, Luterana, Presbiteriana etc) 7. Não tem religião, mas acredita em Deus
 - 4. Espírita Kardecista 8. Não tem religião e não acredita em Deus
6. O(a) Sr.(a) frequenta cultos ou cerimônias religiosas?
 - 1. Diariamente 4. Uma vez a cada 6 meses
 - 2. Ao menos uma vez na semana 5. Uma vez ao ano
 - 3. Ao menos uma vez ao mês 6. Nunca
7. O(a) Sr.(a) é:
 - 1. Casado(a)/ União consensual 2. Solteiro(a) 3. Divorciado(a)/ separado(a) 4. Viúvo(a)
8. O(a) Sr.(a) tem filhos?
 - 1. Sim Quantos? |__|__|
 - 2. Não
9. Qual é a sua escolaridade?
 - 1. Ensino fundamental completo 4. Curso superior incompleto
 - 2. Ensino médio incompleto 5. Curso superior completo
 - 3. Ensino médio completo 6. Pós-graduação completa/incompleta
10. Está estudando no momento? 1. Sim 2. Não
11. O seu pai e/ou sua mãe são ou já foram policiais? 1. Sim 2. Não
12. O(a) Sr.(a) QUANDO CRIANÇA OU ADOLESCENTE passou por algumas das situações descritas abaixo:

	Sim	Não
1. Apanhou de outras crianças e adolescentes	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
2. Foi ameaçado por um criminoso armado	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
3. Sofreu um assalto violento na rua	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
4. Presenciou um homicídio	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
5. Teve a casa invadida por um criminoso	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
6. O seu pai/mãe era alcoólatra	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
7. Ouvia barulho de tiros constantemente	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
8. Teve medo de ser assassinado	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
9. Algum membro da família sofreu um assalto violento	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
10. Teve familiares ou amigos presos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
11. Teve familiares ou amigos mortos por um criminoso	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
12. Teve familiares ou amigos envolvidos com drogas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
13. Foi espancado pelo seu pai/mãe	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2

BLOCO II - TRAJETÓRIA POLICIAL

13. Qual é o seu posto ou graduação?
 - 1. Aluno do CFAP 5. Sargento 9. Tenente-Coronel
 - 2. Aluno Academia Oficiais 6. Tenente 10. Coronel
 - 3. Soldado 7. Capitão
 - 4. Cabo 8. Major
14. Qual foi o ano de sua última promoção: _____ (aaaa)
(deixe em branco se o(a) Sr.(a) nunca foi promovido)
15. Em que ano o(a) Sr.(a) ingressou na PM? _____ (aaaa)

16. O(a) Sr.(a) ingressou na PMPA através da:

1. Academia da Polícia Militar 2. CFAP ou equivalente

17. Qual é a sua função atual:

1. Policiamento Ostensivo a Pé 4. Policiamento Rodoviário 7. Outra
 2. Rádio Patrulhamento Motorizado 5. Policiamento Especializado (CME)
 3. Patrulhamento Tático Motorizado 6. Administrativa

18. Na sua função atual, o(a) Sr.(a) se dedica:

1. À atividade meio (*administrativa*) 2. À atividade fim (*policiamento*) 3. A ambas por igual (*administrativa/policiamento*)

19. Quando decidiu prestar concurso para a polícia o(a) Sr.(a) estava:

1. Trabalhando 2. Estudando 3. Trabalhando e estudando 4. Nem um nem o outro

20. A PM é o seu primeiro trabalho? 1. Sim (*pular para 23*) 2. Não

21. No trabalho anterior, o(a) Sr.(a) tinha carteira assinada? 1. Sim 2. Não

22. Qual foi seu último trabalho antes de ingressar na PM? _____

23. Em que mês e ano o(a) Sr.(a) foi lotado(a) NESTA UNIDADE? ___ / ___ (mm/aaaa)

24. Em quantas unidades ao todo o(a) Sr.(a) já foi lotado(a)? [][]

25. O (a) Sr.(a) já trabalhou em alguma das unidades de Polícia indicadas abaixo (*selecione todas as aplicáveis*):

1. Batalhão regular 4. COE
 2. BPOT 5. Outros Batalhões de Polícia Especializada (BPTUR, BPA etc.)
 3. BPCHq, RPMont, Canil, Fluvial 6. Unidades administrativas

26. O(a) Sr.(a) já foi promovido de patente por... (*selecione todas aplicáveis*):

1. Antiguidade
 2. Merecimento
 3. Bravura
 4. Ainda não foi promovido

BLOCO III – USO DA FORÇA



27. Dois policiais percebem que dois jovens suspeitos começam a correr. A polícia pede para que parem, mas os jovens continuam correndo e entram num beco. A polícia corre atrás deles e novamente ordena que parem, mas, ao perceber que os jovens estão fugindo, disparam vários tiros. Um dos jovens acaba morto e o outro ferido. Ao revistar a mochila dos jovens encontram drogas, um rádio, um revólver e dinheiro. Diga-me como o(a) Sr.(a) avalia a atuação da polícia nesse caso:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
1. Os policiais atuaram corretamente nesta situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
2. O uso da força por parte dos policiais foi excessivo nessa situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

28. Por favor, diga qual é a sua opinião sobre as seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
1. A proximidade com a sociedade distrai a polícia de seu objetivo principal que é combater os criminosos.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
2. Os direitos humanos com frequência se tornam um obstáculo para combater o crime.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
3. Os moradores das invasões geralmente são pessoas perigosas e associadas ao crime.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
4. A polícia do Pará atira muito, porque atua em um ambiente muito violento.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

29. Com qual frequência ocorreram as seguintes situações quando o(a) Sr.(a) ESTAVA EM SERVIÇO nos ÚLTIMOS 12 (DOZE) meses? (marque, por favor, o número aproximado de vezes)

		Nunca	Uma vez a quatro vezes	De cinco a dez vezes	Mais de dez vezes
1.	Fez uso da sua arma de fogo contra alguém	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.	Feriu alguém com arma de fogo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.	Participou de uma ocorrência em que resultou na morte de alguém	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.	Fez uso de armamento menos letal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.	Autuou alguém por desacato a autoridade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.	Socorreu uma pessoa baleada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.	Apreendeu armas ou drogas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.	Foi ferido por arma de fogo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.	Alguém atirou contra o(a) senhor(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.	Prendeu uma pessoa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11.	Se sentiu desrespeitado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

30. Com qual frequência ocorreram as seguintes situações quando o(a) Sr.(a) ESTAVA EM SERVIÇO na ÚLTIMA SEMANA? (marque, por favor, o número aproximado de vezes)

		Nenhuma vez	Uma vez a quatro vezes	De cinco a dez vezes	Mais de dez vezes
1.	Fez uso da sua arma de fogo contra alguém	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3

1.a. Da última vez que o(a) Sr.(a) disparou a arma de fogo EM SERVIÇO (fora do treinamento), qual arma usou?

- 1. Nunca disparou em serviço (pular para 32)
- 2. Fuzil 7,62
- 3. Fuzil 5,56
- 4. Pistola .40
- 5. Carabina/Espingarda
- 6. Revólver .38
- 7. Outra: _____

31.b. Quantos disparos o(a) Sr.(a) efetuou aproximadamente nessa ocasião? _____

32. Quantas vezes o(a) Sr.(a) participou de cada uma das seguintes ocorrências, FORA DE SERVIÇO, nos ÚLTIMOS 12 (DOZE) meses? (Escreva, por favor, o número de vezes. Se o(a) Sr.(a) nunca participou, marque a primeira coluna)

		Nunca	Uma vez a quatro vezes	De cinco a dez vezes	Mais de dez vezes
1.	Fez uso da sua arma de fogo contra alguém	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.	Feriu uma pessoa com arma de fogo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.	Participou de um incidente em que resultou na morte de alguém	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.	Foi ferido por arma de fogo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.	Alguém atirou contra o(a) senhor(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

33. Alguma vez o(a) Sr.(a) viu um(a) companheiro(a) ser alvejado(a) por disparo de arma de fogo?

- 1. Sim Quantos? [] [] Quantos deles/as faleceram? [] []
- 2. Não

34. Na sua rotina de trabalho com qual frequência o(a) Sr.(a) faz uso dos seguintes armamentos ou instrumentos?

		Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
1.	Pistola Elétrica (Taser)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
2.	Tonfa	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
3.	Espargidor de pimenta	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
4.	Arma com munição de borracha (elastômero)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
5.	Granada de gás lacrimogêneo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
6.	Bastão policial	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
7.	Granada de efeito moral	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
8.	Arma de fogo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
9.	Algema	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

35. Gostaria que o(a) Sr.(a). avaliasse se os equipamentos da PM mencionados abaixo são suficientes, insuficientes ou inexistentes, considerando apenas os que estiverem em condições de uso em sua unidade:

		Suficiente	Insuficiente	Inexistente
1.	Coletes Balísticos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
2.	Viaturas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
3.	Rádios de comunicação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
4.	Pistolas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
5.	Fuzis/ carabinas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

		Suficiente	Insuficiente	Inexistente
6.	Tonfas/ Bastões policiais	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
7.	Espargidores de pimenta	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
8.	Armas com munição de borracha (elastômero)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
9.	Granadas de gás lacrimogêneo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
10.	Pistolas Elétricas (Taser)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
11.	Granadas de efeito moral	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

36. Na sua atual rotina de trabalho, com que frequência as ocorrências listadas abaixo acontecem:

		Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
1.	Tráfico de drogas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
2.	Apreensão de armas de fogo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
3.	Perturbação do sossego	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
4.	Violência doméstica	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
5.	Desacato/desobediência	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
6.	Rixa, via de fato	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
7.	Homicídio	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
8.	Roubo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
9.	Furto	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
10.	Violência sexual	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
11.	Confronto armado	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
12.	Posse e uso de drogas	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4



37. Dois policiais militares percebem que um homem de aproximadamente 40 anos está correndo atrás de um jovem na rua gritando "LADRÃO". O homem se comunica com muita dificuldade dizendo que o jovem estava armado e roubou o seu relógio e carteira. Os policiais começam a perseguir o jovem que monta em uma moto que o aguardava e tentam fugir. Um dos policiais dispara e fere um deles, evitando a fuga. O jovem é socorrido pelos policiais, mas vem a falecer horas depois no hospital. Como o(a) Sr.(a) avalia a atuação da polícia nesse caso:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
1. Os policiais atuaram corretamente nesta situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
2. O uso da força por parte dos policiais foi excessivo nessa situação	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

38. Na opinião do (a) Sr.(a), qual dos objetivos listados abaixo deveria ser prioritário para a PMPA:

1. Combater o tráfico de drogas 2. Reduzir a violência

39. Por favor, diga o quanto o(a) Sr.(a) está de acordo com a seguinte afirmação:

A polícia militar precisa se transformar e mudar de mentalidade. Os policiais devem realizar as suas funções com o objetivo de restringir o uso excessivo da força e recuperar a confiança da população, especialmente a dos moradores das invasões e outras áreas pobres.

1. Concordo totalmente 2. Concordo 3. Não concordo nem discordo 4. Discordo 5. Discordo totalmente

40. Por favor, diga como o (a) Sr.(a) se sente em relação ao trabalho que desempenha na polícia:

1. Muito orgulhoso(a) 2. Orgulhoso(a) 3. Pouco orgulhoso(a) 4. Nada orgulhoso(a)

41. Por favor, diga qual é a sua opinião sobre as seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
1. A polícia seria mais eficiente se usasse mais força.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
2. Os casos de desacato e desobediência ocorrem pela falta de legitimidade da polícia frente a sociedade.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
3. A polícia faz uso excessivo da força letal	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
4. O policial precisa ter sua arma em mãos ao abordar uma pessoa.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
5. Bandido bom é bandido morto.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
6. As drogas são a principal causa da violência urbana.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
7. A proximidade com a sociedade é uma boa estratégia para combater o crime com menos violência.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
8. As pessoas geralmente reagem de forma negativa quando são abordadas pela polícia.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

42. Qual sentimento a maioria da sociedade tem demonstrado em relação aos policiais da sua unidade? (escolher apenas um)

1. Medo 3. Desconfiança 5. Simpatia 7. Raiva
 2. Respeito 4. Admiração 6. Indiferença 8. Outro. Qual? _____

43. Como o(a) Sr.(a) se sente em relação ao tratamento que recebe da maioria da sociedade?

1. Muito respeitado 2. Respeitado 3. Nem respeitado nem desrespeitado 4. Desrespeitado 5. Muito desrespeitado

44. Como o(a) Sr.(a) se sente em relação ao tratamento que recebe da corporação?

1. Muito respeitado 2. Respeitado 3. Nem respeitado nem desrespeitado 4. Desrespeitado 5. Muito desrespeitado

45. Por favor, diga **QUANTAS** das afirmações são verdadeiras na sua rotina de trabalho. (Não queremos saber quais, apenas nos interessa saber **quantas**. Escreva o número no quadro abaixo):

- ❖ Já utilizei o TASER em serviço
- ❖ Estava portando uma pistola .40 em meu último serviço
- ❖ Participei de cursos do uso progressivo da força e armamento menos letal
- ❖ Bandido que atira em policiais não tem que ser preso, tem que morrer
- ❖ Participei de ocorrências relacionadas com o tráfico de drogas no último ano

Quantas dessas afirmações são verdadeiras? |_|_|

BLOCO IV – NÍVEL DE STRESS

46. O(a) Sr.(a) se sente mais ameaçado:

1. Em serviço 2. Fora de serviço 3. Ambas 4. Nunca

47. Quantas horas, em média, o(a) Sr.(a) dorme diariamente? |_|_|

48. Das seguintes situações que o(a) Sr.(a) pode encontrar em seu trabalho, indique em quais se sente mais ameaçado:

	Muito ameaçado	Pouco ameaçado	Não me sinto ameaçado
1. Quando enfrenta criminosos armados	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
2. Com a possibilidade de ser perseguido por superiores	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3

49.a. O(a) Sr.(a) tem medo de morrer em seu trabalho?

1. Muito medo 2. Um pouco de medo 3. Não tenho medo

49.b. O(a) Sr.(a) tem medo de que o fato de o(a) Sr.(a) ser policial possa colocar sua família em risco?

1. Muito medo 2. Um pouco de medo 3. Não tenho medo

49.c. A sua família já sofreu ameaças?

1. Sim 2. Não

50. O(a) Sr.(a) tem medo de decepcionar a sua família pelo o que faz em seu trabalho?

1. Muito medo 2. Um pouco de medo 3. Não tenho medo

51. O(a) Sr.(a) tem medo de ser preso por:

	Sim	Não
1. Um erro de um amigo no trabalho	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
2. Cometer um erro no trabalho	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
3. Uma falsa denúncia	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
4. Perseguição	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
5. Ferir um inocente	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
6. Cumprir meu dever como policial	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2

52. O(a) Sr.(a) poderia me indicar com que frequência:

	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
1. Tem insônia	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
2. Fica angustiado	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
3. Tem vontade de chorar	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
4. Sente-se sozinho	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
5. Fica com raiva	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
6. Fica com dor no peito/ falta de ar	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
7. Fica deprimido	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
8. Pensa em acabar com a sua própria vida	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
9. Fica sem paciência com as pessoas/ prefere estar sozinho	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
10. Tem medo de perder a família	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
11. Fica desanimado	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4

53. O(a) Sr.(a) já viu algum companheiro(a) matar alguém desarmado?

1. Nunca 2. Uma vez 3. Algumas vezes 4. Muitas vezes

54. O(a) Sr.(a) já viu alguém matar um policial?

1. Nunca 2. Uma vez 3. Algumas vezes 4. Muitas vezes

55.a. O(a) Sr.(a) já foi atendido por um psicólogo?

1. Sim, da PMPA 2. Sim, fora da PMPA (pule para a 56) 3. Sim, ambos 4. Não (pule para a 56)

55.b. Como o(a) Sr.(a) avalia esse atendimento do psicólogo da PMPA?

1. Ótimo 2. Bom 3. Regular 4. Ruim 5. Péssimo

BLOCO V - TREINAMENTO

56. Como o(a) Sr.(a) avalia o treinamento que recebeu durante o seu PERÍODO DE FORMAÇÃO POLICIAL?

1. Ótimo 2. Bom 3. Regular 4. Ruim 5. Péssimo

57. O conteúdo da formação inicial que o(a) Sr.(a) recebeu da PMPA:

1. Se ajusta plenamente ao trabalho 2. Se ajusta parcialmente ao trabalho 3. Não se ajusta ao trabalho

58. O(a) Sr.(a) participou de algum curso de capacitação e treinamento nos ÚLTIMOS 12 (DOZE) meses?

1. Sim. Qual(is)? _____

2. Não

59. O(a) Sr.(a) participou ou participa de cursos de especialização na área de segurança FORA DA PMPA?

1. Sim 2. Não

60. Após sair da Academia/CFAP, o (a) Sr.(a) já passou por algum treinamento presencial sobre o uso escalonado da força?

1. Sim 2. Não

61. Quando foi o ÚLTIMO TREINAMENTO de arma de fogo que o(a) Sr.(a) participou na PM?

1. Há menos seis meses 2. Há menos de doze meses 3. Há menos de cinco anos 4. Há mais de cinco anos 5. Nunca participei

62. O(a) Sr.(a) já recebeu, EM ALGUMA OCASIÃO, treinamento para a utilização dos seguintes armamentos?

	Sim	Não
1. Pistola Elétrica (Taser)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
2. Tonfa/ Bastão	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
3. Espargidor de pimenta	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
4. Arma com munição de borracha (elastômero)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
5. Bomba de gás lacrimogêneo	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
6. Pistola	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
7. Bomba de efeito moral	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2
8. Fuzil	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2

BLOCO VI – SATISFAÇÃO COM O TRABALHO

63. Qual é a sua escala de trabalho atual?

1. 12 X 24 2. 12 X 36 3. 12 X 48 4. 24 X 48 5. 24 X 72 6. 48 X 144
 7. Expediente
 8. Outra. Qual? _____

64. Quantas horas o(a) Sr.(a) trabalha por semana?

- Dentro da PM: _____ Fora da PM: _____

65. Em média, quanto tempo o(a) Sr.(a) leva diariamente para chegar da sua casa até o trabalho?

- |_|_| horas |_|_| minutos

66. Qual é o nível de satisfação com o seu trabalho?

1. Totalmente Satisfeito 2. Satisfeito 3. Nem satisfeito nem insatisfeito 4. Pouco insatisfeito 5. Totalmente insatisfeito

67. Se tiver a opção de ESCOLHER A SUA UNIDADE DE POLÍCIA, preferiria:

1. Batalhão/ OPM regular
 2. COE
 3. Outros grupamentos do Comando de Missões Especiais. Qual? _____
 4. Outra: _____

BLOCO VII – PRÊMIOS E CULTURA PROFISSIONAL

68. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: Na sua unidade...

	Concorda totalmente	Concorda	Não concorda nem discorda	Discorda	Discorda totalmente
1. Os policiais são premiados e reconhecidos adequadamente por desempenhar o seu dever.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
2. Os policiais se sentem orgulhosos de cumprir com os seus deveres.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
3. Não existem procedimentos adequados para premiar o policial que cumpre com o seu dever.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
4. Os policiais são premiados com folgas ou dispensas por apreender drogas.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
5. A prioridade é apreender drogas e armas durante o serviço.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5
6. Os policiais se sentem respeitados por seus superiores.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 5

69. Algum companheiro(a) da sua equipe ou guarnição já foi investigado(a) ou condenado(a) por conduta ilegal?

1. Sim 2. Não

70. Quantos policiais o(a) Sr.(a) conheceu pessoalmente que foram expulsos da corporação? _____

71.a. O(a) Sr.(a) já foi punido(a) ou recebeu alguma advertência que considera injusta?

1. Sim 2. Não (pule para a 72)

71.b. Que tipo de punição? _____

72. O(a) Sr.(a) já precisou denunciar algum ato de abuso de autoridade cometido por um(a) companheiro(a) de trabalho?

1. Sim 2. Não

Muito obrigado pela colaboração!

Anexo E - Máscara Survey PMPA

Após o preenchimento dos questionários da pesquisa, todas as informações coletadas foram digitadas numa planilha eletrônica com o auxílio do software Excel, denominada *Máscara Survey PMPA*. Durante a construção do banco de dados, além das variáveis de identificação do digitador, data, número do questionário, foram inseridas no Excel todas as informações das 72 questões dos questionários respondidos, sendo divididas em 7 blocos de informações:

- Bloco I – Perfil;
- Bloco II – Trajetória policial;
- Bloco III – Uso da força;
- Bloco IV – Nível de estresse;
- Bloco V – Treinamento;
- Bloco VI – Satisfação com o trabalho;
- Bloco VII – Prêmios e cultura profissional.

Algumas das 72 questões foram subdivididas segundo as possibilidades de resposta (novas variáveis). As questões do questionário que geraram mais de uma coluna foram: questões:

- Bloco I – Perfil: Questão 12 (13 colunas);
- Bloco II – Trajetória policial: Questão 24 (4 colunas);
- Bloco III – Uso da força: Questão 27 (2 colunas); Questão 29 (11 colunas); Questão 31 (2 colunas); Questão 32 (5 colunas); Questão 34 (9 colunas); Questão 35 (11 colunas); Questão 36 (12 colunas); Questão 37 (2 colunas); Questão 41 (8 colunas);
- Bloco IV – Nível de estresse: Questão 48 (2 colunas); Questão 51 (6 colunas); Questão 52 (11 colunas);
- Bloco V – Treinamento: Questão 62 (8 colunas);
- Bloco VII – Prêmios e cultura profissional: Questão 68 (6 colunas).

No final, a planilha *Máscara Survey PMPA* totalizou 185 colunas (correspondendo a uma variável independente) e 1.210 linhas (correspondendo a cada respondente). Com o banco de dados finalizado, o conjunto de variáveis transferido do Excel ao software Statistical Package for the Social Sciences – SPSS Statistics (versão 26), da International Business Machine – IBM, para a aplicação dos testes estatísticos específicos.

Anexo F - Alfa de Cronbach

A primeira escala, relacionada à exposição individual à violência criminal do policial na infância e/ou adolescência, corresponde a uma média dos seguintes itens: “foi ameaçado por um criminoso armado”, “sofreu um assalto violento na rua”, “presenciou um homicídio”, “ouvia barulho de tiros constantemente” e “teve medo de ser assassinado”.

Para estimar a confiabilidade desses itens, foi calculado o *alfa de Cronbach* (1951) que mede a correlação entre respostas de um questionário por meio da análise do perfil das respostas dadas pelos respondentes. Trata-se de uma correlação média entre perguntas, computada com o auxílio do software *Statistical Package for the Social Sciences – SPSS Statistics* (versão 26), da IBM.

Acertado que todos os itens de um questionário utilizam a mesma escala de medição, o coeficiente α é calculado a partir da variância dos itens individuais e da variância da soma dos itens de cada avaliador através da seguinte equação matemática:

$$\alpha = \left(\frac{k}{k-1} \right) \times \left(1 - \frac{\sum_{i=1}^k S_i^2}{S_t^2} \right)$$

onde:

k corresponde ao número de itens do questionário;

S_i^2 corresponde a variância de cada item;

S_t^2 corresponde a variância total do questionário, aferida com a soma global das variâncias.

Vale lembrar que, neste estudo, os cálculos matemáticos foram computados automaticamente pelo software estatístico. O *alfa de Cronbach* obtido em relação à exposição individual à violência criminal foi 0,67. Esse valor não é muito alto lembrando que, em geral, adota-se como aceitáveis valores entre 0,70 a 0,95. Todavia, considerou-se substancial o valor obtido de acordo com a Tabela 29, posto que os itens da primeira escala são dicotômicos e em pequeno número (cf. LANDIS, J.; KOCH, G., 1977, p. 165).

Tabela 29 – Consistência interna do questionário segundo o valor do alfa de Cronbach.

Valor do alfa de Cronbach	Consistência interna
Maior que 0,80	Quase perfeito
De 0,80 a 0,61	Substancial
De 0,60 a 0,41	Moderado
De 0,40 a 0,21	Razoável
Menor que 0,21	Pequeno

Fonte: LANDIS; KOCH, 1977, p. 165.

Anexo G - Correlação entre variáveis: coeficiente de Pearson e nível de significância p-valor

A análise de correlação proporciona um meio de averiguação do grau de associação entre duas ou mais variáveis. Uma das provas mais utilizadas para essa análise é o *teste da Correlação Linear de Pearson*, que gera um *coeficiente de Pearson* (representado por “r” ou “ρ”).

Este coeficiente mede o grau da correlação linear entre duas variáveis quantitativas, que pode variar de -1 a 1. Quanto mais próximo dos valores extremos (-1 e 1) for o coeficiente, mais forte é a associação entre as variáveis examinadas. Em contrapartida, o coeficiente igual a zero alvitra a ausência de correlação. O sinal do coeficiente indica direção positiva ou negativa da relação entre as variáveis, isto é, se o sinal for negativo, então, as variáveis possuem relação inversamente proporcional. Se o sinal for positivo, as variáveis apresentam relação diretamente proporcional (AYRES *et al.*, 2007).

Antes da aplicação do teste de correlação linear de Pearson, deve-se construir duas hipóteses para serem testadas. No caso em questão, a primeira hipótese (hipótese nula) é a anulação da correlação entre as variáveis em estudo e a segunda hipótese (hipótese alternativa) confirma a correlação.

Além disso, é preciso adotar um nível de significância para validar uma das duas hipóteses. O nível de significância (*p-valor* ou simplesmente p) é uma medida do percentual de evidência que se assume ter contra a hipótese nula. Geralmente, utiliza-se o nível de significância de 5% (*p-valor* < 0,05). Quanto menor for o nível de significância, mais evidência se admite ter contra a hipótese nula.

Para aplicação da correlação entre as variáveis “*índice de estresse*” e o “*índice de exposição à individual à violência criminal durante a infância e adolescência*” foi adotado um nível de significância de 5% e foram construídas as seguintes hipóteses: *H0* - não há correlação entre as variáveis; *H1* - há correlação entre as variáveis.

Calcula-se o coeficiente de correlação de Pearson segundo (ρ) a seguinte fórmula:

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}} = \frac{\text{cov}(X, Y)}{\sqrt{\text{var}(X) \cdot \text{var}(Y)}}$$

Onde x_1, x_2, \dots, x_n e y_1, y_2, \dots, y_n são os valores medidos de ambas as variáveis.

O teste de correlação de Pearson foi calculado computacionalmente com o auxílio do software SPSS (versão 26) e, de acordo com os resultados, foi obtido $r = 0,20$ ($p\text{-valor} < 0,001$) entre o *índice de estresse* e o *índice de exposição individual do policial à violência criminal durante a infância e adolescência*, logo, conclui-se que há correlação positiva entre as variáveis, porém com um coeficiente muito baixo (cf. MUKAKA, 2012, pp. 69-71).

Anexo H - Análise de variância: valor de F e grau de liberdade

Nesta pesquisa, averiguou-se se há diferença significativa entre *as médias de satisfação no trabalho* de dois grupos. O primeiro grupo é abrangido os policiais *muito orgulhosos* do trabalho desempenhado. No segundo estão aqueles *nada orgulhosos*. Para a comparação das médias dos grupos foi aplicada a técnica de análise de variância *ANOVA*, por meio do software SPSS (versão 26).

Para tal, calcula-se o *valor de F* para testar estatisticamente a igualdade entre médias, com nível de significância de 5% (*p-valor* < 0,05). A estatística F é, simplesmente, a razão de duas variâncias (que nada mais são que medidas de dispersão), sendo possível verificar até que ponto os dados estão dispersos em relação à sua média. Ou seja, com a aplicação do teste, pode-se analisar a variabilidade. Quanto maior o valor de F, maior é a variabilidade das médias (RAMOS, 2016, p. 15).

As hipóteses construídas para o teste F foram: *H0* - as médias dos grupos são iguais; *H1* - as médias dos grupos são diferentes.

Porém, antes de se computar F, é preciso determinar o *grau de liberdade* (g.l.) que corresponde a quantidade de informação que os dados elencados fornecem para estimar os valores de parâmetros populacionais desconhecidos. Essa quantidade é calculada pela diferença entre o número de determinações independentes (tamanho da amostra ou do grupo) e o número de parâmetros estatísticos a serem avaliados na população.

No caso específico, trata-se da comparação das médias entre os grupos *muito orgulhoso* e *nada orgulhoso*. O cálculo do grau de liberdade corresponde ao número de categorias (que são 4: *nada orgulhoso*; *pouco orgulhoso*; *orgulhoso* e *muito orgulhoso*) subtraído do número de parâmetros avaliados (apenas 1 parâmetro = *média*), ou seja, obteve-se o g.l. = 4 – 1 = 3.

Ao final, de acordo com os resultados da análise de variância computada (F = 73,30; g.l. = 3; *p* < 0,001), constatou-se que a diferença das *médias de satisfação no trabalho* entre os policiais militares paraenses *muito orgulhosos* do trabalho desempenhado e aqueles *nada orgulhosos* é fortemente significativa sob o prisma estatístico (considerando que “*p* < 0,001”, ou seja, *p-valor* foi consideravelmente menor do que 0,05).

Anexo I - Análise de independência: chi-quadrado

O teste de Chi-Quadrado (ou Qui-Quadrado) foi aplicado na pesquisa com o intuito de verificar se existe independência entre as categorias, isto é, entre as respostas das variáveis “*prioridade de apreensão de drogas e armas durante o serviço*” e “*premiação por apreensão de drogas*”, onde foram comparadas as proporções de concordância e discordância entre as duas categorias. O teste serve para identificar se existem prevalências estatisticamente significativas (AYRES et al., 2007), ou seja, possibilita constatar se as categorias são dependente ou independentes.

Utilizou-se o software SPSS (versão 26) para o cálculo do Chi-Quadrado, adotando-se o nível de significância de 5% para verificação da diferença estatística. As hipóteses testadas foram: H_0 - a proporção de concordância e discordância não depende das variáveis *prioridade* e *premiação*; H_1 - a proporção de concordância e discordância depende das variáveis.

Conforme os resultados computados (chi-quadrado = 1,00; g.l. = 1; $p = 0,342$), com o *p-valor* maior que 5%, não se rejeita a hipótese nula (H_0), ou seja, conclui-se que não há dependência entre as categorias em estudo. As respostas das variáveis “*prioridade de apreensão de drogas e armas durante o serviço*” e “*premiação por apreensão de drogas*” não estão relacionadas. São independentes.

Anexo J - Regressão linear múltipla por meio do método dos mínimos quadrados ordinários (MQO)

A análise de regressão linear múltipla é utilizada para verificar a relação entre uma única variável dependente (aquilo que se quer entender) e múltiplas variáveis independentes (que segundo pressupõe o pesquisador, podem ajudar a explicar a variação de Y), com o objetivo de resumir a correlação entre a variável dependente e as variáveis independentes em termos da direção (positiva ou negativa) e magnitude (fraca ou forte) da associação. Mais especificamente, é possível utilizar as variáveis independentes para estimar os valores da variável dependente (HAIR *et al.*, 2009, p. 269).

As regressões múltiplas (ou multivariadas) são compostas por mais de uma variável independente, sendo plausível identificar a contribuição de cada variável sobre a capacidade preditiva do modelo como um todo.

Em suma, o método de mínimos quadrados ordinários é um procedimento de estimação utilizado na regressão simples e múltipla em que os coeficientes de regressão são estimados de forma a minimizar a soma total dos quadrados dos resíduos, resumindo a relação linear entre Y e X_i (KRUEGER; LEWIS-BECK, 2008, pp. 2-4; HAIR *et al.*, 2009, p. 172).

A fórmula matemática geral do modelo de regressão linear é:

$$Y = \alpha + \beta_1 X_1 + \epsilon$$

Y representa a variável dependente e X_1 , por sua vez, representa a variável independente. O intercepto (α), também chamado de constante, representa o valor de Y quando X_1 assume valor zero.

Dito de outra forma, na ausência de variáveis independentes, o intercepto (α) representa o valor da média esperada de Y. O coeficiente de regressão (β) representa a mudança observada em Y associada ao aumento de uma unidade em X_1 . Finalmente, o termo estocástico (ϵ) representa o erro em explicar/entender/predizer Y a partir de X_1 . Em particular, ϵ é a diferença entre os valores observados e os valores preditos de Y, ou seja, os resíduos do modelo.

(FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2011, p. 49-50)

Empregou-se o software *SPSS Statistics* (versão 26) para a aplicação computacional do método de mínimos quadrados ordinários.

Anexo K - Razão de chances

A *Razão de chances* é a razão matemática entre a chance de um evento ocorrer em um determinado grupo e a chance de ocorrer noutro, onde *chance* (ou possibilidade) é a probabilidade de ocorrência desse evento (PG) dividida pela probabilidade da não ocorrência do mesmo evento (1-PG), conforme BONITA; BEAGLEHOLE; KJELLSTROM (2010, p.78).

Na Tabela 25 foi calculada a *Razão de chances* para averiguar se a possibilidade dos policiais militares do grupo 2 (arma de fogo e drogas) responderem “*concorda*” com a assertiva “*os policiais atuaram corretamente contra os suspeitos*” é igual a chance dos policiais do grupo 1 (bolsa e Ipad) também concordarem.

Inicialmente, calcula-se a chance para cada grupo utilizando a seguinte fórmula matemática:

$$\text{Chance PG} = \text{PG} / 1\text{-PG}$$

onde, PG corresponde ao percentual de respostas “*concorda*” e 1-PG ao de “*discorda*”.

Considerando a amostra completa, por exemplo, calcula-se a chance PG1:

$$\text{Chance PG1} = \text{PG1} / 1\text{-PG1} = 23,06 / 76,94 = 0,2997$$

e a chance PG2:

$$\text{Chance PG2} = \text{PG2} / 1\text{-PG2} = 30,42 / 69,58 = 0,4372$$

Após o cálculo das chances de cada grupo, foi computada a *Razão de chances* de ocorrer a concordância no grupo 2 em comparação ao grupo 1, para a amostra completa, pela seguinte divisão:

$$\text{Razão de Chances} = \text{PG2} / \text{PG1} = 0,4372 / 0,2997 = 1,4588$$

Logo, a possibilidade de concordância com a assertiva de que os policiais militares imaginários agiram corretamente contra os suspeitos é quase uma vez e meia maior para o grupo 2 (arma de fogo e drogas) se comparada ao grupo 1 (bolsa e iPad), considerando a amostra completa da PMPA/RMB.

Anexo L - Modelo empírico para o primeiro experimento: teste T, médias dos grupos e modelo Logit

Para testar a robustez da pesquisa experimental, o desenho do experimento de *priming* foi analisado por meio da aplicação de um modelo estatístico multivariado, em conformidade com a pesquisa referencial. Segundo Cano e Mangaloni, “a vantagem da estimação de um modelo multivariado é que o pesquisador pode diretamente modelar as respostas a questões sensíveis em função das características dos entrevistados” (CANO; MANGALONI, 2016, p. 101).

O procedimento de aleatorização das variáveis independentes utilizadas na regressão linear múltipla foi avaliado por meio da aplicação do teste *t de Student* (ou simplesmente teste *T*) que compara as médias de cada grupo (“iPad”; “drogas e arma”) das variáveis independentes elencadas com a *média da amostra geral* de cada variável.

As médias das variáveis independentes foram calculadas por duas formas. A primeira foi a *média amostral por grupo* que corresponde a quantidade de respostas favoráveis de cada variável independente (números de sucessos), por grupo, dividida pelo total de respostas (sucesso + fracasso) da variável. Já na *média da população*, foi utilizado a quantidade de respostas favoráveis de cada variável (sem separar por grupo) dividido pela total de respostas da variável (ver Tabela 30).

Outra vez, recorreu-se ao software SPSS (versão 26) para o cálculo computacional do teste T, com nível de significância de 5% ($p\text{-valor} < 0,05$). As hipóteses construídas foram: H_0 - as *médias amostrais* (por grupo) das variáveis independentes são iguais as *médias da população* (quantidade total); H_1 - as *médias amostrais* das variáveis independentes são diferentes das *médias da população*.

Tabela 30 – Médias das variáveis independentes do primeiro experimento.

Descrição da variável	Média do grupo “iPad”	Média do grupo “arma de fogo e drogas”	Teste T Pr(T > t)
Nível de escolaridade	0,04	0,04	0,44
Sem religião	0,13	0,13	0,45
Unidade atual: CIOE	0,03	0,03	0,47
Cresceu em área de ocupação irregular	0,27	0,26	0,48
Não branco	0,88	0,89	0,48
Ocorrências de roubos	0,73	0,74	0,48
Exposição à violência na infância/adolescência	0,31	0,29	0,49
Mulher	0,09	0,07	0,49
Protestante	0,41	0,43	0,49
Desrespeito à autoridade (pela PMPA)	0,35	0,34	0,49
Número de unidades em que foi lotado	2,82	2,74	0,49
Cabo	0,46	0,42	0,50
Sargento	0,31	0,36	0,50
Subtenente	0,02	0,01	0,50
Tenente	0,03	0,03	0,50
Unidade atual: BPOT	0,06	0,06	0,50
Índice de doutrina policial	0,33	0,31	0,50
Índice de estresse	0,43	0,45	0,50
Idade	39,17	39,91	0,50
Frequência ao culto	3,06	3,12	0,50
Desrespeito à autoridade (pela sociedade)	0,27	0,21	0,50
Função atual: policiamento especializado (CME)	0,09	0,05	0,50
Percepção do treinamento	0,12	0,12	1,00
Promoção por bravura	0,00	0,00	1,00

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

De antemão, pode-se afirmar que o procedimento de aleatorização funcionou e que os grupos experimentais estavam equilibrados em relação às variáveis observáveis, notando que as médias das variáveis são comparadas entre condições. A randomização (processo de aleatoriedade, casualização) funcionou de forma efetiva, ou seja, quando as variáveis do grupo “iPad” são comparadas com as do grupo “*arma de fogo e drogas*”, não há diferenças significativas entre as condições.

Em complementação, seguindo os procedimentos da pesquisa referencial, estimou-se a concordância com a assertiva “Os policiais atuaram corretamente nessa situação” no caso hipotético do primeiro experimento, aplicando a técnica estatística de regressão logística multivariada (*Logit*) com auxílio do software *SPSS Statistics* (versão 26) para modelar a variável resposta em função das variáveis independentes que influenciam sua ocorrência, onde a variável resposta é demonstrada por meio de uma probabilidade de sucesso (KUTNER *et al.*, 2005).

A regressão logística multivariada (*Logit*), que é uma extensão do modelo da regressão logística simples, é composta por duas ou mais variáveis independentes (X_1, X_2, \dots, X_n) e, por seus, respectivos coeficientes de regressão ($\beta_0, \beta_1, \dots, \beta_n$).

Tem-se, então, $\beta^t X = \beta_0 + \beta_1 X_{i,1} + \dots + \beta_n X_{i,n}$

O modelo é dado pela fórmula:

$$E(Y_i|X_i) = \pi(X_i) = \frac{\exp(\beta^t X)}{1 + \exp(\beta^t X)}$$

A variável independente Y_i é obtida por $Y_i = E(Y_i|X_i) + \varepsilon_i$, onde o termo ε_i é o erro aleatório do modelo e representa a diferença entre o valor observado de Y_i e o valor esperado condicionado de Y_i dado X_i , sendo Y_i uma variável dicotômica. Já os parâmetros $\beta_0, \beta_1, \dots, \beta_n$ são estimados a partir da verossimilhança. O “método da máxima verossimilhança” estima valores dos diferentes parâmetros do modelo estatístico por meio dos resultados da amostra, buscando para os parâmetros os valores que mais se aproximam dos resultados verdadeiros, ou seja, os valores que maximizam a probabilidade dos dados amostrados (Cf. KUTNER; NETER; NACHTSHEIM; WASSERMAN, 2005).

Foram apresentadas *razões de chance* proporcionais para facilitar a interpretação, onde *chance* é calculada pela razão entre a *probabilidade de ocorrência do evento* e a *probabilidade da não ocorrência* (AGRESTI, 2007). O estimador de interesse é o “efeito do desenho experimental”, definido por Mangaloni e Cano (2016, p. 108) como a diferença entre o grupo 1 (bolsa e iPad) e o grupo 2 (arma de fogo e drogas). A variável dependente é dicotômica, assumindo apenas os valores 0 ou 1⁺.

⁺ “não concordo nem discordo”, “discordo” e “discordo totalmente” = 0; “concordo totalmente” e “concordo” = 1.

A tabela 31 apresenta as *razões de chance* estimadas para o primeiro experimento. A coluna 1 exibe o mesmo resultado da amostra completa da tabela 25 (*Primeiro experimento: respostas por OPM/PMPA*). A possibilidade de concordância com o hipotético uso da força letal quando os respondentes pertencem ao grupo 2 é uma vez e meia (1,46) maior do que quando integram o grupo 1.

A coluna 2 expõe os resultados da inclusão no modelo de três variáveis: posto/graduação (cabo/soldado; subtenente/sargento; tenente), funções de policiamento especializado do CME (grupo tático ou outra função especializada) e o tipo de OPM (BPOT; BPCHOQ; Outras unidades especializadas; Batalhões de área). Verifica-se resultados mais significativos em *Subtenente/Sargento* e *Tenente*, ou seja, os policiais de maior nível hierárquico – que, em regra, comandam guarnições de policiamento – têm mais chances de concordar com o uso da força letal. Em contrapartida, a função de policiamento especializado do CME e o tipo de OPM não apresentaram significância estatística.

Enfim, na coluna 3, exibe-se a modelagem com o efeito fixo por OPM. Os resultados continuaram praticamente inalterados: o policial Cabo/Soldado tem menos chance de concordar com o uso de força letal em comparação ao Subtenente/Sargento e ao Tenente (notando que as *razões de chances* são menores que 1). A função de policiamento especializado do CME passou a ter significância e indica menor chance de concordância com o uso da força por parte dos policiais que trabalham em missões especiais (à exceção do patrulhamento tático do BPOT).

Tabela 31 – Modelo logit: razões de chance estimadas para o primeiro experimento.

	1	2	3
Grupo 2 (arma de fogo e drogas)	1,46*** (0,38)	1,51*** (0,42)	1,61** (0,44)
Cabo/Soldado	-	1,08 (0,07)	0,62** (0,06)
Subtenente/Sargento	-	1,280** (0,24)	0,32** (0,21)
Tenente	-	1,21* (0,19)	0,24* (0,33)
Funções de policiamento especializado (CME)	-	0,83 (0,18)	0,13* (0,19)
BPOT	-	0,31 (0,45)	-
BPCHOQ	-	0,94 (0,65)	-
Outras unidades especializadas	-	1,200 (0,18)	-
Batalhões de área	-	0,70 (0,16)	-
CIOE	-	0,86 (0,17)	-
Efeito fixo da OPM	Não	Não	Sim
n	3328	3268	3268

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo a pesquisa referencial.

* Significativo no nível 0,05. ** Significativo no nível 0,01. *** Significativo no nível 0,001.

Nota: Erros padrões robustos entre parênteses.

Note-se que nos três modelos há *razões de chance* estatisticamente significativas e que os valores dos coeficientes (*erros padrões*) são próximos uns dos outros. Desse modo, conclui-se que o efeito para o experimento de *priming* é robusto.

Anexo M - Contabilidade das respostas válidas por variável independente – Survey PMPA

Tabela 32 – Cômputo das respostas válidas por variável: Doutrina policial na PMPA.

Variáveis independentes (preditores)	1	2	3	4	5
Homem	Homem = 910; Mulher = 80	Homem = 668; Mulher = 66	Homem = 364; Mulher = 23	Homem = 294; Mulher = 17	Homem = 295; Mulher = 17
Não-branco	Branco = 112; Não-branco = 878	Branco = 89; Não-branco = 645	Branco = 48; Não-branco = 339	Branco = 34; Não-branco = 277	Branco = 34; Não-branco = 278
Idade	Idade = 990	Idade = 734	Idade = 387	Idade = 311	Idade = 312
Nível educacional superior completo/incompleto	Superior completo ou incompleto = 425; Outro nível = 565	Superior completo ou incompleto = 364; Outro nível = 370	Superior completo ou incompleto = 190; Outro nível = 197	Superior completo ou incompleto = 160; Outro nível = 151	Superior completo ou incompleto = 161; Outro nível = 151
Sem religião	Sem religião = 138; Possui religião = 852	Sem religião = 116; Possui religião = 618	Sem religião = 65; Possui religião = 322	Sem religião = 56; Possui = 255	Sem religião = 56; Possui religião = 256
Nunca frequenta cultos religiosos	Nunca = 67	Nunca = 52	Nunca = 30	Nunca = 25	Nunca = 25
Frequenta cultos 1 vez ao ano	Anual = 113	Anual = 86	Anual = 46	Anual = 39	Anual = 39
Frequenta cultos 2 vezes ao ano	Semestral = 137	Semestral = 106	Semestral = 60	Semestral = 54	Semestral = 54
Frequenta cultos 1 vez ao mês	Mensal = 289	Mensal = 216	Mensal = 112	Mensal = 88	Mensal = 88
Frequenta cultos semanalmente	Semanal = 306 (Diariamente = 78)	Semanal = 224 (Diariamente = 50)	Semanal = 110 (Diariamente = 29)	Semanal = 81 (Diariamente = 24)	Semanal = 82 (Diariamente = 24)
Tem filhos	Sim = 769; Não = 221	Sim = 544; Não = 190	Sim = 290; Não = 97	Sim = 227; Não = 84	Sim = 228; Não = 84
Exposto à violência criminal na infância e adolescência (índice)		Exposição à violência criminal na infância/adolescência (índice) = 734	Exposição à violência criminal na infância/adolescência (índice) = 387	Exposição à violência criminal na infância/adolescência (índice) = 311	Exposição à violência criminal na infância/adolescência (índice) = 312
Amigos/parentes expostos à violência criminal na infância e adolescência do policial (índice)		Exposição de amigos/parentes à violência criminal (índice) = 734	Exposição de amigos/parentes à violência criminal (índice) = 387	Exposição de amigos/parentes à violência criminal (índice) = 311	Exposição de amigos/parentes à violência criminal (índice) = 312
Cresceu em área de ocupação irregular		Sim = 183	Sim = 106	Sim = 84	Sim = 84
Foi espancado pelos pais na infância/adolescência		Sim = 111	Sim = 60	Sim = 52	Sim = 52
Trabalha na CIOE			Sim = 16	Sim = 15	-
Trabalha no BPOT			Sim = 44	Sim = 35	-
Trabalha em Batalhões de área			Sim = 211	Sim = 165	-
Trabalha no BPCHOQ			Sim = 41	Sim = 37	-
Já trabalhou na CIOE			Sim = 21	Sim = 18	Sim = 18
Já trabalhou no BPOT			Sim = 55	Sim = 44	Sim = 44
Já trabalhou em Batalhões de área			Sim = 186	Sim = 150	Sim = 151
Já trabalhou no BPCHOQ			Sim = 75	Sim = 63	Sim = 63

Sargento/Subtenente	Sargento/Subten = 84; Outros = 303		Sargento/Subten = 56; Outros = 255	Sargento/Subten = 56; Outros = 256	
Tenente	Tenente = 21; Outros = 366		Tenente = 19; Outros = 292	Tenente = 19; Outros = 293	
Radiopatrulhamento motorizado/policiamento rodoviário	Sim = 205		Sim = 163	Sim = 163	
Policiamento especializado no CME, exceto tático motorizado	Sim = 112		Sim = 98	Sim = 98	
Patrulhamento tático motorizado	Sim = 45		Sim = 33	Sim = 34	
Transferências de OPM	Transferências de OPM = 387		Transferências de OPM = 311	Transferências de OPM = 312	
Já foi promovido por merecimento ou bravura	Sim = 41		Sim = 33	Sim = 33	
Apresenta sintomas de estresse (índice)			Sintomas de estresse (índice) = 311	Sintomas de estresse (índice) = 312	
Sente-se nem respeitado nem desrespeitado pela sociedade			Sente-se nem respeitado nem desrespeitado pela sociedade = 116	Sente-se nem respeitado nem desrespeitado pela sociedade = 116	
Sente-se desrespeitado/muito desrespeitado pela sociedade			Sente-se desrespeitado/muito desrespeitado pela sociedade = 84	Sente-se desrespeitado/muito desrespeitado pela sociedade = 85	
Sente-se nem respeitado nem desrespeitado pela PMPA			Sente-se nem respeitado nem desrespeitado pela PMPA = 94	Sente-se nem respeitado nem desrespeitado pela PMPA = 94	
Sente-se desrespeitado/muito desrespeitado pela PMPA			Sente-se desrespeitado/muito desrespeitado pela PMPA = 128	Sente-se desrespeitado/muito desrespeitado pela PMPA = 128	
Sente-se nem satisfeito nem insatisfeito com o trabalho			Sente-se nem satisfeito nem insatisfeito com o trabalho = 79	Sente-se nem satisfeito nem insatisfeito com o trabalho = 80	
Sente-se pouco insatisfeito/totalmente insatisfeito com o trabalho			Sente-se pouco insatisfeito/totalmente insatisfeito com o trabalho = 97	Sente-se pouco insatisfeito/totalmente insatisfeito com o trabalho = 97	
Sente-se pouco orgulhoso do trabalho			Sente-se pouco orgulhoso do trabalho = 65	Sente-se pouco orgulhoso do trabalho = 66	
Sente-se nada orgulhoso do trabalho			Sente-se nada orgulhoso do trabalho = 37	Sente-se nada orgulhoso do trabalho = 37	
Confrontos armados ocorrem às vezes no trabalho			Confrontos armados ocorrem às vezes no trabalho = 213	Confrontos armados ocorrem às vezes no trabalho = 214	
Confrontos armados ocorrem frequentemente no trabalho			Confrontos armados ocorrem frequentemente no trabalho = 85	Confrontos armados ocorrem frequentemente no trabalho = 86	
Presenciou um companheiro policial ser morto			Viu um companheiro policial ser morto = 53	Viu um companheiro policial ser morto = 53	
Efeito fixo por OPM	Não	Não	Não	Não	Sim
Observações	990	734	387	311	312
R2 ajustado	0,036	0,031	0,043	0,012	0,014

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 33 – Cômputo das respostas válidas por variável: Uso da força letal na PMPA.

Variáveis independentes (<i>preditores</i>)	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Homem	Homem = 652; Mulher = 65	Homem = 520; Mulher = 34	Homem = 458; Mulher = 30	Homem = 369; Mulher = 28	Homem = 359; Mulher = 28	Homem = 355; Mulher = 26	Homem = 351; Mulher = 26	Homem = 350; Mulher = 26	Homem = 351; Mulher = 26
Não-branco	Branco = 88; Não-branco = 629	Branco = 66; Não-branco = 488	Branco = 53; Não-branco = 435	Branco = 41; Não-branco = 356	Branco = 40; Não-branco = 347	Branco = 39; Não-branco = 342	Branco = 39; Não-branco = 338	Branco = 39; Não-branco = 337	Branco = 39; Não-branco = 338
Tem filhos	Sim = 531; Não = 186	Sim = 417; Não = 137	Sim = 363; Não = 125	Sim = 295; Não = 102	Sim = 287; Não = 100	Sim = 282; Não = 99	Sim = 278; Não = 99	Sim = 277; Não = 99	Sim = 278; Não = 99
Idade	Idade = 717	Idade = 554	Idade = 488	Idade = 397	Idade = 387	Idade = 381	Idade = 377	Idade = 376	Idade = 377
Cresceu em área de ocupação irregular	Sim = 176; Não = 541	Sim = 142; Não = 412	Sim = 120; Não = 368	Sim = 104; Não = 293	Sim = 103; Não = 284	Sim = 102; Não = 279	Sim = 100; Não = 277	Sim = 99; Não = 277	Sim = 99; Não = 278
Sem religião (independente de crer em Deus)	Sem religião = 114; Possui religião = 603	Sem religião = 87; Possui religião = 467	Sem religião = 75; Possui religião = 413	Sem religião = 63; Possui religião = 334	Sem religião = 63; Possui religião = 324	Sem religião = 63; Possui religião = 318	Sem religião = 63; Possui religião = 314	Sem religião = 63; Possui religião = 313	Sem religião = 63; Possui religião = 314
Outras religiões	Sim = 35; Não = 682	Sim = 29; Não = 525	Sim = 27; Não = 461	Sim = 17; Não = 380	Sim = 16; Não = 371	Sim = 16; Não = 365	Sim = 16; Não = 361	Sim = 16; Não = 360	Sim = 16; Não = 361
Evangélico	Sim = 248; Não = 469	Sim = 181; Não = 373	Sim = 159; Não = 329	Sim = 132; Não = 265	Sim = 128; Não = 259	Sim = 126; Não = 255	Sim = 123; Não = 254	Sim = 123; Não = 253	Sim = 123; Não = 254
Frequenta cultos e cerimônias religiosas	Sim = 666; Não = 51	Sim = 512; Não = 42	Sim = 451; Não = 37	Sim = 366; Não = 31	Sim = 357; Não = 30	Sim = 351; Não = 30	Sim = 348; Não = 29	Sim = 347; Não = 29	Sim = 348; Não = 29
Nível superior completo/incompleto	Superior completo/ incompleto = 356; Outro nível = 361	Superior completo/ incompleto = 258; Outro nível = 296	Superior completo/ incompleto = 234; Outro nível = 254	Superior completo/ incompleto = 200; Outro nível = 197	Superior completo/ incompleto = 199; Outro nível = 188	Superior completo/ incompleto = 195; Outro nível = 186	Superior completo/ incompleto = 193; Outro nível = 184	Superior completo/ incompleto = 192; Outro nível = 184	Superior completo/ incompleto = 193; Outro nível = 184
Exposto à violência criminal na infância/adolescência (índice)	Índice = 717	Índice = 554	Índice = 488	Índice = 397	Índice = 387	Índice = 381	Índice = 377	Índice = 376	Índice = 377
Amigos/parentes expostos à violência criminal (índice)	Índice = 717	Índice = 554	Índice = 488	Índice = 397	Índice = 387	Índice = 381	Índice = 377	Índice = 376	Índice = 377
Sargento/Subtenente		Sargento/Subten = 130	Sargento/Subten = 107	Sargento/Subten = 85	Sargento/Subten = 77	Sargento/Subten = 77	Sargento/Subten = 76	Sargento/Subten = 76	Sargento/Subten = 76
Tenente		Tenente = 26	Tenente = 26	Tenente = 25	Tenente = 25	Tenente = 24	Tenente = 24	Tenente = 24	Tenente = 24
Policiamento especializado do CME		Sim = 124	Sim = 117	Sim = 103	Sim = 99	Sim = 97	Sim = 97	Sim = 97	Sim = 97
Trabalha na CIOE			Sim = 17	Sim = 16	-				
Trabalha no BPOT			Sim = 43	Sim = 36	Sim = 34	Sim = 34	Sim = 33	Sim = 33	-
Trabalha em Batalhão de área			Sim = 273	Sim = 214	Sim = 209	Sim = 205	Sim = 204	Sim = 203	-
Trabalha no BPCHOQ			Sim = 43	Sim = 38	Sim = 38	Sim = 37	Sim = 37	Sim = 37	-
Escala de sintomas de estresse			Estresse = 488	Estresse = 397	Estresse = 387	Estresse = 381	Estresse = 377	Estresse = 376	Estresse = 377

Número de unidades policiais em que trabalhou		Mobilidade = 397	Mobilidade = 387	Mobilidade = 381	Mobilidade = 377	Mobilidade = 376	Mobilidade = 377		
Trabalhou na CIOE		Sim = 23	Sim = 23	Sim = 23	Sim = 22	Sim = 22	Sim = 22		
Trabalhou no BPOT		Sim = 45	Sim = 42	Sim = 42	Sim = 41	Sim = 41	Sim = 41		
Trabalhou no BPCHOQ		Sim = 67	Sim = 64	Sim = 63	Sim = 63	Sim = 63	Sim = 63		
Treinamento inicial tido como ruim/péssimo		Treinamento inicial ruim/péssimo = 43	Treinamento inicial ruim/péssimo = 42						
Escala de doutrina policial		Escala de doutrina policial = 397	Escala de doutrina policial = 387	Escala de doutrina policial = 381	Escala de doutrina policial = 377	Escala de doutrina policial = 376	Escala de doutrina policial = 377		
PMPA premia policiais que apreendem drogas			Sim = 111; Não = 276	Sim = 108; Não = 273	Sim = 107; Não = 270	Sim = 107; Não = 269	Sim = 107; Não = 270		
A prioridade da PMPA é apreender drogas/armas			Sim = 188; Não = 199	Sim = 186; Não = 195	Sim = 186; Não = 191	Sim = 186; Não = 190	Sim = 187; Não = 190		
Sente orgulho de ser policial				Sim = 252; Não = 129	Sim = 249	Sim = 249	Sim = 249		
Exposto ao ambiente criminal marcado por narcotráfico, armas de fogo e homicídios					Índice = 377	Índice = 376	Índice = 377		
Presenciou um companheiro policial ser morto						Sim = 60	Sim = 60		
Efeitos fixos por OPM	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	
Observações	717	554	488	397	387	381	377	376	377
R2 ajustado	0,075	0,071	0,064	0,075	0,081	0,079	0,106	0,129	0,134

Fonte: Elaboração do autor.

Anexo N - Modelo de regressão linear múltipla: doutrina policial (sem dados omissos)

Tabela 34 – Modelo de regressão linear múltipla MQO: Doutrina policial (sem dados omissos).

Variáveis independentes (<i>preditores</i>)	Coeficientes estimados				
	1	2	3	4	5
Homem	-0,069	-0,069	-0,099	-0,089	-0,065
Não-branco	-0,026	-0,045	-0,028	-0,016	-0,036
Idade	0,002	0,002	0,003	0,003	0,002
Nível educacional superior completo/incompleto	0,018	0,010	0,004	0,003	0,015
Sem religião	0,046	0,063	0,076	0,100	0,076
Nunca frequenta cultos religiosos	0,058	0,058	0,046	0,051	0,059
Frequenta cultos uma vez ao ano	0,087**	0,088**	0,086**	0,105**	0,107**
Frequenta cultos duas vezes ao ano	0,020	0,021	0,016	0,031	0,035
Frequenta cultos uma vez ao mês	0,081	0,082	0,074	0,102	0,101
Frequenta cultos semanalmente	0,056	0,055	0,049	0,106	0,098
Tem filhos	0,116	0,111	0,080	0,063	0,076
Exposição à violência criminal na infância e adolescência (índice)		0,023	0,003	-0,005	-0,002
Amigos/parentes expostos à violência criminal na infância do policial (índice)		-0,077	-0,159	-0,057	-0,069
Cresceu em área de ocupação irregular		0,055	0,066	0,052	0,054
Foi espancado pelos pais na infância/adolescência		0,118	0,127	0,145	0,146
Trabalha na CIOE			-0,159	-0,164	-
Trabalha no BPOT			-0,069	-0,082	-
Trabalha no BPCHOQ			-0,036	-0,031	-
Trabalha em Batalhões de área			0,043	0,032	-
Já trabalhou na CIOE			-0,122	-0,155	-0,222
Já trabalhou no BPOT			-0,049	-0,064	-0,090
Já trabalhou no BPCHOQ			-0,026	-0,024	-0,020
Já trabalhou em Batalhões de área			-0,036	-0,026	-0,021
Sargento/Subtenente			0,017	-0,016	-0,009
Tenente			-0,032	-0,033	-0,041
Radiopatrulhamento motorizado/policiamento rodoviário			0,050	0,051	0,067
Policiamento especializado no CME, exceto tático motorizado			0,182*	0,172	0,100
Patrulhamento tático motorizado			0,111	0,112	0,071
Transferências de OPM			-0,019	-0,012	-0,006
Sintomas de estresse (índice)				-0,044	-0,046
Sente-se nem respeitado nem desrespeitado pela sociedade				-0,025	-0,014
Sente-se desrespeitado/muito desrespeitado pela sociedade				-0,021	-0,014
Sente-se nem respeitado nem desrespeitado pela PMPA				-0,143	-0,150
Sente-se desrespeitado/muito desrespeitado pela PMPA				-0,048	-0,054
Sente-se nem satisfeito nem insatisfeito com o trabalho				0,058	0,078
Sente-se pouco insatisfeito/totalmente insatisfeito com o trabalho				0,056	0,064
Sente-se pouco orgulhoso do trabalho				-0,020	-0,021
Sente-se nada orgulhoso do trabalho				-0,088	-0,093
Confrontos armados ocorrem às vezes no trabalho				0,063	0,066
Confrontos armados ocorrem frequentemente no trabalho				-0,005	-0,005
Presenciou um companheiro policial ser morto				0,124	0,120
Efeito fixo por OPM	Não	Não	Não	Não	Sim
Observações	321	321	321	321	321
R2 ajustado	0,034	0,033	0,021	0,011	0,013

Fonte: Elaboração do autor.

*Significativo, com alfa = 0,05. ** Significativo, com alfa = 0,01. *** Significativo, com alfa = 0,001.

Anexo O - Modelo de regressão linear múltipla: uso da força (sem dados omissos)

Tabela 35 – Modelo de regressão linear múltipla MQO: Uso da força letal (sem dados omissos).

Variáveis independentes (<i>preditores</i>)	Coeficientes estimados								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Homem	0,177*	0,187*	0,164	0,142	0,148	0,149	0,130	0,131	0,140
Não-branco	0,014	0,015	0,007	0,013	0,012	0,012	0,027	0,036	0,044
Tem filhos	0,103*	0,108*	0,110*	0,117*	0,116*	0,117*	0,101	0,088	0,083
Idade	0,001	0,003	0,004	0,003	0,002	0,004	0,004	0,004	0,004
Cresceu em área de ocupação irregular	0,004	-0,003	-0,008	0,002	-0,001	-0,001	-0,007	-0,003	-0,003
Sem religião (independente de crer em Deus)	0,004	0,010	-0,001	-0,004	-0,005	-0,006	-0,006	-0,011	-0,003
Outras religiões	0,117*	0,114*	0,116*	0,113*	0,114*	0,114*	0,095	0,084	0,084
Evangélico	-0,005	-0,005	-0,006	-0,008	-0,009	-0,009	-0,011	-0,016	-0,017
Frequenta cultos e cerimônias religiosas	0,079	0,088	0,062	0,060	0,052	0,052	0,063	0,073	0,084
Nível superior completo/incompleto	-0,067	-0,080	-0,077	-0,081	-0,079	-0,080	-0,084	-0,094*	-0,097*
Exposto à violência criminal na infância e adolescência (índice)	0,270***	0,279***	0,271***	0,258***	0,269***	0,270***	0,270***	0,217**	0,218**
Amigos/parentes expostos à violência criminal na infância do policial (índice)	-0,023	-0,023	-0,023	-0,017	-0,021	-0,021	-0,007	-0,003	-0,010
Sargento/Subtenente		-0,066	-0,061	-0,080	-0,074	-0,075	-0,076	-0,082	-0,082
Tenente		0,054	0,055	0,052	0,047	0,047	0,030	0,030	0,032
Policimento especializado (CME)		-0,033	-0,063	-0,079	-0,074	-0,076	-0,127	-0,125	-0,091
Trabalha na CIOE			0,179	0,099	0,102	0,103	0,135	0,109	-
Trabalha no BPOT			0,091*	0,051	0,058	0,057	0,011	0,012	-
Trabalha em Batalhão de área			0,023	0,029	0,031	0,031	0,006	0,010	-
Trabalha no BPCHOQ			0,027	0,023	0,023	0,023	0,034	0,030	-
Escala de sintomas de estresse			0,010	0,004	0,007	0,008	-0,001	-0,005	-0,006
Número de unidades policiais em que trabalhou				0,017	0,016	0,017	0,021	0,025	0,023
Trabalhou na CIOE				0,134	0,133	0,132	0,130	0,149	0,188*
Trabalhou no BPOT				0,085*	0,082	0,082	0,073	0,068	0,068
Trabalhou no BPCHOQ				0,023	0,026	0,026	0,023	0,029	0,031
Treinamento inicial tido como ruim/péssimo				0,052	0,052	0,053	0,050	0,050	0,046
Escala de doutrina policial				-0,026	-0,023	-0,023	-0,016	-0,022	-0,028
PMPA premia policiais que apreendem drogas					0,044	0,043	0,052	0,055	0,053
A prioridade da PMPA é apreender drogas e armas					-0,030	-0,030	-0,040	-0,035	-0,036
Sente orgulho de ser policial						0,007	0,021	0,026	0,022
Exposto ao ambiente criminal marcado por narcotráfico, armas de fogo e homicídios							0,108***	0,097**	0,094***
Presenciou um companheiro policial ser morto								0,187***	0,191***
Efeitos fixos por OPM	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Observações	376	376	376	376	376	376	376	376	376
R2 ajustado	0,071	0,070	0,073	0,081	0,079	0,076	0,105	0,129	0,134

Fonte: Elaboração do autor.

*Significativo, com alfa = 0,05. ** Significativo, com alfa = 0,01. *** Significativo, com alfa = 0,001.

Anexo P - ENTREVISTADO I: deputado estadual Carlos Bordalo (13 jul. 2017)

Transcrição (revisada) da entrevista aberta sobre a letalidade policial no Pará com autoridades do estado, gravada em arquivo de áudio.

Realizada no gabinete do deputado, na ALEPA, no dia 13/07/2017, das 11:20 h às 13:00 h. Atendendo à solicitação do parlamentar, participou da entrevista seu assessor de gabinete, Felipe Bastos.

Carlos Bordalo (CB): Eu considero que um dos elementos que a CPI das milícias conseguiu levantar e que motivou inclusive uma das recomendações da CPI é o fato de que nestes territórios conflagrados, seja pela subnormalidade, seja pela atuação já mais estruturada de grupos criminosos, o policial, ao residir nestes territórios, ele se torna alvo de uma abordagem diferenciada, seus familiares são olhados de forma diferenciada, os filhos são olhados de forma diferenciada, ele pessoalmente é olhado com desconfiança, porque ele pode opor alguma resistência nas movimentações de quatro modalidades de crimes mais importantes, vamos dizer assim. A primeira modalidade, o tráfico de drogas, é a principal. Existem levantamentos que chegaram a nosso conhecimento na época, que no bairro do Guamá se chegou a levantar perto de 200 pontos de venda de droga. Nesse bairro, ou seja, no bairro do Guamá tem mais ponto de venda de droga do que açougue, padaria e farmácia. Essa modalidade de comércio é uma atividade econômica poderosa, “né!”? Que move muita gente e, ao redor, disso move muito dinheiro. A segunda é o contrabando, a nossa região oferece inúmeras portas para o contrabando. É o assalto a caminhões e carretas nas estradas, é o saque das balsas transportadoras de mercadorias pelos rios, que são desovados nestes territórios. Televisões, rádios, aparelhos eletroeletrônicos, mas também roupas, calçados, então essa mercadoria disputa espaço nos territórios, nos comércios. A terceira é a lavagem de dinheiro, o crime de agiotagem nos bairros, nestes territórios é algo que chama atenção, é o produto do roubo, é o produto do tráfico de drogas, é o produto do assalto. Por isso, quando esses agentes jovens, na grande maioria adentram para os centros da cidade, a cata de vítimas, eles estão indo buscar capital pra cá, vão buscar o capital em algum lugar. Por isso que é um equívoco as classes médias, as camadas ricas acharem que o problema da violência é da periferia, pelo contrário, é esse contexto que os empurra para violência, para matar. Porque esses meninos quando vêm pra cá, vêm desesperados, é a agiotagem. Vou contar só um exemplo, quando eu fui secretário de economia da capital, nós fizemos um diagnóstico das feiras de Belém, todas as feiras, quando a nossa equipe copilou os dados, vieram as conclusões. Uma das conclusões me chamou atenção, era o nível de endividamento dos feirantes com agiotas. Muito impressionante, os feirantes de Belém praticamente não viam mais dinheiro, eles viviam na mão de agiotas. Vendedor de farinha, por exemplo, o cara pega a saca de farinha hoje tem que pagar amanhã, aí ele recebe outras sacas de farinha que ele venderá. Então, a agiotagem está tomando conta das feiras. Esse recurso financeiro é ilegal, “né!”? É fruto de roubo, de assalto ou do tráfico de drogas, da venda do contrabando circulando. A quarta é a venda dos serviços de segurança. Por exemplo, no caso do Cabo Pet, ele tinha uma empresa de segurança que vendia proteção para as casas e comércios, as que contavam com a marca Pet não eram atacadas. Depois, ele introduziu no sistema o monitoramento por câmeras, tinham ruas na Terra Firme já cobertas com monitoramento de câmera e era monitorado da casa dele. Na casa do Pet tinha uma central, tipo um “Ciopzinho” dele. E aquela rua passava a pagar proteção, cada casa pagava. Durante a CPI, chegou um dia aqui uma denúncia que homens vestidos de preto, com características de milicianos estavam ali por trás do shopping Castanheira, batendo nas casas e oferecendo proteção. Ora, o morador que abre e vê aqueles homens... então... essa questão da venda de um serviço certamente especializado de proteção, ela serve para o bem e para o mal. Ela pode também ser negociada para a proteção dos negócios ilícitos. O policial nesse contexto, está numa guerra e, por ser diferenciado, por portar arma, por ter treinamento e por ser olhado de uma forma desconfiada pelos criminosos, ele vive em constante risco com a sua família, por isso nós defendemos um programa estadual de áreas de moradia para militares, que é uma coisa polêmica. Já temos uma experiência dessas, ali pra segunda légua patrimonial tem um conjunto de militares, não sei o nome.

Felipe Bastos (FB): Acho que Beija-Flor, “né!”? Tem o Jardim Amazônia também.

CB: Eu sei que mora só militar e nós descobrimos durante a investigação que um dos grupos que se formaram não era caracterizado como uma milícia, a milícia tem que ter um nível de estruturação muito maior. Mas, já era um grupo que prestava partes destes serviços, era de ex-policiais militares. A nosso juízo, é melhor enfrentar o risco da possível constituição futura desses grupos, mas oferecer um mínimo de resguardo pras famílias e para os militares, permitindo que eles não vivessem em constante estresse. O policial já é estressado pela atividade, você comandou muita gente e sabe disso. Eles vivem em constante estresse, a jornada de trabalho de vocês é sempre o dobro do que devia ser, vocês vêm enfrentando há todo tempo uma situação em que você tem que tomar decisões muito rápidas, sérias e aí tu voltas pra casa, tu continuas com o estresse, onde é que você vai ter o mínimo de recuperação psicológica? Passou um tempão e o governo anuncia agora um tipo de programa que excluiu os sargentos, é uma coisa estranha. Excluiu os sargentos. Por que os sargentos? É só para soldados e cabos, ele abriu uma linha de financiamento através do um tipo de Minha Casa Minha Vida, mas, que esse elemento é muito importante porque se não se cuidar do agente público policial, tanto no que confere a preparação dele que deve está em constante atualização e incorporar mais elementos de problematização do que é o agente público, a conduta desse agente, como também permitir entre eles um nível maior de interação, qualificação a valorização. Agora que se está enfrentando dilemas prementes na corporação da polícia militar que vinha de anos das promoções, até um tempo desses, a promoção na polícia militar era muito mais uma coisa que era pelas amizades pela influência política que por critérios racionais, objetivos, de merecimento, continuidade. Isso causa na tropa um problema sério, por que qual é a carreira? Ora, se um praça diz que não tem carreira, o nível dele de fragilização para ser cooptado, para que possam nele chegar. Como ontem nós vimos em Ipixuna, um delegado novo, cara bom de trabalho, mas que chegou ontem lá, a população está querendo a cabeça dele porque na delegacia dele, agentes estão fazendo cobrança de propina, coisas de R\$ 1.000,00... R\$ 2.000,00... sabe? Essas coisinhas, que vão, porque não tem carreira, e depois fomos descobrir que quem fazia, nem carreira tem na polícia, é pior. Estava lá na delegacia, funcionando como investigador, como escrivão, não tem carreira.

FB: Um encostado, que a prefeitura botou lá um dia para ajudar, digitar e ficou.

CB: Enquanto o delegado, pagando as carreiras, nas corporações, é um negócio que tem que ser mais transparente, ter um nível maior para efetivar a valorização de quem merece. Porque isso vai ter influência na conduta do agente de início de carreira, dos cuidados que ele tem que ter. Nós recomendamos também que ampliassem mais os mecanismos de monitoramento desse agente na rua. As viaturas são muito importantes. Hoje já tem 3 câmeras interna ou externa que efetivamente registra o que está ocorrendo na ação daquele agente público. Pode inibir condutas, mas sempre deixamos claro que, para nós, ao final da CPI, que nós escutamos dezenas de oficiais, escutamos muita gente, muitos coronéis vieram aqui, capitães, cabos, nós escutamos muitos agentes da polícia. Foram sempre agentes que expressam respeitabilidade, a grande maioria, alguns se considerando injustiçados, teve coronel chorando aqui. Aquele homenzarrão chorando ao relatar sua experiência de campo, sua experiência de dificuldade operacional, da pressão que sofre, da pressão da família.

Pesquisador: O desamparo psicológico?

CB: O cara fica reclamando do tempo que ele fica longe da família, principalmente pessoal do interior. Ora, o exército, a aeronáutica, a marinha, onde o agente dela vai ele recebe apoio para morar e ele tem que levar a família. Eu conheci gente do exército aqui que tem aqueles conjuntos, “né!?” O cara passa dois anos mas a família está com ele, aí ele foi transferido daqui pra Mato Grosso, mas a família vai com ele. Aí você pega um agente da polícia militar que sofre muito mais estresse que um soldado do exército, que ele está no confronto cotidiano com as mazelas da sociedade, não foi ele que criou, não foi a polícia que gerou isso. O cara tem que ir pra Tucuruí, a família dele fica em Belém, o cara passa trinta dias, quarenta dias em Tucuruí sem ver filhos, sem ver esposa, sem ter com quem conversar a não ser sobre o trabalho mesmo. O nível de drogatização e alcoolismo na polícia está muito alto. Essa quebra do vínculo familiar é um fator seríssimo. Quando ele volta, volta outro. Dependente de droga.

FB: Já tem outra mulher.

CB: Está com outra mulher lá, entendeu? A mulher já não o reconhece direito, as separações são imediatas ou o salário já não dá para comprar droga e ele tem de se meter na bandalheira para poder ter o dinheiro. Mas, o que provocou esse militar a ir pra lá? Foram as condições precaríssimas da

carreiras que são dadas pra ele. Então, isso pode estar gerando essa fragmentação da polícia. Descobrimos o bico.

Pesquisador: O que é essa fragmentação?

CB: A fragmentação são polos de poder que tão se criando na polícia militar perigosamente, onde oficiais começam a exercer para determinados contingentes de praças sob seu comando ou não. Uma atratividade econômica, tipo os bicos. Os bicos que até um tempo atrás eram uma ação que o policial mesmo procurava farmácia no bairro dele, o comércio, a feira, e ele oferecia no tempo que tiver de folga, uma festa, uma coisa muito particular do bico. Agora, não é mais. Agora, existem verdadeiras empresas informais vendendo este serviço recebendo e pagando. Chegou-se, aqui em Belém, a verificar determinadas empresas dessas com 150 praças, entre sargentos, cabos e soldados, comandados por um coronel. Mas, é pago ao coronel, não é pago à praça, o praça que vai fazer a segurança recebe uma diária, só que essa diária que chega a ele, é metade do que o coronel já recebeu. Um negócio altamente lucrativo! Eu pensei que isso era uma coisa que estava só em Belém, mas há indícios fortíssimos na matança em Pau D'arco que estão revelando que este modus operandi se estendeu para o interior, tanto que um coronel está afastado, do primeiro escalão da polícia militar, por quê? Porque estava vendendo bico para mineradora, infiltrando policiais nessas empresas de segurança privada que são verdadeiras arapucas, foi constatado que uma pistola .40 foi responsável por cinco mortes, dos dez mortos, cinco foram mortos pela mesma arma .40. Agora, de uma forma estranha a arma não apareceu entre as armas investigadas. Das cento e poucas armas que foram recolhidas para perícia, esta não apareceu. Matou cinco! Ora, só quem tem essa arma é alguém da polícia civil, da militar ou do exército. Aliás, nem o exército tem, só as polícias. Ou ela estava na mão de algum pistoleiro, de algum segurança de fazenda que junto com eles fazia a segurança.

Pesquisador: As firmas de segurança privada não podem usar. A pistola .40 só as polícias estaduais e federais.

CB: Então, ainda tem uma coisa para ser elucidada lá, quem estava na cena do crime? Quem estava na cena do crime, porque ainda há suspeita de que poderiam estar certas autoridades policiais que estão sendo preservadas. Mas, isso a investigação ainda terá que elucidar. Do nosso ponto de vista, o que interessa e que está sobejamente provado que ali não houve confronto, houve execução! Agora, cabe individualizarem as condutas. No caso da nossa conversa, parece que uma das motivações é a vingança e a cobrança de resultados por parte de financiadores dessa prática de bico. Da segurança, aquilo que é vendido no território aqui em Belém e está sendo vendido nos territórios rurais. Eu já constatei isso em outro caso aqui, para dizer que não é só no sul do Pará, aqui no nordeste, no Pará, no Maranhão, um conflito intenso que já resultou em morte de trabalhador que é na fazenda Cambará, que é do Deputado Josué Benção, da família Benção. Já está sobejamente provado pelo ITERPA, pelo INCRA, de todo mundo, a área é grilada! Já provaram inclusive que mais de 70% da área que é apresentada como titulação de lá está num título de área de outro município. Então, já está provado o grilo. Tem uma empresa contratada, nós fomos descobrir que é do próprio deputado e que exerce o papel que não é de segurança é de ação ofensiva de violência, invadindo as roças dos trabalhadores, queimando, com intimidação, tortura, então é esse elemento do bico se transformando num negócio altamente lucrativo, foi o elemento geral que veio.

FB: Nós vimos isso numa fazenda, onde os trabalhadores dizem o seguinte, eles tem uma fazenda em frente e eles, por circularem por uma dessa área dessa fazenda para chegarem à comunidade deles, às vezes, os seguranças da fazenda capturam um trabalhador, enchem de porrada e amarram.

Pesquisador: Pelo que o senhor viu na CPI, com a sua equipe, a violência policial que acontece na Região Metropolitana de Belém se reproduz em outras zonas urbanas do Estado do Pará. Ela também se reproduz na zona rural.

CB: Sim, o mesmo modus operandi, a mesma promiscuidade.

FB: As mesmas atividades econômicas ilícitas e os seus efeitos.

CB: Nós constatamos que a realidade de Belém está se reproduzindo em Marabá e em Santarém. Não apenas na cidade, já tem efeito sobre o campo também. Nos casos do período da CPI, nós começamos a detectar essa questão rural, a partir do caso da Fazenda Cambará, e depois agora confirmado pelo caso de Pau D'arco. Mas, antes, no Brejo Grande do Araguaia, nós fomos ver o caso de um assassinato lá de uma liderança e que agora o próprio Ministério Público Federal, não é à toa que o Ministério

Público Federal ao instigar a Polícia Federal, o primeiro pedido foi o levantamento da situação das empresas de segurança dessa região. Ora, para o Ministério Público Federal já está se levantando isso, como o ponto primeiro que ele pergunta. Essa empresa, por exemplo, a Elmo, que está envolvida nesse caso de Pau D'arco, nós fomos descobrir que a razão social dela é de Ananindeua, Barcarena, ela tem sede em Barcarena e Ananindeua e está atuando lá em Pau D'arco. Negócio estranhíssimo.

* * *

Anexo Q - ENTREVISTADA II: ouvidora geral Anna Lins (20 jul. 2017)

Transcrição (revisada) da entrevista aberta sobre a letalidade policial no Pará com autoridades do estado, gravada em arquivo de áudio.

Realizada no gabinete da ouvidora, em 20/07/2017, das 10:00 às 12:00 h.

Anna Lins (AL): Me chamo Anna Cláudia Lins Oliveira, minha formação é bacharelado em direito, advogo a 15 anos na área de Direitos Humanos, com algumas experiências na área criminal. Nesses 15 anos, eu já fiz alguns juris e, desses, fiz um que tinham policiais civis e militares envolvidos em homicídios contra civis. Desde formada eu trabalhei na Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, então, foi a partir dali, daquela experiência, que eu tive acesso e conhecimento tanto teórico quanto prático do assunto “letalidade policial”. Hoje, como ouvidora, tenho cada vez mais acesso, agora com informações policiais, como a partir do grupo de trabalho sobre letalidade policial em que se tem como objetivo, se pretende investigar as razões da vitimização de civis por trabalhadores de segurança pública, policiais militares, Susipe, enfim, policiais civis, bem como a própria vitimização também do policial e aí eu estou a um pouco mais de 120 dias aqui como ouvidora, peguei esse grupo de trabalho que tem seis anos de trabalho parado, não se avançou em muita coisa. E enquanto eu estive na SDDH escrevi um artigo, sobre esse grupo de trabalho fazendo algumas críticas porque eu tenho alguns questionamentos em relação à motivação e como o poder público poderia se antecipar algumas situações com base nas ações privilegiadas que esse grupo de letalidade possuem. Se a gente têm informações e a gente pode antecipar em alguns fatos é interessante, mas enquanto cidadã e ativista em Direitos Humanos a mais de vinte anos eu me preocupo e quero saber as razões. Por que o policial no Brasil, por que ele mata? Não sei se vou ter a resposta a partir deste grupo de letalidade na Ouvidoria, mas eu acho importante. Talvez eu tenha alguns caminhos, algumas coisas, mas, o que eu penso como é que eu preciso de uma coordenação, fortalecer esse grupo que é misto. Então, eu também preciso responder o questionamento de porque o policial mata, qual as razões, quais são as motivações.

Pesquisador: Você tem percebido que a letalidade tem aumentado, tem se intensificado aqui na Região Metropolitana de Belém, ao longo do tempo que você está acompanhando?

AL: Tenho. Nos últimos três anos principalmente se intensificou, tanto, vamos colocar assim, porque também tem uma diferença da história da morte que é considerada justificável, que são as resistências seguidas de morte - é de resistência que mudou a nomenclatura recentemente, em 2013 a gente mudou aqui no Pará - ou as chamadas “execuções sumárias”, que é uma nomenclatura utilizada por defensores de Direitos Humanos internacionalmente. Nos últimos três anos um aumento dessa letalidade causada por agentes de segurança pública no Estado do Pará. Principalmente na região metropolitana. No entanto, nas cidades médias também. A gente vem verificando o aumento. Marabá é também é uma cidade que não deixa de ter mesmo que já mais consolidada nas cidades que você tem processos migratórios novos, em Altamira, por exemplo, é impressionante o quanto a gente vem recebendo ali de situações de letalidade por conta desse intenso processo migratório a gente vem percebendo, aumento da violência no geral e o aumento da letalidade. Região metropolitana é assim disparado, mas a gente tem Santarém, Marabá, Altamira.

Pesquisador: São polos urbanos.

AL: Exatamente! São os polos urbanos e que tem sim o apoio da população.

Pesquisador: Há diferença, então, entre a morte que é resultado da intervenção do policial em serviço e aquelas mortes que são provocadas por execuções que supostamente se atribuem a polícia militar ou que alguns inquéritos policiais já deixam claro a participação, como as chacinas. Tem alguma relação entre essas chacinas e o serviço ordinário policial que tenha chegado à ouvidoria? Tem, sobre a chacina. A gente tem informação de envolvimento não só de policiais militares, mas também de policiais civis, de bombeiros, de guardas municipais que se juntam a esses bandos chamados de grupos de extermínio ou milícias, porque também tem uma separação. No grupo de extermínio, o objetivo maior é matar, realmente, seja por dinheiro ou não. Já a milícia, na verdade, ela tem outra estrutura que visa o domínio do território, geralmente, está ligada com atividades econômicas ilegais, tráfico de drogas. É diferente um pouco do Rio de Janeiro, nosso fenômeno aqui de milícia, mas é mais ou menos.

Pesquisador: Venda de segurança privada?

AL: Isso é o exemplo maior! O nosso exemplo maior foi o assassinado do Cabo Pet, quando se descobriu toda uma estrutura de venda de segurança privada e aí teve toda aquela mortandade. Então, a chacina de 2014, nós, nós que eu digo naquele momento enquanto sociedade civil tivemos muitas informações de envolvimento de policiais. No entanto, o estado não conseguiu ou não quis chegar a esses nomes. O estado alegou que não recebeu nenhuma informação de algum envolvimento de policial diretamente. A não ser de ex-policiais no caso do Cilinho, que é o Otacílio, e alguns outros, Caninana, que é do Exército. Mas, eles alegam que fora isso, policiais em serviço eles não receberam nenhuma informação de ninguém da população que tivesse envolvimento. No entanto, a ouvidora na época recebeu informação e passou para o governo. No entanto, a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos junto com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente recebeu informação de envolvimento de policiais na chacina de 2014, no Guamá, chamada Chacina de Belém, entregou para o delegado geral, inclusive informando quem teria feito aquele vídeo da convocação, colocando nomes e, até hoje, essas pessoas não foram investigadas. Foram para uma outra linha de investigação e, praticamente, colocaram o Cilinho como se fosse o grande “bode expiatório” dessa história. Mas é, tem uma coisa que é que a gente pode provar que a gente sabe e o que de real aconteceu. Então, realmente, o que a gente vê, morre o policial a turma se reúne, se mascaram, vão nas motos, se organizam, eles têm estrutura de grupo de WhatsApp para isso. Não é um grupo, são vários, entendeu e vão: “vamos lá, vamos vingar o irmão!”. É o espírito mesmo forte de corporação, de honra e aí, nessa história, eles vão com o sentimento de matar “os vagabundos” como eles chamam quem tiver na rua, vão “passar o sal”, e aí foi nesse contexto, eles fizeram um terror naquela noite de 4 e 5 de novembro de 2014.

Pesquisador: Vamos aprofundar um pouquinho sobre esse “espírito corporativo” que você está apontando. Em sua opinião, o que concorre para isto? Para que exista essa coesão que está sendo falada. O que pode estar concorrendo para isso?

AL: Medo?! Corporativismo. Eu precisaria investigar mais, porque quando você é ação e reação, se você toma certas atitudes para além da legalidade, significa que você não está tendo suporte oficial de certas situações. Então, você pode se juntar num grupo, numa situação de corpo, de corporação mesmo em um ajudar o outro, uma espécie de acordo. Medo! Também, cobrança da população.

Pesquisador: Falta apoio institucional para dar conta do medo?

AL: Falta apoio institucional para dar conta. Eu acho que é uma questão de formação histórico-cultural.

Pesquisador: A formação profissional tem peso, nisto?

AL: Tem muito peso! Você começa uma formação policial, você tem toda uma grade curricular formal de Direitos Humanos, uma série de coisas, mas, na prática, se tem o currículo oculto. As pessoas que estão lá acabam reproduzindo violências com eles ainda estudantes, que é completamente contrária aos princípios da grade curricular, então, já começa da formação e deformação. Então tu tens toda, o que eu imaginava antigamente se tinha principalmente os policiais militares eles tinham uma honra, uma coisa da farda, poxa, eu sou, eu estou aqui representando a lei. Mas, eu acho que hoje, que lei é essa? A gente não tem isso claro mais de quem para quem.

Pesquisador: O “espírito militar” parece estar comprometido?

AL: Eu acho!

Pesquisador: Em consequência, está se consolidando são a coesão em pequenos grupos?

AL: Exatamente, é nesse sentido!

Pesquisador: A intensidade da reação corporativa difere de acordo com quem morre, quando o policial pertence a uma determinada unidade, a reação tem uma intensidade peculiar, quando ele é de outra, as vezes nem acontece reação. Concorde com isso?

AL: Sim, a gente vê isso. Vamos lá, morreu alguém da ROTAM, chacina agora de 2017, olha quantas pessoas foram assassinadas depois, e ele estava em operação inclusive, policial muito jovem, o Rafael, deixou uma esposa grávida. Que eu saiba, o estado inclusive não está dando nem muito apoio. Eu recebo muita reclamação de muitas viúvas, muitas mulheres, a gente tem um grupo de conversa, a gente conversa muito, as viúvas e mulheres de policiais e ex-policiais. O que me preocupa é isso, a ROTAM, então, ela começou como um grupo de elite interessante e hoje ela vem se tornando um dos focos que é eu acho que é um dos problemas da letalidade.

Pesquisador: Os grupos existem? Tem diferentes valores e sentimento de coesão distintos?

AL: Independe da formação inicial ou continuada, os grupos têm códigos e valores próprios.

Pesquisador: Antigamente o policial tinha um amor a farda, tinha uma determinada representação do que era ser policial e parece que isso mudou. A impressão, então, é que a corporação hoje tem dificuldade de manter a hierarquia e disciplina, de controlar a conduta do policial? Qual a dificuldade maior? Isso abre espaços para os grupos?

AL: Sim, com certeza! Absolutamente, porque deixa acontecer. Aí eu faço essa pergunta também. Não tenho resposta para muita coisa. Deixam acontecer porque há interesse que alguém vá fazer este trabalho ou, talvez, porque não deem conta realmente.

Pesquisador: Esse raciocínio pode servir para a organização policial e, também, para sociedade?

AL: Exato! Isto pode servir para o estado, pode servir para sociedade, pode servir para todo mundo. A sociedade que eu falo, é essa que vem legitimando esses atos.

Pesquisador: O Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou uma pesquisa afirmando que mais da metade da população brasileira apoia a frase “bandido bom é bandido morto!”.

AL: Outra pesquisa internacional diz que quanto mais a pessoa está exposta ao crime, mais ela tem a tendência a apoiar essas ações de força e, também, as ações ilegais.

Pesquisador: Você que falou de que o policial vive com medo, que ele enfrenta uma falta de apoio institucional para dar resposta aos seus problemas. Isso teria forte influência no comportamento dele. O que chega aqui na Ouvidoria? Seus familiares procuram a Ouvidoria ou o próprio policial é que procura para relatar as dificuldades?

AL: Algumas denúncias anônimas de policiais, a linguagem, a escrita é diferente e a gente suspeita que venha de policiais. A gente recebe mulheres, esposas de policiais preocupadas com a situação social onde moram, a falta de apoio do estado em relação ao baixo salário, o nível de estresse. Outras vêm aqui relatar situações de violência doméstica. Inclusive, tem um dado que eu fiquei chocada, que foi repassado de anos, de muita violência doméstica cometida por bombeiros. Não é contraditório? O bombeiro salva vidas. Enfim, você não tem uma política de saúde mental, principalmente para os bombeiros que estão num nível de estresse também salvando vidas. Para os policiais também que o nível de estresse é um dos maiores, que relatam situações de agressão e justificam. Elas chegam aqui fazem a reclamação, dizendo “olha, meu marido é policial, me agrediu” e, ao mesmo tempo, vão justificando “ele está sob alto estresse... isso e aquilo”. Eu encaminho para a rede de violência doméstica e algumas situações eu encaminho para corregedoria, também. Mas, eu também venho como ouvidora, na verdade a ouvidoria já vem fazendo essa aproximação, desde a ouvidora passada, a Eliana, com as esposas dos policiais porque os policiais não têm direito a greve, reivindicações, uma série de coisas, então, elas são os instrumentos, são as vozes deles. Aqui na ouvidoria é mais fácil eu ter acesso às esposas do que a eles. Ainda existe muito abismo, preconceito e, realmente, medo “ouvidoria vai me ferrar”. Mas, eu tenho contato de alguns policiais que depois eu posso te passar para você entrevistar, inclusive policiais que enfrentam os dilemas da profissão.

Pesquisador: Há notícia de uso de drogas, alcoolismo etc.?

AL: O nível de alcoolismo é muito alto. Drogas eu não tenho muitas notícias, mas, sabemos que sim. Entre as drogas legais e ilegais, o álcool tem uma predominância muito grande, infelizmente. Mas, isso é uma questão da própria sociedade que é outra coisa, o policial não vive num castelo, fora do sistema que a gente está, na sociedade em que a gente vive, não “né!”?

Pesquisador: Um aspecto que eu gosto sempre de explorar é a questão da formação porque quando a gente observa, eu observei a minha experiência. Mas, vamos pegar os dados daqui, os dados da corregedoria, a estatística da secretaria... a quantidade de policiais que se envolvem em ocorrência com morte é pequena, se a gente observar o efetivo. É isso mesmo?

AL: Tu já tens esse número?

Pesquisador: Não, mas considerando que o efetivo da polícia é algo em torno de 13 mil homens, a quantidade de policiais envolvidos em ocorrências com mortes é pequena, apenas uma fração bem reduzida do efetivo.

AL: Uns 5%?

Pesquisador: Não tenho o número exato, mas, a impressão que me dá, preliminarmente, é que matar é uma prática restrita a determinado grupo ou grupos. Inclusive, alguns policiais são recorrentes. Nesse sentido, eu questiono a relevância da questão da formação para a letalidade, pois, a maioria não faz. Não estou dizendo que não tenha efeito, mas há outro aspecto que considero mais relevante, é a forma

como o trabalho está organizado, porque a violência se dá no trabalho ou em consequência dele. Já que outros fatores podem estar concorrendo e eles não estão restritos à formação, fundamentalmente, a partir dela, eu estou tentando identificar o que pode estar acontecendo e não apenas na polícia, mas também de onde eles são oriundos, da sociedade. Eles não diferem de outro cidadão comum na sua estrutura psicológica, moral, educacional. De que forma, em sua opinião, a sociedade tem influência?

AL: A sociedade brasileira está cada vez mais violenta, simbólica, fisicamente, em vários sentidos a mídia vem contribuindo muito. Os veículos de comunicação vêm apostando num discurso de ódio, de um discurso que vem de violência em que a população acaba ficando com medo, que é uma coisa assim do medo, a indústria do medo. Indústria da violência, aí aparece como vítima e como o acusado pessoas da periferia, que a gente sabe que na verdade a violência não está sendo só na periferia. Eu pergunto, os nossos policiais vem de onde? Eles vêm da periferia também. Qual é a etnia deles? São negros. Porque os movimentos sociais, quem são as maiores vítimas hoje, a juventude negra das periferias, e eu digo quem são esses policiais que estão entrando nas corporações. Também são jovens negros de periferia e que valores, e que vivências influenciaram para que de repente a formação deficiente não desse conta para e se tornar esse profissional mais violento, mais agressivo.

Pesquisador: Eles continuam vivendo na periferia, sofrendo os efeitos da economia da atividade informal, de assédio de quem pratica essas atividades ilegais?

AL: A microfísica do poder Foucault, ele volta para periferia fardado, alguns tem medo porque sabem de toda dinâmica da situação, alguns se colocam como heróis. Bem, eu estou fardado e armado aqui. Então eu vou fazer justiça. Pelo menos na minha vila ninguém vai mexer com ninguém, podem contar comigo, eu voltei para dar um jeito aqui. É mais ou menos assim.

Pesquisador: O justiceiro pode se tornar miliciano?

AL: Isso é uma pré-etape. Aí será que se tirarem eles desse convívio e colocar em vilas militares, não sei também, são coisas que ainda estou lendo. Eu preciso ver em outros lugares.

Pesquisador: A letalidade que ocorre no serviço é comunicada, obriga o preenchimento do boletim que segue para vários órgãos, inclusive a Ouvidoria. Como está se dando o acompanhamento dessa letalidade?

AL: As instituições vêm fazendo, tentando fazer ou não fazendo. A ouvidoria tem limites. Ela recebe as denúncias e encaminha para as Corregedorias. Ela não tem poder de investigação. Mas, o que posso dizer que é poder e dever da Ouvidoria é instigar as instituições para que funcionem. Então, a gente acompanha inquéritos, a gente pede cópia, acompanha inclusive as vítimas, familiares de vítimas que não tem apoio institucional e de todas as violências que sabemos também que os fenômenos da violência são diversos e as consequências também. Mas, as vítimas de violência inconstitucional elas ficam traumatizadas de uma forma impressionante, como eu nunca vi com outros tipos de vítimas de violência. Elas não podem escutar uma sirene, é o misto de medo de revolta, de raiva, de tudo. Corregedoria na maioria das vezes não consegue em tempo dar resposta que deveria dar. Não tem estrutura. O estado não dá estrutura compatível. A Corregedoria da Polícia Militar por não ter independência sofre com isso. Eu acho que falta independência realmente para a Corregedoria da Polícia Militar. A Corregedoria da Polícia Civil funciona mais por ela ter mais independência do sistema. Apesar de eles serem mais fechados. Eu tenho grande dificuldade, como ouvidora de receber informações do pós e dos acompanhamentos. Mas, em nível administrativo temos mais resposta do que nível de execução criminal. Porque pode até demorar a questão administrativa, mas se tem alguma resposta sim. Mas, em nível judicial não se tem a contento. Demora, demora, demora e prescreve. Ministério Público não age como deveria agir, o judiciário é moroso. Na verdade, eles nem atendem, não querem nem saber dessa história, no geral. Se a gente já tem dificuldade de levar um caso de uma violência chamada comum para o judiciário, levar para o judiciário uma violência acometida por um agente de segurança pública é mais difícil ainda. Eu venho observando muito medo em tratar disso dentre os promotores.

Pesquisador: É interessante, essa violência se dá na área urbana, não está em guetos, e como é muito recorrente, falam que o estado está ausente. Mas, pelo menos as chacinas maiores ocorreram em locais de trânsito de veículos, de comércios, onde o estado se faz presente, há iluminação pública. Essas chacinas ocorrem sem deixar pistas, é sempre um carro preto, uma moto vermelha que não se consegue identificar. As áreas são bem policiadas, mas as viaturas não encontram pistas, não cruzam com os

assassinos, não se antecipam a esses casos. Como você ver isso? Você acha que, de alguma forma, essas mortes, as chacinas, os extermínios, têm algum apoio ou conivência do efetivo normal, do policiamento ordinário, também nas apurações e dos comandantes do efetivo?

AL: Eu acho que o efetivo adere sim, quando não está envolvido diretamente nas chacinas, acaba aderindo por omissão. Acaba aderindo porque, inclusive, eles aproveitam a tal da limpeza, vamos fazer aqui à limpa. Deixa! Deixa fazerem, deixa eles se matarem quando não estão envolvidos porque que eu te digo isso, porque não é incomum que após a presença do carro prata, do carro preto, dos motoqueiros, passe uma viatura policial, logo em seguida. Isso é relatado por diversas pessoas, foi filmado inclusive por várias pessoas. Não estou afirmando que todos são coniventes. Mas, nós estamos aqui, tratando, buscando respostas dos porquês. Existem indícios que eles acabam realmente deixando acontecer, quando não estão envolvidos diretamente.

Pesquisador: Quanto ao oficialato que comanda? Falta apoio a ouvidoria?

AL: Sim, claro que sim! Não é só o gestor de segurança pública, o ministério público, tem o GAECO. Poderia organizar aí uma força tarefa. Vamos lá, vamos investigar aqui, vamos ver onde é que está acontecendo o negócio, cadê as investigações, cadê os grampos, e não estão fazendo. Lembrando-se da minha trajetória, eu acompanhei os familiares das vítimas da chacina de 2014 e a gente teve muita dificuldade de obter informações em nível de investigação policial, até para o ministério público também e só quando a gente se habilitou como assistente de acusação que a gente teve acesso a alguma informação.

Pesquisador: Atuando como advogada?

AL: Advogada de algumas famílias, não todas.

* * *

Anexo R - ENTREVISTADO III: promotor de justiça militar Armando Brasil (10 nov. 2018)

Transcrição (revisada) da entrevista aberta sobre a letalidade policial no Pará com autoridades do estado, gravada em arquivo de áudio.

Realizada no gabinete do promotor, no dia 10/11/2018, das 09:25 h às 11:00 h.

Pesquisador: Inicialmente, o senhor poderia relatar uma síntese da sua trajetória sócio profissional, algumas informações que o senhor considera relevante sobre a sua formação, atuação no Ministério Público.

Armando Brasil (AB): A minha trajetória no Ministério Público, já vou completar 27 anos só de Ministério Público, desses 27 anos, 15 anos são de atuação na Promotoria Militar. Já trabalhei em varias comarcas do interior do Estado, a nossa formação aqui se baseia basicamente em direito penal, pós-graduação em ciências criminais. Também já atuei na Secretaria da Fazenda como auditor fiscal, antes de ser promotor e fui servidor da Assembleia Legislativa. Então, aqui na Promotoria Militar, já tivemos situações de atuação de extrema relevância para sociedade. Aqui na promotoria, que é uma promotoria específica, é uma matéria que é pouco estudada nas universidades. Segundo pesquisa da Associação dos Magistrados Brasileiros, 65% dos juízes não conhecem a atuação da justiça militar, não conhecem o mecanismo de funcionamento do código penal militar e também do código do processo penal militar.

Pesquisador: Impressionante, isto!

AB: Então, quando se trata de uma atuação muito específica que está ganhando relevância não só aqui no Estado do Pará, mas em todo Brasil, principalmente as promotorias que atuam na Justiça Militar Estadual, onde há uma presença maior da força policial na vida do cidadão. Essa promotoria acaba ganhando relevo no Brasil inteiro, a redefinição do papel constitucional da polícia militar como órgão supremo da segurança pública, a polícia militar é o órgão maior tanto em termo de atribuição quanto em termo de estrutura, de homem e equipamentos, maior que qualquer força policial do Brasil, e nós temos aqui no Brasil uma unidade da polícia militar do Rio de Janeiro, do BOPE, que é a maior tropa de intervenção urbana do mundo, então, ela acaba ganhando essa relevância e também nós temos a participação de policiais militares em missões junto ao exército brasileiro do mecanismo jurídico da incorporação, policiais militares que já atuam na força de pacificação do Haiti, como em outros países. Nós tivemos na África a participação de policiais nossos, então acaba ganhando um relevo maior a nossa atuação como é uma instituição muito presente na nossa vida, na vida da sociedade brasileira, acaba ganhando essa relevância nos últimos anos. Você tem aqui a polícia militar no Pará, por exemplo, ela está presente em todos os municípios e demais localidades onde o braço do Estado não chega muitas vezes por meio do Ministério Público, poder judiciário e outros órgãos do Estado, mas a polícia militar está lá. Tem sempre um cabo, um soldado em qualquer destacamento. Nos maiores rincões do Estado, o papel da polícia militar está tendo maior relevância, maior relevo do que das outras instituições de segurança pública.

Pesquisador: O objeto deste estudo é a violência letal praticada pelo policial, especificamente a violência praticada com a intenção de matar. Independente do resultado, o foco da atenção é que o policial teve intenção na ação. Vamos conversar um pouco sobre isso, sua experiência. O que chega até a promotoria militar, qual a sua experiência durante esses anos todos?

AB: É preciso que se separe exatamente o que é morte e o que é homicídio. Especificamente, a letalidade na atuação da polícia, o grau de letalidade, você tem que separar uma coisa da outra. Nem toda morte é homicídio! Homicídio é quando há intenção do sujeito ativo em ceifar a vida do sujeito pacífico e isso é uma situação que não é mais competência da justiça militar. É competência da justiça comum. Agora, há situações em que o policial militar se defende e a grande maioria dos inquéritos policiais militares que chegam ao conhecimento da promotoria militar, digo até que em torno de 95% ou mais, que chegam ao conhecimento da promotoria militar é relatando justamente o instituto jurídico da legítima defesa. O policial militar, no exercício da função, ele é agredido de forma injusta real ou iminente, e ele usa dos meios moderados que ele têm à sua disposição para repelir essa injusta agressão e o grau dessa letalidade é resultado do que há na sociedade no enfrentamento da disfunção social desmedida que nós temos hoje, aqui. Nós temos uma situação que já está saindo, aliás, já saiu faz muito

tempo da normalidade. O policial militar, quando ele chega a agir dessa forma é porque os outros meios de contensão já se esvaíram e, então, ele parte para o confronto. Quando há o confronto, há uma ação legal e legítima que resulta no arquivamento do inquérito policial militar. Agora, isso está ocorrendo e isso tem recrudescido devido ao grau de disfunção que a sociedade brasileira está passando. Uma situação de desigualdade social econômica, nós temos uma situação que os jovens não têm emprego, desprovido do mínimo de condições de sustentabilidade humana, eles partem para criminalidade e acabam encontrando a barreira, um limite, que é a atuação da polícia militar, atuação policial de uma maneira geral. Isso vai ter resultado e nesse resultado vem se traduzido no aumento do número de inquéritos policiais militares relatando praticamente o mesmo fato. A pessoa pratica crime, um assalto, a polícia persegue, ele se vê numa situação difícil, o meliante acaba enfrentando a polícia e, na grande maioria das vezes, ele tem a vida ceifada.

Pesquisador: Essa medida extrema e ela acontece quando as outras ações não foram suficientes não aconteceram. Quais ações?

AB: Por exemplo, vamos colocar de uma maneira bem geral, quando se estuda a pós-graduação se aprofunda muito no estudo das ciências criminais, você tem direito penal, criminologia, política criminal a um tido, você tem aí o chamado controle formal de criminalidade informal, então, primeiro nós temos controles informais, família, clube a religião, os projetos que são estimulados por meio de órgãos estatais, de ocupação de bairro, toda aquela sistemática para que se tire a pessoa da criminalidade. Às vezes, eu vejo que há projetos inclusive no interior do Estado que não é nem a intenção direta de combater, mas acaba sendo uma forma de controle informal da criminalidade. Você têm brincadeiras de rua, de lazer, abertura de escolas públicas nos finais de semana, esse é um controle de sistema informal e nós temos o chamado controle formal. Quando o informal falha, vem o formal e quem são as instâncias de controle formal? Você tem a polícia militar, que é a maior delas, tem o poder judiciário, Ministério Público, polícia civil, esses órgãos vão combater a criminalidade quando os outros falham, quando a família falha é quando o policial chega para evitar o crime, dá ordem para que ele pare, mas ele continua, então, ele não reconhece na autoridade policial nenhuma legitimidade. É mais uma falha, todos estão falhando. Chega-se nessa cota, nesse último patamar, e acaba havendo confronto. Então, chega-se ao confronto é porque todas as outras falharam.

Pesquisador: Nós estamos falando sobre fatores que atuam no criminoso que enfrenta o policial?

AB: Exatamente! O criminoso não nasceu criminoso, ele nasce como todos nós nascemos e ele tem primeiramente o acompanhamento da família, se não tiver uma família que realmente dê o acolhimento a ele, como todos esses outros sistemas não dão esse apoio, acolhimento, não retiram esse cidadão e isso é uma disfunção diria que nós estamos numa situação muito grave, todas fora de medida, então a família está falhando, a religião está falhando e não têm limites, enfim, chega-se nesse último patamar. Inclusive da própria ação policial, o policial faz todo o procedimento de praxe, uma ocorrência, quando se falha, quando ele não atende, quando não reconhece mais a autoridade policial e aí se entra no que a Escola de Chicago chamou há muito tempo atrás de Teoria da Anomia lá no início da década de 20, quando você perde o senso de responsabilidade, você perde o respeito pelas normas jurídicas. Passa a ser uma coisa normal você assaltar, matar, estuprar, ele sabe que aquilo é ilícito, mas acha que aquilo não tem nenhuma aplicabilidade na vida social dele. Quando chega nesse estágio é porque, realmente, a polícia vai agir de alguma forma por meio do confronto.

Pesquisador: Esses confrontos aumentaram?

AB: Aumentaram bastante! Em cinco anos nós tivemos um aumento estrondoso, de patamares assim muito altos de confronto. Cada dez IPM que analisamos, três, quatro, isto é, 30 ~ 40% é realmente de morte de pessoas em confronto com a polícia militar, aí a testemunha diz: “olha, fulano de tal me assaltou, eu vi o policial da ordem pra ele parar mais ele não parou, ele continua atirando na polícia”, então, você perdeu realmente os freios de contenção desse cidadão.

Pesquisador: Nós estamos vivendo uma mudança com relação ao policial, o perfil do policial que se envolve nessas ocorrências é de alguma forma diferente daquele que não se envolve? Em geral, os polícias acabam envolvidos em ocorrências de morte ou apenas alguns são recorrentes?

AB: Os policiais, de uma maneira geral, que se envolvem em confronto são aqueles que estão na linha de frente, corpo de tropa, eles estão nas ruas. É aquele policial que não tem condição, não tem tempo para uma reciclagem e é preciso que o comando faça essa reciclagem com o objetivo de diminuir esse

grau de letalidade. Eu vejo entrevistas de secretários de segurança pública de todo Brasil preconizando a diminuição da letalidade, do menor uso da força, digamos assim. Então, há essa preocupação de todos os comandos porque está aumentando bastante o grau de letalidade, não é só aqui no Pará, no Pará eu acredito que seja a terceira ou quarta polícia que mais mata em confronto, perde para as polícias militares do Rio de Janeiro e Minas Gerais, alguma coisa assim nesse sentido, que eu vi na última pesquisa, até onde eu me lembro. Então, há uma preocupação de chamar esse policial militar que está nas ruas e reciclar. Agora, se isso está acontecendo, eu acredito que ainda é numa forma muito pequena, a falta de tempo, de investimento na polícia, falta de efetivo, aí nós vamos entrar numa outra seara, então você quando faz um concurso para dois mil policiais, até a formação, desde quando ele entra é defasado o efetivo, muitos se aposentam, muitos morrem, muitos largam a carreira. A rotatividade é muito alta de policiais, é muito alto os que saem de cena, digamos assim e não há, de imediato, a recomposição desses número, dessas peças. É como se fosse um time de futebol, você tem um jogador que sai que é titular e por algum motivo, ele sai do time e você não tem um a altura. Você passa tempo para fazer um concurso. O Estado não está realmente correspondendo a esse investimento na polícia militar. Não é só aqui no Estado, é no Brasil inteiro.

Pesquisador: Então esse tipo de ocorrência letal, ele atinge de maneira pulverizada quem está no serviço operacional, não há, na sua experiência, uma recorrência? Não há aquele policial que têm maior número de ocorrências que resultam de resistência? A letalidade está distribuída aleatoriamente entre os policiais operacionais?

AB: Está distribuído de uma maneira geral, mas resumido aqueles que estão efetivamente nas ruas, porque existem aqueles policiais que estão à disposição de órgãos públicos. Não está havendo essa reposição de mão-de-obra na área de segurança pública quando um concurso chega a admitir determinados policiais já está defasada. Já há necessidade de outro concurso.

Pesquisador: A ênfase maior está na natureza da atividade? A atividade de policiamento das ruas expõe o policial a um determinado risco e, em certas situações, isso vai acabar se desdobrando em confrontos e mortes?

AB: Fatalmente! Aliado também a essa pessoa que não está sendo acolhida pela sociedade, então você tem as duas pontas aí.

Pesquisador: Com relação ao agente policial, além das questões estruturais como o treinamento, por exemplo, existe algum componente individual relevante?

AB: Sim, claro! Nós somos humanos, sabemos disso. O policial é um ser humano, ele faz parte do meio. Então, ele sofre pressões. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho, você tem em primeiro lugar, as profissões mais estressantes do mundo, a primeira me parece que é controlador de voo, a segunda é policial de maneira geral. Então, se tem uma profissão muito estressante, esse policial sofre, ele faz parte do que nós chamamos de sociedade de risco estudada por um autor tcheco, todos nós fazemos parte de uma sociedade, todos nós vivemos um risco e o policial pela própria atividade está subestimado a mais risco do que qualquer outro. Ele sempre vai ser esse alvo de pressão da sociedade, nós temos uma situação bem interessante na análise dos inquéritos policiais militares, hoje o policial é alvo, ele é cobiçado, não ele, mas a arma que ele tem no kit segurança, a pistola .40, isso faz com que os comandos mudem os paradigmas de atuação do policial fora da polícia, as chamadas medida de autoproteção. Isso tudo está sendo questionado, está sendo revisado pelo comando, o comportamento do policial pós-serviço. Quando ele sai de casa, ele sofre a pressão, normalmente ele sofre a pressão das ruas porque é uma das pouquíssimas atividades que você tem segundos para decidir entre a vida e a morte. Eu digo que é muito parecido com a profissão do médico. Mas, o médico tem equipamentos pra isso, ele tem uma estrutura para isso. O policial muitas vezes não tem, ele próprio está desassistido. Você tem a pressão dos superiores hierárquicos, você tem pressão de todo mundo! Você tem uma profissão que qualquer ocorrência gera atrito entre as partes envolvidas nessa ocorrência. Isso sobra para o policial, então, os policiais aqui que narraram numa ocorrência desacato, não querem mais nem saber, fico olhando, mas não vão mais agir. Mas, faz parte, ele é pressionado. Então, isso influencia bastante a atuação dele e é preciso que ele e a administração pública de uma maneira geral, estudem mecanismo para manter este policial em estado psicologicamente favorável, saudável, enfim, para a atuação. Tem outra situação, também na hora da folga ele faz a atividade particular dele, o bico. Aquela atividade que ele poderia está muito bem

descansando para ele poder prestar um melhor serviço na sociedade, mas, às vezes não é possível ele viver com salário de policial, ele acaba fazendo bico e, às vezes ocorre alguma situação que vai agravar a situação desse policial, um atentado à integridade física dele, porque o meliante quer a pistola, sabe que ele é policial e quer o armamento dele. Ele acaba se tomando muito vulnerável, hoje, na sociedade.

Pesquisador: O que acontece com os inquéritos que chegam aqui, em geral?

AB: Os inquéritos são analisados. Temos uma equipe de analistas, de pessoas que dão suporte a promotoria militar. Antes, o promotor ele fazia tudo, ele era promotor, ele era estagiário, era tudo. Hoje, não. Já temos aqui a presença de uma analista jurídica que auxilia a promotoria no estudo dos inquéritos. Esses inquéritos são analisados de forma bem rigorosa. Nós temos aqui uma peculiaridade em relação às outras promotorias, temos atribuição no Estado inteiro e até, às vezes, fora do estado. É a única promotoria que tem atribuição fora do estado. Um exemplo, o policial militar que estiver fazendo curso na força nacional e pratica um crime militar, a competência é do estado de origem desse policial. Então, é uma promotoria que não só atua na área criminal, como na área da improbidade administrativa, na área civil, na análise dos atos disciplinares, nas ações civis referentes aos atos disciplinares militares. Hoje, a estrutura da promotoria está melhor, ainda não é o suficiente, mas está melhor do que antes, com certeza.

Pesquisador: O senhor atuou também em processo sobre policiais envolvidos em grupos de extermínio, gostaria conversar um pouco sobre isso. Há alguma relação entre o surgimento e o crescimento das milícias, os números de homicídios e resistências?

AB: Nós temos uma situação bem interessante. Eu fiz questão de dizer isso aqui no início da nossa entrevista sobre as instâncias formais e informais de controle de criminalidade. O que está acontecendo com relação as milícias não só aqui como em todo o Brasil, onde esse fenômeno está surgindo, é basicamente a ausência de controle do estado. Com relação a atuação desses grupos, a maioria deles é formada por agentes de segurança pública, que engloba policiais militares, policiais civis e pessoas que têm alguma relação com o estado - há notícia até do envolvimento de militares das forças armadas também -, são pessoas que não acreditam mais na legitimidade do Estado em fazer justiça. Isso é só um ponto! Também tem a atuação desses grupos na questão econômica, eles dominam determinadas áreas na Região Metropolitana de Belém ou no Estado do Pará e também no Brasil, dominam a atividade econômica - por exemplo, o gás no Rio de Janeiro, como o que ocorre em outros lugares do Brasil, um fulano que mora em determinado local não pode comprar o gás de fora, só pode comprar o gás de dentro daquele grupo, então eles passam a monopolizar atividade econômica, também pizza, se eu moro em determinado morro, uma determinada favela ou uma determinada comunidade, como queira, chamar, eu não posso comprar determinados produtos fora daquele local, tenho que o comprar lá dentro -, isso é um domínio econômico que nos chamamos de milícia. O crime de milícia é previsto, desde 2012, no código penal brasileiro nos temos no código penal há uma tipificação muito importante com relação a isso, é o art. 150 do código penal militar, quando militares usam a força da própria instituição para praticar crimes, o nome disso é crime militar ou qualquer outro tipo de crime. O surgimento desses grupos existem, exatamente pela falta de controle do estado. Ontem, assisti no programa da Globo News Especial sobre a situação do Rio de Janeiro, que hoje passa por uma situação de ausência do estado, então, um sociólogo que é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro disse que estava havendo um fenômeno interessante pela primeira vez estava se vivenciando uma sociedade anárquica, sem a presença do estado, o estado no Rio praticamente desapareceu com a crise econômica, com os altos índices de corrupção dos governantes. Hoje, as pessoas estão conseguindo sobreviver de uma forma ou de outra, sem o amparo do estado e isso ele achou bem interessante. A colocação desse sociólogo, é mais ou menos isso que ele falou, é o combustível principal, alavanca motora das milícias quando o estado realmente não exerce o seu papel dentro da comunidade, então, grupos criminosos seja de qual matriz for, assumem a função que seria do estado, eles vão providenciar aqueles serviços que às vezes o estado deveria providenciar. É comum no Rio de Janeiro, por exemplo, um traficante ajudar pessoas da comunidade com despesas médicas. Isso tudo faz surgir grupos criminosos, seja miliciano ou não. Essa ausência do estado, essa ausência da eficiência do estado que agora no direito constitucional se estuda, chama-se “Estado de coisas inconstitucionais”, então você tem aí, quando todas as instituições públicas falham, todas elas não conseguem cumprir sua meta constitucional, isso faz com que surjam outros grupos de poder alternativos.

Pesquisador: Nós temos, aqui, casos concretos de envolvimento de policiais?

AB: Sim! Nós temos casos concretos de policiais militares envolvidos com milícia.

Pesquisador: Há prática de homicídios relacionada a isso?

AB: Temos sim casos dessa natureza. Já foram comprovados e processados.

Pesquisador: Mas, quanto ao crescimento disso?

AB: Sim, há crescimento! Agora, a resposta que o Estado está dando em relação a isso é muito pequena, diria praticamente inexistente. Vai também da própria ausência do estado. O estado não mudou seus paradigmas de investigação. Hoje, você investiga não só caso de milícia, mas de crime organizado. Você tem que investir bastante em tecnologia. Você não combate esses crimes com testemunha. Ninguém tem coragem de testemunhar. Então, aquela prova tradicional do código de processo penal, ela passou a ser ineficiente em relação a esses crimes e, para isso, existe uma outra lei, de 2012, a lei 12.850 que prevê o combate ao crime organizado. Ela cria outros institutos jurídicos de combate. É bem mais moderna no combate a esses grupos. É preciso uma atuação mais eficiente, mais moderna do estado e isso nós não estamos vendo aqui. O nosso estado, de uma maneira geral o Estado Brasileiro, atua de forma ineficiente no combate de determinados crimes. Nós temos um exemplo bem claro, bem pontual da questão da operação lava-jato com operadores de vários seguimentos, você pensa que a operação lava-jato é composta só de policiais e procuradores da República? Não, ela não é não! Você tem agentes da Receita Federal, do Tribunal de Contas da União, COAFI, Banco Central. Você tem todo um amparado, digamos, plurinstitucional para combater uma organização criminosa dessa envergadura. A operação lava-jato, na minha opinião, ela é um paradigma, é assim que se deve combater, de forma bem eficaz, as organizações criminosas. Você não combate só com polícia, você tem que expandir, tem que chamar operadores de outras áreas da administração pública. O Ministério Público, Banco Central, Receita Federal, você tem que chamar Ministério da Fazenda, enfim, você tem que envolver um número maior de operadores. Não basta só a polícia, hoje, sozinha, não combate esse tipo de crime, seja de milícia ou qualquer organização criminosa.

Pesquisador: Há diferença significativa entre a morte que resulta do policiamento ostensivo e os homicídios praticados pela milícia?

AB: Sim, claro, sem dúvida! Acredito que quando o policial mata em confronto, existe morte porém não existe homicídio pois não há a intenção do policial em matar. Deixo isso bem claro! Agora, no caso das chacinas, se houver a participação de polícias militares, eles estão matando com intenção, com dolo. Podem ser policiais civis ou outras pessoas, tem até empresário envolvido com milícia.

Pesquisador: Em geral, essas mortes estão relacionadas a interesses econômicos?

AB: Em geral, é ligada ao interesse econômico. Primeiro, era. Tivemos o início dessas organizações que primeiro queriam fazer justiça com as próprias mãos, mas, aí não ficou restrito só a isso, teve a necessidade deles ocuparem funções que o próprio estado ou qualquer outro tipo organização privada deixou de atuar naquela região. São pessoas desassistidas e é bom que se faça uma ressalva aqui. Eu, ano passado, estive conhecendo a Colômbia e me chamou atenção. A Colômbia recentemente foi alvo de uma matéria bem interessante do Globo Repórter, mas antes eu já tinha ido lá, em Bogotá e outras cidades. Então, muito me chamou atenção que a Colômbia passou por meio de uma guerra civil durante 50 anos com as FARC, as forças armadas revolucionárias da Colômbia, ela dominou mais da metade do território colombiano. Nós tivemos o incidente com o narcotraficante Pablo Escobar. O sistema político colombiano, o sistema de poder colombiano praticamente desapareceu durante esses 50 anos e agora ressurgiu das cinzas com o investimento do governo americano e mediante a mudança de paradigma de como se faz segurança pública. Então, eu chamo atenção para o secretário de segurança pública que passou muitos anos na Colômbia e hoje ele é consultor internacional da ONU, para área de segurança pública. É Hugo Velasquez. A Colômbia, ela aproximou, fez uma ligação entre a periferia e o centro. Ela investiu bastante no número de policiais. Hoje a Colômbia é a cidade mais policiada do mundo. Qualquer lugar que você ande em Bogotá você vê um posto da polícia, você vê policiais andando de moto, todas as regiões da Colômbia são cobertas, uma grande cobertura do sistema policial. Mas, não ficou só nisso, houve mudança no aspecto urbano da cidade de Bogotá, criação de BRT aos moldes de Curitiba, ligação do centro com a periferia, você teve um acolhimento maior - inclusive no globo repórter passará essa matéria, sobre um local lá em Medellín que a comunidade passou a ter a oportunidade de expor os seus, a comunidade de baixa renda passaram a atuar na questão cultural, foi

reservado um espaço para eles fazerem grafite - e hoje, realmente, o índice de criminalidade na Colômbia é zero. Colômbia continua sendo maior exportador de drogas do mundo. Exporta mais de uma tonelada de cocaína para o mundo. Há de se observar se existe uma relação entre narcotráfico e criminalidade urbana, porque a Colômbia é o maior exportador de cocaína do mundo e para mim a cidade mais segura do mundo é Bogotá! Já visitei capitais do mundo inteiro e não vi um sistema de policiamento como é o de Bogotá. Foi tudo reformulado, eu conversei com um guia. Ele disse que em 2008, era impossível a presença estrangeira, em Bogotá, no local onde eu estava. Você parava o carro no sinal, vinha alguém e furtava o farol do seu carro. Então, estava-se numa situação pior que a do Brasil, situação de ausência do estado, e hoje a Colômbia é um paradigma, é um exemplo de como se faz segurança pública. Um país que estava mergulhado numa guerra e as FARC queriam tomar o poder. É bom que se diga isso, é bom que se ressalte, porque as FARC não eram uma instituição apenas envolvida no narcotráfico, o objetivo era assumir o poder na Colômbia, era criar um governo criminoso ligado ao narcotráfico na Colômbia. É interessante que se faça essa relação. Aqui no Brasil, os grupos não querem tomar o poder, querem vender a droga dele, enfim, mas não querem tomar o poder. Lá na Colômbia, não! As FARC queriam tomar o poder, tomaram metade do território colombiano, volto a repetir, era criminosa, era ligado ao narcotráfico. Então, num país que passou uma situação dessa e hoje conseguiu reverter, eu digo, a questão de segurança pública tem jeito, basta ter boa vontade.

Pesquisador: Há evidências do relacionamento direto da sociedade civil apoiando as milícias, empresários apoiando policiais envolvidos com milícia?

AB: Não há! Pelo contrário, a população mesmo não tolera isso! O que acontece é que elas têm medo. Costumo dizer o processo penal brasileiro protege muito o testemunho, mas não as testemunhas, a testemunha quer que o estado elimine esses grupos criminosos, mas ela tem medo porque ela não se sente acolhida, não confia nas autoridades, não confia no estado, mas, não é que seja a vontade dela.

Pesquisador: Quanto a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontando que a frase “bandido bom é bandido morto” tem 56% de aprovação popular, como entender isso? Há relação com as milícias?

AB: A população se sente muito amedrontada, ela quer justiça, ela quer que se faça a imediata retirada desses criminosos, acredito que esse discurso do bandido bom é bandido morto acaba realmente ecoando na população de uma maneira geral, de que ela precisa eliminar, como se fosse uma guerra onde o bandido é o inimigo e isso acaba ganhando a legitimidade popular. Então, você vê aqueles políticos que defendem a eliminação dos bandidos, hoje, aqueles políticos que defendem o discurso acabam ganhando força na sociedade, um discurso da extrema direita de que se tem que matar os bandidos. Isso tem a ver, sim, com a falta de acolhimento, com a falta de legitimidade, com a falta de crédito na própria atuação do estado.

Pesquisador: O enfraquecimento da legitimidade e da capacidade do sistema da justiça criminal em dar respostas à criminalidade sobrecarrega a polícia?

AB: Sobrecarrega a polícia. Tudo está sobrando para a polícia, na grande verdade. A polícia é a instituição que é a última forma, até pela dimensão que hoje ela tem na sociedade, a redefinição do papel dela, ela está sendo a última instituição a abarcar todas essas mazelas sociais, nosso policial está carregando tudo isso. Tudo se resolve com polícia, então, é preciso que a sociedade repense essa forma de convivência. De que tudo, a polícia tem que resolver. Eu só posso fazer segurança pública se eu tiver determinado número de policiais.

Pesquisador: Sobre a formação profissional, tanto a formação inicial que se dá na academia quanto a continuada que ocorre no dia a dia da atividade, como o senhor vê a formação da polícia militar diante do aumento do enfrentamento?

AB: Eu costumo dizer, não tem instituição mais comprometida com a tutela dos Direitos Humanos como a polícia, a polícia é a principal instituição encarregada de proteção aos Direitos Humanos. Parece contraditório. A sociedade e o senso comum já associou, digamos assim, Direitos Humanos com direito de bandido e não é. Talvez isso tenha sido mal difundido, pelas próprias instituições de tutela dos Direitos Humanos. Por exemplo, um direito humano pode ser qualquer direito que tutele a vida, então, quando se precisa de um atendimento médico e não se tem uma ambulância, você chama a polícia, o policial vai prestar esse socorro. No momento em que o policial está agindo dessa forma, vejo muito polícias fazendo parto até nas viaturas, ele está tutelando um direito humano, ele nunca vai

se recusar de fazer isso. Essa formação do policial que você acabou de colocar na pergunta, ela tem que ser voltada para tutela deste direito, nós temos ainda uma polícia que está distante dos interesses da sociedade. Não é culpa do policial, é culpa da formação. A formação tem que estar mais voltada para os Direitos Humanos, na minha opinião é isso. Você tem que realmente tirar esse foco da polícia como um órgão de aniquilação. Então a gente ainda precisa reformular toda a ação do policial, não é apenas aquele agente que vai atuar na questão da segurança pública e sim é muito maior que a segurança pública. A segurança pública é um Direito Humano. É um direito que eu tenho. Eu tenho o direito de ficar em casa e tenho o direito de não ser incomodado por ninguém. Eu tenho direito de não ter uma pessoa invadindo, uma pessoa que está dirigindo embriagada de invadir a minha casa com o carro. Tenho direito a segurança pública. Então, a segurança pública, ela é um Direito Humano e tem que ser tutelada pela polícia militar e por todos os outros órgãos de segurança pública.

Pesquisador: A atual formação acaba comprometendo isso?

AB: Ela acaba comprometendo isso, ela tem que voltar, esse policial, a formação dele pra uma outra área, não apenas para a tutela de segurança pública do Direitos Humanos, ela vai muito mais, vai além do que é segurança pública. A segurança pública é uma das formas de se tutelar um direito humano.

Pesquisador: Essa formação tem a capacidade de transformar o indivíduo?

AB: Sim claro! Sem dúvida! O policial militar é recrutado da sociedade, não é de outro lugar.

Pesquisador: Estou perguntando se essa formação é capaz de transformar o indivíduo, a ponto de ele mudar sua conduta, seu comportamento, quando comparado aos outros, em geral. Ele passará a ter um comportamento muito característico.

AB: Muito característico do polícia militar. Ela está presente em todos os rincões do estado. É necessário que ele mude, que ele tenha uma formação mais vocacionada pra isso. Não aqueles Direitos Humanos que se prega no senso comum, de proteção de bandido, ele tem que ser muito mais do que isso. Nós todos temos que ser mais do que somos.

Pesquisador: Se a formação é capaz de interferir no comportamento profissional, qual o efeito da atuação específica do Ministério Público nesse contexto?

AB: Quando se fala na formação de uma maneira geral, a gente estabelece sistemático, você tem aí a formação desse policial para agir como policial e quando se trata de uma estrutura uma agência hierarquizada, você também faz a formação desse policial como militar, como tutela dos princípios da disciplina e hierarquia, então, você tem uma polícia quando se discute muito a desmilitarização das polícias, porque o serviço policial segundo a grande maioria dos autores de direito penal militar, a atividade policial é uma atividade eminentemente civil, isso implica realmente na formação nesse agente de segurança pública. Ele tem que ser policial e militar ao mesmo tempo. Quando essa formação, ela falha, cabe a justiça fazer a correção desse desvio de comportamento. O art. 55 do código processo penal militar ele é bem interessante, quando ele antes da constituição federal que garantiu a instituição do ministério Público como órgão legítimo para exercer o controle externo da autoridade policial, muito embora não se saiba exatamente que controle externo é esse e que atividade policial é essa. Ainda não há muito consenso sobre isso. Mas, olha o que diz o art. 55 que veio antes da constituição federal, ele diz assim: “cabe ao Ministério Público fiscalizar o cumprimento da lei penal militar tendo em atenção especial, o resguardo das normas de disciplina e hierarquia com base da organização das forças armadas”. O Ministério Público exerce, de fato, esse controle externo das forças armadas e obviamente por questão de atribuição também das forças auxiliares. Definida com base nos princípios da disciplina e hierarquia, essa vem a ser a função do Ministério Público, da Justiça Militar. Seja da União ou Estadual, quando falham os controles, quando falha a formação, na atuação, então o Ministério Público tem que recompor a obrigação dele e fazer que cessem esses desvios de comportamento por meio de inquéritos policiais militares, por meio de recomendações, elas foram concebidas por ato, por resolução do Conselho Nacional do Ministério Público. O promotor que atua na Justiça Militar, se ele perceber que há falha na prestação de serviço de policiamento, ele tem a obrigação de pedir uma recomendação para aquele comando, para que se faça o ajuste. Então, se o comando persistir, ele poderá entrar com uma ação de improbidade administrativa, enfim, ele tem esse poder de fazer.

Pesquisador: Esses mecanismo de controle hoje são efetivos?

AB: São efetivados sim! Por experiência particular, ele tem sido efetivo. Muito embora haja uma resistência dos comandantes gerais, de uma maneira geral, na atuação do Ministério Público, ele tem sido efetivo. É comum que os comandantes gerais reclamem muito da interferência do Ministério Público na gestão da polícia militar. Mas, o foco do Ministério Público não é, em nenhum momento, interferir na administração. Quando há algum problema que vá interferir no bom funcionamento do serviço da polícia militar, ele tem sido efetivo sim. Se o comandante insistir, cabe ao promotor, agilizar uma ação de improbidade, ação penal, enfim, ele vai tomar as providências dele.

Pesquisador: Nós falamos sobre uma crise de legitimidade que afeta o Estado e no nosso caso específico o sistema da justiça criminal. Essa crise tem efeito sobre a sociedade de modo geral e isso justificaria a aprovação da frase “bandido bom é bandido morto”, mas ela também têm efeitos sobre o policial, no sentido de comprometer a hierarquia e a disciplina?

AB: Sim, bastante! Inclusive essa crise de legitimidade vai questionar a manutenção de uma instituição militarizada como a polícia militar, por exemplo, nas recentes greves - não gosto de chamar a palavra greve - nos recentes motins. Não reconhecemos a palavra greve, no nosso direito penal militar é motim. Isso é muito claro! Isso fica muito evidente da ausência de respeito a essas regras de disciplina e hierarquia. Não vou entrar num mérito se os policiais estão certos ou estão errados ou se é uma questão criminal ou não. O fato é que realmente há ausência, há omissão do estado em investir no sistema de segurança pública, aquilo que nós conversando anteriormente, o estado de coisas inconstitucionais. Quando todos os outros pilares da administração pública estão falhando, isso acaba refletindo exatamente em quebras de princípios como esses, quebras de paradigmas como a hierarquia e disciplina, dentro de uma instituição policial militar. Como nas forças armadas, sempre há um movimento, está certo nesse sentido, só que ainda os princípios da disciplina e hierarquia são mais solidificados do que na força policial pela natureza das atividades. Quando há uma greve na polícia militar, isso é em decorrência da própria atividade que ela presta, é uma atividade de natureza civil. Até em contato diariamente com a população com a criminalidade, com as mazelas sociais, isso acaba contaminando a relação da polícia militar com a criminalidade, isso contamina, de certa forma, o agente de segurança pública. Ele fica bem numa linha tênue entre o bem e mal e, com a omissão do estado de prover ao policial militar o mínimo, a moradia com sustentabilidade, a dignidade de condições de trabalho compatíveis com a função de policial militar, então, com essa omissão do estado, isso gera na instituição a questão da ilegitimidade da questão da liderança que se tem sob a tropa. Legitimidade, eu digo, do próprio Estado.

Pesquisador: Questões da categoria do profissional, de direitos trabalhistas, têm efeitos sobre o exercício da atividade policial na ponta?

AB: Vai ter como um todo, porque como é uma instituição muito dinâmica muito presente na nossa vida, volto a repetir, está presente em todos os rincões do estado, então, isso acaba refletindo realmente. Ele fica se questionando, o policial militar, porque eu estou trabalhando aqui em condições precárias, o estado não me acolhe. Como é que você vai trabalhar isso no psicológico do policial? Vai chegar e dizer pra ele, cumpra o que determinada leis cumpra o que o determinar o que determina o código penal militar, cumpra isso e, aí cria uma série de desânimos. Eu vejo, na ponta, isso tudo vai influenciando a própria legitimidade do Estado. Você vai ver que o estado é o primeiro a virar as costas ao policial. Onde vamos parar com isso?

Pesquisador: Policiais já vieram aqui? Com essa reclamação, existe uma demanda?

AB: Sim, bastante! Todo dia! Meu WhatsApp aqui, o promotor acaba exercendo essa função no direito, ele é aquele que vai fazer a interligação da tropa e o comando. Porque eles não acreditam mais no próprio gestão do estado, no próprio comando. Isso é perigoso, o Ministério Público não tem essa função de questão pública, mas, acaba sendo obrigado a suprir para evitar que a tropa paralise, que a tropa entre em situação de descumprimento das regras, em anomia. Eu recebo esses “WhatsApp” aqui. O presidente da câmara municipal de vereadores enviou detalhes da nova instalações física do policiamento que o prefeito mandou construir numa ilha. Pelas fotos, sem condição mínima estrutural. Mandou as fotos. Olha a palhoça que o prefeito de Abaetetuba fez para polícia militar. Eles estão achando que essa palhoça não tem condições de abrigar uma estrutura mínima para o policial. Então, o que é que o promotor faz aqui, ele vai saber se procede ou não. Se houver procedência, o promotor vai ter que expedir uma recomendação para que não proceda dessa forma. Isso vai comprometer a

própria eficiência da força, aqui no art. 198 do código penal militar, quando você compromete, essa eficiência de força, você põem em risco a vida dos seus comandados de disciplina. Pouco conhecido dos militares. Mas, independentemente da questão criminal militar, a promotoria já está trabalhando no sentido de evitar que a tropa vá, causando desconforto para a própria sociedade quando você quebra hierarquia e disciplina, você não só afeta a estrutura de uma força militar, você vai influenciar, você vai afetar a segurança da sociedade. A disciplina e hierarquia são princípios quando a existência de uma sociedade não é somente a existência de uma polícia militar, do exército, da marinha, da aeronáutica. Se compromete a existência da sociedade se não tiverem a ter disciplina e hierarquia preservada, você não vai ter segurança, você não vai ter controle nas fronteiras, você não vai existir como estado, não vai se ter uma nação de brasileiros espalhadas pelo estado.

Pesquisador: Há outros exemplos dessas crises, desses dilemas que chegam ao seu conhecimento e que resultam em recomendações?

AB: Vários exemplos, armamento, colete vencido, armamentos que estão em mal funcionamento.

Pesquisador: Ordens absurdas?

AB: Sim, ordem absurdas, ordens ilegais.

Pesquisador: São emitidas recomendações?

AB: Nós tivemos um problema sério numa escala de serviço do BPOP, que estava colocando em risco realmente a própria eficiência da tropa. Tivemos que intervir porque a escala estava de 24/48, o policial estava tendo pouco tempo de descanso, aquela onda que nós tivemos no Brasil inteiro de rebeliões em presídios, que começou no Amazonas, depois foi para Rondônia, então, nós soubemos que a tropa estava sem treinamento. Ninguém estava recebendo treinamento com armamento menos letal, ninguém está recebendo. Então, a promotoria foi lá, fiscalizei, pedi recomendação e foram atendidas as recomendações.

* * *

Anexo S - ENTREVISTADO IV: assessor da SIAC/SEGUP Antônio Farias (3 jul. 2019)

Transcrição (revisada) da entrevista aberta sobre a letalidade policial no Pará com autoridades do estado, gravada em arquivo de áudio.

Realizada no gabinete do oficial de inteligência, na ABIN, no dia 03/07/2019, das 10:30 h às 11:15 h.

Tom Farias (TF): Meu nome é Antônio Cláudio Fernandes Farias, sou oficial de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e fui secretário adjunto de inteligência e análise criminal da SEGUP de janeiro de 2011 a novembro de 2012.

Pesquisador: Como você avalia a letalidade policial no Pará e, em especial, na Região Metropolitana de Belém, ao longo do tempo que você esteve à frente da SIAC?

TF: Em 2011, como resultado das ações implementadas, houve redução de 15,8% nos homicídios dolosos, em números absolutos, no Pará com 531 registros a menos. Não obstante a redução dos homicídios dolosos em 2011 e o equilíbrio obtido até 2014, a partir de 2015, principalmente em 2016 e 2017, ocorreu um processo contínuo de crescimento dos homicídios no Estado do Pará. Em 2018, o Estado volta a reduzir os homicídios em 2,4%, com 94 registros a menos que em 2017.

Pesquisador: Como foi esse equilíbrio até 2014?

TF: O período entre 2011 e 2015, apesar das variações de aumento a partir de 2012, mantiveram os registros inferiores a 2010. Entretanto, em 2016 e 2017 foram registrados os maiores registros de homicídios dolosos no Estado. Obviamente que, tanto para o aumento quanto para a redução, múltiplas causas atuam no fenômeno da criminalidade, sobretudo em relação ao homicídio doloso.

Pesquisador: Quais são as principais causas afetam o homicídio doloso?

TF: Algumas questões precisam ser consideradas no delineamento da trajetória do homicídio doloso na série histórica de 2010 a 2018, como fatores que influenciaram a atuação do Estado no enfrentamento da criminalidade, como a dificuldade de manter o acompanhamento sistemático das ocorrências criminais em sintonia com o imediato emprego das forças policiais, assim como a desproporção dos efeitos temporais entre as ações de prevenção social (de médio e longo prazo) e as de natureza eminentemente policiais (mais imediatas). Além disso, é fundamental lembrar que, ao longo do enfrentamento da criminalidade levado a efeito pelas forças policiais paraenses, variáveis de natureza política têm influenciado a trajetória da violência no Pará e criado determinados períodos críticos, notadamente durante os processos eleitorais municipais e estaduais. Com o primeiro ano de cada gestão governamental do estado marcado por redução, equilíbrio ou ligeiro aumento das ocorrências criminais, no segundo ano, principalmente no segundo semestre, devido ao processo eleitoral municipal, o sistema de segurança começa a enfrentar dificuldades no desenvolvimento de suas ações, situação que tende a se agravar no último dos quatro anos, quando ocorrem as eleições estaduais. Apesar de esse quadro merecer um estudo ainda mais aprofundado, o que se percebe, no início de cada gestão, é a maior motivação e o conseqüentemente engajamento das forças policiais no enfrentamento, em uma fase sem grandes interferências nos trabalhos, como movimentos reivindicatórios dos policiais e processos políticos eleitorais. É a fase de gestão em que o ambiente é favorável ao desenvolvimento das ações. É o chamado “ano limpo”, propício para a execução de medidas estruturantes e o momento de se buscar o maior empenho e o melhor resultado possível por todos os integrantes do sistema.

Pesquisador: Então, a política partidária e o processo eleitoral pesam sobre a segurança pública?

TF: Sim. Por outro lado, os movimentos reivindicatórios (sem a pretensão de questionar suas legitimidades), dependendo de sua abrangência e adesão, em alguns casos, repercutem no trabalho do sistema de segurança pública, o mesmo ocorrendo durante os processos eleitorais, sobretudo na eleição para cargos estaduais, que dividem as atenções dos servidores públicos, trazendo reflexos inevitáveis às ações executadas no cotidiano do enfrentamento da criminalidade.

Pesquisador: Como lidar com essas questões que se repetirão, periodicamente?

TF: É importante que o sistema elabore estratégias considerando essas variáveis, a fim de neutralizar os seus efeitos sobre o desempenho das forças policiais e, por conseguinte, nos índices da criminalidade nos referidos períodos críticos. Não obstante os esforços que certamente serão empreendidos pelo SIEDS/PA, há uma questão que precisa ficar muito clara: a missão de enfrentamento da criminalidade

continuará sendo muito difícil, pois grande parte dos fatores que atuou na trajetória dessa criminalidade e a influenciou permanece atuando e tende a continuar influenciando-a nos próximos anos.

Pesquisador: Como replicar o sucesso do quinquênio 2011-2015, no enfrentamento ao homicídio doloso?

TF: No âmbito específico da segurança pública, esse cenário exigirá não apenas investimentos de natureza estruturante, mas também análises permanentes da situação da criminalidade nas diversas regiões do estado para o emprego imediato das medidas adequadas, no contexto de uma postura eminentemente proativa, além da união de esforços por meio do planejamento e execução de ações policiais integradas. A dinâmica dos acontecimentos na área da segurança pública exige a observação, a análise e a interpretação permanente dos fatos e situações relativos à criminalidade. Uma estratégia policial de sucesso adotada em um mês ou em um ano pode não mais surtir o mesmo efeito no mês ou ano seguinte. Por isso, a importância desse acompanhamento não se tornar mera rotina burocrática, descontextualizado da realidade criminal nos seus diversos aspectos. Pela complexidade que envolve as ações de enfrentamento da violência em suas variadas formas, não se trata apenas de “tocar o barco” na gestão da segurança pública, mas da adoção de postura proativa, procurando se antecipar a fatos e situações que, muitas vezes, exigem uma verdadeira reinvenção de estratégias de enfrentamento, seja de prevenção social ou de ação policial.

* * *

Anexo T - ENTREVISTADO V: corregedor geral da PMPA coronel Albernando Silva (25 jul. 2019)
Transcrição (revisada) da entrevista aberta sobre a letalidade policial no Pará com autoridades do estado, gravada em arquivo de áudio.

Realizada no gabinete do coronel, na Corregedoria Geral da PMPA, 25/07/2019, das 10:30 às 11:10h.

Albernando Silva (AS): Sou o Coronel Albernando Monteiro da Silva, nome de guerra Cel. Albernando, estou na função de Corregedor Geral da Polícia Militar há dois anos e quatro meses, sou bacharel em direito e também tenho como curso de formação de oficiais – outro curso superior que é reconhecido pelo MEC atualmente – e sou pós-graduado tanto nas Ciências Jurídicas como tenho mestrado em Defesa Social, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA.

Pesquisador: Na parte da vivência operacional, fale um pouco do seu currículo.

AS: Eu trabalhei muitos anos no interior, já tenho praticamente quase 100% da minha atividade no interior e trabalhei também na operacionalidade, mas eu passei muito tempo da minha vida trabalhando com umas missões especial da PM, 11 anos no total e tenho também um longo na própria Corregedoria. Trabalhei como Capitão, Major e agora retornei como Corregedor, passei praticamente quase nove anos na Corregedoria Geral da Polícia Militar.

Pesquisador: O entrevistado foi esclarecido do propósito desta entrevista que vai subsidiar a pesquisa intitulada Sangue nos olhos de doutorado realizado na UNB, ele tem total entendimento do que se trata e consente que ela seja usada como material. Bom, a primeira questão é relativa a uma conversa anterior que tivemos que tratou do duplo processamento dos casos de homicídio que envolvem, é supostamente atribuído a ação de polícias militares, eu gostaria de conversar um pouco sobre isso.

AS: Ok! É importante frisar que a Justiça Militar do Estado em razão da modificação pela Emenda Constitucional 45, mas muito antes, lá em 1996 pela mudança, precisamente do Art. 82 do código processo penal perdeu a competência de julgar os polícias militares quando cometem crimes dolosos contra a vida, contra civil em decorrência da atividade policial militar, e a partir desse momento, pesquisas foram feitas principalmente pesquisas com caráter de formação de tabelas, gráficos e etc.. e demonstrou que os policiais militares a partir de 96 com as mudanças da lei. Eles foram julgados e agora pelo tribunal do júri não mais pela justiça castrense estadual e a justiça civil no termo do júri, os números apresentados, demonstram que ela julga num período muito maior, a gente tem um exemplo, inclusive como é público, podemos falar que é o caso do tenente negrão, da polícia militar do Pará que cometeu homicídio em 2007, foi julgado em 1ª instância em 2017 pelo Tribunal do Júri dez anos depois, demonstrando aí que a justiça realmente nesse ponto se tornou muito lenta e também as decisões foram menos gravosas, as sentenças foram mais brandas, a justiça militar demonstrava então ser mais rigorosa. Mas foi opção político legislativo ideológico do momento aí dos representantes do povo brasileiro no Congresso Nacional. Pois bem, então o Código Penal Militar ficou por muito tempo e com a mesma previsão contida desde a sua entrada em vigor foi em 1969. Quando foi em 2017, houve uma mudança, essa mudança ocorreu através da Lei 13.491/2017 que modificou o Art. 9, Inciso II do Código Penal Militar. Essa modificação foi em decorrência muito de se atingir aí, principalmente a forças armadas como trabalho em LGO da garantia da ordem, mas ela repercutiu muito forte nas polícias militares brasileiras e quem fez a proposta dessa modificação legal que depois se tornou lei foi o na época deputado Esperidião Amin que também foi Governador de Santa Catarina, ou seja, ele conhece as estruturas do Estado, ele conhece a estrutura policial militar e era sabedor que isso ia tocar nas instituições policiais militares brasileiras. Então não foi como muitos dizem a foi por tabela que isso atingiu os policiais militares não. O deputado Esperidião Amin era bem sabedor disso, entrou com o projeto de lei, ele fez com que isso atingisse também as polícias militares. E o que ocorreu com essa modificação legal? Ocorreu que antes pro crime ser militar e ser julgado pela Justiça Militar, ou seja, o Promotor Militar denunciar o Juiz militar então processar, julgar e sentenciar, necessariamente o crime teria que está previsto no Código Penal Militar, essa é a primeira premissa. Vou citar um exemplo, prático para que se possa entender... Uma guarnição da Polícia Militar antes da modificação da lei, ela estando de serviço, fardada, armamento da unidade, ela por alguma razão prendeu uma pessoa e cometeu um desvio de conduta no sentido de levar para dentro de um quartel da PM, ou seja, um local sujeito de administração policial militar a essa pessoa impôs um sofrimento físico cruel com

a intenção de obter confissão. Ela em tese teria praticado o crime de tortura. Antes dessa modificação a Justiça competente para julgar e logicamente que a polícia competente para investigar seria a civil e não a militar porque teria cometido crime civil. Ah, mas ele não está de serviço? Com a arma do quartel? Não está escalado? Mas, o crime de tortura não está previsto no Código Penal Militar. Hoje com a modificação isso alterou. Essa guarnição ela teria necessariamente que ser julgada pela Justiça Militar e volto a frisar, com o menor tempo e com rigor muito maior que os números demonstram isso. E nesse caso agora atraiu a competência da polícia judiciária militar também nesse sentido. Então ampliou o rol de crimes militares. Isso não há discussão, o sistema todo entendeu dessa forma e já estão cientes de todo esse novo procedimento que a meu ver, é adequado a necessidade da sociedade em ter uma resposta mais rápida, por uma justiça especializada que o controle tem mostrado eficaz. O problema se está quando ocorre crime doloso contra a vida especificamente. Porque o crime doloso contra a vida pelo novo Mandamento Constitucional e pela mudança do Art. 82 do Código Processo Penal Militar ele é processado e julgado pelo Tribunal do Júri. Então como a constituição é lei maior temos que obedecer ao texto constitucional. Só que tem um detalhe nesse sentido, a investigação desse crime é que fez com que nós criássemos aqui em 2017, uma Instrução Normativa regulando e determinando que a polícia da justiça militar através dos seus oficiais exercesse a investigação e feito todo o inquérito e encaminhamento para justiça competente. Só que o Ministério Público, especificamente o de Marituba que foi o precursor disso, ele foi o protagonista nesse sentido, ele solicitou e representando o Órgão Ministerial de modo geral, uma reunião e disse assim, olha isso aí esta nos atrapalhando, e nós não tínhamos percebido o porque que estaria nos atrapalhando no Órgão Ministerial, “né!”? Porque os nossos inquéritos policiais militares estavam sendo direcionados como manda a lei ao Juiz Militar. O juiz Militar apreciaria e quando ele percebia esse crime doloso contra a vida ele encaminharia para a justiça comum. Mas esse lapso temporal em tese chegava há uns três meses e isso estava impossibilitando o Ministério Público e podia imediatamente tomar as medidas de lei que a ele são outorgadas aí, também pela própria Constituição e pelas Leis específicas que regem o órgão. E eles tinham razão nesse ponto, então a reunião foi com a Polícia Civil e o que ficou então decidido é que as agências, vamos dizer nesse sentido, polícia militar e a polícia civil investigasse o crime e colaborassem entre si para a investigação. A meu ver foi aperfeiçoado e ficou melhor e isso fez com que nós modificássemos, foi uma recomendação do Ministério Público, a Normativa nº 001/2017, parágrafo 4. Revogamos dispositivos da antiga norma que regia essa investigação de crimes dolosos contra a vida e aperfeiçoamos no sentido de que agora as duas agências investigam mas elas não concorrem, muito pelo contrário, elas colaboram. Tanto é verdade que a Polícia Militar agora, quando se envolve num crime doloso contra a vida obrigatoriamente leva a autoridade de polícia judiciária civil todo o fato. O delegado então que é autoridade da polícia civil, ele vai fazer todos os pedidos de perícia, ele vai ao local do crime, ele vai fazer o inquérito e também autoridade da Polícia Militar é outra agência, ela pega cópia desses procedimentos verifica se precisa complementar, se precisar complementar ela pede outras perícias e também termina seu inquérito e encaminha para a justiça militar. Até porque outros crimes militares podem estar conexos, como extravio de munição, como perda de armamento que pode caracterizar peculato da justiça militar com penas muito duras. Então esse aperfeiçoamento com as duas agências investigando, a meu ver levou uma maior garantia à sociedade até ela poder estar representada não só com uma investigação única, exclusiva. Essa exclusividade normalmente mostra atribuições de desvio. É uma agência colaborando com a outra para a investigação do crime quando esse crime logicamente existir. Quando não for acobertado. Por isso tem que ser algo muito sério, muito delicado, mas tem que ser feita a investigação de forma técnica e correta. Então por isso as duas agências investigam e existem em tese essas duas investigações somente para os crimes dolosos contra a vida.

Pesquisador: Perfeito! Bom, outra questão que eu gostaria de abordar é a sua opinião sobre os impactos das transformações estruturais e estruturantes que foram promovidas nesse processo de reforma da segurança pública que foi muito forte aqui no Estado que foi a política de integração, mas no amplo sentido que esta sendo promovido em todo o País após a abertura política nesses trinta anos aí Então, de que forma isso tem interferido nas relações interpessoais no seio da corporação, em especial, no tocante a disciplina e a hierarquia? E se de algum modo essas mudanças positivas também têm reflexos em possíveis desvios de conduta?

AS: Perfeito! Primeiramente, temos que ter a leitura e noção de que o policial militar pela própria outorga aí constitucional no Art. 44, de ser polícia ostensiva, preventiva e o número muito alto de Polícia Militar no Brasil todo, e além do que são agentes públicos que em tese também monopolizam o uso da força, são autorizados a utilizar força para combater o crime e outras atividades ilícitas. Não se pode fugir do prisma de que eles têm que possuir fortíssimos controles. Os controles têm que ser muito fortes para não ocorrer desvios, não ocorrer atitudes ilícitas, formação de organizações criminosas e outras situações que se esses controles fortes e eficazes não estiverem presentes a história aí recente de um passado distante, demonstram que vai ocorrer esse tipo de procedimento. Mas estes procedimentos de fortes controles têm que ser legais, tem que estar previstos em lei. Até porque senão a autoridade do Estado vai ultrapassar seus limites e aí terão outros abusos e nesse sistema de freios e contra peso e nessa razoabilidade de equacionar tudo isso, nós temos então a atuação de órgãos de controles atuais tanto externos como internos a instituição e que exerce os controles. Porém, nesse sentido todo de mudança, a gente tem que entender que a mudança política que ocorreu desde o início da década de 80, ela se fortaleceu muito em razão da promulgação da constituição de 1988. É uma instituição garantista e que prevê por exemplo do seu Art. 5 aí que todos os brasileiros e estrangeiros residentes do País tem o direito de quando serem acusados, tanto em processos administrativos como judiciais a ser possibilitados a eles ampla defesa em contraditória, então os processos administrativos instaurados pelas autoridades administrativas ou os processos judiciais que tem em tese início quando penais civis ai pelos advogados tem que ser garantida para ampla defesa e contraditório e o conceito assim bem raso mas que da para entender desses dois dispositivos, ampla defesa é a possibilidade da pessoa acusada trazer ao processo tudo que interessa a sua defesa e que a lei autoriza e o contraditório tem o conceito basilar da pessoa que está sendo acusada conhecer dessa acusação e poder reagir. Então a Constituição foi promulgada em outubro de 1988, mas deixou bem claro que ela não entrou instantaneamente na instituição. Até verdade que na década de 90 a gente tem casos ainda de policiais militares sendo excluídos da corporação sem a garantia da ampla defesa em contraditório. Através se consideramos uma sindicância simples inquisitiva, que não tinha essa possibilidade de estes dois institutos eram suficientes para excluir policiais militares que cometiam algo ilícito. Essas exclusões quem em tese interessavam para o controle da disciplina, mas que na verdade não seguiam os mandamentos legais e por isso eram nulos de pleno direito e também se constituíam desvio de conduta para poder justificar o outro. Então com o passar do tempo e com a atuação de advogados especializados que se constituíram nessas associações dos policiais militares, varias associações formaram seus quadros jurídicos e com essa ação dessa sociedade seguir organizada, fez com que a Instituição se modificasse, e com o passar do tempo se aperfeiçoasse, tanto assim que adotou atos infra legais com a formação da Corregedoria da Polícia Militar só para citar exemplo, ela tem 26 anos de existência, ou seja, ela foi construída por atos infra legais, mas depois em 2006 apenas é que ela foi constituída legalmente. Muitos comandos se passaram para que se pudesse a instituição Polícia Militar pudesse se organizar essa realidade do Estado do Pará que não foge a realidade brasileira. Então, a meu ver isso possibilitou com certeza que nós nos enquadrássemos a esse espírito garantista da nova constituição que ela realmente foi um texto e que vamos dizer assim enfrentou muito o que antes ocorria que na verdade era um aspecto autoritário e um pouco de abuso ocorrido pelo sistema anterior. Mas que ela ampliou de uma maneira tão expressiva que realmente as instituições não conseguiram caminhar no sentido de imediatamente aplicar. Mas hoje nós temos com certeza, não adotamos nenhum ato, não adota-se mais nenhum ato, por exemplo demissionário ou mesmo de qualquer outra sanção disciplinar que é previsto no nosso Estatuto Disciplinar com o nosso código de ética que não esteja submetido a ampla defesa em contraditório e mais, com a emenda 45 da Constituição Federal que eu citei agora a pouco, de 2011. Ela deu poderes a justiça militar dos Estados para que elas pudessem julgar as ações contra atos disciplinares. Então hoje a justiça militar dos Estados, todos Estados brasileiros elas se substanciam nas justiças competentes para apreciar atos disciplinares. Então qualquer ato administrativo praticado por autoridades administrativas policial militar que não estejam amparados nas leis e na constituição, o advogado policial militar e ele consegue reverter, consegue anular e isso acontece até os dias de hoje, uma falha no processamento, numa citação, ou numa intimação mal feita, um prazo que não foi observado de um advogado. Ou seja, se tornou então muito técnico, e essas relações interpessoais a partir de então com esse novo olhar garantista, eles com certeza

fizeram com que a meu ver houvesse uma perda de controle muito imediato da disciplina. Então nós vivemos hoje uma realidade de formação, de organizações criminosas envolvendo inclusive integrantes da própria Polícia Militar, e para justamente combater isso, a um projeto de lei que vai ser votado talvez ainda esse ano na assembleia legislativa do Estado do Pará, modificando um texto desse código de ética de 2006 também aperfeiçoando seus controles, dando uma celeridade e uma agilidade porém observando os Mandamentos Constitucionais para que e a gente possa restabelecer então uma disciplina mais adequada, para que esses controles sejam mais rígidos em razão disso com certeza a sociedade ficará muito mais guarnecida.

Pesquisador: Algumas pesquisas que foram realizadas recentes sobre a letalidade da capital, sobretudo apontam que neste mesmo período, em que estas reformas foram sendo implementadas, ocorreu na região Norte e no nosso caso pontual, no Estado do Pará uma modificação sensível no perfil da criminalidade violenta com a vinda das rotas de tráfico internacional, o fortalecimento das rotas aqui na região e não apenas destinadas a circulação, mas também ao próprio comércio local de entorpecentes. E essas quadrilhas que vieram do sudeste para cá, elas modificaram esse cenário da criminalidade e passaram a cooptar e exercer pressão sobre o trabalho dos policiais. Você concorda com isso? Isso tem sido sentido na Corregedoria?

AS: - Sim. Com certeza! As investigações que foram feitas eu infelizmente não posso me adentrar e falar mais sobre elas porque algumas estão em segredo de justiça enquanto estão sendo investigadas, mas demonstram que em alguns aspectos, vamos dizer dessa forma, um estreitamento de relações ilícitas aí e que envolvem muita prática, e principalmente do tráfico de drogas que tem um viés de ser um crime que envolve uma economia muito forte ilícita, mas que atrai aí policiais desviantes, então isso foi sentido com certeza. Agora o impacto disso, o problema também se encontra nessa opção Política Legislativa Brasileira que foi de dicotomia policial. Então o tráfico de drogas cometido se quer nacionais e internacionais eles necessariamente tem que ser investigados pela polícia judiciária, ou seja, pela Polícia Civil ou pela Polícia Federal. A Polícia Militar em si ela não tem esse poder de investigação de crime comum. Tem o poder de investigar em crimes militares e isso faz com que a própria instituição ela só consiga investigar quando seus agentes estão envolvidos, mas normalmente é pontual e infelizmente não abrange toda a estrutura que esse crime ele demonstra, ele está bem demonstrado aí em livros, documentários, produção científica, ou outros meios, tem demonstrado modus operandi, como esse envolvimento ocorre e como isso abrange a instituição.

Pesquisador: Os policiais que majoritariamente estão envolvidos nesses crimes eles são de que círculo hierárquico? Tem registrado muitos oficiais, praças? Porque quando eu analisei os crimes do passado, dos históricos da corporação, eu percebi primeiro, um protagonismo dos comandantes de guarnição, crimes aconteceram, mas eles eram em geral protagonizados pelos sargentos e tenentes, comandantes da guarnição. E os números de hoje apontam majoritariamente a participação de cabos e soldados, também de graduados e oficiais, mas majoritariamente de cabos e soldados que trabalham nas guarnições, o que faz supor uma maior autonomia um afastamento dos comandos dos superiores hierárquicos. Isso é percebido também aqui na Corregedoria ou como é que vocês enxergam isso?

AS: Essa avaliação é correta e isso vai ao encontro da segunda pergunta que foi feita na questão das garantias que foram asseguradas e creio eu que isso fez com que já que se perdeu aquele controle muito forte que existia no passado e isso repercutiu com certeza inclusive no modus operandi do crime. Porque o modus operandi do crime tem também sua hierarquia, nós tivemos aí um inquérito muito forte que desvendou uma milícia na capital do Estado, onde um cabo da Polícia Militar, um praça ele era o, vamos dizer assim, o chefe dessa milícia e organizava o crime, fazia a equipe de segurança, a equipe financeira, tinha equipe da relação inclusive com advogado e etc...

Pesquisador: E comandava até superiores?

AS: Não, nesse caso não tinha.

Pesquisador: Por exemplo, sargentos.

AS: Sim, tinha. Tinha um subtenente inclusive. Que era superior a ele. Mas não tinha oficial nesse crime que nós investigamos. Não tinha oficiais.

Pesquisador: Então, no caso a hierarquia da corporação não se reproduzia na organização criminosa?

AS: Perfeito! Não se reproduzia. Ele era um cabo mais novo e tinha um poder aí de liderança muito forte e isso com certeza creio eu que é reflexo do que a instituição hoje vive, também uma certa crise

de autoridade que está tentando ser solucionada não só pela formação pelo aprimoramento, mas também pela mudança legal, “né!”? Para corrigir esse problema que volto a dizer que por mais que a própria sociedade de uma forma entenda ou não autorize, não tolere, vamos dizer assim uma questão de um controle de uma autoridade mais rígido, mas para instituição Polícia Militar isso é importantíssimo justamente porque os agentes são que utilizam o uso da força autorizado pela lei e o uso da força armada. Então a própria sociedade precisa desse estoque de controle para ser assegurada.

Pesquisador: Bom, só para a gente encerrar, pelas pesquisas das penas aplicadas ficou evidente que os policiais que são identificados atuando dessa forma criminosa, sobretudo ligada a grupos de extermínio e milícias eles foram severamente punidos, as penas inclusive são altas, pena 120 anos, 90 anos, 60 anos, mas isso contrasta com elevado número de mortes por intervenção policial e conversando com o Promotor ele me informou que todos os processos, todos os inquéritos que foram instaurados sobre esse prisma, todos foram arquivados, essa realidade ela é conflitante quando a gente usa outros indicadores para avaliar se há excesso ou não. Então por exemplo se a gente só cruzasse o número de civis mortos no Estado com o número de policiais mortos pra ver um possível equilíbrio nesse possível confronto, não que se queira que o policial militar morra para poder justificar a morte de um agressor, mas a proporção ela alcança 222 vezes mais mortes que policiais, resumindo esse controle dessas mortes que consegue se respaldar processualmente, ele é entendido como limitado ou na verdade a realidade é essa e é incontestável?

AS: Isso aí, o autor da letalidade policial, a meu ver é muito importante.

Pesquisador: Em serviço?

AS: Muito importante, e, por exemplo, uma grande mudança ao meu ver muito acertada foi justamente tentar e conseguir o término dos autos de resistência, porque os autos de resistência eles por si só se bastavam, então o policial militar, uma guarnição da Polícia Militar intervia em qualquer situação desse termo de ocorrência resultava um homicídio, resultava um enfrentamento, atingindo uma pessoa fatalmente, fazia-se resistência e podia acabar, não ia pra frente mais nada. Não existia uma investigação. Hoje não, a grande modificação desse sentido.

Pesquisador: Qual o período, mais ou menos?

AS: Não sei precisamente, mas pode pesquisar e achar. Eu acho que mais ou menos na década de 90. Acho foi um movimento no Brasil todo, inclusive no Congresso Nacional e repercutiu muito forte no Estado do Pará também. Porque foi uma mudança no processo penal, então uma lei da união entendeu?! Porque hoje em dia qualquer tipo de letalidade ela obrigatoriamente se torna inquérito, ou seja, há uma investigação e como a primeira pergunta ficou bem demonstrado, aqui no Pará nós temos duas investigações, ou seja, duas agências independentes uma da outra e que colaborando uma com a outra investigam esse tipo de ação, mas isso, volto a frisar me parece que não está sendo o suficiente para frear essa letalidade policial, e a gente tem realmente que junto com a sociedade civil organizada, nós temos um exemplo aqui do Conselho de Segurança do CONSEP que teve vários representantes, inclusive as ouvidorias, a defesa dos direitos humanos e outras representadas lá e que todas as terças-feiras se debruça aí debatem junto com os agentes que chefiam as estruturas dos estágios de segurança, se debruçam e debatem dessa forma. E não é algo fácil de conter, porque a alegação é que os policiais militares estão expostos, estão morrendo, e isso é uma verdade. Nós temos uma letalidade também por ser policial, uma vitimização muito forte, não só em serviço, mas muito mais quando o policial está de folga. Ou seja, em razão dele ser policial militar e já com inquéritos civis que comprovaram que alguns policiais foram mortos porque a pessoa queria crescer na hierarquia do crime e isso demonstrava esse [inaudível]... baleamento do policial para criar essa ascendência ou mesmo o perdão de dívidas em razão do tráfico etc., então, é algo muito sensível e os policiais militares também a gente não pode negar, vamos dizer assim nesse contexto de interdisciplinaridade a questão biológica, ele é ser humano, é policial e uma forma em tese não justificaria mas é esse temor em geral que existe que causa as vezes até uma histeria na própria instituição e eu acho que o termo mais adequado esse medo latente que se tem de perder a vida, ou seja, isso é algo que se tem de debruçar mesmo, se estudar e ver como se controlar a criminalidade e ao mesmo tempo baixar a letalidade.

* * *

Anexo U - AMOSTRA DAS ENTREVISTAS: relatos de vida sobre experiências concretas da ação letal

Tabela 36 – Amostra de policiais paraenses entrevistados.

No.	Nome/ <i>Pseudônimo*</i>	Organização policial	Ano de ingresso	Posto/ Graduação	Mobilidade (unidades policiais onde trabalhou)	Situação (em 2019)	OPM atual
1	-	PMPA	2014	Soldado	Batalhão de área	Ativa	BPOT
2	-	PMPA	2012	Soldado	Batalhão de área	Ativa	BPOT
3	-	PMPA	2013	Soldado	Batalhão de área	Ativa	BPOT
4	-	PMPA	2014	Soldado	Batalhão de área	Ativa	BPOT
5	-	PMPA	2014	Soldado	Batalhão de área	Ativa	BPOT
6	-	PMPA	2013	Soldado	Batalhão de área	Ativa	BPOT
7	-	PMPA	2012	Soldado	Batalhão de área	Ativa	BPOT
8	-	PMPA	2013	Soldado	Batalhão de área	Ativa	BPOT
9	-	PMPA	2013	Soldado	Batalhão de área	Ativa	BPOT
10	-	PMPA	2013	Soldado	Batalhão de área	Ativa	BPOT
11	-	PMPA	2013	Soldado	Batalhão de área	Ativa	BPOT
12	-	PMPA	2014	Soldado	Batalhão de área	Ativa	BPOT
13	-	PMPA	2013	Soldado	Batalhão de área	Ativa	BPOT
14	<i>Juliet</i>	PMPA	2000's	Soldado	Batalhões de área	Ativa	BPOT
15	<i>Bravo</i>	PMPA	2000's	Soldado	Batalhões de área	Ativa	BPOT
16	-	PMPA	1994	Cabo	CIOE	Ativa	BPOT
17	-	PMPA	2009	Cabo	Batalhões de área	Ativa	BPOT
18	-	PMPA	2008	Cabo	Batalhão de área	Ativa	BPOT
19	-	PMPA	1998	Cabo	Batalhão de área, CIOE, BPCHOQ	Ativa	BPOT
20	-	PMPA	2008	Cabo	Batalhões de área	Ativa	BPOT
21	-	PMPA	1998	Cabo	Batalhões de área	Ativa	BPOT
22	-	PMPA	2008	Cabo	Batalhão de área, BPE	Ativa	BPOT
23	-	PMPA	2008	Cabo	Batalhão de área	Ativa	BPOT
24	-	PMPA	2005	Cabo	Quartel do Comando Geral	Ativa	BPOT
25	-	PMPA	2009	Cabo	Batalhões de área	Ativa	BPOT
26	-	PMPA	2010	Cabo	Batalhão de área, BPCHOQ	Ativa	BPOT
27	-	PMPA	2008	Cabo	Batalhões de área	Ativa	BPOT
28	-	PMPA	1998	Cabo	Batalhão de área, CIOE, BPE	Ativa	BPOT
29	-	PMPA	2008	Cabo	Batalhão de área	Ativa	BPOT
30	-	PMPA	1998	Cabo	Batalhões de área	Ativa	BPOT
31	-	PMPA	2008	Cabo	Batalhão de área, CIOE, BPE	Ativa	BPOT
32	-	PMPA	2005	Cabo	Batalhões de área	Ativa	BPOT
33	-	PMPA	2005	Cabo	Batalhão de área, QCG	Ativa	BPOT
34	-	PMPA	2009	Cabo	Batalhão de área	Ativa	BPOT
35	-	PMPA	2008	Cabo	Batalhão de área	Ativa	BPOT
36	-	PMPA	2010	Cabo	Batalhão de área	Ativa	BPOT
37	-	PMPA	1992	Sargento	Batalhões de área	Ativa	BPOT
38	-	PMPA	1992	Sargento	Batalhões de área	Ativa	BPOT
39	-	PMPA	1997	Sargento	CME	Ativa	BPOT
40	-	PMPA	1994	Sargento	Batalhões regular	Ativa	BPOT
41	<i>Oscar</i>	PMPA	1990's	Sargento	CIOE, BPCHOQ, BPE	Ativa	BPOT
42	-	PMPA	2010	Tenente	Batalhão de área	Ativa	BPOT
43	-	PMPA	2010	Tenente	Batalhão de área	Ativa	BPOT
44	-	PMPA	2008	Capitão	Batalhões de área	Ativa	BPOT
45	-	PMPA	2008	Capitão	Batalhão de área	Ativa	BPOT
46	-	PMPA	2000	Major	Batalhões de área	Ativa	BPOT
47	<i>Charlie</i>	PMPA	1990's	Cabo	CIOE, BPOT	Ativa	Batalhão de área
48	Vilmar	PMPA	1994	Sargento	Batalhão de área, CIOE, Casa Militar	Ativa	QCG/TJE
49	Juan	PMPA	1994	Sargento	Batalhão de área, CIOE	Ativa	CIOE
50	-	PMPA	1984	Subtenente	Batalhões de área, PATAM, BPOT	Reserva	-
51	<i>Romeo</i>	PMPA	1990's	Ten Coronel	Batalhões de área, CIOE, BPOT	Reserva	-
52	<i>Lima</i>	PMPA	2000's	Soldado	Batalhão de área, BPOT	Excluído	SEAP
53	-	PMPA	1990	Soldado	Batalhões de área	Excluído	SEAP
54	-	PCPA	2010	Investigador	NIP/PCPA	Ativa	DG/PCPA
55	<i>Victor</i>	PCPA	2000's	Delegado	DPE Homicídios	Ativa	DG/PCPA

Fonte: Elaboração do autor, reproduzindo HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006, p. 95.

* Estão identificados apenas os entrevistados com histórias de vida selecionadas. Os pseudônimos (escritos em *itálico*) foram baseados no código fonético internacional.

Legenda: NIP – Núcleo de Inteligência Policial; DG – Delegacia Geral; DPE – Delegacia de Polícia Especializada

Anexo V - ROTEIRO DA ENTREVISTA com policiais paraenses sobre ação letal

Apresentação geral da pesquisa ao entrevistado e solicitação do consentimento expresso para realização da entrevista, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Origem familiar (infância/adolescência)

1. Onde nasceu
2. Composição da família
3. Considerações sobre a infância/adolescência e o local onde foi criado
4. Envolvimento em brigas
5. Vivência de fato violento (pessoal ou de parentes/amigos) na infância/adolescência do entrevistado
6. Contato com armas de fogo

Trajatória Profissional

1. Empregos anteriores à PM
2. Ingresso na polícia (data, motivação, expectativas)
3. Experiência do treinamento na Academia
4. Especializações
5. Unidades em que já trabalhou (incluindo a atual)
6. Principais funções exercidas
7. Promoções, premiações e punições
8. Principais qualidades e defeitos como policial
9. Grau de Satisfação com o trabalho na PM
10. Relacionamento com os outros policiais (dentro e fora da polícia, de outras organizações policiais)
11. Exercício de outra atividade complementar (estudo, comércio, prestação de serviço, bico)
12. Sofre ou sofreu algum tipo de consequências negativas para sua saúde em função do trabalho policial (insônia, ansiedade, angústia etc.)

Adoecimento laboral

1. Sensações e emoções mais frequentes (insônia, angústia, medo, raiva, dor, desânimo)
2. Experiências de adoecimento em decorrência do trabalho
3. Considerações sobre o apoio institucional ou fora da polícia
4. Relato de efeitos colaterais do trabalho sobre o policial, família, amigos

Envolvimento em Ocorrências Letais

1. Em quantas ocorrências com resultado de morte já se envolveu
2. Quando foi a primeira? Como foi? Quantos policiais estavam com você? Eram colegas de guarnição?
3. Quando foi a última? Como foi? Quantos policiais estavam com você? Eram colegas de guarnição?

4. Depois de uma ocorrência com morte, como ela é formalmente registrada? O que acontece na unidade depois desse tipo de ocorrência?
5. Depois de ocorrências com resultado de morte, recebeu algum apoio da instituição? Dos colegas?
6. Essas ocorrências beneficiaram ou prejudicaram você de alguma forma?
7. O treinamento policial que você recebeu teve um impacto positivo ou negativo nessas ocorrências com resultado de morte?
8. Essas ocorrências com resultado de morte tiveram algum impacto na sua família?
9. Essas ocorrências com resultado de morte tiveram algum impacto na corporação? Na sociedade?
10. Você já fez prisões de suspeitos? O que faz a diferença entre as ocorrências que acabam em prisão e as que acabam em morte?
11. Já perdeu algum colega assassinado? Que sentimentos isso desperta? Sentimento de vingança?

Guarnição de serviço

1. As ocorrências com resultado de morte que participou foram sempre com os mesmos colegas?
2. Você comanda sua guarnição? Como você avalia o seu comandante ou como você acha que os outros te avaliam enquanto comandante?
3. Como você se sente em relação aos colegas da guarnição? Da unidade? Sente-se apoiado?
4. Essas ocorrências tiveram algum impacto na guarnição? Na unidade? Na PMPA?

Perfil

1. Idade aproximada
2. Estado civil
3. Filhos
4. Escolaridade
5. Religião ou culto. Participa nos cultos com qual frequência?
6. Preferência esportiva
7. Considerações sobre o local onde mora atualmente (área de risco?)

Agradecimentos. Encerramento da entrevista.

(Registro de considerações do entrevistador sobre aspectos do comportamento do entrevistado durante a realização da entrevista)



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Doutorado - Edital no. 1/2014

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Convidamos vossa senhoria a participar voluntariamente da pesquisa de doutoramento em sociologia, sob a responsabilidade do pesquisador Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto, intitulada “Sangue nos olhos”. A pesquisa está qualificada junto ao programa de pós-graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, sendo orientada pelo Professor Doutor Arthur Trindade Maranhão Costa.

O objetivo da pesquisa é estudar experiências policiais de confronto armado e, especialmente, ocorrências letais, possibilitando maior conhecimento público sobre os dilemas e as limitações que cercam a atividade policial, sobre as condições de exercício da força letal e sobre a relação polícia-sociedade.

A participação se dará por meio de entrevista direta agendada, com um tempo estimado de duas horas para sua realização. O tempo da entrevista poderá ser prolongado pelo pesquisador, desde que adequado a disponibilidade pessoal do entrevistado.

Todos os esclarecimentos necessários serão prestados antes e no decorrer da entrevista. O nome do entrevistado será mantido no mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo.

Não há riscos decorrentes da participação na pesquisa!

É possível se recusar a responder qualquer questão que traga constrangimento ou desistir de participar da pesquisa em qualquer momento.

A participação é livre e valiosa!

Ao consentir em participar, o entrevistado estará contribuindo com um esforço intelectual direcionado a maior compreensão da violência que cerca a atividade policial e que almeja contribuir de algum modo para sua redução. Indubitavelmente, uma participação com estimada relevância social.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais coletados serão utilizados exclusivamente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos.

Se ainda restar qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor, entre em contato com o professor Arthur Trindade por meio do e-mail: arthurcosta@gmail.com ou com o Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, CEP: 70.910-900, Brasília, Brasil, telefones: 55 (61) 3107-7320/ 55 (61) 3347-3663.

Devidamente esclarecido, caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias; uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o entrevistado.

Belém, PA, ____ de _____ de 2018.

Entrevistado

Pesquisador Responsável
Sandoval Bittencourt de O. Neto

Anexo X - ENTREVISTADO POLICIAL MILITAR: 1º sargento PMPA Vilmar Ribeiro (30 jan. 2018)
Anotações da entrevista semiestruturada sobre experiências concretas da ação letal, gravada em arquivo de áudio. Foi dispensada a confidencialidade do relato.

Realizada em ambiente fora da PMPA, no dia 30/01/2018, das 18:30 às 19:15h.

Identificação do entrevistado

1. 47 anos de idade.
2. Casado.
3. 3 filhos (dois adultos e uma criança).
4. Superior completo.
5. Católico, frequenta a igreja toda semana.
6. Considera o local onde reside perigoso, por ficar próximo a um presídio e a uma invasão. Alguns vizinhos sabem que ele é policial. Teme por seus familiares; um vizinho seu, policial militar, teve o filho espancado por criminosos, que acabaram presos por isso. Já atuou como policial no bairro, uma vez, prendendo um criminoso sem disparar sua arma de fogo.

Considerações sobre a origem familiar (infância/adolescência)

1. Foi criado no interior do Ceará, no sertão. Caatinga. Muito pobre, mal tinham o que comer por vezes. Morava com o pai, mãe e mais sete irmãos.
2. Pai lavrador e mãe dona de casa.
3. Pai trabalhador, rigoroso, não violento. Mãe tranquila e religiosa. Frequentavam a igreja. Sem violência doméstica.
4. Futebol e capoeira, sem violência.
5. Atração/contato com armas de fogo.
6. O vilarejo era muito calmo. Vida tranquila, sem violência. Uma única vez, quando criança, presenciou uma briga de faca entre dois homens, um deles saiu gravemente ferido, mas não morreu.

Trajetória socioprofissional

1. Trabalhou na feira e como segurança de shopping (desarmado), sem ocorrência de violência.
2. Ingressou na polícia em 1994. Almejava um emprego estável. Desconheci o trabalho da polícia, sabia apenas o que a televisão mostrava. Tinha um amigo policial militar que lhe contou aspectos positivos do trabalho; contou também que foi obrigado a reagir a um assalto, no ônibus, atirando no criminoso. Ansioso para conhecer o trabalho policial. Esperava trabalhar apenas aquartelado, durante a formação, mas logo viu que trabalharia nas ruas enfrentando a criminalidade. Não possuía experiência em treinamentos operacionais, antes da PMPA.
3. Sua formação policial inicial foi realizada no CFAP, em Outeiro. Aprendeu a ser disciplinado. Sua formação foi mais voltada para servir a sociedade, a parte operacional foi muito precária. Foi direcionado a trabalhar conforme a lei. Deu apenas 2 tiros de revólver 38. Nos policiamentos, durante o estágio operacional, percebeu excessos. Tomou conhecimento da COE, por meio dos instrutores, e ficou muito interessado em se especializar. Dentre os amigos de formação, alguns raros eram mais exaltados e violentos; esses excessos foram punidos pelos instrutores.
4. 22 anos de serviço ativo na polícia.
5. Promovido a Cabo por bravura em 2001. De Cabo a Sargento em 2011. Recebeu medalhas (em destaque, a de bravura), tem vários elogios funcionais. Não tem punições.
6. Especializado em Operações Especiais da PMPA, Ações Táticas do BOPE/PMERJ, Operações Ribeirinhas do CFN/MB, CQB na TEES Brazil.
7. Trabalhou somente na COE.
8. Principais funções exercidas: time tático, explosivos, e segurança de autoridades.
9. Segurança de Desembargador do TJE.
10. Considera-se vocacionado, sente-se realizado. Sua maior aptidão é o controle emocional. Seu desempenho profissional é reconhecido na instituição. Gostaria de ter se desenvolvido mais na parte operacional.

11. Relaciona-se bem com os outros policiais, dentro e fora da polícia, e de outras organizações policiais. Seus amigos são tranquilos, evita falar sobre violência.
12. Estuda para fazer concurso. Não faz mais bico, considera muito arriscado.

Adoecimento laboral

1. Não tem sensações e emoções que considera anormais. Gosta de um pouco de agitação no trabalho.
2. Não tem experiências de adoecimento em decorrência do trabalho.
3. Recebeu apoio institucional e dos amigos da polícia.
4. Sua família fica preocupada com seu trabalho policial.

Envolvimento em ocorrências letais (experiência pessoal de matar)

1. Participou de muitas ocorrências com risco à integridade física, devido ao trabalho da COE.
2. Tem experiências de confronto armado: emboscada que sofreu na estrada; tentativa de roubo, quando estava de segurança num Bingo, alvejou os dois criminosos nas pernas, prestou socorro, pediu apoio e fez o registro na DP; rebeliões em presídio; missão com a Polícia Federal (em 1997).
3. Tem amigos policiais vitimados. Sente um silêncio profundo quando um amigo policial morre. Acredita que um dia reencontrará o amigo. A vida segue.
4. Duas experiências de uso da força letal. Fez uso de força letal e matou quatro criminosos numa emboscada que sofreu na estrada (detalhou o ocorrido); feriu dois criminosos numa tentativa de roubo, quando estava de segurança num Bingo (detalhou o ocorrido), prestou socorro, pediu apoio e fez o registro na DP.

Sempre que fez uso de força letal, estava consciente de que era necessário. A adrenalina estava alta, não recorda de outras emoções.

Não se sentiu abalado, sente que sua ação foi legítima.

5. Sofreu consequências pela ocorrência letal. Sua família ficou muito abalada com as informações truncadas sobre a emboscada, depois tudo acabou bem e foi até promovido. Não sofreu consequências por ter alvejado os criminosos, no roubo ao Bingo.
6. Recebeu apoio institucional e informal à ação letal, dentro e fora da polícia. É respeitado no meio policial e por autoridades do governo.
7. A ação letal na organização policial é positiva, se não houver excesso, se for para o bem da sociedade. Mas, os policiais e a população não apoiam excessos. Ninguém quer ser conivente com o policial violento, pois pode acabar respondendo junto com ele.

Registro do pesquisador (duração 45 min): emocionou-se ao final; chorou.

* * *

Anexo Y - ENTREVISTADO POLICIAL MILITAR: subtenente da PMPA Juan de Jesus (4 fev. 2018)
Anotações da entrevista semiestruturada sobre experiências concretas da ação letal, gravada em arquivo de áudio. Foi dispensada a confidencialidade do relato.

Realizada em ambiente fora da PMPA, no dia 04/02/2018, das 17:10 às 18:10h.

Identificação do entrevistado

1. 45 anos de idade
2. União estável
3. Um filho criança
4. Mestrado incompleto
5. Católico não praticante
6. Reside atualmente num condomínio fechado. Mudou-se depois que sua moradia anterior foi arrombada. Sentia-se em risco. Sofreu uma tentativa de assalto e reagiu. O fato de ser policial sempre ajudou, nunca sofreu ameaça. Fez rondas com a viatura pelo bairro. Precisou e recebeu apoio da unidade (COE), quando sua casa foi arrombada. Estava viajando.

Considerações sobre a origem familiar (infância/adolescência)

1. Passou a infância em Buenos Aires, morando com seu pai e sua mãe, sem parentes. Foi filho único até os 12 anos. Na adolescência, morou em São Paulo (capital), onde nasceu sua irmã. Visitavam os parentes maternos em Belém.
2. Seu pai era comerciante e sua mãe dona de casa.
3. Recebeu uma criação rígida, seu pai era bem rigoroso, trabalhava muito. Ajudava o pai na produção de mochilas, bolsas etc. Sue pai lhe bateu bastante, mas nada que considere excessivo. Recorda apenas o dia em que seu pai pediu desculpas por ter lhe batido, isso foi incomum. Sua mãe era muito tranquila e não tinha muita voz ativa.
4. Gostava de futebol e skate. Seu pai era faixa preta de karatê, treinou durante 4 anos.
5. Sem contato com armas de fogo.
6. Não possui experiências de exposição à violência, trabalhava ajudando o pai. Brigou apenas duas vezes na rua, mas nada de grave. Lembra do pai brigando na rua, várias vezes. Era bom de briga, mas nada muito violento.

Trajatória socioprofissional

1. Sempre trabalhou com o pai, em casa. Em São Paulo, na banca de jornal do pai. Quando resolveu morar em Belém, sozinho, trabalhou na feira de Marituba, vendeu marmita no Ver-o-Peso até que passou no concurso da PMPA. Teve apoio dos familiares maternos.
2. Ingressou na polícia em dezembro de 1994. Buscava um emprego. Não conhecia a profissão, tinha uma imagem muito ruim dos policiais (violentos, ignorantes e corruptos). Esperava apenas ter uma renda fixa. Não possuía experiência em treinamentos operacionais. Não serviu as FFAA.
3. A formação policial inicial foi realizada no CFAP, durou nove meses. Sua formação foi marcada por muita Ordem Unida e Faxina. Recorda que ficou surpreso com uma matéria direcionada as relações humanas. Poucas aulas de Direito, de Técnica e Tática policial. Fez apenas 2 tiros de metralhadora e 4 de revólver. Conhecia o armamento, pois manusearam bastante, mas quase não dispararam. O ensino teórico das práticas operacionais seguia os preceitos legais, porém na informalidade, as práticas eram muito diferentes do ensinado. Muitos excessos.
4. 23 anos de serviço ativo na polícia.
5. Foi a Cabo em 1998 e a Sargento em 2000. Tem medalhas, elogios e nenhuma punição.
6. Possui especializações táticas realizadas na COE e no BOPE/PMERJ.
7. Está lotado na COE desde que entrou na PM.
8. Segurança pessoal de autoridades e as missões da COE.
9. Casa Militar, Segurança pessoal dos familiares do Governador.

10. O ideal de salvar vidas (lema da COE) sempre foi muito forte para o entrevistado, desde criança quando lia HQ. Considera que tem vocação para o trabalho policial, no exercício da profissão, descobriu suas aptidões: coragem, controle emocional, raciocínio sob pressão. Considera que seu desempenho profissional é pouco reconhecido.
11. Tem bom relacionamento com os outros policiais militares (dentro e fora da polícia).
12. Continua estudando, pretende concluir o mestrado. Faz muitos bicos para complementar sua renda. Fazer bico é bastante arriscado.

Adoecimento laboral

1. Já sentiu diversas sensações e emoções (insônia, angústia, medo, raiva, dor, desânimo), mas nada muito frequente. Acredita que por diversas razões, sobretudo financeiras, mas nada decorrente de operações policiais.
Acha-se mais emotivo por conta do envelhecimento.
2. Não lembra de experiências relevantes de adoecimento em decorrência do trabalho. Apenas acidentes de viatura, surdez temporária por explosão de granada.
Já ficou incomodado por não concordar com a missão que estava realizando (alguma forma de injustiça, que não recorda).
3. Sempre teve apoio institucional, especialmente dos companheiros da unidade.
4. Seus familiares se preocupam com a insegurança veiculada na mídia, nada anormal.

Envolvimento em ocorrências letais (experiência pessoal de matar)

1. Participou de muitas ocorrências com risco à integridade física.
2. Seis experiências críticas de confronto armado, com policiais alvejados na proteção balística. A última faz dois a três anos. Não se sente abalado nos confrontos, permanece calmo.
3. Tem amigos policiais vitimados, mas nunca ao seu lado. Já perdeu uns 5 amigos. Sentiu-se abalado por uma sensação de impotência e fica incomodado por ver que a Polícia não se organiza para evitar que aconteça novamente. Apesar do suporte (“meia-boca”) da instituição, a necessidade de melhor equipamento, treinamento e seleção, mas não percebe mudanças nesse sentido.
4. Tem experiência de uso da força letal, tendo alvejado um criminoso que tentou lhe roubar portando uma arma de fogo (detalhou o ocorrido). Alvejou o agressor, mas se recusou a executar o ferido. Fez uso da arma apenas para se defender. Prestou socorro. Não se abalou com o ocorrido, mas sentiu que havia perdido uma oportunidade de matar, mas não prosseguiu por considerar que seria desnecessário, covarde e ilegal.

O receio de responder pela letalidade e não conseguir comprovar sua legalidade é maior do que sua consideração pela vida do agressor.

Concorda que bandido bom é bandido morto, pois a sociedade está muito desorganizada, não há ressocialização nas prisões e falta uma mão firme para conter o crime.

5. Não sofreu consequências (profissionais, físicas, psíquicas, legais).
6. Há apoio institucional, mas os companheiros da unidade são mais efetivos.
7. A repercussão da ação letal é positiva na organização policial, pois reforça a imagem do policial capaz de salvar sua própria vida e a de companheiros. A população apoia a ação policial. Em geral, as pessoas não gostam da polícia, mas preferem o policial que o bandido, mesmo quando há excessos (como no caso das rebeliões nos presídios).

Registro do entrevistador (duração 1h): Permaneceu muito tranquilo.

Anexo Z - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2013 – CorGeral/PMPA

O Comandante Geral da PMPA, no exercício das atribuições conferidas por intermédio do art. 8º, inc. VIII, da Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006, e;

CONSIDERANDO os termos da RESOLUÇÃO Nº 202/12 – CONSEP que aprovou as Normas Procedimentais nas ocorrências que resultem letalidade ou lesão corporal envolvendo os agentes do Sistema Estadual de Segurança Pública;

CONSIDERANDO ainda os artigos 7º, 8º e 9º da RESOLUÇÃO Nº 204/12 -CONSEP, que regulamentou o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública do Estado do Pará, em acompanhamento das diretrizes estabelecidas na Portaria Interministerial 4.226 de 31 de dezembro de 2010, do Governo Federal.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar aos policiais militares que estiverem no comando de operações ou o mais antigo envolvido em ocorrência que resulte no evento morte ou lesão corporal a adotar os seguintes procedimentos:

I - comunicar o fato ao Centro Integrado de Operações (CIOP);

II - providenciar o isolamento e preservação do local do fato e acionar a perícia científica;

III - assegurar a não remoção de vítimas fatais, preservando suas vestes;

IV - acionar o atendimento médico de urgência e emergência;

V - prestar todas as informações às autoridades de Polícia Judiciária competente, fornecendo dados indispensáveis à elucidação da ocorrência;

VI - confeccionar Relatório Circunstanciado, no qual conste a justificativa fundamentada, para o exercício do uso da força ou arma de fogo sobre o fato que tenha resultado lesão corporal ou letalidade.

Art. 2º Os policiais militares deverão acionar imediatamente, via rádio, telefone ou qualquer outro meio de comunicação disponível o Serviço de Resgate do Estado ou o Serviço de Remoção de Urgência/Emergência do Município para o transporte do(s) ferido(s) em confronto até uma unidade de urgência/emergência mais próxima e adequada ao caso.

§ 1º No caso da inexistência, inoperância ou impossibilidade do Serviço de Resgate do Estado ou do Serviço de Remoção de Urgência/Emergência do Município, o(s) ferido(s) deverá(ão) ser transportado(s), imediatamente, pelos policiais militares a uma unidade de urgência/emergência mais próxima e adequada ao caso;

§ 2º O atendimento de primeiros socorros, a remoção e o transporte da(s) vítima(s) devem ser executados segundo os protocolos padrões de atendimento a fim de se evitar a morbimortalidade da(s) vítima(s) gerada (s) pela ocorrência e, para tanto, os policiais militares devem fazer uso dos conhecimentos de primeiros socorros adquiridos na sua formação militar.

Art. 3º Quando a remoção do(s) ferido(s) seja(m) realizada(s) pelos policiais militares envolvidos na ocorrência, deverá ser registrado no Relatório Circunstanciado e no Boletim de Ocorrência Policial Militar:

I - o nome do atendente do CIOP ou do SAMU;

II - o local, o horário de saída e chegada à unidade de urgência/ emergência;

III - o nome do profissional de saúde/atendente que recebeu a vítima na unidade de emergência.

Art. 4º Os Comandantes de policiais militares envolvidos em ocorrências que resultem em morte ou lesão corporal devem tomar as seguintes providências:

I – recolher e identificar as armas e munições de todos os envolvidos, vinculando-as os seus respectivos portadores no momento da ocorrência;

II – iniciar, por meio da Corregedoria da Instituição ou autoridade competente, investigação imediata dos fatos e circunstâncias do emprego da força;

III – afastar temporariamente do serviço operacional, para avaliação psicológica e redução do estresse, os agentes de segurança pública envolvidos diretamente em ocorrências com resultado letal.

Art. 5º Os agentes de segurança pública deverão preencher um relatório individual todas as vezes que dispararem arma de fogo e/ou fizerem uso de instrumentos de menor potencial ofensivo, ocasionando lesões ou mortes.

Art. 6º No prazo de 72 horas o relatório citado no artigo anterior deverá ser encaminhado ao Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade do CONSEP, contendo no mínimo as seguintes informações (ANEXO-I):

I – circunstâncias e justificativas que levaram o uso da força ou de arma de fogo por parte do agente de segurança pública;

II – medidas adotadas antes de efetuar os disparos ou o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo, ou as razões pelas quais elas não puderam ser contempladas;

III – tipo de arma e de munição, quantidade de disparos efetuados, distância e pessoa contra a qual foi disparada a arma;

IV – instrumento(s) de menor potencial ofensivo utilizado(s), especificando a frequência, a distância e a pessoa contra a qual foi utilizado o instrumento;

V – quantidade de agentes de segurança pública feridos ou mortos na ocorrência, meio e natureza da lesão;

VI – quantidade de feridos e/ou mortos atingidos pelos disparos efetuados pelo(s) agente(s) de segurança pública;

VII – número de feridos e/ou mortos atingidos pelos instrumentos de menor potencial ofensivo utilizados pelo(s) agente(s) de segurança pública;

VIII – número total de feridos e/ou mortos durante a missão;

IX – quantidade de projéteis disparados que atingiram pessoas e as respectivas regiões corporais atingidas;

X – quantidade de pessoas atingidas pelos instrumentos de menor potencial ofensivo e as respectivas regiões corporais atingidas;

XI – ações realizadas para facilitar a assistência e/ou auxílio médico, quando for o caso;

XII – se houve preservação do local e, em caso negativo, apresentar justificativa.

Art. 7º O não cumprimento da presente determinação implicará em sanções penais e administrativas previstas em lei.

Quartel em Belém-PA, 18 de janeiro de 2013.

(Boletim Geral/PMPA/AJG nº 027, 07 fev. 2013, pp. 3-6)